



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Emerson Corrêa Braga

**Campo de nobres e temíveis cavaleiros: a atuação Kadiwéu contra o
estabelecimento de não-indígenas em seu território (1957-1967)**

Rio de Janeiro

2024

Emerson Corrêa Braga

Campo de “nobres” e temíveis cavaleiros: a atuação Kadiwéu contra o estabelecimento de não-indígenas em seu território (1957-1967)



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientador: Prof. Dr. Francismar Alex Lopes de Carvalho

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

B813	Braga, Emerson Corrêa. Campo de nobres e temíveis cavaleiros: a atuação Kadiwéu contra o estabelecimento de não-indígenas em seu território (1957-1967) / Emerson Corrêa Braga. – 2024. 401 f. Orientador: Francismar Alex Lopes de Carvalho. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 1. Assentamentos humanos - Mato Grosso - Teses. 2. Indígenas - Teses. 3. Indígenas - Relações com o governo - Teses. 4. Kadiwéu (Povo indígena) - Mato Grosso - Teses. I. Carvalho, Francismar Alex Lopes de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título. CDU 332.282(=1-82)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Emerson Corrêa Braga

Campo de nobres e temíveis cavaleiros: a atuação Kadiwéu contra o estabelecimento de não-indígenas em seu território (1957-1967)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: História Política.

Aprovada em 01 de julho de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Francismar Alex Lopes de Carvalho (Orientador)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Profa. Dra. Marina Monteiro Machado
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Éder da Silva Novak
Universidade Federal da Grande Dourados

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Em memória: dos Kadiwéu, Terena e Kinikinau em luta pelo território; dos verdadeiros Serventuários do SPI amigo dos “índios”; de minha professora Cátia da Conceição Faria Fernandes.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que não puderam completar o Ensino Fundamental, pelo único suporte material. Conturbado e angustiante ao longo de todo o período porque estive desempregado.

Ao Diogo, pela amizade e fraternidade de longos anos. Largue o Tíbia, meu caro.

À Prof.^a Cátia Fernandes, pelo incentivo, amizade, atenção e paciência para com meu interesse na História dos Povos indígenas ao longo de toda a graduação e especialização numa faculdade sem tradição de pesquisa. Para sempre serei grato. Descanse em paz.

Ao Prof. Francismar, por me aceitar como seu orientando. O norteamento decisivo deu nova vida à presente pesquisa, cujos apontamentos foram fundamentais. Tentei corresponder ao máximo ao seu voto de confiança. Muito obrigado, professor.

À Prof.^a Marina Machado e ao Prof. Éder Novak, pelas sugestões cruciais, cuidado e reforço positivo ao desenvolvimento da pesquisa, para quem dedico sinceros agradecimentos. Os apontamentos e correções foram fulcrais. Muito obrigado.

Ao PPGH-UERJ, por ampliar o número de vagas de 30 para 35, dando chance ao neto de avó analfabeta a ingressar em 34º. Espero que a dissertação encontre espaço em meio aos meus ilustres colegas, todos eles oriundos de universidades estaduais e federais, sobretudo os bolsistas.

Por fim, aos funcionários anônimos que preservaram e continuam a preservar todo este acervo do Museu do Índio, com quem compartilho da mesma substância de vida: “dos que não tiveram poder para vencer nem renúncia larga para vencer do avesso”. O vosso trabalho permitiu a realização desta pesquisa, “...e do alto da majestade de todos os sonhos, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa” somos nós.

Não foi dito isso. Que eles são donos das terras? Posso dizer a V. Ex^a que inclusive um ex-Ministro da República foi um dos que defenderam êsse ponto de vista. Esteve lá o ex-Ministro Darc[y] Ribeiro e esclareceu bem o fato. Rogo a V. Ex^a que convide o ex-Ministro [...] a vir dizer aqui que os índios, já naquela época – não só eles, mas muitos outros – sabiam que as terras pertenciam a eles. Acontece que, completamente desassistidos e mesmo não acreditando nos propósitos do chefe da Inspetoria, que vem se arrastando de maneira dolorosa desde que saiu o Coronel Nicolau Horta Barbosa, eles não acreditavam mais [...] V. Ex^a teve a oportunidade de dizer na Inspetoria que eu era responsável por ter armado os índios, e eu disse a V. Ex^a que, embora me custasse perder o emprego, eu cumpria a obrigação de defender a integridade do índio e que iria mesmo para ser massacrado junto com ele. Disse a V. Ex^a e repito: o que me atingir me atingirá consciente, porque sou obrigado a defendê-los [...] Como? [...] V. Ex^a compreende o que representa o poder da pecuária no sul de Mato Grosso? V. Ex^a não pode nem imaginar.

Inspetor José Fernando da Cruz na CPI de 1963, condenado, cassado e processado

RESUMO

BRAGA, Emerson Corrêa. **Campo de nobres e temíveis cavaleiros: a atuação Kadiwéu contra o estabelecimento de não-indígenas em seu território (1957-1967).** 2024. 401 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Este trabalho tem como objetivo analisar a atuação Kadiwéu, em interação permanente com o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), durante o estabelecimento de não-indígenas em seu território entre, 1957-1967. Através da análise da documentação do Museu do Índio (mais precisamente dos arquivos internos do SPI e do Relatório Figueiredo), busca-se analisar quais respostas foram dadas pelos Kadiwéu ao ingresso de não-indígenas em seu território, tendo em consideração a visão de mundo de uma sociedade indígena singular. Para tanto, propõe-se analisar a forma pela qual os não-indígenas ingressaram e estabeleceram no território, qual foi a atuação e medidas tomadas pelo SPI e como isto foi considerado pelos Kadiwéu e de que forma condicionaram suas ações no processo. Além disso, também propõe-se analisar como os indígenas apropriavam de sua condição de tutelado a fim de projetar o SPI contra os não-indígenas em seu território. Também propõe-se examinar as ações de confrontação indígena, tanto contra os fazendeiros e contra o SPI, considerando o contexto subjacente à estas ações e as condições que permitiram a sua realização. A hipótese defendida é a de que os Kadiwéu responderam ao estabelecimento de não-indígenas em seu território por meio de ações estratégicas, que buscaram tanto contornar como formar consenso junto ao SPI, para então contraporem aos não-indígenas, mas quando isto não foi de fato possível, chocaram-se contra o órgão a fim de corrigir sua rota para que conviesse aos interesses indígenas. De modo que, os indígenas utilizaram os recursos disponíveis procurando a máxima eficiência possível, e sempre que houve espaços para melhores oportunidades, elevaram a sua “aposta” para forçar novos consensos com o SPI em condições que lhes fossem mais vantajosas.

Palavras-chave: Kadiwéu; Serviço de Proteção aos Índios (SPI); Condomínio do Nabileque; arrendamentos; antigo estado do Mato Grosso; Assembleia Legislativa do estado de Mato Grosso; Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de 1963; Deputado Edison Brito Garcia; Manoel Aureliano da Costa Filho; Inspetor José Fernando da Cruz; Diretor Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho.

ABSTRACT

BRAGA, Emerson Corrêa. **Fields of nobles and fearful knights: Kadiwéu actions against the establishment of non-indigenous people in their territory (1957-1967).** 2024. 401 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This research aims to analyze Kadiwéu's actions, while in permanent interaction with the Indian Protection Service (SPI), during the establishment of non-indigenous people in their territory between 1957-1967. Through the analysis of documentation from the Museu do Índio (more precisely the internal archives of the SPI and the Figueiredo Report), we seek to analyze what responses were given by the Kadiwéu to the entry of non-indigenous people into their territory, taking into account the worldview of a unique indigenous society. To this end, it is proposed to analyze the way in which non-indigenous people entered and settled in the territory, what was the action and measures taken by the SPI and how this was considered by the Kadiwéu and how they conditioned their actions in the process. Furthermore, it is also proposed to analyze how indigenous people appropriated their status of tutelage in order to project the SPI against non-indigenous people in their territory. It is also proposed to examine indigenous confrontation actions against farmers and the SPI, considering the context underlying these actions and the conditions that allowed them to take place. I argue that the Kadiwéu responded to the establishment of non-indigenous people in their territory through strategic actions, which sought to both circumvent and form consensus with the SPI, to then oppose the non-indigenous people, but when this was not in fact possible, they clashed against the SPI in order to correct its course so that it suited indigenous interests. Therefore, the indigenous people used the available resources seeking the maximum possible efficiency, and whenever there were spaces for better opportunities, they raised their “bet” to force new consensuses with the SPI under conditions that were more advantageous to them.

Keywords: Kadiwéu; Indian Protection Service (SPI); Nabileque Condominium; leases; former state of Mato Grosso; Legislative Assembly of the state of Mato Grosso; Parliamentary Inquiry Commission (CPI) of 1963; Deputy Edison Brito Garcia; Manoel Aureliano da Costa Filho; Inspector José Fernando da Cruz; Director Lt. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Estado de Mato Grosso.....	26
Figura 2 –	Postos Indígenas mantidos pelo SPI.....	27
Figura 3 –	Aldeias e pontos de passagem Kadiwéu.....	28
Figura 4 –	Palma Namogoligi.....	32
Figura 5 –	Extensão territorial alcançada pelas toldeías.....	34
Figura 6 –	Povos que habitavam o Chaco durante os primeiros contatos.....	36
Figura 7 –	O Capitão Caimá/Queima e sua esposa.....	52
Figura 8 –	Acampamento de toldeías em Albuquerque.....	64
Figura 9 –	“Indien Guaycuru (Paraguay)”	66
Figura 10 –	“Femme dun Chef Guaycuru”	67
Figura 11 –	Domínio das toldeías nos anos 1840.....	69
Figura 12 –	Conformação territorial das toldeías ao longo do Séc. XIX.....	76
Figura 13 –	Território Kadiwéu demarcado a partir de limites naturais.....	82
Figura 14 –	Ilustração à lápis da Sede do PI no Pitoco.....	90
Figura 15 –	Mapa da região sul do antigo estado de Mato Grosso.....	98
Figura 16 –	Aldeia de São João.....	105
Figura 17 –	P I P. Alves de Barros.....	105
Figura 18 –	PI P. Alves de Barros: Vista parcial do Posto.....	106
Figura 19 –	Casa em Guaicurus, estando em Construção.....	106
Figura 20 –	Casa do posto em Guaicurús.....	107
Figura 21 –	Pantanal na estação chuvosa.....	112
Figura 22 –	Cap. Cardoso Abicho montado com arma de fogo.....	113
Figura 23 –	Insígnias Kadiwéu de família.....	119
Figura 24 –	Kadiwéu recarregando balas de fuzil.....	121

Figura 25 – Kadiwéu cavalgando.....	123
Figura 26 – Invernada do invasor Ambrósio Alves.....	126
Figura 27 – Construção solicitada pelo fazendeiro Ambrósio Olegário de Lima.....	126
Figura 28 – Publicação do projeto de lei com veto.....	131
Figura 29 – Kadiwéu com fuzil ao colo e munições ao chão.....	132
Figura 30 – Índio Kadiwéu dançam no pátio no P.I Alves de Barros.....	137
Figura 31 – Grupo Kadiwéu viajando no Pantanal.....	140
Figura 32 – Acampamento de caça Kadiwéu.....	140
Figura 33 – Kadiwéu João Barbosa e família na frente de casa.....	142
Figura 34 – Kadiwéu ajustando o fuzil.....	144
Figura 35 – Interior de casa Kadiwéu.....	156
Figura 36 – Exterior de uma casa Kadiwéu.....	156
Figura 37 – Grupo Kadiwéu caçando jacarés no pantanal.....	159
Figura 38 – Grupo de índios Kadiwéu vaqueiros. Posto Indígena Presidente Alves de Barros.....	161
Figura 39 – Trajeto da linha férrea até o território Kadiwéu.....	166
Figura 40 – Kadiwéu posando montado para foto.....	168
Figura 41 – Casa do SPI mantida em Xatelodo.....	171
Figura 42 – Depósito em Xatelodo.....	172
Figura 43 – O território Kadiwéu e aldeias.....	172
Figura 44 – Localização da aldeia de Xatelodo.....	173
Figura 45 – Dilermano Silva e Kadiwéu posando para fotografia.....	176
Figura 46 – Guerreiros Kadiwéu apresentados pelo Cap. João Príncipe.....	177
Figura 47 – Edital confeccionado por Erico Sampaio.....	180
Figura 48 – Visão panorâmica do campo no território Kadiwéu.....	182
Figura 49 – Jovem Dona Iracema.....	183

Figura 50 –	Darcy Ribeiro com grafismos Kadiwéu.....	185
Figura 51 –	Kadiwéu Luiz Preto consumindo mate em frente a uma casa.....	195
Figura 52 –	Servindo Chimarrão.....	195
Figura 53 –	Aldeia Terena dentro do cercamento do Hilton Monteiro Leite.....	201
Figura 54 –	Família Kadiwéu socializando.....	211
Figura 55 –	Esquema que apresenta a relação dos primeiros 61 arrendatários por sobrenome familiar.....	227
Figura 56 –	Esquema que relaciona os primeiros 61 arrendatários com o relatório do Agente Alvarenga Soares.....	228
Figura 57 –	Anciã e mulheres Kadiwéu analisando o livro de Boggiani.....	230
Figura 58 –	PI Nalique.....	238
Figura 59 –	Visão panorâmica do lago frente ao PI Nalique.....	239
Figura 60 –	Bovinos no PI Nalique.....	240
Figura 61 –	Gado do SPI no PI Nalique tocado por vaqueiros.....	240
Figura 62 –	Kadiwéu pastoreando seus bovinos.....	243
Figura 63 –	Cap. João Príncipe estripando um jacaré.....	248
Figura 64 –	Aldeia da Tomázia cercada pelo Durval Coelho Barbosa.....	270
Figura 65 –	Aldeia da Tomázia.....	271
Figura 66 –	Grupo Kadiwéu observando o curral no PI Nalique.....	272
Figura 67 –	Ana (Liguí) pintando um couro.....	276
Figura 68 –	Estilo de disparo Kadiwéu com arma de fogo sob montaria.....	277
Figura 69 –	Cercamento de Anibal dos Santos.....	279
Figura 70 –	Cercamento de Sérgio Henrique Martins.....	280
Figura 71 –	Gado magro do SPI no PI Nalique.....	281
Figura 72 –	Gado magro no PI Nalique em outro ângulo.....	282
Figura 73 –	Bovinos no PI Nalique.....	282

Figura 74 – Cercamento do João Franco.....	285
Figura 75 – Jovem Kadiwéu reparando revólver durante o consumo de mate.....	286
Figura 76 – Diretor Moacyr Ribeiro Coelho (à direita) e Orlando Villas-Bôas.....	289
Figura 77 – Cercamento do Sr. Waldemar Henriques Martins.....	292
Figura 78 – Requerimento de informações nº 576 de 1963, pelo Deputado Edison Brito Garcia.....	295
Figura 79 – Índios e suas armas.....	298
Figura 80 – Edital de Revisão em 1962.....	316
Figura 81 – Território Kadiwéu e a zona reivindicada pelos condôminos do Nabileque.....	317
Figura 82 – Dois cavaleiros Kadiwéu em frente a um carandazal.....	319
Figura 83 – Xamã Cap. João Apolinário prestes a se alimentar de bocaiuva.....	320
Figura 84 – Mulher Kadiwéu transportando palha de carandá.....	320
Figura 85 – Mulher Kadiwéu trabalhando com palha de carandá.....	321
Figura 86 – Homem Kadiwéu trabalhando com palha de carandá.....	321
Figura 87 – Kadiwéu armado posando para foto com o couro de onça abatida.....	337
Figura 88 – Kadiwéu armados e Serventuário Dilermano Silva com onça abatida...	339
Figura 89 – Inspetor José Fernando da Cruz.....	346
Figura 90 – Denúncia em jornal pelo Diretor Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho.....	358
Figura 91 – Detentores de títulos definitivos no território Kadiwéu parte 1.....	359
Figura 92 – Detentores de títulos definitivos no território Kadiwéu parte 2.....	360
Figura 93 – Esquema que relaciona detentores de títulos por sobrenome familiar....	361
Figura 94 – Kadiwéu armados e criança posam para fotografia.....	366
Figura 95 – Licença do SPI ao Dinarte Mancuelho.....	368

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AATSPI	Associação dos Arrendatários das Terras do Serviço de Proteção aos Índios
ACSMT	Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso
ALMT	Assembleia Legislativa do estado de Mato Grosso
AM	Armazém Memória
ASPI	Acervo do Serviço de Proteção aos Índios
BGR	Berta Gleizer Ribeiro
CD	Câmara dos Deputados
CFV	Centro de Referência Virtual
CNPI	Conselho Nacional de Proteção aos Índios
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DR	Darcy Ribeiro
IR	Inspetoria Regional
MI	Museu do Índio
MT	Mato Grosso
PI	Posto Indígena
Rel	Relatório Figueiredo
RM	Região Militar
SOA	Seção de Orientação Assistência
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
STF	Supremo Tribunal Federal
TJMT	Tribunal de Justiça de Mato Grosso
Vol	Volume
UNB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	15
1	DO CHACO AO CAMPO DOS ÍNDIOS: UM PANORAMA (XVI-XX)....	29
1.1	Entrando no Chaco: o termo <i>tolderías</i>	30
1.2	Assentamento na margem oriental do Rio Paraguai, autonomia e a demarcação do Território.....	60
1.3	Contato com o SPI e expansão agrícola no antigo estado do Mato Grosso....	83
2	DO IMPASSE KADIWÉU-SPI AO DESEMBACIAR DA VIGENTE POLÍTICA SENHORIAL.....	110
2.1	Enchentes de 1957: circunstâncias e desencontros entre os Kadiwéu com o SPI.....	110
2.2	As modalidades de tributos.....	134
3	DA CAPTURA DA POLÍTICA TUTELAR NO TERRITÓRIO À SUA PROJEÇÃO NA ESFERA INSTITUCIONAL.....	152
3.1	Guiando o SPI: a captura da política tutelar no território.....	153
3.2	A projeção da captura à esfera institucional.....	179
4	INSTRUMENTALIZAÇÕES E BARREIRAS: USO DAS NOÇÕES DE TUTELA NO AVANÇO DAS CERCAS E NOS CASOS DE VENDAS DE POSSES.....	191
4.1	Articulações indígenas: reorientando os Serventuários no PI São João	192
4.2	Uma proximidade manipulada com fazendeiros.....	206
5	ADESÃO SITUACIONAL: CARCOMENDO A FAZENDA KADIWÉU....	216
5.1	O contexto anterior aos arrendamentos: esbulho-possessório eminente.....	218
5.2	Obstaculizar e contra-argumentar.....	231
5.3	Da garantia dos interesses ao controle dos pontos de exercício da tutela no território.....	252
6	AS CAMPANHAS DE SUBTRAÇÃO DE GADO.....	264
6.1	Por que agir? Os tributários Terena e Kinikinau.....	265
6.2	Tributários, coalizões e autonomia.....	284
6.3	Permanente mobilização.....	299
7	A RETOMADA DO NAITACA.....	312
7.1	As razões indígenas para a incursão guerreira.....	313

7.2	A guerra mobilizada.....	330
7.3	Do afervar ao arrefecer: à beira da conflagração geral.....	344
7.4	O contra-ataque.....	350
7.5	As consequências da CPI e a resposta Kadiwéu.....	361
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	371
	REFERÊNCIAS.....	376

INTRODUÇÃO

Em 2018, a 1ª Turma do Tribunal Federal Regional rejeitou o pedido de reintegração de posse movido por pecuaristas do “Condomínio do Nabileque” contra os Kadiwéu. A Justiça reconheceu que os títulos em posse dos fazendeiros sob o território eram nulos de validade. A vitória na luta reconhecida legalmente pelo TRF, garantiu aos indígenas a lisura da “reocupação” das 23 fazendas¹. Em 2022, o TRF negou o pedido dos invasores para trancar o inquérito em que são investigados por crimes ambientais e invasão de terras da União desde 2020². Mas isto não foi uma benevolência da Justiça, pois foi impulsionado por lutas históricas.

Em 22/11/2017, um agrupamento de guerreiros Kadiwéu, composto por volta de 110 a 130 indígenas, lançaram uma ofensiva contra as fazendas que ocupavam 150 mil hectares do território ancestral, na região do Nabileque. Os Kadiwéu exigiram a sua inclusão desde os anos de 1980, mas após 30 anos permanecia sem decisão da Justiça. Na ofensiva, os Kadiwéu ocuparam entre 9 e 13 fazendas, iniciando suas ações a partir da ocupação da Fazenda Baía da Bugra. Irredutíveis, segundo a FUNAI, deram ultimato para a retirada do gado das outras 11, estipulando um prazo para a evacuação com todos os pertences. Os fazendeiros, por meio de advogados, recorreram à Polícia Federal, impossibilitados de retornar³.

A ação não foi repentina, nem isolada, pois em 07/05/2012, os Kadiwéu já haviam lançado ofensivas na região, expulsando fazendeiros e ocupando seis fazendas, com o intuito de fazer com que a Justiça despertasse de sua letargia para fazer cumprir os direitos Kadiwéu sob o território há muito demarcado⁴. Após dois meses, a Justiça Federal de Campo Grande estabeleceu um prazo de 30 dias para que os guerreiros Kadiwéu desocupassem as fazendas,

¹ BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS: Maestria e território entre os Ejiwajegi do Pantanal. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020, p. 19. (agradeço ao professor Basques por gentilmente atender ao pedido do autor enviando sua pesquisa)

² Disponível em : < <https://ojacare.com.br/2022/12/16/trf3-nega-pedido-para-trancar-inquerito-contra-fazendeiros-por-invadir-reserva-indigena/> > Última visualização: 19/04/2024.

³ O portal Campo Grande News, publicou duas matérias tratando do assunto. A do dia 23/11 de 2017 está disponível em: < <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/indios-kadiweu-ocupam-9-fazendas-no-pantanal-afirmam-fazendeiros> > Última Visualização: 29/10/2023. A outra, no dia 24/11 de 2017, está disponível em: < <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/funai-diz-que-indios-kadiweu-ocupam- apenas-uma-fazenda-no-pantanal> > Última Visualização: 29/10/2023. Em 25/11 de 2017, outro portal de abrangência nacional também publicou o evento, que está Disponível em: < <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/chega-a-13-numero-de-fazendas-no-pantanal-de-ms-ocupadas-por-indigenas-dizem-produtores.ghml> > Última Visualização: 29/10/2023.

⁴ Disponível em: < <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2012/05/produtores-denunciam-ocupacao-de-indios-em-fazendas-diz-policia-em-ms.html> > Última visualização: 29/10/2023.

atendendo ao pedido de reintegração de posse dos invasores, deixando a decisão para Justiça⁵. Pelo ano seguinte, os guerreiros retomavam as ofensivas, deixando os fazendeiros temerosos com a possibilidade de que a ocupação vigente por 40 dias alastrasse pelas demais fazendas⁶.

Com raízes profundas, os Kadiwéu também defenderam o território da ocupação de posseiros na Serra da Bodoquena durante a década de 1980. Na ocasião, houve embates que resultaram em mortos e feridos. Os invasores expulsos buscaram refúgio num local para fora do território, no Centro Comunitário Morraria do Sul, dando início a um processo de atrito e reivindicações que arrastou por meses, até que, por fim, o poder público adquiriu certas propriedades em outras regiões, removendo invasores da Serra da Bodoquena e assentando-os em outros locais comprados para este fim.⁷

Todos esses episódios revelam uma constante na história desse destemido povo: a luta pela defesa do território. Tal constatação revela outra constante: a disposição para a guerra combinada com uma intenção política planejada sofisticadamente para exercer pressão sobre os mecanismos institucionais governamentais. Tal constatação, hoje evidente, era notada pelo brilhante antropólogo e amigo dos Kadiwéu, Sr. Darcy Ribeiro, ainda em 1947-1948: “*O caráter mais particular da filosofia Kadiwéu expressa em seus mitos é a pouca ênfase dada a exaltação dos humildes, a oposição entre a força e a astúcia, com a vitória da última [...]*”⁸.

Esta dissertação pretende analisar a atuação Kadiwéu em interação permanente com o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) durante o estabelecimento de não-indígenas em seu território, com o intuito de responder a uma questão: como os Kadiwéu, em contato inevitável com o SPI, responderam ao estabelecimento de não-indígenas no território entre 1957-1967? Definimos como não-indígenas uma série de indivíduos dedicados à criação de gado na região que outrora foi parte do antigo estado de Mato Grosso e que, a partir de 1957, ingressaram para o interior da área. Por meio de uma abordagem que privilegie a visão de mundo de uma organização sociocultural indígena e singular, analisamos as respostas dadas pelos Kadiwéu

⁵ Disponível em: < <https://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2012/09/justica-da-30-dias-para-que-kadiweus-saiam-de-fazendas-ocupadas-em-ms.html> > Última visualização: 29/10/2023.

⁶ Disponível em: < <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/condominio-de-fazendas-teme-ampliacao-de-invasao-indigena-em-corumba> > Última visualização: 29/10/2023.

⁷ MÜLLER, Aline Maria. Índios Kadiwéu e posseiros na Serra da Bodoquena: representações na mídia impressa acerca de um conflito. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Mato Grosso do Sul, 2011, p. 36.

⁸ RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 42.

ao ingresso e ocupação do território até 1967, quando o SPI foi dissolvido. Para isso, analisamos a documentação interna do órgão.

A ocupação do território Kadiwéu por não-indígenas antecede em poucos anos o Golpe de 1964, mas continuou por todo o período ditatorial civil-militar. Como outros povos indígenas do Brasil daquele período, os Kadiwéu foram citados no Relatório da Comissão Nacional da Verdade⁹. Foi por meio da leitura de todo o relatório, por indicação de uma querida amiga, mentora e minha professora, Sra. Cátia da Conceição Faria Fernandes (do qual lamento muito o falecimento e que não pôde ver a presente pesquisa concluída), que tomei conhecimento do caso Kadiwéu. A perspectiva de que há uma necessidade de reparação por parte do Estado Brasileiro aos Kadiwéu é algo urgente e pressuposto elementar à sociedade brasileira pós-Constituição de 1988. Os Kadiwéu, com suor, sangue, lágrimas, luta e muita inteligência, dispuseram não só a resistir, mas verdadeiramente a combater com distinção a todo conjunto de forças latifundiárias, institucionais e políticas locais de MT a fim de garantir o território, sua sobrevivência e o futuro de suas crianças. Mas os conflitos ainda insistem em arrastar.

As pesquisas arqueológicas sobre os Kadiwéu lidam com as intempéries do Chaco que dificultam e mesmo inviabilizam a preservação de vestígios materiais e biológicos do grupo que vivia itinerante na região¹⁰. O atual Território Kadiwéu demarcado, com 538.536 mil hectares, no também atual estado de Mato Grosso do Sul¹¹, na fronteira com o Paraguai, o maior fora da Amazônia Legal¹², continua no bioma Chaquenho¹³. Em 2016, foi estimado que viviam no território quase 1.700 indígenas, divididos em três etnias: Kadiwéu, Terena e Kinikinau¹⁴. Todavia, estima-se que mais de 3 mil indígenas vivam em 6 aldeias: Córrego do

⁹ BRASIL, Comissão Nacional da Verdade. Relatório – Volume 2. Textos temáticos. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 206. Disponível em < http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf > Última visualização: 29/10/23

¹⁰ HERBERTS, Ana Lúcia. Os Mbayá-Guaicurú: área, assentamento, subsistência e cultura material. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1998, p. 318-320, 20, 23.

¹¹ MANGOLIM, Olívio. Povos indígenas no Mato Grosso do Sul : viveremos por mais 500 anos. Campo Grande: Cimi-MS, 1993, p. 35.

¹² Disponível em : < <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2021/10/11/com-diferentes-costumes-e-na-luta-para-manter-tradicoes-ms-tem-10-etnias-indigenas-e-maior-reserva-do-pais.ghtml> > Última visualização: 03/06/24.

¹³ SILVA, J.; ABDON, M. M.; MENGATTO JÚNIOR, E. A. Características biofísicas do Chaco brasileiro. In: Sartori, A.L.B.; Souza, P.R. & Arruda, R.C.O. (Eds.). Chaco: caracterização, riqueza, diversidade, recursos e interações. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2021, p. 40.

Ouro, Alves de Barros, São João, Tomázia, Barro Preto e Campina¹⁵. Em 2021, o Governador de MS fez pessoalmente a entrega de 2 novas escolas estaduais e a reforma do Centro Cultural no território aos indígenas¹⁶.

Estou empenhado em visitar o tema da reação Kadiwéu frente ao estabelecimento de não-indígenas em seu território, com uma perspectiva analítica que contribua propriamente com o protagonismo Kadiwéu. Ao debruçarem sobre o caso, historiadores e antropólogos inseriram o tema dentro de outro, certamente em vista do pioneirismo e a assim foi tratado dentro do quadro de expansão da fronteira agrícola em MT, em que o SPI foi notado como a direta instância institucional facilitadora de interesses privados¹⁷ ou transpassado por posicionamentos internos conflitantes e incapazes de gerar consenso¹⁸, levando ao surgimento de ocupações privadas no território. No entanto, o primeiro trabalho dedicado sobre o caso despendeu especial cuidado sobre os impactos negativos provocados pela ocupação na organização sociocultural Kadiwéu e como aquele espaço territorial foi construído por meio de símbolos e significados prescritos na memória e trajetória do grupo¹⁹, influenciando diretamente outro trabalho de grande relevância, senão o maior, sobre o tema.²⁰

Assim, aqui buscou-se analisar a forma pela qual os não-indígenas foram ingressando e estabelecendo no interior das terras reservadas aos Kadiwéu, a atuação e medidas tomadas em resposta pelo SPI à tais acontecimentos e de que forma foram consideradas pelos indígenas e condicionaram suas ações no processo. Ademais, procurei analisar a apropriação da condição de tutelado pelos indígenas: suas estratégias, ações e relações com o SPI ao longo do processo de estabelecimento de não-indígena em seu território, em busca de fazer com que

¹⁴ Disponível em: < <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3712> > Última visualização: 03/06/24.

¹⁵ Disponível em: < <https://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/no-rosto-grafismo-kadiweu-marca-conquista-de-espaco-da-mulher-indigena/> > Última visualização: 03/06/24.

¹⁶ Disponível em: < <https://www.sed.ms.gov.br/governo-investe-na-terra-indigena-kadiweu-em-beneficio-de-tres-mil-indios/> > Última visualização: 03/06/24.

¹⁷ FLORES. MUITA TERRA PARA POUCO ÍNDIO? A FORMAÇÃO DE FAZENDAS EM TERRITÓRIO KADIWÉU (1950-1984). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da grande Dourados. Dourados, 2009.

¹⁸ FLORES, J. M. Transformação agrária e desapropriação de terras: o caso da reserva Kadiwéu. Anuário Antropológico, v. 43, 2018, p. 301.

¹⁹ SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou o sangue de nossos avós”: construção do tempo e espaço Kadiwéu. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1993.

²⁰ JOSÉ DA SILVA, G. A Reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória, identidade e história. 1. ed. Dourados: UFGD, 2014. A pesquisa era originalmente uma dissertação de mestrado, defendida em 2004.

o órgão projetasse contra os não-indígenas em favor de seus interesses. Por fim, também me propus a examinar as ações de confrontação indígena contra o SPI ou não-indígenas tendo em consideração o contexto subjacente que as instigaram e as condições existentes que permitiram a sua realização.

Com tais intenções, me apoiei em conceitos apropriados. O primeiro deles, certamente o ponto fulcral e basilar que atribui firmamento para o objeto da pesquisa e ponto convergente para os demais elementos considerados, é a noção de que um território indígena faz referência a um complexo conjunto de símbolos socioculturais históricos memoriais que compõe a identidade do grupo étnico²¹ sobre a qual está assentado o seu mapa do cosmo, em oposição ao espaço de produção mercadologicamente agrícola²². Tal perspectiva me permitiu situar as ações indígenas dentro do quadro de características e referenciais culturais Kadiwéu, apoiado nos registros históricos sobre o grupo.

E inserido dentro desse contexto, procurei entender a identidade étnica Kadiwéu em atuação contrastiva à ocupação de seu território por não-indígenas. De acordo com Brandão, *“as identidades são representações inevitavelmente marcadas pelo confronto com o outro”*. A mesma perspectiva de confronto também foi empregada com relação ao SPI, *“por se estar em contato, por ser obrigado a se opor, a dominar ou ser dominado, a tornar-se mais ou menos livre, a poder ou não construir por conta própria o seu mundo de símbolos e, no seu interior aqueles que qualificam e identificam a pessoa, o grupo”*²³. Ancorado nesta perspectiva, analisei os momentos em que as ações de confrontação foram efetivamente empregadas pelos Kadiwéu, considerando o contexto subjacente e as condições consideradas que favoreceram a sua execução.

Além disso, procurei entender a apropriação de mecanismos institucionais do SPI por um conjunto de indígenas com domínio da escrita portuguesa e detentores de objetos, roupas e nomes não-indígenas que, a despeito disto, reconhecem-se como pertencentes a uma cultura indígena diferenciada²⁴. Nesse ponto, despendi especial atenção para os indicativos de

²¹ RIBEIRO, Berta Gleizer. O índio na cultura brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

²² SEEGER, A; CASTRO, E. B. V. de. Terras e territórios indígenas no Brasil. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1979.

²³ BRANDÃO, C. R. Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 42.

²⁴ BARTH, Fredrik. O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

sublimação da identidade Kadiwéu guerreira na esfera do poder simbólico²⁵, em consonância com a noção de que a condição de “tutelado” mantém relações com o processo de conquista ibérica na América²⁶. Nesse ponto, segui pelas trilhas do antropólogo Eduardo Galvão: “*A simples presença de civilizados em torno de um território indígena, mesmo quando não se estabelecem relações diretas, é um fator condicionante de mudanças na cultura indígena*”²⁷. No entanto, me opus a noção da aculturação²⁸.

Por fim, com relação propriamente as ações indígenas, as procurei analisar sob prisma de movimentos estratégicos conscientes e calculados, dotados de agência e perpetrados para alcançar fins políticos. Procurei entender esses fins políticos como fincados em uma ótica sociocultural indígena projetada contra uma instância governamental (SPI) e os não-indígenas revelando o emaranhado de relações complexas, com diferentes graus de submissão e disputa, em que muitas vezes os dominados, por estarem deslocados da perspectiva Kadiwéu, não puderam notar a sua condição, utilizados para fortalecerem o prestígio e respeito dos chefes indígenas locais e mantidos sob um controle do qual não podiam entrever²⁹.

²⁵ Outros autores analisaram em diferentes contextos históricos e geográficos, como indígenas, ao entrarem em contato com noções religiosas cristãs ou políticas europeias, apropriaram e subverteram-nas a fim de alcançar ou consolidar seus próprios interesses e em sua própria sociedade. Ver POMPA, Cristina. Conversões Indígenas: poder simbólico e razão prática no sertão colonial. In AGNOLIN, Adone et al. (orgs.). Contextos Missionários: religião e poder no Império português. São Paulo: Hucitec, 2011, p. 86- 109. Ver também, RAMINELLI, R. Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. Por fim, ver ESTENSSORO, José Carlos. O símio de Deus. In: NOVAES, A. (ed.) A outra margem do ocidente. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 181-200.

²⁶ Uma característica acentuada da conquista ibérica foi a criação de identidades e categorias artificiais para designar indígenas, separando-os por graus de aliança ou oposição. Desse modo, ser um indígena “tutelado” faz referência à indígenas “pacificados” e sobre os cuidados diretos e privativos do Estado Brasileiro, não mais monárquico, mas republicano. Trabalhos que analisam o fenômeno são: GIUDICELLI, Christophe. ‘Identidades’ rebeldes. Soberanía colonial y poder de clasificación: sobre la categoría calchaquí (Tucumán, Santa Fe, siglos XVI–XVII). In: ARAYA, Alejandra; VALENZUELA, Jaime (Org.). América colonial: Denominaciones, clasificaciones e identidades. Santiago de Chile: RIL editores, 2010, p. 137-172; OBREGÓN ITURRA, Jimena. Para acabar con los indios enemigos y también con los amigos. Conceptualizaciones hispanas de alianzas y antagonismos: los araucano-mapuches a principios del gobierno de Juan Henríquez, 1670-1673. In: ARAYA, Alejandra; VALENZUELA, Jaime (Org.). América colonial: Denominaciones, clasificaciones e identidades. Santiago de Chile: RIL editores, 2010, p. 173-199; MONTEIRO, John M. Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese de Livre-docência, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

²⁷ GALVÃO, Eduardo. Encontro de Sociedades: Índios e brancos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 130.

²⁸ Segundo Fernandes, antropólogos vêm questionando a pertinência de tais teorias desde a década de 1970. Entendo-as como um juízo de valor sobre a “pureza indígena” e de critério de validade para o exercício da política tutelar indigenista. De maneira categórica, Fernandes infere que há mais de 500 anos de contato, inúmeras sociedades indígenas não desapareceram, daí o seu abandono. Ver FERNANDES, J. O índio: esse nosso desconhecido. Cuiabá: UFMT, 1993, p. 17-20.

²⁹ Tais perspectivas foram analisadas a partir das seguintes obras de referência: CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política; tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro, F. Alves, 1978. Também, _____. Arqueologia da violência: Ensaios de Antropologia Política; tradução de Carlos

No entanto, mediante ao fato de os Kadiwéu estarem em interação permanente com o SPI, também procurei munir-me com conceitos igualmente apropriados para analisar este contexto. O primeiro é a noção de que o SPI representa uma direta instância governamental que intermedia relações de exploração do território indígena por não-indígenas e instala-se em seu espaço de reprodução da vida social, cultural e material³⁰. Mas esta relação, no entanto, possui uma transversal ambiguidade, do qual o tutor está capturado para decidir entre a defesa dos direitos e interesses indígenas e a defesa dos interesses da sociedade não-indígena junto aos indígenas³¹.

Dessa maneira, considerando os elementos em questão: indígenas, SPI e fazendeiros sob um território, procurei construir uma análise que considerasse a distribuição de poder entre estes diferentes agentes políticos, os entendendo numa situação de interdependência conflituosa, mas que não conduzem a automatismos formadores de antagonismos entre os indígenas com o SPI e os não-indígenas. Em vez disso, enfoca situações de contato em que a percepção da diferença e a constatação de outros padrões culturais permitem a reatualização do repertório de um grupo indígena que abre margens para a adoção de símbolos e saberes políticos externos, sendo estes aspectos capazes de trazer vantagens setoriais. Assim, nosso intuito foi o de empreender esforços para entender como aquela *situação histórica* foi vivida e concebida pelos Kadiwéu³².

Por fim, tendo em vista a questão envolvendo o território, também foram incorporadas discussões sobre o debate da propriedade³³. Nesse sentido, procurei entender que as ações do SPI no território implica num determinado poder administrativo sobre um espaço territorial³⁴.

Eugenio Marcondes de Moura. São Paulo: Brasiliense, 1982. Por fim, SPOSITO, Fernanda. Políticas ameríndias, políticas indigenistas (Américas portuguesa e espanholas, séculos XVI a XVIII). In: SOUZA, Fábio Feltrin de. WITTMANN, Luisa Tombini (Orgs.). Protagonismo indígena na História. Tubarão, SC: Copiart; Erechim, RS: UFFS, 2016.

³⁰ SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

³¹ OLIVEIRA FILHO, J. P.; FREIRE. Carlos Augusto da Rocha. A presença indígena na formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. Também, OLIVEIRA FILHO, J. P. “O nosso governo”: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: MARCO ZERO; [Brasília, DF]: MCI/ CNPq, 1988.

³² OLIVEIRA FILHO, J. P. “O nosso...op. cit., p. 57-61. (agradeço ao prof. Eder da S. Novak pela indicação de leitura)

³³ A bibliografia neste aspecto é oriunda da disciplina ofertada pela Prof.^a Marina M. Machado na UERJ.

³⁴ OSTROM, Elinor; HESS, Charlotte. Private and Common Property Rights (2007).

Além disso, também procurei entender que a organização indígena sobre o território configura um determinado modelo de propriedade.³⁵

A nossa hipótese é que os Kadiwéu responderam ao estabelecimento de não-indígenas em seu território por meio de ações estratégicas que buscaram tanto contornar como formar consenso junto ao SPI, para então contraporem aos não-indígenas. Mas, quando isto não foi de fato possível, chocaram-se contra o órgão, a fim de corrigir sua rota para que conviesse aos interesses indígenas. Dessa maneira, o nosso entendimento é que os indígenas utilizaram os recursos disponíveis, procurando a máxima eficiência possível e, sempre que houve espaços para melhores oportunidades, elevaram a “aposta” para forçar novos consensos com o SPI, em condições que lhes fossem mais vantajosas.

Com relação às fontes, vali-me sobretudo dos arquivos digitalizados mantidos pelo Museu do Índio, que contém em seu acervo, quase em sua totalidade, documentos de caráter burocrático-oficial produzidos a partir da correspondência entre funcionários numa organização hierárquica interna ao SPI, bem como relatos documentais de não-indígenas em situação de contato com os Kadiwéu. Em menor medida, há cartas escritas pelos indígenas ao órgão. Além disso, também revisei algumas fontes há muito já conhecidas por historiadores sobre os Kadiwéu, mantidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IGHB). Também constitui parte das fontes as publicações de intelectuais, viajantes e comerciantes dos séculos XVIII-XIX de nacionalidade espanhola, francesa e italiana, igualmente conhecidas por historiadores. Por fim, constitui parte das fontes a oralidade Kadiwéu, recolhida por antropólogos entre os anos 1940-2020.

Nessas fontes, busquei principalmente estabelecer um discurso historiográfico com respeito à lógica e referências culturais que nortearam a atuação indígena, entendendo que a leitura do passado é dirigida a partir do presente, onde o discurso não pode desvincular-se de seu espaço de produção, em que procuro tornar visível o lugar de fala³⁶. Também entendendo que é imprescindível relacionar o texto nos documentos com o contexto: as conexões entre as ideias portadas nesses discursos, as formas que manifestam e o complexo de determinações extratextuais que conduzem a produção, a circulação e ao seu “consumo”³⁷. Para isso,

³⁵ GROSSI, Paolo. “A propriedade e as propriedades na oficina do historiador”. In: *A História da Propriedade e Outros Ensaio*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. Também, CONGOST, Rosa. *Tierras, leyes, historia: estudios sobre ‘la gran obra de la propiedad’*. Barcelona: Critica. 2007.

³⁶ CERTEAU, Michel. “A operação histórica”. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992.

³⁷ VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro Flamarion. “História e análise de textos”. In: _____ (Org). *Domínios da História*. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

desprendi esforços a fim de dar “ouvidos” aos indígenas³⁸ em busca de seu protagonismo³⁹, sem descuidar das especificidades intrínsecas à tais documentos, em que indígenas e Serventuários travaram uma relação dialógica conflituosa e em condições de desigualdade que resultaram na grafia de seu texto por Serventuários⁴⁰. Assim, lançamos mão da etnohistória⁴¹, entendendo-a como uma metodologia transdisciplinar que agrega como fonte os acervos documentais e as tradições orais indígenas⁴², considerando o contexto político e social não-indígena mais amplo que as ações indígenas operam⁴³ e que este processo engendrou cruciais transformações em sua sociedade ao longo da História⁴⁴. Mas sem perder de vista o desafio de tratar sobre povos que possuem uma perspectiva temporal diferente da ocidental, em que imperam complexas representações simbólicas acerca de si⁴⁵.

³⁸ CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, jun. 1996. Conforme explicado pelo professor Éder da S. Novak ao autor, os indígenas sempre tiveram voz, mas os pesquisadores, contudo, nem sempre pararam para ouvirem-nas. Agradeço ao professor pela gentil correção e riquíssima sugestão de leitura.

³⁹ A presente pesquisa procurou seguir na esteira de trabalhos pioneiros que elevaram os indígenas a condição de objeto de pesquisa. Não como passíveis vítimas, mas como protagonistas da História, de sua própria História, com razões, estratégias, motivações políticas e como agentes de seu próprio destino. Ver CUNHA, Manuela Carneiro da. “Introdução a uma história indígena”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. A historiografia tradicional soterrou os indígenas, do qual John Monteiro procurou recuperá-los como sujeitos históricos, que ao cabo, constatou em suas pesquisas como estes grupos foram importantes para a construção e formação da sociedade paulista. MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Além disso, a presente pesquisa procurou desenvolver uma análise do protagonismo indígena que estivesse conectada com demais agentes, tanto indígenas de etnias diferentes como agentes não-indígenas, ver OLIVEIRA FILHO, J.P. *O nascimento do Brasil: Revisão de um paradigma historiográfico*. In: OLIVEIRA FILHO, J.P. *O Nascimento do Brasil e outros ensaios: “Pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro, Contracapa, 2016. (Agradeço ao prof. Éder da S. Novak pelas dicas de leitura)

⁴⁰ GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações. In: ____ et alii. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. Ver também, Idem. *As vozes do outro: uma revolta indígena nas ilhas Marianas*. In: _____. *Relações de força: história, retórica e prova*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

⁴¹ Agradeço ao professor Éder da S. Novak pelas indicações de leitura que compõe o quadro de referências para a metodologia da etnohistória.

⁴² MOTA, Lucio Tadeu. *Etno-história: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas*. *Patrimônio e Memória*, v. 10, n. 2, p. 5-16, 2014.

⁴³ OLIVEIRA, Jorge Eremites de. *A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul*. *Espaço Ameríndio*, v. 6, p. 178-218, 2012.

⁴⁴ CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. *Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa*. *História (São Paulo)*, São paulo, v. 30, n. 1, p. 349-371, jan./jun., 2011.

⁴⁵ OLIVEIRA, Jorge Eremites de. *Sobre os conceitos de etnoistória e história indígena: uma discussão ainda necessária*. ANPUH. *Anais XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa, 2003.

A dissertação foi estruturada em sete capítulos, sempre com a intenção de não apenas constatar a atuação indígena, mas principalmente, evidenciar os resultados obtidos com ela, bem como suas limitações. Os Capítulos 3, 4 e 5 são o resultado direto de desdobramentos e complexidades notadas ao longo da pesquisa, dando fim ao que inicialmente foi pensado para constituir apenas um único capítulo. De igual maneira, processo se repetiu com outro capítulo, que deu origem aos Capítulos 6 e 7.

O primeiro capítulo estabelece um panorama histórico da trajetória dos Kadiwéu desde o Séc. XVI até a metade do Séc. XIX, objetivando fornecer os necessários subsídios para os demais. Com base em bibliografia e em documentos, tentei entender em que condições os Kadiwéu, um povo guerreiro do Chaco, assentou em seu atual território, o que me levou a analisar sua organização sociocultural ao longo do tempo e as relações mantidas com outros grupos e autoridades não-indígenas. Após isso, busquei entender a chegada do SPI no território, com sua política institucional, as continuidades do modo de vida Kadiwéu e por qual razão os fazendeiros foram ingressando para a área.

O segundo capítulo analisa a atuação Kadiwéu frente as medidas tomadas pelo SPI com relação ao ingresso de não-indígenas em seu território. Ao analisar a documentação e com apoio na bibliografia, foi ressaltado como os Kadiwéu ajustaram-se conforme as decisões tomadas pelo SPI, mas operando a partir de sua própria lógica indígena particular. Assim, foi discutido como os Kadiwéu buscaram impor seus interesses, submetendo o órgão a uma situação de tensionamento que resultou num impasse mútuo. Tal impasse foi entendido como uma brecha pela qual os indígenas firmaram relações com não-indígenas a partir de sua perspectiva sociocultural particular, causando embaraços no SPI. O capítulo foi finalizado com a análise dos tipos de produtos e outros ganhos obtidos pelos indígenas dos fazendeiros em seu território, dando relevo a percepção Kadiwéu sobre esses gestos e seus significados.

O terceiro capítulo foi dedicado a análise do ponto de contato entre o controle exercido pelos Kadiwéu sobre o território com as políticas tutelares institucionais exercidas pelo SPI. O capítulo inicia com uma análise das medidas tomadas pelo órgão para proteger as divisas do território e a atuação indígena neste processo. Com base na documentação, foi construída uma análise que explora tanto as limitações dos agentes envolvidos como as complementariedades e, sobretudo, o que isto poderia revelar sobre a configuração existente no território naquele preciso momento histórico. O capítulo foi concluído a partir da síntese do que foi verificado analiticamente no território, com as decisões tomadas pelo SPI e CNPI dentro do âmbito judicial, com relação aos assuntos concernentes ao território Kadiwéu.

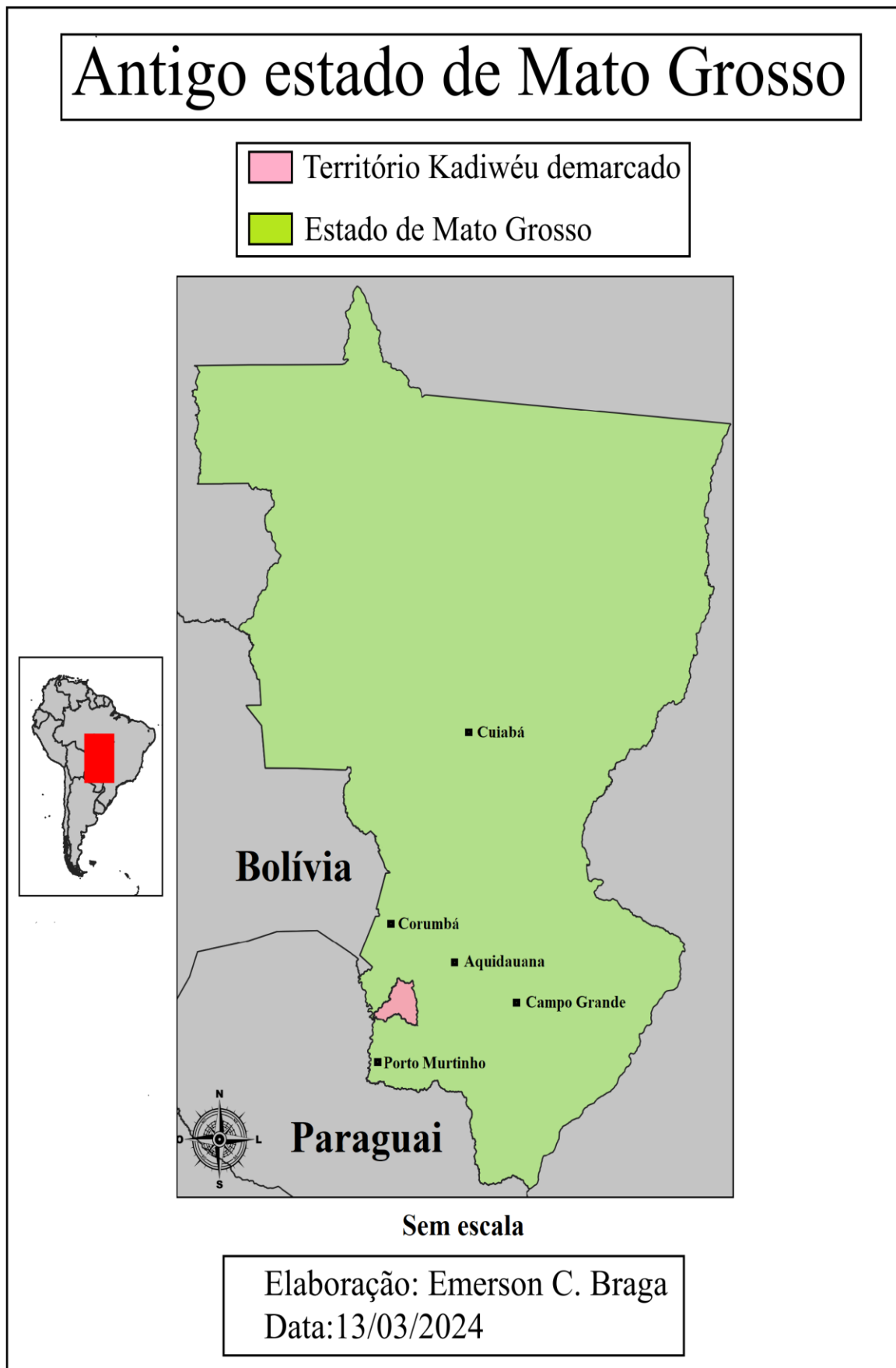
O quarto capítulo analisa a instrumentalização das noções de tutelado pelos indígenas. A partir da documentação, foi elaborada uma análise que ressalta e descortina a capacidade de mobilização indígena a partir de sua condição institucional perante o Estado, com o intuito de expor a sua eficiência para corrigir o SPI e em que medida tal mobilização entranhava-se na política do órgão. Ainda que estivessem tão próximos, os indígenas pareciam estar muito mais distantes e não somente dos Serventuários, mas também dos fazendeiros. Sobre isso, o capítulo foi finalizado com a análise das relações mantidas pelos indígenas com estes últimos (os fazendeiros), ressaltando as sutis estratégias empregadas para defenderem o seu território.

O quinto capítulo foi destinado à análise da apropriação da condição de tutelado pelos Kadiwéu e suas estratégias auxiliares para contra-argumentarem e obstaculizarem o SPI. Por meio da documentação foi desenvolvida uma análise que destaca a faceta cambiável Kadiwéu com relação ao SPI, agindo conforme o contexto enfrentado. Assim, o capítulo inicia a partir de um delineamento do contexto geral no território, dando relevo ao posicionamento do SPI e a situação Kadiwéu. Num segundo momento passamos para a análise da atuação indígena, com os acertos e entendimentos anteriores, focalizando em sua autonomia. Por fim, o capítulo foi concluído com a reconstituição da configuração formada no território até 1967, quando o SPI foi dissolvido via decreto-lei.

O sexto capítulo examina as campanhas de subtração de gado pelos indígenas. A partir de uma análise da documentação, as mobilizações Kadiwéu foram correlacionadas com os acontecimentos que sobrevieram ao território e, sobretudo, a situação enfrentada pelos Terena e Kinikinau. Por esse caminho, o capítulo inicia com a situação experimentada pelos últimos que agregada à pressão dos fazendeiros e o posicionamento do SPI, estimulou a resposta dada pelos Kadiwéu. Num segundo momento, atribuímos contornos a frente formada por indígenas com Serventuários favoráveis e simpáticos à sua causa, demarcando a autonomia indígena em meio a coalizão. O capítulo foi findado com o apontamento do estado de prontidão indígena.

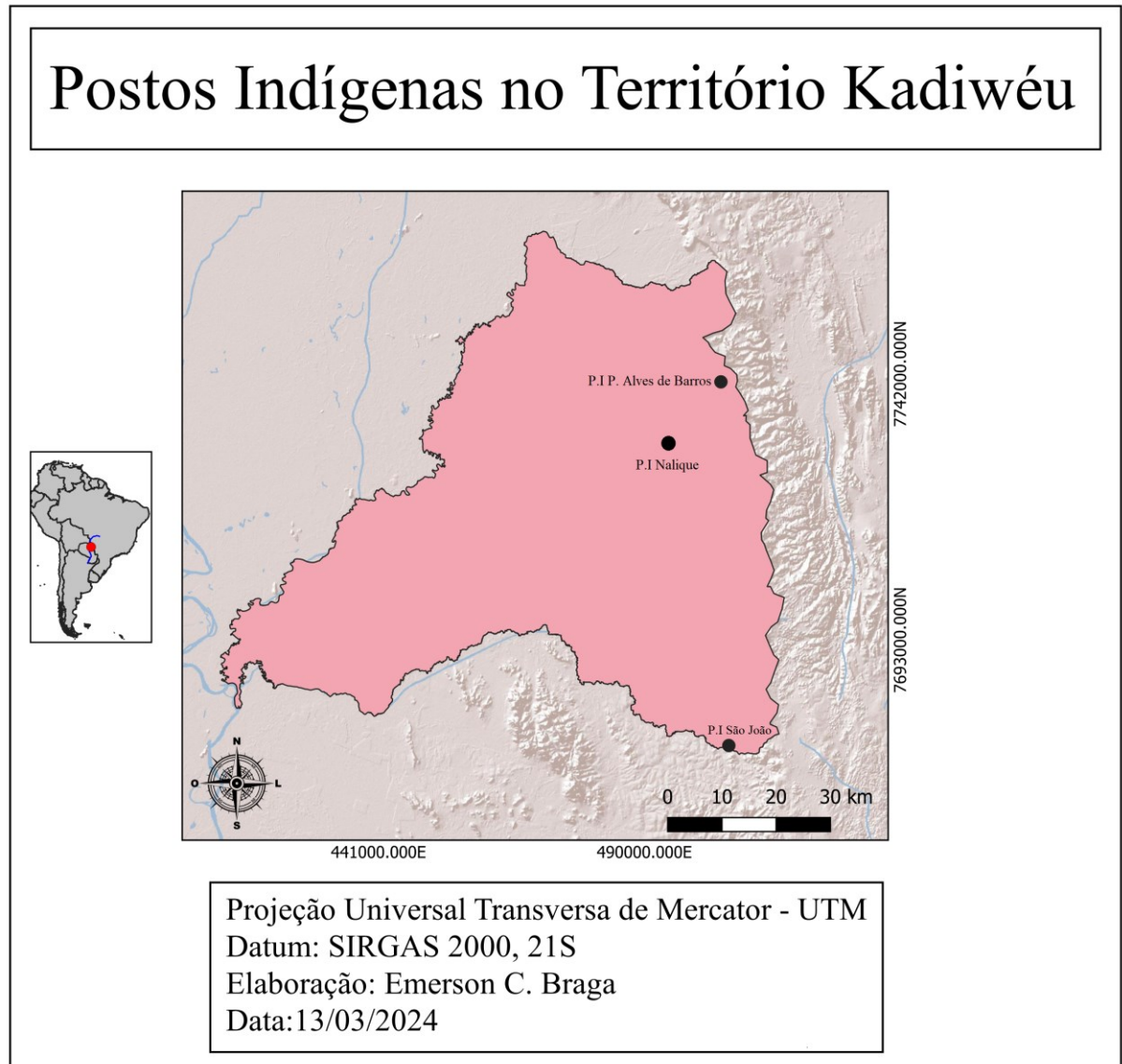
O sétimo capítulo examina o conflito entre os Kadiwéu com grileiros do “Condomínio do Nabileque”. A partir da documentação disponível, foi reconstituída a ação guerreira. Desse modo, o capítulo abre com as razões e motivações indígenas para lançarem a ação, com especial destaque para a aliança formada com um Serventuário. Em seguida, abordamos a ação guerreira coligada com as táticas empregadas e a autonomia indígena. Num terceiro momento, foi frisada a coalizão formada em represália à ação Kadiwéu. Por fim, o capítulo foi concluído com o desfecho do episódio e o apontamento da ação indígena sobre os não-indígenas.

Figura 1: Estado do Mato Grosso



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 2: Postos Indígenas mantidos pelo SPI



Fonte: elaborado pelo autor

Figura 3: Aldeias e pontos de passagens Kadiwéu



Fonte: DOMINGUES SAMPAIO, Renata. *Para além da excepcionalidade: a patrimonialização do monumento indígena marco zero Kadiwéu*. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro, 2018, p. 50⁴⁶

⁴⁶ O mapa foi desenvolvido pelo antropólogo Jaime Garcia junto aos Kadiwéu ao fim da década de 1980 e início dos anos 1990. Domingues Sampaio, por sua vez, teve o cuidado de sinalizar a cores, marcando em vermelho circular os pontos de parada ou passagem dos Kadiwéu e em formato triangular azul as aldeias. Parte das aldeias e pontos de passagem não existiam mais quando o mapa foi elaborado. Em preto retangular estão P.I e fazendas.

1 DO CHACO AO CAMPO DOS ÍNDIOS: UM PANORAMA (XVI-XX)

A homogeneização de populações indígenas nos remontam aos primeiros contatos entre europeus e indígenas. Naquele momento histórico, o navegador genovês Cristóvão Colombo, quem advogava ter desembarcado nas “Índias Orientais”, quando em realidade chegou a uma nova região do globo, atribuiu àquelas pessoas que viu uma identidade: “índio”. Assim, diversas sociedades deste lado do Atlântico, com diferenças culturais colossais entre si, foram unificadas e definidas na interação com o colonizador que historicamente atribui a identidade “índio” valores depreciativos. Certamente, a necessidade de nomear e representar sujeitos, estabelecendo sentidos e significados, é uma necessidade humana⁴⁷, portanto não exclusivamente europeia.

Mas foi parte do projeto colonizador ibérico, entretanto, as *reducciones*. Ainda no Séc. XVI, a *reducción* era um projeto político e “civilizador” para agrupar indígenas em povoados. Tal empreitada era entendida como esforços para tornar os indígenas em “humanos”, isto é, cristãos. Esses esforços tinham por contraste outro pressuposto ibérico: todo indígena a viver “espalhado” pelo campo estava desprovido de uma organização política⁴⁸. Apesar da visão depreciativa europeia e intenções voltadas à dominação, cada povo indígena reagiu, à sua própria maneira, ao contato do colonizador. Em cada caso, teve relevância o dinamismo existente e a criatividade empregada pelos indígenas⁴⁹.

Nesse capítulo versamos o panorama histórico dos indígenas chamados por Mbayá-Guaykurú que por meios próprios dominaram e combinaram uma série de estratégias com que garantiram sua autonomia frente as monarquias ibéricas, a República do Paraguai e ao Estado Brasileiro. Os longos séculos marcados pelo contato e retração as dotaram de acentuada capacidade para compreender, negociar e manipular as políticas não-indígenas. As readaptações culturais e transformações sociais foram inferidas como sinais de decadência nos anos 1940-1950 contradizendo o princípio constante da adaptação e transformação. Foi com este recurso que estabeleceram o poder guerreiro, as relações políticas, as trocas comerciais e as condições de luta mais efetivas para a garantia da autonomia do grupo.

⁴⁷ BRAGA, M. A. Identidade Étnica e os Índios no Brasil. Métis (UCS), Caxias do Sul, v. 4, 2005.

⁴⁸ MELIÁ, Bartolomeu. La Lengua Guaraní del Paraguay. Madrid: MAPFRE, 1992, p. 78.

⁴⁹ OLIVEIRA FILHO, J. P.; FREIRE. Carlos Augusto da Rocha. A presença indígena na formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006, p. 53.

1.1 Entrando no Chaco: o termo *tolderías*

Por meio de uma alcunha, mas também por meio de uma terminologia, entrou para a História, historiografia e antropologia a célebre designação Mbayá-Guaykurú⁵⁰. Estudos historiográficos contemporâneos enfrentam o problemático desafio de identificar o etnônimo de grupos grafados nos arquivos históricos a partir delas⁵¹. Sob a terminologia Guaykurú foram agrupados povos que comporiam partes de uma mesma família linguística, habitantes de uma vasta região comum, por onde transitavam com grandes embates entre si, apesar de todos possuírem uma estrutura social parecida. Assim, a concebida “família linguística guaykurú” encampou diversos grupos: os Abipones, Mocoviés, Tobas, Pilagás, Payaguáes, Mbayáes, Guasarapos e outros⁵².

A essa altura, os registros mais esclarecedores que viraram clássicos e de grande valor dizem respeito as informações legadas por Sanchez Labrador, missionário espanhol que esteve entre tais indígenas no século XVIII. De acordo com seus registros, o etnônimo dos “Mbayá-Guaykurú” era “*Eyiguayeguis*”, que em seu idioma significa “*los oriundos del sitio y palmar que abunda de unas palmas dichas Eyiguá*”⁵³. Em português: “*gente da palmeira eyuguá*”⁵⁴. Essa palmeira, (vide Figura 4) “*também conhecida como carandá (Copernicia cerifera), representava um bem substancial e era destaque quantitativo expressivo na paisagem do habitat étnico*”⁵⁵. Do conteúdo de seu tronco e frutos, esses indígenas extraíam parte importante de sua dieta, bem como dali fabricavam parte de seus adornos⁵⁶.

Foi também Sanchez Labrador quem identificou e registrou as divisões existentes em meio a configuração social dos Eyiguayeguis, que à época estavam organizados em seis

⁵⁰ Nomes indígenas grafados conforme sugerido pela “Convenção para a grafia dos nomes Tribais”, realizada em 1953. Ver SCHADEN, Egon. Leituras de etnologia brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

⁵¹ CARVALHO, Francismar. Formal and informal alliances between Iberians and Native authorities in the heartlands of late-eighteenth-century South America. *Ethnohistory*, v. 70, p. 65-94, 2023, p. 71.

⁵² SUSNIK, Branislava. El indio colonial del Paraguay: t. 3-1: el chaqueño: Guaycurúes y Chanes-Arawak. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1971. p. 18 (agradeço ao meu orientador, por gentilmente ter-me cedido tal obra para leitura).

⁵³ SÁNCHEZ LABRADOR, José. El Paraguay Católico [1780]. v. 1. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 1910, p. 5.

⁵⁴ SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória, identidade e história. Dourados, MS: UFGD, 2014, p. 44.

⁵⁵ Ibidem., 44.

⁵⁶ SÁNCHEZ LABRADOR, José, op. cit., v. 1, p. 153-162.

parcialidades: Cadiguegodis, Guetiadegodis, Gotocogegodegis, Eybegodegis, Lichagotegodis e Apacachodegodegis⁵⁷. As parcialidades, por sua vez, dividiam-se em cacicados “*que hoy día cuentan son bastantes, y cada uno tiene su régulo independiente de los otros*”⁵⁸. Com respeito aos Cadiguegodis, Labrador atestou: “*Son indios feroces, y reputados por bravos aún entre los Eyiguayeguis*”⁵⁹. Informação importante, pois os Kadiwéu⁶⁰ são remanescentes dos Cadiguegodis⁶¹.

Com relação ao significado de seus nomes, também identificados por Labrador, cada um faz referências aos elementos da geografia local de onde tais grupos habitavam ou onde eram originários⁶². Assim, os Cadiguegodis (povo da região do rio Cadigigi), Guetiadegodis (povo das montanhas), Gotocogegodegis (povo da região da madeira de confecção dos arcos), Eybegodegis (os escondidos), Lichagotegodis (povo da terra vermelha) e Apacachodegodegis (povo da região das emas)⁶³. À época, as duas primeiras parcialidades estavam na margem ocidental do Rio Paraguai, mas com cacicados no outro lado. E na margem oriental estavam as quatro restantes⁶⁴.

Desse modo, há uma nítida faceta de descentralização na organização social dos Eyiguayegui, divididos por parcialidades e cacicados, conferindo a cada um dos grupos menores um grau elevado, senão absoluto, de autonomia. A antropóloga Susnik, em busca de identificar os “Mbayá-Guaykurú” em meio a “família linguística guaykurú”, procedeu com uma operação composta por duas etapas: uma de separação e outra de concatenação. E com isso, chegou a conceituar dois grupos: os yiqui do sul e os yegi do norte. Ambos comungavam

⁵⁷ Ibidem, p. 255-259.

⁵⁸ Ibidem, p. 255.

⁵⁹ Ibidem, p. 255.

⁶⁰ Os Kadiwéu autointitulam (etnônimo) o seu povo de “Ejiwajegi”. Ver PIRES, Gilberto. Sou professor Ejiwajegi/Kadiwéu. *Tellus*, ano 19, n. 39, maio/ago, p. 309–313, 2019. O nome Kadiwéu foi mantido porque historicamente a sociedade não-indígena reconhece em tal designação o povo referido.

⁶¹ RIBEIRO, Darcy. *Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 17.

⁶² SÁNCHEZ LABRADOR, José, op. cit., v. 1, p. 255-259.

⁶³ SILVA, Giovani. De Mbayá-Guaikurú a Kadiwéu: uma sociedade de artistas e guerreiros. In: CHAMORRO, Graciela. COMBÈS, Isabelle (Orgs). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados, MS: UFGD, 2015, p. 278.

⁶⁴ HERBERTS, Ana Lúcia. *Os Mbayá-Guaikurú: área, assentamento, subsistência e cultura material*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1998. p. 37- 40. (Agradeço ao orientador pela indicação de leitura)

traços socioculturais comuns, como seus mitos de origem/fundação do grupo, o etos voltado para atividades belicosas, os ritos xamânicos, entre outros⁶⁵. O resultado alcançado pela autora foi fruto de um sofisticado exercício teórico-metodológico, contudo, ainda mantinha um efeito abrangente.

Figura 4: “Palma Namogoligi”.



Fonte: SÁNCHEZ LABRADOR, José, op. cit., v. 1,

Devido a isso, é utilizado nas produções historiográficas mais recentes sobre o tema, a substituição de um termo geral como Mbayá-Guaykurú pelo conceito de *Tolderías*⁶⁶. Não por

⁶⁵ SUSNIK, El indio colonial del Paraguay... op. cit., p. 22-23.

⁶⁶ Ver CARVALHO, Francismar. Formal and informal alliances... op. cit.,; ERBIG, Jeffrey A., Jr. 2020. Where Caciques and Mapmakers Met: Border Making in Eighteenth-Century South America. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

apenas fazer referência direta às habitações montadas pelas parcialidades (os toldos⁶⁷), mas o seu uso procura também e principalmente, destacar que cada cacicado⁶⁸ estava apto a tomar suas próprias decisões, independentes uns dos outros. Já que as lealdades dos grupos estavam atreladas aos próprios membros de sua *toldería* em detrimento de uma suposta comunidade total Mbayá-Guaykurú. Porém não ignorando ainda que redes familiares e matrimoniais eram formadas entre umas e outras⁶⁹.

Desse modo, em seu apogeu, na primeira metade do século XVIII, as *tolderías* estabeleceram um extenso domínio territorial no centro da América do Sul, do qual incluía as duas margens do Rio Paraguai⁷⁰ (vide Figura 5). Contudo, sem formarem uma centralização política⁷¹, podendo competir entre si⁷². Estava incluso nesses domínios as aludidas palmeiras na margem ocidental do Rio Paraguai⁷³, numa região denominada Chaco, também local de origem dos Eyiguayeguis⁷⁴.

⁶⁷ Os toldos eram desmontados e carregados sobre os cavalos e erguidos em menos de quatro minutos. Ver SERRA, Ricardo Franco de Almeida. “Continuação do parecer sobre os índios Uaicuru’s, Guana’s, etc.”, Coimbra, 2 fev. 1803. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 13, 1850, p. 352. As esteiras para formar os tetos eram feitas de juncos, ou de ênea (Ciperáceas). Ver HERBERTS, op. cit., p. 118-119. O chão era recoberto com couros de diversos animais (onças, bois, cervos e porcos selvagens). Havia também habitações fixas nas cercanias das serras. Durante o tempo das cheias, para lá ficavam os idosos, doentes, grávidas e as mulheres com filhos de colo. Ver FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1792): Memórias: antropologia v. 2. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971, p. 79.

⁶⁸ Nos tempos de paz e de guerra, as *tolderías* organizavam-se em assembleias. Os anciãos, o Cacique e os guerreiros mais destacados tinham grande influência no momento dos votos. Ver AZARA, Félix de. Viajes por la América Meridional [1781-1801]. v. 2. Madrid: Espasa-Calpe, 1969, p. 65. Nas assembleias as mulheres possuíam ativa e intensa participação. Ver SÁNCHEZ LABRADOR, José, op. cit., v. 1, p. 249. A obediência ao Capitão não era nada absoluta. Passível de abandono mediante desgostos pelos liderados. Ver LOZANO, Pedro. Descripción corográfica del Gran Chaco Gualamba [1733]. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 1941, p. 62. Dessa maneira, seu poder estava atrelado à capacidade de servir aos membros da *toldería*. Tal característica de organização social foi analisada em outras sociedades indígenas. Ver SOMMER, Barbara. The Amazonian Native Nobility in Late-Colonial Para. In: Native Brazil: Beyond the Convert and the Cannibal, 1500-1900, edited by Hal Langfur, 108-131. Albuquerque, NM: University of New Mexico, 2014.

⁶⁹ CARVALHO, Francismar. Formal and informal alliances... op. cit., p. 70-71.

⁷⁰ HERBERTS, op. cit., p. 37.

⁷¹ OBERG, Kalervo. The Terena and the Caduveo of Southern Mato Grosso, Brazil. Washington, D.C.: Smithsonian Institution, Institute of Social Anthropology, Publication No. 9, 1949, p. 2.

⁷² SERRA, Ricardo Franco de Almeida. “Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurus e Guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes”, 2 fev. 1803. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 7, 1845, p. 205.

⁷³ SÁNCHEZ LABRADOR, José, op. cit., v. 1, p. 266.

⁷⁴ AZARA, Félix de. Viajes por la... op. cit., p. 58.

Em quéchua, Chaco significa “campo de caça”, e está localizado no centro da América do Sul. Atualmente, suas fronteiras não correspondem àquelas culturais do passado, sobretudo dos séculos XVI-XVIII. A região delimita-se pelas primeiras cordilheiras dos andes, pelas serras na região central do Brasil, pela região sul de Chiquitos, englobando os Pampas argentinos e os campos de Mato grosso. É uma área em depressão e sua geografia constitui-se de vastas planícies inóspitas: desde solo seco que força populações a procurarem locais onde haja lagos e poços d’água propensos a desaparecerem, até regiões pantanosas. De temperatura variada durante o ano e de Leste-Oeste/Norte-Sul, conta com fortes chuvas, secas de 6 meses, altas temperaturas e a noite despencando abaixo de zero⁷⁵.

Figura 5: Extensão territorial alcançada pelas tolderías⁷⁶



Fonte: ROLLER, Heather F.: *Contact Strategies: Histories of Native Autonomy in Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 2021.

⁷⁵ MÉTRAUX, Alfred. Ethnography of the Chaco. In: STEWARD, Julian (Ed.). *Handbook of South America Indians*. v. 1. Washington: Cooper Square Publishers, 1963. p. 197-199.

⁷⁶ No mapa estão ilustrados o atual Território Kadiwéu demarcado, os fortes, as missões, as vilas e cidades fundada pelos europeus.

Em contato com essa região, ainda nos primórdios do processo de conquista, os espanhóis desenvolveram uma relação de contraste com a própria região e seus habitantes. Para os espanhóis era um local hostil, povoado por povos rebeldes, traiçoeiros e perigosos. Assim, ao contrário dos Guaraní, vistos como “índios amigos” que gozavam da condição política de aliança, para os chaquenhos nada mais caberia além de entradas para reduzi-los à escravidão. Decerto, os povos ali moviam tenaz e obstinada resistência às imposições e intenções espanholas⁷⁷. E em tal contexto, os Eyiguayeguis eram um dentre vários povos habitantes de tal região (vide Figura 6).

⁷⁷ SUSNIK, El indio colonial del Paraguay... op. cit., p. 9-11

termos não são autoatribuídos, de tal sorte que o seu uso corrente era devido ao contexto de aliança Espanhol-Guarani no período colonial.

Em realidade, os Guarani já intitulavam indistintamente aos seus vizinhos do Chaco com a palavra Guaykurú, nos anos iniciais do processo de conquista colonial⁸¹, generalizando a denominação depreciativa e imprecisa. Assim, quando os indígenas inimigos de Assunção viraram equestres e incertaram incursões que vinham de dentro do Chaco e arrebentavam pela fronteira sul em direção à Assunção, os espanhóis, no esforço de identificação, faziam uso da alcunha aprendida. Dessa forma, qualquer grupo que fosse quedava na designação Guaykurú, transformada agora em sinônimo de perigo/ameaça⁸². Porém, aqueles mesmos povos inimigos de Assunção, da região Norte do Chaco que habitavam em *Tolderías*, continuaram referidos como Mbayá, passando aos registros espanhóis duas nomenclaturas como que pertencentes à dois povos distintos, dado a convergência de: diferentes autores, diferentes momentos históricos e diferentes lugares⁸³.

De pedestres à equestres: expansão militar e sociedade

Ainda no século XVI, quando da chegada dos espanhóis naquela região do Chaco, as *tolderías* eram grupos “caçadores-coletores-pescadores pedestres nômades”⁸⁴. E o explorador Cabeza de Vaca, enquanto governador do Paraguai, registrou que por volta de 1540, efetuou uma expedição em represália aos ataques sofridos por *tolderías* contra indígenas vassalos da coroa. Segundo os registros, os Guarani os tinham por muito temidos, atacando povoados, cativando mulheres, sempre em busca de palmeiras e acompanhando o movimento da caça⁸⁵. Mas, apesar dos danos infligidos, os espanhóis enviaram pedidos de amizade que, em resposta, “*se pusieron en arma contra ellos, diciendo que no querían dar la obediencia ni ser*

⁸⁰ BOGGIANI, Guido. Cartografía lingüística del Chaco por el Dr. Daniel G. Brinton. Revista del Instituto Paraguayo, Asunción, año II, n. 16, p. 106-137, 1899, p. 9.

⁸¹ SUSNIK, El indio colonial del Paraguay... op. cit., p. 18.

⁸² Ibidem., p. 23.

⁸³ HERBERTS, op. cit., p. 20-21.

⁸⁴ HERBERTS, op. cit., p. 23.

⁸⁵ CABEZA DE VACA, Álvar Núñez. Naufragios y comentarios, con dos cartas. 2. ed. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1946. p. 201-204.

*amigos de los españoles ni de los indios guaraníes, y que se fuesen luego de su tierra; y así, les tiraron muchas flechas, y vinieron de ellos heridos;*⁸⁶.

Nos relatos de Cabeza de Vaca fica patente o ímpeto das *tolderías* em manterem-se autônomas, isto é, continuar a organizar-se em sociedade, tal qual como lhes bem apossasse. De fato, os indígenas já assumiam que ficarem “amigos” dos espanhóis implicava render-lhes obediência. Mas, em sentido contrário, dispensavam menosprezo aos espanhóis e Guaraní, conforme os registros do espanhol

[...] oyeron los atambores que tañían los indios guaycurúes; los cuales estaban cantando y llamando todas las nasciones, diciendo que viniesen a ellos, porque ellos eran pocos y más valientes que todas las otras nasciones de la tierra, y eran señores de ella y de los venados y de todos los otros animales de los campos, y eran señores de los ríos, y de los pesces que andaban en ellos;⁸⁷

Assim, há um senso intrépido nessas *tolderías*, desafiando todas as “nações”. Mas há aí também uma distinta perspectiva senhorial, pois reclamavam como senhores dos rios e dos campos, bem como de tudo que dali fosse extraído. Talvez isto seja uma postura necessária mediante as dificuldades topográficas presentes no Chaco⁸⁸, aliado com as disputas locais⁸⁹. Mas no desfecho do episódio narrado por Cabeza de Vaca, as forças indígenas sob seu comando, durante a noite, atacaram de surpresa e conseguiram infligir derrota naquelas *tolderías*, levando parte do grupo cativo até Assunção⁹⁰. Durante esse embate, houve grande espanto e temor pelas *tolderías* ao presenciarem cavalos pela primeira vez⁹¹.

Fazendo uso de uma estratégia, Cabeza de Vaca fez liberto um desses indígenas que, sendo presenteado com os mais variados itens, fora ordenado retornar a *toldería*, certamente procurando demonstrar que os espanhóis não eram apenas poderosos, mas também generosos. Passados quatro dias e para espanto geral, *tolderías* aparecem em Assunção aceitando a

⁸⁶ Ibidem, p. 204.

⁸⁷ Ibidem, p. 217.

⁸⁸ Segundo Ana Lúcia Herberts, o ambiente do Chaco forçava-os a constantes deslocamento em busca de locais para sustento, principalmente nos períodos de seca, em que eram compelidos a esquadrihar a região até situarem próximos a lagoas, pântanos e charcos, onde encontravam água potável e caça. Ver HERBERTS, op. cit., p. 100-101.

⁸⁹ Ibid., p. 23. Segundo Herberts, naquela região era corrente as relações de caráter conflituoso entre os diversos grupos que também estavam em busca dos mesmos meios de subsistência num ambiente hostil. Tal situação potencialmente estaria relacionada com o desenvolvimento de um etos senhorial.

⁹⁰ CABEZA DE VACA, Álvaro Núñez. Naufragios... op. cit., p. 220-221.

⁹¹ Ibidem, p. 218.

amizade dos espanhóis e estabelecendo práticas de comércio na cidade⁹². A essa mudança repentina no século XVI pode-se atribuir a alguns fatores. O primeiro seria a circunstância que os levou a derrota⁹³: os cavalos. Já a outra razão para tal mudança foi o acesso a produtos europeus⁹⁴, do qual já procuravam obter por meio de incursões contra os espanhóis. Assim, o comércio feito em Assunção foi duplamente interessante para os indígenas por espionarem os espanhóis⁹⁵.

E de volta ao Chaco, foi ali que em algum momento a partir do século XVI e início do século XVII⁹⁶, ou anterior à metade do último, que os indígenas apropriaram cavalos de origem espanhola, efetuado uma alteração profunda em sua organização econômica, social e política⁹⁷. A partir disso viraram uma sociedade equestre⁹⁸, grafados posteriormente nos registros portugueses como “índios cavaleiros”⁹⁹. Ainda antes do contato com não-indígenas as *tolderías* já ostentavam certa preponderância sobre outros chaquenhos, mas consolidaram-na pelos séculos seguintes, mediante o desenvolvimento de um modelo guerreiro de “índio-cavaleiro” submetendo outros povos de lugares distantes, ampliando seus domínios territoriais no processo¹⁰⁰.

O complexo cultural do “índio-cavaleiro” encontrou as condições ideais nas naturais planícies e campos chaquenhos, em que o uso do cavalo fornecia mobilidade e eficiência para povos caçadores. Ao mesmo tempo que também adequavam às táticas de incursões rápidas e frequentes de rapina contra grupos sedentarizados¹⁰¹. A velocidade com que penetravam pelas

⁹² Ibidem, p. 225-227.

⁹³ Não é possível descartar o fator do ataque surpresa.

⁹⁴ A prática de comércio em Assunção estava vinculada com a relação que as *tolderías* desenvolveram com os Chaná. Ver CARVALHO, Francismar. Viajantes, mareantes e fronteiriços: relações interculturais no movimento das monções – Século XVIII. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2006, p. 65.

⁹⁵ HERBERTS, op. cit., p. 24.

⁹⁶ Ibidem, p. 25.

⁹⁷ MÉTRAUX, Alfred. Ethnography of... op. cit., p. 202-203.

⁹⁸ CARVALHO, Francismar. Viajantes, mareantes e... op. cit., p. 69.

⁹⁹ PRADO, Francisco Rodrigues do. “História dos índios cavalleiros ou da nação guaycuru” [1795]. RIHGB, v. 1. p. 21.

¹⁰⁰ SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória... op. cit., p. 43.

¹⁰¹ GALVÃO, Eduardo. O Cavalo na América Indígena; nota prévia a um estudo de mudança cultural. Revista do Museu Paulista, Nova Série, São Paulo, v. XIV, p. 221-232, 1963, p. 221.

vastas regiões fariam parecer aos demais indígenas pedestres que estavam em diferentes locais simultaneamente. Reforçados ainda com a possibilidade do uso de armamentos mais pesados sob cavalos, tornando-os irresistíveis nos combates corpo-a-corpo e intensificados pelo efeito psicológico do temor causado pelos cavalos¹⁰².

Assim, reorganizando as suas forças traumatizadas dos primeiros encontros com os espanhóis¹⁰³, a modificação promovida foi em tal grau que passaram a fazer frente aos ibéricos na região. Visto que, dispondo da enorme mobilidade permitida pelas montarias, passaram a efetuar ataques não apenas em locais distantes, onde habitavam outros povos indígenas. Mas, de fato, fazendo-os tão constantes sobre as instâncias de gado espanhóis, a ponto de tornarem-se uma ameaça direta à Assunção¹⁰⁴, ainda que montando em pelo sobre seus cavalos¹⁰⁵. Deve-se acrescentar a isso a incorporação do ferro em suas armas, como nas lanças, facas e machados, aumentando o poder das investidas¹⁰⁶.

Nesse sentido, foi Felix de Azara, militar e intelectual espanhol do século XVIII, quem relatou acontecimentos envolvendo as *tolderías*. Segundo ele, elas cruzaram o Rio Paraguai e atacaram um povoado Guaraní sob a direção de missionários jesuítas, em 1661, chamado Santa Maria de la Fe, levando ao seu desmantelamento. Também destruíram a cidade de Xerez, com muitas dessas *tolderías* não mais retornado para a outra margem do Rio Paraguai. E prosseguindo em suas incursões, por volta da década de 1670, assaltaram as aldeias Pitun, Ipané e Guarambaré, tomando dali um botim de muitos cavaleiros. Assim, as *tolderías* apropriaram toda a província do Itatim, promovendo a renomeação da topografia regional. Ainda incursionando em direção ao sul, atacaram a aldeia de Tobaty, provocando o seu desalojamento. Atacaram instâncias de gado espanholas, matando muitos até as proximidades de Assunção¹⁰⁷, atacaram ainda a cidade de Curuguaty. Felix de Azara chegou até mesmo a

¹⁰² BALDUS, Herbert. Introdução. In: BOGGIANI, Guido. Os Caduveos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 20.

¹⁰³ RIBEIRO, DARCY. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 62.

¹⁰⁴ MÉTRAUX, Alfred. Ethnography of... op. cit., p. 203.

¹⁰⁵ AZARA, Félix de. Viajes por la... op. cit., p. 64.

¹⁰⁶ OBERG, Kalervo. The Terena and the Caduveo... op. cit., p. 3.

¹⁰⁷ Nas incursões, as *tolderías* utilizavam espiões que iam à frente mapear a situação. Após consultar os xamãs, empreendiam ataques ou recuavam. Efetuavam ofensivas quando julgavam chances seguras de vitória com butins satisfatórios por meio de ataques surpresas. As *tolderías* consideravam a maneira de fazer guerra dos ibéricos uma tolice, pois o confronto aberto expunham os europeus a possibilidade de sofrerem grandes baixas para obter pequenas vantagens. Ver SERRA, Ricardo Franco de Almeida. "Continuação do parecer... op. cit., p. 367-370.

afirmar que faltou muito pouco para que a presença dos espanhóis não fosse exterminada do Paraguai¹⁰⁸.

Assim, as *tolderías* moviam-se intrepidamente por seus domínios territoriais, que eram conquistados: “*esparcida en estas dilatadas tierras, no reconoce toda ella una sola cabeza á la cual viva toda su altivez sujeta*”¹⁰⁹. Desse modo, após 1650, já apossavam a região da Vacaria, mas mantendo-se ainda na região oriental¹¹⁰, assenhorando-se da região do Pantanal e do alto Rio Paraguai, ponto de divisão entre as duas coroas ibéricas¹¹¹. O assenhoreamento de toda a vasta região gerou diversos prejuízos para os empreendimentos portugueses. Uma vez realizada as incursões a leste, estabeleceram domínios não apenas sobre as terras, mas nos rios também, inviabilizando a livre navegação das monções portuguesas em direção à Cuiabá. Muitos dos fluxos fluviais, bem conhecidos pelos paulistas e até os mais importantes, foram impossibilitados¹¹².

Segundo Francisco Rodrigues Prado, militar português do século XVIII, os primeiros súditos da coroa portuguesa a tomarem conhecimento das *tolderías* foram os bandeirantes paulistas, que já os viram como senhores de abundante gado vacum, cavalares e lanígero¹¹³. E foi o próprio militar português quem relatou como ocorriam os encontros entre tais forças

Com os cavalos se fizeram temíveis aos outros selvagens, e os mesmos paulistas. Que não saham ao sertão senão com grande levada, receavam encontrá-los em campo limpo, pelo modo como que eram acometidos. Tanto que os Gauycurús os viam, ajuntavam os cavalos e bois, e cobrindo os lados, os apertavam de sorte que, com a violência com que iam, rompiam e atropellavam os inimigos, e elles com a lança matavam quantos encontravam diante. O único remédio que tinham os paulistas para escapar era o metterem-se no mato;¹¹⁴

A razão para os bandeirantes paulistas encontrarem tais indígenas é porque entravam para o interior do continente. E como ficou bem explícito do registro de Prado, as *tolderías*

¹⁰⁸ AZARA, Félix de. Viajes por la... op. cit., p. 58-59.

¹⁰⁹ SÁNCHEZ LABRADOR, José, op. cit., v. 1, p. 254.

¹¹⁰ CARVALHO, Francismar. Viajantes, mareantes e... op. cit., p. 69.

¹¹¹ ROLLER, Heather F. Contact Strategies... op. cit., p. 40.

¹¹² CARVALHO, Francismar. Viajantes, mareantes e... op. cit., p. 75. Entre os alvos dos ataques estavam colonos, exploradores e comerciantes que, em busca de minérios, incursionavam para o interior portando prata. O metal era um adorno de distinção social entre os indígenas. Ver HERBERTS, op. cit., p. 47-48.

¹¹³ PRADO, Francisco Rodrigues do. “História dos índios... op. cit., p. 22.

¹¹⁴ Ibidem, p. 22-23.

estabeleceram tenaz resistência. De tal forma que sua expansão a leste os tornou temíveis ao ponto de provocar o abandono de rotas que vinham da América Portuguesa em direção ao interior, sobretudo para a Vacaria. Tal abandono resultou no esquecimento dos trajetos pela região¹¹⁵. Assim, os prejuízos para a Coroa Portuguesa foram elevados¹¹⁶, intensificados com as alianças feitas com os Payaguá¹¹⁷. A atividade guerreira para as *tolderías* era duplamente uma fonte de riquezas e prestígio social, cujo ideal máximo de sua cultura era a figura do herói guerreiro¹¹⁸.

Desse modo, internamente erigiam uma estratificação social já anterior à adoção dos cavalos¹¹⁹, composta por três estratos. No primeiro estavam os Capitães e Donas, em segundo estavam os “soldados” (ou indígenas “comuns”) e no terceiro estavam os cativos, muitíssimo mais numerosos do que os dois primeiros. O estrato dos Capitães e Donas eram de caráter hereditário, semelhante a linhagens de nobres, casando-se entre si¹²⁰, apesar de existirem Capitães que recebiam o título como favor quando nascia o filho de um Capitão de sangue,

¹¹⁵ Notou-se o efeito quando da terceira comissão demarcadora de limites para determinar a fronteira entre os domínios portugueses e espanhóis acordados pelo Tratado de Madri. Em 1754, ao perfazerem o antigo itinerário desbravado pelos paulistas, os caminhos foram acentuadamente modificados. Ver CARVALHO, Francismar. Viajantes, mareantes e... op. cit., p. 80-81, 95.

¹¹⁶ Francisco Prado registrou que as *tolderías* incursionaram em 1771 nos domínios lusitanos de nome Croará, capturando escravizados e indígenas. Em 1774, por duas vezes incursionaram na praça dos Prazeres, localizado nas proximidades do Rio Iguatemy, queimando casas da região e matando moradores. Em 1775, realizaram ataques na Vila Maria, cativando pessoas, matando outras e ocasionando prejuízos às fazendas. Após um balanço dos embates, Prado avaliou que aproximadamente 4 mil lusitanos foram mortos, fora os prejuízos materiais. Ver PRADO, Francisco Rodrigues do. “História dos índios... op. cit., p. 35.

¹¹⁷ Os Payaguá foram formidáveis navegadores. Controlavam diversos pontos de navegação ao longo do Rio Paraguai e afluentes. Praticando assaltos às monções portuguesas, chegaram às “portas” de Cuiabá. O raio de ação também abrangia vários afluentes na parte oriental, em busca de itens e cativos para comércio. Elaboraram um sofisticado sistema de negociação com não-indígenas em Assunção. O quanto mais em contato, mais tomavam conhecimento, por meios próprios, sobre o funcionamento de aspectos políticos e econômicos não-indígenas mas sempre reafirmando a sua identidade e repelindo as influências culturais dos assuncenhos. A aliança não era tão harmoniosa. Os Payaguá moviam intrigas contra as *tolderías* aos ouvidos dos assuncenhos, enquanto as *tolderías* conformavam apoio com os lusitanos. Ver CARVALHO, Francismar. Viajantes, mareantes e... op. cit., p. 60, 219-221, 224, 234. A aliança perdurou, mais ou menos, entre 1710-1768. As *tolderías* aprenderam o uso da canoa no processo. Ver PRADO, Francisco Rodrigues do. “História dos índios... op. cit., p. 32-35. Quando dissolvida a aliança, os Payaguá fixaram nas proximidades de Assunção. Ver CORRADINI, Cirlene. Os Guaikuru-Kadiwéu... op. cit., p. 50.

¹¹⁸ RIBEIRO, DARCY. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 20. Nas incursões utilizavam jaquetas de couro de onças, reputadas como impenetráveis a qualquer ataque. Certamente relacionados com a ferocidade e força do animal. Ver PRADO, Francisco Rodrigues do. “História dos índios... op. cit., p. 32.

¹¹⁹ SCHADEN, Egon. Relações intertribais e estratificação social entre índios sulamericanos. São Paulo: Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Sociologia: Revista Didática e Científica vol. X, n. 2-3, 1948, p. 202.

¹²⁰ PRADO, Francisco Rodrigues do. “História dos índios... op. cit., p. 23.

formando os Grandes Capitães (por sangue-nascimento) e os Capitães Menores, que não legavam título para a geração seguinte¹²¹. O estrato dos soldados não gozava dos serviços prestados por servos Chaná, restritos à classe dos “nobres”¹²². Os soldados dividiam entre si por meio de gradações que observavam a quantidade de cativos, de cavalos e das honras alcançadas nas guerras¹²³.

Os cativos¹²⁴, por sua vez, eram mulheres¹²⁵ e crianças capturadas em incursões sobre outros povos ou também compradas desses¹²⁶. Eram formados por Xamacocos, Bororós, Chiquitos, Kayapós, Caboré¹²⁷, europeus, africanos¹²⁸, dentre outros. A prática da compra e captura compensava a decrescente demografia, dado a prática do infanticídio¹²⁹. Mas também vista pelos indígenas como o mais adequado ao estilo de vida em *toldería*¹³⁰, quando as mulheres optavam por terem filhos após 30 anos de idade¹³¹. Havia também cativos que antes foram fugitivos de missões jesuíticas, vilas ou cidades¹³². De forma geral, por livre vontade, esses recusavam-se retornarem para o poder dos ibéricos¹³³. Foi estimado que em 1802, os

¹²¹ SÁNCHEZ LABRADOR, José. El Paraguay Católico [1780]. v. 2. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 1910, p. 19-21.

¹²² SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memoria... op. cit., p. 45.

¹²³ OBERG, Kalervo. The Terena and the Caduveo... op. cit., p. 2.

¹²⁴ Era dever dos cativos servirem aos senhores no abastecimento do toldo, provendo água, lenha e outros víveres. Ver SÁNCHEZ LABRADOR, José, op. cit., v. 1, p. 251. Os cativos também cuidavam dos cavalos e do cultivo da terra, mas nunca coagidos imperiosamente. Ver AZARA, Félix de. Viajes por la... op. cit., p. 63. Segundo Almeida Serra, os cativos eram tratados e criados com “extremo mimo e amor”. Ver SERRA, Ricardo Franco de Almeida. “Parecer Sobre... op. cit., p. 205.

¹²⁵ CABEZA DE VACA, Álvar Núñez. Naufragios... op. cit., p. 201.

¹²⁶ SERRA, Ricardo Franco de Almeida. “Parecer Sobre... op. cit., p. 205.

¹²⁷ Ibidem, p. 211.

¹²⁸ SÁNCHEZ LABRADOR, José, op. cit., v. 1, p. 42.

¹²⁹ RIBEIRO, DARCY. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 64.

¹³⁰ AZARA, Félix de. Viajes por la... op. cit., p. 67.

¹³¹ SERRA, Ricardo Franco de Almeida. “Continuação do parecer... op. cit., p. 357.

¹³² Os fugitivos incorporados como cativos ao toldo eram pontes entre o mundo ibérico para o mundo indígena. Os longos anos vividos sob o poder ibérico era estratégico. Um valioso instrumento para as *tolderías* analisarem as intenções e objetivos europeus. ROLLER, Heather F. Contact Strategies... op. cit., p. 50.

¹³³ Ibidem, p. 55. Apesar da condição de cativo, os indivíduos que engrossavam tal estamento tinham o direito, nas incursões guerreiras, de reterem para si os espólios capturados, fosse outros cativos, cavalos ou quaisquer objetos. Dessa maneira, poderiam estabelecer, mediante méritos guerreiros, casamentos e antiguidade, uma

Eyiguayeguis “puros” contabilizavam 10% do todo social¹³⁴. Os cativos estavam passíveis de venda em Assunção¹³⁵, situação totalmente oposta à dos Chaná¹³⁶.

Com os Chaná¹³⁷, denominação genérica para uma série de grupos sedentarizados lavradores do Chaco¹³⁸, as *tolderías* desenvolveram uma “relação simbiótica”. Sendo-lhes imposto o pagamento de tributos e serviços, mas em troca, as *tolderías* eram obrigadas ao fornecimento de proteção guerreira. Os grupos Chaná já possuíam sua própria estratificação, havendo linhagens de chefes hereditários e de indígenas “comuns”, em que os membros do cacicado Chaná casavam-se com caciques Eyiguayeguis¹³⁹. Nessa simbiose tinham acesso a produtos de origem europeia via seus “patrícios” e participavam de incursões¹⁴⁰. Nessa interação, as *tolderías* não chegaram a constituir uma organização militar homogênea que fosse capaz exercer qualquer tipo de controle total sobre os Chaná. Em realidade, os Chaná continuaram com suas próprias vilas, terras, chefes e organização social¹⁴¹. Mas ainda que vivessem separadamente, ambos eram ligados¹⁴². Nessa interação estavam em contato povos agricultores sedentarizados e *tolderías* volantes em constante movimentação¹⁴³.

Os aspectos da atividade guerreira, que numa relação macro, é entrelaçada com a simbiose dos Chaná, com a organização social estratificada, com domínios territoriais e com

consideração e independência dentre os membros da *toldería*, também tendo poder de voto nas assembleias do grupo. Ver SERRA, Ricardo Franco de Almeida. “Continuação do parecer... op. cit., p. 371-372

¹³⁴ RIBEIRO, DARCY. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 64. Os cativos eram adotados como filhos ou então casavam-se com outros membros das *tolderías*, ainda que continuassem mantendo a condição de cativos. Ver SERRA, Ricardo Franco de Almeida. “Parecer Sobre... op. cit., p. 206.

¹³⁵ SERRA, Ricardo Franco de Almeida. “Continuação do parecer... op. cit., p. 372. Os cativos também estavam passíveis de abandono, caso mostrassem-se refratários aos senhores. Nessa situação, tinham os presentes doados pelo senhor recolhidos e excluídos da convivência no toldo.

¹³⁶ CARVALHO, Francismar. Viajantes, mareantes e... op. cit., p. 67.

¹³⁷ Os Terena, Kinikinau e Layana, são os remanescentes. Ver SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória... op. cit., p. 46.

¹³⁸ Os Chaná, de forma muito abrangente, eram grupos de língua Aruak. Ver OBERG, Kalervo. The Terena and the Caduveo... op. cit., p. 1.

¹³⁹ Ibidem,

¹⁴⁰ CARVALHO, Francismar. Viajantes, mareantes e... op. cit., p. 65.

¹⁴¹ OBERG, Kalervo. The Terena and the Caduveo... op. cit., p. 2.

¹⁴² Segundo Almeida Serra, os Chaná incorporavam-se facilmente nas *tolderías*, como filhos dali nascidos. Ver SERRA, Ricardo Franco de Almeida. “Parecer Sobre... op. cit., p. 209.

¹⁴³ SÁNCHEZ LABRADOR, José, op. cit., v. 1, p. 268-269.

os butins das incursões, também é notável na mitologia desses grupos. Dentre seus mitos origem, registrou-se um bem significativo no Séc. XVIII: o mito do Caracará

Dizem que, depois de serem creados os homens, e com elles repartidas as riquezas, uma ave de rapina que no Brazil chamam Cardcará se lastimára de não haver no mundo Guaycurú; que os creára e lhes déra o porrete, a lança, o arco e as flechas, e dissera que com aquellas armas fariam a guerra ás outras nações das quaes tomariam os filhos para captivos, e roubariam o que pudessem: mas a este seu creador não tributam culto algum, antes o matam as vezes que podem.¹⁴⁴

A atividade guerreira estava culturalmente racionalizada e explicada. Funcionava por meio de uma lógica particular, que atuava dentro de seus paradigmas. Sobre isso, um certo antropólogo investiu com análises que auxiliam valorosamente na melhor compreensão do caso,

Os elementos para os quais apela a mitologia Mbayá para justificar o comportamento guerreiro são, como se viu: o número reduzido dos ancestrais criados e a distribuição injusta das terras e das riquezas. Por estas circunstancias adversas, eles racionalizavam seu expansionismo, a escravidão de outros povos, a rapina e o tributo¹⁴⁵.

E somado a isso, ainda há o parecer de outro antropólogo muito digno de nota a esse respeito, pois por ele fora notado que, “*Pela sua agressividade, o caracará ou carancho, ave da família dos falconídeos, simboliza bem o padrão de comportamento [...]*”¹⁴⁶. Assim, ao serem criados¹⁴⁷ pelo Carcará, isso implicaria que as *tolderías* julgavam-se tão ferozes e poderosas o quanto a ave mitológica que as originou¹⁴⁸. Dessa maneira, reproduziriam o comportamento altivo de uma ave que sobrevoa os céus e que, com suas garras, apresa as vítimas. Mas, no ato de matarem o Carcará, elas ousam e afirmam mais valentes e intrépidas do que a própria ave mitológica que as originou. O mesmo antropólogo observou que:

¹⁴⁴ PRADO, Francisco Rodrigues do. “História dos índios... op. cit., p. 28-29.

¹⁴⁵ RIBEIRO, DARCY. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 63.

¹⁴⁶ SCHADEN, Egon. A mitologia heróica de tribos indígenas do Brasil: ensaio etnossociológico. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989, p. 69.

¹⁴⁷ É possível que isto seja fruto de uma falha de comunicação entre Prado com os indígenas. Nos mitos, o Caracará também aparece com uma ave mitológica não criadora, mas que lembrou de não haver Kadiwéu no mundo. Ver ROMIZI, Francesco. O canto do crepúsculo: reflexões ornito-antropológicas sobre um mito de origem Kadiwéu. Mana, Rio de Janeiro, 24(1): 231-260, 2018. Ver também PETSCHLIES, Erik. O Carcará e Cristo: Transformação Kadiwéu. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2013.

¹⁴⁸ CORRADINI, Cirlene. Os Guaikuru-Kadiwéu... op. cit., p. 38.

Uma vez que a racionalização da guerra se manifesta de maneira expressa e nítida no mito tribal [...], não se pode supor que esses índios se tenham tornado um povo de guerreiros em consequência do contacto com os brancos e da integração do cavalo em sua cultura tribal. Sua cultura já havia elaborado anteriormente os padrões correspondentes a essa mentalidade, os quais foram depois reforçados e desenvolvidos pela incorporação do cavalo, e, ao mesmo tempo, pela necessidade de se opor resistência à atitude dos espanhóis invasores.

Por esse caminho, a cultura e visão de mundo das *tolderías* já concorriam, ainda antes dos contatos com os ibéricos, para uma perspectiva de sobrevalorização da sociedade em detrimento dos povos vizinhos na região do Chaco. Com isso, o domínio de cavalos acentuou uma lógica pré-existente que, em contato com os ibéricos, continuou a manifestar a sua lógica de não submissão¹⁴⁹.

Autonomia e tratado de paz

As *tolderías* combinavam com o poder proporcionado pelos cavalos, o conhecimento apurado do território e sua adaptabilidade. Nos domínios das *tolderías*, no tempo das águas eram formados grandes alagadiços e pântanos, inviabilizando o ingresso. Enquanto no tempo da seca a temperatura era tão rigorosa que não havia mais água para saciar-se a própria sede e dos cavalos. Mas nesse ambiente as *tolderías* recolhiam e alimentavam-se da vegetação local e da água disponível. O ambiente hostil, sobretudo na época das chuvas, transformava aquelas áreas em verdadeiros labirintos intransponíveis para os inimigos¹⁵⁰. Como parâmetro, do Rio Bermejo até ao Rio Pilcomayo a área permanecia alagada de 5 até 6 meses, sendo impossível penetrar a pé e nem a cavalo¹⁵¹. E ainda de acordo com Sanchez Labrador

Todas estas lagunas se forman de las inundaciones del río Paraguay, y hacen el camino un laberinto que sin prácticos, tuviera visos de temeridad emprender viaje, en el cual á excepción de muchas fatigas, y riesgos de perecer, nada se obtendría. Abundan en ellas los peces y Caimanes, horribles en sus aspectos y formidables por

¹⁴⁹ No episódio narrado por Cabeza de Vaca, ainda no século XVI, evidência a postura de valentes guerreiros e desprezo pela amizade oferecida por espanhóis. Ver CABEZA DE VACA, Álvar Núñez. Naufragios... op. cit., p. 204. Segundo Felix de Azara, já no século XVIII, as *tolderías* advogavam a condição de nação mais nobre, generosa, valente, formal e leal no cumprimento de sua palavra. Além disso, dado à estatura, força, beleza e elegância de formas, consideravam os europeus como inferiores à sua “raça”. Ver AZARA, Félix de. Viajes por la... op. cit., p. 62.

¹⁵⁰ LOZANO, Pedro. Descripción corográfica del... op. cit., p. 67.

¹⁵¹ Ibidem, p. 61.

sus colmillos. En tiempo de las crecientes del río Paraguay, y de las lluvias no puede este camino traginarse á causa de cerrar la senda las aguas y lodazales.¹⁵²

E assim, mantendo-se nesses domínios, as *tolderías* conservavam sua autonomia frente aos inimigos, mesmo após as tentativas dos europeus para consumir o contrário. Até meados da década de 1750, grupos indígenas como as *tolderías*, apesar do contato com reduções religiosas, não haviam sofrido seus efeitos, mesmo que atuando nos ciclos comerciais de produtos europeus¹⁵³. As diversas pazes feitas de maneira intermitente no Paraguai desde o século XVI¹⁵⁴, como a firmada em 1759, com a consequente redução de Belén no ano seguinte, não foi garantia de cessão das hostilidades, nem de domínio sobre as *tolderías*, ou tão pouco de avanços das *haciendas* sobre seus territórios para cima do rio Manduvirá. Ao contrário, os espanhóis permaneciam em estado de alerta com relação aos indígenas, que, em tese, estariam reduzidos¹⁵⁵.

Apesar da solicitação feita para missionários espanhóis em seus domínios, tais eram, em realidade, vistos pelos indígenas como canais de facilitação para trocas comerciais e de comunicação com autoridades coloniais¹⁵⁶. De fato, mesmo quando firmados essas tratativas de paz, *tolderías* continuavam lançando incursões nas estâncias de gado espanhóis, durante a noite, e retornavam, durante o dia, para vender na cidade os bens logrados do butim na noite anterior. Mas enquanto as *tolderías* corriam livremente para fazer comércio em Assunção, os espanhóis, por sua vez, estavam terminantemente proibidos de adentrarem nos domínios dos indígenas, não apenas devido as dificuldades geográficas, mas principalmente devido a conhecida represália de ali mesmo serem executados¹⁵⁷. E assim, por mais da metade de um século, as *tolderías* foram bem-sucedidas na luta contra a expansão colonial sobre seus

¹⁵² SÁNCHEZ LABRADOR, José, op. cit., v. 1, p. 145.

¹⁵³ CARVALHO, Francismar. Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos Impérios Ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII). v. 1. 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 185.

¹⁵⁴ ROLLER, Heather F. Contact Strategies... op. cit., p. 67.

¹⁵⁵ CARVALHO, Francismar. Lealdades negociadas... op. cit., v.1, p. 174.

¹⁵⁶ CARVALHO, Francismar. Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos Impérios Ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII). v. 2. 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 316.

¹⁵⁷ LOZANO, Pedro. Descripción corográfica del... op. cit., p. 67.

domínios. Combinando eficazmente no processo, devastadoras técnicas antigas e modernas de guerra¹⁵⁸.

Desse modo, da passagem do século XVII para o XVIII, os espanhóis foram forçados, haja vista os custosos dispêndios em iniciativas fracassadas de guerras ofensivas/defensivas contra adversários indígenas que eram cada vez mais intrépidos e formidáveis e que também já contavam com o manejo de armas de fogo, a abandonarem tal política e substituí-la por outra. Essa nova política, num primeiro momento, esteve direcionada para uma diplomacia e atração desses grupos, mas almejava em segundo plano o objetivo final da dominação¹⁵⁹. Esse cenário, que marca a mudança na estratégia da Coroa Espanhola, também assinala o contexto de progressiva transformação com relação ao poder e autonomia das *tolderías*, ameaçados por dois fatores.

O primeiro fator, diz respeito aos acontecimentos na segunda metade do século XVIII. Nesse ponto, iniciou uma ocupação efetiva da região do Alto Paraguai pelos lusitanos, com a fundação de um presídio no Iguatemi, em 1767, o Forte de Coimbra, em 1775, a Vila Maria do Paraguai e a Povoação do Albuquerque, em 1778¹⁶⁰. E na segunda metade do século XVIII assinala o momento de aceleração da expansão colonial espanhola, levando-os a um contato mais assíduo com os “índios não conquistados”, por meio de enclaves fortificados em meio aos seus domínios¹⁶¹. Tais acontecimentos ocorreram no contexto de disputa entre as duas coroas ibéricas, por meio de suas fortificações, que são duplamente os marcos de sua posse territorial e as bases por onde atuam com a tarefa de atrair as populações indígenas ao seu partido. Assim, fortes como os construídos/reedificados em 1790, a exemplo do Forte San Carlos¹⁶² e o Forte Borbón, são planejados para uma política de atração das *tolderías* e o impedimento de sua migração para o lado português¹⁶³. Ao passo em que as fortificações instaladas ao sul da capitania de Mato Grosso, como o Forte Coimbra e o Forte Miranda,

¹⁵⁸ ROLLER, Heather F. Contact Strategies... op. cit., p. 6.

¹⁵⁹ CARVALHO, Francismar. Lealdades negociadas... op. cit., v. 1, p. 95.

¹⁶⁰ FERREIRA, Andrey. Conquista colonial, resistência indígena e formação do Estado-Nacional: os índios Guaicuru e Guana no Mato Grosso dos séculos XVIII-XIX. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 97-136, 2009, p. 107.

¹⁶¹ CARVALHO, Francismar. Lealdades negociadas... op. cit., v. 1, p. 94.

¹⁶² Ibidem, p. 90.

¹⁶³ Ibidem, p. 107.

atuavam com a mesma política de atração dos indígenas que viviam interstícios aos dois impérios¹⁶⁴.

Com relação ao segundo fator, que junto ao primeiro veio transformar tal cenário de poder das *tolderías*, diz respeito aos ataques realizados por outros povos indígenas chaquenhos, que igualmente viraram equestres. E desse modo foram acometendo contra as suas forças estabelecidas na parte ocidental das fronteiras no Chaco, tornando aquela região conflituosa e violenta¹⁶⁵. Enquanto pelo norte ocorria o pressionamento pelos Chiquitos, no tempo em que pelo sul eram pressionadas pelos Espanhóis e enquanto pelo leste atuavam os chamados “Guaranis monteses”¹⁶⁶.

Mas, apesar disso, para além da força bélica de cavalaria e do conhecimento possuído do território e sua adaptabilidade, as *tolderías* também sabiam combinar com os três itens anteriores o uso de estratégias e negociações políticas hábeis. Assim, conforme os registros de Marcelino Rodriguez Camponês, militar português que atuou no comando do Forte Coimbra, este expediu ordens para estabelecer contatos e comércio com as *tolderías*, buscando obter a sua “amizade”. Decerto e conforme é bem explicitado no documento por ele confeccionado, no ano de 1777, os lusitanos viam que ao firmarem tais relações, estavam mantendo e ampliando os limites territoriais da Coroa Portuguesa¹⁶⁷. Incumbido de tal missão, a comitiva expedida após 3 dias de navegação, descendo em canoas pelo Rio Paraguai, localizaram e fizeram contato com algumas *tolderías*. Conforme o registro de tal episódio, os indígenas teriam dito: “*Que Capitão Guaycurú estava bom, que os castelhanos eram bons, que os portugueses não prestavam, que tinham espingardas, que elles tinham vacca, que tinham muitos cavalos, e muitos carneiros*” e perguntaram “*se trazíamos aguardente e facas*”¹⁶⁸. Assim, foi acertadamente presumido pelos indígenas que os portugueses desceram o rio em busca de solicitar sua “amizade”. E justamente em virtude disso, procuraram fazer parecer aos lusitanos que os espanhóis já lhes proviam de ótimos viveres, deixando a entender que sua

¹⁶⁴ Ibidem, p. 102-103.

¹⁶⁵ CARVALHO, Francismar. Viajantes, mareantes e... op. cit., p. 250.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 252.

¹⁶⁷ CAMPONÊS, Marcelino, Rodrigues. “Exploração do Rio Paraguay e primeiras práticas com os índios Guaycurús” [1777]. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 28, 1865, p. 70.

¹⁶⁸ RODRIGUES, Miguel José. “Diário da expedição que ultimamente se fez desde o presidio de Nova Coimbra pelo rio Paraguay abaixo, por ordem do governador e capitão general das capitâneas do Mato Grosso e Cuyabá, Luiz d’ Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, aonde principalmente se relatam algumas conferencias que se tiveram pela gente da mesma expedição com os índios guaycurús ou cavalleiros.” [1776]. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 28, 1865, p. 73-74.

amizade custaria um preço maior do que aquela que estivesse estabelecida com a coroa rival. Porém, os indígenas não descuidaram de anunciar quais eram os seus bens, procurando estabelecer algum comércio¹⁶⁹. No entanto, no decorrer das tratativas, os portugueses fizeram aceno com presentes para doá-los mas os indígenas não foram buscar. E já pela noite aproximaram três canoas fazendo acenos em língua espanhola, que na despedida do encontro e sem levar nada, saíram “*agradecendo, que Deus lhe pagasse*”¹⁷⁰. As *tolderías* faziam uso da língua da coroa rival e de expressões cristãs para acirrar ainda mais a tensão naqueles que precisavam e recorriam para obter sua “amizade”. E sabendo disso, os indígenas evitaram maiores interações com os portugueses, o que fez sentir sobre seus nervos, conforme desabafado que no sétimo dia da missão: “*como elles não davam mais que demonstrações do que fugir da nossa comunicação*”¹⁷¹. Por fim, no consumado da interação e trocas, Camponês efetuou um balanço. Registrou que os indígenas foram brindados com 31 barretes, 6 espelhos, 52 verônicas, 45 facas, 2 facões, 2 machados, 2 frascos d’aguardente e uma quantidade de fumo. Em troca, os portugueses receberam 2 cobertas, 3 camisetas de algodão e 3 carneiros¹⁷². O saldo é emblemático, de uma amizade que, por estar em contato com a coroa rival, renunciava gastos elevados¹⁷³.

Tomando a iniciativa e buscando impor seus próprios termos, quando as *tolderías* foram até o Forte Coimbra em 1777, para os portugueses, ficou claro que os indígenas estavam mais interessados em estabelecer redes de comércio do que qualquer outra coisa¹⁷⁴. Foi registrado por Francisco Prado que nessa visita, os indígenas fizeram acenos em língua espanhola e sob pretexto de paz. Foram recebidos pelo comandante de armas na cintura e acompanhado pela esquadra de soldados, que dessa maneira os presentearam com uma série de brindes. Prometendo retornar logo, vieram apenas no ano de 1778, acompanhado de suas mulheres. Já adentrado ao forte, solicitaram que aqueles soldados, ordenados a ficarem por perto com armas em punho, que as depusessem, porque as mulheres estariam amedrontadas.

¹⁶⁹ ROLLER, Heather F. Contact Strategies... op. cit., p. 47.

¹⁷⁰ RODRIGUES, Miguel José. “Diário da expedição... op. cit., p. 74.

¹⁷¹ Ibidem, p. 77.

¹⁷² Marcelino Rodrigues Camponês a Luiz de Albuquerque, Presidio de Coimbra a nova, 17 out. 1776. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 28, 1865, p. 87.

¹⁷³ CARVALHO, Francismar. Lealdades negociadas... op. cit., v. 1, p. 186.

¹⁷⁴ CARVALHO, Francismar. Formal and informal alliances... op. cit., p. 73.

Ao acatar seus pedidos e passado algum tempo, os indígenas deram um código por assobio e insurgiram, matando 51 ou 58¹⁷⁵ militares do Forte, sem morrer nenhum indígena¹⁷⁶.

Desse episódio foi afirmado que tal ação era uma mensagem das *tolderías* para os lusitanos, explicitando o quanto estavam insatisfeitas com a instalação do forte, por embaraçar a livre mobilidade e sua segurança¹⁷⁷. Também foi afirmado que no ato do comandante, com armas na cintura e acompanhado por uma esquadra, presentear os indígenas dessa forma causou um efeito deletério. E quando retornaram, já após um ano trazendo as mulheres que estariam acompanhadas de suas crianças como sinal de não-hostilidade ainda foram mantidos sob a vigilância de soldados armados que poderiam crivá-los a qualquer momento¹⁷⁸. Sem contradizer as duas afirmações anteriores, também parece possível inferir que, se o Forte estava erigido sob seus domínios, então seria inaceitável para as *tolderías* presenciar aquele tipo de recepção vinda de sujeitos que eram seus tributários.

Pois bem, durante os anos seguintes, as *tolderías* efetuaram rondas ao redor do forte, deixando de sobressalto os lusitanos¹⁷⁹. Nesse período foram mortos dois soldados dragões que pediram licença ao comandante para pescar e acompanhados por mais oito pessoas que abordados no rio um soldado fora atravessado por uma lança no peito, enquanto o outro, já ferido por flechas, tentou desvencilhar ao mergulhar num rio de piranhas¹⁸⁰.

Mas já passados 11 anos desde o incidente, em março de 1789, *tolderías* Guetiadegodi e Eyibegodegui tornaram a contactar o Forte Coimbra¹⁸¹. Os lusitanos enviaram pessoas para tratar, mas os indígenas não quiseram falar. No mês de julho retornaram e novamente enviaram pessoas, presentearam os indígenas com brindes, que prometeram retornar dali a cinco dias. Passados os dias, contactou o Cacique/Capitão Queima (vide Figura 7) cujas conversas arrastaram até dezembro, comercializado produtos nesse interim e os indígenas foram presenteados outra vez¹⁸².

¹⁷⁵ SERRA, Ricardo Franco de Almeida. “Continuação do parecer... op. cit., p. 369.

¹⁷⁶ PRADO, Francisco Rodrigues do. “História dos índios... op. cit., p. 37-39.

¹⁷⁷ CARVALHO, Francismar. Viajantes, mareantes e... op. cit., p. 267.

¹⁷⁸ ROLLER, Heather F. Contact Strategies... op. cit., p. 48-49.

¹⁷⁹ CORRADINI, Cirlene. Os Guaikuru-Kadiwéu... op. cit., p. 52.

¹⁸⁰ PRADO, Francisco Rodrigues do. “História dos índios... op. cit., p. 39.

¹⁸¹ CARVALHO, Francismar. Viajantes, mareantes e... op. cit., p. 267.

¹⁸² PRADO, Francisco Rodrigues do. “História dos índios... op. cit., p. 39-40.

Figura 7: O Capitão Caimá/Queima e sua esposa



Fonte: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá* (1783-1792): Iconografia: v. 1: Geografia/Antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971, p. 100, 109

Quando rogado para que o Capitão Queima comparecesse ao Forte, ele enviou em seu lugar três cativos no papel de embaixadores¹⁸³. Os lusitanos os presentearam com uma série de objetos e os vestiram à moda europeia. E somente então, após longas negociações, trocas e recebimento de presentes, dois Capitães foram até o forte¹⁸⁴. Uma vez lá trataram acordos de paz “assinados” na capital de Mato Grosso pelo Capitão Emavidi Xané, que recebeu o nome português Paulo Joaquim José Ferreira e o Capitão Queima, que recebeu o nome João Queima de Albuquerque. Acompanhados por mais 17 indígenas, foram todos vestidos e os Capitães fardados, oficializando um Tratado de Paz e Perpétua Amizade com a Coroa em 1791, tornando os indígenas daquelas *tolderías* em vassalos da Coroa Portuguesa¹⁸⁵.

Os mesmos Capitães que “assinaram” tratados com os portugueses, no ano seguinte foram apresentá-los para o governador do Paraguai que, surpreso, assinou um tratado de paz com 18 caciques das imediações. Esses acontecimentos evidenciam que os indígenas não os entendiam como limitantes de sua autonomia, nem que os impediriam de procurar a melhor

¹⁸³ CARVALHO, Francismar. Formal and informal alliances... op. cit., p. 65.

¹⁸⁴ PRADO, Francisco Rodrigues do. “História dos índios... op. cit., p. 39-40.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 40-41.

negociação em meio a disputa das coroas rivais. Mas viam nos tratados um meio para ampliarem possibilidades políticas, econômicas, diplomáticas e de elos familiares¹⁸⁶. Ainda que dissessem para os portugueses que os consolidavam em nome da nação¹⁸⁷. De fato, em 1798, *tolderías* Apacachodegodegi firmaram tratados com os espanhóis, a despeito dos Guetiadegodi e dos Eyibegodegui¹⁸⁸, enquanto muitas das *tolderías* localizadas na direção sul e leste do Rio Paraguai, estavam francamente hostis aos lusitanos e aliadas aos espanhóis¹⁸⁹.

A paz e os indomáveis

Efetivamente, para além de uma simples estratégia de sobrevivência frente ao cenário de expansão entre as duas coroas ibéricas, as iniciativas que levaram aos tratados com os portugueses traduziam-se na facilitação que teriam para obter bens, poder e conhecimento dos circuitos coloniais¹⁹⁰. Em realidade, as *tolderías* compareciam ao forte para efetuar trocas comerciais e adquirir produtos que fossem de interesse. E muitos desses objetos, como metais, ferramentas e sabres de abordagem, viraram, após séculos de contato, itens de distinção social entre as próprias *tolderías*¹⁹¹. O mesmo ocorreu com os bastões de prata presenteados pelos ibéricos para assinalar seu reconhecimento da autoridade dos Capitães, mas que, para os indígenas, servia para demarcar o prestígio de um Capitão com relação aos demais¹⁹². Ao negociar com as autoridades ibéricas, as lideranças indígenas buscavam elevar o seu prestígio em sua própria sociedade¹⁹³.

O tratado com os lusitanos foi um acontecimento significativo. Pois tais cerimônias e formalidades jurídicas são celebradas entre nações soberanas, de modo que as circunstâncias de força guerreira e política das *tolderías* pesaram como fatores que levaram os portugueses a

¹⁸⁶ CARVALHO, Francismar. Formal and informal alliances... op. cit., p. 74.

¹⁸⁷ ROLLER, Heather F. Contact Strategies... op. cit., p. 71.

¹⁸⁸ CARVALHO, Francismar. Viajantes, mareantes e... op. cit., p. 275.

¹⁸⁹ ROLLER, Heather F. Contact Strategies... op. cit., p. 71.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 76.

¹⁹¹ Ibidem, p. 33-34. Com relação ao último objeto, a bainha era redecorada com contas de metal.

¹⁹² CARVALHO, Francismar. Lealdades negociadas... op. cit., v. 1, p. 204.

¹⁹³ CARVALHO, Francismar. Formal and informal alliances... op. cit., p. 70.

uma capitulação¹⁹⁴. De fato, no mesmo ano de 1791, quando do Tratado de Paz e Perpétua Amizade, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira registrou enaltecendo o feito e ressaltou as salutares implicações frente a preocupante possibilidade de que os espanhóis fomentassem nos indígenas um sentimento de revolta na região¹⁹⁵. O mesmo naturalista também grafou: “*A abundância que os Guaikurus têm de cavalos, uns criados por eles, e outros furtados aos Espanhóis, faz com que nenhum dê um só passo, que não vá montado.*”¹⁹⁶.

Os tratados de paz, de forma geral, eram lançados pelos europeus quando os indígenas tinham condições de resistir à expansão colonial ou quando a sua amizade era estratégica na disputa entre as duas coroas¹⁹⁷: ambos aplicáveis às *tolderías*. E até aquele momento em 1791, as *tolderías*, por mais de dois séculos, cruzavam seus caminhos com embates contra os ibéricos no Chaco e no Rio Paraguai, sem ceder em nada a sua autonomia¹⁹⁸. Dessa maneira, os acordos de paz firmados entre indígenas autônomos e europeus não eram mutuamente compreendidos num mesmo sentido. Os indígenas possuíam as suas próprias perspectivas acerca do porquê e como¹⁹⁹.

O Tratado de Paz e Amizade, na perspectiva daquelas *tolderías*, era muito mais uma questão de reconhecimento do seu poder pelos europeus que deveria vir acompanhado por pagamento de tributos²⁰⁰. Costumeiramente, os Capitães e Donas das *tolderías* passaram a frequentar o Forte Coimbra, comendo na mesa do Comandante, sustentados pela fazenda real²⁰¹. E nos registros do militar português Candido Xavier de Almeida e Souza, que chegava à povoação de Albuquerque em 22 de novembro de 1801, registrou que fora recebido por 100 indígenas, presenteando a todos. Ainda na mesma tarde, chegou uma Dona acompanhada por seu pai e dois cativos, dos quais foram também presenteados. Já no dia 30, a Dona retornava acompanhada por um Capitão e sua filha. Lá permaneceram 35 indígenas até dia 8 de

¹⁹⁴ FERREIRA, Andrey. Conquista colonial... op. cit., p. 128.

¹⁹⁵ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica... op. cit., v. 2, p. 75.

¹⁹⁶ Ibidem, p. 81.

¹⁹⁷ CARVALHO, Francismar. Lealdades negociadas... op. cit., v. 1, p. 187.

¹⁹⁸ ROLLER, Heather F. Contact Strategies... op. cit., p. 57.

¹⁹⁹ Ibidem, p. 59.

²⁰⁰ Ibidem, p. 93.

²⁰¹ PRADO, Francisco Rodrigues do. “História dos índios... op. cit., p. 40.

dezembro²⁰², consumindo mantimentos sob despesas da coroa²⁰³. Ainda que a estratégia da Coroa Portuguesa fosse tratar amizades com os indígenas em busca de garantir e ampliar domínios contra os espanhóis, tais tratamentos convergiam para uma prática de tributários²⁰⁴.

Mas, se os lusitanos, por meio da doação de presentes e demais afagos, almejavam atrair os indígenas para os dispor sob o seu poder, os indígenas aproveitaram-se do artifício. Pois, sob tais condições, encontraram meios para inserir o comandante do Forte Coimbra e o Governador da Província em sua lógica de formar alianças. Com relação ao Comandante, exigiam que ele doasse não apenas os presentes ordenados pelas autoridades coloniais, mas os seus próprios itens pessoais como presentes. E com relação ao Governador, demandavam imperiosamente realizar visitas em pessoa ao palácio, na Capital da Província, com o intuito de tratar face-a-face. Como resultado dessas ações e estratégias de aproximação, lograram garantir o livre acesso à todas as imediações do forte, uma instalação de segurança militar, bem como o acesso aos mantimentos e medicamentos²⁰⁵.

No contexto dessas alianças, os portugueses compravam gado e demais cavaleiros assaltados das estâncias espanholas pelas *tolderías*²⁰⁶, incentivando-os a partir dos Fortes Coimbra e Albuquerque, onde lhes concediam asilo e proteção para incursões²⁰⁷. Em 1797, os lusitanos reportaram que, ao longo da metade do ano anterior, *tolderías* mais ao sul já haviam subtraído mais de 9 mil cabeças de gado espanhol, procurando asilo na margem oposta²⁰⁸.

²⁰² ALMEIDA E SOUZA, Candido Xavier de. “Descrição diária dos progressos da expedição destinada à capitania de São Paulo para fronteiras do Paraguai, em 9 de outubro de 1800”. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 202, 1949, p. 76.

²⁰³ À certa altura, aquelas visitas, estadias, saídas e retornos eram tão diárias nas imediações dos estabelecimentos lusitanos, que Almeida e Souza esclareceu ao seu leitor que deveria, por conta própria, deduzi-los a presença, sem que necessite mencionar no texto. Ibidem, p. 83.

²⁰⁴ No lado espanhol, firmado alianças com *tolderías* em 1750, os 250 moradores da Vila de Concepcion, por meio de seu comandante, comunicaram ao Governador do Paraguai, em 1788, sobre as constantes ameaças que sofriam. Isso porque os indígenas viam-se como senhores daquele território e por isso exigiam tributos por ocuparem e cultivarem a terra, ameaçando, caso não tivessem os desejos satisfeitos e tomando diretamente os tributos, fosse gado ou gêneros agrícolas. À mais exigiam a doação de presentes. Ver CARVALHO, Francismar. Viajantes, mareantes e... op. cit., p. 265-266. A situação era mais complexa. Na outra margem, segundo Almeida Serra, em 1803, não importava o quanto fizesse de benesses às *tolderías*, sempre mostravam descontentamentos, inferindo que os favores e produtos doados estavam muito abaixo de suas merecidas qualidades. Ver SERRA, Ricardo Franco de Almeida. “Parecer Sobre... op. cit., p. 204.

²⁰⁵ ROLLER, Heather F. Contact Strategies... op. cit., p. 114-115.

²⁰⁶ CARVALHO, Francismar. Viajantes, mareantes e... op. cit., p. 271.

²⁰⁷ CARVALHO, Francismar. Lealdades negociadas... op. cit., v. 1, p. 102.

²⁰⁸ ROLLER, Heather F. Contact Strategies... op. cit., p. 71.

Por meio dessa operação, os portugueses procuravam enfraquecer seus rivais, mas, ao mesmo tempo, as trocas feitas proviam os indígenas com produtos que lhes eram interessantes²⁰⁹.

Por outro lado, tal acordo com os portugueses também era eivado por uma série de tensões. As coroas ibéricas procuravam comprar os cavalos das *tolderias* para enfraquecer seu poder²¹⁰. Os lusitanos adotavam medidas para quebrar a “interdependência simbiótica”²¹¹ dos Chaná com as *tolderias*. A estratégia era beneficiar os Chaná das mais diferentes maneiras possíveis, algo que punziu os Capitães a agir com mais estima para com os seus subordinados Chaná²¹². Portanto, essa aproximação estivera eivada de ambiguidades e disputas. A bilíngue que intermediou o tratado de paz entre indígenas com a Coroa portuguesa²¹³ e que teria um papel crucial pelos anos seguintes²¹⁴, era uma cativa de nome Vitória²¹⁵. Ela afirmou que aquelas *tolderias* manifestavam o desejo de aldearem-se (se fixarem) nas imediações do forte²¹⁶ em 1791. Todavia, no parecer redigido por Almeida Serra, já em 1801, portanto passados 10 anos, grafou

O horror que tem para o trabalho, que consideram sô proprio de escravos e incompatível com sua innata soberba, suppondo-se pela primeira e dominante nação de indios, contando todas as outras por suas cativas, não se julgando inferiores aos mesmos Hespanhões e Portuguezes, gabando-se diariamente de que, apesar de sermos muito bravos, nos souberam amañar: esta ridícula altivez e negação ao trabalho, lhes faz desprezar as fadigas da agricultura, que com effeito não necessitam para viverem longos annos robustos e fartos, achando no Rio Paraguay, e nos seus amplísimos campos a sua sempre provida dispensa.²¹⁷

²⁰⁹ Ibidem, p. 61. O Forte Miranda, cuja construção fora incumbido ao Francisco Rodrigues Prado em 1797, fora erigido numa região em que pousavam *tolderias* e que há poucos anos antes sofreu expedições punitivas espanholas para recuperar o gado subtraído. O militar português gozava de certo prestígio entre os indígenas e contou com a permissão dos Capitães para que os cativos trabalhassem em algumas obras do forte. Tal fato aponta para algum interesse dos indígenas nesses pontos fortificados. Ver CARVALHO, Francismar. Lealdades negociadas... op. cit., v. 1, p. 105-106.

²¹⁰ CARVALHO, Francismar. Viajantes, mareantes e... op. cit., p. 276.

²¹¹ SCHADEN, Egon. Relações intertribais... op. cit., p. 204.

²¹² ROLLER, Heather F. Contact Strategies... op. cit., p. 73-74.

²¹³ PRADO, Francisco Rodrigues do. “História dos índios... op. cit., p. 41.

²¹⁴ ROLLER, Heather F. Contact Strategies... op. cit., p. 96-97.

²¹⁵ Vitória, antes escravizada dos domínios portugueses, quando criança fugiu em meio a um levante, logo capturada pelos indígenas e tornada cativa. Ver FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica... op. cit., v. 2, p. 83.

²¹⁶ Ibidem, p. 76.

²¹⁷ SERRA, Ricardo Franco de Almeida. “Parecer Sobre... op. cit., p. 204-205.

Tal parecer de Almeida Serra aponta para uma contradição existente, que foi captada claramente por ele. Afinal, as *tolderías* eram compostas por indígenas altivos, dotados de um ethos senhorial, servidos por Chaná e cativos, bem como dispendo de poder bélico superior na região. E apesar de poderem viver comodamente com as provisões encontradas na região, manifestaram interesse em aldearem-se nas imediações do forte. Ora, aldear-se era entendido como fixar à terra, cultivá-la e tornar-se súdito cristão da coroa²¹⁸, sendo-lhe “útil”. Mas em sentido contrário, gabavam diariamente de saberem domar aos portugueses, em alusão à maneira como faziam com cavalos bravios²¹⁹. Os colonizadores eram “domesticados” pelos indígenas quando objetivavam vê-los reduzidos e subordinados²²⁰. E no mesmo ano, em 1801, o militar Cândido Xavier de Almeida e Souza registrou que:

He para temer que seja tão prejudicial ao estado, como tem sido ao de Hespanha a familiaridade com os Indios referidos, cuja altiveza indomavel não dá esperanças de que se sujeitem como Vassalos as Leys de Deos, e as do Reino, conservando-se na independencia d’Alliados com as mesmas absolutas superstições e depravados costumes, e mais sensível se faz a facilidade com que se lhes tem dado e vendido Armas de fogo e munições de guerra em cujo uzo estão destrissimos com o conhecimento de feitos e das forças, que lhes dá mais partido para quando lhes lembrar a scena da conjuração.²²¹

Segundo o militar português, os objetivos da Coroa Lusitana era a completa submissão das *tolderías*, num plano religioso-cultural e num plano político. Em outras palavras, subjugá-las pela Igreja e pelo Rei. Mas, ao contrário, além de conservarem a sua autonomia, haviam incorporado as armas de fogo em seu arsenal. De tal maneira que a familiaridade com que as *tolderías* frequentavam os fortes e instalavam próximos às suas imediações e nas povoações locais, era motivo de temor para aqueles que seriam aliados, mas, em sentido oposto, sentem-se à mercê e inseguros. Tais grupos, ainda que “aliados”, ao montar seus acampamentos em locais estratégicos²²², continuavam neles a ostentar a sua cultura diversa da cristã-ibérica como atestou ainda Almeida e Souza:

²¹⁸ Ibidem, p. 205-206. Para Almeida Serra, após 5 anos de convivência diária, não estava convencido na redução desses indígenas. Em realidade, foi pessimista quanto a possibilidade de as *tolderías* aldearem. E ao invés de tratar sobre quais as necessidades para tal empreendimento, optou por focar na existência das dificuldades que emperravam as intenções da Coroa. Afirmou que talvez somente o tempo levaria a abandonarem o modo de vida tradicional.

²¹⁹ ROLLER, Heather F. Contact Strategies... op. cit., p. 75.

²²⁰ Ibidem, p. 16.

²²¹ ALMEIDA E SOUZA, Cândido Xavier de. “Descrição diária... op. cit., p. 76.

²²² CORRADINI, Cirlene. Os Guaikuru-Kadiwéu... op. cit., p. 23.

Entretanto, ficamos soffrendo huma vera effige do Reino de Satanás segundo as opiniões dos Santos padres em mais de 200 Indios Guaycurús entre Homens e Mulheres em circulo do nosso Acantonamento em continuada vozeria de dia e de noite, comettendo com toda a liberdade as impudicicias proprias da sua natual dissolução, e aturdindo os houvidos dos Espectadores em martelar effectivamente com pedras na fabrica de quebrar os coucos Denominados Bocajúbas com cujas castanhas se alimentão, involtas no óleo dos Jacarés.

Pella outra parte a sua numerosa cavallhada em circunferência das cazas, cavando os estrumes halitrados, tudo serve d'argumentar a desordem a perturbação, e a vigilância preciza entre infieis. Sem Ley, sem Relligião, e indignos da menor confidencia.²²³

O fator de preservação de sua autonomia frente à Coroa Portuguesa permitiu que os aspectos tradicionais culturais e sociais permanecessem vivos, ainda que, paradoxalmente, fossem reproduzidos bem no entorno das forças que lhes eram contrários. Sua organização política fragmentária, própria de *tolderías*, continuavam estáveis em 1803²²⁴, assim como a prática de apresar cativos²²⁵. Além disso, as *tolderías* mantinham o modo de vida itinerante, regularmente pousando nas proximidades da Serra de Albuquerque, onde encontravam campos de pastagens para os cavalos estimados entre 6 e 8 mil, acompanhando as cheias do Rio Paraguai e o movimento de caça na região²²⁶.

Ainda na década de 1790, os Kadiwéu auxiliavam os espanhóis no Forte Borbón, apesar de efetuarem incursões na Vila de Concepción²²⁷. Em 1797, foram convidados por Capitães das parcialidades Guetiadegodis e Eyibegodeguis, que vestiam roupas militares de origem europeia, para que ingressassem para o lado português, mas recusaram o convite e informaram para os espanhóis²²⁸. Contudo, Almeida Serra deu notícias do momento em que *tolderías* Kadiwéu passaram daquele lado para o outro. Chegaram ao longo de 1802, num

²²³ ALMEIDA E SOUZA, Candido Xavier de. "Descrição diária... op. cit., p. 84.

²²⁴ SERRA, Ricardo Franco de Almeida. "Parecer Sobre... op. cit., p. 204.

²²⁵ SERRA, Ricardo Franco de Almeida. "Continuação do parecer... op. cit., p. 375. Em muitas das manobras para apresar cativos, as *tolderías* diziam aos portugueses que iriam empreender ataques contra grupos indígenas inimigos. Mas posteriormente, os lusitanos descobriam que atacaram grupos indígenas com quem os portugueses mantinham ténue e tensas alianças. Ver ROLLER, Heather F. Contact Strategies... op. cit., p. 106.

²²⁶ SERRA, Ricardo Franco de Almeida. "Parecer Sobre... op. cit., p. 211-213.

²²⁷ A falta de recursos pelos espanhóis para manter as reduções e as promessas feitas às *tolderías*, levava esses indígenas fronteiriços a efetuarem incursões contra colonos e missionários, por estarem em suas terras. Ver CARVALHO, Francismar. Lealdades negociadas... op. cit., v. 1, p. 150-151.

²²⁸ CARVALHO, Francismar. Viajantes, mareantes e... op. cit., p. 276. Almeida Serra infere que era comum ocultarem aos lusitanos para onde iriam. Deslocavam-se para um lado, mas incursionavam em outro. Diziam que iam comprar cativos e atravessavam o Rio Paraguai para fazer contato com fortes espanhóis e com *tolderías* que habitavam naquelas imediações. Depois retornavam, trazendo recados para as da outra margem. Ver SERRA, Ricardo Franco de Almeida. "Continuação do parecer... op. cit., p. 378.

número total de 680 indivíduos, em posse de mais de 1200 animais²²⁹, contando com 12 Capitães e mais um número indeterminado de Donas²³⁰, instalando-se em Albuquerque. Mas dois daqueles Capitães resolveram retornar para o outro lado²³¹.

Nesse contexto, Almeida Serra, em 1803, reuniu os Capitães das diversas *tolderias* no lado português e repassou ordens reais para a redução. Ou seja, deveriam fixar com criações, cultivos, batismos e casamentos com mulheres portuguesas. Foi prometido pagamento pelos gêneros extraídos. Argumentava-se que os mantimentos provindos de Cuiabá para o Forte começavam a minguar, situação que também os afetava. E enquanto resposta, um porta-voz, em nome de um Conselho de Capitães, fez saber que concordavam, mas perguntavam quando é que os lusitanos mandariam escravos para construir as casas e cultivarem aquelas terras, pois eles eram Capitães e não cativos e caso quisessem os portugueses é quem teriam que construí-las. Com relação às mulheres, aceitavam, mas a condição imposta de permanecerem casados até a morte foi dita como inaceitável. E no que se refere aos batismos necessários para a união matrimonial, dentro da perspectiva ibérica, os indígenas explicitaram como dispensáveis²³².

As tentativas de miscigenação por parte dos portugueses para com Capitães e Donas se mostrava uma tarefa árdua²³³, ainda agravado com o desdém estratégico ou não dispensado pelos indígenas²³⁴ em diferentes ocasiões²³⁵. Em 1801, Almeida Serra registrou, com frustração e insegurança, que as posturas tomadas pelos indígenas, num primeiro momento, davam conta de concordar com tudo, mas que no fim, não tomavam nenhuma atitude que

²²⁹ SERRA, Ricardo Franco de Almeida. “Parecer Sobre... op. cit., p. 206.

²³⁰ Ibidem, p. 207.

²³¹ SERRA, Ricardo Franco de Almeida. “Continuação do parecer... op. cit., p. 386-387.

²³² Ibidem, p. 349.

²³³ Ibidem, p. 349-350. Uma Dona de nome Catharina, filha do Cap. Caimá/Queima, rejeitara todos os oficiais portugueses das imediações do Forte, oferecidos em matrimônio, todos considerados inferiores à sua nobreza, incluindo o próprio Governador da Província. Os indígenas explicaram à Almeida Serra que os portugueses e espanhóis eram capitães mediante uma escrituração, farda e bastão agraciado pelos reis. Os Capitães das *tolderias*, por outro lado, eram, por nascimento, provenientes de uma família de “nobres”.

²³⁴ Ibidem, p. 350. Quando algum português caía em suas graças, referiam-se a ele como um verdadeiro “Uaicuruú”. No entanto, quando havia algum desgosto dentre os próprios indígenas da *tolderia*, um dizia ao outro: és “como portugueses”.

²³⁵ Ibidem, p. 370. Quando, versando sobre a forma de guerrear dos ibéricos de “peito aberto”, as *tolderias* faziam troças dizendo que caso o objetivo dos portugueses era o paraíso, então estavam agindo muito bem. Mas se os indígenas estivessem condenados por seu modo de vida para o inferno, então a sua maneira de fazer guerra, com ataques surpresas e emboscadas seguras, lhes servia muito para prolongar a vida terrena.

fosse contrária aos seus interesses²³⁶. Todas essas posturas tinham enquanto pano de fundo um complexo cenário fronteiriço com um império rival, em que os indígenas impeliavam os lusitanos a agir com acentuada cautela²³⁷.

Em suma, de acordo com o apurado, a migração de *tolderías* e dentre elas as dos Kadiwéu da margem espanhola para a lusitana, foi resultado de múltiplos fatores. O primeiro seria a incisiva política de atração pelos lusitanos. Tais indígenas já haviam visitado o Forte Coimbra por 3 vezes em 1799, presenteados ao longo de tais visitas, recebendo mantimentos e praticando algumas trocas. O segundo fator diz respeito ao desgaste das relações com os espanhóis, desde à chacina praticada contra *tolderías* em 1796²³⁸, do qual vitimou 11 caciques, num ataque surpresa organizado ao longo da noite e efetuado pela manhã, enquanto 75 indígenas resistiram para que mulheres e crianças pudessem escapar²³⁹. O terceiro fator atribui-se à falta de recursos da Província do Paraguai para dar continuidade a prática de presentear os indígenas. E por fim, o desentendimento entre o comandante do Forte Borbón com xamãs e caciques que, tendo com os primeiros divergências religiosas, ordenou sua repressão. Com os segundos ameaçava a sua autonomia²⁴⁰.

1.2 Assentamento na margem oriental do Rio Paraguai, autonomia e a demarcação do território

Neste subcapítulo versamos sobre o assentamento das *tolderías* Kadiwéu, na margem oriental do Rio Paraguai. O período contemplado inicia no Brasil Império e prossegue até o

²³⁶ SERRA, Ricardo Franco de Almeida. “Parecer Sobre... op. cit., p. 204.

²³⁷ Ibidem, p. 217-218. Em resposta ao parecer de Almeida Serra por Caetano Pinto de Miranda Montenegro, em 1803, registrou que a maior dificuldade dos portugueses era tratar com indígenas situados bem em meio a dois impérios rivais, que sabiam conseguir de um ou de outro tudo que desejavam. Para Miranda Montenegro, o manejar de interesses contrários era o canal pelo qual possibilitava as *tolderías* a viver de modo autônomo, ao passo em que as coroas ibéricas mutuamente destruíam os canais para redução.

²³⁸ CARVALHO, Francismar. Lealdades negociadas... op. cit., v. 1, p. 242. No final do século XVIII e no início do XIX, ocorreu uma aproximação tendencial das *tolderías* à coroa portuguesa, pois os espanhóis instalaram uma política franca e direta para a tomada de cavalos e para a prática de chacinas. Com relação às chacinas, tal evento tinha enquanto pano de fundo a oposição das *tolderías* à exploração do trabalho Chaná pelos estancieiros que avançavam pelo Rio Aquidabã e pela região das palmeiras. O contato com os lusitanos foi uma alternativa. Ver CARVALHO, Francismar. Viajantes, mareantes e... op. cit., p. 276, 272.

²³⁹ Ibidem, p. 178-179.

²⁴⁰ Ibidem, p. 242.

Brasil República. Procuramos dar relevo ao tipo de relação estabelecida pelos indígenas com os não-indígenas desta margem do rio e como este processo transcorreu até a demarcação de seu território pelas autoridades. Procuramos assinalar o modo de vida mantido pelos indígenas e as transformações territoriais ao longo do processo.

Ambígua amizade

Em 1826, as autoridades do Brasil Império, então recém-independente, estiveram numa situação de graves desentendimentos com as *tolderías*. Segundo o engenheiro Luiz D'Alincourt um Capitão de nome Calabá fora atraído ao Forte Olimpo, no Paraguai, por um brasileiro, a pedido do comandante daquele forte e que o prendeu naquele lado da fronteira. Assim, em 1826, Alincourt reportou qual sistema de defesa seria melhor adotado na região mediante a revolta dos Capitães indígenas. Em seu parecer, ressaltou muito francamente a situação de completa fragilidade do então Império do Brasil naquela região do Rio Paraguai, Mondego e Camapuã, já assaltado pelos indígenas por diversas vezes até aquele momento²⁴¹.

O indígena Calabá era um Capitão Kadiwéu e sua prisão fora vista como um conluio entre paraguaios e brasileiros, desencadeando uma resposta em coalizão por 5 parcialidades Eyguaieguis, incluindo os Kadiwéu. Assim, anos após os tratados firmados em fins do século XVIII, as *tolderías* retomaram as investidas contra o símbolo do poder militar e de autoridade Imperial na região: Forte Coimbra e Forte Miranda. Articularam com tais ações a retomada de ataques sobre fazendas, tomando o butim de centenas de cabeças de gado, de cavalares e assassinando diversos colonos e servos que mantinham tais estabelecimentos. Retomaram as emboscadas contra caravanas militares e vestiam os uniformes dos mortos como provocação. As ofensivas prosseguiram ao longo de 1826 e 1827²⁴².

Não sendo possível deslocar uma força para a região²⁴³, Alincourt concluiu que a saída para o impasse seria uma mediação política com os indígenas até segunda ordem. Essa

²⁴¹ ALINCOURT, Luiz D'. "Sobre o systema de defesa que se deve adoptar na fronteira do Paraguay, em consequencia da revolta e dos insultos praticados ultimamente pela nação dos indios guaicurus ou cavalleiros" [1826]. RIHGB, Rio de Janeiro, t. 20, 1857, p. 360-364.

²⁴² ROLLER, Heather F. Contact Strategies... op. cit., p. 136.

²⁴³ Para Alincourt, a impossibilidade de deslocar forças obedecia a alguns fatores. O primeiro, semelhante ao século anterior, ao situarem na fronteira as *tolderías* atuavam estrategicamente, tornando temerário deslocar forças para a região, porque alarmaria países vizinhos, estimulando o Paraguai a retomar contatos com a Argentina para apoiar as incursões contra aquela província. O segundo fator seria a qualidade do terreno, que, durante as cheias, inviabilizava o envio de tropas, pois dependeriam de muitos cavalos para cruzar e seriam

mediação era multifacetada, visando contrabalancear o poder e enfraquecer as *tolderías*²⁴⁴. No fim, a situação terminou com negociações. As *tolderías* retomaram a sua posição anterior, com as lideranças reafirmando seu prestígio e fama de bravos e temíveis guerreiros apresentados pelas autoridades imperiais, que reafirmaram as promessas de boas intenções. Além disso, as *tolderías* também garantiram sua autonomia na região de fronteira²⁴⁵. E já por volta de 1830, *tolderías* foram armadas por não-índios e auxiliadas por tropas oficiais brasileiras para saquear gado no lado paraguaio, o que alarmou o governo imperial²⁴⁶.

Em 1845, o naturalista francês Francis de Castelnau esteve em Albuquerque e relatou quais *tolderías* habitavam/transitavam pela região.

Os Guaicuru, ou Uaicurus, repartem-se nas seis grandes tribos que abaixo enumeramos.

Os Uaitiadeus, que [...] moram nas imediações de Albuquerque. Os Caiudeus, que habitam ordinariamente o Grão-Chaco, onde estão em guerra constante com os espanhóis do Paraguai e da Bolívia; fugindo aos Inimás, seus inimigos, se tinham retirado de sua residência habitual, refugiando-se nas proximidades de Albuquerque. Os Apacathudeus, que moravam a princípio nas proximidades de Miranda, e depois se transferiram para as terras do Paraguai, não se sabe bem onde. Os Echocudeus, ou Colegeus, habitantes do Grão-Chaco, de onde só raramente parece saírem. Os Edjieus, que povoam várias aldeias em torno de Miranda. Os Beaquiechós, que moram na fronteira do Paraguai, mas ultimamente, se passaram para as proximidades de Miranda, na direção do caminho de São Carlos, com o fim de se porem sob a proteção dos Inimás.

De todas essas tribos, só a dos Edjieus e a dos Uaitiadeus são agricultoras.²⁴⁷

facilmente emboscados. Por fim, a diminuta população daquela região, de fraco comércio e agricultura, associado à falta de recursos financeiros, conformava uma situação tida pelas autoridades como insuperável. Ver ALINCOURT, Luiz D'. "Sobre o systema... op. cit., p. 364-365.

²⁴⁴ Ibidem, p. 360-363. Era recomendado tratar com todo afago possível aos chefes Chaná, prática adotada desde o final do século anterior, procurando estimular cisões com as *tolderías*. E, ao mesmo tempo, persuadir individualmente os Capitães confederados, esclarecendo que as divergências ocorridas diziam respeito a um Capitão apenas e que os outros seriam prontamente acolhidos, numa reconciliação recíproca, caso desistissem. Além disso, procurar estimular a amizade com os Guató, um povo indígena que controlava postos-chave na região, reforçando a pré-existente antipatia contra as *tolderías*.

²⁴⁵ Mas por outro lado, a ofensiva também expôs o distanciamento dos Chaná para com as *tolderías* e a sua cada vez maior proximidade com o lado brasileiro, pois recusaram a segui-los nos ataques. Também expôs a fragmentação da organização social das *tolderías*, que nesse caso revelou a importância o caráter geracional em que os jovens Capitães tomaram partidos pela revolta. Ver ROLLER, Heather F. Contact Strategies... op. cit., p. 137-139.

²⁴⁶ SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória... op. cit., p. 57. Alguns anos antes, em 1825, o engenheiro Luiz D'Alincourt estimou que haveria nas imediações do Forte Miranda aproximadamente 1000 Chaná e 300 indígenas de alguma *toldería*. Suas descrições evocam a relação de simbiose com os Chaná, ocupados com o lavar, costurar, produzir cerâmica e criar animais, enquanto as *tolderías* dedicavam à criação de cavalos, à caça e à pilhagem, destruindo fazendas no lado paraguaio. Ver ALINCOURT, Luiz D'. "Resumo das explorações feitas pelo engenheiro Luiz D'Alincourt, desde o registro de Camapuã até a cidade do Cuyaba" [1825]. RIHGB, Rio de Janeiro, t. 20, 1857, p. 341.

²⁴⁷ CASTELNAU, Francis de. Expedição às regiões centrais da América do Sul. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. v 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949, p. 307-308.

Segundo Castelnau, das seis *tolderías* descritas, duas estavam firmadas, até então, no lado brasileiro. Ao passo em que as quatro restantes ou haviam migrado de volta para o Chaco do lado paraguaio, ou havia vindo do Chaco para o lado brasileiro, e fosse isto devido a conflitos ou por saírem esporadicamente. Seja como for, é patente a faceta de descentralização das *tolderías*, cada qual situando num lado ou outro. Tal situação reforça que o Tratado de Paz e Perpétua Amizade firmado na década de 1790, não pôs fim a mobilidades desses grupos, nem os embaraçou de irem de um país a outro²⁴⁸. Nesse contexto, Castelnau descreve a povoação de Albuquerque, situada numa bela planície, mas cercada por uma série de habitações indígenas. E que ali havia chegado há poucos dias antes dele, *tolderías*, que há pouco massacraram uma população do outro lado da fronteira e atravessaram para o lado brasileiro²⁴⁹. Foi nessa ocasião que o francês em Albuquerque relatou ter deparado com as *tolderías* Kadiwéu.

Quando chegamos a Albuquerque, achava-se aí de passagem uma outra tribo da mesma nação de que estamos tratando, a dos Cadiueus, muito mais selvagem do que a precedente. Tinha ela vindo pouco antes do Grão-Chaco, fugindo à perseguição dos Inimás, tribo contra a qual haviam praticado alguns actos de hostilidade²⁵⁰.

O naturalista Castelnau, estabelecendo uma comparação entre os Kadiwéu com aquela *toldería* que há pouco massacrara uma povoação no outro lado da fronteira, acabou por inferir que os Kadiwéu eram ainda mais “selvagens”²⁵¹. E, conforme dito à época, os Kadiwéu

²⁴⁸ Naquela época de 1845, os registros de Castelnau elucidam como *tolderías* situadas no lado brasileiro mantinham vigilância e domínios no outro lado do Chaco. Escortado por 3 soldados paraguaios naquele lado, que nunca passaram a noite além das muralhas dos fortes, a cada instante ou ruído na mata, mantinham em estado de extremo alerta, com sabres nas mãos, buscando precaver a ataques. À certa altura, tais ações para Castelnau pareciam cômicas e em contraste com os Chaná, quem dormiam sem preocupação. Castelnau só descobriria ao fim da excursão, que foi constantemente monitorado pelas *tolderías* e que não efetuaram ataques por estar em sua companhia. Isto lhe foi transmitido pelo comandante do Forte Coimbra, quando retornou a Albuquerque. Quem recebeu tais informações dos indígenas, que repassaram detalhes daquela missão e qual era o destino. Não foram notados, porque atravessavam a nado o Rio Paraguai agarrado na traseira dos cavalos. Ibid., p. 253, 278, 281.

²⁴⁹ Ibidem, p. 241-242. Para Roller, isto expõe como tais grupos controlavam e transitavam pela fronteira, empreendendo incursões de um lado e tomando refúgio no outro. Ver ROLLER, Heather F. Contact Strategies... op. cit., p. 147-148.

²⁵⁰ CASTELNAU, Francis de. Expedição às...op. cit., p. 244

²⁵¹ A conotação “selvagem” teria muitos sentidos. Dentre eles, quando feita por comparação, teria possivelmente a intenção de expressar que os Kadiwéu eram aguerridos, indômitos e temíveis em níveis de difícil cognição a um europeu pautado nos censos de “civilidade”. Castelnau não foi o único a lançar mão de tal recurso. Sanches Labrador, missionário espanhol, também afirmou que os Cadiguedis eram reputados como os mais ferozes dentre os próprios Eyiguayeguis. Numa distância temporal considerável e em contextos históricos distintos, dois europeus tentaram expressar o que seria difícil alcançar. A longevidade da ferocidade associada aos Kadiwéu é uma característica de sua cultura. Ver SÁNCHEZ LABRADOR, José, op. cit., v. 1, p. 255.

estavam em guerra com os Enimá, portanto, de passagem por Albuquerque, em contínuo movimento (vide Figura 8). No encontro, Francis de Castelnau retratou os Kadiwéu com sublime e apurada riqueza de detalhes, tanto homens (vide Figura 9) como mulheres (vide Figura 10). Castelnau também pôde presenciar um rico espetáculo feito pelos Kadiwéu para prestigiar sua visita a um dos pontos de pouso.

Os índios, em sinal de cortesia, fizeram para nós uma representação de sua maneira de guerrear. Os homens, quase nus, com o corpo pintado de preto e branco, armaram-se de longas lanças com ponta aguda de ferro, ou senão de fuzis, montando célebres nos cavalos tão selvagens quanto eles próprios e que partiram a todo galope, governados apenas por meio de uma corda presa ao lábio inferior. As mulheres, de seu lado, se reuniram juntando as mãos e pulando, por entre cantigas tristes e monótonas. Os cavaleiros, depois de terem percorrido certa distância, deram meia volta, carregando para frente aos tiros e flechadas; depois, alcançando o largo do aldeamento, apearam com agilidade, precipitando-se sobre os homens que ali se encontravam, derrubando-os no chão e fazendo menção de lhes cortar o pescoço. Esta cena era acompanhada de urros horrorosos e gelava o sangue pela sua selvageria. Os índios que representaram essa cena pertenciam à tribo dos Cadiueus; suas fisionomias e seus modos eram ainda mais terríficos do que os de seus irmãos de Albuquerque.²⁵²

Figura 8: Acampamento de *tolderías* em Albuquerque ²⁵³



Fonte: CASTELNAU, Francis de. *Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima, et de Lima au Para*. Paris: Chez P. Bertrand, 1852, t. 2.

²⁵² CASTELNAU, Francis de. *Expédition às...* op. cit., p. 253

²⁵³ O naturalista francês retratou, de maneira geral, o modo de vida autônomo dos indígenas como sujeitos refratários à fixação, necessitando apenas de um minuto para ajuntar-se às mulheres com os seus toldos e os couros junto aos cães que agora possuíam, para migrar daquele lugar a outro. A reputação das *tolderías*, à época, era a de grupos temíveis que viviam do saque, assaltos e morticínios. Ver CASTELNAU, Francis de. *Expédition às...* op. cit., p. 245.

A sincronização das atuações levam-nos a conclusão de que tal teatralização era parte integrante daquela cultura já performada outras vezes. Mas quando exibida para um sujeito estrangeiro e de fora do toldo, tinha um propósito diferente. Pois se entre os membros poderia reforçar as posturas esperadas dos guerreiros ou também servir como treinamento militar, para os de fora essa era uma clara exibição do seu poderio²⁵⁴.

²⁵⁴ Tal poderio combinaria elementos modernos (armas de fogo) com elementos antigos (cavaleiros lanceiros). A representação ressalta a habilidade dominada na montaria, parte principal da força guerreira. Mas, na visão de um europeu, à certa altura impossibilitava discernir onde terminava a selvageria intrépida dos cavalos e em que ponto iniciava o etos guerreiro selvagem Kadiwéu. Castelnau deixou nítido o sentimento de pavor que tomou conta de si.

Figura 9: “Indien Guaycuru (Paraguay)”²⁵⁵



Fonte: CASTELNAU, Francis de. *Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima, et de Lima au Para*. Paris: Chez P. Bertrand, 1852, t. 2.

²⁵⁵ Ibidem., p. 44. Os Kadiwéu pintavam o corpo com jenipapo, desenhando nele figuras regulares por linhas concêntricas, em belos arabescos. Não pintavam com a mesma cor os dois lados do corpo. Era comum indivíduos com um lado pintado de vermelho e outro de branco, com as mãos pintadas de preto como luvas. Tal configuração, segundo Castelnau, lhes dava uma aparência diabólica (medonha/temível/terrível).

Figura 10: “Femme dun Chef Guaycuru”²⁵⁶



Fonte: CASTELNAU, Francis de. *Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima, et de Lima au Para*. Paris: Chez P. Bertrand, 1852, t. 2.

Já pelos anos de 1847, o explorador João Henrique Elliot, quando em Albuquerque à serviço do Barão de Antonina para atrair indígenas para aldeamentos no Sul²⁵⁷, também registrou o seu encontro com um grupo Kadiwéu. Estimados por ele em número de 20, vinham montados em pelo sob cavalos e traziam uma série de outros mais à procura de os comercializar com o Maj. João José Gomes, Comandante Geral do Baixo Paraguai, por

²⁵⁶ As mulheres usavam desenhos parecidos com os dos homens, mas as marcas na pele eram indeléveis. A Dona que Castelnau conheceu chamava-se Etacadauana (a agulhinha). Tinha o rosto enfeitado com figuras regulares, não incrustados, e de corpo malhado como uma pantera. Usava os cabelos presos por um pente, como utilizados por mulheres espanholas, com a forma de uma cabeça de cavalo no topo. A dona e os demais membros daquela toleria traziam colares de prata feitos de cilindros a partir dos metais subtraídos dos espanhóis. Ibidem, p. 244-245.

²⁵⁷ Agradeço ao orientador Prof. Francismar Carvalho pelo esclarecimento e correção.

aguardente. O Major deduziu que teria a ver com um algum ataque bem-sucedido contra os Enimá, com quem ainda estavam em guerra. Elliot registrou que traziam seus rostos pintados, armados com lanças e espadas a tiracolo, vestindo chiripá e com os cabelos longos amarrados para trás. Teriam respondido que estavam acampando para trás da Serra da Bodoquena. Elliot os descreveu como possuindo um olhar desdenhoso e arrogante, denotando um ar de superioridade²⁵⁸ e

“um índio velho montado em lindo cavallo baio, ao qual dirigia com toda a destreza e garbo, com chapéu de palha enfeitado com pennas de avestruz, era seu chefe. Procurou o Sr. Major, o qual fez vir um interprete para saber o que o índio queria. Elle disse no seu idioma: - Eu soube que o Sr. commandante estava aqui em Albuquerque, e como eu também sou commandante, venho visital-o.”²⁵⁹

É notável o fato de os Kadiwéu possuírem vias de acesso para tratar diretamente com as altas autoridades militares locais. Mas nessas comunicações deixavam mais do que claro que não eram inferiores. E isso era facilmente notável, fosse pela sua postura e olhares altivos, ou fosse de maneira verbalizada. Sem esquecer ainda que traziam em seus rostos as pinturas corporais tradicionais de sua cultura, como emblemas de orgulho e identidade. No entanto, tais vias de acesso eram eivadas por ambiguidades. Pois, ao perguntar se a aguardente seria para festejar alguma vitória contra os Enimá, os Kadiwéu responderam que não, apesar de os indivíduos que os conheciam pensarem o contrário²⁶⁰. Elliot estimou a dimensão do domínio territorial das *tolderias*, apontando que eram terras ideais para a pecuária, mas lamentou logo em seguida pelos indígenas aguerridos que percorriam ali de maneira itinerante e entravavam tais pretensões (vide Figura 11).

De fato, a “amizade” dos Kadiwéu era algo muito dúbio. Ainda em 1847, o Capitão de Fragata Augusto Leverger, quem navegava com destreza no Rio Paraguai, advertia que da navegação abaixo do curso entre S. Lourenço e Coimbra ficava exposto aos perigos de emboscadas Kadiwéu. Mesmo que aliados, continuavam a conservar sua fama de guerreiros

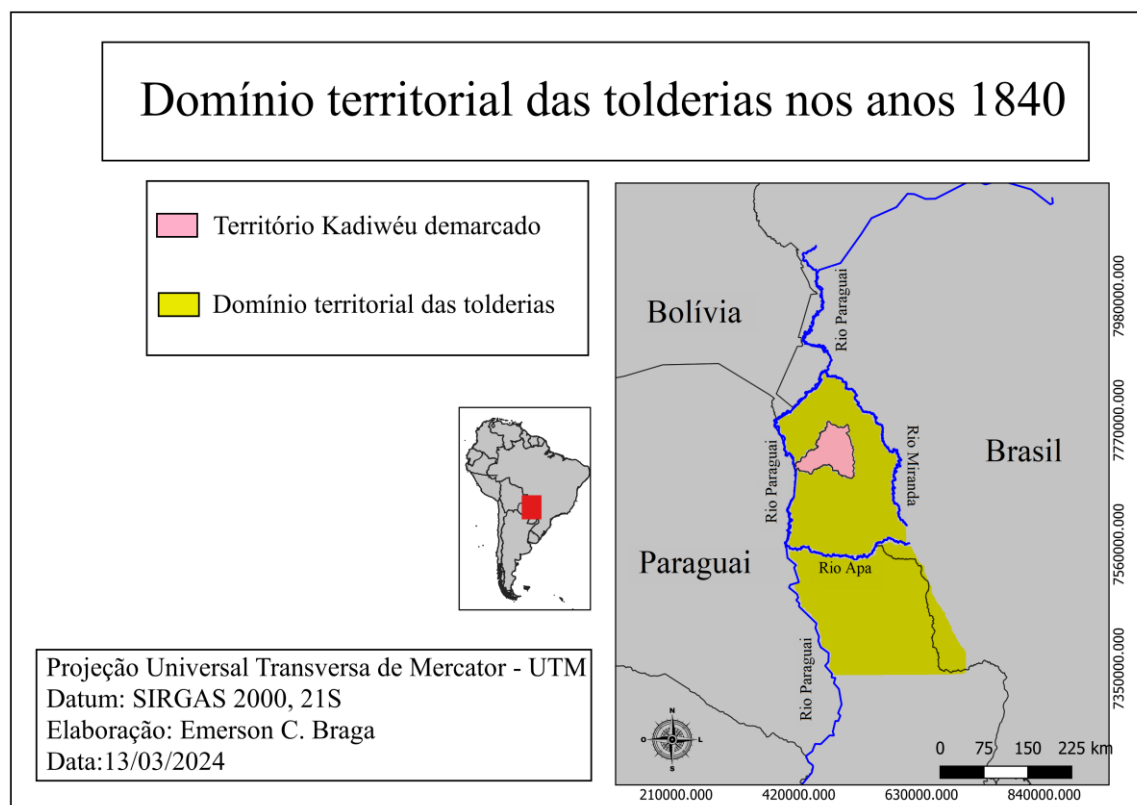
²⁵⁸ ELLIOT, João Henrique. “Itinerario das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da villa de antonina e o Baixo-Paraguay na provincia de Mato-Grosso: feitas nos annos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaqnim Francisco Lopes, e descriptas pelo Sr. João Henrique Elliot”. RIHGB, v. 10, 1848, p. 169-170. A antropóloga Lecznieski em pesquisa de campo entre 2000-2005 deparou com as mesmas “carrancas” Kadiwéu. Expressões severas, graves e hostis, provocando desconforto na antropóloga. Para a autora, a expressão é tanto sinal como gosto pela formalidade. Ver LECZNIESKI, Lisiane K. Estranhos laços: predação e cuidado entre os Kadiwéu. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2005, p. 166-167, 187.

²⁵⁹ ELLIOT, João Henrique. “Itinerario das... op. cit., p. 170.

²⁶⁰ Ibidem, p. 170.

temíveis e com quem os brancos só mantinham uma certa amizade ambígua. Eram reputados como indígenas que atacavam à traiçoeira, às escondidas, ainda que seu número fosse maior: *“Repito que pouco ha que temer, que elles accommettam cara a cara; é contra a sua falsidade, que toda a cautela é pouca”*²⁶¹.

Figura 11: Domínio das toldeiras nos anos 1840



Fonte: mapa elaborado pelo autor a partir dos registros de João H. Elliot²⁶²

Leverger também registrou que dois anos antes, em 1845, *tolderias* Kadiwéu, sob o comando de um capitão chamado *“Tacadaudna”*²⁶³, migraram do Chaco e foram à Cuiabá,

²⁶¹ LEVERGER, Augusto. “Roteiro da navegação do Rio Paraguay desde a foz do S. Lourenço até o Parana” [1847]. RIHGB, v. 25, 1862, p. 225.

²⁶² Elliot estimou que os domínios das toldeiras partiam do Rio Mondego (Miranda) ao Rio Apa. E da Serra do Maracajú até o Rio Paraguai. ELLIOT, João Henrique. Itinerario das... op. cit., p. 170.

²⁶³ Talvez o Cap. “Tacadaudna” seria, na verdade, a Dona Etacadauana, citada e ilustrada por Castelnau em 1845. Mas o mais coerente seria o Cap. Taquidauana, registrado nos eventos da Guerra contra o Paraguai. Ver CORRADINI, Cirlene. Os Guaikuru-Kadiwéu... op. cit., p. 88. Ou talvez o Cap. Itakadauana, que aparece no depoimento colhido pelo viajante tcheco A. V. Frič no início do século XX. Talvez a mesma pessoa. O depoimento do viajante foi traduzido por Baldus. Ver BALDUS, Herbert. Introdução. In: BOGGIANI, Guido. Os Caduveos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 37. A antropóloga Mônica Pechincha registrou Cap. Etacadauana, que, por relação cronológica, poderia a mesma pessoa que lutou na Guerra contra o Paraguai, pai do lendário Capitãozinho Ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar: mito rito e história

manifestando seu interesse em reduzi-los em Albuquerque. Tal atitude tinha enquanto pano de fundo a guerra contra os Enimá. O governador forneceu ferramentas para agricultura, mas logo aquele núcleo formado para redução dispersou, trocando ferramentas por aguardente²⁶⁴. Leverger afirmou que no ano de 1847, os Kadiwéu mantinham o modo de vida tradicional, isto é, sem habitações fixas, pousando regulamente entre Coimbra e o Fecho dos Morros²⁶⁵. De fato, ao final da década de 1840 e ao longo da década de 1850, as *tolderías* tiveram sucesso na manutenção da fama de temíveis guerreiros, especialmente no caso dos Kadiwéu, de maneira que não foram mais incluídos nas categorias imperiais de indígenas aldeados²⁶⁶.

E na década seguinte, o viajante português Joaquim Ferreira Moutinho, que ia a bordo do vapor Paranã, registrou a presença de *tolderías* no lado ocidental do Rio Paraguai. Não ocultando a sua admiração quando grafou “*Nada mais magestoso que o porte altivo d’esse indio, de pisar firme*” e “*olhares firmes e penetrantes*”. Com tal *toldería*, os tripulantes tiveram um tratamento cordial, desembarcando naquele lado e confraternizando com eles. No entanto, seus temores eram bem vivos, conforme grafou “*Lembravamo-nos de ter lido na Historia do Brasil os costumes d’estes indios demasiadamente traiçoeiros, e não foi sem repugnancia que nos aproximamos d’elles.*”²⁶⁷. Tal porte altivo e olhares penetrantes aliado à “*repugnancia*” dos não-indígenas, indicam a solidez de sua reputação como “indomáveis” com quem não é possível confiar nem prever²⁶⁸.

Kadiwéu. 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 1994, p. 33, 149.

²⁶⁴ A tratativa dos Kadiwéu com o Governo de Cuiabá, em 1845, ocorreu no mesmo momento em que Castelnau estava por Albuquerque. O Francês registrou in loco que era um afluxo de *tolderías* Kadiwéu, vindas do Chaco, que acampou aos arredores de Albuquerque. Comercializaram cavalos e ferramentas doadas por aguardente, utilizadas em festas e cerimônias. Ver CASTELNAU, Francis de. Expedição às...op. cit., p. 316.

²⁶⁵ LEVERGER, Augusto. “Roteiro da... op. cit., p. 225.

²⁶⁶ O comportamento indígena, tido como inconstante pelas autoridades imperiais, era uma estratégia empregada para manipular a política do império, que consistia em fornecer recursos para os indígenas fixarem. Os indígenas tiravam o proveito máximo dessa política com comprometimentos mínimos. Ver ROLLER, Heather F. Contact Strategies... op. cit., p. 151.

²⁶⁷ MOUTINHO, Joaquim. Notícias sobre a Província de Mato Grosso seguida de um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo. São Paulo: Typographia Schroeder, 1869, p. 197.

²⁶⁸ O encontro durou por um tempo estimado em quatro horas. Em troca das informações e cortesias, pagaram aos indígenas com diversos produtos que tinham interesse. Ibidem, p. 204.

Atuando na guerra contra o Paraguai

Foi também na década de 1860 que *tolderías* foram arrastadas para a Guerra do Brasil contra o Paraguai (1864-1870), com muitos confrontos ocorrendo em seus domínios, levando-os a engajarem com o intuito de autodefesa. Num primeiro momento, nos anos que antecedem a Guerra, exerceram a função de sondagem e vigilância pela região de fronteira, recebendo remuneração mensal paga pelo Império, devido ao conhecimento que possuíam daquelas paragens²⁶⁹. Ao longo da guerra, em 1867, o Conde de Taunay relatou que o batalhão n° 7 integrava Terena e indígenas das *tolderías*, que já haviam se apresentado ao Coronel. Eram entendidos como especialistas no avanço e reconhecimento do terreno²⁷⁰, participando em campanhas anteriores às daquele ano, sob territórios então ocupados pelos paraguaios²⁷¹.

O viajante Genovês Bartolomé Bossi, em 1863, narrou um acontecimento no qual uma guarnição brasileira, no Pão de Açúcar, após esgotar a munição, ficou sem meios para resistir, procurando refúgio nas matas desconhecidas, sendo interceptada por indígenas das *tolderías*. Os homens foram feitos prisioneiros e houve a sugestão de matá-los, mas um dos indígenas convenceu os demais a poupar-lhes a vida. Foram então escoltados até Cuiabá, onde os indígenas foram recompensados com presentes, e aquele que convenceu os outros recebeu uma escrituração pelas autoridades que, lhe agraciava com a patente de Capitão²⁷². A perícia no terreno era imbatível, de maneira que, desde antes do início do conflito, sua participação, sobretudo a dos Kadiwéu, foi crucial para o Império. Atuaram como informantes nos anos anteriores e como rastreadores da localização dos inimigos ao longo do conflito²⁷³.

Entretanto, atuavam autonomamente ao Império. Na realidade, é preciso aventar que não estivessem combatendo por uma mesma Guerra, mas tinham, naquele momento, um inimigo comum. Pois, no relato de Bossi, é notável que os indígenas pouparam a vida dos soldados não porque eram patriotas em uma guerra pela nação, mas porque o resgate renderia

²⁶⁹ CORRADINI, Cirlene. Os Guaikuru-Kadiwéu... op. cit., p. 84-92.

²⁷⁰ TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle, visconde de. A retirada da Laguna. traduzida da 3. ed. francesa pelo prof. B. T. Ramiz Galvão. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011, p. 53.

²⁷¹ Ibidem, p. 59.

²⁷² BOSSI, Bartolomé. Viagem pitoresca pelos rios Paraná, Paraguai, São Lourenço, Cuiabá e o Arinos, tributário do grande Amazonas: com a descrição da província de Mato Grosso em seu aspecto físico, geográfico, mineralógico e seus produtos naturais. tradução de Maria do Rosário de Fátima Gomes Godinho. - Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008, p. 39.

²⁷³ CORRADINI, Cirlene. Os Guaikuru-Kadiwéu... op. cit., p. 105-106.

recompensas. Por outro lado, a patente de capitão concedida àquele indígena, foi rechaçada pela coletividade, já que não possuía ascendência familiar de Capitães ou Donas, reconhecido como um mero “capitão de papel”²⁷⁴. Mas antes de um ordinário preciosismo por parte dos indígenas, é preciso compreender, criticamente, que tal atitude, fora uma tentativa das autoridades imperiais, que aproveitando o ensejo, buscaram criar um estrato artificial dentro da organização social dos indígenas, mas sem êxito algum.

Ao longo dos anos que precedem à guerra, antes de 1864, os indígenas das *tolderías* cativaram alguns Guarani, preocupando as autoridades imperiais, pois isso poderia dar ensejo a represálias por parte dos paraguaios. As autoridades solicitaram que os libertassem e foram atendidas. No entanto, continuaram a realizar incursões pelas margens dos rios, especialmente os Kadiwéu, além de realizarem incursões em território paraguaio, independente de terem ou não qualquer consentimento das autoridades imperiais²⁷⁵. De fato, Taunay em 1868 registrou a presença de Guarani capturados ao lado paraguaio habitando entre os Kadiwéu²⁷⁶.

Já Bossi, em viagem pelo Rio Paraguai em 1863, relata que àquela época, as *tolderías* continuavam a ocupar vastas zonas nas duas margens, anualmente realizando incursões para capturar cativos na região²⁷⁷. Também pela região, em algum momento nos anos finais da década de 1860, o viajante português Joaquim Ferreira Moutinho, registrou que presenciou em Cuiabá, indígenas Xamakokos que foram ali em busca de abrigo, possivelmente após ataques Kadiwéu, permanecendo na cidade por um espaço de 15 dias²⁷⁸. Apesar da guerra, as *tolderías*, especialmente os Kadiwéu, continuavam a tocar seu modo de vida.

Mas mesmo em campanha conjunta, os indígenas das *tolderías*, assim como os Terena, recusavam-se a seguir as ordens dos comandantes militares para marcharem à frente na luta. Porém, rapidamente assumiam a dianteira no momento de tomar o butim²⁷⁹. Taunay chegou ao ponto de afirmar que, do alto de uma colina, ao olhar ao redor, era possível ver os soldados brasileiros marchando em direção ao campo de batalha, enquanto os Terena e os indígenas das *tolderías*, bem ao longe e após terem prestado seus valiosos serviços, vinham lá

²⁷⁴ BOSSI, Bartolomé. Viagem pitoresca... op. cit., p. 39.

²⁷⁵ CORRADINI, Cirlene. Os Guaikuru-Kadiwéu... op. cit., p. 84-96.

²⁷⁶ TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle, visconde de. Scenas de viagem: exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no districto de Miranda. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1868, p. 117.

²⁷⁷ BOSSI, Bartolomé. Viagem pitoresca... op. cit., p. 39.

²⁷⁸ MOUTINHO, Joaquim. Notícias sobre... op. cit., p. 185.

²⁷⁹ TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle, visconde de. A retirada... op. cit., p. 65.

trás com as mãos repletas de espólios tomados dos paraguaios²⁸⁰. E já algum tempo depois, com desgastes da guerra, que provocaram em dois soldados um estado de loucura e levaram outros 24 a deserdares da linha de defesa do acampamento em um efeito dominó, as *tolderías* abandonaram a missão²⁸¹.

Já infligido algum dano nos inimigos paraguaios e subtraído algum butim, não era mais o caso de permanecer numa missão em que começava minguar, fazendo decrescer chances de ganhos por meio de comprometimentos mínimos, ainda que muito valiosos para as autoridades imperiais. Mas, aos olhos dos aliados naquela guerra, como no caso de Bossi, que habitou desde jovem a Capital Argentina, a percepção era outra. Bossi registrou que: “*No caráter destes índios predomina a soberba, olham com o mais alto desprezo as demais tribos; professam um ódio visceral aos paraguaios e são muito partidários dos brasileiros.*”²⁸². No entanto, Taunay, enquanto brasileiro e autoridade militar que estava envolvida diretamente no comando do conflito, relatou: “*Os cadiuéos, inimigos fígadaes dos paraguayos, não merecem confiança alguma e têm, em várias ocasiões, causado tantos danos aos brasileiros como aos inimigos*”²⁸³.

Ao dispor, de forma contraposta, as duas perspectivas, aponta-se para uma situação em que os indígenas das *tolderías*, e mais frequentemente os Kadiwéu, estavam numa guerra contra os paraguaios, em que o Império era um aliado, não o seu comandante, tão pouco o seu senhor e nem soberano. Ao contrário disso, viam-se a si próprios como uma nação em si, portanto, soberanos e autônomos. Isso não quer dizer, por outro lado, que não tenham prestado auxílio valioso ao Império, pois até o início da Guerra, os indígenas, não apenas os das *tolderías*, eram o contingente populacional majoritário em Mato Grosso²⁸⁴. No caso particular dos Kadiwéu, tiveram papel de destaque na defesa do Forte Coimbra²⁸⁵, assim como em outros episódios, que foram lembrados pelo português Moutinho,

²⁸⁰ Ibidem, p. 77.

²⁸¹ Ibidem, p. 121.

²⁸² BOSSI, Bartolomé. Viagem pitoresca... op. cit., p. 42. A ferocidade das *tolderías* para com os paraguaios era bem anterior à guerra. Castelnau, ainda em 1845, afirmou que as vastas planuras do Chaco eram incessantemente percorridas pelos “índios cavaleiros”, que votavam ódio de morte aos espanhóis e com muito pavor, pronunciava o nome das *tolderías* em qualquer parte da América do Sul. Por espanhóis eram entendidos os falantes da língua na América do Sul. Ver CASTELNAU, Francis de. Expedição às...op. cit., p. 258, 307.

²⁸³ TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle, visconde de. Scenas de... op. cit., p. 183-184.

²⁸⁴ SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória... op. cit., p. 58.

²⁸⁵ CORRADINI, Cirlene. Os Guaikuru-Kadiwéu... op. cit., p. 99.

Os Guaycurús são de muito tempo inimigos declarados dos Paraguayos, e a 16 de Novembro de 1868 o "Jornal do Commercio" transcrevendo uma noticia do "Monitor Goyano;" diz que - o capitão Lapagate, (a quem conhecemos pessoalmente) tomara aos paraguayos a artilharia de Coimbra que levavão para Assumpção, as quaes guardara em Nabilec afim de as conduzir até á capital e fazer d'ellas fiel entrega ao presidente.²⁸⁶

O Capitão Lapagate citado por Joaquim Ferreira Moutinho, era Capitão Kadiwéu, e conforme fica do registro, os indígenas tiveram participações de destaque nos desdobramentos da Guerra. O dito Capitão Kadiwéu, fora visto por Taunay, que o descreveu a partir dos seguintes termos,

O capitão Lapagates, chefe de uma aldêa de cadiuéos, o qual vimos no Tabôco, era um varão imponente, com rosto expressivo e olhar inteligente; tinha no trato uma amenidade bondosa que muito caracterisava aquelle herôe do forte – Olympo.²⁸⁷

O que à primeira vista seria compreendido como uma contradição, já que por um lado há comentários depreciativos sobre os Kadiwéu, mas por outro, há elogios a uma figura importante daquela sociedade, na realidade, esconde uma lógica clara. Pois, ao elogiar o Capitão, foi exaltado um comportamento do qual queriam fixar como exemplo para os demais membros do grupo. E não perdendo de vista que a autonomia dos indígenas seria compensada e tolerada caso suas ações convergissem para os interesses e benefícios do Império. O que, na prática, era bem diferente, principalmente no caso dos Kadiwéu.

Segundo Taunay, em Miranda no ano de 1868, os indígenas dividiam-se em dois grandes grupos: os “Guaykurú” e os Chaná. Com relação aos “Guaykurú”, inferiu que muitas das *tolderías* foram desaparecendo mediante o contato com o “homem branco”, restando apenas os Kadiwéu e os Beakwéo, que moravam juntos. Taunay foi enfático em determinar que os Kadiwéu, ao contrário das outras *tolderías*, permaneciam em um estado quase selvático, habitando seu território próximo ao Rio Paraguai e ao Nabileque, quase não explorados pelo homem branco²⁸⁸, “*indomitos e falsos*”²⁸⁹. Os Beakwéo, já citados por Castelnau nos anos 1840, migravam do Chaco para Miranda a fim de sair do alcance dos

²⁸⁶ MOUTINHO, Joaquim. Notícias sobre... op. cit., p. 203-204.

²⁸⁷ TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle, visconde de. Scenas de... op. cit., p. 114.

²⁸⁸ Ibidem, p. 111.

²⁸⁹ Ibidem, p. 116.

Enimá, na mesma situação dos Kadiwéu, também migrando com o propósito de evitar o inimigo comum²⁹⁰.

Mas dito isso, o estado quase selvático desses indígenas evidencia como lograram manter-se fora do poder das autoridades imperiais. Além disso, suas vidas autônomas eram consideradas inaceitáveis e ameaçadoras. Ora, Taunay, como militar educado e arraigado aos valores da sociedade “civilizada”, quando expressou que os domínios Kadiwéu quase não foram explorados, o fez na qualidade de homem branco cujas intenções foram frustradas pela resistência e pelo ímpeto guerreiro dos povos opostos a tais intenções. Certamente, tal situação representava um problema para o Império, uma vez que parte do território considerado nacional, especialmente localizado numa região fronteira, estava efetivamente sob controle Kadiwéu.

Assentamentos e demarcação do território

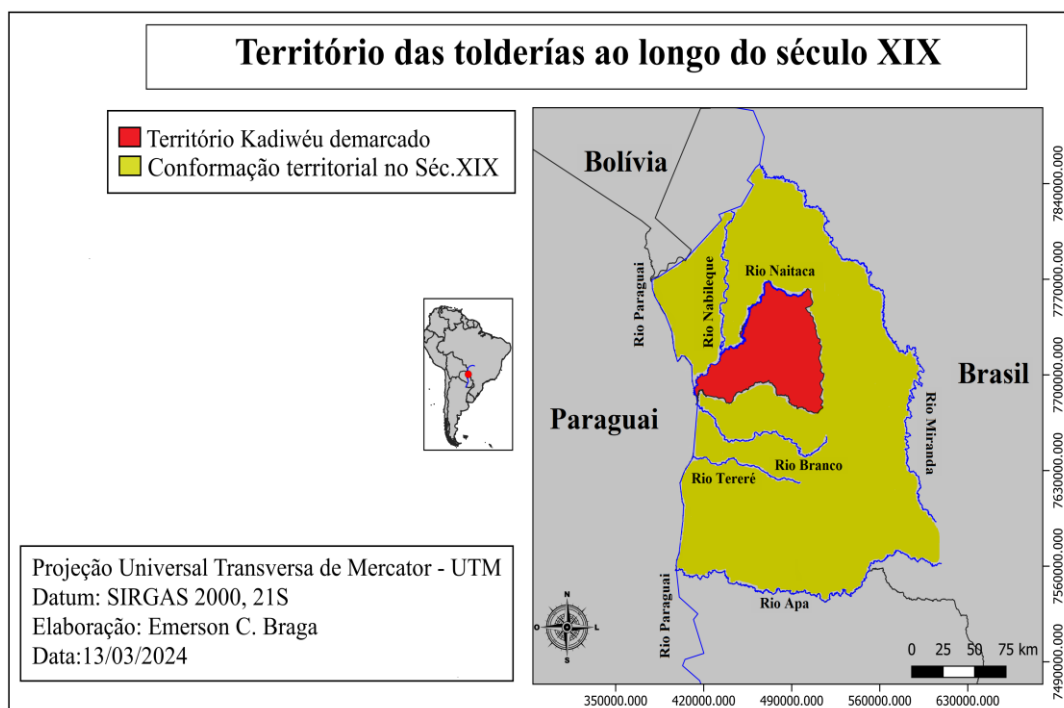
Ao longo do século XIX, os domínios das *tolderías* foram redimensionados, ocupando o território entre os Rios Apa e Miranda, concentrando-se por quatro áreas específicas: 1) Albuquerque; 2) Miranda e Lalima; 3) nas proximidades do Forte Coimbra; 4) região do Forte Olimpo, Pão de açúcar e entre os Rios Nabileque, Niutaque, Tereré e Branco²⁹¹. Também, a citação nos registros históricos dos etnônimo das *tolderías* foram transformando. No século XVI, os Kadiwéu surgiam juntos à outras seis parcialidades Eyiguayeguis, permanecendo assim até a década de 1840. Já na década de 1860, citava três parcialidades, que na década de 1890, mencionava-se somente os Kadiwéu²⁹².

²⁹⁰ CASTELNAU, Francis de. Expedição às...op. cit., p. 307-308.

²⁹¹ HERBERTS, op. cit., p. 85-86.

²⁹² ROLLER, Heather F. Contact Strategies... op. cit., p. 168-169. Roller propõe pensar tal fenômeno para além da narrativa de “extinção”. Conjuntamente aos termos “isolados” e “integrados”, conformam classificações burocráticas estatais que pouco dizem das divisões políticas de tais grupos, suas divergências e experiências, com contatos e retraimentos ao longo da História. Conveniente repetir que por “Kadiwéu” são chamados aqueles que intitulam a si como Ejiwajegi.

Figura 12: Conformação territorial das *tolderías* ao longo do Séc. XIX



Fonte: mapa elaborado pelo autor com base nas conclusões de Ana Lúcia Herberts

Especificamente no caso dos Kadiwéu, ao longo do Séc. XIX, sua trajetória foi de progressiva sedentarização²⁹³, no entanto, repleta de nuances e especificidades. De fato, já no fim do século XIX, as aldeias Kadiwéu conformavam um modelo distinto dos que tinham as *tolderías* no Chaco. Os assentamentos de então, eram “semi-sedentários”, com a ocupação paralela de acampamentos temporários, de acordo com as necessidades de subsistência. Esses acampamentos eram ocupados em certas épocas do ano, principalmente nas temporadas de caça de veados e no período de colheitas dos frutos já maduros. Mas também servia de ponto intermediário para acessar roças distantes das aldeias e pontos de pouso para atividades que exigissem maior dedicação nas atividades agrícolas, como a preparação do solo, semeadura e colheita²⁹⁴.

Nesse sentido, os Kadiwéu combinaram algum grau de vida migratório com mais algum outro grau de sedentarização. O naturalista estadunidense Herbert Huntington Smith, quem esteve numa aldeia Kadiwéu em busca de comercializar cerâmicas em 1886, descreveu um pouco do que viu da vida local

²⁹³ SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memoria... op. cit., p. 27.

²⁹⁴ HERBERTS, op. cit., p. 116-117.

O interior do rancho é uma scena de confusão: caixas, gamellas, papagaias, armas, está tudo empilhado junto; cachorros e crianças andam aos encontrões, as raparigas estão pintando as caras dos namorados, ou arrancando as sobrancelhas com pequenos forceps; os homens dormem, comem ou bebem em vasos pretos; as mulheres olham desenfadadas para a scena, ou trocam entre si sons guturais; o rancho, quando velho, é muito porco, e com o barulho e desordem que imperam, parece o peor lograr possível para lavor delicado. Entretanto, geralmente, notam-se umas duas ou tres mulheres, sentadas em couros e empenhadas no fabrico e na ornamentação.²⁹⁵

Smith não citou qual era o nome da aldeia, mas prioriza em seu relato a sua própria inconformidade entre o que imagina ser um local caótico, mas onde era produzida belíssimas peças de cerâmica artisticamente. Mas fora isso, é notável a continuidade de hábitos culturais das *tolderías*: a remoção das sobrancelhas e o couro utilizado como assento nas habitações. Outro ponto que fica explícito, diz respeito a manutenção de seu modo de vida autônomo e tranquilo. Apesar de que, num segundo plano de análise, Huntington parece objetivar sua reprovação, ao relatar que os homens comiam, bebiam ou dormiam, ao passo em que os jovens desfrutavam de seu tempo com os outros jovens, enquanto as mulheres mais velhas conversavam com folga e as crianças interagiam com os cães.

Essas aldeias Kadiwéu, no final desse século XIX, eram, de forma geral, erguidas nas encostas dos morros e serras, próximas às fontes de águas e para fora das inundações do pantanal. Eram dotadas de estabilidade que permitiam habitações por vários anos, com alguns membros do grupo na tarefa de realizar pequenas viagens para abastecer a aldeia por meio da caça, coleta de mel, raízes, frutas e palmitos²⁹⁶. Nelas, as mulheres cativas e não cativas produziam cerâmicas que abasteciam os mercados da região, possível comprá-las inclusive em Corumbá, por preços de até 400 ou 500 réis. Quando comprados diretamente na aldeia, seu preço era drasticamente reduzido²⁹⁷.

É possível imaginar que ter acesso a uma aldeia Kadiwéu para obter produtos mais baratos não seria tarefa fácil. No entanto, o Italiano Guido Boggiani, a fim de comprar couros de cervos dos Kadiwéu²⁹⁸, no ano de 1892, também esteve nas aldeias. Visitou primeiramente a aldeia liderada pelo Cap. Nauwilo, numa localidade denominada Morrinho²⁹⁹. Seu relato

²⁹⁵ SMITH, Herbert H. Do Rio de Janeiro a Cuyabá: notas de um naturalista. Cayeiras/São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Melhoramento S. Paulo, 1922, p. 307.

²⁹⁶ HERBERTS, op. cit., p. 117.

²⁹⁷ SMITH, Herbert H. Do Rio de... op. cit., p. 311-312.

²⁹⁸ BOGGIANI, Guido. Os Caduveo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 60.

²⁹⁹ Ibidem, p. 86.

confirma que à época os Kadiwéu praticavam agricultura e cuidavam da criação de cães, mas que também dedicavam-se aos seus cavalos e bois³⁰⁰, bem como mantinham uma rota de comércio com o Forte Olimpo, no Paraguai, na outra margem do Rio³⁰¹.

O italiano esteve noutra aldeia, ainda mais para o interior, dita por ele com a “capital dos Kadiwéu”, em Nalique³⁰². Era liderada por um Capitão conhecido como Capitãozinho e, tal qual a anterior, tinham bois, vacas, cavalos e cães, mas estes últimos em muita quantidade, além de alguns gatos e muitos galináceos³⁰³. Àquela altura faziam largo uso das armas de fogo³⁰⁴, tinham prática na atividade de ouvires³⁰⁵ e oficinas, onde trabalhavam o ferro³⁰⁶. Em outra aldeia, antiga e desocupada, possuíam uma máquina de engenho em que produziam açúcar³⁰⁷. Havia ainda uma terceira aldeia, chamada Etóquiya, especialmente reservada para os membros com condutas violentas que representassem uma ameaça ao grupo³⁰⁸. O italiano confirma o dito de Huntington sobre o modo de vida tranquilo que levavam: *“Se esta gente tivesse tanta paixão por trabalhar quanto tem por dançar, seria a mais rica da terra”*³⁰⁹.

Foi também o italiano quem, em 1892, afirmou que nos passados 10 ou 15 anos, os Kadiwéu foram impedidos de realizar incursões para apresar cativos, pois fazendas foram estabelecidas nas margens do Rio Paraguai. No entanto, a sua fama ainda evocava temor nos povos do Chaco³¹⁰. Na busca de continuar obtendo cativos, estabeleceram relações comerciais em que passaram a comprá-los dos Xamakokos que apresavam cativos entre os chamados “Xamakokos bravos”³¹¹. Naquela época, o italiano estimou que haveria ali pouco mais de 200

³⁰⁰ Ibidem, p. 85.

³⁰¹ Ibidem, p. 93.

³⁰² Ibidem, p. 60.

³⁰³ Ibidem, p. 113.

³⁰⁴ Ibidem, p. 115.

³⁰⁵ Ibidem, p. 117.

³⁰⁶ Ibidem, p. 141.

³⁰⁷ Ibidem, p. 211.

³⁰⁸ Ibidem, p. 196.

³⁰⁹ Ibidem, p. 155.

³¹⁰ Ibidem, p. 119.

³¹¹ Ibidem, p. 133.

Kadiwéu³¹² e que os de sangue “puro” eram pouquíssimos, com a maioria “misturada” com cativos Xamamkokos³¹³.

Alguns anos depois, no início do século XX, precisamente em 1904, o agrimensor francês Emílio Rivasseau também esteve entre os Kadiwéu. Por pouco mais de duas semanas. Registrou a existência de duas aldeias, uma liderada pelo Cap. Joãozinho, chamada de Tuyuyú, e outra liderada pelo Cap. Guazú-Ãcã. A segunda seria maior e mais importante do que a primeira³¹⁴ e chamava-se “Aldeia Grande”³¹⁵. A visita de Rivasseau ocorreu num contexto de acontecimentos dramáticos.

Ao fim do século XIX, um obscuro coronel da Guarda Nacional do período imperial, chamado Antônio Joaquim Malheiros, entrou em guerra com os Kadiwéu. Malheiros era um poderoso latifundiário, também chamado de “atropelador de índios”, proprietário de fazendas e, dentre elas, a Fazenda Barranco Branco, vizinha às terras dos Kadiwéu. As suas alianças políticas, bem como os diversos cargos que ocupou, lhe possibilitou projetar como figura de influência política em Corumbá, ao passo em que constituía um domínio considerável de terras. Entre 1885-1889 ocupou o cargo de “Diretor dos índios Kadiwéu”, acusado de utilizar força de trabalho indígena mediante ameaça e coação física, tanto em suas fazendas como para serviços pessoais³¹⁶. Nesses conflitos, os Kadiwéu foram acometidos por um conjunto de forças que somaram a polícia de Corumbá as do Estado as de Joaquim Malheiros³¹⁷, que entre 1897 e 1898 foram enviadas para reprimir as incursões Kadiwéu contra suas fazendas³¹⁸.

³¹² Ibidem, p. 243.

³¹³ Ibidem, p. 119.

³¹⁴ O Cap. Joãozinho disse à Rivasseau que ele e sua mãe eram cativos, capturados em algum momento antes de 1864. Com o passar dos anos, os anciãos reconheceram méritos e aptidões que o alçaram tempos depois ao posto de Capitão. Num primeiro momento era braço direito do Cap. Guazú-Ãcã e anos depois ficou decidido que lideraria uma facção menor do grupo, por motivos de segurança, para assegurar os domínios e conveniente as necessidades materiais (recursos). Ver RIVASSEAU, Emílio. A vida dos índios Guaycurús: quinze dias nas suas aldeias. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p. 73, 95, 97.

³¹⁵ Ibidem, p. 85.

³¹⁶ FLORES, José Manuel. Transformação agrária e desapropriação de terras indígenas em Mato Grosso (1940-1960): O caso da reserva Kadiwéu. Anuário Antropológico, v.43 n.1 | 2018, p. 288.

³¹⁷ Nesse contexto de conflitos, Rivasseau registrou que a Aldeia Velha fora queimada por Malheiros. Este seria o ponto por onde os Kadiwéu atravessavam o Rio Paraguai para o capturar cativos a sete, oito ou dez anos antes de 1904. Ver RIVASSEAU, Emílio. A vida dos índios... op. cit., p. 97, 211, 213.

³¹⁸ FLORES, José Manuel. Transformação agrária... op. cit., p. 288. Rivasseau registrou que os Kadiwéu faziam uso de códigos, com que imitavam, com perfeição, o som dos animais locais. Ver RIVASSEAU, Emílio. A vida dos índios... op. cit., p. 131.

Mas o contexto parece mais complexo. O viajante e intelectual tcheco A. V. Frič³¹⁹ registrou o depoimento que recebeu de um Xamã chamado Apotxanra em 1904, afirmando que Malheiros chegou pelo fim do ano de 1872 na região e negociou com os Kadiwéu a sua permanência no local e pagando 300 mil reis para aldearem em Nalique. Os indígenas passaram a trabalhar na fazenda e negociando por aguardente. Durante o tempo em que fora o “diretor dos índios Kadiwéu”, aumentou a sua propriedade, tomando o território. E nesse período, o Cap. Itakadauana, chamado apenas de “Capitão”, faleceu, ficando seu filho, o Capitãozinho, muito jovem para governar. A liderança ficou ao velho Cap. Nauwila/Nauwilo, que havia lutado no Paraguai, onde fez cativos e causou grandes danos. Já algum tempo depois, os Kadiwéu fabricaram secretamente a sua própria aguardente, sendo surpreendidos pelo pessoal do Malheiros. E assim eclodiu o conflito com mortes e prisioneiros. Os Kadiwéu atacaram e queimaram diversos itens da “propriedade” de Malheiros. Também queimaram a aldeia³²⁰. Mas em algum momento Boggiani intermediou, convencendo os Kadiwéu que teriam acreditado em suas palavras e retornaram a trabalhar para Malheiros. Isto teria durado por aproximadamente, um ano e meio, até que o conflito eclodisse outra vez por parte de Malheiros³²¹.

³¹⁹ Para a atuação nacional e internacional de Frič na defesa dos povos indígenas no Brasil e sua difamação e censura, ver GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: HUCITEC – Editora da Universidade de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Estudos Brasileiros, v. 25. 1989, p. 67-71, 78, 86. (agradeço ao prof. Francismar Carvalho por gentilmente ceder a obra para leitura)

³²⁰ No relato, o Capitão Nauwilo/Nauwila sobressai como a liderança que lutou contra quem progressivamente tomava o território. E quando produziram aguardente e reprimidos, o Cap. Nauwilo/Nauwila investiu pela guerra. A antropóloga Mônica Pechincha, em trabalho de campo na década de 1990, ouviu do neto do Cap. Nauwilo que seu avô fora um cativo, mas que, dado os méritos guerreiros, ascendeu ao posto. A autora afirmou que nos anos 1990, o Cap. Nauwilo era uma das figuras mais lembradas pelo grupo. A antropóloga também ouviu que o Capitão era um “yodapoaynigi”, um tipo de guerreiro muito especial que sobressai pela força física, coragem e desempenho na guerra, lembrado como chefe que assessora Capitães. Ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. *Histórias de admirar...* op. cit., 51-52. O antropólogo Jaime Garcia inferiu que os Kadiwéu toleraram a convivência com Malheiros porque atendia a certos interesses indígenas, talvez mediante a sua ocupação de comerciante ou talvez como figura de “diretor dos Kadiwéu”. No entanto, ao perceberem que os domínios eram usurpados, optaram pelo enfrentamento. Ver SIQUEIRA JR. Jaime G. “SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 228. A historiadora Roller afirmou que, caso fazendeiros quisessem fixar nos domínios Kadiwéu, precisavam agir como aliados, ao menos num primeiro momento. Ver ROLLER, Heather F. *Contact Strategies...* op. cit., p. 172.

³²¹ A. V. Frič apud BALDUS, Herbert. *Introdução...* op. cit., p. 36-37. As relações com Malheiros parecem entabuladas antes que o Cap. Nauwilo estivesse investido na liderança. Por sua vez, Boggiani, em 1892, registrou que o Capitão Nauwilo era alguma coisa parecida com vassalo de Joaquim Malheiros. BOGGIANI, Guido. *Os Caduveo...* op. cit., p. 86-87. Entretanto, em 1897, afirmou que Nauwilo guiou as tropas de Malheiros para destruir e saquear a aldeia de Nalique. BOGGIANI, Guido apud BALDUS, Herbert. *Introdução...* op. cit., p. 42. De acordo com o etnólogo Hebert Baldus, restaria compreender qual a versão do próprio Nauwilo. *Ibidem*, p. 42.

Rivasseau notara que os Kadiwéu não assistiam despercebidos aos movimentos de seus inimigos, sobretudo com relação à Malheiros. Evitaram confrontos diretos com as forças invasoras indo para o interior e se escondendo. Rivasseau associou isso com uma série de habitações abandonadas que viu³²², mas é importante ter em mente que também poderiam ser acampamentos temporários³²³ ou resultado da morte de um membro muito importante³²⁴. Mas, além disso, para Rivasseau, os Kadiwéu mostraram a lucidez com que julgavam ver a sua situação. Em conversa reclamavam a condição de indígenas e dessa forma reivindicavam a nacionalidade brasileira, assim como outros grupos, mas explicitando na qualidade de sujeitos que nasceram em território brasileiro. Logo, por nascerem no Brasil, julgavam ter mais direitos do que os estrangeiros, principalmente Malheiros, que era português³²⁵. E sem desistir de serem Kadiwéu, reivindicavam a nacionalidade brasileira por nela reconhecer a possibilidade de direitos³²⁶.

Em realidade, quando em conversa com Rivasseau, ao falarem de si, intitulavam como uma nação³²⁷. Em outros momentos declaravam como os descendentes de uma grande e poderosa nação guerreira e que, por escolha, viviam longe de um modo de vida em que teriam que se submeter à reprodução de atividades laborais repetitivas e obrigatórias que retiravam a sua liberdade. Mas, principalmente o agrimensor notara que os Kadiwéu tratavam bem aqueles que os tratavam de mesmo modo, estabelecendo relações de igual para igual³²⁸.

E sob tais condições, os Kadiwéu firmaram alianças com o Coronel Pedro Alves de Barros, quem efetuou um cerco armado contra a Assembleia do estado de Mato Grosso e que assumiu a presidência após a renúncia do presidente do mesmo estado. Seu governo, que foi de 1899 a 1903, está diretamente relacionado com o processo de demarcação do Território

³²² Os Kadiwéu entendiam que as ações de Malheiro procuravam dispersar o grupo e causar fraturas internas. Em vista disso, intencionavam fortalecer os seus laços, já que o faccionalismo era característica de sua sociedade. Teriam procurado meios para mitigar com alguma solução que não foi esclarecida pelo francês. Mas pensavam nisso enquanto preocupavam em conservar seu número. Dessa maneira, evitaram confrontos diretos com forças invasoras, retirando para o interior e escondendo, pois o embate traria a convocação de forças maiores, tal qual em 1898. Ver RIVASSEAU, Emilio. A vida dos índios... op. cit., p. 117-119.

³²³ HERBERTS, op. cit., p. 116-117.

³²⁴ BOGGIANI, Guido. Os Caduveo... op. cit., p. 196.

³²⁵ RIVASSEAU, Emilio. A vida dos índios... op. cit., p. 96.

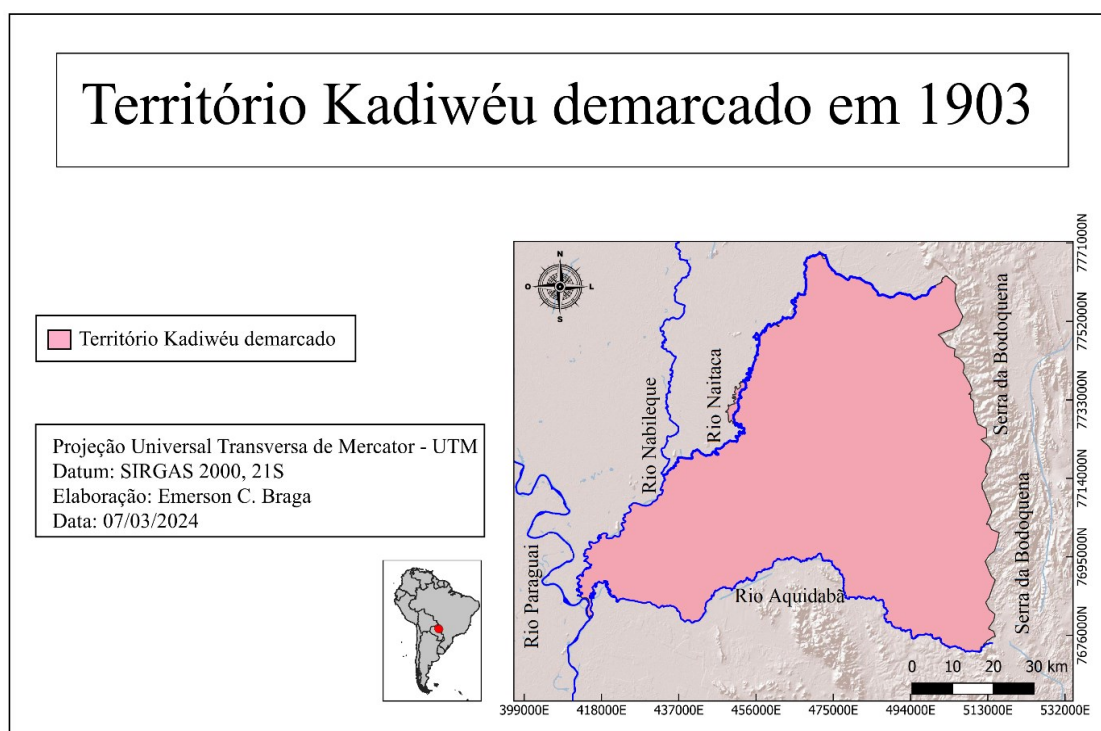
³²⁶ Ibidem, p. 176.

³²⁷ Ibidem, p. 85.

³²⁸ Ibidem, p. 109.

Kadiwéu, feito em 1900 e reconhecido em 1903. Malheiros era inimigo político de Barros e os Kadiwéu formaram alianças com este último e integraram as forças que atuaram para reprimir os movimentos armados organizados pelos dois primeiros vice-presidentes de MT contra o governo do Barros. Assim, por meio de alianças políticas, bem como por meio da demonstração de força, os Kadiwéu garantiram a posse e a demarcação jurídica de seu território³²⁹, com 373, 024 hectares³³⁰ calculados inicialmente, mas com pouca precisão, apesar da descrição clara dos limites³³¹.

Figura 13: Território Kadiwéu demarcado a partir de limites naturais



Fonte: mapa produzido pelo autor

³²⁹ FLORES, José Manuel. Transformação agrária... op. cit., p. 289-290.

³³⁰ ROLLER, Heather F. Contact Strategies... op. cit., p. 171.

³³¹ A medição do Território Kadiwéu, por José de Barros Maciel a serviço do Governo de MT em 1903, estabeleceu com clareza que as divisas eram, por cima: Rio Paraguai, Rio Nabileque e Rio Naitaca, até alcançar a Serra da Bodoquena. E por baixo: Rio Paraguai e Rio Aquidabã até alcançar a Serra da Bodoquena. Portanto, o território Kadiwéu, desde 1903 sempre teve os mesmos limites geográficos naturais do qual possui até hoje. Contudo, a precisão dos equipamentos e, sobretudo, as dificuldades do terreno levaram a discrepâncias só resolvidas nos anos 1980, quando o Exército, com melhores equipamentos, constatou 538.536 hectares, expondo uma diferença de 165.512 hectares para com a medição de 1903. Para o memorial de medição de José de Barros Maciel, ver SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória... op. cit., p. 148-154. Para a medição do Exército, ver MANGOLIM, Olívio. Povos indígenas no Mato Grosso do Sul : viveremos por mais 500 anos. Campo Grande: Cimi-MS, 1993, p. 35.

O ato de demarcação e reconhecimento jurídico do Território Kadiwéu ocorreu por âmbito estadual, realizado e consumado ainda antes de haver um órgão oficial indigenista no Brasil³³². E o fizeram sem virarem vassallos. Na verdade, quando o governo lhes dava presentes, julgavam que eram devidos. Contudo, quando eram os vizinhos, logo procuravam objetos ou algum meio de prestar agradecimentos³³³.

Foi emblemático quando, para Rivasseau, os Kadiwéu comunicaram aquilo que então desejavam: manter e conservar boas relações de amizade com todas as pessoas, com todos os seus vizinhos e principalmente com os funcionários do governo³³⁴. Rivasseau ainda notaria que o objetivo e fim supremo dos Kadiwéu era defender o que consideravam como os direitos de sua nação e soberania. E, ao exemplo das grandes nações, defender a sua independência, seus usos e costumes³³⁵.

1.3 Contato com o SPI e a expansão agrícola no antigo estado de Mato Grosso

Neste subcapítulo versaremos acerca da chegada do SPI em território Kadiwéu, dando relevo as características particulares do SPI, bem como o modo de vida do qual os Kadiwéu mantinham em seu território. E, por fim, o avanço da fronteira agrícola no antigo estado de MT em direção ao Campo dos Índios.

A chegada do SPI no Campo dos Índios

A demarcação do Território Kadiwéu em 1903, no antigo estado de MT, apesar de legalmente reconhecida e com limites julgados de precisão³³⁶, permanecia sem nenhuma

³³² SILVA, Giovani. De Mbayá-Guaikurú a... op. cit., p. 281. Segundo o prof. Éder da S. Novak, as demarcações em âmbito estadual estavam relacionadas com a descentralização da política indigenista nas primeiras décadas da República. Tal disposição governamental tornou a centralizar a partir da “Era Vargas” (1930). O professor Novak analisou a questão em sua dissertação na região sul, ver NOVAK, Éder da Silva. Tekohá e Emã: a luta das populações indígenas por seus territórios e a política indigenista no Paraná da Primeira República – 1889 a 1930. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2006. (Agradeço ao prof. pela gentil correção e observação)

³³³ RIVASSEAU, Emilio. A vida dos índios... op. cit., p. 109.

³³⁴ Ibidem, p. 182.

³³⁵ Ibidem, p. 279.

³³⁶ O agrimensor Rivesseau julgou-os como dotados de precisão porque eram baseados em referências geográficas claras. Ver figura 13 (agradeço ao professor Eder da S. Novak pelo apontamento da ambiguidade no texto).

barreira. O que não fora visto à época como um problema urgente por Rivasseau. Afinal, segundo ele, aquelas áreas ao redor estavam largamente desocupadas e inabitadas, com todos os seus campos servindo como locais de caça para os Kadiwéu³³⁷ e que por muitos anos ninguém mais lhes viria disputar a posse de suas terras. E mesmo que tal pudesse ser o caso, o governo já havia juridicamente demarcado. Rivasseau reconhecia que seus limites eram inferiores aos que os indígenas dominaram no passado, devido as ocupações adjacente por vizinhos. Entretanto, acreditava que os Kadiwéu dispunham de meios e recursos para o aumento de seu número populacional grandemente³³⁸.

E com a morte do latifundiário português José Joaquim Malheiros, em 1908, a situação calhou por contribuir de forma definitiva para uma maior garantia de segurança para os Kadiwéu³³⁹. Ainda a época de quando ocorreu a demarcação, no início do Sec. XX, o Território Kadiwéu não possuía, pelo menos não oficialmente, uma denominação. Nem havia apenas uma única maneira para referir-se àquelas terras. No contexto regional, era designada como “o Campo dos Índios”. Em outros casos, eram as “terras reservadas aos Cadiuéos”, ou poderia ser tão somente chamada de “reserva” localizada no município de Corumbá³⁴⁰.

E a situação ainda se mostraria mais favorável aos Kadiwéu. Afinal, aquelas terras que foram tomadas de seus antigos domínios pelos vizinhos conformaram, ao redor do Campo dos Índios, grandes latifúndios. Esses enormes espaços privados atuaram, de certa forma, na qualidade de zonas amortecedoras que embarreirava a presença de outros fazendeiros, bem como de pequenos agricultores e de posseiros³⁴¹. E dessa maneira, foi nesse contexto de terras demarcadas e relativo isolacionismo que os Kadiwéu tiveram contato com o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). A data ainda não é precisa, mas sabe-se que já em algum momento, desde o início dos anos de 1920, o órgão estava presente³⁴².

³³⁷ O antropólogo Jaime Garcia elencou uma série de localidades para além dos limites jurídicos do Território Kadiwéu, nomeadas a partir do idioma indígena, demonstrando que tais áreas eram utilizadas e estavam incorporadas ao grupo. Ver SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 258-262.

³³⁸ RIVASSEAU, Emilio. A vida dos índios... op. cit., p. 182.

³³⁹ FLORES, José Manuel. Transformação agrária... op. cit., p. 290.

³⁴⁰ SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória... op. cit., p. 69

³⁴¹ FLORES, José Manuel. Transformação agrária... op. cit., p. 290.

³⁴² SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória... op. cit., p. 76. Segundo o professor Eder da S. Novak, durante o mesmo período o SPI instalou PI no Paraná (1920-1930) para realizar uma aproximação e “pacificação”. (agradeço ao professor pela informação)

Propriamente sobre o órgão, as ideias e conceitos de Augusto Comte, fundador da corrente filosófica francesa chamada Positivismo, que penetrou na Escola Militar no Brasil em 1850, exerceu extrema influência sobre os fundadores e Serventuários do SPI³⁴³, segundo Ribeiro

[...] baseados no evolucionismo humanista de Augusto Comte, propugnavam pela autonomia das nações indígenas na certeza de que, uma vez libertas de pressões externas e amparadas pelo governo, evoluíam espontaneamente. Segundo o modo de ver dos positivistas, os índios, mesmo permanecendo na etapa "fetichista" do desenvolvimento do espírito humano, eram suscetíveis de progredir industrialmente, tal como, na mesma etapa, haviam progredido os povos andinos, os egípcios e os chineses. Para tal resultado, o que cumpria fazer era proporcionar-lhes os meios de adotarem as artes e as indústrias da sociedade ocidental. Assim, não cabia ao governo qualquer atividade de catequese, que pressupõe o propósito de conversão em matéria espiritual, para o que seria necessário existir uma doutrina oficial, religiosa ou filosófica. O que se impunha era, pois, uma obra de proteção aos índios, de ação puramente social, destinada a ampará-los em suas necessidades, defendê-los do extermínio e resguardá-los contra a opressão.³⁴⁴

Sendo Comte um homem francês, no Brasil, tais ideias foram adaptadas para lidar e pensar os povos indígenas. O positivismo em si defendia que a humanidade percorria por um transcurso histórico de estágios evolucionistas civilizacionais, chamados de “Lei dos três estados”, divididos distintamente entre fases: Teológica, Metafísica e Positiva³⁴⁵. Assim, os positivistas brasileiros tipificaram os indígenas no primeiro, comumente chamado pelo termo “fetichista”³⁴⁶. Logo, é notório que pensavam os indígenas como “seres inferiores”. Porém, isto dizia respeito a um estrito “sentido civilizacional”, não biológico. E por isso defendiam a ideia de que eram passíveis de “evolução”, tal qual qualquer outro povo modelo. Mas, para que isto fosse alcançável, defendiam a necessidade de proteção e auxílio para os indígenas que, por meio de uma tutela governamental e lançada por um Estado-Laico-Republicano atingiriam tais objetivos, combatendo no processo a atuação das missões religiosas.

³⁴³ Conforme Gagliardi, o Cel. Benjamin Constant foi um militar, intelectual e professor positivista. Propulsor dessa filosofia entre jovens militares. Dentre os seus alunos estiveram o Marechal Rondon e os membros da família Horta Barbosa, mais precisamente o Cel. Nicolau Bueno Horta Barbosa, quem esteve à frente da IR5 em MT. GAGLIARDI, José Mauro. O indígena...op. cit., p. 42-43.

³⁴⁴ RIBEIRO, DARCY. Os índios e a civilização: a integração das populações no Brasil moderno. 2.ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1985, p. 123.

³⁴⁵ COMTE, Augusto. Curso de filosofia positiva. 1. ed. Buenos Aires: Need, 2004, p. 20-23.

³⁴⁶ Segundo Gagliardi, o “estado fetichista” corresponderia à infância da humanidade, ver GAGLIARDI, José Mauro. O indígena...op. cit., p. 42-43.

Décadas antes, os positivistas brasileiros já promoviam relevantes movimentações a partir do Apostolado Positivista do Brasil³⁴⁷, instituição sobre a qual recai a única proposta enviada no contexto da Constituinte de 1891, a versar sobre e a propor direitos e garantias para as populações indígenas no Brasil, mas que fora ignorado³⁴⁸

Art. I.º A Republica do Brazil é constituída pela livre federação dos povos circunscritos dentro dos limites do estinto imperio do Brazil. Compõe-se de suas sôrtres de estados confederados, cujas autonomias são igualmente reconhecidas e respeitadas segundo as fôrmas convenientes a cada cazo, a saber: I. Os Estados Ocidentaes Brasileiros sistematicamente confederados e que provêm da fuzão do elemento europeu com o elemento africano e o americano aborijine. II. Os Estados Americanos Brasileiros empiricamente confederados, constituídos pelas ordas fetixistas esparsas pelo território de toda a Republica. A federação deles limita-se à manutenção das relações amistozas oje reconhecidas como um dever entre nações distintas e simpáticas, por um lado; e, por outro lado, em garantir-lhes a proteção do Governo Federal contra qualquer violencia, quer em suas pessoas, quer em seus territorios. Estes não poderão jamais ser atravessados sem o seu previo consentimento pacificamente solicitado e só pacificamente obtido.³⁴⁹

As propostas do Apostolado Positivista do Brasil para a Constituinte do final do Séc. XIX foram amplas e abordavam diversas esferas do social, econômico e político. No entanto, a questão dos povos indígenas foi posta na primeira página. Para os positivistas, a nação brasileira foi constituída pela fusão de três povos: indígenas, africanos e europeus. Os indígenas, teriam sua organização política orientada por um modelo de “hordas”, expressando aquilo que viam como um nível rudimentar de organização social. Mas, ao mesmo tempo, reivindicavam que a República, tal qual faria com outras nações, com os indígenas, deveriam entabular relações amistosas, respeitando sua autonomia e soberania de seus territórios. E, com esse fim, propuseram à Constituinte que o Governo Federal deveria garantir-lhes a defesa de suas terras e vidas³⁵⁰. Tais ideias aparecem nos registros de Raimundo Teixeira Mendes, figura importante do positivismo no Brasil, que em 1908, dois anos antes da fundação do órgão, em contato com Rondon, escreveu-lhe

³⁴⁷ O Apostolado Positivista do Brasil foi fundado em 1881 por Miguel Lemos e Teixeira Mendes, no RJ, para agrupar e disciplinar a prática dos positivistas brasileiros. Ibidem, p. 44-45.

³⁴⁸ RODRIGUES, C. R. A construção da política indigenista na República Brasileira a partir das ideias de modernidade. Tellus, ano 11, n. 21, jul./dez. 2011, p. 211.

³⁴⁹ MENDES, Teixeira; LEMOS, Miguel. Bazes de uma constituição politica ditatorial federativa para a Republica brasileira. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, 1890, p. 1-2.

³⁵⁰ Os posicionamentos favoráveis ao extermínio de populações indígenas para abrir frentes de colonização com imigrantes europeus foi defendida publicamente em setembro de 1908 pelo Diretor do Museu Paulista, Hermann Von Ihering (quem esteve por 22 anos no cargo), que continuou a sustentar pelos anos seguintes. Mas isto não ocorreu sem a destacada oposição dos positivista Sílvio de Almeida, Luís Bueno Horta Barbosa e Rondon. GAGLIARDI, José Mauro. O indígena...op. cit., p. 71-76, 78-79, 81.

Urge, segundo os ditames da moral e da razão, ver nos povos selvagens nações independentes, que devem ser tratadas com as atenções com que tratamos os povos mais fortes. Bástão as guerras e as revoluções modernas; basta a monstruosa organização militar das nações que se têm na conta de civilizadas; basta esse humilhante espetáculo de ferocidade, para que não nos seja lícito olhar desdenhosamente para a civilização fetichista. A nossa ciência e a nossa indústria parecem ou devem parecer a essas cabildas primitivas como só servindo para requintar a nossa capacidade destruidora...

Perante os brasileiros, as tribus selvagens devem, pois, constituir nações livres, cujos territórios cumpre-nos escrupulosamente respeitar e cuja amizade devemos procurar com lealdade.³⁵¹

O registro de Teixeira Mendes exacerba uma das mais notórias características do pensamento positivista: o pacifismo³⁵². Como fica claro, o progresso industrial e científico não são indicativos de avanço “civilizacional”. Teixeira Mendes chegou até ensaiar uma visão antropológica, imaginando como os indígenas observariam a capacidade da sociedade “civilizada” em produzir destruição. Ser civilizado é viver em paz. E tal movimento filosófico/político encontraria grande êxito em 1910, ano de fundação do órgão. O seu primeiro diretor, bem como a figura máxima e fundador-mor foi Candido Mariano da Silva Rondon. Este, um ferrenho e determinado positivista, condicionou sua participação no órgão sob a condição de aceitação desses preceitos já mesclados com as ideias de José Bonifácio³⁵³. Sobre Rondon, de acordo com Ribeiro:

Afeição prática da nova política indigenista se assentou na experiência pessoal de Rondon, acumulada em vinte anos de atividades nos sertões de Mato Grosso. Positivista militante, orientara toda a sua vida de acordo com os postulados de Augusto Comte. Oficial recém-formado, recusara uma cátedra na Academia Militar,

³⁵¹ MENDES, Raimundo Teixeira. Ainda os Indígenas do Brasil e a Política moderna: A propósito dos recentes telegramas dos engenheiros Gastão Sangés e Major Candido Rondon. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 1907, p. 08. Segundo Gagliardi, a defesa dos positivistas no reconhecimento da República pela condição de grupos indígenas como nações independentes foi a reivindicação mais importante no contexto de defesa de direitos indígenas. Para Gagliardi, isto teria o efeito imediato de reconhecimento de todos os territórios indígenas como invioláveis, onde exerceriam soberania. Todavia, a reivindicação não foi incorporada por conta dos embates que cercaram a fundação do SPI. Ver GAGLIARDI, José Mauro. O indígena...op. cit., p. 231

³⁵² O pacifismo foi um dilema entre o Apostolado com demais positivistas independentes. Principalmente com o Cel. Benjamin Constant frente aos movimentos para a Proclamação da República, ver Ibidem, p. 48-52, 169.

³⁵³ RIBEIRO, DARCY. Os índios e a civilização... op. cit., p. 124. De acordo com Gagliardi, José Bonifácio acreditava que, ao alterar o método de atração dos indígenas, pacificamente integrariam à “sociedade nacional”. Desse modo, Bonifácio apresentou à Assembleia Geral Constituinte de 1823 a sua proposta que versou sobre o relacionamento do Estado com as populações indígenas, orientados em 4 princípios: Justiça (como forma de assegurar que as terras indígenas fossem compradas e não esbulhadas), Brandura, Constância e Sofrimento (para cativar seus sentimentos e pregar-lhes a fé cristã). Já as estratégias seriam: comércio (como forma de aproximação), casamentos mistos, trabalho de catequese e agricultura. Além disso, a instituição de um Tribunal Superior que supervisionaria a vida civil e eclesiástica dos indígenas. Para Gagliardi, ver GAGLIARDI, José Mauro. O indígena...op. cit., p. 30-32. Todos os pontos destacados pelo autor estão relacionados com a tutela, que precede ao SPI. (agradeço a Prof.^a Marina M. Machado pelo apontamento)

escolhendo, para atuar, o setor onde poderia mais eficazmente imprimir à tropa sob seu comando uma feição construtiva e pacífica, tal como Comte propugnara para o advento do Estado Positivo, quando os remanescentes dos antigos exércitos seriam utilizados em funções de policiamento e nas grandes obras civis. A Comissão Rondon fora uma aplicação prática, consciente, das idéias de Comte no terreno militar: a utilização pacífica do exército no desbravamento dos sertões interiores, na construção de obras civis, como a linha telegráfica, na realização de objetivos humanísticos, como a proteção ao índio. É, pois, de Comte que vem a inspiração para esta epopéia dos sertões brasileiros: um corpo de tropa que, avançando em território habitado por índios hostis, se nega a fazer uso das armas, mesmo quando atacado, em nome de um princípio de justiça.³⁵⁴

Por esse caminho, o objetivo do SPI era levar a “civilização” para os indígenas e, por meios pacíficos, instruí-los para transformá-los em trabalhadores³⁵⁵. De fato, em 1910, o órgão fora fundado sob o nome de Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (S.P.I.L.T.N)³⁵⁶. Com isso, os indígenas seriam integrados à nação

³⁵⁴ Ibidem, p. 123-124. De acordo com Darcy Ribeiro, as diretrizes dos Positivistas, dentro de seu contexto histórico, era o que de mais avançado haveria para tratar das populações indígenas do Brasil. Ao mesmo tempo, o autor afirmou que a etnologia, apesar da farta produção, estava alienada dos povos que estudava presas no Museu. De modo que seus intelectuais eram indiferentes a busca por soluções para os problemas enfrentados por indígenas. Os primeiros quadros do órgão, formados a partir das Linhas Telegráficas, eram todos de militares positivistas experientes, somados com professores universitários, funcionários públicos, médicos, engenheiros e publicistas, quase todos também positivistas. RIBEIRO, Darcy. A política indigenista brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1962, p. 27, 30-31. O Marechal Rondon, com o célebre lema “Morrer, se necessário for; matar nunca” foi o resultado de sua experiência como alferes sob comando do Maj. Antônio Ernesto Gomes Carneiro, em 1890, que nomeado pelo Cel. Benjamin Constant para chefiar a “Comissão Construtora de Linha Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia”, proibiu os soldados de atirarem contra os indígenas, nem mesmo para assustá-los. Para a atuação de Rondon na construção das linhas de telégrafo ver GAGLIARDI, José Mauro. O indígena...op. cit., p. 140-168, 254-256.

³⁵⁵ Grupos de indígenas caçadores habilidosos e autossuficientes foram alvos das políticas do SPI para transformá-los em trabalhadores nos moldes capitalistas de produção. Cientes desse processo julgavam perder muito com essas políticas, sem desejo de abandonarem sua cultura. Quando o SPI alcançou a transformação, os indígenas produziam menos do que quando viviam antes do contato com o órgão. Hemming, John. *Die If You Must : Brazilian Indians in the Twentieth Century*. London: Macmillan, 2003, p. 208. (agradeço ao meu orientador por gentilmente ceder a obra para leitura)

³⁵⁶ O entusiasmo no SPI esvaziou pouco tempo depois, devido à desarticulação do time de voluntários idealistas positivistas, em sua maioria formado por oficiais do Exército oriundos da Comissão Rondon. O recrutamento foi um constante problema para o órgão, que Rondon procurou sempre imprimir com o comprometimento e respeito aos indígenas. A falta de verbas para o SPI, motivada pela oposição de políticos interessados em seu fracasso, levou a desarticulação dos primeiros Serventuários. Durante os primeiros 20 anos, o SPI operou com recursos financeiros irrisórios. Hemming, John. *Die If You Must...*op. cit., p. 207, 209. O Marechal Rondon ficou à frente do SPI como Diretor e, mesmo após ter deixado o cargo, atuou como orientador vigilante. Dos povos indígenas que tiveram contato com a frente de expansão da sociedade não-indígena os Serventuários do SPI agiram por meios persuasórios. Estes homens, segundo Darcy Ribeiro, ideologicamente preparados e motivados pelo exemplo do Rondon, devotaram, à custa de suas vidas, ao lema de “Morrer, se necessário for; matar nunca”. Com propriedade Darcy Ribeiro ressalta que isto não era mera frase para aqueles Serventuários. RIBEIRO, Darcy. A política... op. cit., p. 25, 30, 33, 49-50, 57-59, passim. Exemplo prático foi a conduta do Cel. Nicolau Bueno Horta Barbosa, que atravessado por 4 flechas Nhambikwara, em 1910, com o Aspirante Tito Barros atingido por duas, ordenou aos homens para não revidar. Após recuperar de sua quase morte, voltou ao local e determinou que roçassem ao redor da árvore em que ocorreu o ataque, onde estava fincada a flecha, deixando presentes como sinal de paz. O heroísmo nestes atos de bravura, segundo Gagliardi, não é uma qualidade individual, mas uma ideologia síntese a partir das proposições de Bonifácio com o Positivismo e o idealismo Republicano. GAGLIARDI, José Mauro. O indígena...op. cit., p. 256-257, 272-273.

junto às populações sertanejas espalhadas pelo território nacional. No caso dos últimos, o órgão agiria com o intuito de promover a colonização com trabalhadores rurais³⁵⁷. Colocando de outro modo, a fundação do SPILT se dera internamente ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) cuja função abrangia a tarefa de fixar no campo uma mão-de-obra rural nacional, não estrangeira, fazendo uso de um sistema de controle sobre o acesso à propriedade e treinamento técnico da força de trabalho, inseridos em unidades denominadas de “centros agrícolas”³⁵⁸.

Ou seja, a missão era, àquele momento, a de transformação dos indígenas em não-indígenas. E nesse objetivo, o caráter pacifista de suas intenções e procedimentos, por sua vez, consistia no vetor pelo qual manifestava um princípio fundamental: “guerra sublimada”. Nessa lógica em que está ausente a coerção física³⁵⁹, aí ocupa-se o exercício de estratégias e ações sobre as ações das populações indígenas, procurando-as vencer por meio do cansaço à sua resistência em fixarem nas áreas queridas e estipuladas pelo órgão e sua administração³⁶⁰.

Nesse princípio, já em 1914 foi reconhecida as especificidades exigidas para com o tratamento exclusivo da questão indígena pelo órgão³⁶¹. Em 1916, ano em que ocorreu a promulgação do Código Civil, foram nele enquadrados como “relativamente incapazes”, ficando sob regime tutelar estabelecido em leis e em regulamentos especiais³⁶². O que, na prática, facultava os indígenas de julgamentos imputados a partir de parâmetros externos à sua sociedade. E em 1918, por meio da Lei nº 3454, de 6 de janeiro, o órgão passou por uma reforma orçamentária, retendo de seu antigo nome as palavras “Serviço de Proteção aos Índios” (SPI) maneira como seria mais bem conhecido.

Dessa maneira, já em algum momento dos anos de 1920, o SPI agiria junto aos Kadiwéu, a partir da fundação de Postos Indígenas (PI). Em ordem cronológica, fundaram o

³⁵⁷ Ibidem, p. 126.

³⁵⁸ SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, M. C. (Org). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 156.

³⁵⁹ SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 61.

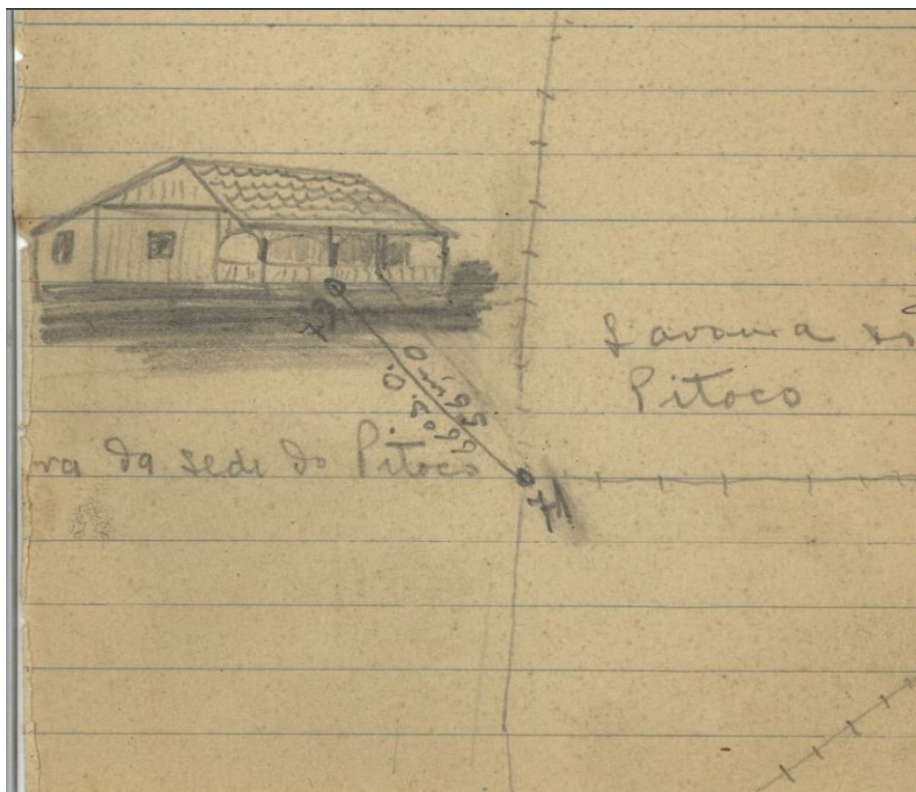
³⁶⁰ Ibidem, p. 74. Apesar disso, Darcy Ribeiro aponta que entre as contribuições positivas do Marechal Rondon para a política indigenista está a concepção compreensiva diante das diferenças culturais dos indígenas e entre eles próprios. Desse modo, Rondon defendia que somente com processos demorados e métodos persuasivos, seria possível transformar as condutas culturais indígenas. RIBEIRO, Darcy. A política... op. cit., p. 132.

³⁶¹ RIBEIRO, DARCY. Os índios e a civilização... op. cit., p. 126.

³⁶² ROCHA, Leandro Mendes. Uma retrospectiva da legislação indigenista brasileira entre 1930 e 1967. Ciências humanas em revista, 5(2): 55-67, jul./dez. 1994, p. 57.

PI Nalique, (vide Figura 14) na Aldeia Pitoco, o PI Presidente Alves de Barros e o PI São João, na aldeia de mesmo nome³⁶³. Tais postos, por sua vez, remetiam hierarquicamente à Inspetoria Regional 5 (IR5), responsável por coordenar mais outros 11 PI pela região sediada em Campo Grande. Cada PI era chefiado por um Encarregado, ao passo em que a Inspetoria era chefiada por um Inspetor³⁶⁴.

Figura 14: Ilustração à lápis da Sede do PI no Pitoco (provavelmente nos anos 1920)



Fonte: M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 51 - Planilha 339, p. 85

Em 1928, por meio de modificações legislativas, os poderes e as competências do SPI aumentaram consideravelmente. Os indígenas saíram da tutela do Poder Judiciário e passaram para o Poder Executivo, recaindo diretamente sob o SPI tal responsabilidade. O órgão passou a dispor de poderes para explorar recursos nas terras indígenas, desde que para o benefício dos últimos. Determinou-se que as terras tidas como necessárias para o SPI fossem passadas para o Ministério da Agricultura. E as terras tidas como devolutas e ocupadas por indígenas ou das antigas Missões fossem transferidas sem custo para a União, mediante o entendimento

³⁶³ SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória... op. cit., p. 76.

³⁶⁴ FLORES, José Manuel. Transformação agrária... op. cit., p. 286.

com os estados³⁶⁵. Já com relação à catequese, ficou sujeita à fiscalização do SPI. Por fim, as populações indígenas estavam classificadas por: 1) índios nômades; 2) índios arranchados ou aldeados; 3) índios pertencentes a povoações indígenas; 4) índios “*pertencentes a centros agrícolas ou que vivam promiscuamente com civilizados*”. Em todos os casos, cabia ao órgão prestar assistência³⁶⁶.

Os Kadiwéu no pós-1930

O afastamento do SPI do Campo dos Índios entre 1930-1941 ocorreu com poucos conflitos fundiários. O mais significativo diz respeito ao senhor Vicente Jacques, proprietário da Fazenda Baía das Garças, bem nas proximidades da Aldeia São João. Tal senhor, inclusive, fora acusado pela morte de um Kadiwéu, além de invadir as divisas por diversas vezes³⁶⁷. Mas, apesar da presença do SPI por quase uma década, pouco fez alterar a reputação dos Kadiwéu na região³⁶⁸, que pareciam ter redobrado sua atenção no contexto de afastamento do órgão para indivíduos estranhos que vinham visitar suas terras, conforme situação vivida pelo antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, nos anos 1935³⁶⁹.

Alguns anos depois, em 1942, ao retornar para o Campo dos Índios, o SPI, por meio do ajudante Antônio Rocha, sob as ordens do Coronel Nicolau Bueno Horta Barbosa, recebeu

³⁶⁵ John Hemming afirmou que o SPI precisava implorar para os governadores dos estados os territórios que já pertenciam aos indígenas por direito em caráter originário. Hemming, John. *Die If You Must...* op. cit., p. 208. Apesar dos sacrifícios cometidos por Serventuários, em busca de contatos pacíficos com esforços dedicados para “pacificar” os indígenas, caíam em desengano quando testemunhavam que sequer eram correspondidos com a demarcação das terras pelas autoridades, levando-os à desilusão e frustração dos ideais. Ver RIBEIRO, Darcy. *A política...* op. cit., p. 99. É interessante notar a afinidade com o caso da Lei de Terras de 1850, que, para Gagliardi, transformou os indígenas donos de seus territórios originários em expropriados, que dependiam da benevolência do Estado para obter o que um dia lhes pertenceu. GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena...* op. cit., p. 32.

³⁶⁶ ROCHA, Leandro Mendes. *Uma retrospectiva...* op. cit., p. 57-58.

³⁶⁷ FLORES, José Manuel. *Transformação agrária...* op. cit., p. 290.

³⁶⁸ Em caminho ao território Kadiwéu, o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss pousou em uma das fazendas nas proximidades, chamada Fazenda Francesa. Enquanto conversava com seus anfitriões, disseram-lhe que os Kadiwéu eram preguiçosos, degenerados, ladrões e bêbados, julgando com reprovação a sua ida. Tais opiniões mudaram quando retornou abarrotado de lindas cerâmicas, motivando os proprietários a tratarem comércios com os Kadiwéu, frequentar suas festas e estes a sua fazenda. A reputação Kadiwéu continuava a ressaltar o caráter “selvagem”. Eram grupos autônomos e temíveis que os “brancos” agiam com receio e notável distância. Ver LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes trópicos*. São Paulo: Anhembi, 1957, p. 175-176.

³⁶⁹ *Ibidem*, p. 176. Lévi-Strauss registrou que, mesmo trazendo muitos presentes, os indígenas agiram com cautela, preocupados com a possibilidade de interessados nas terras.

a notícia na Aldeia Morro Limoeiro, que por um mês, uma epidemia de febre-amarela assolou os Kadiwéu. A doença vitimou mais de 40 pessoas, incluindo as mulheres e crianças. Dentre os falecidos estavam o próprio Capitão daquela aldeia, de nome Inocêncio³⁷⁰, sucedido pelo Cap. Laureano³⁷¹. Os conflitos com o Vicente Jacques, a queda do número populacional e a perda de uma importante liderança certamente foram dificuldades imperiosas³⁷².

Porém, pelos anos seguintes, os Kadiwéu ficaram firmes. O antropólogo Darcy Ribeiro, anos após o retorno do órgão, esteve entre os Kadiwéu. Permaneceu entre os dois últimos meses de 1947 e retornou de junho até outubro de 1948³⁷³. O autor, que efetuou estudos a serviço de um programa de pesquisas da “Secção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios”³⁷⁴, registrou em suas análises de campo:

O modo de ser dos Kadiwéu é, hoje, essencialmente, uma variante do modo de ser dos brasileiros. Andam vestidos como a gente mais pobre da região onde vivem, quase todos os homens adultos se exprimem bem em português e muitos deles trabalham, por temporadas, nas fazendas vizinhas. Constitui, porém, uma variante singular, porque recheada de valores culturais próprios e, sobretudo, porque os Kadiwéu não se identificam como "brasileiros" e sim como uma entidade étnica em si, distinta de todas as demais: como um povo oprimido pelo grande mundo dos brancos que os cerca e os hostiliza por todos os lados e de todas as formas. Tal como os descrevemos aqui, os Kadiwéu são uma ilha cultural de origem indígena, resistente a dominação e a assimilação, em que cada geração repete a seus filhos lendas de tempos passados quando os Guaikuru dominavam todo o mundo que conheciam e em que tudo e todos demonstravam, a evidência, a preferência de Deus por eles, dentre todos os povos.³⁷⁵

Àquela altura, os Kadiwéu eram praticamente um povo bilíngue quem adotara as vestimentas das populações sertanejas. No entanto, Ribeiro fora enfático ao assinalar que continuavam a ver-se como um grupo indígena cuja identidade era viva. E que era capaz de marcar claras distinções entre os de fora e os de dentro. Não apenas isso, mas permaneciam mecanismos de valorização interna do grupo que agiam em detrimento dos indivíduos

³⁷⁰ O antropólogo Jaime Garcia, em pesquisa de campo nos anos 1990, registrou que o Capitão Inocêncio era rememorado pelos anciãos, junto a outros antigos e grandes Capitães, como uma figura modelo importante. Um exemplo para as gerações mais novas do qual os anciãos criticavam. Ver SIQUEIRA JR. Jaime G. “SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 142.

³⁷¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 192, p. 12

³⁷² Lévi-Strauss em 1935, estimou o número populacional Kadiwéu em 200 indivíduos. A mortandade pela epidemia foi um grande baque. Ver LÉVI-STRAUSS, C. Tristes... op. cit., p. 181.

³⁷³ RIBEIRO, DARCY. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 26.

³⁷⁴ Ibidem, p. 26.

³⁷⁵ Ibidem, p. 7-8.

externos. E, para Ribeiro, a despeito da adoção de elementos não-indígenas no seio de sua sociedade, isto contrastava com a afirmação de uma identidade resistente. Por fim, Ribeiro também captara como os Kadiwéu percebiam, sentiam e expressavam-se frente a expansão do mundo dos “brancos” que os cercava e os hostilizava por todos os lados e de todas as formas

Atualmente (1948) não chegam a três centenas de pessoas, vivendo principalmente da caça ao cervo e ao veado e da coleta de cocos e palmitos; acompanhando hoje, como vem fazendo secularmente, o fluxo e refluxo das águas do Paraguai que inundam o Pantanal durante 5 meses e voltam vagarosamente ao leito, arrastando atrás de si a caça e o caçador Kadiwéu. Despojados de seus rebanhos - perdidos nas trocas com os brancos, principalmente no comércio de aguardente - os Índios Cavaleiros de nossos dias, quase todos a pé, vivem como seus vizinhos neobrasileiros: vestindo-se, pastoreando o gado, caçando e curtindo peles com os mesmos métodos destes; mas conservando, ainda, algumas das características do antigo povo senhorial e dominador.³⁷⁶

A questão que os Kadiwéu enfrentavam era a defesa e manutenção de seu modo de vida tradicional sobre o território. E tal relação está relacionada com a capacidade ou não de manterem-se autônomos frente à sociedade não-indígena que aproxima cada vez. A visão trágica expressa de maneira poética por Ribeiro ainda contrasta com o fato dos Kadiwéu manterem-se em seu modo de vida tradicional, em que as vestimentas e o declínio no uso da montaria não são indicativos de decadência. Já com relação à conservação de características senhoriais notada pelo autor, os registros de Lévi-Strauss em 1935 fornecem informações interessantes

[...] não somente exigiam pagamento para se deixarem fotografar, mas ainda me obrigavam a fotografá-los, para serem pagos; quase não havia dia em que uma mulher não se me apresentasse num arranjo extraordinário e não exigisse de mim, sem que eu pudesse recusar, a homenagem duma chapa, mediante alguns mil-réis.³⁷⁷

Conforme o relato do antropólogo francês, lhe foi imposta uma condição e situação do qual não pôde recusar. A relação de poder foi bem demarcada naquela situação em que viveu. Pois, longe de um senso de decadência senhorial, isto era uma marca da identidade Kadiwéu. E ao analisar a sua situação, inferiu:

[...] independência e autoridade das mulheres de alto nascimento; ostentação diante do estranho, e reivindicação da homenagem do vulgo. O comportamento podia ser fantasista e improvisado: a conduta que o inspirava conservava toda a sua significação; cabia-me reintegrá-la no contexto das instituições tradicionais.³⁷⁸

³⁷⁶ Ibidem, p. 24.

³⁷⁷ LÉVI-STRAUSS, C. Tristes... op. cit., p. 184.

³⁷⁸ Ibidem, p. 184.

Conforme captado pelo autor, as Donas Kadiwéu, frente à sua pessoa, que era um não-indígena, apresentaram uma postura de independência, autoridade e ostentação, enfeitadas em seus adereços tradicionais. E não apenas não sentiam intimidação, mas de fato obrigaram-no a fotografá-las³⁷⁹. No entanto, tal situação em nada é assemelhável com as experiências de Ribeiro. Pois, como ele mesmo explicaria bem no início de sua obra, fora confundido e considerado um descendente de Boggiani que retornou. E foi sob tais condições que Ribeiro estivera sempre tratado, como um Kadiwéu que ficou bem-sucedido no mundo dos “brancos” mas crescera ignorante de sua história fora de sua aldeia³⁸⁰. Essa favorável condição muito possivelmente o teria impedido de vivenciar qualquer atitude senhorial vinda por Capitães ou Donas contra si e lhe conferido uma gama de possibilidades. Os relatos colhidos pelo autor são muito expressivos nesse sentido,

Os Kadiwéu que conhecemos, embora vivendo uma vida quase idêntica a dos neobrasileiros da região, conservam sua consciência e seu orgulho nacional. Já não dizem “somos o povo mais valente”, mas sofrem por não o ser e recordam com nostalgia os tempos passados, lamentando: “Ediu-ádig (Kadiwéu) antigo era a nação mais poderosa, este mundo todo foi nosso, tereno, xamacoco, brasileiro, paraguaio, todos foram nossos cativos, hoje estamos assim”.³⁸¹

As informações colhidas e registradas pelo autor, transmitidas pelos Kadiwéu, foram fornecidas de maneira a inteirar Ribeiro sobre o passado do grupo, para situá-lo sobre sua História³⁸². Ou seja, elas lhe foram transmitidas como parte do grupo³⁸³ e que por esses meios

³⁷⁹ Esse é um complexo gesto. Com uma única ação, os membros da “família nobre” impunham aos de fora o poder e respeito. Mas ao mesmo tempo deixam à vista para os demais membros, como uma Dona é tratada e exige tratamentos dignos frente aos “brancos”. Por fim, sem esquecer ainda que eram remuneradas por cada foto tirada. Dado que Lévi-Strauss estava no território dos Kadiwéu, então deveria acatar as vontades dos senhores locais. Boggiani, em 1892, experimentou situação semelhante. O italiano foi forçado a aquiescer os pedidos do Capitãozinho por mercadorias, mesmo que sequer os retornos financeiros estivessem claramente a vista. Ver BOGGIANI, Guido. Os Caduveo... op. cit., p. 111.

³⁸⁰ RIBEIRO, DARCY. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 10-12.

³⁸¹ Ibidem, p. 64-65.

³⁸² É possível um contraste entre a situação de Ribeiro com a de Kalervo Oberg, antropólogo Canadense que foi ao sul do antigo estado de MT, para estudar os Terena e os Kadiwéu entre novembro de 1946 a fevereiro de 1947. Com relação aos Kadiwéu, o autor inferiu que falavam muito pouco sobre o passado e cogitou que isso seria um lapso de memória sobre a própria história ou uma desconfiança para com pesquisadores brancos que visitam para indagações. O domínio da oralidade, que preserva a memória da trajetória do grupo, é algo central para tais populações. Para os registros de Oberg, ver OBERG, Kalervo. The Terena and the Caduveo... op. cit., p. 52.

³⁸³ Passados mais de 40 anos, a antropóloga Mônica Pechincha, na década de 1990, registrou em pesquisa de campo como Ribeiro era rememorado como parente de Boggiani, percorrendo os limites do território, dispondo marcos divisórios. Era lembrado como alguém para quem os Kadiwéu contaram as suas histórias e comia a caça capturada com eles pelo pantanal. Pechincha esclarece que muitos o viam como um chefe, atribuindo a ele a responsabilidade por assegurar o território e esperavam o seu retorno. Com curiosidade, perguntaram-na se ainda

deveria compartilhar dos anseios e lamentos da coletividade. Muitas das informações que ele recebera vieram de membros importantes. Em sua obra, Ribeiro assinalara João Príncipe³⁸⁴ como um de seus mais valiosos informantes. Este, que fora um Capitão de “família nobre”³⁸⁵, é descrito como profundo conhecedor das histórias de seu povo e muito orgulhoso dela³⁸⁶ e quem melhor falava português³⁸⁷. Mas nesse relato de Ribeiro é notável um corrente etos senhorial Kadiwéu que para o autor, parece jazer em uma forma latente pela memória dos presentes sobre o passado, não causando qualquer efeito direto sobre Ribeiro.

Mas, em realidade, ainda antes de sua chegada pela região, nos anos de 1940, o SPI assentou indígenas Kinikinau no Campo dos Índios, fundando com essas famílias o PI São João do Aquidavão. Segundo os relatos orais, os Kadiwéu teriam entrado em acordo com os Kinikinau, autorizando sua permanência, mas sob a obrigação de plantarem gêneros agrícolas, vigiarem aquela parte e de pagarem tributos. Os Kadiwéu, em troca, lhe prestariam proteção e comercializariam os produtos pela região³⁸⁸. Os Terena também foram assentados na aldeia São João pelo SPI³⁸⁹. Além disso, também foram assentados no PI P. Alves de Barros³⁹⁰ em

“mandava nos Kadiwéu” e, caso retornasse, fariam uma festa que prolongaria por uma semana inteira. Ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., 11-12. Também consta na documentação do SPI a menção por Deocleciano de Souza Nenê, quem fora Inspetor da IR5 em 1954, sobre Darcy Ribeiro ter testemunhado o momento em que uma onça saltou na garupa de um cavalo em que ia montado um Kadiwéu. Certamente um dos momentos em que caçava com eles pelas regiões do pantanal. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 288, p. 95.

³⁸⁴ Na década de 1990 havia duas famílias “nobres” na aldeia Bodoquena: os Silva e os Matchúa. Os Silva são os descendentes do Cap. João Príncipe. Já os Matchúa, são os descendentes do Capitãozinho. Ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., 68, 51-52.

³⁸⁵ Na pesquisa de campo pelo antropólogo Jaime Garcia, ao fim de 1980 e início de 1990, fora informado pelos Kadiwéu que as duas famílias que mais possuíam cativos eram os Silva e os Matchúa e que assim disputavam o poder político, conformando facções políticas. Ambas as famílias também detinham o poder econômico. A Dona Aracy Matchúa chegou a dizer para Garcia que os Silva só poderiam se casar com os Matchúa ou com os brancos. O embate que tinha lugar na aldeia Bodoquena não era fortuito visto que à época era a aldeia mais importante. Ver SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 127-129, 143.

³⁸⁶ RIBEIRO, DARCY. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p 307.

³⁸⁷ Ibidem, p. 86.

³⁸⁸ SILVA, Giovani José da; SOUZA, José Luis. O despertar da Fênix: a educação escolar como espaço de afirmação da identidade kinikinau em Mato Grosso do Sul. Sociedade e Cultura, Goiás, 2003, v. 6, n. 2, p. 151-152.

³⁸⁹ Segundo o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, os Terena foram assentados pelo SPI na região para assegurar a posse pelo povoamento. Ver CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 71.

³⁹⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 159, p. 102-107. De fato, constam Terena na documentação do SPI no PI em 1953.

algum momento entre 1946-1947 numa condição parecida com a dos Kinikinau³⁹¹. Tais interações evidenciam visceralmente relações de cunho senhorial³⁹². Tanto os Kinikinau³⁹³ como os Terena são grupos remanescentes dos Chaná³⁹⁴, que no passado estabeleceram relações simbióticas com as *tolderías*. No PI São João, ambos eram a esmagadora maioria³⁹⁵.

Por outro lado, o assentamento desses grupos pelo SPI também tinha o objetivo de instruir os Kadiwéu na prática da agricultura³⁹⁶. Essa era uma preocupação cara para o órgão. A antropóloga austríaca Wanda Hanke, em 1942, registrou diversas aldeias espalhadas ao longo do Campo dos Índios, com as maiores sendo: Nalique, Pitoco e Limoeiro (Morro Limoeiro). Também afirmou que não era raro deparar com os Kadiwéu acampando ou em viagem pela região³⁹⁷. Confirmando tais informações, mas dois anos depois, Coronel Nicolau Bueno Horta Barbosa, em 1944, registrou:

Suas aldeias não são totalmente fixas. Depois de um 2 ou 3 anos, num local, eles têm o habito sêmi-nômade de se mudarem para outro, de modo que uma Aldeia com a de Nalique habitada ontem, hoje não o está; e frequentemente mais se assemelham-se elas a acampamentos.³⁹⁸

Desse modo, fica claro que ao longo de todo o Campo dos Índios, até mesmo nas regiões pantanosas, como observara Lévi-Strauss ainda em 1935³⁹⁹, havia pontos em que montavam acampamentos ou possuíam aldeias, utilizadas em diferentes momentos e dando forma ao modo de vida semi-sedentário⁴⁰⁰. É notório que, apesar do SPI objetivar os Kadiwéu

³⁹¹ Darcy Ribeiro registrou que fora convocado para intervir num conflito entre Capitães Kadiwéu com Terena, pois os primeiros reclamavam tributos sobre a colheita dos segundos. Ver RIBEIRO, DARCY. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 65.

³⁹² Ibid., p. 26. Ribeiro, quando fez suas pesquisas de campo, manteve-se restrito às aldeias que estavam sob o raio administrativo do PI P. Alves de Barros, e talvez no PI Nalique. Logo, não teria qualquer contato com os Kinikinau.

³⁹³ Na nova conjuntura, o SPI obrigava aos Kinikinau a adotarem o registro nos arquivos e documentos do órgão como Terena, ao invés de sua identidade étnica real. Ver SILVA, Giovani José da; SOUZA, José Luis. O despertar... op. cit., p. 152.

³⁹⁴ SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória... op. cit., p. 46.

³⁹⁵ Ibid., p. 83.

³⁹⁶ OBERG, Kalervo. The Terena and the Caduveo... op. cit., p. 4.

³⁹⁷ HANKE, W. Cadivéns y Terenos. Arquivos do Museu Paranaense. Curitiba, v. 2, jul. 1942, p. 82.

³⁹⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 323, p. 61

³⁹⁹ LÉVI-STRAUSS, C. Tristes... op. cit., p. 179.

⁴⁰⁰ HERBERTS, op. cit., p. 116-117.

assentados para cultivar a terra, ainda pelos anos de 1940, continuavam com o seu estilo de vida tradicional.

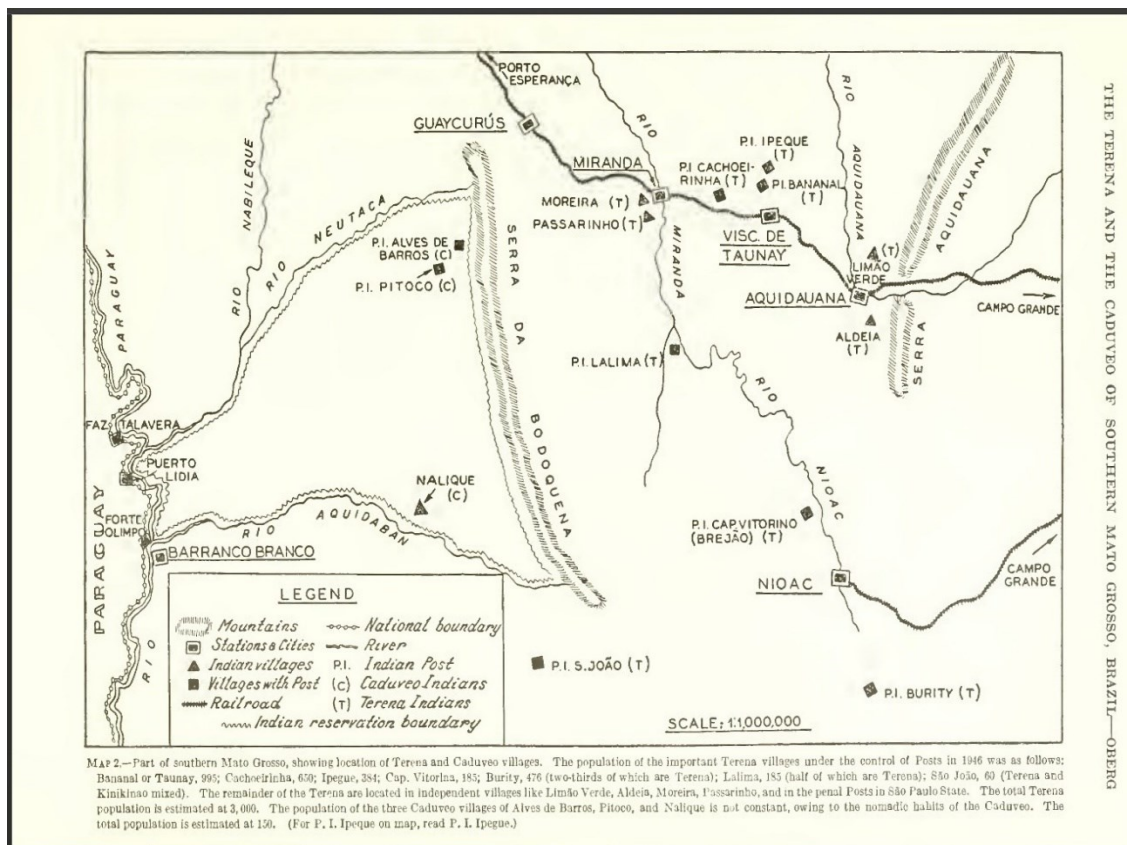
A autonomia era manifesta quando transpunham indiferentemente os limites jurídicos dos campos, gerando alarmes e temores nos vizinhos. Pela aldeia de Xatelodo, utilizada como um ponto de travessia, acessavam tanto a Estação Ferroviária Guaicurús (vide Figura 15), por onde viajavam para outras cidades⁴⁰¹, como acessavam fazendas vizinhas, tal qual a Fazenda Francesa. E nesse contexto, por volta de 1947-1948 Darcy Ribeiro descreveu o quadro geral pelo qual os Kadiwéu eram tidos em preocupação tanto pelo SPI como pelos fazendeiros vizinhos da região

Os funcionários do Serviço de Proteção aos Índios encarregados de administrar a reserva lutam há vários anos contra esta "preguiça" dos Kadiwéu, e os consideram como os índios mais difíceis de tratar, os mais ativos e independentes. Outra manifestação desta altivez é a sua má fama junto aos fazendeiros vizinhos que os tem por "índios armados de fuzil, capazes de matar quem se aventure a atravessar seus campos".⁴⁰²

⁴⁰¹ SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória... op. cit., p. 81-82.

⁴⁰² RIBEIRO, DARCY. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 65.

Figura 15: Mapa da região sul do antigo estado de Mato Grosso⁴⁰³



Fonte: OBERG, Kalervo. *The Terena and the Caduveo...* op. cit., p. 7

É patente a resistência imposta ao SPI. O uso das armas de fogo contavam como meios para autodefesa, de seu território e do seu modo de vida. Os relatos de Ribeiro tornam claro qual era a mensagem Kadiwéu para os vizinhos que atrevessem tentar disputar-lhes as terras. Pelos registros também fica claro de que maneira estavam preparados para prestar proteção aos tributários Terena e Kinikinau. E no caso pessoal de Ribeiro, ele parece ter desempenhado um papel importante para os ganhos dos indígenas⁴⁰⁴, num episódio em que relevou que os

⁴⁰³ Segundo Giovani José da Silva, os Terena e os Kinikinau eram a grande maioria do PI São João, algo que explica e responde satisfatoriamente o porquê do mapa elaborado por Oberg ilustrar o PI São João para além dos limites do Campo dos Índios, marcando-o como PI Terena. Ver SILVA, Giovani. *A reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória...* op. cit., p. 83. A afirmação é reforçada porque o SPI obrigava os Kinikinau a registrarem na documentação do órgão como Terena. Ver SILVA, Giovani José da; SOUZA, José Luis. *O despertar...* op. cit., p. 152.

⁴⁰⁴ Em março de 1948, passados três meses da primeira partida do antropólogo, o Diretor do SPI escreveu para o corrente Inspetor da IR5, requerendo, a partir das informações reportadas por Darcy Ribeiro, saber do cumprimento da promessa de substituição das armas Kadiwéu por armas de caça. Naquele contexto, o ex-Inspetor da IR5 determinou o recolhimento no Pitoco e no PI P. Alves de Barros, sob alegação de armamentos de guerra. Assim, Ribeiro apontou as ações do ex-Inspetor levando ao Diretor a fazer indagações ao atual Inspetor, ressaltando que as armas tinham fundamental importância como instrumentos de subsistência para a caça. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 180, p. 142. A ordem foi expedida em algum momento antes da chegada de Ribeiro, o que aponta para laços criados pelo antropólogo com os Kadiwéu.

Kadiwéu possuíam pelo menos 50 fuzis em 1948⁴⁰⁵. As armas de fogo já eram uma questão ainda mais antiga para o SPI ⁴⁰⁶.

Dispondo de poder de fogo e contando com a chegada dos Kinikinau e Terena, os Kadiwéu erigiram um sistema de vigilância e defesa. Mas isto seria uma camada sobreposta às condições naturais do terreno. Melhor dizendo, quando Oberg, na década de 1940, esteve entre os Kadiwéu, disseram-lhe ter escolhido sua terra, não somente por ser rica em caça, mas também porque era de fácil defesa, contra outros indígenas caçadores ou contra fazendeiros. A sua facilidade era atribuída às condições naturais do terreno, com a Serra da Bodoquena atuando como barreira natural pelo Leste, frustrando ataques surpresas pelo Rio Miranda, enquanto pelo norte e pelo sul, as zonas pantanosas do Pantanal, ao entorno dos Rios Nabileque e Aquidaban, conformavam barreiras naturais contra invasões⁴⁰⁷ (vide Figura 15).

Transformações do pós-1930: SPI e expansão agrícola em MT

O Território Kadiwéu, que fora demarcado pela primeira vez entre 1899 e 1900, com seus limites reconhecidos oficialmente pela Presidência do estado de Mato Grosso em 1903, e

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 180, p. 139. Para o período da chegada de Ribeiro, ver RIBEIRO, DARCY. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 26.

⁴⁰⁵ O órgão arrecadou 39 fuzis com origens na Bolívia, Paraguai e Brasil, que foram trocados por animais com cada indígena. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 180, p. 146. A ordem que partira do Inspetor, não fora acatada unilateralmente, pois havia ainda 8 armas em posse de outros Kadiwéu que recusaram, pois preferiam trocar por novas armas de caça. Enquanto outros mantiveram armas sonegadas. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 180, p. 145. No desenrolar do caso, outra seção do órgão manifestou que os Kadiwéu dependiam das armas para caçar, recomendando a devolução imediata e acompanhada pela doação de munição. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 180, p. 149-150. Observou ainda que eram armas antigas e sem eficiência, tendo em vista as armas mais modernas com que queriam substituir. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 180, p. 148. A afirmação acerca das armas pelo órgão é algo pouco crível. Em 03/08/1953, o SPI reportou, em caráter de urgência, providências afim de impedir invasões por requerentes de terras vizinhos. Para isso, apoiou-se em grupos Kadiwéu armados dispostos ao longo das linhas divisórias. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 257, p. 115.

⁴⁰⁶ Em 1944, quatro anos antes do caso envolvendo Ribeiro, o Cel. Nicolau Bueno Horta Barbosa, quando no PI P. Alves de Barros, reportou que foi cumprida a promessa feita pelo Cap. Matchúa de entregar ao PI todos os fuzis Mauser e Winchester. Para o Cel., isso era uma grande vantagem para a disciplina dos indígenas e para o prestígio ou força moral do PI. No entanto, ou as armas entregues em 1944 não eram todas, ou aquelas de 1948 já são outras e que contabilizariam, no mínimo, mais de 50 fuzis. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 323, p. 219. Há a possibilidade de que fossem apenas uma pequena ou grande fração de seu arsenal. Também é o caso de indagar se as armas entregues não seriam as mais antigas e velhas que possuíam. A situação aponta que os Kadiwéu cederam as armas sem graves resistências, buscando explorar ainda mais as políticas de assistência do órgão.

⁴⁰⁷ OBERG, Kalervo. The Terena and the Caduveo... op. cit., p. 56.

que foi administrado pelo SPI a partir da década de 1920, teve os primeiros limites propostos por José de Barros Maciel, ratificados em 1931⁴⁰⁸. Já nos três anos que antecederam tal medida, em 1928, o então Inspetor Regional da IR5 reportou como corrente no sul do estado a opinião que era desperdício tanta terra para apenas duas centenas de “índios”. Esse era um contexto histórico em que imperava na região a figura dos grandes coronéis latifundiários. Mas esse poder seria desafiado a partir dos anos 1930, com o assumir da presidência estadual por interventores federais⁴⁰⁹.

Tal acontecimento estava inserido em um contexto nacional de maior amplitude do pós-1930. Na Constituição de 1934, foi posto como competência exclusiva da União legislar sobre as questões indígenas. O assunto sobre territórios indígenas foi posto como matéria constitucional, o que até então era tratado por legislação ordinária. E já dois anos depois, em 1936, quando o SPI esteve sob o Ministério da Guerra, por meio de decreto, o órgão ganhou poderes para demarcar terras, mas ficava impedido de embaraçar os cultos religiosos, tanto cristãos como xamânicos. Em 1937, a Constituição outorgada manteve os direitos indígenas sobre seus territórios⁴¹⁰. Foi nesse contexto em que vigorava o Estado Novo (1937-1945)⁴¹¹ que o SPI despendeu esforços para as políticas alinhadas com as do Governo Federal, pondo em prática uma pedagogia nacional para os indígenas, com objetivos de lhes inculcir, em um só tempo, as ideias de nacionalidade e de trabalho⁴¹².

Nessa época, os PI eram subdivididos em dois blocos. No primeiro, estariam os postos de Atração, Vigilância e Pacificação. O objetivo era atrair indígenas “hostis”, mas também impedir ataques por “civilizados” contra as populações e seus territórios, impedindo ainda a imposição de obrigações como serviços, religião, ensino e aprendizagem. Já no segundo bloco estavam os postos de Assistência, Nacionalização e Educação. Sob responsabilidade destes ficava a função de agrupar, quando possível, os indígenas de uma ou mais etnias, entendidos

⁴⁰⁸ SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória... op. cit., p. 119. A ratificação pelo interventor não reduziu o território, mas acrescentou condições que, caso não cumpridas, levariam à sua redução, agora prevista em lei. Esse ponto será retomado no próximo Capítulo.

⁴⁰⁹ SILVA, Giovani. A reserva indígena Kadiwéu e o Serviço de Proteção aos Índios: notas de uma pesquisa sobre o indigenismo brasileiro. In: FREIRE, Carlos. A. da Rocha. (Org.). Memórias do SPI: Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio-Funai, 2011, p. 364.

⁴¹⁰ ROCHA, Leandro Mendes. Uma retrospectiva... op. cit., p. 58-59.

⁴¹¹ Ver D'ARAÚJO, Maria Celina. O Estado Novo. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

⁴¹² Ver SARAIVA, Márcia Pires. Uma pedagogia para os índios: A Política Indigenista de Getúlio no Contexto do Estado Novo (1937-1945). Rev. Margens Interdisciplinar, v. 7, n. 9, 2013.

como já sedentarizados e que estivessem a ponto de adaptarem à criação de animais, lavoura e outras atividades. E ainda nesse grupo, haveria a tarefa de organizar lavouras, pecuária, criar escolas primárias e incentivar um “civismo brasileiro”, fazendo uso dos símbolos nacionais, como o culto à bandeira e o ensinamento da história da “Pátria”⁴¹³.

Nesses anos, o SPI transitaria entre ministérios dentro da organização burocrática do Estado, levando ao seu afastamento do Campo dos índios entre 1930-1941⁴¹⁴. Mas, nesse entretanto, o Estado Novo promovia a sua proclamada “Campanha de Marcha para o Oeste”. Com tal política, o Governo Federal foi responsável por desencadear mudanças cruciais no cenário regional sul do antigo estado de MT. Sua finalidade, ao realizar essa campanha, era direcionar correntes migratórias de áreas em conflito para espaços geográficos considerados “vazios”. Isto levou ao crescimento populacional e ao aumento considerável de apropriações de terras pela região sul do antigo estado de MT. O solo fértil por baixos preços atraiu interesses e desencadeou uma corrida pela terra, em que empresas particulares atuavam revendendo terras para fazendeiros de outros estados, como do Paraná, São Paulo e Minas Gerais⁴¹⁵.

Aquele estado, antes província de Mato Grosso, foi povoada com entradas de não-índigenas em 1830-1840 que chegavam na região com a posse de documentos imperiais. Em poder de tais papéis, apoderavam das terras por meio do uso autorizado da força, expulsando indígenas com fins à expropriação⁴¹⁶. A região detinha uma vasta extensão territorial, com abundantes riquezas naturais, despertando o interesse nos primeiros colonizadores. Somado a isso, havia a possibilidade de estabelecer a agropecuária com poucos investimentos, dado as características naturais. O início do processo de integração da região com o mercado nacional foi por via da atividade pecuária, com a criação de gado bovino magro, vendido para Minas Gerais, onde era engordado e então redistribuído para o mercado consumidor, principalmente para o Rio de Janeiro, então Capital. Porém, fatores como a falta de alimentos, a existência de

⁴¹³ ROCHA, Leandro Mendes. Uma retrospectiva... op. cit., p. 59.

⁴¹⁴ FLORES, José Manuel. Transformação agrária... op. cit., p. 290.

⁴¹⁵ FLORES, João. Muita terra para pouco índio? A formação de fazendas em território Kadiwéu (1950-1984). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados-MS, 2009, p. 29.

⁴¹⁶ SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória... op. cit., p. 57.

um ambiente hostil com serpentes e mosquitos e a falta de estrutura de estradas adequadas, mantiveram na região uma população não-indígena reduzida.⁴¹⁷

Assim, a campanha do Estado Novo de “Marcha para o Oeste” elegeu a região como alvos de políticas de “sentido civilizatório”, buscando a integração das regiões interioranas à economia nacional. Com isso, operavam transformações nas estruturas agrárias de MT, assentadas no controle de vastas extensões de terra. Nesse esforço, o Estado Novo investia para diminuir o poder das elites latifundiárias, que controlavam a política e a economia regional⁴¹⁸.

Ainda em 1940, continuava a imperar latifúndios pela região Sul. Um exemplo desse contexto histórico, foi a empresa Companhia Mate Laranjeira (ML) que, entre as décadas de 1890-1940 arrendou do Estado quase 2 milhões de hectares tidas como devolutas para a exploração de ervais⁴¹⁹. Os domínios ervais sobre a região teriam seu fim à cabo das políticas levadas à época pelo Estado, que, ao negar a renovação dos arrendamentos, procurava desenvolver projetos de colonização estatal, ocupando as áreas “despovoadas”⁴²⁰. Mas sempre foi questionado por parte das elites locais a presença dos grandes latifúndios ligados a empresas estrangeiras, que alegavam razões políticas ou econômicas. No primeiro caso, alegavam que sua presença na fronteira era um risco para a soberania nacional. No segundo, questionavam a racionalidade econômica de tal concentração fundiária e seus arrendamentos, entendendo-os como perniciosos aos recursos do estado⁴²¹.

Enquanto isso, pela década de 1940, as diretrizes do SPI passam por alterações. O órgão ficou mais aberto as pesquisas desenvolvidas no âmbito acadêmico, com antropólogos exercendo importante atuação. Em 1942, um regimento regulamentou que os indígenas pertenciam à nação brasileira, logo necessitavam demonstrar isso, mas, ao mesmo tempo, também deveria prestigiar as suas próprias tradições. No final da década, o próprio Rondon

⁴¹⁷ FLORES, João. Muita terra para... op. cit., p. 19-21.

⁴¹⁸ FLORES, José Manuel. Transformação agrária... op. cit., p. 292.

⁴¹⁹ Ibidem, p. 292.

⁴²⁰ FLORES, João. Muita terra para... op. cit., p. 29. Após o Estado Novo, a ML fez novos acordos com o Governo de MT, mas o contrato rescindiu em 1949, pondo fim ao domínio da empresa sobre os ervais mato-grossenses. A ML migrou para o ramo da agropecuária. Ver QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. A grande empresa conhecida como Mate Laranjeira e a economia ervateira na bacia platina (1882-1949): notas preliminares. In: Anais do 1º e 2º Encontros de Pós-Doutores do PPGH/UFF, 2009, pg. 5.

⁴²¹ FLORES, José Manuel. Transformação agrária... op. cit., p. 293.

mudaria sua postura, advogando pela preservação das tradições e culturas indígenas⁴²². E pela década de 1950-1954 o SPI contratou etnólogos que ocuparam postos de direção nas divisões do órgão, (em resposta ao inchaço por burocratas⁴²³), que, pela década seguinte, tomaram como fato as transformações desde os anos iniciais e necessidades de novas acomodações⁴²⁴.

Na década de 1940, especificamente em 1945⁴²⁵, a organização montada pelo SPI no Campo dos Índios estava da seguinte forma: Posto Indígena de Alfabetização e Tratamento (PIT) São João do Aquidavão (vide Figura 16), Posto indígena de Fronteira e Vigilância (PIF) Presidente Alves de Barros (vide Figura 17 e 18) e Posto Indígena de Criação (PIC)

⁴²² Em 1939, Rondon foi promovido à Marechal e empossado na diretoria do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) criado durante o Estado Novo. De forma abrangente, o conselho tinha a função de estudar tudo o que fosse concernente aos indígenas. Posteriormente, o Marechal reconheceu que as tentativas do SPI para “transformar” os indígenas em “civilizados” nas fronteiras de exploração foi um equívoco e que seu modo de vida era “superior” aos dos últimos. Hemming, John. *Die If You Must...* op. cit., p. 213-214. A declaração do Marechal foi feita ao antropólogo Egon Schaden em 1949, ver GAGLIARDI, José Mauro. *O indígena...* op. cit., p. 281.

⁴²³ SILVA, Giovani. De Mbayá-Guaikurú a... op. cit., p. 262. Segundo Darcy Ribeiro, o Diretor Malcher entregou as principais divisões do SPI para etnólogos contratados a fim de substituir a “superada” ideologia positivista. Entre os antropólogos estava o próprio Darcy Ribeiro, que ocupara à Seção de Estudos (S.E) do SPI. Essa medida também foi uma resposta enérgica ao DASP, que abarrotou o SPI com servidores públicos de outras repartições do Ministério da Agricultura que ocuparam cargos burocráticos nas cidades, sem identificação com os ideais do órgão nem a capacidade de compreenderem a obra com que estavam lidando. A situação agravou quando o SPI virou “objeto de barganha” no jogo político entregue ao P.T.B, em 1955. RIBEIRO, Darcy. *A política...* op. cit., p. 37-38. O inchaço por burocratas foi entendido à época como um doente das glândulas, cujos braços e pernas são longos, de cabeça desproporcionalmente grande e com o corpo fino e atrofiado. Dado a falta de recursos durante a chefia do Diretor Malcher 7 PI foram fechados, a despeito dos esforços para investir massivamente na área da saúde e educação que fosse significativa à vida indígena e para afastar funcionários corruptos retidos pela burocracia. Entre o conjunto de antropólogos contratados também estavam: Eduardo Galvão, Carlos Moreira Neto, Roberto Cardoso de Oliveira e Mário Simões. O Diretor Malcher também correspondia com Curt Nimuendajú e Herbert Baldus. Em seu parecer, entendia que a assistência aos indígenas deveria funcionar por um tripé: Antropologia, Medicina e Agronomia. Entretanto, os antropólogos abandonaram o SPI quando caiu nas mãos do P.T.B, apontado por Hemming como um novo colapso. Hemming, John. *Die If You Must...* op. cit., p. 217-218, 220.

⁴²⁴ Segundo Ribeiro, progressivamente desapareceu do SPI a perspectiva de assimilação e incorporação dos indígenas à “comunhão nacional”. Nos anos 1960, a oposição imposta pelos indígenas e a falta de oportunidades nas frentes de expansão da “sociedade nacional” eram poderosos empecilhos. No primeiro caso, quando “pacificados”, faleciam por doenças ou precárias condições de vida. E quando sobreviviam, continuavam a utilizar a própria cultura compatibilizando-a com a nova situação de contato. Desse modo, para o SPI ficou imposto, nos anos 1960, o dever de acomodar às resistências e ater à função de assegurar-lhes o direito de viver, os resguardar da violência por invasores e conduzir a integração dos indígenas na vida regional, de modo que pudesse garantir sua sobrevivência. Mas cumprir isto era algo penoso e complexo. Em 1957, o órgão foi retirado das mãos do P.T.B graças à atuação de Serventuários militantes que o viram cair na categoria de “interesse militar”, com a Diretoria ocupada por Militares da ativa, que não eram inspirados nos princípios Rondonianos nem positivistas, fazendo o órgão descer, segundo Ribeiro, ao ponto mais baixo de sua história. Ver RIBEIRO, Darcy. *A política...* op. cit., p. 133-135, 38-39. Sobre a mudança de paradigma positivista, Hemming apontou que durante a chefia do Diretor Malcher, o SPI iniciou uma revolução no pensamento antropológico, influenciado pela visão culturalista em voga na época. Hemming, John. *Die If You Must...* op. cit., p. 218.

⁴²⁵ Desde 1940 o SPI passou por um rejuvenescimento, com apoio do Estado Novo. Em 1945, mantinha 106 PI, com 72 escolas, 30 enfermarias, muito gado e fazendas. *Ibidem*, p. 215-216.

Nalique⁴²⁶. Um ano antes, em 1944, marcou-se o momento em que o SPI recebeu a segunda maior verba anual entre todos os 35 anos de história, dado o alinhamento de suas políticas com as do Estado Novo⁴²⁷. O órgão tutelar mantinha duas casas em Guaicurus⁴²⁸ (vide Figura 19 e 20) que eram, nessa ordem, pontos de pouso para aqueles que vinham pela linha férrea em direção à Serra da Bodoquena e, enfim, para alcançar o Campo dos Índios⁴²⁹.

⁴²⁶ SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiwéu... op. cit., p. 82.

⁴²⁷ GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 20, nº 39, 2000, p. 16.

⁴²⁸ Na documentação do SPI, a presente pesquisa encontrou menções à duas casas. Uma delas era o resultado de entendimentos entre o SPI com a Fazenda Bodoquena S/A. A última cedeu a casa para o órgão e este, por sua vez, costumava ceder passagem a fazenda com gado para alcançar o Barranco Branco e mais pontos ao sudoeste. Mas àquela altura, em 1954, não interessava mais ao proprietário a passagem. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 31- Planilha 310, p. 62. A segunda menção está num documento de 1958 que menciona a Fazenda Francesa. Segundo consta, haveria concedido 4 hectares de terra para o órgão onde construiu uma casa nas proximidades da Casa do Mestre de linha da Estação Guaicurus. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 299, p. 1. Ambas as casas, bem como as estradas que as ligavam às linhas férreas, passando pelas propriedades vizinhas, foram construídas pelo Inspetor do órgão, o Cel. Nicolau Bueno Horta Barbosa. Por tais construções recebiam correspondências e materiais para os PI. A primeira casa construída é visível na figura 20, enquanto a segunda casa é a da figura 19. Pela casa mais antiga atravessava a estrada Guaicurus para Xatelodo, passando pelo Retiro do Largão. Já pela segunda casa, seguia por Coronel Juvêncio, que fazia junção ao Retiro do Largão, para então alcançar Xatelodo. Os caminhos eram forçados porque eram mais curtos até a linha férrea. Em 1954 apenas a segunda casa era utilizada. Porém era uma região onde não havia água. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 288, p. 111-113.

⁴²⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 322, p. 88-93.

Figura 16: Aldeia de São João⁴³⁰ (imagem tirada em Abril de 1943)



Fonte: M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 180, p. 185

Figura 17: P I P. Alves de Barros⁴³¹ (imagem tirada em Abril de 1943)



Fonte: M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 180, p. 184

⁴³⁰ No arquivo do órgão a imagem é intitulada “Aldeia de São João: Rancho do José Anastácio; grupo de todos os índios presentes”.

⁴³¹ No arquivo do órgão a imagem é intitulada “Posto Indígena P. Alves de Barros: Casa da Sede em pintura cujo fundo a escola”.

Figura 18: “PI P. Alves de Barros: Vista parcial do Posto” (imagem tirada em Abril de 1943)



Fonte: M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 180, p. 184

Figura 19: “Casa em Guaicurus, estando em Construção.” (possivelmente tirada em 27/07/1942)



Fonte: M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 322, p. 92

Figura 20: “Casa do posto em Guaicurús” (possivelmente tirada em 27/07/1942)



Fonte: M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 322, p. 92

Mas, mesmo com o fim do Estado Novo, em 1945, o governo Dutra, de caráter liberal, não modificou a política fundiária na região da fronteira com os governadores estaduais, dando prosseguimento ao processo que transferia terras devolutas para mãos privadas⁴³². O Inspetor Cel. Nicolau Bueno Horta Barbosa escreveu para o Diretor do SPI em 1946, para ressaltar a necessidade em reagrupar Kadiwéu espalhados na região e, por meio de ocupações familiares, fornecer todos os recursos necessários para povoar aldeias abandonadas, sobretudo as da parte Norte. O Inspetor temia e precavia às investidas dos novos proprietários do antigo Fomento Argentino, que mediram as terras nos limites norte e penetraram numa parte das terras. Para Horta Barbosa, era imperioso concluir a exploração e precisão dos marcos naquela região norte⁴³³. Em realidade, o assentamento Terena⁴³⁴ e Kinikinau⁴³⁵ aponta para o fato que o órgão via com preocupação as terras vazias, buscando garantir o seu espaço para o exercício burocrático administrativo tutelar.

⁴³² FLORES, José Manuel. Transformação agrária... op. cit., p. 295.

⁴³³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 296, p. 116-117.

⁴³⁴ CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Do índio ao... op. cit., p. 71.

⁴³⁵ SILVA, Giovani José da; SOUZA, José Luis. O despertar... op. cit., p. 151-152.

A propaganda de terras férteis por baixos preços atraiu populações de outros estados, o que levou ao governador Arnaldo Estevão de Figueiredo a criar cinco colônias, quatro ao norte e uma ao sul em MT. Na década de 1950, houve a proliferação de propriedades particulares, acompanhadas pelas disputas das terras devolutas regionais⁴³⁶. Com a volta de Vargas à presidência, em 1951, a política de colonização continuou em ritmo acelerado. De tal modo que no governo estadual de Fernando Corrêa da Costa (1950-1954), houve 20.750 pedidos de compra de terras em Cuiabá e em Campo Grande⁴³⁷.

No período de grande demanda por terras, 30 mil hectares foram requisitados dentro do Campo dos Índios, em 1953. No mesmo ano, o Inspetor recomendou aos Encarregados dos PI especial atenção para a publicação de editais na Coletoria Estadual, cujas terras requeridas estivessem dentro de áreas indígenas demarcadas. Mas, ao cabo do processo de compra de terras devolutas e de compra de terras por terceiros, como no caso da antiga Fazenda do Barranco Branco desmembrada, fazendas agropecuaristas foram estabelecidas ao longo de todas as divisas do território Kadiwéu⁴³⁸.

* * *

Neste capítulo foi discutido a trajetória histórica das toldeiras até a demarcação do Território Kadiwéu. Os Kadiwéu são os remanescentes dos Cadiguegodis, a parcialidade mais aguerrida dos Eyiguayeguis. A partir do chaco, esses grupos socialmente estratificados e com características senhoriais distintas apropriaram de cavalos espanhóis, estabelecendo grande domínio na região, investindo contra a expansão europeia. Sem recursos para derrotá-los, os ibéricos lançaram acordos de paz, procurando submeter os indígenas e lançá-los contra a sua coroa rival, enquanto estes aproveitaram dessas rivalidades para aumentar os ganhos e manter sua autonomia. Os acordos não demarcaram a capitulação das toldeiras, que, mantendo seu modo de vida tradicional, cruzavam as fronteiras indiferentemente e assim convidaram os Kadiwéu para juntarem ao lado lusitano. Ao longo do século XIX, a autonomia Kadiwéu e sua fama temível continuou vigente, enquanto o território adquiria contornos mais precisos, com menores proporções. No início do Sec. XX, travaram alianças com políticos locais contra o inimigo Joaquim Malheiros, levando a demarcação do Território Kadiwéu em 1903. O SPI,

⁴³⁶ FLORES, João. Muita terra para... op. cit., p. 33-34.

⁴³⁷ FLORES, José Manuel. Transformação agrária... op. cit., p. 295.

⁴³⁸ Ibidem, p. 295-296.

em algum momento pela década de 1920 estabeleceu na área, demarcando a presença permanente do Governo Federal no território, o que não representou a capitulação Kadiwéu, que continuava a transitar periodicamente pela região, munidos com fuzis, mas já enfrentando a oposição do órgão. Nesse quadro, a partir de 1938, há o avanço acelerado da fronteira agrícola no estado, cercando o Território Kadiwéu decisivamente pela década de 1950.

2 DO IMPASSE KADIWÉU-SPI AO DESEMBACIAR DA VIGENTE POLÍTICA “SENHORIAL”

O fato de os Kadiwéu, ao longo de sua história, não capitularem frente aos não-indígenas incluindo o próprio Estado Brasileiro, possibilitou a manutenção de um conjunto de aparatos que fortaleceram a sua posição e autonomia sob o seu território de forma inconteste. O Sec. XX, entretanto, demarcou a presença incontornável do SPI no território, o que trouxe novos aspectos para a consideração Kadiwéu. E décadas depois, na segunda metade dos anos 1950, não-indígenas estabeleceram no território, mas sem que os Kadiwéu tivessem perdido seus meios tradicionais para rechaçar as invasões. Para a presente pesquisa, é fundamental compreender tal processo histórico que, mesmo em face a indígenas com recursos suficientes e somado com a presença do SPI, ainda assim os não-indígenas fixaram ali diante de ambos. Os Kadiwéu, por séculos a fio, tiveram êxito em interpor-se diante de episódios semelhantes. Daí a importância de compreender as especificidades desse momento inicial.

Os Kadiwéu viam e entendiam o seu território de forma bem peculiar. Como um povo belicoso do Chaco, os demais grupos, incluindo os não-indígenas eram vistos com lentes bem delimitadas: aliados, servos, tributários ou inimigos. O enfoque é no esforço realizado pelos Kadiwéu em busca de fazer cumprir esta visão de mundo sobre o seu território no tempo em que os não-indígenas ingressaram e se estabeleceram e como isto ocorreu relacionado com o SPI. Ao nosso entender, os fazendeiros foram submetidos a uma condição híbrida que funde aspectos relativos a servos com tributários, mantendo no horizonte a perspectiva de potenciais inimigos. Esta condição imposta foi ao mesmo tempo o ponto de tensão e convergência entre os Kadiwéu com o SPI.

Neste capítulo, analisamos a atuação Kadiwéu em meio ao processo de instalação de não-indígenas em seu território, a fim de responder uma indagação: como foi possível a estes sujeitos fixarem ali? Ao privilegiar o protagonismo Kadiwéu, procuramos evidenciar de que forma estavam relacionados com o órgão e como ambos operaram frente aos fazendeiros: isto significou uma ampliação ou limitação dos recursos Kadiwéu para rechaçar invasores e houve uma potencialização disto ou não?

2.1 Enchentes de 1957: circunstâncias e desencontros entre os Kadiwéu com o SPI

A ocupação circundante por fazendeiros adicionou novos fatores de preocupação para os Kadiwéu, que estabeleceram um acordo de cooperação com o SPI para vigiarem as divisas

do território contra invasores, renovando tais tratativa em 1952, acertado entre os Capitães João Príncipe, Martins Matchúa e o João Silva, que foram à IR5⁴³⁹. Entre os pontos sensíveis estava a Fazenda Baía das Garças: propriedade do Vicente Jacques⁴⁴⁰. O Sr. Jacques era um vizinho antigo, com quem os Kadiwéu tiveram disputas, embates e ainda estavam em guerra. Entre 1939-1941 o Tereno Benedito Rosa informou ao Cel. Nicolau Bueno Horta Barbosa que o Kadiwéu Baguari foi assassinado na fazenda, enquanto outro Kadiwéu ficou ferido. Aquele era o período em que os Terena e Kinikinau tornavam a ocupar aldeias ao sul, no PI São João, com a volta do SPI à região⁴⁴¹, demonstrando o nível de tensão na zona limítrofe. Dias depois, o Tereno Benedito Rosa guiou Serventuários a área invadida pelo Sr. Vicente Jacques, quem construiu uma casa no local⁴⁴², o que foi de pronto, resolutamente protestado pelo Cel. Horta Barbosa diretamente ao sujeito, opondo terminantemente qualquer penetração no território⁴⁴³. Os conflitos encampavam à toda Família Jacques, constatado quando em 1956, o Sr. Noel Jacques, pai do Vicente Jacques, prestou queixa na sede da IR5, porque um grupo de guerreiros Kadiwéu carneou algum número de rezes do seu capataz⁴⁴⁴.

⁴³⁹ Segundo Pierre Clastres, as lideranças indígenas recebiam da coletividade a função de a representar perante outros grupos, tanto aliados como inimigos. Recebiam a permissão de falar em seu nome. Desse modo, o fato de lideranças indígenas irem à sede da IR5 em nome da coletividade mantém plena afinidade com as formulações do autor, quem afirmou que apenas bons oradores podem ascender ao cargo político de chefia. Ver CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*; tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro, F. Alves, 1978, p. 30-31, 24, 107-109. Ver também CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência: Ensaios de Antropologia Política*; tradução de Carlos Eugenio Marcondes de Moura. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 107-108. As decisões das lideranças das *tolderías*, à despeito de sua condição “nobre”, obrigatoriamente eram submetidas à aprovação de uma assembleia. Ver MÉTRAUX, Alfred. *Ethnography of the Chaco*. In: STEWARD, Julian (Ed.). *Handbook of South America Indians*. v. 1. Washington: Cooper Square Publishers, 1963. p. 305. A influência da liderança nas *tolderías* era derivada de sua boa oratória, atos de bravura e a tomada de boas decisões na perspectiva da comunidade. Ver SAEGER, James Schofield. *The Chaco mission frontier: the Guaycuruan experience*. Tucson: University of Arizona Press, 2000. p. 14. A liderança na *tolderia* mantinha o seu prestígio enquanto fosse avaliado positivamente pela comunidade. Uma vez manifestada a insatisfação, os membros a abandonavam com facilidade. LOZANO, Pedro. *Descripción corográfica del Gran Chaco Gualamba [1733]*. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 1941, p. 62. A antropóloga Lecznieski em pesquisa de campo entre 2000-2005, também destacou que o dom da fala era o dever das lideranças Kadiwéu. LECZNIESKI, Lisiane K. *Estranhos laços: predação e cuidado entre os Kadiwéu*. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2005, p. 199.

⁴⁴⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 183, p. 15.

⁴⁴¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 288, p. 146-147.

⁴⁴² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 323, p. 227-229. Na tradição oral Kadiwéu, obtida por Pechincha nos anos 1990, Darcy Ribeiro foi levado até a zona fronteira com a Baía das Garças, onde teria posto um marco. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. *Histórias de admirar: mito rito e história Kadiwéu*. 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 1994, p. 11.

⁴⁴³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 135-137. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 125.

⁴⁴⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 163, p. 112.

Figura 21: Pantanal na estação chuvosa



Fonte: RONDON, Candido. Índios do Brasil do Centro, Norte e sul de Mato Grosso. Vol. 1. C.N.P.I. Rio de Janeiro, 1946, p. 233

No sul do antigo estado de MT, o fenômeno das enchentes era um evento cíclico, em que todos os anos havia período alternado de secas e cheias, alterando a paisagem da região⁴⁴⁵. Mas já com o território cercado⁴⁴⁶, em 08/02 de 1957, o Inspetor Erico Sampaio, fazendo uso do *Poder Tutelar*⁴⁴⁷, deu a sua permissão para que o inimigo Sr. Vicente Jacques recolhesse rezes no território Kadiwéu, na região da Tomázia, devido às enchentes⁴⁴⁸. E cinco dias depois, em 13/02 de 1957, outros 6 fazendeiros solicitaram socorro à IR5⁴⁴⁹. As enchentes daquele ano foram consideráveis, pois dois dias depois, em 15/02, o Inspetor

⁴⁴⁵ FLORES, José Manuel. Transformação agrária e desapropriação de terras indígenas em Mato Grosso (1940-1960): O caso da reserva Kadiwéu. *Anuário Antropológico*, v.43 n.1 | 2018, p. 297.

⁴⁴⁶ *Ibidem*, p. 302.

⁴⁴⁷ Segundo Souza Lima, o SPI objetivava obter o monopólio dos atos de definir e controlar o que seja a população sobre a qual incide, a segregando ao longo de porções territoriais apartadas internamente aos contornos fronteiriços reconhecidos internacionalmente enquanto território brasileiro. Ainda que as terras sejam legalmente reconhecidas como pertencentes aos indígenas, o autor infere que estas são, na verdade, o resultado da dinâmica tutelar que aliena a terra do grupo étnico para as inserir num sistema estatizado de controle e apropriação fundiária que disciplina e intermedia sua exploração. Portanto, quando o SPI procurava contactar tais populações, em realidade, buscava controlá-las e governá-las em sua totalidade do cotidiano, segundo os interesses e necessidades do Estado. Ver SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. *Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 73-76.

⁴⁴⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 164, p. 23. O Sr. Vicente Jacques foi acolhido sob a condição de um “contrato” não localizado pela presente pesquisa. Talvez perdido no incêndio que atingiu os arquivos de Brasília em 1967. Ver, FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org). *Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, 2011, p. 443.

⁴⁴⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 259, p. 3. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 164, p. 24.

registrou chover “*torrencial e continuamente*” por mais de 15 dias na região sul do antigo estado de MT, impossibilitando a IR5 de fazer qualquer contato com os PI no território Kadiwéu⁴⁵⁰.

Figura 22: Cap. Cardoso Abicho montado com arma de fogo (década de 1940)⁴⁵¹



Fonte: SCHULTZ, 1942 apud Série Documentos audiovisuais e iconográficos do Museu do Índio do Rio de Janeiro

A autorização emitida pelo Inspetor não foi recebida pelo Encarregado tão pouco pelos Kadiwéu, uma situação que revelou o embaraço que a presença do SPI era capaz de provocar. Em 15/03 de 1957, o Encarregado do PI Nalique comunicou para o Inspetor que o Cap.

⁴⁵⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 257, p. 69. João Flores defendeu que as solicitações de fazendeiros para refugiarem das enchentes eram falsas. Contudo, diferentes funcionários registraram grandes chuvas causando enchentes. Para o trabalho do autor, ver FLORES, João. Muita terra para pouco índio? A formação de fazendas em território Kadiwéu (1950-1984). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados-MS, 2009, p. 77.

⁴⁵¹ O chapéu que veste o cavaleiro era produzido pelos próprios Kadiwéu a partir das folhas de Carandá, ainda em confecção ao fim de 1980 e início de 1990. Estes chapéus estão presentes na maioria das imagens aqui. RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 297. Ver também SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 30. Além disso, Rivesseau apontou ao início de 1900’s que os Kadiwéu tinham bons e fortes cavalos. Tal observação considerou as condições de os empregar na caça pelo pantanal, ver RIVASSEAU, Emilio. A vida dos índios Guaycurús: quinze dias nas suas aldeias. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936 p. 136, 51. (Imagem melhorada digitalmente pelo autor)

Cardoso Abicho (vide figura 22) da aldeia da Tomázia⁴⁵², informou ter verificado, por conta própria e sem consulta ao SPI, invasões no território. Um dos não-indígenas abordados pelo Capitão respondeu-lhe que o inimigo Vicente Jacques obteve autorização da IR5 para ingressar, levando-nos a conclusão de que os demais fazendeiros eram capatazes ou então arrendatários⁴⁵³ da Família Jacques⁴⁵⁴. Decerto, o Cap. Cardoso Abicho fez pressão contra o SPI, pois questionava ao Encarregado do PI Nalique, demonstrando desaprovação com a IR5 e requerendo saber a veracidade da alegação⁴⁵⁵. O Capitão, de fato, era capaz de ostentar uma postura “firme” frente a Serventuários, conforme o próprio Darcy Ribeiro experimentou em primeira mão⁴⁵⁶. Certamente, o Capitão viu admirado os fazendeiros em companhia do gado transitando no território, já que o cenário mais comum e propiciado pelo fato do SPI não dispor de recursos para construir cercas junto a todos os proprietários vizinhos⁴⁵⁷ e nem sequer com um⁴⁵⁸, era o de gado ultrapassando em abundância para o interior do território ao

⁴⁵² Segundo Maria Duran, as aldeias Kadiwéu são batizadas mediante as características do ambiente: animais, plantas, árvores, rios, montanhas, etc. DURAN, Maria Raquel da Cruz. Padrões que conectam: o Godidigo e as redes de socialidade Kadiwéu. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 105. O nome Tomázia faz referência a um córrego em frente a aldeia.

⁴⁵³ Um arrendatário é aquele que estabeleceu um contrato comercial com um senhorio (dono da propriedade) por um período inferior a 10 anos, pagando uma taxa previamente acordada e determinada para explorar a terra. Para uma visão mais completa e aprofundada ver MOTTA, Márcia; MACHADO, Marina. “Sobre enfiteuses e outros termos: uma análise dos conceitos do universo rural”. Revista História: Debates e Tendências, v. 17, p. 261-274, 2017. (Agradeço à Prof.^a Marina Machado pela observação)

⁴⁵⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 163, p. 112. Do ponto de vista Kadiwéu, estes sujeitos eram invasores, a despeito da autorização do SPI. Segundo Gursen de Miranda, invasores são aqueles que vão para uma terra já trabalhada/explorada e ali fixam morada. É notório que para os indígenas a concepção de produtividade é alienígena. Mas o autor traz o caso de populações caboclas/ribeirinhas da Amazônia, que exploram uma área de terra bem delineada e sem deixar vestígios, pois inclui uma gama de atividades, desde a coleta de frutos, agricultura de subsistência, caça e a pesca. Portanto, seria razoável concluir, a partir disto, que qualquer sujeito que ingressasse para o território Kadiwéu sem a devida permissão indígena era um invasor. Ver DE MIRANDA, ALCIR GURSEN. Direito agrário e o posseiro. Revista da Faculdade de Direito da UFG, v. 12, n. 1-2, 1988, p. 118-120.

⁴⁵⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 164, p. 24

⁴⁵⁶ Em entrevista nos anos 1990, Ribeiro declarou que o Cap. Cardoso o mostrou a constelação da Ema, numa noite em que a Via-Láctea era muito visível. O Capitão ficou irritado porque o antropólogo não conseguiu localizá-la. Repetiu impacientemente: “olha o bico da Ema”. E verbalizou: “você está cego?”. Segundo Ribeiro, o Cap. Cardoso não teria o agredido porque não podia. É questionável que o antropólogo estivesse sob risco de agressão, pois era considerado parente de Boggiani e membro do grupo. Mas a sua sensação ilustra como os Capitães Kadiwéu poderiam adotar posturas intimidadora em certos momentos. GRUPIONI, LUÍS DONISETE BENZI e FARJADO GRUPIONI, MARIA DENISE. Entrevista com Darcy Ribeiro. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 158-200, nov. 1997, p. 170.

⁴⁵⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 31 - Planilha 303, p. 38.

⁴⁵⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 22.

longo das costas dos Rios Aquidabã, Nabileque e Naitaca, no período de seca, mas sem condutores de boiada⁴⁵⁹.

No entanto, a desaprovação não foi convertida em retaliações contra o ingresso do inimigo, nem contra o SPI. Segundo a tradição oral Kadiwéu, a presença do SPI no território limitou ações contundentes contra “brancos” que tentaram/tentam apropriar-se do território⁴⁶⁰. Se isto é verdadeiro, por outro lado, ficou evidente que o Cap. Cardoso Abicho estava insatisfeito. Logo, sem significar concordância nem retaliações, instalou-se um impasse. Bem a perspectiva de existir um impasse obriga-nos a admitir que duas forças estão tensionadas em algum grau de poder, não necessariamente equivalentes, mas que uma das partes dispõe de meios evidentes para infligir danos indesejáveis à outra.

Do ponto de vista do SPI, acolher o sujeito não era arrendar a terra (apesar disto ter ocorrido na prática⁴⁶¹), mas prestar ajuda a um produtor da economia regional. Anos antes, em 1952, o Inspetor recusou a manifestação contrária do Tereno Faustino de Souza em comparecer numa determinada repartição pública para prestar esclarecimentos, manifestando para o antigo Encarregado do PI Nalique que: *“esta repartição pública não pode nem deve se recusar a colaborar com outras repartições públicas, quando é solicitada para tal, sendo até, falta grave e falta de ética, se assim o fizer”*⁴⁶². Bem, o mesmo princípio parece aplicável ao pedido de ajuda do Sr. Vicente Jacques. As enchentes eram uma alegação convincente. Ao mesmo tempo punhiram o inimigo a solicitar ingresso em meio a campo hostil, ao invés de permanecer sob o risco de ter seus bovinos afogados ou morrerem sem pasto. O SPI mediando

⁴⁵⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 166, p. 54-55.

⁴⁶⁰ Mônica Pechincha colheu depoimentos Kadiwéu nos anos 1990. Disseram-na que antigamente não podiam entrar “brancos” no território. Caso entrassem, então corriam atrás para matá-los sem pedir explicações nem conversas, para não criar amizades. Mas o SPI trouxe a “civilização” e os fez menos “brabos”. No depoimento colhido de um “nobre” da família Matchúa a autora ouviu que os Kadiwéu andam armados com porretes para matar “brancos” que tentem tomar o território. Porém os Postos mantidos pelo SPI/FUNAI embaraçava a ação. Os Encarregados não impediam pela força mas com a presença, que os obrigava a reconsiderar e redimensionar suas ações. O depoimento do Cap. João Matchúa coloca a guerra contra os “brancos” invasores, um imperativo do etos Kadiwéu. A tradição oral estabelece dois tempos cronológicos: 1) o tempo dos “senhores Kadiwéu”, interrompido com a chegada do SPI; 2) que obrigou os Capitães a dividirem as decisões políticas com o órgão demarcando novo tempo. Muito dos depoimentos que a antropóloga colheu foram com o propósito de a intimidar para abandonar o território. Além da antropóloga, o antropólogo Jaime Garcia também enveredou por este caminho, analisando os relatos colhidos dos anciãos acerca do tempo anterior à chegada do SPI, em que imperavam as políticas dos ancestrais. Para Mônica Pechincha, ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., 7-8, 10-11, 72-73, 80, 116-117. E para Jaime Garcia, ver SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou o sangue de nossos avós”: construção do tempo e espaço Kadiwéu. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1993, p. 199-200.

⁴⁶¹ Agradeço a Prof. Marina Machado pelo apontamento.

⁴⁶² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 164, p. 172-173.

a exploração econômica do território por meio do *Poder Tutelar* fez uma escolha, contrária aos interesses Kadiwéu, e favorável à economia regional de MT. E ao inaugurar o caso como ponta de lança, logo pelos meses seguintes, novos clamantes de socorro seguiram o Sr. Vicente Jacques e solicitaram ajuda⁴⁶³, principalmente no PI São João⁴⁶⁴ (levando ao Relator Jader Figueiredo, sem qualquer consideração ao contexto, a condená-lo por ocupações sem contrato⁴⁶⁵) em que o Encarregado do PI mais isolado no território⁴⁶⁶, e considerado como o “*degredo dos servidores*”⁴⁶⁷, declarou que os córregos estavam largos e profundos, impossível cruzá-los, solicitando urgentemente a ida do Inspetor até lá⁴⁶⁸.

Em 30/02 de 1957, o Encarregado daquele PI registrou 23 dias de chuvas na região⁴⁶⁹. No caso particular deste PI (São João), o avanço da pecuária no antigo estado de MT teve maior desenvoltura na fronteira sul do território Kadiwéu⁴⁷⁰, onde estava localizado. Mas as volumosas chuvas com grandes enchentes também foram reportadas pelo PI Nalique⁴⁷¹ e até pelo PI P. Alves de Barros⁴⁷², na Serra da Bodoquena. Como parâmetro, os Serventuários que estiveram no território Kadiwéu em 1953 relataram experimentar 3 dias inteiros de chuvas ininterruptas, o que foi suficiente para alagar por completo os campos do PI Nalique, impossibilitando qualquer trabalho⁴⁷³.

⁴⁶³ João Flores afirmou que os fazendeiros foram protegidos por Serventuários do SPI para fixarem no território sem perturbações. De fato, o ingresso ali foi mediado pelo Inspetor. Todavia, nos parece que as circunstâncias climáticas e a pressão econômica tiveram peso decisivo para isso, dobrando o órgão e forçando-o a aceitar. Para o trabalho do autor, ver FLORES, João. Muita terra para... op. cit., p. 102.

⁴⁶⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 196, p. 48-49.

⁴⁶⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 20, p. 420.

⁴⁶⁶ O PI P. Alves de Barros distava 9 léguas da linha férrea em MT. O PI Nalique distava do PI P. Alves de Barros em 3 léguas. Por fim, o PI São João distava 12 léguas do PI Nalique. M.I - A.S.P.I. Vários Postos - Caixa 34 - Planilha 329, p. 175. Tais medições são estimativas.

⁴⁶⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 34 - Planilha 325, p. 154.

⁴⁶⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 200, p. 20.

⁴⁶⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 21 - Planilha 194, p. 77-78.

⁴⁷⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 20-21.

⁴⁷¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 160, p. 65-66.

⁴⁷² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 191, p. 67-68.

⁴⁷³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 21 - Planilha 194, p. 118-119.

A vigência de uma política “senhorial”⁴⁷⁴

As enchentes e os pedidos dos fazendeiros levaram imediatamente o SPI a um impasse do qual estava ciente, já sabendo de antemão como contornar, revelando com isso a vigência de políticas⁴⁷⁵ Kadiwéu sobre o território que exigiam imperioso acatamento. Em 25/02 de 1957, o Inspetor responsável pelo expediente comunicou para os 6 fazendeiros acolhidos que todo o gado cuja marca fosse diferente daquela que possuía os bovinos do SPI estava sob risco eminente de abate Kadiwéu, o que denota que o órgão possuía uma autorização no território, aceitando que o gado invasor (uma propriedade móvel⁴⁷⁶), seria abatido porque era a exploração não-autorizada de recursos. A identificação de gado invasor era facilitada mediante a configuração já mantida por um povo com séculos de trabalho e trato com o gado, que desenvolveu suas marcações (vide figura 23). A perspectiva de que os Kadiwéu abatessem todo o gado cujas marcas fossem externas a esse ordenamento não era desconhecida dos fazendeiros vizinhos, que já esperavam e sabiam que quando o gado cruzasse aqueles limites, parte era abatida e o que restava fazer era recuperar o máximo possível ao protestar à IR5⁴⁷⁷. Para contornar isso, o Inspetor instruiu os fazendeiros a ratearem uma rés periodicamente para doá-la aos Kadiwéu. O mesmo deveria ocorrer quando as suas tropas de peões particulares abatessem gado para autossustento, cuja parte do churrasco seria servida aos Kadiwéu, quem acompanhariam os seus passos no território⁴⁷⁸.

⁴⁷⁴ No debate sobre as questões de propriedade, o Senhorio é definido como aquele que detém o poder sobre uma propriedade e a cede temporariamente a outros através de arrendamentos ou aforamentos, em troca de algum interesse que pode ser monetário ou de garantia da ocupação territorial (tal qual os monarcas europeus para os nobres do Antigo Regime). Assim, Senhorio é um conceito de matriz ocidental restrito a análises de propriedade. MOTTA, Márcia; MACHADO, Marina. Sobre enfiteuses... op. cit.; No entanto, em pesquisa de campo nos anos 1940, o antropólogo Darcy Ribeiro, após uma análise dos registros dos séculos XVI-XIX sobre a cosmologia Kadiwéu e os registros de contatos feitos pelas autoridades ibéricas, denominou o comportamento Kadiwéu como “Comportamento senhorial”, e uma “mentalidade senhorial”. Portanto, adotamos aqui a classificação dada por Ribeiro para descrever o comportamento e o pensamento Kadiwéu, o qual envolve a exigência de tributos dos não-indígenas em seu território. RIBEIRO, DARCY. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 57-64.

⁴⁷⁵ Segundo Clastres, o território indígena é um espaço para o exercício exclusivo de direitos por determinada comunidade. E isto coloca em relevo a exclusão dos sujeitos que não a integram. No processo de exclusão dos outros e de reconhecimento interno deste princípio pelo grupo é que tais relações são entendidas como políticas. CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência... op. cit., p. 187, 190.

⁴⁷⁶ Segundo os esclarecimentos da Prof.^a Marina Machado ao autor, o gado é um tipo de propriedade móvel, do qual também demanda uma propriedade territorial.

⁴⁷⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 20-21.

⁴⁷⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 66-67.

Bem, oferecer gado e banquetes era efetivamente formas de pagamento de tributos⁴⁷⁹. Esta perspectiva “senhorial” Kadiwéu sobre o território é uma característica cultural, histórica e distintiva. Não apenas os animais sobre os campos e dentro dos rios eram reivindicados como pertencentes aos Eyiguayeguis, mas os campos e rios em si, que, para garantir tal situação, ofereciam orgulhoso combate. Assim, o fato do SPI recorrer a essa lógica revela que os Kadiwéu mantiveram a imposição de tal política sob os territórios que ocuparam por mais de quatro séculos⁴⁸⁰, pelo menos. Com efeito, o Inspetor registrou que o tributo seria “*como que um agrado, que representa, assim para eles, um cabresto ou convite indireto à vigilância*”⁴⁸¹. Em outras palavras, o SPI, com seu *Poder Tutelar*, explicitava que acolhia os fazendeiros, mas que não dispunha dos meios necessários para garantir a segurança de suas propriedades ali, contando somente com a boa-vontade Kadiwéu. O órgão foi capturado efetivamente para uma situação em que pungido ao salvamento de gado alheio, o alocava sob ameaça eminente Kadiwéu⁴⁸².

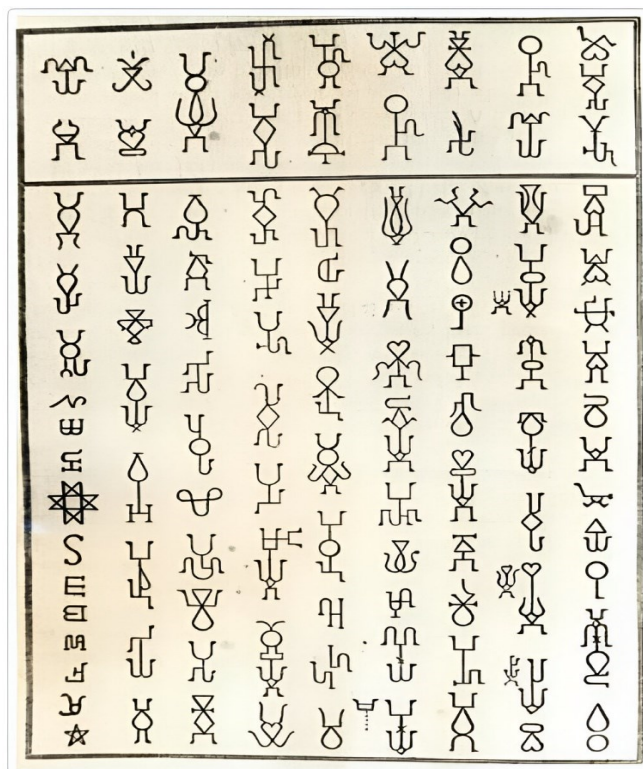
⁴⁷⁹ PRADO, Francisco Rodrigues do. História dos índios cavalleiros ou da nação guaycuru [1795]. RIHGB, v. 1. p. 40.

⁴⁸⁰ Por volta de 1540, o explorador Cabeza de Vaca registrou que as tolderias estavam em algum de seus pontos de acampamento, cantando e conclamando todos à batalha. Declaravam como os mais valentes entre todas as nações, senhores das terras, dos animais, dos rios e dos peixes que neles havia. Em ocasião anterior, quando os espanhóis enviaram mensageiros para selar a amizade, as tolderias se levantaram em armas, ordenando que saíssem de seu território. CABEZA DE VACA, Álvar Núñez. Naufragios y comentarios, con dos cartas. 2. ed. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1946. p. 217, 204.

⁴⁸¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 66-67. Essa imposição foi observada por Jaime Garcia já ao fim de 1980 e início de 1990. Afirmou que em várias ocasiões os arrendatários que nós aqui intitulamos tributários doaram bovinos para abatimentos em churrasco durante as celebrações e comemorações culturais Kadiwéu. Inclusive, compareceram aos eventos com os peões, indicando a incorporação numa rede política de prestígio de Capitães. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 88, 84. Maria Duran também afirmou que nas festas ocorridas entre 2014-2018, os fazendeiros vizinhos, os prefeitos, os políticos, etc., ofereciam reses para abatimento que depois distribuíam à aldeia, ver DURAN. Maria Raquel da Cruz. Padrões que... op. cit., p. 197.

⁴⁸² O conceito de ambiguidade da tutela desenvolvido por João Pacheco de Oliveira nos parece emblemático para compreender este acontecimento. Segundo o autor, o SPI era transpassado por uma ambiguidade marcante, capturado entre a proteção dos direitos dos indígenas e sua proteção junto aos interesses da sociedade “nacional”. O SPI acolheu os fazendeiros para ajudá-los mas fica claro que não tinha meios para contornar a oposição Kadiwéu. O órgão foi catapultado. Pois nessas condições seria impossível manter arrendamentos dentro do território Kadiwéu. Para João Pacheco, ver OLIVEIRA FILHO, J. P.; FREIRE. Carlos Augusto da Rocha. A presença indígena na formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006, p. 115

Figura 23: Insígnias Kadiwéu de família (por Guido Boggiani, nos anos 1890)⁴⁸³



Fonte: Atom. U.N.B – Fundo BGR. BGR – Série foto. Fotografias – Subsérie exposições e publicações – 00.1984. BGR foto 00.1984 638

A fama que os Kadiwéu construíram para si e que continuava a ressoar por toda região sul do estado ao final da década de 1940, era a de indígenas armados com fuzis (vide figura 24) e dispostos a atirar contra aqueles que atrevessem a cruzar seus campos⁴⁸⁴, o que não era uma mera lenda. E o SPI estava ciente disso, assim como o inimigo Vicente Jacques, que sem

⁴⁸³ Maria Duran ouviu de um “nobre” em 2014, que as marcas de família não eram mais utilizadas para o gado, embora ainda existissem. DURAN, Maria Raquel da Cruz. Padrões que... op. cit., p. 128. Mas o antropólogo Messias Basques viu que na aldeia da Tomázia e Barro Preto eram utilizadas para identificar o gado e objetos pessoais entre 2016-2020. BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS: Maestria e território entre os Ejiwajegi do Pantanal. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020, p.11. (Imagem melhorada digitalmente pelo autor)

⁴⁸⁴ RIBEIRO, DARCY. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 65. O antropólogo Basques Junior, em pesquisa de campo entre 2016-2020 ao procurar por algum “freteiro” em MT que o transportasse até o território, ouviu de um deles certas indagações. O “freteiro” requisitou saber sobre o conhecimento dos Kadiwéu daquela viagem e quis garantias de que não “se perderia” por lá. O “freteiro” lhe contou uma história ocorrida em 2012, quando chegou numa fazenda reocupada pelos Kadiwéu no território e logo no portão que leva as demais fazendas, foi indagado por um grupo guerreiro que vigiava a passagem, questionando-o se estava armado e com bebidas. O “freteiro” disse ao antropólogo que ficou impressionado com a cena porque viu um fazendeiro sentado no curral no meio da noite, enquanto os Kadiwéu acamparam dentro da sede da fazenda. O antropólogo afirmou que o “freteiro” demonstrava medo em reencontrar os Kadiwéu, apesar de os transportar com frequência. BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS... op. cit., p. 13-14. A antropóloga Lecznieski, em pesquisa de campo entre 2000-2005 discordou frontalmente das conclusões de Ribeiro sobre os guerreiros Kadiwéu terem desaparecido, pois a autora deparou com uma sociedade afincada na guerra e rodeada de elementos a ela afeita, cuja postura altiva era regra, sobretudo quando o assunto dizia respeito ao território e aos seus saberes míticos. LEZNIENSKI, Lisiane K. *Estranhos laços...* op. cit., p. 64.

a salvaguarda do SPI, sabia não ter chances, ainda mais quando estava sob ameaça de morte Kadiwéu naqueles anos⁴⁸⁵. De fato, havia regular trajeto de tropas particulares de lindeiros que passavam obrigatoriamente por um “*caminho velho*”, vindas do pantanal, numa parte bem distante do PI São João, em 1954, mas não sem tornarem a IR5 ciente disso e solicitarem-na para regularizarem o seu trânsito por ali, cuja situação lhes era temerosa. Na época, a IR5 propôs à Diretoria a construção de três currais nesse local, mas nenhum desses fazendeiros “*quer para morar ou por gente deles, é para os próprios índios ocuparem atendendo, e eles se utilizarem somente quando conduzirem tropas*”⁴⁸⁶, evidenciando que estavam cientes do poder indígena que garantia aquele território e procurando boas relações. Isso porque com o estouro do gado e o subsequente extravio para o território, era “difícil” a sua recuperação⁴⁸⁷. A exemplo do fazendeiro Laudelino Barcelos, que na mesma região e no mesmo ano, reclamou para a IR5 de que “*passou um lote de Bois de seus campos para os campos dos índios, e que estes se opõem a entrada de seus camaradas nos campos reunir e levar esses Bois, pedindo a esta Chefia mandar ordem aos índios não se impedirem*”⁴⁸⁸. Em vista da imposição Kadiwéu, os próprios fazendeiros queriam construir os três currais para que pudessem pernoitar, pagando aos indígenas tanto por atravessarem do Nabileque em direção ao sul, por dentro do território, como por ali pernoitarem no entretempo. Isto era a plena vigência de pagamento de tributos por duas razões diferentes⁴⁸⁹.

⁴⁸⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 4, p. 35.

⁴⁸⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu- Caixa 27 - Planilha 255, p. 86-87. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 31 - Planilha 303, p. 35.

⁴⁸⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 163, p. 121-122.

⁴⁸⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 20-21. José Flores argumentou que a entrada do gado era tanto uma consequência do território cercado como uma estratégia dos fazendeiros para tomar posse da área. Isto nos parece questionável, já que o gado era abatido e para recuperar era preciso coragem para enfrentar os Kadiwéu, coisa que os fazendeiros não faziam, como o documento deixa claro. Na verdade, solicitavam salvaguarda do SPI. Para José Flores, ver FLORES, José Manuel. Transformação agrária... op. cit., p. 296.

⁴⁸⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 80-91. Em trabalho de campo, o antropólogo Jaime Garcia, ao fim de 1980 e início de 1990, entendeu que os Kadiwéu tinham interesse em manter tributários (arrendatários) no território, o que recoloca o protagonismo indígena nessas relações, já que, na prática, viver dos tributos é, em essência, ser Kadiwéu. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 75.

Figura 24 : “Kadiwéu recarregando balas de fuzil” (década de 1940)⁴⁹⁰



Fonte: Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 190. DR foto 638 190

Desse modo, a relação da IR5 com os Kadiwéu não era confortável a ponto de poder confiar no cumprimento de suas determinações ao estilo de “cima para baixo”, mas, ao contrário, havia um ordenamento que exigia acatamento. De modo que a autorização dada pela IR5 ao inimigo Vicente Jaques e demais fazendeiros, em 1957, exigiu outra ação em suporte. Assim, o Inspetor determinou que o Agente Enoch Alvarenga Soares fosse ao território para interceptar a todos os “*invasores*” que fugiam das enchentes em 23/03 de 1957⁴⁹¹.

Para um povo “senhorial” como os Kadiwéu, a imposição e obtenção de tributos dos fazendeiros era a forma de deixarem bem-claro que a posição dos últimos era a de submissão, que não gozam das mesmas prerrogativas que todos os Kadiwéu e nem seus tributários Terena e Kinikinau. E para estabelecer isso não mediriam esforços nem mesmo frente ao SPI. O caso vivido pelo Serventuário Enoch Alvarenga Soares é exemplar por equilibrar entre imposições do SPI e as exigências tributárias Kadiwéu. Em seu relatório, acompanhado por Capitães Kadiwéu e lideranças Terena, à certa altura registrou para o Inspetor que propôs comprar uma novilha do fazendeiro Sr. Ivo Miranda, pois os mantimentos que trazia a tropa de cavaleiros esgotou. Em resposta, tal qual consta no registro, o Sr. Ivo teria recusado a cobrar e decidiu

⁴⁹⁰ Ribeiro afirmou que o manuseio de munições de fuzis era algo recorrente na vida dos caçadores Kadiwéu. Ver RIBEIRO, DARCY. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 297, 311. Já Rivesseau observou que os Kadiwéu possuíam uma abundante quantidade de munição para suas carabinas no início de 1900”s. Além disso, também destacou que traziam facões do qual não deixavam nunca o que é visível na imagem. Ver RIVASSEAU, Emilio. A vida dos índios... op. cit., p. 136, 51.(Imagem melhorada digitalmente pelo autor)

⁴⁹¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu- Caixa 27 - Planilha 254, p. 51.

gratuitamente oferecer o animal⁴⁹². Ora, os Kadiwéu faziam amplo uso do território para obter todo o tipo de provisão⁴⁹³, podendo suprir de mantimentos facilmente ao Serventuário. Assim, o churrasco era a forma de impor para o fazendeiro e na presença do Serventuário, o seu etos “senhorial”, a quem o fazendeiro deveria acatar, ao mesmo tempo em que acatava ao SPI. O agrimensor francês Rivesseau, quando teve o primeiro encontro com os Kadiwéu, ao início do Século XX, na Fazenda Santo Antônio do Nabileque, que estava dentro do território, observou que a senhora da fazenda carneou e ofereceu uma rés em farto banquete. Quando os Kadiwéu estavam de retorno às aldeias, a senhora sacrificou outra para levar o churrasco⁴⁹⁴. E na mesma ocasião o Serventuário foi capturado para o conflito entre os Kadiwéu com os inimigos da Família Jacques. O Agente registrou que o Encarregado do PI São João, em companhia de 3 indígenas que convenientemente não foram identificados, seguiram até a “Fazenda do Pacú” para chamar o Sr. Joel Jacques para fornecer a relação do gado de seu pai, o Sr. Vicente Jacques. Ao fim chegou a uma cifra de 2.500 reses, com 20% em bezerros e 12% em cavalares. Segundo o Agente, o Sr. Joel Jacques cedeu-lhe 4 cavalos, sem cobrar, em vista que 4 cavalos da tropa que acompanhava o Agente fugiram⁴⁹⁵. Semelhante ao caso anterior, a alegada boa-vontade do Sr. Joel Jacques parece-nos questionável. Ora, demasiado intrigante que um povo com séculos de experiência equestre (vide figura 25) deixasse quatro dos seus cavalos perderem-se sem que fossem capazes de localizá-los num território do qual conhecem por sucessivas gerações e que apesar de indígenas caçadores, não tiveram a capacidade de recuperar os rastros. Tais indagações nos levam a concluir que há uma série de omissões nos registros do Agente que são indicativos de imposições “senhoriais” Kadiwéu sublimadas. Quem “solicitou” cavalos ao Sr. Joel Jacques? No registro o destinatário foi o Agente, o que não responde à questão. Consta que indígenas foram junto ao Encarregado do

⁴⁹² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 116.

⁴⁹³ Quando esteve no território Kadiwéu, no início de século XX, Rivesseau registrou uma abundante riqueza de caça, destacando queixados, catetos, antas, cervos, veados, pacas, capivaras, pequenos roedores, jacarés, iguanas, lagartos, jabotis, tatus, tamanduás, patos, marrecos, tuiuiú, codornas e muitos outros mais. Para Rivesseau, ver RIVASSEAU, Emilio. *A vida dos índios...* op. cit., p. 135-137.

⁴⁹⁴ Ibidem, p. 40, 43-45, 48. Já Basques Junior, em pesquisa de campo entre 2016-2020 foi levado pelos Kadiwéu, sem qualquer aviso, ao longo de um percurso até o território Kadiwéu, quando pararam os dois carros em que iam diante de uma “imponente fazenda” dentro do território. Ao descenderem, os Kadiwéu foram ao refeitório sem qualquer cerimônia e quando os empregados viram os indígenas, logo se levantaram para dar lugar. Os Kadiwéu caminhavam sem incômodos. Quando o fazendeiro os viu, os convidou para entrar e comer. Então a cozinheira repôs uma farta refeição matinal, mesmo que os funcionários já tivessem comido no horário adequado e os Kadiwéu estivessem “atrasados”. BASQUES JUNIOR, Messias M. *QUASE IRMÃOS...* op. cit., p. 16-17.

⁴⁹⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 115.

PI São João até a “Fazenda do Pacú”, mas não há menções sobre trazerem o Jacques de volta escoltado. Quem eram estes indígenas? E caso o tivessem escoltado, o que teriam a dizer ao inimigo refugiado no território com gado e cavaleiros? Os indígenas agiam para exigir tributos até esgotarem a capacidade do SPI em acompanhá-los. O fato do Encarregado ir até a “Fazenda do Pacú” não surpreende, pois era a sua função mediar tais relações. Mas, estando embrenhados dentro do território, os Serventuários saberiam qual a direção dali para lá? O Agente registrou que estavam àquela altura às margens do Rio Naitaca, ao norte, com a fazenda na outra⁴⁹⁶, mas a Baía das Garças estava ao sul⁴⁹⁷. Assim, por qual razão o Encarregado não fez a travessia sozinho? Considerando as enchentes, o rio estaria largo e profundo, tornando a sua travessia mortal, mas não para os Kadiwéu com larga experiência em cruzar tais paragens⁴⁹⁸, fazendo questão de impor-se frente ao velho inimigo, obrigando o Encarregado a segui-los e não o contrário disso.

Figura 25: Kadiwéu cavalgando (década de 1940)⁴⁹⁹



Fonte: Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 208 . DR foto 638 208

⁴⁹⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 115. A região do Rio Naitaca está numa zona pantanosa. É verdadeiramente pantanal. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 206-207.

⁴⁹⁷ A família Jacques havia adquirido terras ao norte do território Kadiwéu também. Ver FLORES, José Manuel. Transformação agrária... op. cit., p. 296.

⁴⁹⁸ A pesquisadora Maria Vinha ouviu de um ancião Kadiwéu, em 1998, que entre os treinamentos Kadiwéu estava a travessia de rios. Mas para virar perito era necessário treinar atravessando-o com objetos nas mãos, às vezes com objetos pesados. O cavaleiro atravessava com arreo e armamentos, objetos que não devem molhar. Também deviam treinar todos os dias, prendendo o fôlego embaixo d’água como preparo para lutar num cenário do tipo. VINHA, Marina. Corpo-Sujeito Kadiwéu: jogo e esporte. 2004. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2004, p. 142.

⁴⁹⁹ Nos anos 1940 era possível encontrar Kadiwéu utilizando equipamentos de montaria, como manta, sela, látego, estribo, rédea, cabresto, freio e focinheira. (Imagem melhorada digitalmente pelo autor)

O parecer Kadiwéu e o recuo da IR5

A imposição “senhorial” tributária, com sua política de controle do território, seguia pari-passu com o impasse instalado entre SPI e Kadiwéu. À certa altura, em seu relatório-diário o Agente Alvarenga Soares registrou: “*Dia 5, As 8, e 5, da manhã, seguimos viagem, fomos sestiar, as 12, hora na ponta da mata do soldado, ou mata grande, perto do morro do gavião; lugar que [...]o nome de mata do soldado, foi ai que os indios Cadiuéos travaram luta com o pessoal do Malheiro.*”⁵⁰⁰. Ao fazer tal registro, o Agente Alvarenga Soares foi guiado por indígenas, logo não conhecia o território e com isso não teria escolhido descansar naquela área, mas foi instruído pelos Kadiwéu sobre o local mais adequado na região. E ao pararem ali, os Kadiwéu explicaram a ele que tal parte do território, a Mata do Soldado, estava relacionada com a luta que travaram contra o antigo inimigo latifundiário Joaquim Malheiros⁵⁰¹. Com isso comunicavam-no que seu território foi garantido com guerras e caso o SPI não controlasse a situação, poderiam retomá-la para expulsar os não-indígenas deixando claro a sua contrariedade e manifestando uma ameaça. O recado Kadiwéu foi claramente compreendido pelo Agente Alvarenga Soares. Apenas uma hora e trinta e cinco minutos após deixarem a Mata do Soldado, foram até a invernada do invasor Ambrósio Alves. E por lá o Agente fez um singelo registro em que testemunhava a sua presença ali e uma estimativa da invernada⁵⁰². Entretanto, foi ao fim de seu relatório, quando estaria fora do Território Kadiwéu e sozinho, que registrou para a IR5 sobre o Ambrósio Alves ser um invasor e “*em caso de dúvidas, estou a disposição p[r]a prestar melhores esclarecimentos, a respeito do*

⁵⁰⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 118.

⁵⁰¹ Segundo a tradição oral Kadiwéu, foi neste local a Mata do Soldado, em que os indígenas travaram uma das batalhas contra as tropas de Malheiro, deixando somente um tenente vivo para que pudesse contar a história. Em sua língua é chamado de Iudraute. Segundo Jaime Garcia, as denominações dadas pelos Kadiwéu a diversas regiões e localidades do território estão relacionadas com eventos em que os antepassados batalharam contra inimigos invasores, como: Enokadi (grupo de Kadiwéu chegando após uma batalha) Iudraute (soldado), Wdjokagradi (onde esfaquearam), Nemaatanadi (matança), Iuikanidjádi (retalhado) e Noikanidelogale (onde fizeram trincheira de carandazal). No caso desta última, segundo o antropólogo, foi nela onde ocorreu o desfecho contra Malheiros, na Baía do Bugre, em Kadiwéu Noikanidelogale. Em 2017, os Kadiwéu lançaram incursões e ocuparam essa última fazenda para expulsar os fazendeiros. Ver SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 223-227, 242-243. O antropólogo Basques Junior, quem esteve próximo desses acontecimentos ao longo da pesquisa de campo, deu a entender que a ocupação da fazenda Baía da Bugra pelos Kadiwéu possuía alguma articulação com as ações dos Terena para recuperar uma área do território ocupada por outra fazenda na terra indígena Taunay-Ipeque que de forma semelhante ocuparam a fazenda. Mas a Justiça determinou reintegração de posse. BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS... op. cit., p. 13.

⁵⁰² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 118.

assunto assim citado”⁵⁰³. A internada do invasor teria 18 km de extensão por 9 km de largura (vide figura 26), que sem possuir gado algum, porque era uma tentativa de grilagem⁵⁰⁴, acolheu ali outro fazendeiro, Sr. Lauro Vargas⁵⁰⁵, com quem entraria em atrito pouco depois⁵⁰⁶. O fato de postergar maiores esclarecimentos foi uma medida para evitar o grande ímpeto guerreiro Kadiwéu, cuja presença acompanhava de perto todo o processo diário de escrita, pois os indígenas sabiam ler e escrever como o Cap. Severiano Matchúa⁵⁰⁷, o primeiro a receber o Agente ainda na Estação Guaicurús, para acompanhá-lo até o território. A internada foi erguida bem ao lado do pedido feito pelo fazendeiro lindeiro Ambrósio Olegário de Lima, em 1953, (vide figura 27), região no qual já havia pedidos de fazendeiros para arrendarem a área, levando-nos a conclusão de que toda a região imediatamente acima do Rio Aquidabã, separando o território Kadiwéu do Barranco Branco, ficava para fora das enchentes, apesar de consistir em terreno pantanoso e alagadiço⁵⁰⁸, o que, entretanto, era compensado porque “*Seus campos são bons, suas terras de planta são boas*”⁵⁰⁹.

⁵⁰³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 120.

⁵⁰⁴ Segundo Alcir Gursen de Miranda, a categoria grileiro é dividida entre: grileiro de propriedade e grileiro de posse. O primeiro falsifica títulos e prepara documentos sem existir a terra. O segundo é pessoa alheia ao âmbito agrário e busca a terra por meio do apossamento para revendê-la. Logo, o Sr. Ambrósio alocou o gado do Sr. Lauro Vargas para justificar a sua estadia ali, o que foi logo percebido pelo Agente Enoch Alvarenga Soares. O Sr. Ambrósio Alves e o Sr. Lauro Vargas eram coparticipes na trama Ver DE MIRANDA, ALCIR GURSEN. Direito agrário...op. cit., p. 120-121.

⁵⁰⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 118.

⁵⁰⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 153.

⁵⁰⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 284, p. 51. O Cap. Severiano Matchúa assinou como estando ciente numa determinação emitida pela IR5.

⁵⁰⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu- Caixa 28 - Planilha 263, p. 250-252.

⁵⁰⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 34 - Planilha 325, p. 155.

garantia de vida pelo SPI e desculpa das enchentes que invalidavam o espírito de apropriação da terra. E mesmo quando o SPI interceptava-os pagavam uma taxa ínfima, algo que já seria melhor do que permanecer em terras alagadiças⁵¹³. A combinação da figura fazendeiro com refugiado era questão de vida ou morte, pois uma associação errada era capaz de conduzir a destinos bem claros. Mas, mesmo tendo o SPI por barreira, as ações e posturas Kadiwéu contra o órgão foram claras e ameaçadoras o suficiente para fazer com que o Inspetor Erico Sampaio procurasse desvencilhar a sua pessoa da responsabilidade de decidir sobre novos pedidos de ajuda, enviando-os diretamente à Seção de Orientação e Assistência (SOA)⁵¹⁴ que, apesar de contrariada pela Portaria do Ministério da Agricultura n.º 450, de 20/04/1956⁵¹⁵, foi forçada a permitir ingressos por seis meses, sem chance de prorrogação nem direito a qualquer benfeitoria construída, e que *“Ficará, igualmente certo, de que o Serviço de Proteção aos Índios, não mais acolherá pedidos semelhantes, no futuro”*⁵¹⁶. Ou seja, cada fazendeiro seria ajudado uma única vez. Parece-nos uma medida coerente para quem estaria na delicada situação entre lidar com a bomba relógio prestes a liberar indígenas montados com armas de fogo ou permitir prejuízos a economia regional de MT.

Mas, além disso, é preciso considerar que o território Kadiwéu estava cercado por fazendeiros e isolado ao extremo oeste do antigo estado de MT, exigindo tratos mais delicados por parte da IR5, procurando criar boas relações com os vizinhos e evitando o seu desgaste direto. A esse respeito, em 1953, o Inspetor anterior negou rispidamente o pedido de um fazendeiro para erguer estruturas dentro do território, mas pediu para que a Diretoria pronunciasse em seu lugar *“porque, vindo daí não deixa nenhum dos servidores da I.R. incompatibilizado com”* o fazendeiro *“que parece ter pouca compreensão, e nós da I.R.5 somos obrigados estar em contácto com essa gente”*⁵¹⁷.

⁵¹² Esse ponto é melhor abordado no Capítulo seguinte. Mas, ao nosso entender é um tanto o quanto questionável a existência de fazendeiros com coragem para invadir o território, pois todos sabiam dos riscos de fuzilamento.

⁵¹³ José Flores argumentou que os fazendeiros incursionaram impunemente. No entanto, o quadro é bem mais complexo. Esperar por ações de expulsão e punição é desconsiderar o contexto das enchentes e da economia regional. No Artº1. do Decreto nº 10.652, de 16/10 de 1942, é atribuído ao SPI utilizar os meios mais eficazes para impedir que “civilizados” invadam terras indígenas. Todavia, as enchentes foram uma forma eficaz e sofisticada para burlar dispositivos legais. Ver FLORES, José Manuel. Transformação agrária... op. cit., p. 297.

⁵¹⁴ Seção de Orientação Assistência, uma seção do órgão tutelar instalado na sede e abaixo apenas do Diretor do SPI na hierarquia. Ver o gráfico nº 4 presente em SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Um grande cerco... op. cit.,

⁵¹⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1 p. 139-140.

⁵¹⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Diretoria - Caixa 32 - Planilha 317, p. 27-28.

⁵¹⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 28 - Planilha 263, p. 250. José Flores questionou o porquê de o SPI continuar permitindo os ingressos. Ao nosso entender, o SPI estava caminhando sob uma corda

Reforço político pecuarista e o terror plasmado Kadiwéu ao sul de MT

Todavia, concorrente às ações Kadiwéu que mantinham convenientemente o SPI em xeque permanente, os seus inimigos, (já que queriam apropriar do território), começavam a movimentar nas sombras, em articulação com os solicitantes de ingresso. De fato, em 09/07 de 1957, o órgão descobriu um projeto de lei mantido sob sigilo dentro da Assembleia Legislativa do estado de MT (ALMT) para reduzir o território Kadiwéu⁵¹⁸, levando o Inspetor a ficar de prontidão⁵¹⁹. Nesse contexto, em 02/10 de 1957, embarcaram sentido Campo Grande o Chefe da SOA e o Inspetor Erico Sampaio⁵²⁰. E duas semanas depois, em 16/10 de 1957, subscrito pelos senhores Rachid J. Maméd (Presidente), Dormevil M. CTA E. Faria (1º Secretário) e Mário Spinelli (2º Secretário), foi apresentado o projeto de lei que reduzia o território Kadiwéu para quase 1/5 (100 mil hectares) de seu tamanho original⁵²¹, mantendo de forma deliberada todas as condições para novas reduções: “*As condições estipuladas nas letras a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, e k, do decreto-lei mencionado, continuam em vigor para todos os efeitos*”⁵²². Sobre isso, ora, a trama era antiga. Em 1953, o Inspetor Souza Nenê informou ao Diretor sobre um movimento dentro da ALMT para reduzir o território com uma série de requerimentos de terras dentro da área do PI São João, apoiados na letra “k” do Decreto nº 54, de 9 de abril de 1931⁵²³, instituído pelo Interventor Artur Antunes Maciel, no contexto de “muita terra para poucos indígenas”⁵²⁴, levando os Kadiwéu armados a fazer guarda nas divisas para impedir invasões⁵²⁵. O decreto, ao contrário do que fora feito pelo aliado dos

bamba, puxado por dois lados. Para José Flores, ver FLORES, José Manuel. Transformação agrária... op. cit., p. 298.

⁵¹⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 25, p. 95.

⁵¹⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 257, p. 92.

⁵²⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 49 - Planilha 331 - Item 01, p. 234

⁵²¹ À época, os Serventuários do SPI estimavam que o território teria entre 360.000 e 374.000 hectares. A medição definitiva e exata foi concluída pelo Exército na década de 1980, chegando à 538.536 hectares. São as proporções originais pautadas nas referências naturais. Ver, MANGOLIM, Olívio. Povos indígenas no Mato Grosso do Sul: viveremos por mais 500 anos. Campo Grande: Conselho Indigenista Missionário Regional de Mato Grosso do Sul, 1993, p. 36.

⁵²² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 28 - Planilha 263, p. 257.

⁵²³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 25.

⁵²⁴ SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória, identidade e história. Dourados, MS: UFGD, 2014, p. 77.

⁵²⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 257, p. 115.

Kadiwéu, P. Alves de Barros, instituiu com a letra “k”: *Se, dentro de dez annos, a Inspectoria não houver cumprido as condições estabelecidas e, em especial, si não houver providenciado o aumento de habitantes nessa região, fica o estado no direito de restringir a área concedida*⁵²⁶ (preciso golpe contra o povo que culturalmente praticava o controle de sua natalidade, inteiramente vigente em 1944⁵²⁷). O antropólogo Darcy Ribeiro analisou a ratificação pelo Decreto do Interventor. Após um balanço de 50 anos, conclui que eram poucos os estados que garantiram a posse da terra aos indígenas por meio da legislação. E geralmente os textos da lei eram permeados por imprecisões que, oportunamente, davam ensejos a fazendeiros e políticos locais a reinterpretarem-na. Assim, as legislações estaduais sofriam ratificações posteriores e adicionavam mais condicionantes, atrelando o tamanho da terra à proporção da população indígena. E em nenhum dos casos, segundo Ribeiro, essas posses eram atribuídas nos mesmos moldes em que fora feita para donos particulares. As ratificações eram inseridas sob o preceito de que os indígenas desapareceriam no futuro ou seriam integrados como lavradores pobres desterrados. Com isso, Ribeiro concluiu que toda a legislação de terras no Brasil até então (1961) era um conjunto de princípios cuja aplicação era meramente desejável⁵²⁸. E tamanho era o poder das “sombras” que em 1954, o Inspetor Souza Nenê denunciou ao Diretor uma fraude envolvendo: requerentes de terras, o Jornal do Comércio e a Delegacia de Terras em MT. Cujo edital foi publicado na tiragem de 20/02 de 1954. Mas o edital da delegacia datava de 19/11 de 1953. Já o requerimento era de 30/09 de 1953, ultrapassando em muito os 30 dias que tinha o SPI para protestar o pedido dos 11 fazendeiros que solicitaram 36 mil hectares de terras dentro do território Kadiwéu⁵²⁹. A ação foi protestada no mesmo dia, na Delegacia de Terras, pelo Inspetor, afirmando que incidiam sobre o próprio PI Nalique e PI P. Alves de Barros⁵³⁰, levando o caso no ano seguinte à

⁵²⁶ SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiwéu... op. cit., p. 148.

⁵²⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 323, p. 262. Em pesquisa de campo entre 2000-2005 a antropóloga Lecznieski observou que o assunto do controle da natalidade era recorrente entre as mulheres e continuava vigente. LECZNIESKI, Lisiane K. Estranhos laços... op. cit., p. 121-122.

⁵²⁸ RIBEIRO, Darcy. A política indigenista brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1962, p. 106-107, 112.

⁵²⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 26. Segundo Ribeiro, quem escrevia por volta dos anos 1960-1961, após quatro séculos de falsa proteção de terras indígenas, estes últimos eram desterrados quando a terra adquiria qualquer valor econômico ou quando constataavam a existência de produtos para exploração. O autor concluiu que muito mais do que as garantias da lei era o desinteresse econômico que assegurava aos indígenas a posse da terra onde vive. E mesmo quando as terras já estivessem asseguradas por copiosa legislação e com dimensões muito inferiores do que as do passado, os indígenas eram expulsos ao atingirem certo valor econômico. Ver RIBEIRO, Darcy. A política... op. cit., p. 101-102.

⁵³⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 79.

criação de uma Comissão Parlamentar em MT para investigar a questão de terras no estado⁵³¹. Bem em 18/11 de 1957, o Governador João Ponce de Arruda negou “*sanção ao projeto, por considerá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público*”⁵³². Porém, disfarçou suas intenções, pois concordava integralmente com a redução do território: “*Não contestamos que a área tenha ultrapassado os limites razoáveis*”. Apenas discordou sobre os meios para tal, porque eram francamente impossíveis: “*Trata-se de ato perfeito e acabado que não pôde ser unilateralmente desfeito, nem sequer alterado*”⁵³³ (engando aos contemporâneos com isso, inclusive ao Darcy Ribeiro⁵³⁴). A ALMT reuniu e derrubou o veto do Governador com unanimidade⁵³⁵, publicando o projeto no Diário Oficial em data estratégica (vide figura 28) “*ao apagar das luzes*”, segundo um Serventuário⁵³⁶, e 4 meses depois, (10/04 de 1958⁵³⁷), transformaram-na em lei que relegou os Kadiwéu a uma fração do território alagável durante 6 meses por todos os anos, transitável apenas sob canoa⁵³⁸, acima do nível de um metro de água inabitável. A fração de terra deixada era porque as zonas fronteiriças do território nacional eram protegidas pela União e perdem o valor de venda⁵³⁹. Da lei foram feitos apenas dois exemplares em Edital, transportados pelos políticos da ALMT para a Delegacia de Terras, que deram entrada nos primeiros requerimentos para si, seus parentes e outros aliados mais, desmontando a oficina gráfica para que o Governador não publicasse atos para invalidar o esquema que seria pela ordem de entrada e que poderiam ser revendidos por preços

⁵³¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 29 - Planilha 274, p. 103-104.

⁵³² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 28 - Planilha 263, p. 257.

⁵³³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu- Caixa 28 - Planilha 263, p. 258-259.

⁵³⁴ O antropólogo Darcy Ribeiro afirmou em sua obra que o Governador teria protestado contra toda a trama montada em MT. RIBEIRO, Darcy. A política... op. cit., p. 112.

⁵³⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 16 p. 17.

⁵³⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu- Caixa 26 - Planilha 249, p. 52.

⁵³⁷ SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiwéu... op. cit., p. 86.

⁵³⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 42. Nenhuma população teria condição de sobreviver num local que por metade do ano fica submerso. Para a relação entre terras indígenas e ataques mediante a valorização econômica, ver RIBEIRO, Darcy. A política... op. cit., p. 106-107.

⁵³⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 133. A documentação do SPI em que está registrado tais informações também estão na obra de Darcy Ribeiro, nos mesmo termos e com quase nenhuma alteração na maior parte. Ao que tudo indica, a documentação foi produzida por Ribeiro atuando junto aos Kadiwéu contemporaneamente, depois publicando. Ver RIBEIRO, Darcy. A política... op. cit., p. 108-110.

superiores ao adquirido do estado⁵⁴⁰. O esquema iniciou com 400 requerimentos, 200 levados por um funcionário afastado da Delegacia de Terras na companhia do Deputado José Feliciano e os outros 200 levados pelo Vicente Carlos da Costa, cunhado do Presidente da Assembleia Legislativa Sr. Rachid J. Mamed e mais outros 3 arranjados pelo Presidente da Delegacia de Terras Sr. Camilo Boni para si e dois particulares aliados seus por interesse⁵⁴¹. Desde a primeira tentativa de redução do território por meio do projeto de lei, o Governo do Sr. João Ponce de Arruda já estava expedindo os títulos provisórios para os requerimentos sob o território Kadiwéu. Quando a lei foi aprovada, todos os requerimentos já estavam correspondidos⁵⁴².

Figura 28: Publicação do projeto de lei com veto (entre o Natal e o Ano Novo)



Fonte: M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 16, p. 103.

⁵⁴⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 134. Tais informações estão também na obra de Ribeiro, ver RIBEIRO, Darcy. A política... op. cit., p. 110-111.

⁵⁴¹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 16, p. 244-250. A documentação contradiz as afirmações de Ribeiro em sua obra, do qual alegou que o Diretor da Delegacia de Terras protestou a trama. Levando-nos a concluir que, para os contemporâneos, o Diretor demonstrava uma face, quando em realidade, possuía outra. Para a afirmação de Ribeiro, ver RIBEIRO, Darcy. A política... op. cit., p. 111-112.

⁵⁴² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 7-8.

Figura 29: Kadiwéu com fuzil ao colo e munições ao chão (década de 1940)⁵⁴³



Fonte: Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 188 . DR foto 638 188.

A reputação construída pelos Kadiwéu ao longo de séculos, entretanto, teve efeito substancial sobre as intenções dos que controlavam a política local em MT, levando-os a chafurdar-se mais e revelando o terror que o imaginário Kadiwéu era capaz de inspirar. Obedecendo às normas administrativas estaduais para a obtenção de terras devolutas após a entrada do requerimento, 42 dias depois, (abaixo do prazo mínimo de 60 dias), engenheiros credenciados da Repartição de Terras passaram a depositar os laudos de medição tomados como válidos. Entretanto, eram todos laudos falsos, pois ninguém foi ao território para medir, já que os Kadiwéu, conforme notoriamente conhecido na região sul do estado por séculos, oporiam com suas próprias forças aos trabalhos de medição⁵⁴⁴: “*sendo [...] de conhecimento público que os [Kadiwéu] lá residem, opondo-se a qualquer tentativa de esbulho por parte de*

⁵⁴³ Imagem melhorada digitalmente pelo autor.

⁵⁴⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 134. Também presentes na obra de Ribeiro, ver RIBEIRO, Darcy. A política... op. cit., p. 111.

terceiro”⁵⁴⁵ (vide figura 29), nas palavras do Presidente da Delegacia de Terras, Camilo Boni. E por conta disso, os tais engenheiros “atuaram” em nome da empresa GROFOTO, credenciada pelo Sr. Valdemiro Muller do Amaral, quem trabalhou como Chefe da Delegacia de Terras ao fim do Governo do Sr. João Ponce de Arruda, e que durante dias e noites (literalmente), ocupou de corresponder aos pedidos de títulos definitivos, sobretudo na zona fronteira proibida por Constituição Federal⁵⁴⁶.

Verdadeiramente, os fazendeiros, temendo aos Kadiwéu, continuaram com o apoio das garantias de vida possíveis pelo SPI e utilizando-se das enchentes para dobrar o órgão, a fim de ingressarem no território e então erigirem cercados para tomar posse na área. A partir do PI Nalique, o Encarregado, em março de 1958, registrou: “*Tempo chuvoso, causando grandes enchentes*”⁵⁴⁷. No mês seguinte, o fazendeiro Hilton Monteiro Leite pediu ajuda ao órgão para socorrer suas rezes no PI São João⁵⁴⁸, quando já sabido publicamente das intenções da ALMT e do Governador na redução do território. No mês seguinte, outro fazendeiro, da Família Ximenez, em 31/05 de 1958, também pediu ajuda no PI São João para tirar o gado do pantanal⁵⁴⁹, respondido 2 meses depois, com uma tolerância de 90 dias⁵⁵⁰. No mesmo mês, em junho de 1958, o Ossian Monteiro ergueu uma cerca para tomar posse dentro do território, não sem a oposição dos indígenas junto ao Encarregado do PI São João, que fiscalizavam atentamente suas ações. Diante da abordagem, o fazendeiro em apuros alegou autorização da IR5 e que seu sogro traria a licença. De fato sobrecarregado, foi registrado pelo Encarregado do PI São João a sua necessidade pessoal de orientação para lidar com as constantes visitas de fazendeiros do antigo Fomento Argentino, que pediam auxílio para ingressarem no território, “*devidas as emgentes [enchentes] que Esta com bastante agua tanto os que vai para o pantanal, não pode passar porque esta cercando os cargos*”⁵⁵¹. A IR5 qualificou a cerca como um abuso e que era falsa a alegação⁵⁵², mas o número de fazendeiros em busca da

⁵⁴⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 106.

⁵⁴⁶ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 16, p. 244-250.

⁵⁴⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 166, p. 81-82.

⁵⁴⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 200, p. 21.

⁵⁴⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 180.

⁵⁵⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 200, p. 22.

⁵⁵¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 200, p. 19.

⁵⁵² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 200, p. 23.

salvaguarda foi notícia no Jornal do Comércio⁵⁵³. Em tal grau que em 07/08 de 1958 haviam erguido aramados, invernadas, casas, currais e outras benfeitorias, sob o total protesto da IR5: *“ninguem está autorizado a fazer posse em lugar algum ou qualquer outra benfeitoria. Deverá ser embargado todo serviço feito nessa reserva por quem quer que seja. Os que já tem algo pronto, automaticamente ficará pertencendo ao patrimonio indígena.”*⁵⁵⁴. De fato, os pedidos de salvaguarda ainda prosseguiram de 12/02 de 1959⁵⁵⁵ até 27/02 de 1959⁵⁵⁶. Todavia, mesmo em face de títulos já expedidos pelo Governo do J. Ponce de Arruda, em posse de compradores, nenhum deles ousou manifestar para reclamar direito de propriedade dentro do território⁵⁵⁷.

2.2 As modalidades de tributos

Neste subcapítulo analisamos os tipos de tributos tomados pelos Kadiwéu dos fazendeiros instalados em seu território a partir das autorizações cedidas pelo SPI. O objetivo é entender de que maneira estes fazendeiros foram inseridos no sistema sociopolítico-cultural Kadiwéu. Segundo as formulações de Castro e Seerguer, o território indígena funciona como o mapa do cosmo, como a memória do grupo e onde está escorada a sua identidade étnica⁵⁵⁸. Com isso, para os Kadiwéu, um povo cuja identidade étnica é pautada no elemento guerreiro indígena cavaleiro, como ocorreu a incorporação dos não-indígenas à sua percepção de mundo sob o seu território?⁵⁵⁹ Em qual posição foram relegados? E, por fim, mas não menos importante, qual a relação do SPI neste processo?

⁵⁵³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 257, p. 5.

⁵⁵⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 164, p. 25-26. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 191, p. 94-95. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 196, p. 51-52. De acordo com Alcir Gursen de Miranda, o posseiro quando apossa de uma área, derruba a mata, faz uma picada para delimitar seu espaço, um roçado e, principalmente, ergue um rancho em que vai habitar, ou seja, uma casa. DE MIRANDA, ALCIR GURSEN. Direito agrário...op. cit., p. 118.

⁵⁵⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 67.

⁵⁵⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 126.

⁵⁵⁷ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 125.

⁵⁵⁸ SEEGER, A; CASTRO, E. B. V. de. Terras e territórios indígenas no Brasil. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1979, p. 104.

⁵⁵⁹ De forma não intencional, este subcapítulo, bem como o capítulo em si, demonstra certas afinidades com uma questão levantada pelo antropólogo Jaime Garcia ao fim de 1980 e início de 1990. O antropólogo perguntou se

Aguardente

Um item singular oferecido aos indígenas como presente e reconhecimento de seu domínio foram as bebidas alcoólicas. O consumo de bebidas fermentadas entre os indígenas na América do Sul é algo cultural já conhecido desde os primeiros contatos⁵⁶⁰. Entretanto, para o SPI, fazia parte de sua política de combate. Sabendo disso, a partir do PI São João, o Tereno João Antônio, quem liderava a aldeia das Oito Barras, às margens do Rio Aquidabã, e incumbido pelo SPI⁵⁶¹ e pelos Kadiwéu de vigiar aquela região, informou à IR5, em 15/01 de 1959, sobre a construção de um bolicho⁵⁶² inacabado, com muito álcool⁵⁶³, indicando que os fazendeiros por conta própria se apresentavam como tributários. Os bolichos no PI São João eram um ponto em que os indígenas iriam para adquirir produtos de interesse cultural, do qual os Encarregados estavam inteiramente cientes e fingiam que não viam. Sobre isso, a IR5, em 05/10 de 1961, deu ordens para que o Encarregado do PI São João fechasse 3 bolichos na região, dando autorização para requisitar força militar⁵⁶⁴. No entanto, um dos proprietários pediu para o Encarregado do PI P. Alves de Barros um prazo, e enquanto seu filho transitava com as mercadorias trazidas da Estação Guaicurús, ao passar na área do PI São João, o Cap. João Príncipe da aldeia de Pé-de-Serra⁵⁶⁵ acompanhado por mais 15 guerreiros e ciente da ordem, o interceptou e tomou 3 sacos de pinga próximo à aldeia da Tomázia. O Encarregado do PI P. Alves de Barros, ao saber, pediu para chamar o Cap. João Príncipe e argumentou que a ordem era para fechar, que deveria devolver e que não poderia aquiescer sua vontade de chegar a um acordo. Em resposta, o Cap. João Príncipe disse que tinha acordo e pediu 2

era incompatível, no caso Kadiwéu, preservar a memória e construir a identidade a partir do território e, ao mesmo tempo, arrendá-lo para obter “lucro”. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 197.

⁵⁶⁰ ROLLER, Heather F. *Contact Strategies: Histories of Native Autonomy in Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 2021, p. 178.

⁵⁶¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 28 - Planilha 265, p. 57.

⁵⁶² Segundo Roberto Cardoso de Oliveira, Bolicho é um termo regional para designar pequenas vendas (estabelecimentos comerciais) à beira da estrada em que era vendido todo tipo de mercadoria (quinquilharias) desde mantimentos, panos, ferramentas até “pinga”. CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terêna*. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 74, 89.

⁵⁶³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 200, p. 33.

⁵⁶⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 106.

⁵⁶⁵ Segundo Basques Junior, a aldeia Libatadi pode significar tanto Pé-de-Serra como tronco. Optamos pelo termo Pé-de-Serra por estar junto ao PI P. Alves de Barros, que está ao pé da Serra da Bodoquena. BASQUES JUNIOR, Messias M. *QUASE IRMÃOS...* op. cit., p. 6-7.

papéis, escrevendo diretamente para a IR5, assumindo inteira responsabilidade. E deixou o PI. Ao retornar à aldeia da Tomázia, fez a distribuição da bebida⁵⁶⁶ onde já era esperado, pois reunidos e em ritmo de festa, soltavam fogos durante a celebração cultural da “Festa da Moça”⁵⁶⁷. Na ocasião, o Capitão chamou os indígenas da aldeia de Tarumã. O guerreiro Antônio Mendes, quem tentava competir pela influência entre os Kadiwéu⁵⁶⁸, por ser cativo da família “nobre” dos Matchúa⁵⁶⁹, fez saber ao Encarregado, por meio de mensageiros, que a situação era perigosa porque o Cap. João Príncipe estaria desaconselhando as duas aldeias, querendo atacar o PI. A atuação do guerreiro era um tanto complexa, pois ao mesmo tempo em que poderia indicar uma tentativa de embaraçar a festa do Capitão, também poderia manter o Encarregado em xeque sobre tentar impedir a obtenção desse produto por seu povo⁵⁷⁰ dos fazendeiros. De fato, o Encarregado ficou de sobressalto, pois registrou no documento: “*felismente nada de maior aconteceu*”⁵⁷¹.

⁵⁶⁶ Segundo Clastres, uma das funções políticas fundamentais dos Chefes indígenas é a distribuição e circulação dos bens para a coletividade, sob risco de abandono caso aja de modo contrário. Considerando que histórica e culturalmente, as lideranças Kadiwéu foram constituídas por meio de ações para capturar butim, então seria razoável apontar que o Cap. João Príncipe desafiou o SPI ao subtrair garrafas de pinga para entregá-las na festa, cumprindo suas funções políticas em sua própria sociedade. Para Clastres, ver CLASTRES, Pierre. A sociedade... op. cit., p. 23-24. Para a distribuição dos bens pelas lideranças nas tolderías, ver CARVALHO, Francismar. Formal and informal alliances between Iberians and Native authorities in the heartlands of late-eighteenth-century South America. *Ethnohistory*, v. 70, p. 65-94, 2023, p. 77-78.

⁵⁶⁷ É um ritual que celebra a primeira menarca de uma jovem Dona. O ritual é altamente complexo, que envolve o consumo de bebidas alcoólicas, carneadas, liturgia de senhores e cativos, fogos, objetos confeccionados especialmente para este fim, nominalmente o abanico, que passam de geração em geração, etc. Estes rituais foram ricamente detalhados por Jaime Garcia, quem os presenciou e que significativamente apontou que as aldeias que mantinham a festa eram a aldeia da Tomázia e a aldeia de Pé-de-Serra. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 94-100. A antropóloga Mônica Pechincha ouviu sobre estas celebrações, ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., 71, 106-107, 156-159. Já Maria Duran analisou pinturas corporais utilizadas na celebração e registrou uma “versão mais contemporânea”. Ver DURAN. Maria Raquel da Cruz. Padrões que... op. cit., p. 98-100, 121, 158-176.

⁵⁶⁸ Jaime Garcia, ao fim dos anos 1980 e início dos 1990, registrou que suas entrevistas com o guerreiro Antônio Mendes sempre eram entremeadas por críticas contra os membros da família “nobre” dos Silva, sempre nos cargos-chave e de prestígio. A recomendação deixada pelo autor é que as relações entre os Kadiwéu sejam analisadas sob o prisma de facções políticas SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 24, 135-136.

⁵⁶⁹ PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 52, 74, 90-91.

⁵⁷⁰ O guerreiro Antônio Mendes era vinculado a uma família Kadiwéu que guardava o mito de descoberta da bebida fermentada. Além disso, o guerreiro competia contra o Capitão e garantia a obtenção daquele produto ao incriminar o rival. Para o mito, ver *Ibidem* p. 90.

⁵⁷¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 181, p. 196-198.

Figura 30: “Índio Kadiwéu dançam no pátio no P.I Alves de Barros, 1942”⁵⁷²



Fonte: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org). *Memória do SPI...* op. cit., p. 366

Ora, a aguardente para os Kadiwéu, àquela altura, estava consolidada como parte fundamental de sua cultura e ritos sociais⁵⁷³ que, com a presença de fazendeiros acolhidos pelo SPI em seu território, puderam obter tal bem de interesse cultural, enquanto o órgão fazia pressão contra os não-indígenas mas agia com cautela contra os indígenas. De fato, o Inspetor Erico Sampaio lamentou a ação tomada pelo Cap. João Príncipe, mas culpou ao bolicheiro por abrir um comércio irregular, aumentando o seu estoque com pinga e que o Encarregado do PI P. Alves de Barros deveria a reaver sob posse do Cap. João Príncipe, para trazer o bolicheiro até a sede da IR5, a fim de prestar esclarecimentos por infringir dois artigos da lei⁵⁷⁴. Dos três bolichos instalados no PI São João em 12/03 de 1962, o Inspetor Subst. José Mongenot registrou restarem dois que continuavam sob ordem de fechamento, que pertenciam ao Hugo de tal e Aureo Pinheiro de Matos⁵⁷⁵. Mas na verdade haveria ainda o bolicho do “Grego”, do

⁵⁷² O antropólogo Messias Basques teve a oportunidade de registrar essa dança Kadiwéu em anos recentes (2016) e a disponibilizou na internet: < <https://www.youtube.com/watch?v=VUh2fTawwMU> > Última visualização: 24/03/2024.

⁵⁷³ Darcy Ribeiro observou que a aguardente era um elemento cerimonial indispensável, presente nas festas da moça e rituais de luto. RIBEIRO, DARCY. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 171, 189-192. Para o resguardo, corte de cabelos, mudança de nomes, da habitação, consumo de bebidas, relação Senhores-Cativos e outros elementos mais relacionados ao ritual de luto, ver SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 87, 91, 106-110, 113. Ver também PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 169, 181-182, 186. Maria Duran também apontou a sua presença nas festas Kadiwéu, ver DURAN. Maria Raquel da Cruz. Padrões que... op. cit., p. 157. Ver também BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS... op. cit., p. 66-68. Por fim, ver LECZNIESKI, Lisiane K. Estranhos laços... op. cit., p. 16, 217.

⁵⁷⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 284, p. 111-112.

⁵⁷⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 11.

qual os Terena e Kinikinau, com alguma regularidade, frequentavam como fregueses⁵⁷⁶. O fornecimento de bebidas alcóolicas e o combate do SPI continuou pelo ano seguinte no PI São João⁵⁷⁷. A despeito disso, o Jorge Papadopoulos, vulgo Grego, desobedecia às ordens do SPI, ocupando áreas sem autorização, mas andava com engradado de cachaça pela área do PI São João, trocando a autoridade do SPI pela autorização dos indígenas⁵⁷⁸. A situação das bebidas era tão estável que, já no ano anterior à dissolução do SPI, o Encarregado do PI São João revelou que o bolicho do Hugo de tal estava anexo à aldeia da Tomázia e que entre a aldeia e aquele PI, situava-se o outro do Aureo Pinheiro de Matos, dentro da área cercada pelo Hilton Monteiro Leite⁵⁷⁹. Esses sujeitos não pagavam arrendamentos ao SPI porque possivelmente não possuíam qualquer gado, mas sobreviviam do comércio com peões⁵⁸⁰. Mesmo sob ordens diretas do Diretor para fechá-los desde 28/05/1962⁵⁸¹, eram mantidos por interesses Kadiwéu.

Extensão equivalente de terra

Os Kadiwéu, atuando por intermédio do Inspetor Fernando da Cruz, impuseram a fazendeiros que queriam ficar em seu território outra exigência: a singular troca de acesso recíproco a propriedades vizinhas. Nesse sentido, em 17/09 de 1962, o lindeiro do território Nicola Neto (proprietário no Nabileque, junto com o seu parente Bras Neto⁵⁸² e ambos provavelmente aparentados do Senador Vicente Bezerra Neto, quem atuou com a ALMT para regularizar os títulos de propriedade dos posseiros na região do Nabileque⁵⁸³), concordou em ceder uma área igual de sua propriedade, pela necessidade de ocupar uma região em que houvessem aguadas, comprometendo-se a abandonar o território assim que solicitado⁵⁸⁴. O

⁵⁷⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 191.

⁵⁷⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 196, p. 59.

⁵⁷⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 95.

⁵⁷⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 49 - Planilha 331 - Item 05, p. 3.

⁵⁸⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 121.

⁵⁸¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 14.

⁵⁸² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 65.

⁵⁸³ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 85.

⁵⁸⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 215.

caso em questão aponta a possibilidade de os Kadiwéu, durante o período, terem recuperado acessos perdidos devido as ocupações fazendeiras circunvizinhas. No passado, os Kadiwéu ocupavam um território cujas dimensões eram superiores àquelas demarcadas em 1903. Entretanto, após a demarcação, os campos ao entorno estavam vazios, servindo-lhes de locais para a caça⁵⁸⁵. E como fruto desse processo, diversas regiões ao entorno estão batizadas com nomes Kadiwéu, evidenciando incorporações à sua cultura e sociedade⁵⁸⁶. Por esse caminho, caberia questionar acerca de quais produtos e pontos de importância sociocultural existiam e existem nessas propriedades. E, sobretudo, a possibilidade das propriedades dos fazendeiros ao entorno estarem, naquela época, incorporadas, temporariamente ou não, a uma grande área de perambulação Kadiwéu, constituída então ao submetê-los a condição de tributários⁵⁸⁷.

⁵⁸⁵ O agrimensor Rivesseau registrou a enorme riqueza de caça também obtida nessas áreas vizinhas pelos Kadiwéu ao início dos anos 1900's, ver RIVASSEAU, Emilio. *A vida dos índios...* op. cit., p. 135-137, 182.

⁵⁸⁶ SIQUEIRA JR. Jaime G. "Esse campo custou... op. cit., p. 258-262.

⁵⁸⁷ Maria Duran, em pesquisa de campo, colheu um fragmento de tradição oral de uma Kadiwéu em 2014, que foi transmitida por sua "avó" (entenda-se antepassado) sobre a pintura corporal lawile. A pintura em formato espiral, entre outros significados, ilustra o movimento Kadiwéu desde o tempo dos antepassados, percorrendo os campos, migrando pela região. Já a pintura nawigicenigi, identificado pela autora como escada não angular, ilustra o movimento dos antepassados que subiam e desciam os morros durante as cheias e secas do pantanal. Estas informações põem em relevo a possibilidade de os Kadiwéu retomarem o seu modo de vida antigo. Não é algo esquecido. A autora também investe nesse sentido de argumentação, sobretudo após ouvir de uma Kadiwéu acerca de determinada pintura interminável, levando-a a associar isto com o modo de vida Kadiwéu migratório, hoje não mais nômade, mas que permanece transitando entre casas, aldeias, cidades, etc. O Cap. Ademir Matchúa disse a autora em 2014, que os Kadiwéu "É um povo que não tem parada". Ver DURAN. Maria Raquel da Cruz. *Padrões que...* op. cit., p. 80, 84, 114.

Figura 31 : “Grupo Kadiwéu viajando no Pantanal”⁵⁸⁸



Fonte: RIBEIRO, Darcy. *Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre...* op. cit., p. 74

Figura 32: Acampamento de caça Kadiwéu (anos 1940)⁵⁸⁹



Fonte: Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 222 . DR foto 638 222.

⁵⁸⁸ Os Kadiwéu disseram a Jaime Garcia, ao fim de 1980 e início de 1990, que locomoviam no lombo dos bovinos durante as expedições ao pantanal. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 199-204. Segundo Pechincha, este animal é melhor cargueiro do que os cavalos para este tipo de expedição. Ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. *Histórias de admirar...* op. cit., p. 11. (Imagem melhorada digitalmente pelo autor)

⁵⁸⁹ Em pesquisa de campo, Darcy Ribeiro registrou que durante a noite, na temporada de caça realizada durante o dia, os Kadiwéu reuniam no acampamento, junto às casas, feitas com peles de animais abatidos ainda frescos. RIBEIRO, Darcy. *Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre...* op. cit., p. 38. (Imagem melhorada digitalmente pelo autor)

Novos tributários reduzidos à cativos?

Com o tempo foi constituída uma rede de pagamento de tributos aos Kadiwéu, que pouco tardou a chocar contra o órgão que havia recorrido à tal medida para sobressair entre gado afogado e ataques Kadiwéu. Um rico e influente fazendeiro da região, o Sr. Manoel Aureliano da Costa Filho, (sogro do Sr. Deputado Edison Brito Garcia, posseiro atuante pelo movimento de regularização dos posseiros do Nabileque⁵⁹⁰ e antigo Delegado Regional de Polícia de Aquidauana em 1955⁵⁹¹), declarou que esteve num PI, provavelmente o P. Alves de Barros, e “decidiu” comprar 100 cobertores e “*mais algumas coisas*” para distribuir aos Kadiwéu, que ao receberem, imediatamente “pediram” roupas. Ao saber da situação, o Encarregado do PI, por carta, proibiu o envio⁵⁹². O caso demonstra que o fazendeiro seguiu diretamente aos Kadiwéu, preterindo o órgão. Mas descobrindo imediatamente que virar tributário Kadiwéu não era tão simples. Isso porque logo ao ter doado uma centena de cobertores e um número desconhecido de mais objetos, os Kadiwéu na mesma hora pediram por mais presentes, causando aparente surpresa ao fazendeiro, questionando se o SPI não lhes distribuía nada⁵⁹³. E a despeito do veto do SPI, os Kadiwéu foram até a zona em que o Sr. Manoel Aureliano da Costa Filho fixou para lhe impor a política “senhorial” Kadiwéu. O episódio foi relatado pelo rico fazendeiro em questão,

Passado o tempo, veio uma turma de índios na minha casa, seguramente 30 índios. De que forma aquele pessoal todo. No geral, os índios de lá são feios, meio pretos, mal vestidos. Minha senhora saiu e disse: Tem aí um grupo de gente muito feia. Logo falei: São os índios cadiuéus. Estava um índio que se chama Barbosa. Me trouxeram de presente muita cerâmica e outras coisas. Ainda tenho tudo isso. Mandeí os índios entrarem. Mandeí comprar 50 K[g] de carne, mandei fazer almoço e dei almoço a todos eles.⁵⁹⁴

⁵⁹⁰ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 85.

⁵⁹¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 182, p. 106.

⁵⁹² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 242.

⁵⁹³ Em 1803, Almeida Serra registrou que não importava o quanto de benesses os portugueses fizessem às tolderias, sempre julgavam que os favores prestados e os presentes doados estavam muito abaixo daquilo que verdadeiramente julgavam merecedores. SERRA, Ricardo Franco de Almeida. “Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurús e Guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes”, 2 fev. 1803. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 7, 1845, p. 204.

⁵⁹⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 243. Mônica Pechincha, nos anos 1990, afirmou que os Kadiwéu estavam oprimidos pelos fazendeiros do qual dependiam por conta dos pagamentos de arrendamentos, sugerindo que eram indígenas derrotados, invadidos e dependentes, apesar de apontar que isto estava em contradição com a tradição oral do grupo que evocava a morte dos “brancos”. Mas ao analisar a documentação e adotar outra perspectiva, propomos outro paradigma. Ora, haveria orgulho maior para um povo guerreiro senhorial do Chaco que dispor de uma série ricos fazendeiros “brancos” no território, pagando tributos? Nesse sentido, é importante ter em consideração a análise do depoimento do Cap. Boaventura Bento Medina por Maria Vinha, nos anos

Figura 33: Kadiwéu João Barbosa e família na frente de casa⁵⁹⁵



Fonte: SCHULTZ, 1942 apud Série Documentos audiovisuais e iconográficos do Museu do Índio do Rio de Janeiro

O contato Kadiwéu com o seu tributário não era amistoso, tão pouco sua inserção na política “senhorial” era desprovida de riscos e ameaças. Os Kadiwéu da aldeia de Nalique organizaram um contingente com 30 guerreiros, sob a liderança do Kadiwéu João Barbosa, representando a família “nobre” dos Matchúa, certamente⁵⁹⁶, e foram até a casa do fazendeiro

2000, que ouviu do Capitão como tinha orgulho em comandar um time de futebol formado apenas por “brancos”. Além disso, Lecznieski, em pesquisa de campo entre 2000-2005 ficou surpresa quando uma família Kadiwéu tomou para si a tarefa de lhe ensinar a língua. Com bastante formalidade, prepararam um local e tomaram o cargo de professores. Segundo a autora, eram professores muitíssimo rigorosos e mostravam-se incomodados com as perguntas que fazia, sobretudo perguntas de aulas passadas. Pechincha traz em sua pesquisa que a cada seis meses, os Kadiwéu, durante a procriação do gado, iam à cidade da Bodoquena com tributos recolhidos e causavam inflação no comércio local. Eram considerados pelos regionais como bons consumidores em tal grau, que dispunham até de crédito e hospedavam-se nos melhores hotéis, mas sem misturarem à população local. Naquela década havia 89 fazendas arrendadas, distribuídas entre famílias “nobres” e alguns cativos. Vinha inferir que o sistema de arrendamentos foi alterado em algum momento para sistema de “parceria”, pois o primeiro é proibido por lei e o segundo aceito institucionalmente. Para o trabalho da autora ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. *Histórias de admirar...* op. cit., p. 8-10, 42, 62, 67-68. Para Vinha, ver VINHA, Marina. *Corpo-Sujeito Kadiwéu...* op. cit., p. 178, 220. Em pesquisa de campo realizada entre 2016-2020 o antropólogo Basques Junior afirmou que a fama dos Kadiwéu para os regionais é a de indígenas ricos. Não apenas porque alguns “nobres” se portam de forma pouco comedida nas compras em comércios de cidades próximas, mas por conta de seu território estar abarrotado por pecuaristas pagando tributos. BASQUES JUNIOR, Messias M. *QUASE IRMÃOS...* op. cit., p. 137. Para Lecznieski, ver LECZNIESKI, Lisiane K. *Estranhos laços...* op. cit., p. 31.

⁵⁹⁵ Na descrição arquivística no Museu do Índio, consta que o Kadiwéu é um cativo. Na imagem é possível ver todos os Kadiwéu descalços. Considerando que eram um povo caçador, tal constatação estaria consoante aos apontamentos de Sérgio Buarque de Holanda, que ao analisar contos indígenas dos grupos Tupi sobre o Curupira na Amazônia, a versão que o Saci adquiriu nos paulistas do interior, que teve forte influência Tupi, bem como o Upupiara e mais outra figura a fim no Rio Grande Sul, Holanda concluiu que eram modelos e mitos indígenas que refletiam os desejos de confundirem inimigos que tentassem seguir seus rastros na floresta. Era preocupação constante dissimularem-se ao caminharem. A partir dos registros históricos, Holanda lembrou que os “Guaykurús” teriam os pés mimosos por estarem sempre a cavalo. Ao que nos parece, este não era mais caso o Kadiwéu. Para Holanda, ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994. p. 26. A antropóloga Lecznieski, em pesquisa de campo entre 2000-2005 registrou suas interações com um membro da família “nobre” dos Silva, sobretudo entre o neto do último com o filho da antropóloga (do qual o Kadiwéu queria tomar e cativar para cuidar como filho e irmão do neto), que confirmam que as crianças cresciam descalças pelo “mato”. LECZNIESKI, Lisiane K. *Estranhos laços...* op. cit., p. 77-79, 111.

⁵⁹⁶ O guerreiro João Barbosa era da aldeia de Nalique, liderada pelos “nobres” Matchúa, ver RIBEIRO, Darcy. *Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre...* op. cit., p. 202. Segundo Jaime Garcia, ao fim de 1980 e início de 1990, os

para estabelecer trocas e não doar presentes⁵⁹⁷. Logo, o tributário era empurrado para encaixar na posição de posto comercial de bens de interesse no território. Porém, isto não o facultava de cumprir com obrigações primárias de tributário, a exemplo do banquete prestado. Os Kadiwéu não anunciavam quando viriam tomá-los pois quando a senhora da casa notou, estava com os guerreiros na porta. Sem notar a sua aproximação, não havia escapatória. O fato do fazendeiro comprar carne para servi-los revela o despreparo frente a aparição e torna a situação irônica: um fazendeiro que precisa comprar carne. Como nos tempos antigos, os tributários tinham a obrigação de receber os seus senhores dentro das edificações em que estavam⁵⁹⁸.

arrendamentos eram gerenciados majoritariamente por “nobres” e lideranças mais destacadas. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 129.

⁵⁹⁷ Em 1886, o naturalista estadunidense Herbert Huntington Smith foi a uma aldeia Kadiwéu para comprar cerâmica. Acrescentando que tais objetos abasteciam mercados da região e eram vendidas em Corumbá. Ver SMITH, Herbert H. Do Rio de Janeiro a Cuyabá: notas de um naturalista. Cayeiras/São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Melhoramento S. Paulo, 1922, p. 307, 311-312. Lévis-Strauss ao retornar à Fazenda Francesa abarrotado de cerâmicas, despertou o interesse dos últimos a encetarem comércio com os Kadiwéu. LÉVI-STRAUSS, C. Tristes trópicos. São Paulo: Anhembi, 1957, p. 175. A cerâmica cumpre uma função importante na relação entre os Kadiwéu com não-indígenas. Orgulhosos de sua arte e cientes da admiração provocada, utilizam-na para entabular relações interculturais. Isto foi notado por Renata Sampaio. Ver DOMINGUES SAMPAIO, Renata. Para além da excepcionalidade: a patrimonialização do monumento indígena marco zero Kadiwéu. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro, 2018, p. 68. A venda de cerâmicas para os “brancos” também foi analisada por Jaime Garcia. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 161-163. Para a análise mais completa e atualizada da produção de cerâmica Kadiwéu, ver o Capítulo 4 da pesquisa de Maria Duran. DURAN, Maria Raquel da Cruz. Padrões que... op. cit.,. Por fim, a antropóloga Lecznieski, quando foi a primeira vez (em 2000) para estudar os Kadiwéu, logo teve todos os recursos financeiros esgotados pelas mulheres Kadiwéu, que a “convidavam” para comprar cerâmicas. LECZNIESKI, Lisiane K. Estranhos laços... op. cit., p. 3-4, 19.

⁵⁹⁸ Segundo o Comandante do Forte Coimbra, militar português, Francisco Rodrigues do Prado, os Capitães e Donas tinham banquetes na mesa da autoridade local: o próprio Comandante. PRADO, Francisco Rodrigues do. História dos índios cavaleiros ou da nação guaycuru [1795]. RIHGB, v. 1. p. 40. A antropóloga Lecznieski, entre 2000-2005 quando percebeu, ela, o seu marido e o seu filho eram cativos dos Silva. Morando na residência, ficaram responsáveis por guardarem o chapéu de um Kadiwéu numa festa, solicitados para cozinhar enquanto os senhores da casa saíam em passeio e o marido da antropóloga era solicitado para diversas atividades: apitar jogos de futebol, consertar geladeiras, motores de bomba d’água, etc. Ver LECZNIESKI, Lisiane K. Estranhos laços... op. cit., p. 205-206.

Figura 34: Kadiwéu ajustando o fuzil⁵⁹⁹



Fonte: SCHULTZ, 1942 apud Série Documentos audiovisuais e iconográficos do Museu do Índio do Rio de Janeiro

O caso do Manoel Aureliano da Costa Filho não era exceção, mas, ao contrário, uma ação imperativa entre os Kadiwéu frente aos não-indígenas. Todavia, não está claro se os Capitães das diferentes aldeias poderiam inserir o mesmo sujeito na condição de tributário ou se isto estava limitado a uma única aldeia. A partir dessas relações tributárias, o Sr. Manoel Aureliano da Costa Filho efetuou uma ocupação extensa ao norte do território Kadiwéu, estabelecendo duas fazendas, em que foram alocados pelo menos dois capatazes conhecidos: Walter, na Fazenda Retiro Santa Marta e Primitivo Couto, na Fazenda da Lontra. Ambos incorporados na condição de tributários: “[...] êsses índios constantemente estavam lá na fazenda; iam buscar mandioca. Porque primeiro passavam no Retiro [de Santa Marta], primeiro passavam por onde morava o Walter e depois chegam à sede, que é a [Fazenda] Lontra”⁶⁰⁰. Segundo o relato, os Kadiwéu, sem impedimentos à sua mobilidade, atravessavam a região recolhendo constantes tributos⁶⁰¹, o que talvez nos sugira a inserção do fazendeiro num quadro maior, talvez tributário, à diferentes aldeias Kadiwéu. Mas há aí grande detalhe:

⁵⁹⁹ Imagem melhorada digitalmente pelo autor.

⁶⁰⁰ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 243.

⁶⁰¹ O militar português Cândido Xavier de Almeida e Souza, em 1801, registrou a intensidade com que os indígenas das tolderias frequentavam os variados estabelecimentos portugueses em Albuquerque, para receber tributos. ALMEIDA E SOUZA, Candido Xavier de. “Descrição diária dos progressos da expedição destinada à capitania de São Paulo para fronteiras do Paraguai, em 9 de outubro de 1800”. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 202, 1949, p. 76, 83.

os Kadiwéu também obtinham mandioca. Ora, no contrato de arrendamento de 1961, o SPI acordou que os fazendeiros poderiam fazer plantio nas zonas ocupadas⁶⁰² e os Kadiwéu, por sua vez, adquiriam gêneros agrícolas de seus cativos⁶⁰³ e servos Chaná⁶⁰⁴, que anos depois eram cobrados dos contemporâneos tributários Terena e Kinikinau. Com isso, percebe-se que não-indígenas em território Kadiwéu estavam submetidos a outra condição para além de tributários. O caso do Sr. Manoel Aureliano da Costa Filho nos revela que foi imerso sob a rede profunda de controle “senhorial” Kadiwéu, que sem notar, estava reduzido, junto os com seus capatazes, às funções análogas dos cativos,

Êsses rapazes, o Walter e o Primitivo, pegavam gado... [...] os índios têm a internada fechada, mas eles não ligam muito para cercas. De modo que, de vez em quando, sai um lote de gado de pasto e se misturavam com o gado desse rapaz [Primitivo Couto]. O SR CELSO AMARAL – O gado do pasto era marcado? O SR COSTA FILHO – Marcado com a marca do Serviço de Proteção aos Índios. Então, os rapazes pegavam o gado, botavam no curral e mandavam avisar. Um dia, vieram 45. Vinham os índios, conversavam, comiam um churrasco e levavam embora o gado. Quer dizer, havia contacto sempre com todos êsses rapazes, e nunca houve atrito, tanto assim que tivemos quase 5 anos em completo acôrdo.⁶⁰⁵

Os Kadiwéu intencionalmente soltavam o gado na direção dos tributários, que a partir do relato é notável haver bem mais do que só dois capatazes, para que fossem campeados, tratados, engordados e então avisassem aos senhores Kadiwéu que os seus animais estavam cuidados. E ao irem buscar os Kadiwéu “comiam churrasco”, que seria eufemismo para a coleta de tributos. Portanto, os Kadiwéu tinham animais cuidados pelos fazendeiros, uma atividade desempenhada pelos cativos⁶⁰⁶, e ainda eram alimentados com banquetes quando iam buscar e recolhiam gêneros agrícolas. Se “os Kadiwéu tinham desprezo pelos Terena”, pois “os viam como escravos”⁶⁰⁷, então o que dizer de tais fazendeiros que forneciam banquetes, gêneros agrícolas e cuidavam de seus animais para os Kadiwéu? Fora a doação de

⁶⁰² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 28 - Planilha 264, p. 49.

⁶⁰³ AZARA, Félix de. Viajes por la América Meridional [1781-1801]. v. 2. Madrid: Espasa-Calpe, 1969, p. 63.

⁶⁰⁴ OBERG, Kalervo. The Terena and the Caduveo of Southern Mato Grosso, Brazil. Washington, D.C.: Smithsonian Institution, Institute of Social Anthropology, Publication No. 9, 1949, p. 1.

⁶⁰⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 243.

⁶⁰⁶ Era dever dos cativos cuidarem dos cavalos dos senhores. AZARA, Félix de. Viajes por la... op. cit., p. 63.

⁶⁰⁷ GRUPIONI, LUÍS DONISETE BENZI e FARJADO GRUPIONI, MARIA DENISE. Entrevista... op. cit., p. 168.

cavalos ocorridas em outros casos e demais itens como roupas e objetos?⁶⁰⁸ Outra função para o direcionamento do gado, ao que parece, era obter pretextos para acessar à área e, assim, aliviar o tensionamento das constantes visitas em busca de receber tributos. O que estava articulado com a espionagem de toda aquela zona em que atravessavam para “conversar” com os capatazes⁶⁰⁹.

Por fim, não é descartável a possibilidade de que os Kadiwéu fizessem comércio a partir do gado do SPI. Afinal, se os Kadiwéu foram à casa do fazendeiro para comercializar cerâmica, então a vontade de estabelecer trocas estava presente. De fato, ao consultar a documentação do órgão, atestam casos em que desviavam gado para comercializar com fazendeiros vizinhos que buscaram refúgio no território em 1957, tal qual o Sr. Leopoldo Trelha, cujas disputas entre Capitães Kadiwéu levaram ao assassinato do Cap. João Apolinário⁶¹⁰. Além disso, anos antes, o órgão recuperou 17 de seus cavaleiros em poder dos indígenas⁶¹¹. Ao assumir a IR5, o Inspetor Fernando da Cruz constatou que o gado do SPI no território Kadiwéu seguia por uma constante e inexplicável redução, ao passo em que os fazendeiros, com um número em base ínfimas, prosperavam⁶¹². Bem era uma das atribuições do SPI para as lideranças indígenas “*fiscalizar desvio de gado do S.P.I*”⁶¹³. Posição interessante, propícia e sugestiva.

Por outro lado, a margem para impor a exigência de tributos sobre os bovinos era extensa, já que o Inspetor Fernando da Cruz, após um trabalho investigativo nos registros do Banco do Brasil e da Associação dos Agropecuaristas⁶¹⁴, descobriu que “*não tem menos de 90 mil cabeças de gado dentro da reserva. Acontece que o arrendatário não diz que tem 500,*

⁶⁰⁸ Interessante notar que em pesquisa de campo entre 2016-2020 Basques Junior ouviu de um “nobre” Kadiwéu, da família dos Silva, que os fazendeiros eram seus cativos porque precisavam da terra para o gado. BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS... op. cit., p. 139.

⁶⁰⁹ De acordo com Heberts, as *tolderías* frequentavam estabelecimentos espanhóis sob o pretexto de fazer comércio e entabular boas relações, mas visando espioná-los. HERBERTS, Ana Lúcia. Os Mbayá-Guaicurú: área, assentamento, subsistência e cultura material. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1998. p. 24.

⁶¹⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 185, p. 19-23.

⁶¹¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 185, p. 119.

⁶¹² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 58-59.

⁶¹³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 284, p. 43.

⁶¹⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 14. M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 03, p. 44-45.

*mas que tem 50, quando êle tem 2 mil ou 3 mil até.*⁶¹⁵”, constatando que “*Quando davam aproximadamente o número de rêses que tinham no pasto, davam 800. Não há nenhum que tenha declarado número superior a 1.200*”⁶¹⁶, e por esse caminho, tendo por base 90 mil cabeças de gado, o SPI captava sobre uma taxa próxima de 30 mil⁶¹⁷. Isto dava ampla margem para os Kadiwéu imporem tributos, sem que entrasse em choque com as cobranças exigidas pelo SPI⁶¹⁸.

A força da imposição tributária frente ao SPI

A imposição política “senhorial” Kadiwéu sobre o território era poderosa a ponto de fazer com que a IR5 cedesse e entrasse em contradição. Em 20/02 de 1959, o Inspetor Subst. José Mongenot determinou ao Encarregado do PI Nalique a cobrança dos novos fazendeiros que estavam sob a área do PI, lhe autorizando estipular um preço que julgasse adequado por cada cabeça⁶¹⁹, contrariando a sua determinação de 07/08 de 1958, quando estabeleceu que a cobrança seria de Cr. \$ 40,00 por cabeça⁶²⁰. A ordem para contar e cobrar o gado de todos os fazendeiros acolhidos na região do PI Nalique era impossível para um único Serventuário, a menos que tivesse “ajuda”. E nesse sentido, em 13/03 de 1959, no registro de recibo do Encarregado, consta que o Cap. Ismael Bento Medina entregou ao Encarregado não dinheiro, mas 10 bezerros de um ano, recolhidos de um fazendeiro da Família Ximenez, como forma de pagamento pelas pastagens⁶²¹. A substituição do dinheiro por animais é adequável a uma

⁶¹⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 57.

⁶¹⁶ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 53.

⁶¹⁷ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 58.

⁶¹⁸ Nos parece expressamente necessário pontuar que a captação de tributos pelos Kadiwéu segue uma lógica que não é a lógica ocidental do lucro fundiário. Os Kadiwéu não mantêm os tributários por terem o interesse de enriquecer ao lotearem o seu território. A questão está muito mais relacionada com o prestígio de um povo e com a observância em manter as tradições e ensinamentos dos antepassados ordenados pelos ancestrais, que reduziram a tributários muitos povos e cativaram tantos outros. Nenhuma dessas ações ocorreram em função do lucro. A imagem do indígena explorado e ignorante, enganado pelo fazendeiro, denuncia o olhar colonizado e a dificuldade em penetrar numa lógica não-ocidental.

⁶¹⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 166, p. 97.

⁶²⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 164, p. 25-26. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 191, p. 94-95. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 196, p. 51-52.

⁶²¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 163, p. 39.

lógica sociocultural-política de senhores Kadiwéu e revelaria que nos anos anteriores aos primeiros contratos de arrendamentos, a cobrança do gado era vista pelos Kadiwéu, inclusive pelas lideranças, como seu dever, pois aquele é um território Kadiwéu e não um território do SPI. Dessa maneira, haveria duas modalidades convergentes de cobranças fundamentadas em orientações socioculturais-políticas distintas: 1) tributária-Kadiwéu 2) institucional-burocrática. Dado a convergência, poderiam cobrá-las ao mesmo tempo. Quando os Kadiwéu, “*a mando*” do SPI⁶²², foram cobrar os sujeitos localizados no Retiro da Santa Marta, ao serem comunicados de que o patrão não estava ali, exigiram do capataz o abatimento de uma vaca gorda, que fosse carneada e servida. O bovino foi inteiramente devorado no local⁶²³.

O poder Kadiwéu para reclamar tributos era ameaçador, a ponto de fazer com que os Serventuários os atendessem, mesmo quando em situações impróprias. O Encarregado do PI P. Alves de Barros, quando esteve em viagem junto a 33 guerreiros Kadiwéu, em 1962, registrou que: “*No segundo dia de marcha já se havia esgotado o suprimento que traziam. O Encarregado do Pôsto conseguiu com o capataz do arrendatário Leão Martins, uma novilha que abateu para abastecer a comitiva*”⁶²⁴. Outro caso em que Encarregados assumiram para si a pressão proveniente da política “senhorial” envolveu o fazendeiro Reinaldo Mendes, quem fixou na região da “Terra Fofa” em algum momento antes de 14/12/1963, mas sob duas advertências contrárias do Encarregado do PI P. Alves de Barros. Na terceira vez, quando pousava noutra região em que estava outro fazendeiro de nome Antônio Martins, o Encarregado foi até lá para o expulsar, mas resultou em sua concórdia em pagar 36 bezerros, metade macho e metade fêmea, pedindo um prazo de 15 dias. Mas ao estar na Estação Guaicurus, qual não foi a surpresa do Encarregado ao ver os dois fazendeiros a caminho de Campo Grande para tratar com a IR5? Decerto os Kadiwéu estavam com o Encarregado no momento da terceira abordagem, impondo suas condições que atingiram o Serventuário, quem grafou para a IR5: “*resolvi sabendo que sem Sua ordem eu estava errado, mas depois iria explicar ao SR*”⁶²⁵. Assim, talvez os Kadiwéu não tenham contentado com o prazo de 15 dias, exigindo que carneasse reses para servi-los no entretempo e notando a posição perigosa, não apenas o tal do Reinaldo Mendes mas, o Antônio Martins, quem a princípio não teria nada a

⁶²² M.I - A.S.P.I – Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 262.

⁶²³ M.I - A.S.P.I – Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 270.

⁶²⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 185, p. 12-13.

⁶²⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 182, p. 123.

ver, também seguiu para a IR5, aparentemente a fim de obter alguma proteção. E talvez essa tratativa em pagar 36 bezerros não viesse à tona caso o Encarregado não visse os sujeitos na Estação, levando-nos a questionar acerca do destino dos animais e se o Encarregado não teve a intenção de resguardar o seu cargo. Sobre isso, em 1957 e em 1959, 5 fazendeiros pagaram (segundo a alegação de um deles) cada um, entre 25 e 30 bezerros para Serventuários do SPI, sem que estes animais fossem registrados⁶²⁶.

A intimidação não estava restrita aos tributos bovinos. Foi emblemático o caso em que o Encarregado do PI Nalique, em 14/04 de 1966, relatou a IR5 ter solicitado a colaboração do Encarregado do PI P. Alves de Barros, para combater o consumo de aguardente, durante a comemoração do “dia do índio”, data em que o SPI abatia e distribuía uma rés para os Kadiwéu. Em resposta, o Encarregado lhe atestou que não daria o seu suporte e que caso fosse preciso, até abandonaria o PI⁶²⁷. Desse modo, a captação de tributos fluía. No PI São João, em 1966, os boiadeiros que passavam ali insistiam em pagar ao Encarregado para poderem fazer pouso e com isso traziam bebidas para os Kadiwéu, levando o SPI planejar a construção de uma cerca⁶²⁸.

A situação tributária da aguardente em território Kadiwéu foi acomodada sobre uma rota de comércio anterior. Nos anos 1890, os Kadiwéu trilhavam uma rota até o Forte Olimpo, no Paraguai, onde comercializavam produtos e obtinham outros como aguardente⁶²⁹. Mas em 1965 há o movimento contrário de paraguaios conduzindo chalanas com sortida quantidade de aguardente pelos Rios Naitaca e Nabileque, vindos da região do Forte Olimpo, fazendo negócios com indígenas e peões. Esses misteriosos paraguaios caçavam vários animais, principalmente jacarés, poluindo os rios com a carcaça. O caso só veio à tona com a inspeção feita por um Serventuário do SPI, devido às denúncias dos fazendeiros insatisfeitos⁶³⁰. Tais

⁶²⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 65.

⁶²⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 161, p. 60. O antropólogo Jaime Garcia, ao fim de 1980 e início de 1990, registrou que as festas Kadiwéu, do qual incluíam comemorações, jogos e brincadeiras, estavam relacionadas com o aparecimento das plêiades e que assim incorporaram o “dia do índio” na esteira de sua cultura. A festa Kadiwéu inicia ainda antes de 19 de abril, mas tendo em vista que o “dia do índio”, institucionalizado pelo SPI, coincidia com as festas, então o reinterpretaram em moldes próprios. Importante ressaltar que o consumo de bebidas alcoólicas nessas festas continuavam como regra ao tempo de Jaime Garcia. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 83-93.

⁶²⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 201, p. 9.

⁶²⁹ BOGGIANI, Guido. Os Caduveo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 93.

⁶³⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 34 - Planilha 326, p. 139.

“paraguaios” seriam contatos antigos dos Kadiwéu?⁶³¹ A ocupação como mercadores foi confirmada em 05/05/1967.⁶³²

Com o objetivo de combater essa captação de tributos, o SPI, em 15/06/1966, solicitou auxílio do Delegado para impedir o ingresso de bebidas⁶³³, enviando-lhe um edital para distribuição nos estabelecimentos da região⁶³⁴. Isto ainda arrastou pelo ano de 1967, quando a IR5 apreendeu bebidas e informou ao Procurador Geral da República⁶³⁵, com quem manteve cooperações, bem como com o Capitão dos Portos em Corumbá e a Polícia Federal para patrulhar os rios Naitaca e Nabileque⁶³⁶. Na mesma ocasião, em 22/05 de 1967, o Capitão dos Portos em Corumbá entrou em contato com as autoridades em Porto Murtinho para notificarem à todas as embarcações que transitassem pela área sobre as proibições de tal comércio.⁶³⁷

* * *

Os Kadiwéu condicionaram suas ações frente a autorização dada pelo SPI para que os fazendeiros ingressassem em seu território, contornando embates diretos contra os fazendeiros e contra o órgão. Desse modo, tendo em vista a reputação construída pelos Kadiwéu ao longo de séculos na região sul de MT, tanto o SPI como os fazendeiros (e por extensão, os políticos locais e autoridades institucionais) foram dobrados para enquadrarem no modelo tributário Kadiwéu, revelando com isso as limitações do SPI em se impor contra os indígenas. A partir disso, foi possível identificar duas instâncias de poder que conjuntamente subjugavam os fazendeiros: o SPI e os Kadiwéu. No entanto, os Kadiwéu mantinham com os fazendeiros outros termos de controle que eram sempre impostos e nunca passivos. Estes termos indígenas podiam complementar o órgão: 1) a captação de bovinos pelo SPI podia funcionar ao mesmo

⁶³¹ O antropólogo Jaime Garcia, que esteve no território ao fim de 1980 e início de 1990, afirmou que naquele período ainda havia coureiros paraguaios e brasileiros caçando jacarés em grande quantidade. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 75.

⁶³² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 13.

⁶³³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 261.

⁶³⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 31 - Planilha 303, p. 43-44.

⁶³⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 257, p. 118.

⁶³⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 12.

⁶³⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 155.

tempo em que obtinham os animais em banquete dos fazendeiros aproveitando da sonegação de 2/3 pelos mesmos; 2) a captação de gêneros agrícolas dos fazendeiros autorizadas pelo SPI. Mas, também podiam tensionar o SPI. Este foi o caso, por exemplo, daqueles que trataram pessoalmente com os Kadiwéu, à revelia do SPI e, sobretudo, aqueles que providenciavam aguardente. Como consequência, o SPI foi escalonando sensivelmente ao longo dos anos na repressão do álcool no território.

3 DA CAPTURA DA POLÍTICA TUTELAR NO TERRITÓRIO À SUA PROJEÇÃO NA ESFERA INSTITUCIONAL

Os Kadiwéu mantinham sobre seu território uma capacidade de mobilização suficiente para se impor. E isto estimula outras questões com relação ao SPI ali, tais quais: os Agentes do SPI andavam de forma desimpedida sobre aquele território? Os Agentes sabiam andar no território? O SPI tinha a capacidade de vigiar e proteger aqueles milhares de hectares? E desse modo, os Kadiwéu poderiam explorar eventuais debilidades do SPI nesse aspecto, a fim de aproveitar as concepções não-indígenas estatais para defenderem o território?

Os Kadiwéu por séculos eram senhores daqueles domínios. Portanto conheciam com extrema precisão cada região. Não apenas sabiam dos rios, córregos, florestas, pântanos, mas também dos animais selvagens perigosos e como caminhar em confortável segurança⁶³⁸. Para os Serventuários era imprescindível caminhar em companhia Kadiwéu. Essa proximidade entre indígenas e SPI tinha implicações complexas que por força, davam maior amplitude e firmeza aos posicionamentos indígenas na defesa do território. O nosso enfoque ocorre sobre esta relação. Os Kadiwéu guiavam o SPI no território. Tamanha era a sua relevância que acabaram integrados à atuação do órgão na esfera judicial, contando com o apoio do CNPI.

Neste capítulo⁶³⁹ analisamos o processo de captura da política tutelar do SPI em terreno pelos Kadiwéu e sua projeção à esfera jurídica-institucional. A política tutelar do órgão, ao adentrar em território Kadiwéu, está penetrando num domínio do qual impera uma clara disposição de política indígena⁶⁴⁰. É nesta direção que segue este capítulo, analisando o

⁶³⁸ Esse foi o caso do Agrimensor Emílio Rivesseau, ao início de Séc. XIX. À certa altura, visando diminuir o tempo de viagem, o agrimensor insistiu num trajeto mais curto, que seguia direto ao destino. Os Kadiwéu, por sua vez, recusaram e recomendaram outro que contornava. Discordando, o francês seguiu seu caminho. Após chegar ao destino, foi informado que o trajeto escolhido era refúgio de inúmeras onças que pousavam por ali. O fato de chegar com vida foi comentado com espanto e reprovação generalizado. Como uma tola iniciativa. RIVASSEAU, Emílio. A vida dos índios Guaycurús: quinze dias nas suas aldeias. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p. 329.

⁶³⁹ As reflexões neste capítulo foram ensaiadas pelo autor durante a disciplina ofertada pelo orientador na UERJ.

⁶⁴⁰ Ao adentrar em um território indígena, os representantes de poderes estatais estão passíveis de manobras de tolhimento e até de “chantagens”. O autor Jeffrey A. Erbig Jr, ao analisar a atuação de tolдерias na fronteira sul, precisamente no Rio da Prata, quando das Comissões Demarcadores de Limites e Fronteira entre Portugal e Espanha no Sec. XVIII, pôs em relevo como concepções europeias governamentais estavam passíveis de captura pelos indígenas ao adentrarem em seus domínios. Se a comissão tinha interesse de cruzar de um ponto a outro ou instalar aqui ou lá, precisava pagar aos grupos locais, cujos tributos eram tamanhos e constantes que, em diferentes momentos tornaram os trabalhos tão caros que foram abandonados antes da conclusão. E quando uma vez estabelecidas as demarcações, as tolдерias ficaram em seus postos-chaves controlando o tráfico de pessoas e de objetos entre elas, utilizando-a para fazer uma ampliação de sua rede, alianças com outros grupos e inclusive com ambos os impérios rivais ao mesmo tempo. Quando estas demarcações fronteiriças moviam conforme a disputa entre os impérios, as tolдерias acompanhavam, não por serem arrastadas, mas para obterem as vantagens

ponto de contato entre a política tutelar do SPI com a atuação Kadiwéu, no exato eixo de sua efetivação em terreno⁶⁴¹ que busca proteger o território com prerrogativas institucionais

3.1 Guiando o SPI: a captura da política tutelar no território

Em meio à crise das enchentes, em 23/03 de 1957, a IR5 determinou que o Agente Enoch Alvarenga Soares fosse enviado ao território para interceptar todos os “invasores”, tomando nota de seus nomes e número de bovinos⁶⁴². Ao chegar na Estação Guaicurús, o Agente foi diretamente recebido pelo Cap. Severiano Matchúa e, dias depois, antes de chegarem ao PI São João, somavam em sua companhia o Cap. Martins Matchúa, o Cap. Cardoso Abicho e o Tereno Cap. de Ald.⁶⁴³ Neca. O agente e os indígenas, com Encarregados

que lhes eram propiciadas com esta concepção europeia em seus domínios. Para o trabalho do autor, ver ERBIG, Jeffrey A. *Borderline Offerings: Tolderias and Mapmakers in the Eighteenth Century Río de La Plata*. The Hispanic American Historical Review, vol. 96, no. 3, p. 445–480, 2016. Além disso, a depender da vastidão do território indígena, as dificuldades para controlá-lo era um evidente dado da realidade permeável por outras forças. Na região norte do país, segundo Barbara Sommer, lideranças indígenas estabeleceram alianças com a Coroa Portuguesa, inclusive adotando uma série de elementos culturais europeus, tal qual a língua, as roupas, a educação formal, etc. No entanto, conforme analisado pela autora, os contatos com os lusitanos por estes indígenas era entendido como um meio para ampliar o seu próprio poder local, em sua própria lógica sociopolítica, frente a outros grupos. Parte importante deste processo era a debilidade da Coroa em tentar controlar uma vasta região do qual possuía fraca presença, o que foi aproveitado pelos indígenas, ocupando os vácuos desse poder administrativo, escolhendo quais grupos deveriam prestar os seus trabalhos a Coroa e quais não. Para o trabalho da autora, ver SOMMER, Barbara. *The Amazonian Native Nobility in Late-Colonial Para*. In: *Native Brazil: Beyond the Convert and the Cannibal, 1500-1900*, edited by Hal Langfur, 108-131. Albuquerque, NM: University of New Mexico, 2014.

⁶⁴¹ A construção deste capítulo considerou as reflexões de Foucault sobre o poder. Desse modo, nos colocamos a analisar e articular os dois pontos de referência ou dois limites que delimitam o poder: as regras do direito que o delimitam formalmente (na figura do Rei, segundo Foucault, o personagem central de todo o edifício jurídico ocidental) e a sua capilaridade na outra extremidade de suas ramificações (súditos em suas relações recíprocas). Portanto, analisar o poder: 1) em suas formas mais regionais e locais, onde se corporifica em técnicas; 2) onde está investido em práticas reais e efetivas em relação ao seu alvo; 3) como algo que circula entre os agentes nas extremidades, como numa rede em que o poder passa por eles; 4) partindo do poder na esfera regional e ascendendo até o seu ponto mais global, onde os poderes locais são transformados, colonizados, dominados, etc. Para Foucault, ver FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 179-185.

⁶⁴² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu- Caixa 27 - Planilha 254, p. 51

⁶⁴³ Aqui é feita uma diferenciação entre os Capitães Kadiwéu oriundos das *tolderias* com os Capitães de Aldeia. Estes últimos ocupavam um cargo instituído pelo SPI para as lideranças locais, facilitando a sua organização e administração pelo órgão. Portanto, o termo será sempre empregado quando fizer referência às lideranças Terena e Kinikinau. Todavia, os Kadiwéu igualmente ocuparam esses cargos, cuja hegemonia do Cap. João Príncipe foi algo longo. Mas, ao contrário do que afirmou Jaime Garcia, para quem a institucionalização deste cargo pelo SPI tensionou e forçou ao agrupamento de aldeias Kadiwéu, nos parece que esta perspectiva de análise, do qual não é historiográfica, partiu do contexto contemporâneo do qual o autor viu ao fim de 1980 e início de 1990 e tentou reprojeter para o passado, a fim de justificá-lo. Ao longo desse capítulo, e bem como ao longo da presente pesquisa, é notável que as aldeias Kadiwéu continuavam autônomas e demais lideranças Kadiwéu mantinham o seu próprio prestígio. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou o sangue de nossos avós”: construção do

e Serventuários, constituíram uma comitiva de 8 pessoas⁶⁴⁴. Após a conformação, seguiu na frente o Cap. Cardoso para guiá-los por aproximadamente 30 km⁶⁴⁵ até a aldeia da Tomázia e ao chegarem, segundo registrou o Agente Alvarenga Soares: “*Dia 29. Juntaram-se a nossa comitiva, os índios Nilo Gretega, Vulgo Banana, Ilario Faustino e Romario Gretega*”⁶⁴⁶, e a comitiva prosseguiu, até que parou num local em que estava um certo capataz,

O Sr. [difícil leitura] Miranda, ao chegar e escolher o lugar [para] o seu acampamento, apoderou-se da casa do índio Romario Gretega, retirou o aramado do quintal e fez um mangueirão [para] a noite manter o seu gado prêso. Dei ordem ao Sr. Abrão, [para] se retirar da casa do índio e avisar ao seu patrão, quando chegasse de Murtinho, que ele ia pagar o prejuízo que deu [para] o índio, pois tinha uma mandioca e uma batatal em formação, é verdade que o índio não encontrava-se na casa, trabalhava em uma fazenda vizinha, com tudo, o Sr. [difícil leitura] devia respeitar os direitos alheio.⁶⁴⁷

Ao saírem da aldeia da Tomázia, a comitiva foi direcionada pelos indígenas para a suposta casa de um dos membros da família do Cap. Cardoso Abicho⁶⁴⁸, que havia pouco tempo antes unido ao grupo. Ora, isso foi uma ação já preconcebida pelos indígenas. Pois, ao invés de arremeterem contra o capataz que destruiu roças, aramados e apoderou da casa (que provavelmente julgou abandonada), os indígenas concluíram que seria mais interessante guiar um Agente do órgão até lá, porque este não apenas faria a expulsão in loco, mas teria que indenizá-los. Os longos anos vividos com o SPI foram de aprendizados, de análises e de atentas observações acerca do que queria o órgão do Estado⁶⁴⁹ e como disso extrair seu

tempo e espaço Kadiwéu. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1993, p. 234. Sobre isso nos parece significativa a afirmação do Cap. Boaventura Bento Medina à Maria Vinha, em 2000, quando lhe respondeu acerca das indagações de que os Kadiwéu recebiam sobre não terem liderança. Em sua exposição, o Capitão lhe disse que organizam como faziam os senhores feudais da Europa em que havia um rei, mas o poder era exercido pelas lideranças locais, cujo “rei” não tinha poder. VINHA, Marina. *Corpo-Sujeito Kadiwéu: jogo e esporte*. 2004. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2004, p. 68.

⁶⁴⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 110-111.

⁶⁴⁵ SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 6.

⁶⁴⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 111.

⁶⁴⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 113.

⁶⁴⁸ O antropólogo Jaime Garcia, quem esteve na aldeia da Tomázia ao fim de 1980 e início de 1990, conheceu a família “nobre” dos Abicho, cujos membros eram o Romário Abicho, conhecido como Poli, e o Antônio “Banana”, irmão mais novo do Cap. Romário Abicho e conhecido como “Quatro”. A presente pesquisa optou pelo nome “nobre” Abicho. Para Jaime Garcia, ver SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 30-31.

⁶⁴⁹ A historiadora Heath Roller repõe este aspecto ao analisar as relações entre as toldeiras com o Jesuíta Sanches Labrador, no Séc. XVIII. Os indígenas perguntavam-no o que os espanhóis estavam tentando fazer e quais seriam as suas intenções. Segundo a autora, era por meio dessas estratégias que os indígenas colhiam “insights”

ganhos. E talvez seja o caso dos indígenas sequer terem comunicado nada ao capataz do qual viam diariamente, mas o mantiveram ali deliberadamente. Pois aquela seria uma excelente oportunidade para observar como o órgão agiria quando confrontado pelos indígenas. Não parece desrazoável afirmar que a casa sequer pertencesse ao Cap. Romário Abicho, mas sim ao seu tributário⁶⁵⁰ Tereno Ilário Faustino, que integrou a comitiva com os dois membros da família “nobre” dos Abicho. Os Terena são agricultores e na casa havia cultivos elaborados, bem como um aramado para protegê-los dos animais enquanto estivesse ausente. Assim, é razoável concluir que o Tereno reclamou para os Kadiwéu, obrigados a prover proteção. E estes, com a intenção de afirmar o seu prestígio, apresentaram ao Agente como os donos da casa, com a intenção de o pressionar, já que eram Kadiwéu⁶⁵¹.

dos métodos e motivos dos agentes coloniais. ROLLER, Heather F. *Contact Strategies: Histories of Native Autonomy in Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 2021, p. 27.

⁶⁵⁰ Conforme apurado por Mônica Pechincha, os Terena, mesmo quando quase nascidos no território Kadiwéu, ainda em 1990, permaneciam sob distinções étnicas claras, mantida de forma acentuada pelos Kadiwéu. Mesmo quando as mulheres Terena se casavam com os homens Kadiwéu, do qual as buscavam preferencialmente do que as mulheres de seu próprio grupo porque as mulheres Kadiwéu são tão independentes o quanto os homens, os filhos, por via paterna, herdavam a “nação” do pai, falando apenas Kadiwéu e português, mas não o Terena. O marido, ao visitar a família da esposa, mantinha todos os elementos de sua altivez orgulhosa Kadiwéu. A antropóloga até ouviu de um “nobre” que “Kadiwéu é racista mesmo”. Ao mesmo tempo, a nora Terena reclamava do tratamento por parte dos sogros Kadiwéu, que era diferenciado quando eram noras Kadiwéu, já que para os Terena não havia estas distinções quando o marido seguia para onde estavam os parentes da esposa. Os Terena ouviam indagações em Kadiwéu, mas respondiam em português, mantendo com isso a sua língua. Ao que nos parece, faziam o uso do português enquanto língua franca ou até mesmo como uma espécie de língua neutra. Decerto mediante o fato de não responder em Terena aos Kadiwéu, parece indicar a relação entre Senhor e Tributário. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. *Histórias de admirar: mito rito e história Kadiwéu*. 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 1994, p. 75-76.

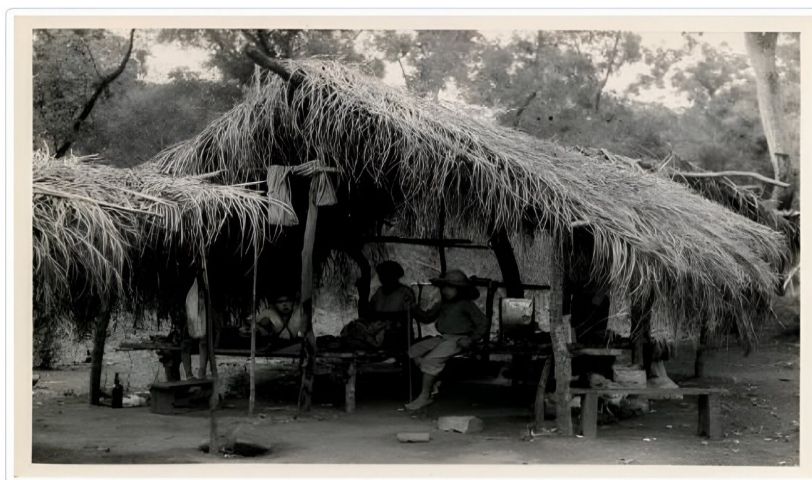
⁶⁵¹ O antropólogo Jaime Garcia, ao fim de 1980 e início de 1990, colheu o depoimento de uma professora Terena chamada Creuza, que a época era professora na aldeia Pé-de-Serra mas oriunda de sua aldeia chamada Buruti, em MT. A Terena declarou que a diferença entre os Terena e os Kadiwéu era quase que incomparável, já que os Kadiwéu eram mil vezes mais “brabos”. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 132.

Figura 35: “Interior de casa Kadiwéu”



Fonte: RIBEIRO, Darcy. *Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza*. Petrópolis: Vozes, 1980, p, 86

Figura 36: Exterior de uma casa Kadiwéu (anos 1940)⁶⁵²



Fonte: Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 135 . DR foto 638 135.

O SPI era um ponto gravitacional que atraía os indígenas não para sua submissão, mas para o pressionar a partir de sua condição de tutelado. Isso porque as especificidades do terreno, combinada com as distâncias a serem percorridas, tornavam o conhecimento indígena fundamental para qualquer ação, deixando o SPI à inteira mercê. O Agente Alvarenga Soares foi conduzido por indígenas por mais de 20 dias, percorrendo o território em missão. Durante

⁶⁵² Imagem melhorada digitalmente pelo autor.

a ação foi contabilizado mais de 14 mil cabeças de gado, pertencentes à 22 fazendeiros⁶⁵³. Enquanto atuavam, o Agente deixou claro para todos os fazendeiros que teriam que pagar pelas pastagens usufruídas⁶⁵⁴. Numa ação impositiva e diante das lideranças indígenas que o guiavam, o Agente forçou cada um dos fazendeiros a assinar um termo de declaração em que constam a data de ingresso, a razão do porquê ingressou, o número de animais com que entrou e onde localizavam as suas residências. Nos casos em que estavam ausentes os proprietários, assinaram seus capatazes como legítimos representantes do patrão e subscrito por assinaturas de testemunhas. Em qualquer dos casos, comprometiam a deixarem o local⁶⁵⁵. Portanto, ao guiarem os Serventuários do SPI, os indígenas capturam o exercício da política tutelar no território, manobrando-a para agir contra os fazendeiros e, sobretudo, contra aqueles que eram apresentados, já que o SPI por si só, dependia dos olhos indígenas e do interesse desses em os revelar. O que nos leva a concluir que, por conseguinte, caso desejassem, poderiam também ocultar outros.

De fato, as presenças subsequentes do Agente foram o resultado direto de avisos indígenas à IR5⁶⁵⁶, que voltaram a investir já no mês seguinte, em 25/04 de 1957⁶⁵⁷. Sobre

⁶⁵³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 108. Em seu trabalho, João Flores dá a entender que esse contingente de fazendeiros com milhares de cabeças de gado estariam instalados na área desde fevereiro. Mas este contingente formou rapidamente e foi rapidamente confrontado, catalogado, identificado e notificado. Para o trabalho do autor, ver FLORES, João. Muita terra para pouco índio? A formação de fazendas em território Kadiwéu (1950-1984). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados-MS, 2009, p. 78-79.

⁶⁵⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 110-120.

⁶⁵⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 121-145. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 152. José Flores argumentou que os fazendeiros ingressaram no território por meio de “invasões” impunes. A ação empreendida pelo SPI e guiada por indígenas que interceptaram e forçaram os fazendeiros a estabelecerem compromissos, apontam em sentido contrário. Para o trabalho do autor, ver FLORES, José Manuel. Transformação agrária e desapropriação de terras indígenas em Mato Grosso (1940-1960): O caso da reserva Kadiwéu. Anuário Antropológico, v.43 n.1, 2018, p. 297.

⁶⁵⁶ O antropólogo Kalervo Oberg, que esteve ao fim de 1946 e início de 1947 no território, afirmou que os Encarregados permaneciam apavorados dentro dos PI por conta dos Kadiwéu. OBERG, Kalervo. *The Terena and the Caduveo of Southern Mato Grosso, Brazil*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution, Institute of Social Anthropology, Publication No. 9, 1949, p. 59. A historiadora Renata Sampaio colheu o depoimento de um ancião Kadiwéu de nome Marcelino, em 2016, que seria de origem “nobre”. Segundo ele, os Kadiwéu a cada 3 meses percorriam a “linha”, isto é, as suas divisas do território por inteiro para checar invasores e em caso positivo, era expulso na hora. Estas viagens duravam 2 meses, conforme o ancião contou da época em que fez a viagem com seu pai. Ao que tudo indica, estas expulsões teriam mudado ao tempo do SPI, que seria, em tese, comunicado pelos indígenas. DOMINGUES SAMPAIO, Renata. Para além da excepcionalidade: a patrimonialização do monumento indígena marco zero Kadiwéu. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro, 2018, p. 49, 97.

⁶⁵⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 54. A presente pesquisa não encontrou esse relatório do Agente Alvarenga Soares, talvez perdido no incêndio. O João Flores traz em seu trabalho um documento referente a um fazendeiro de nome Jerônimo G. Barbosa, que em 01/04 de 1957

isso, é emblemática a afirmação do Inspetor Fernando da Cruz, de que nem mesmo em três anos poderia conhecer o território Kadiwéu efetivamente⁶⁵⁸. Assim, como os indígenas sabiam da presença de fazendeiros em seu território? Os Kadiwéu eram um povo caçador e pescador ainda em 1965⁶⁵⁹, percorrendo o território constantemente em seu modo de vida tradicional, mesmo quando o SPI tinha a missão de instruí-los na vida agrícola e sedentária desde os anos 1920⁶⁶⁰. Além disso, havia mais uma série de núcleos Kadiwéu espalhados pelo território⁶⁶¹.

ingressou. Certamente foi forçado pelo Alvarenga Soares a redigir a declaração, pois informou a quantidade de animais com que ingressou e em que dia chegou, bem como por qual motivo fixou dentro do território. Para o trabalho do autor, ver FLORES, João. Muita terra para... op. cit., p. 76-77.

⁶⁵⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 59.

⁶⁵⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 34 - Planilha 328, p. 37. O antropólogo canadense Oberg, em sua pesquisa de campo ao fim de 1946 e início de 1947, observou que o território Kadiwéu era rico em caça e pesca, ver OBERG, Kalervo. *The Terena and the Caduveo...* op. cit., p. 3. E de acordo com Jaime Garcia, próximo aos anos 1990, os Kadiwéu continuavam realizando expedições coletivas de caça, pesca e coleta em seu território, sobretudo os Kadiwéu da aldeia da Tomázia. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou...” op. cit., p. 12, 30, 158. Já a antropóloga Lecznieski, em pesquisa de campo entre 2000-2005 embora não tenha visto expedições de caça e pesca, foi informada que nessas ocasiões continuavam a participar famílias inteiras, inclusive crianças, ver LECZNIESKI, Lisiane K. *Estranhos laços...* op. cit., p. 224.

⁶⁶⁰ A constante movimentação reajustou ao fim de 1980 e início de 1990, conforme o antropólogo Jaime Garcia, pois 1/3 ao menos dos Kadiwéu viviam parte do ano nas aldeias para encontrar os seus parentes e a outra parte do ano nos arrendamentos, locomovendo de um ponto a outro. A isto o antropólogo chamou de “população flutuante”. Mas em outro momento de sua obra, o antropólogo afirmou que a partir de 1950, com o estabelecimento de fazendeiros em seu território, os Kadiwéu foram parando de movimentar pelo território, dificultando assim o monitoramento da área, levando ao aumento do número de invasões. Este último ponto não é verificável na prática, já que em 1958, e bem como será visto neste capítulo e em outros, os Kadiwéu permaneceram transitando. Para Garcia, ver SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou...” op. cit., p. 9, 233.

⁶⁶¹ O Antropólogo Jaime Garcia registrou a existência desses núcleos entre 1980 e no início de 1990, destacando que o seu contingente não era grande o suficiente para formar uma aldeia, mas que eram antigos, já que a liderança de um deles, chamado Saturnino Kadiwéu, declarou que os seus antepassados sempre moraram ali. *Ibidem*, p. 6.

Figura 37: Grupo Kadiwéu caçando jacarés no pantanal (década de 1940)⁶⁶²



Fonte: SCHULTZ, 1942 apud Série Documentos audiovisuais e iconográficos do Museu do Índio do Rio de Janeiro

Nestas condições, a captura da política tutelar pelos Kadiwéu também alinhava com as suas observações e análises acerca do que ocorria no cenário da política regional de MT⁶⁶³. Em algum momento próximo à 24/05/1958⁶⁶⁴, requerimentos sobre o território foram publicados em jornais de MT, que a IR5 sistematicamente protestou às centenas⁶⁶⁵ e por meses: 26/05⁶⁶⁶, 30/05⁶⁶⁷, 02/06⁶⁶⁸, 04/06⁶⁶⁹, 28/06⁶⁷⁰, 01/08⁶⁷¹, 13/08⁶⁷² e 19/09/1958⁶⁷³.

⁶⁶² O antropólogo Darcy Ribeiro acompanhou-os nestas temporadas, afirmando que o jacaré era uma de suas principais fontes de gordura, tomando litros dela sempre que andavam naquela região. Ver RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 38, 72.

⁶⁶³ RIVASSEAU, Emilio. A vida dos índios... op. cit., p. 69, 182. A antropóloga Lecznieski, em pesquisa de campo entre 2000-2005 registrou inclusive que um dos assuntos mais comentados pelos Kadiwéu era a guerra entre os EUA com o Iraque, com especial atenção ao Bin Laden, mesmo que houvesse apenas uma única TV em toda a aldeia. Ver LECZNIESKI, Lisiane K. Estranhos laços... op. cit., p. 56.

⁶⁶⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 60-61.

⁶⁶⁵ Segundo José Flores, foram 876 pessoas que requereram títulos dentro do território. FLORES, José Manuel. Transformação agrária... op. cit., p. 298.

⁶⁶⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 62-63.

⁶⁶⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 95-96.

⁶⁶⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 94. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 89.

⁶⁶⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 98. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 58-59.

⁶⁷⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 132.

⁶⁷¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 83-84.

⁶⁷² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 85-86.

⁶⁷³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 97.

Dessa forma, a partir da combinação das observações analíticas com a captura da política tutelar no território, bem como o monitoramento de invasores em seu território, os Kadiwéu junto ao SPI desenvolveram as chamadas “*equipes de índios*”. Sobre isso, na determinação da IR5 para o Encarregado do PI São João, em 09/07/1958, há maiores detalhes,

Esta Chefia teve conhecimento de que existe na reserva indígena desse Posto, intrusos invadindo a area e fazendo posses, pelo que deveis organizar uma equipe de índios para percorrer toda a area, a fim de verificar se de fato, existe tal invasão, tomando neste sentido, todas as providências que forem necessárias.⁶⁷⁴

A configuração das equipes indígenas junto ao SPI tinham raízes em fatores desfavoráveis ao órgão, frente as vantagens bem aproveitadas pelos indígenas. O órgão lidava com a inexorável limitação no dever de vigiar um território com centenas de milhares de hectares e fazer com que o seu poder pudesse alcançar a todos os fazendeiros em qualquer parte dele. Isto era impulsionado pela preocupação em manter a confiança dos indígenas. E foi neste vácuo que os últimos ocuparam para terem certeza de que o órgão agiria contra os “invasores”. As tais equipes indígenas, quando referidas ao caso Kadiwéu, eram em realidade, agrupamentos guerreiros montados⁶⁷⁵ e munidos de armas de fogo⁶⁷⁶ que pressionava o SPI. Dessa forma, se por um lado estes certificavam que o SPI estava agindo em seu favor, por outro a IR5 esforçava para transformar o poder guerreiro vigente no território em demandas institucionais passíveis de resolução num quadro burocrático não violento. E a partir disso chegou a um meio-termo: “*equipes de índios*”.

⁶⁷⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 196, p. 55.

⁶⁷⁵ Os cavalos Kadiwéu certamente diminuíram ao longo dos séculos, entretanto, não desapareceram e nem eram tão escassos. Ao fim de 1980 e início de 1990, o antropólogo Jaime Garcia afirmou que cada família Kadiwéu possuía mais cavalos do que necessitaria para o uso cotidiano. Um dos membros da família “nobre” dos Silva, o Cap. Martinho Silva, declarou que só ele possuía 6 cavalos e que não lhe serviam de muito, eram mais como seus animais de estimação. O antropólogo afirmou que o assunto principal entre as “rodas masculinas” eram os cavalos. Já Mônica Pechincha relatou que vezes ou outra ocorriam as carreiras, que eram torneios entre os cavaleiros Kadiwéu, apostando corrida sobre os cavalos, valendo cabeças de gado. Jaime Garcia atestou que os cavalos eram muito bem tratados, que as crianças desde cedo aprendiam a montar e domá-los mas nunca empregando maus-tratos em total contraste com as técnicas dos regionais. Para Jaime Garcia, ver SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 87, 158-159. Para Pechincha, ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 65. Ora, o caso não surpreenderia muito, em vista que o cavalo foi incorporado nos mitos Kadiwéu há séculos. A figura de cavaleiros foi associada às crateras da lua. Há contos sobre xamãs que vão de um lado a outro sob cavalos ressuscitados. Por fim, até no além-vida os Kadiwéu saem em temporada de caça sobre cavalos, mas que não podem empregar-lhes violência para acelerar o trote, porque desmancham imediatamente em pilha de ossos. RIBEIRO, DARCY. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 71, 80, 117.

⁶⁷⁶ Rivesseau registrou no início de Séc. XX, que ao chegar na aldeia liderada pelo Capitãozinho, em companhia do Cap. Joãozinho armado e outros mais 4 Kadiwéu armados também com suas carabinas e espingardas, viu em sua frente entre 15 e 20 outros cavaleiros que os saldaram com disparos de fuzis para o alto. RIVASSEAU, Emilio. *A vida dos índios Guaycurús: quinze dias nas suas aldeias*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p. 174-175.

Figura 38: “Grupo de índios Kadiwéu vaqueiros. Posto Indígena Presidente Alves de Barros”



Fonte: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org). *Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, 2011, p. 91

Do ponto de vista Kadiwéu, era interessante manter pressão sobre a IR5 e capturar a política tutelar no território para certificar que as tais “invasões posseiras” seriam enquadradas por uma força conjunta de guerreiros armados montados que estão revestidos por um aparato institucional representativo do SPI. Isto seria a resposta mais adequada, do ponto de vista Kadiwéu, frente ao fato de que a morte de fazendeiros não poderia mais interromper a presença pecuarista, por conta da dimensão política-governamental do qual foi revestida, que remete a memória de seus antepassados que lutaram contra Joaquim Malheiros⁶⁷⁷. Tendo isso em vista, os Kadiwéu construíram, dentro da política tutelar do órgão, um espaço autônomo de atuação. Afinal, as tais equipes eram formadas exclusivamente por indígenas e muito bem equipados, cuja denúncia feita à IR5 era o estímulo que levava à sua convocação, que seguia de encontro aos “invasores”. Mas será mesmo que havia fazendeiros ao sul de MT com coragem e audácia para ingressar em meio ao território Kadiwéu para reivindicar posse? Ou seriam estes avisos, na verdade, uma estratégia Kadiwéu a fim de fazer o SPI mover?⁶⁷⁸ A

⁶⁷⁷ Foi em situação semelhante que os Kadiwéu enfrentaram Joaquim Malheiros. Este contava com suas forças privadas, com as policiais de Corumbá e as do Estado. Ibidem, p. 97.

⁶⁷⁸ Para João Flores, a entrada de fazendeiros no território Kadiwéu foi algo consentido pelo SPI. Contudo, é possível notar que o órgão estava sim disposto a interceptar todos os fazendeiros, mesmo com equipes indígenas. Para a obra do autor, ver FLORES, João. Muita terra para... op. cit., p. 85.

documentação parece refletir fielmente a burocratização pelo qual passou o SPI após 1945⁶⁷⁹, já que procura inverter o eixo de poder: ao invés de emanar dos indígenas, emana do SPI, o que parece não verificar na prática.

Esse rearranjo com o SPI acabou por revelar que os Kadiwéu haviam inserido o SPI em sua própria lógica sociocultural-política tornando ainda mais complexa a captura em favor de seus interesses. Em 06/08 de 1958, a IR5 determinou que o Encarregado do PI P. Alves de Barros, em conjunto com o Encarregado do PI Nalique, organizasse uma equipe de indígenas para verificações em sua área⁶⁸⁰. Considerando que historicamente, as tolderias necessitavam solicitar ao Capitão local para cruzar por sua “jurisdição”⁶⁸¹, então seria razoável aventar que o SPI já estava transformado pelos Kadiwéu em agente neutro e inserido adequadamente em sua organização sociopolítica⁶⁸². Ao assumir isto, então, as determinações para os Capitães do PI Nalique operarem dentro da área dos Capitães do PI P. Alves de Barros ficaria mais compreensível. De fato, em 1948, o SPI conseguiu realizar um conselho de Capitães Kadiwéu de diferentes aldeias, cujo objetivo era impedir as disputas para estabelecer consenso junto ao órgão⁶⁸³. Se os indígenas relatavam a presença de fazendeiros, então a licença para cruzar

⁶⁷⁹ Ver RIBEIRO, Darcy. A política indigenista brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1962, p. 166-167, 37-38. Ver também Hemming, John. *Die If You Must : Brazilian Indians in the Twentieth Century*. London: Macmillan, 2003, p. 217. Ao que nos parece, o registro do Inspetor não pôde escapar ao formato exigido pela repartição. Isto fica ainda mais evidente quando a IR5 sequer solicitou a confirmação por parte do Encarregado, lhe dando carta-branca para agir conforme o que fosse relatado pelos indígenas.

⁶⁸⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 191, p. 96.

⁶⁸¹ SÁNCHEZ LABRADOR, José. *El Paraguay Católico [1780]*. v. 1. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 1910, p. 260. O antropólogo Basques Junior, ao analisar os fragmentos orais colhidos por Jaime Garcia ao fim de 1980 e início de 1990, inferiu que os Capitães de cada aldeia locomoviam sinalizando, com marcas ou divisas, a área de perambulação daquele grupo, indicando os seus limites. BASQUES JUNIOR, Messias M. *QUASE IRMÃOS: Maestria e território entre os Ejiwajegi do Pantanal*. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020, p. 69.

⁶⁸² Em trabalho de campo, o antropólogo Jaime Garcia notou que as Donas da família “nobre” dos Silva se casavam com homens “brancos” para que a sua “nobreza” fosse repassada para os seus filhos, que assim viravam Capitães ou Donas, recusando a casarem-se com os “nobres” Matchúa para manter o poder político em separado. A hipótese levantada pelo antropólogo foi a de que os homens “brancos” seriam compreendidos pelos Kadiwéu como neutros em sua organização sociocultural-política de modo que o pai não possuiria qualquer relevância e sim a linhagem do avô. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 127-128. A antropóloga Lecznieski, entretanto, propôs uma interpretação diferente à de Garcia, sugerindo que os “brancos”, longe de neutros, seriam considerados portadores de certa distinção social, já que ingressariam no território via institucional (Universidades-Funai). Mas a autora parece ter baseado mais na experiência pessoal. Além disso, a autora ouviu de um “nobre” da família “Silva” que sua mãe, mesmo sendo filha de um “branco” com uma Dona Kadiwéu, conhecia os cânticos e o “sistema de índio”, denotando que a distinção de “nobreza” efetivamente vinha da linhagem materna e não apenas pelo sangue, mas também pelo conhecimento mítico mantido pela família, transmitido da mãe à filha, cujo pai, portanto, era mero instrumento. Para a autora, ver LECZNIESKI, Lisiane K. *Estranhos laços... op. cit., p. 137*.

⁶⁸³ M.I - A.S.P.I. - I.R. 5 - P.I Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 192, p. 37-38. Jaime Garcia também apontou a existência de um Conselho em cada aldeia, composto pelos membros mais velhos e experientes, do qual tinham

outros domínios estaria acertada antes de virar uma determinação. E, nesse sentido, o órgão era transformado num ponto amortecedor de suas relações políticas⁶⁸⁴. O caso dos Kinikinau e Terena no PI São João é elucidativo. Para a composição da equipe, houve rugas entre o Cap. de Ald. Pedro Marques com o Cap. de Ald. Neca. Em vista disso, a IR5 determinou um Serventuário para seguir ao local com urgência e portando a sua ordem emitida para “*intervir e terminar a desavença*”, e, após reestabelecer a comunhão, levar o indígena “*Angelo Marques para faser parte da comitiva*”. Com isso, por fim, a chefia da equipe seria liderada por um Serventuário⁶⁸⁵. O caso revela que as equipes eram comandadas por lideranças indígenas locais, sendo o mesmo igualmente verdadeiro com relação à presença do Agente Alvarenga Soares. Este, em 13/10/1958, sob determinação da IR5, para verificar “invasões” de fazendeiros que estavam erguendo invernadas⁶⁸⁶ ao passar pelo PI Nalique, era guiado pelo Cap. Severiano Matchúa, em companhia do Tereno Rafael Almeida⁶⁸⁷, autorizado a realizar cobranças de todos os “invasores” que estivessem ou continuavam com o gado⁶⁸⁸, passando pelo PI São João em algum momento antes de 20/12/1958⁶⁸⁹. Para os Capitães era mais do que crucial, era a sua obrigação demonstrar para os seus liderados que estavam mobilizando

por objetivo apurar e determinar quem deveria ser o Capitão, cuja escolha, uma vez feita, obrigava o escolhido a não recusar, devendo honrar o costume, ainda que contra a sua própria vontade. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 141-142. Essa instituição também está presente num mito colhido por Darcy Ribeiro, do Cap. Cardoso Abicho, entre 1947-1948 quando os anciãos da aldeia reuniram após a morte do Capitão, para deliberar num Conselho, ver RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 93. Sobre isso, de acordo com Clastres, ao analisar a organização política Tupinambá, assinalou que o Chefe indígena (e para nós, o Capitão Kadiwéu) não possuía um poder absoluto, mas antes precisava submeter suas decisões ao Conselho para deliberação geral. Para Clastres, ver CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política; tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro, F. Alves, 1978, p. 26-27.

⁶⁸⁴ Em sua obra, Clastres, ao analisar a organização política de sociedades indígenas, notou que uma das funções centrais e basilares atribuída ao Chefe pelos liderados era a de reconciliar as partes contendentes por meio da prerrogativa da palavra. O Chefe deveria ser aquele quem faz a paz. De fato, o SPI não era um chefe indígena, mas isto não significa que os indígenas não relacionassem com o órgão a partir de suas próprias noções políticas indígenas. Para Clastres, ver CLASTRES, Pierre. A sociedade... op. cit., p. 144.

⁶⁸⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 201, p. 73.

⁶⁸⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 30. O relatório não foi encontrado pela presente pesquisa.

⁶⁸⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 166, p. 95-96. De acordo com Jaime Garcia, o sobrenome Almeida seria utilizado pelos Terena. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 118. Já Maria Duran acrescenta que esta seria uma das primeiras famílias Terena a habitarem no território Kadiwéu, ver DURAN. Maria Raquel da Cruz. Padrões que conectam: o Godidigo e as redes de socialidade Kadiwéu. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 34.

⁶⁸⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 52.

⁶⁸⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 21 - Planilha 195, p. 57-58.

esforços para defender o território⁶⁹⁰. E no caso dos tributários Kinikinau e Terena, estes teriam que agir junto aos patrícios Kadiwéu⁶⁹¹, e talvez fosse esta a razão para a desavença no PI São João.

Cuidando das divisas: o caso Xatelodo

Já estava acordado entre os Kadiwéu com o SPI a mútua cooperação para vigiar as divisas do território desde os anos 1950, o que era facilitado mediante a fama dos Kadiwéu. Reflexo deste processo foi o caso do Sr. Airton Baker, que em 12/11 de 1954 pediu ajuda ao SPI para acessar a gleba que havia requerido de MT, na região do antigo Fomento Argentino (Nabileque) à margem direita do Rio Naitaca, pois desconhecendo a região, “*solicitou, por nosso intermédio a indicação de um índio prático e conhecedor do terreno, que sugerimos seja o [Matchúa]*”⁶⁹². Isto prosseguiu com um fulano tal de Ovidio, outro ciclano tal de Audelino, bem como o Sr. Francisco da Costa (membro da Família Costa) e o Everton Garcia de Souza (Família Garcia), que obtiveram do estado de MT terras no Nabileque⁶⁹³.

Porém, este cenário foi confrontado pelo Sr. Francisco Vilela de Figueiredo, quem era casado com a senhora Purcina Garcia de Figueiredo⁶⁹⁴ (Família Garcia), em 14/10 de 1959. Os Kadiwéu, costumeiramente, ao cavalgarem pelo território, constataram que o sujeito em questão estava medindo uma linha que começava em suas terras em Xatelodo e estendia para o interior do território, procurando apropriar o espaço. O caso é notável, já que em 1953, a

⁶⁹⁰ De acordo com Clastres, a coletividade indígena espera de sua Chefia, entre outras coisas, a competência “técnica” para lidar com questões relacionadas as ações guerreiras, ofensivas ou defensivas. Nesse caso, posto aparte a ausência da guerra no contexto aqui abordado, nos parece razoável inferir que a atuação dos Capitães junto ao SPI para interceptar os fazendeiros seria uma ação de competência “técnica”, delegada e exigida pelo grupo ao Chefe para que defenda a coletividade no território da presença de não-indígenas. Para Clastres, CLASTRES, Pierre. *A sociedade...* op. cit., p. 144. A antropóloga Lecznieski em pesquisa de campo entre 2000-2005, esclareceu que para ascender ao posto de liderança entre os Kadiwéu, era preciso demonstrar ao longo de anos uma capacidade de liderança à comunidade e ter “ideias próprias”. LECZNIESKI, Lisiane K. *Estranhos laços...* op. cit., p. 199. O agrimensor Rivesseau no início do Séc. XX, conheceu o Cap. Joãozinho, um cativo que ascendeu ao posto devido as demonstrações ao longo de anos de sua competência para o cargo, convencendo a comunidade e aos anciãos. RIVASSEAU, Emilio. *A vida dos índios...* op. cit., p. 95, 97.

⁶⁹¹ De acordo com Duran, os Kadiwéu denominam como Patrícios aos seus Capitães de família “nobre”, ver DURAN. Maria Raquel da Cruz. *Padrões que...* op. cit., p. 226.

⁶⁹² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 188, p. 23.

⁶⁹³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 377, p. 107.

⁶⁹⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 64.

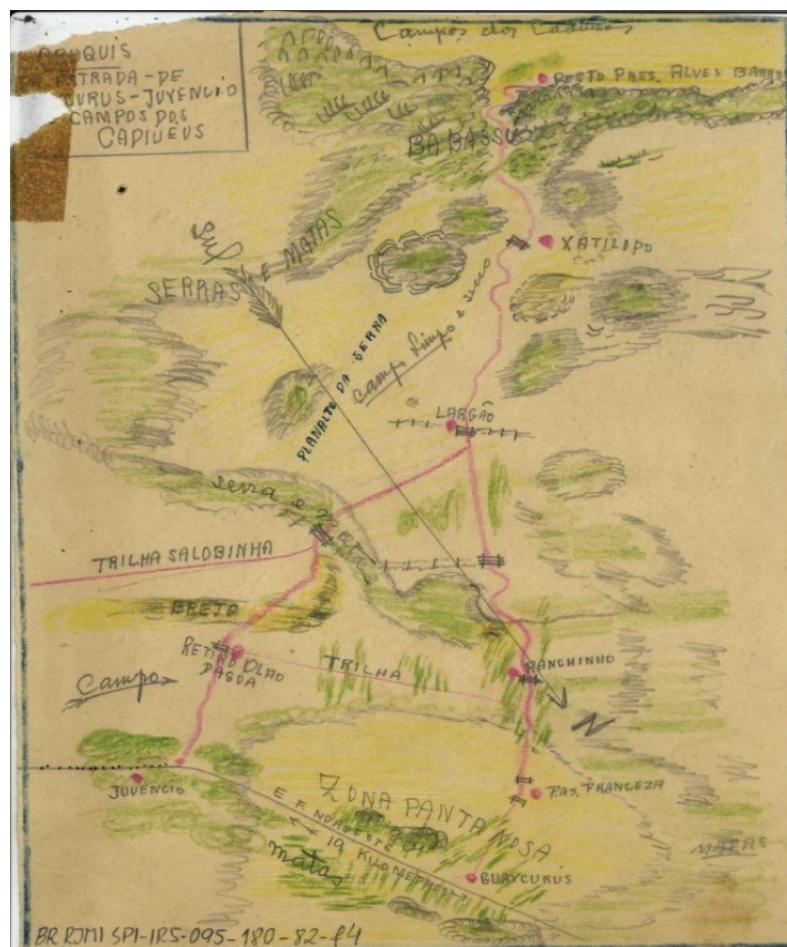
família Rockefeller adquiriu 417 mil hectares na Serra da Bodoquena⁶⁹⁵, onde situava parte de Xatelodo, mas sem entrar em conflitos com os indígenas. Os Kadiwéu levaram o caso ao órgão em protesto, que, por sua vez, a IR5 protestou na Delegacia de Terras visando embargá-lo⁶⁹⁶. No mesmo dia, o Inspetor Erico Sampaio, pessoalmente notificou ao sujeito, acusando-o de que a sua ação violava o requisito de que todas as partes deveriam estar presentes nos casos de medição⁶⁹⁷. Com isso, é notável que a eficácia da política tutelar do SPI na proteção do território estava irrevogavelmente atrelada à iniciativa indígena que monitorava e protestava contra o órgão, mostrando para este quais os pontos em que deveria agir. Mais do que isso, os indígenas mostravam-no propriamente contra o que combater e o porquê.

⁶⁹⁵ Hemming, John. *Die If You Must...* op. cit., p. 261.

⁶⁹⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu- Caixa 27 - Planilha 255, p. 81.

⁶⁹⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu- Caixa 27 - Planilha 255, p. 80.

Figura 39: Trajeto da linha férrea até o território Kadiwéu⁶⁹⁸



Fonte: M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 180, p. 188-191.

A tentativa em Xatelodo (vide figura 39) também evidenciou que os indígenas estavam intensamente presentes nos assuntos administrativos das divisas, certificando de que qualquer ação burocrática ali deveria corroborar com as divisas legadas pelos antepassados, fundindo assim, portanto, a sua situação de “tutelados” com suas tradições histórico-culturais⁶⁹⁹. Na semana seguinte, a Delegacia de Terras de MT enviou o seu agrimensor, que

⁶⁹⁸ Este croquis foi elaborado pelo Serventuário Antônio de Alves Rocha em 15/02 de 1943, como parte de seu relatório de viagem feito até o PI P. Alves de Barros e estudos sobre o trajeto, sob determinações do Cel. Nicolau Bueno Horta Barbosa. Ao lado direito está marcado “Xatilodo”, que seria a área de Xatelodo. Era a última porteira obrigatória até alcançar o Campo dos Índios, vindo da linha férrea. A área de Xatelodo era lindeira com o Território Kadiwéu a partir da Serra da Bodoquena, onde teria ocorrido a medição e suas disputas.

⁶⁹⁹ De acordo com Clastres, para as populações indígenas há os ancestrais e os antepassados. Os ancestrais são aqueles que fundaram a cultura/povo, que às vezes viram elementos da natureza, às vezes animais, às vezes corpos celestes ou heróis míticos. Eles antecederam o tempo, pois são pré-humanos. São aqueles que instituíram as “leis”, isto é, os costumes, as tradições e as normas sociais que então foram deixadas para que os descendentes as seguissem com respeito. Já os antepassados são parentes falecidos que mantiveram as instituições legadas pelos ancestrais. Os primeiros, portanto, são entendidos como ainda presentes, sempre invocados para rememorem por qual caminho seguir, mas sem confundir com os antepassados, pois as almas dos últimos são entendidas como passíveis de provocar o mal, como “fantasmas” em busca dos parentes vivos. CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência... op. cit., p. 69-72, 82-83, 149.

esteve acompanhado pelo Encarregado do PI P. Alves de Barros e pelos Kadiwéu⁷⁰⁰ que foram fiscalizá-lo. No mês seguinte, a IR5 insistiu vigorosamente nos limites demarcados do território⁷⁰¹ e, dias depois, em 27/11/1959, seguiu para a região um engenheiro-agrônomo cuja atuação também foi acompanhada de perto pelo Encarregado e pelos Kadiwéu⁷⁰². Logo, os indígenas não apenas guiavam os Serventuários, mas também funcionários do estado de MT e, por conseguinte, qualquer um do qual tivessem interesse, controlando, portanto, os trajetos em seu território.

A captura da política tutelar no território não estava isenta de perigos nem ameaças ou preocupações por parte dos Serventuários. A área reivindicada pelo vizinho consistia em 2 mil hectares, num total de 8.518 mil hectares, obtidos com requerimento de terras devolutas ao estado de MT⁷⁰³, que continuava disputada em 23/03/1960⁷⁰⁴, quando a Delegacia de Terras reportou à IR5 que a medição era um ato de invasão⁷⁰⁵. Ao obter a confirmação, o Inspetor agiu com extrema cautela para evitar com que os Kadiwéu, uma vez respaldados, expulsassem o invasor numa ação que escaparia ao “controle”. Assim, primeiro tratou de comunicar para o invasor no mesmo dia em que recebeu a confirmação da Delegacia de Terras, lhe garantindo a ocupação da área litigiosa. Além disso, também determinou claramente ao Encarregado do PI P. Alves de Barros: *“ficará V.S. no dever de evitar qualquer atrito ou prejuízo a esta propriedade particular, por parte do índios ou por parte dos servidores deste Posto Indígena.”*⁷⁰⁶. Isto seria mantido até que a Diretoria do SPI determinasse ações de caráter legal e judicial para a remoção do sujeito⁷⁰⁷. É interessante notar que a postura aqui tomada pela IR5 foi a mesma que tomou o Cel. Nicolau Bueno Horta Barbosa em 1946, quando os

⁷⁰⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 191, p. 99.

⁷⁰¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 191, p. 100.

⁷⁰² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu- Caixa 27 - Planilha 255, p. 112. Conforme a tradição oral Kadiwéu colhida por Jaime Garcia ao fim dos anos 1980 e início de 1990, o início das invasões da família Vilella só ocorreram em 1963, o que difere da documentação em apreço, que demonstra 1959 como marco. Além disso, o autor versou sobre uma medição ocorrida entre Xatelodo e o território Kadiwéu, em 1957, por um Coronel de nome Glóes, cujos marcos foram encontrados com dificuldade. Talvez seja a mesma medição ocorrida em 1959. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 258.

⁷⁰³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 9.

⁷⁰⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 73-74.

⁷⁰⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 63.

⁷⁰⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 73-74

⁷⁰⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 64-65.

Kadiwéu o comunicaram que o território fora invadido por vizinhos em Xatelodo. Este, após suspender o Encarregado do PI P. Alves de Barros na hora, determinou uma rápida viagem de inspeção “*para acalmar os índios de ânimo ecitado e evitar que reivindicuem violentamente com as próprias mãos sua multi-secular propriedade*”⁷⁰⁸. Com isso, a capacidade guerreira Kadiwéu, combinada com sua postura altiva (vide figura 40), provocava temores no SPI, que tinha por efeito subsequente apressar determinados assuntos.

Figura 40: Kadiwéu posando montado para foto (anos 1940)⁷⁰⁹



Fonte: Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 202 . DR foto 638 202.

Apesar da cautela e sigilo pelo Inspetor, os indígenas por gerações sabiam quais eram as divisas de seu território e acompanharam aqueles trabalhos de medição, o que nos leva a concluir que não expulsaram o invasor por escolherem fazer uso da política tutelar do SPI para isso, talvez antevendo as consequências que teriam, como no caso Malheiros, quando tomaram partido na guerra. Seja como for, após articulações entre o Inspetor Erico Sampaio com um certo Coronel Engenheiro Professor das Agulhas Negras, que analisou toda a

⁷⁰⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 296, p. 104-106.

⁷⁰⁹ Imagem melhorada digitalmente pelo autor.

documentação e deu como causa para os Kadiwéu, em 29/08/1960, a IR5 determinou ao invasor: *“deve V.S. tomar as providências necessárias, no sentido da desocupação, imediata, da area havida como litigiosa, a fim de que não haja turbação ou esbulho nestas terras, possuídas pelos indios Kadiuêus, de direito e de fato”*⁷¹⁰.

Com vigilante e constante monitoramento de seu território, os Kadiwéu tiveram êxito em descobrir, de alguma forma não esclarecida, que o Sr. Francisco Vilela de Figueiredo pretendia reavivar as linhas fronteiriças no Rio Naitaca já no dia seguinte, almejando que seu curso fosse o da invasão, passando pelo Morro do Limoeiro, ao Morro do Pantanal e dali à Serra da Bodoquena, em 30/08 de 1960. Essa região era um dos pontos que os Kadiwéu utilizavam para caçar⁷¹¹. Em vista disso, informaram à IR5 quem deu autorização para o Encarregado do PI P. Alves de Barros: *“previna uma turma de indios conhecedores da linha Niutaca para proibir com rigor qualquer penetração na Reserva Indígena”*⁷¹². Contrariando o que fora registrado no documento, nos parece mais adequado que os Kadiwéu já tivessem movimentado até a zona fronteiriça ao norte para impedir o sujeito antes de qualquer ordem do SPI, mas cuidando de comunicar, adquirindo a sua validação institucional posteriormente, portanto, invertendo o eixo de poder. Ora, após cooperarem com a IR5, esta não poderia mais transigir frente aos Kadiwéu que agora respaldados, não tolerariam a realização de medições dentro do território.

A insistência do vizinho em Xatelodo põe em relevo um ponto importante que é a aldeia de Xatelodo, erigida em algum momento que a documentação disponível não permite determinar⁷¹³. Desde 1920 o SPI possuía uma casa na região (vide figura 41), e pelos anos 1940 mantinha um depósito na mesma região (vide figura 42). E um croquis feito em 1940 pelo órgão registra com clareza a aldeia de Xatelodo como integrada as demais (vide figura 43). E a antropóloga Austríaca Wanda Hanke, em 1942, registrou a aldeia de Xatelodo⁷¹⁴. Conforme a oralidade Kadiwéu, era o Capitão Ajona aquele quem liderava a aldeia já no tempo do Capitãozinho⁷¹⁵. Ora, este último lutou contra Malheiros ao fim do Séc. XIX e

⁷¹⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 16.

⁷¹¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 72.

⁷¹² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 28 - Planilha 263, p. 254.

⁷¹³ Nesse caso, um trabalho arqueológico é crucial.

⁷¹⁴ HANKE, W. Cadivéns y Terenos. Arquivos do Museu Paranaense. Curitiba, v. 2, jul. 1942, p. 82.

⁷¹⁵ PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 150.

início do Séc. XX. Portanto, quando o território Kadiwéu foi demarcado em 1903, no tempo do Capitãozinho, que inclusive foi consultado pelo Agrimensor Maciel de Barros⁷¹⁶, a aldeia de Xatelodo foi incluída como uma parte oficial do território Kadiwéu⁷¹⁷. De fato, a tradição oral afirmou que foram os Kadiwéu quem abriram com suas próprias mãos o caminho que segue da aldeia de Pé-de-Serra passando pela Serra da Bodoquena, até atingir o caminho do outro lado que segue por Xatelodo, onde estava a aldeia. Neste perigoso trajeto de travessia morreram muitos Kadiwéu, que a tradição oral manteve viva os episódios em que recordam parentes mortos⁷¹⁸.

⁷¹⁶ SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória, identidade e história. Dourados, MS: UFGD, 2014, p. 152.

⁷¹⁷ De acordo com Mônica Pechincha, a demarcação feita pelo exército em 1981 deliberadamente excluiu a aldeia de Xatelodo. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 145. Já o antropólogo Jaime Garcia, ao fim de 1980 e início de 1990, insere que a medição feita pelo Exército esteve cercada por polêmicas fomentadas pela imprensa local, que deixou a aldeia de Xatelodo para fora do território Kadiwéu. Segundo Garcia, aquela era uma grande aldeia, possuía a sua organização política própria, ou seja, autônoma, como as demais aldeias Kadiwéu. Em especial, era a parada obrigatória para aqueles que tinham a intenção de viajar para outras cidades (por meio da linha férrea), propiciando relações intercomunitárias. A demarcação do território Kadiwéu feita pelo Exército nos anos 1980, ignorou a ocupação da área, não sem protestos Kadiwéu, que já ao tempo de Garcia, ao fim de 1980 e início de 1990, optaram por não questionar a perda porque colocaria toda a medição do Exército em xeque. Foram obrigados a aceitar. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 257-258

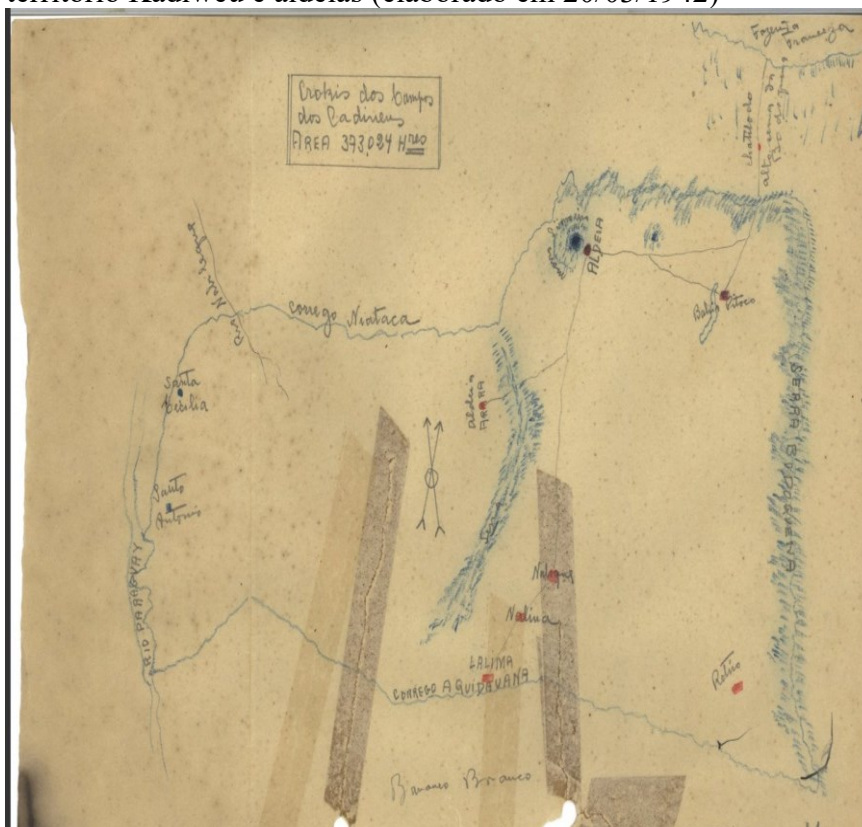
⁷¹⁸ A antropóloga Mônica Pechincha realizou esse trajeto na década de 1990, e ouviu as histórias. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., 62.

Figura 42: “Deposito em Xatelodo.” (imagem tirada em 26/07/1942)



Fonte: M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 322, p. 92

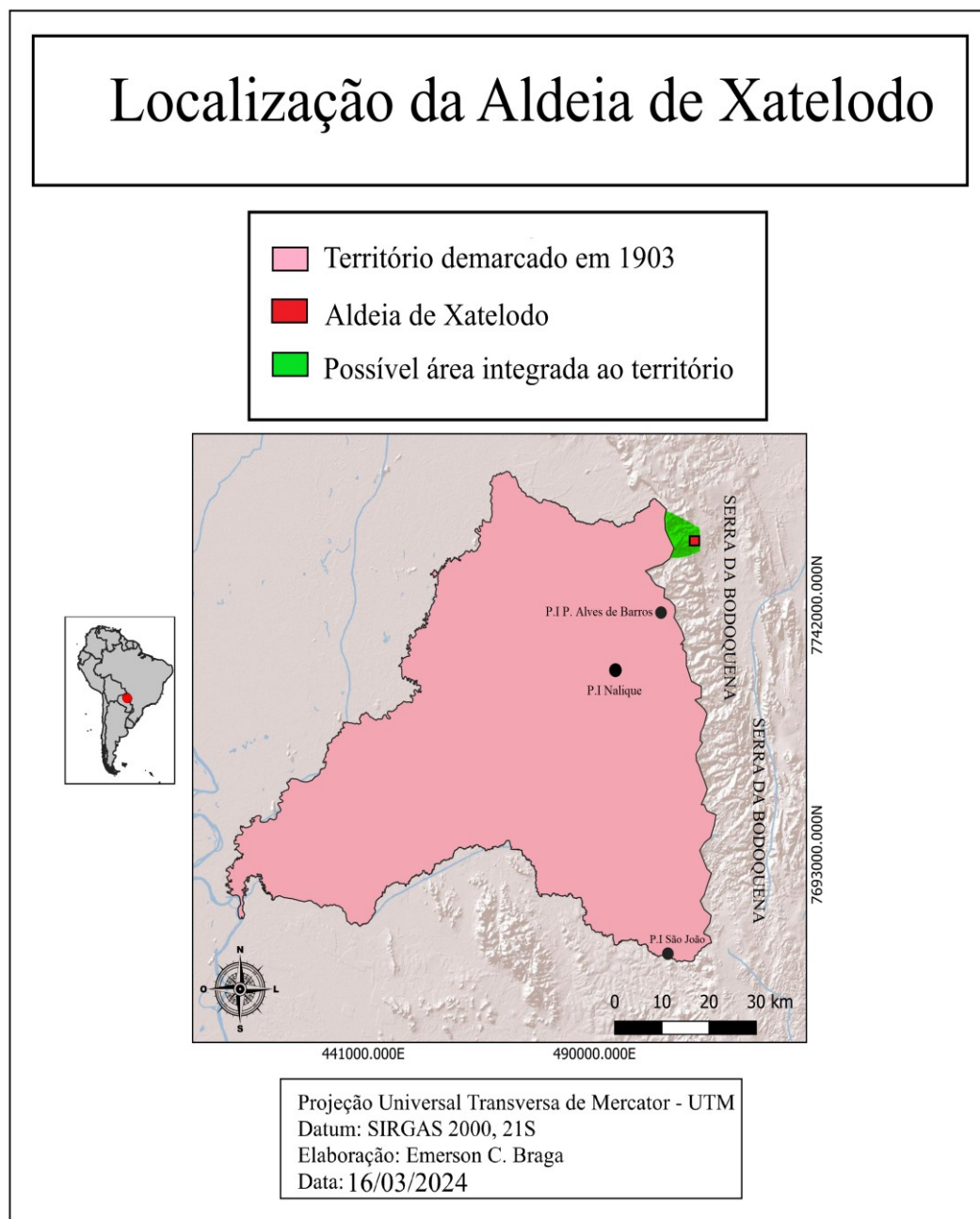
Figura 43: O território Kadiwéu e aldeias (elaborado em 20/03/1942)⁷²⁰



Fonte: M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 192, p. 13

⁷²⁰ Croquis feito pelo ajudante Antônio Rocha, Serventuário do SPI para o Cel. Nicolau Bueno Horta Barbosa. Na ordem de cima para baixo, as aldeias: Xatelodo, Pitoco, Morro Limoeiro, Arara, Nalique, Nalina, Lalima e Retiro. Na parte superior, à direita, está a “Fazenda Francesa”. Ao sul está o “Barranco Branco”. O croquis elaborado pelo SPI, quarenta anos antes da medição do Exército, não deixa dúvida acerca da plena integralização da aldeia junto as demais como parte efetiva do território Kadiwéu.

Figura 44: Localização da aldeia de Xatelodo



Fonte: elaborado pelo autor

Expandindo e garantindo a eficiência da política tutelar nas divisas

A atuação Kadiwéu, suportada na captura da política tutelar do SPI, se impôs solidamente nas divisas do território, para onde havia uma preocupação delicada em fazer com que o poder do SPI agisse desde 1955, época quando os Kadiwéu guiaram Serventuários até a zona em que um vizinho do Nabileque havia medido mais de 2 mil hectares dentro do

território⁷²¹. Assim, mantendo atuação junto ao SPI, os Kadiwéu atenderam ao pedido do Sr. Francisco de Barros, que procurava erguer uma cerca na divisa em 1961⁷²², sem provocar atritos. Nesse contexto, em 12/06/1962, o Francisco Vilela deu sinais de que não tinha força para incorporar à Xatelodo áreas do território Kadiwéu, pois solicitou “amigavelmente” para levantar as divisas junto ao SPI e comprometendo arcar com todas as despesas⁷²³. Na verdade, naquela mesma região ao norte, pouco depois, 33 guerreiros Kadiwéu, com o Encarregado do PI P. Alves de Barros, trouxeram um invasor para prestar depoimento na sede da IR5, distribuíram duas intimações e ainda embargaram o trabalho de cerca de outro, permanecendo os Kadiwéu por lá por um período de dois dias, em 17/09/1962⁷²⁴.

Dessa forma, os Kadiwéu guiavam e cuidavam do funcionamento da política tutelar do SPI no território. Mas transmitiam intencionais sinais ambíguos para os Inspetores, a exemplo de quando o Cap. João Príncipe, em 21/08/1964, escreveu uma carta⁷²⁵ para a IR5 sobre os progressos no caso de Xatelodo,

Saudação Ilmo Senhor
 Chefe viemos ser apresentar ao senhoria.
 Que nos estivemos com reunião perante do senhor Dilhermano Silva adonde
 estivemos.
 Com a ordem do senhor então nos tudo sastifeito alegre com senhor estemos muito
 praser temos um chefe como senhor que oriente em nos tambem meu chefe desse
 aproveite do senhor tudo nos.
 Queremos bem nos vamos apresentar a nossa necessidade para ao senhor semos o
 indio.
 Lutador mais nunca ainda aproveita porque.
 Ainda nunteve um que fosse ajuda nos Com numero de 33 homens indio meu chefe
 apresentamos nosso Capitão
 E mais nada com ele esprique para ao senhor
 João Principe.⁷²⁶

⁷²¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 166, p. 57-58.

⁷²² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 191, p. 106. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 29 - Planilha 283, p. 53.

⁷²³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 66.

⁷²⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 185, p. 12-13.

⁷²⁵ Para a relação entre comunidade indígena e delegação de representação a um Chefe que irá representá-los perante o Outro, ver CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência...* op. cit., p. 107-108.

⁷²⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 31 - Planilha 308, p. 305. O antropólogo Jaime Garcia observou que dentre os fatores que pesavam sobre o exercício de Chefia entre 1980 e início de 1990, que refletia as indicações de quem deveria ser o Capitão da aldeia, estava a: necessidade de conhecer o mundo dos brancos, ter experiência acumulada para tal, saber falar o português, negociar com habilidade, sem agir com truculência e ser reconhecido pela FUNAI e pelos fazendeiros como representante de seu povo. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 85, 133-134.

Os Kadiwéu agradeceram a ordem emitida pelo Inspetor, que foi apresentada pelos indígenas ao Serventuário Dilermano Silva⁷²⁷ (vide figura 45), envolvido na resolução do caso em Xatelodo⁷²⁸. Os ganhos foram respondidos com maior engajamento ao SPI, o que é compreensível, já que era de seu interesse. Mas ao mesmo tempo isto era pretexto para irem à sede da IR5 para informá-lo sobre outras demandas que tinham. Dessa maneira, fica claro que se relacionavam com o SPI nos mesmos moldes que entre relações políticas indígenas. Ou seja, rendendo prestígio às lideranças por ganhos obtidos, mas esperando com que continue a prover mais para a comunidade⁷²⁹. Porém, os Kadiwéu fizeram questão de declarar que compunham um contingente de 33 guerreiros de “*indio lutador*”, inclusive o Capitão escreveu os nomes à mão em folha anexa, resultando em 35 homens, ao contar com o próprio Cap. João Príncipe (vide figura 46). Do ponto de vista do Inspetor, se os guerreiros estão contentes e por isso engajam na política tutelar, então o que poderia resultar de uma política malsucedida de sua parte?⁷³⁰ Sem perder tempo, já pela semana seguinte, o Kinikinau Guilhermano Anastácio comunicou à IR5: “*Com o presente vos apresento o indio capitão João Principe, em sua companhia o indio Antonio Pereira, Joaquim Mariano, [Cap.] Isidoro Ferraz, que vai a essa séde afim de entrar em entendimento com esta chefia*”⁷³¹.

Ora, sob tais condições, os Serventuários continuaram a tratar com os Kadiwéu que acompanharam o trabalho de medição do lindeiro Lívio Costa em 03/01/1963⁷³² e

⁷²⁷ O Dilermano Silva foi Encarregado no território Kadiwéu por dois anos. O antropólogo Darcy Ribeiro o encontrou por lá em sua pesquisa de campo e fez elogiosas menções. BRITO, Carolina Arouca Gomes de. Antropologia de um jovem disciplinado: a trajetória de Darcy Ribeiro no Serviço de Proteção aos Índios (1947-1956). 2017. Tese (Doutorado em História) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017, p. 81.

⁷²⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 288, p. 94.

⁷²⁹ O antropólogo Pierre Clastres ressaltou uma espécie de tripé acerca do prestígio político de que gozam as lideranças indígenas, destacando que faz parte deste tripé a necessidade das lideranças em doarem seus bens constantemente, sob o risco de serem abandonados caso recusem, ver CLASTRES, Pierre. A sociedade... op. cit., p. 23-24, 28. Para a distribuição de bens nas *tolderías* pelas lideranças, ver CARVALHO, Francismar. Formal and informal alliances between Iberians and Native authorities in the heartlands of late-eighteenth-century South America. *Ethnohistory*, v. 70, p. 65-94, 2023, p. 77-78.

⁷³⁰ A antropóloga Mônica Pechincha também concluiu que os Kadiwéu relacionavam com a FUNAI a partir de sua própria organização política hierárquica, mas acrescentando que os Kadiwéu tinham orgulho de dizerem que eram diferentes dos outros povos indígenas, já que procuravam o órgão apenas quando o assunto seria “sério”, isto é, quando envolvia a questão das terras. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. *Histórias de admirar...* op. cit., p. 66-67.

⁷³¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 182, p. 120. Os Ferraz eram de família “nobre”, ver BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS... op. cit., p. 135.

⁷³² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 8.

26/06/1963⁷³³. Em 17/05/1965, o fazendeiro Sr. Osmar de Carvalho Cunha manifestou o seu desejo ao SPI de verificar os limites de sua propriedade lindeira ao território. Foi solicitado ao Encarregado do PI P. Alves de Barros que, o “*referido Senhor seja acompanhado por alguns indios desse Posto, conhecedores dessa zona*”⁷³⁴. O reavivamento das divisas foi solicitado por parte do Barranco Branco, (então organizado em S.A)⁷³⁵ na região sul, no mesmo período.

Figura 45: Dilermano Silva e Kadiwéu posando para fotografia (década de 1940)⁷³⁶



Fonte: Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 214 . DR foto 638 214.

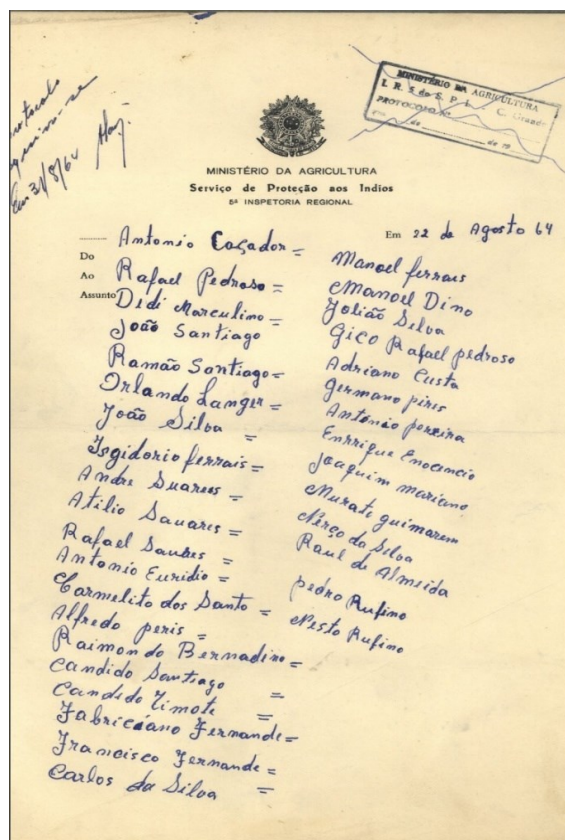
⁷³³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 28.

⁷³⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 20.

⁷³⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 115.

⁷³⁶ É possível ver o Dilermano Silva ao centro portando uma garrucha, ou revólver, enquanto o Kadiwéu pelo lado esquerdo do leitor sustenta um fuzil. (Imagem melhorada digitalmente pelo autor)

Figura 46: Guerreiros Kadiwéu apresentados pelo Cap. João Príncipe⁷³⁷



Fonte: M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 31 - Planilha 308, p. 306

Os Kadiwéu obtiveram sucesso em impedir a invasão do vizinho de Xatelodo com uso da política tutelar do SPI, de tal modo que a apropriação e redirecionamento para a região causou a impressão de que eram os Kadiwéu quem agiam ao invés do próprio SPI⁷³⁸. Sobre isso, em 29/12/1964, o invasor de Xatelodo lavrou em cartório um contrato com seu advogado para: “*defender os direitos de sua propriedade*”, que “*estão sendo esbulhada e invadida*”

⁷³⁷ Segundo o antropólogo Jaime Garcia, que esteve entre os Kadiwéu ao fim de 1980 e início de 1990, a mobilização da coletividade Kadiwéu dependia da capacidade do Capitão e do envolvimento das lideranças. Nesse caso, a princípio, é sugerido que o Cap. João Príncipe gozava de elevado prestígio por ser capaz de mobilizar tantos guerreiros. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 85. O antropólogo Basques Junior em pesquisa entre 2016-2020 ouviu dos Kadiwéu acerca das figuras que são chamadas de “nossos cabeçantes”, aqueles que tomam a frente, geralmente os “nobres”, que assim também o fazem em outras dimensões culturais, sociais e políticas. BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS... op. cit., p. 92, 153.

⁷³⁸ Darcy Ribeiro, em pesquisa de campo, colheu um fragmento de tradição oral Kadiwéu significativo, em que a onça, sendo noivo de uma veada, foi alvo de rivalidades por um macaco que disse à veada que a onça era seu cavalo. Em vingança, a onça planejou levar o macaco até a festa para matá-lo lá, convidando-o. O macaco, por sua vez, alegando estar doente, solicitou ir montado. E ao fim do trajeto, havia convencido a onça a vestir arreios, freios e autorizando o macaco a vestir esporas. A moral do mito é que a inteligência triunfa sobre a força. RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 145-148.

pelos Kadiuéos”⁷³⁹. Ora, demasiado significativo que tenha feito um contrato em cartório contra os Kadiwéu, porque eram indígenas submetidos à tutela do Estado Brasileiro, a quem o vizinho deveria acusar propriamente de esbulho. A situação ficou pitoresca quando o seu advogado, Sr. Jesus Lange Adrien, em 05/03 de 1965, escreveu ao General que ocupava a cadeira da Presidência da República em anos obscuros, para requerer informações técnicas pessoais sobre o caso para ajudar ao seu cliente, o que logo e sem surpresas, caiu nas mãos do Ministério da Agricultura e, por conseguinte, nas mãos do SPI⁷⁴⁰. A situação em Xatelodo ainda foi alvo de galhofas pelo Inspetor Helio Bucker, que ao obter a medição original de Xatelodo de 1912, e a feita em 1960⁷⁴¹, comentou com o Agrimensor contratado pelo SPI em 01/09/1967: *“Como é fácil observar, até mesmo um leigo na matéria, percebe o logro pretendido pela segunda medição (1960)”*. E nestes termos, dias depois, em 25/09 de 1967, o Inspetor comunicou e convidou ao invasor vizinho de Xatelodo, pois o Engenheiro do SPI estava a caminho para aviventar as divisas. E que *“os índios do P.I. Alves de Barros, conhecedores dos antigos marcos, servirão de práticos, prestando inclusive trabalhos que se fizerem necessários”*⁷⁴². Portanto, já próximo à dissolução do SPI por decreto-lei, os indígenas continuavam como aqueles imediatamente responsáveis por garantir as divisas do território, com uso da política tutelar, sob claras determinações do órgão: *“alertar sobre a penetração de civilizados que deve por eles ser impedidas, dando imediata ciência a esta Regional”*, nas palavras do Inspetor em 28/08/1967⁷⁴³. Dois meses depois, em 10/10/1967, o Kinikinau, Cap.

⁷³⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 64-65. Na medição feita pelo Coronel Glóes, ele teria encontrado um dos cemitérios Kadiwéu da aldeia de Xatelodo, na área reivindicada pelos Vilella, abandonando a divisória de águas do Rio Naitaca e incorporando parte dessa área, que estaria para além dos limites reservados em 1903. Na medição do Exército, nos anos 1980, a medição optou por seguir o curso do Rio, excluindo deliberadamente a zona que estava incorporada de fato ao território, estimada em 4.388 hectares. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 258. Segundo a pesquisa de campo feita por Basques Junior entre 2016-2020, o antropólogo notou uma inquietação que tomava conta do grupo acerca das aldeias que não foram incorporadas ao território na medição tecnocrata do Exército, citando Morrinho e Xatelodo. Esses locais, que estavam para além dos Rios e da Serra que delimitam o território, foram destruídos com o avanço das fazendas e os seus cemitérios, com suas marcações sepulcrais, não são mais visíveis. E conforme a crença Kadiwéu acerca do pós-morte os antepassados permanecem no cemitério como numa aldeia do além-vida. Logo, a exclusão de Xatelodo também é razão para aflição no agrupo até hoje, já que o Estado Brasileiro separou os Kadiwéu de seus antepassados ao desconsiderar a perspectiva antropológica do território, em benefício de uma solução tecnicista acerca do Decreto do P. Alves de Barros, em 1903. BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS... op. cit., p. 77. Para a perspectiva do pós-morte, ver RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 76-77, 116-118, 187-189, 194-196. (Agradeço ao prof. Éder Novak pelo apontamento da ambiguidade no texto)

⁷⁴⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 66.

⁷⁴¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 157-161.

⁷⁴² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 324, p. 119.

⁷⁴³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 323, p. 145.

de Ald. Floriano Anastácio, residia no PI São João, sob instruções da IR5, que, entre outras coisas, para “*evitar a invasão de civilizados na área reservada ao referido pôsto indígena e adjacências*”.⁷⁴⁴

3.2 A projeção da captura à esfera institucional

Nesse subcapítulo focalizamos em um aspecto particular da captura da política tutelar no território pelos Kadiwéu, que diz respeito as projeções claras de suas narrativas culturais sobre o território, lançadas nas esferas jurídica e institucional. Neste ponto nos dispusemos a dar relevo, sobretudo, as articulações entabuladas pelos indígenas com os órgãos do Estado que, a partir disso, possibilitam o canal de conexão entre os que estão patrulhando pela defesa do território com as discussões no âmbito institucional que as espelharam⁷⁴⁵.

Esfera judicial

A mobilização indígena, que capturou a política tutelar para manter uma ativa patrulha no terreno, teve um braço lançado nas discussões judiciais que ameaçavam o território. Fez indelével sobre elas a sua narrativa cultural, social e política. Após a Delegacia de Terras expedir títulos provisórios dentro do território, em 19/09/1958⁷⁴⁶, o Inspetor Erico Sampaio confeccionou um Edital (vide figura 47), enviado pelo Inspetor Subst. para Pitoco, sede do território Kadiwéu, em 12/12 de 1958,

Junto ao presente vos envio um exemplar do jornal “CORREIO DO ESTADO”, onde publica um edital que oriente os interessados de que a reserva dos indios Cadiuéos deverá ser mantida em sua origem primitiva, recaindo nos transgressores,

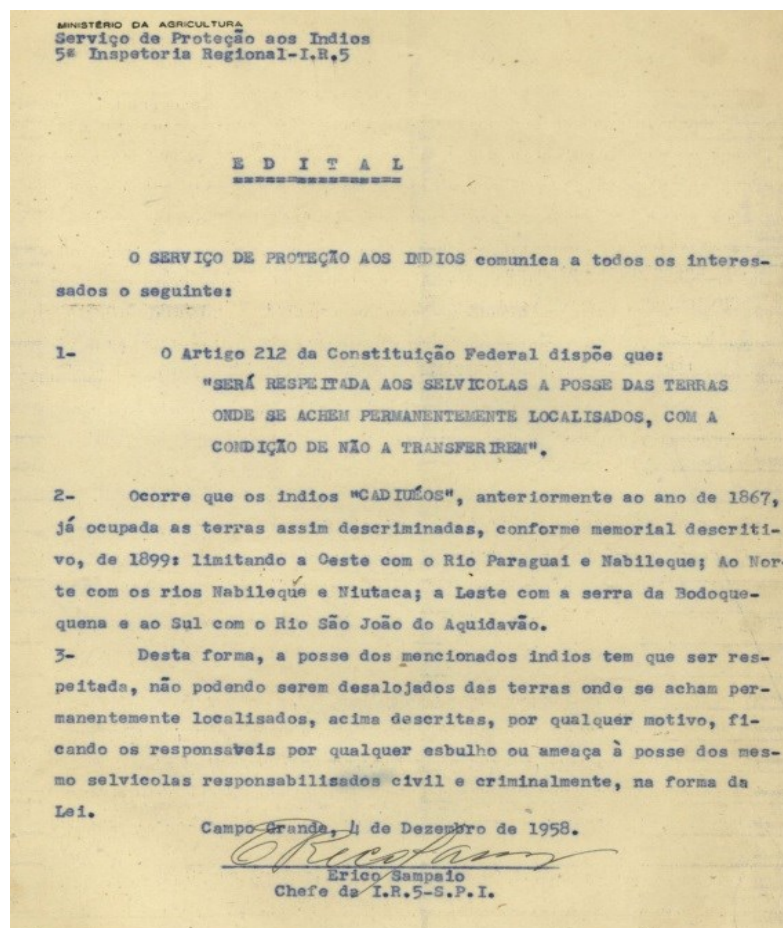
⁷⁴⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 197, p. 102.

⁷⁴⁵ A utilização de legisladores não-indígenas por indígenas para defenderem os seus interesses é algo do qual foi analisado em outros trabalhos. Segundo o historiador Puente Luna, a nobreza incaica de Cusco e os “Caciques” das regiões periféricas do Império Inca fizeram uso de legisladores europeus e, portanto, de referências europeias políticas e jurídicas a fim de reafirmarem e garantirem os seus antigos privilégios e mercês frente a reorganização do poder no Império a partir das reformas “introduzidas” por Toledo a serviço da conquista. Ver PUENTE LUNA, J. C. de la. Incas pecheros y caballeros hidalgos: la desintegración del orden incaico y la génesis de la nobleza incaica colonial en el Cuzco del siglo XVI. Revista Andina, n. 54, p. 9-95, 2016.

⁷⁴⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 259, p. 95.

o peso de que determina a Lei. Deve esse edital ser posto em lugar bem visível, para que todos os que venham ao Posto, tenha conhecimento do mesmo⁷⁴⁷.

Figura 47: Edital confeccionado por Erico Sampaio.



Fonte: M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 114

A data, que consta no Edital publicado em jornal e posto em Pitoco, destaca 1867 como um marco que sinaliza a presença e o domínio do território pelos Kadiwéu. Ora, esta data é a mesma em que desdobraram os eventos da chamada “Guerra do Paraguai”, em que os Kadiwéu auxiliaram o Império enquanto protagonistas de sua própria História. Portanto, isto não era fortuito, já que dentre as tradições orais do grupo é dito que o território foi fruto de tratativas entre D. Pedro II com os Kadiwéu, que, em gratidão, garantiu-lhes o território⁷⁴⁸.

⁷⁴⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 257, p. 91.

⁷⁴⁸ De acordo com Mônica Pechincha, a participação Kadiwéu na guerra é o acontecimento da história do contato com os “brancos” mais contemplado por sua tradição oral como emblema de orgulho, que posiciona os Kadiwéu frente a nação brasileira e marco fundamental na reivindicação do território. A antropóloga colheu um mito que narra como a relação entre os Kadiwéu com a guerra, na verdade, iniciou ainda antes de eclodir o conflito em si, subordinando a Guerra contra o Paraguai a um desdobramento anterior e particular, atribuindo aos Kadiwéu um papel de destaque e protagonismo. Também foi a autora quem assistiu e produziu o único registro sobre a festa do Navio (Etogo) também relacionada com a guerra. O assunto é complexo. Para Mônica Pechincha, ver

Assim, este é um aspecto narrativo cultural Kadiwéu que valida o domínio de seu território em sua sociedade defendido pelo SPI frente às instituições locais de MT e demais fazendeiros interessados. A narrativa sobre D. Pedro II não foi ao acaso, mas porque sabiam que faria todo o sentido no “mundo dos “brancos”. Melhor dizendo, há mitos Kadiwéu que racionalizam os domínios pela repartição injusta das riquezas. Porque não aguardaram as distribuições dos bens por Gô-Noêno-Hôdi, foram relegados a andar e guerrear pelos campos com o direito ao domínio⁷⁴⁹. Assim, os Kadiwéu, sabendo que suas narrativas seriam dificilmente compreendidas pelos não-indígenas, optaram pela narrativa relacionada ao D. Pedro II, como algo do qual poderiam compreender e talvez até tentar arriscar despertar “*uma rudimentar resteasinha de sentimento fraternal e dever patriótico*” nos políticos de MT, conforme um Serventuário do SPI amargamente exclamou ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI)⁷⁵⁰. O que não quer dizer, contudo, que ambos os mitos tenham existido desarticulados um do outro.⁷⁵¹

Esclarecido isso, portanto, é notável que a política tutelar do SPI, no âmbito jurídico, não estava distante e nem descolada das vontades indígenas do qual agiam em patrulha pelo território para garanti-lo. Ao contrário, no Edital foi reafirmado por completo todos os limites

PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 135, 138-154, 162-192. O antropólogo Jaime Garcia também colheu um acervo das tradições orais Kadiwéu acerca da Guerra contra o Paraguai, mas que não chegou perto da opulência da Mônica Pechincha, ver SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 210-215. A historiadora Roller incerta que tanto os uniformes como os armamentos utilizados pelos Kadiwéu na Guerra contra o Paraguai eram ostentados como símbolo de orgulho até o início dos anos 1900s’. Era uma forma de significarem a aliança com autoridades imperiais que levaram ao prêmio do território. Ao vesti-los, relembravam as autoridades imperiais a luta que travaram em nome do Império. Ver ROLLER, Heather F. Contact Strategies... op. cit., p. 169-171. O historiador Giovani Silva ressaltou em seu trabalho que não foram encontrados registros de doações de D. Pedro II para os Kadiwéu, e que tal alegação por parte deles, portanto, seria algo inverídico, ver SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiwéu... op. cit., p. 109-112, 117-118. Apesar disso, tal narrativa certamente teve alguma origem e alguma razão para fixar de forma tão resoluta entre os Kadiwéu, cuja história é marcada por alianças com autoridades coloniais e imperiais, cujo tratados de Paz e Perpétua Amizade foram selados com um antepassado do próprio D. Pedro II. A historiadora Renata Sampaio também questiona isto em sua pesquisa, ver DOMINGUES SAMPAIO, Renata. Para além... op. cit., p. 153. No mesmo sentido, Basques Junior também põe a questão em relevo, ver BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS... op. cit., p. 103.

⁷⁴⁹ O mito Kadiwéu, enquanto tradição viva, transformou ao longo do tempo, mantendo, contudo, por essência o aspecto de distribuição das “propriedades/habilidades” para cada povo da terra por Gô-noêno-Hôdi. No caso Kadiwéu, como não o aguardaram a distribuição e foram logo caminhando por aí, então ficou estabelecido que avançariam pelos campos para fazerem domínios. RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 108-109. Ver também PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 113-115, 118.

⁷⁵⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 52.

⁷⁵¹ O antropólogo Jaime Garcia ouviu da anciã Kadiwéu Durila uma narrativa mítica sobre o território que articula a luta dos antepassados com a doação por Gô-noêno-Hôdi e a doação por D. Pedro II. Ver SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 188.

territoriais de 1903, do qual foram escolhidos pelos próprios Kadiwéu, ainda antes de sequer existir o SPI⁷⁵², fruto da luta de seus antepassados contra Joaquim Malheiros. Certamente, o Edital em Pitoco foi acolhido pelos Kadiwéu como símbolo de significativa cooperação com o Inspetor Erico Sampaio, que ameaçou criminal e civilmente a todos que ingressassem na área para medir e reivindicar propriedade com base em títulos emitidos pelo estado. No Jornal do Correio do Estado até foram publicados 5 editais de lotes fraudulentos no território em 05/02/1959⁷⁵³, mas ninguém esteve lá para medir nem tão pouco reivindicar seus campos (vide figura 48).

Figura 48: Visão panorâmica do campo no território Kadiwéu⁷⁵⁴



Fonte: SCHULTZ, 1942 apud Série Documentos audiovisuais e iconográficos do Museu do Índio do Rio de Janeiro

Mantendo diálogos com o SPI e manifestando o seu protagonismo, os Kadiwéu disseram ao Inspetor Erico Sampaio sobre um de seus velhos amigos. Então, em 17/02/1959, o Inspetor fez contato com ele, que há época era membro do CNPI: o próprio Sr. Darcy Ribeiro. Pelos Kadiwéu o Inspetor foi “*informado possui presado amigo vg decreto imperador doando terras indios kadiuéos vg apelo seu comprovado amor causa indios remessa uma copia autentica fim defesa reserva pretendido esbulho legislativo matogrossense [...]755*”. O Darcy Ribeiro para os Kadiwéu não era apenas um antropólogo ou membro do CNPI. O Sr. Darcy Ribeiro foi acolhido e tratado como um Kadiwéu, identificado como um membro do grupo que nasceu e cresceu fora de sua aldeia, mas descendente de

⁷⁵² OBERG, Kalervo. The Terena and the Caduveo... op. cit., p. 56.

⁷⁵³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 257, p. 6.

⁷⁵⁴ A imagem fornece uma visão panorâmica do bioma campestre, característico do território. Trata-se de uma área ideal para a prática da pecuária, pois dispensa a necessidade de derrubada da vegetação para ser transformada em pasto.

⁷⁵⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 259, p. 83.

Boggiani⁷⁵⁶. Além disso, Ribeiro teria compromissos a honrar com lideranças e famílias “nobres” com quem esteve e foi cuidado⁷⁵⁷, o que tornava a sua atuação para os indígenas como a de um legítimo Kadiwéu dentro do mundo dos “brancos”, aprofundando a apropriação da política tutelar de forma significativamente complexa.

Figura 49: Jovem Dona Iracema (década de 1940)⁷⁵⁸



Fonte: Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 035 . DR foto 638 035.

⁷⁵⁶ RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 11.

⁷⁵⁷ Darcy Ribeiro esteve com as famílias “nobres” Kadiwéu: Abicho, Matchúa e Silva. Além dessas, esteve com o Cap. Laureano Aristides, descendente de cativos que foi alçado à posição de liderança e que tentava transformá-lo a todo custo, segundo ele, em um verdadeiro Kadiwéu. O autor ressaltou que o cuidado dos Kadiwéu para consigo às vezes era até mesmo exageradamente pessoal e protetor, recebendo-o com festas nas aldeias em que chegava, e até tentaram casá-lo com uma Kadiwéu. RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 12, 35-36, 307. Em uma entrevista na década de 1990, o antropólogo relatou que foi, literalmente, cuidado pelos Kadiwéu, já que não sabia caçar animais nem pescar, chegando a descrever sua pessoa como uma criança que precisava ser alimentado. O nível de inserção de Ribeiro na sociedade Kadiwéu foi algo admirável. Ele próprio reconheceu a si como “sendo dali”. O Antropólogo, além de receber um nome Kadiwéu (Bet’rra-yegi, que seria o diminutivo do nome em Kadiwéu de Boggiani, que era mais alto, uma espécie de Boggianzinho) e apelidos (doutor-yegi ou doutorzinho), conta também que os Kadiwéu pregavam inúmeras peças nele, como quando foi chamado pelos indígenas para atirar em um cervo, com uma boa arma que lhe foi emprestada, e após quatro tiros, aproximou do animal para constatar que já estava morto e amarrado a um pau, causando muita risada nos Kadiwéu, que diziam que ele, mesmo com uma boa arma, só poderia matar um veado já morto. Ora, seria preciso muita confiança dos indígenas para entregar suas armas para um branco. GRUPIONI, LUÍS DONISETTE BENZI e FARJADO GRUPIONI, MARIA DENISE. Entrevista... op. cit., p. 169-170. A antropóloga Lecznieski, que foi acolhida na casa de um “nobre” da família dos Silva, contou as peças terríveis que os Kadiwéu lhe pregaram também, envolvendo coração de bovinos ainda pulsantes e cabeças de boi ensanguentadas recém-abatidas, ver LECZNIESKI, Lisiane K. Estranhos laços... op. cit., p. 197-198.

⁷⁵⁸ Darcy Ribeiro acompanhou a atuação do xamã Morcego, em algum momento entre 1947-1948, que estava cuidando da jovem Dona Iracema que sofria de alguma enfermidade não explicitada por Ribeiro. RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 149, 224. (Imagem melhorada digitalmente pelo autor)

A articulação constituiu uma tríade dentro do âmbito judicial: os Kadiwéu atuavam diretamente com a IR5, que por sua vez articulava com o CNPI, em cujos membros, por sua vez, estava Darcy Ribeiro, cuja atuação foi ativa, conforme o comunicado da Sra. Presidenta do CNPI, Heloisa Alberto Torres, ao Inspetor Erico Sampaio em 31/07/1959: “*Reitero pedido feito conse,lheiro Darcy Ribeiro para que envie urgente relação nominal dos primeiros requerentes das terras indios cadivev vg indicando quais os deputados ou parentes destes [...]*”⁷⁵⁹. O antropólogo Darcy Ribeiro classificou a lei que reduziu o território Kadiwéu como o mais acabado exemplo de esbulho de terras indígenas na História do Brasil de “*usurpação [...] escandalosa*” e como “*uma das mais desabusadas tentativas de grilagem de terras indígenas do Brasil*”⁷⁶⁰. A lista solicitada pelo antropólogo foi enviada na semana seguinte pela IR5, informando sobre a ação possessória, que foi dada entrada em Porto Murtinho, mas transferida imediatamente para Aquidauana, onde foi mantida paralisada intencionalmente pelo Juiz da Comarca, enquanto expediam títulos definitivos dentro do território, sem que o órgão pudesse impedir. Ao tempo em que paralisou o Mandado de Segurança contra a lei redutora da ALMT (impetrado inicialmente no Tribunal de Justiça de MT em 05/07/1958⁷⁶¹) no STF, por ser competência do estado, “*dando assim, tempo ao tempo, para que sejam expedidos os títulos definitivos.*”⁷⁶². Após dois meses, a IR6, apoiando os Kadiwéu junto a IR5, comunicou que o Mandado de Segurança⁷⁶³ foi concedido no Tribunal de Justiça de MT (TJMT), apenas sob o voto contrário do Desembargador Sr. Antônio de Arruda (quem defendeu que o estado tinha o direito de reduzir o território que os indígenas não mais ocupassem, pois com o tempo adaptavam a “civilização”⁷⁶⁴ e apontado por Darcy Ribeiro como ávido defensor da reforma agrária dentro do território Kadiwéu⁷⁶⁵), enquanto seu

⁷⁵⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 36. Para a trajetória de Darcy Ribeiro no SPI, ver BRITO, Carolina Arouca Gomes de. Antropologia...op. cit.,

⁷⁶⁰ RIBEIRO, Darcy. A política... op. cit., p. 108, 110-111.

⁷⁶¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 94-98.

⁷⁶² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 113.

⁷⁶³ De acordo com Darcy Ribeiro, o Mandado de Segurança tramitou por meses pelos tribunais de MT sem qualquer solução, porque a Justiça era convocada para decidir entre pessoas poderosas e ricas contra indígenas “miseráveis”. RIBEIRO, Darcy. A política... op. cit., p. 112.

⁷⁶⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 56.

⁷⁶⁵ Darcy Ribeiro, em sua obra, acrescenta que o Sr. Antônio de Arruda, verdadeiramente esforçou para justificar o esbulho do território Kadiwéu, defendendo que isto seria algo salutar e equitativo, pois seria redistribuída aos pequenos agricultores, como uma fórmula de solução parcial para o problema agrário de que “se ouvia muito

parente Governador Sr. João Ponce de Arruda, estava prestes a expedir 20 títulos definitivos no território Kadiwéu e outros títulos provisórios prontos para venda, sendo preciso dar ampla divulgação ao Mandado⁷⁶⁶. Apesar disso, a vitória com o Mandado de Segurança foi comemorada no CNPI, que comunicou à IR5: “*receba efusivas congratulações deste conselho vitória causa indios cadiveus cords sauds*”⁷⁶⁷.

Figura 50: Darcy Ribeiro com grafismo Kadiwéu (década de 1940)⁷⁶⁸



Fonte: Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 684. DR foto 684 – Item 004 . DR foto 684 004.

Verdadeiramente, a atuação Kadiwéu lançou raízes profundas junto a atuação do SPI e CNPI contra políticos e autoridades locais de MT. Ora, reativamente à derrota no TJMT, o presidente da ALMT solicitou tramitação do processo para o STF e nessa ocasião, em 17/11 de 1959, o Advogado do SPI, Sr. Maciel Buckner, entrou com pedido de impugnação naquele T.J, em que estava o Desembargador Sr. Antônio de Arruda. Em tal documento transparece a influência Kadiwéu em seu discurso,

Ora, a lei 1077 de 10-4-58 não possui o caráter de generalidade e abstração que caracterizam as normas legais, - pois, fere direito certo e incontestável de uma

falar”. O discurso do desembargador foi publicado em um jornal. Ver RIBEIRO, Darcy. A política... op. cit., p. 112.

⁷⁶⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 29 - Planilha 281, p. 65.

⁷⁶⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu- Caixa 27 - Planilha 259, p. 62.

⁷⁶⁸ Imagem melhorada digitalmente pelo autor.

Nação dos / verdadeiros donos do Brasil, para beneficiar a um determinado grupo e parentes dos referidos legisladores, conforme comprovam os Diários Oficiais anêxos, que mostram os títulos definitivos expedidos sobre a referida área, cujos primeiros – requerentes possuem o sobrenome do Presidente da Assembléia que sancionou a lei.⁷⁶⁹

Os Kadiwéu, a partir de algum momento, passaram a referir a si próprios como uma nação. Isto foi notado pelo agrimensor francês Rivesseau, no início do século XX, quando registrou: “sua “NAÇÃO” – é assim que designam a sua tribo”⁷⁷⁰. Considerando que o agrimensor esteve à serviço do aliado dos Kadiwéu, P. Alves de Barros, então a insistência dos indígenas pelo termo “nação” procurava estabelecer tratativas de cunho diplomático com o estado de MT. Naquela época, conforme o agrimensor registrou: “Muitos gostam, quando estão falando delles, empregar a palavra “NAÇÃO” para designar o agrupamento de sua raça”⁷⁷¹. Certamente, o termo escolhido estava atrelado ao etos senhorial e orgulho étnico⁷⁷², pois para Rivesseau, os Kadiwéu faziam saber que impunham e exigiam “os direitos de sua Nação”, de defenderem os seus costumes, autonomia, território e gostariam de manter boas relações⁷⁷³. Em realidade, no Tratado de Paz e Perpétua Amizade com a Coroa Portuguesa, na década de 1790, as toldeiras o fizeram em nome de sua “nação”⁷⁷⁴. Também foi notado por Rivesseau, no início do Sec. XX, que os Kadiwéu sabiam muito bem que detinham mais direitos ao território do que o latifundiário Joaquim Malheiros, porque aquele era português, não brasileiro⁷⁷⁵. A apropriação de tal noção teria maturado e aprofundado com os anos, até que, pela década de 1950, o seu entendimento já era o de que detinham direito de reivindicar o seu território em caráter originário, antes de sequer chegarem os ibéricos ao “Novo Mundo”.

Além disso, é importante destacar o sentimento de furor nos Serventuários do SPI com relação ao caso dos Kadiwéu contra os políticos locais. No mesmo pedido de impugnação de recurso, o advogado do SPI Maciel Buckner deu razão à alegação do Sr. Rachid J. Mamed

⁷⁶⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 28 - Planilha 263, p. 261.

⁷⁷⁰ RIVASSEAU, Emilio. A vida dos índios... op. cit., p. 64-65.

⁷⁷¹ Ibidem, p. 85.

⁷⁷² Rivesseau também apontou o “amor-próprio” dos Kadiwéu, que gabavam com mentalidade orgulhosa de “soberbos” descendentes de uma “grande Nação” ao falarem sobre as outras “nações”. Ibidem, p. 187.

⁷⁷³ Ibidem, p. 177.

⁷⁷⁴ PRADO, Francisco Rodrigues do. “História dos índios cavalleiros ou da nação guaycuru” [1795]. RIHGB, v. 1. p. 39-41.

⁷⁷⁵ RIVASSEAU, Emilio. A vida dos índios... op. cit., p. 96.

sobre os Kadiwéu não sofrerem ameaça nem violações de direitos, “*porque já foram roubados*” e “*INDIO NUNCA FOI PEIXE*” para viver em terras submersas⁷⁷⁶. Ainda antes, ao fim de 1957, outro Serventuário do SPI exclamou ao CNPI que os “*Índios Cadiuéos. Desde a guerra com o paraguai, 865/70, esses nossos irmãos tem sido uma guarda avançada na defeza do solo da Pátria*” e estava confiante de que a combinação de esforços entre o CNPI e SPI “*barrará a ambição desmedida dos aventureiros gananciosos de lucros fáceis, na investida às terras dos Cadiuéos, ardilosamente oculta no pronunciamento de uma Assembléia*”⁷⁷⁷. Por fim, tão emblemático o quanto foi o Mandato de Segurança contra a ALMT em 05/07/1958, quando o Advogado do órgão, representando o Inspetor Erico Sampaio, após uma minuciosa explanação histórica dos direitos Kadiwéu sobre o território, registrou que a “*a Constituição Federal, (obras de homens mais sensatos e argutos, que nossos legisladores Estaduais) prevendo uma possível – futura- modificação da lei supra citada, tornou-a “Preceito Constitucional” por conseguinte, irrevogável*” e que “*Agonizante ainda “O PROTETOR DO INDIGENA BRASILEIRO”, o saudoso Marechal Rondon, apresenta a Câmara Legislativa do Estado, “um projeto de lei”, visando a desapropriação, da maior e melhor parte das terras dos índios Cadiuéos*”⁷⁷⁸.

O modo de vida tradicional Kadiwéu defendido no STF

A tríade Kadiwéu, SPI e CNPI teve uma atuação significativa no julgamento ocorrido no STF, onde a lei aprovada pela Assembleia, sob suporte do Desembargador do TJMT e com a aberta simpatia do Governador, foi parar derrotada por 9 votos contra 2 (mas, ainda contou com a tentativa malograda do Rachid J. Mamed para que o seu julgamento retornasse para o TJMT). Após o voto do Relator, Sr. Ministro Ribeiro da Costa (favorável à redução do território e que invocou os exatos termos que o Sr. Desembargador Antônio Arruda defendeu no TJMT⁷⁷⁹ e que este último viraria, sem qualquer surpresa, mais um invasor do território Kadiwéu em 1962⁷⁸⁰), o Sr. Ministro Nunes Leal deu seu voto, que foi seguido por seus pares:

⁷⁷⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 28 - Planilha 263, p. 261. Grifos no original.

⁷⁷⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 52.

⁷⁷⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 94. Grifos no original.

⁷⁷⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 58-61.

⁷⁸⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 18.

“Peço venia ao eminente Ministro Relator, que deu um voto brilhantíssimo ao eminente Ministro -digo- que deu um voto brilhantíssimo, para não acompanhar Sr.Exa.”. E continuou:

Aqui não se trata do direito de propriedade comum; o que se reservou foi o território dos índios. Essa area foi transformada num parque indígena, sob a guarda e administração do Serviço de Proteção aos Índios, pois estes não tem a disponibilidade das terras. O objetivo da Constituição Federal é que ali permaneçam os traços culturais dos antigos habitantes, não só para sobrevivência dessa tribo, como para estudo dos etnólogos e para outros efeitos de natureza cultura ou intelectual.- Não está em jogo, propriamente, um conceito de posse, nem de domínio, no sentido civilista dos vocábulos; trata-se de habitat de um povo.⁷⁸¹

E o Sr. Ministro concluiu

Se os índios, na data da Constituição Federal, ocupavam determinado território, porque desse território tiravam seus recursos alimentícios, embora sem terem construções ou obras permanentes que testemunhassem a posse de acôrdo com o nosso conceito, essa area, na qual e da qual viviam, era necessária á subsistência. Essa area, existente na data da Constituição Federal, que se mandou respeitar. Se ela foi reduzida por lei posterior; se o Estado a diminuiu de dez mil hectares, amanhã reduziria em outros dez, depois, mais dez, e poderia acabar confinando/ os índios a um pequeno trato, até ao terreiro da aldeia, porque ali é que a “posse” estaria materializada nas malocas. – Não/ foi isso que a Constituição quis.⁷⁸²

A partir do voto expreso, fica-nos patente que a argumentação construída possui uma carga antropológica/etnológica, então articulada com interstícios e particularidades referentes aos que de perto estudam as leis e a Constituição. De modo que, a partir disso, a reivindicação Kadiwéu sobre seus vastos campos que utilizam para a caça e manter o seu modo de vida migratório, adquire facetas de argumentação jurídica cujo encaixe é harmonioso, o que suscita outra questão. Pois, na mesma época, Darcy Ribeiro trabalhava em uma de suas obras, que foi publicada alguns meses (1962) após o resultado do julgamento do STF que acolheu a inconstitucionalidade da lei que reduziu o território Kadiwéu em 14/11/1961. Em sua obra, Ribeiro manifestou a recomendação para que todos os territórios indígenas no Brasil fossem transformados em parques nacionais (ou seja, para fora da esfera de poder dos Governos estaduais), demarcados por limites naturais (tal qual o território Kadiwéu) de patrimônio coletivo e inalienável para o usufruto perpétuo, cuja fauna e flora seriam naturalmente preservados graças ao modo de vida indígena não-destrutivo⁷⁸³(os Kadiwéu utilizavam seus

⁷⁸¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 57. Grifos no original.

⁷⁸² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 57. Ver RIBEIRO, Darcy. A política... op. cit., p. 144-145.

⁷⁸³ RIBEIRO, Darcy. A política... op. cit., p. 144-145. De acordo com João Pacheco de Oliveira, imperava no paradigma antropológico do Sec. XX a perspectiva de que seus intelectuais tinham a função de estudar culturas “primitivas” e incompatíveis com a colonização, buscando preservá-las para a ciência. Isso nos leva à conclusão

campos naturais para criar animais e faziam bom proveito das matas para caçarem, preservando todo o território). Apesar disso, o caso vivido pelos Kadiwéu foi emblemático, que à despeito de toda legislação que garantia o território, levou Darcy Ribeiro a concluir em sua obra: *“Ainda são, portanto, no Brasil de 1961, mais fortes os interesses dos usurpadores que as razões e os direitos dos índios”*⁷⁸⁴.

* * *

Ao adentrar no território Kadiwéu, os Serventuários do SPI, responsáveis pela proteção institucional do território, eram imediatamente enredados por circunstâncias que impunham à sua atuação condições intransponíveis, ficando à mercê Kadiwéu. Portanto, os trajetos a percorrer pelo território, a localização dos fazendeiros e qual obra ali faziam passava pelo controle indígena do qual o SPI procurava fiar. Este fator poderia explicar o porquê do surgimento das “equipes indígena”, já que também seria custoso designar o Agente Enoch Alvarenga Soares tantas vezes para a área. A dependência do SPI também poderia estar relacionada com a sua transformação pelos indígenas em sua própria sociedade, em instância de poder neutra e mediadora capaz de amortecer as relações políticas entre Capitães, já que do ponto de vista indígena, o SPI sequer sabia mover dentro da área. A condição do órgão ali possibilitava considerável vazão às insatisfações indígenas, que eram canalizadas em ações não contundentes contra o SPI nem fazendeiros. De fato, os Kadiwéu acompanhavam e fiscalizavam in loco a efetividade da proteção tutelar em seu território contra fazendeiros, de modo que indígenas e SPI concatenavam uma frente para interpor as ameaças. A partir dessa

de que o voto no STF era quase que o voto de um antropólogo travestido. OLIVEIRA FILHO, J.P. O nascimento do Brasil: Revisão de um paradigma historiográfico. In: OLIVEIRA FILHO, J.P. O Nascimento do Brasil e outros ensaios: “Pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro, Contracapa, 2016, p. 12-13. Com efeito, Darcy Ribeiro afirmou, durante aqueles anos, que a Metrópole, no passado, e a República (então no presente) jamais negaram aos poderes locais os recursos mínimos para a expansão. E se quase sempre houve espaços para considerações humanistas com relações aos indígenas, estas nunca puderam ultrapassar os limites impostos a ponto de tornarem-se empecilhos à conquista do território nacional e sua exploração pelos governos locais. Diante disso, Darcy Ribeiro defendeu que o SPI, ainda protegia os indígena e lhes dava oportunidade para “integrar” à sociedade nacional ou escolher não o fazer e retornar/continuar nas aldeias, de modo que, por meio de um processo de “controlada aculturação”, evitariam grandes traumas provocados pelos aspectos da “civilização” que avançavam. O autor utilizou a metáfora da estufa para exemplificar a atuação do SPI, situando-se entre os indígenas e a sociedade não-indígena. Nesse ponto, Ribeiro se opôs ao paradigma assinalado por João Pacheco de Oliveira, afirmando que manter os indígenas isolados em reservas como numa doma é uma atitude romântica, que discrimina os indígenas como “gente bizarra” e itens exóticos para exposições junto à jardins zoológicos e museus que denotam o “passado da humanidade”. Ver RIBEIRO, Darcy. A política... op. cit., p. 113, 121-122, 128, 137.

⁷⁸⁴ Ibidem, p. 114.

noção, foi possível constatar a direta correlação entre a patrulha exercida em terreno por indígenas com a defesa realizada pelo SPI e CNPI no âmbito jurídico, com especial destaque ao antropólogo Darcy Ribeiro, que efetivamente foi incorporado pelos Kadiwéu como um dos seus.

4 INSTRUMENTALIZAÇÕES E BARREIRAS: USO DAS NOÇÕES DE TUTELA CONTRA O AVANÇO DAS CERCAS E NOS CASOS DE VENDA DE POSSES

Se em 1957 os Kadiwéu manobraram as políticas tutelares para a defesa do território, então isto implica que esses indígenas tinham noções do que significava viver como indígena sob a tutela do Estado. Nesse caso, havia brechas ou possibilidades para empregar tais noções a fim de defenderem o seu território? Em caso positivo, de que forma?

Ao longo do Séc. XIX, estava consolidada a fama de que os Kadiwéu eram “*indomitos e falsos*”⁷⁸⁵, “*demasiadamente traiçoeiros*”⁷⁸⁶, e que “*é contra a sua falsidade, que toda a cautela é pouca*”⁷⁸⁷. Porém, são discursos de não-indígenas sobre indígenas. Os Kadiwéu, conforme o nosso foco e intuito aqui, não eram falsos. Ao contrário, dividiam a linha em que separavam suas lealdades, que contava com os Terena e Kinikinau. Os não-indígenas tanto fazendeiros como Serventuários, estavam do outro lado. Suas mobilizações atuavam por meio de interações indígenas que comportavam estratégias, numa rede de informações pronta para confrontar Serventuários, por razões bem específicas, e fazendeiros para defender o território. Os indígenas sabiam como fazer o SPI agir ao seu favor e como induzir fazendeiros para suas maquinações.

Neste capítulo⁷⁸⁸ analisamos a instrumentalização das noções de tutela pelos indígenas no território Kadiwéu. Nosso objetivo é compreender como ocorreu a manipulação dessas noções pelos indígenas e como que, ao entrarem em contato com elas, permaneciam em uma lógica separada, própria à sua sociedade, mesmo estando em contato com fazendeiros e com o SPI⁷⁸⁹. A partir disso, colocamos a seguinte questão: como essas noções foram mobilizadas pelos indígenas na defesa do território?⁷⁹⁰

⁷⁸⁵ TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle, visconde de. *Scenas de viagem: exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no districto de Miranda*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1868, p. 116.

⁷⁸⁶ MOUTINHO, Joaquim. *Notícias sobre a Província de Mato Grosso seguida de um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo*. São Paulo: Typographia Schroeder, 1869, p. 197.

⁷⁸⁷ LEVERGER, Augusto. “Roteiro da navegação do Rio Paraguay desde a foz do S. Lourenço até o Parana” [1847]. *RIHGB*, v. 25, 1862, p. 225.

⁷⁸⁸ A reflexão neste capítulo foi ensaiada durante a disciplina ofertada pelo orientador na UERJ.

⁷⁸⁹ Com esse propósito, lançamos mão do conceito de “fronteira étnica” do antropólogo norueguês Fredrik Barth. Para o autor, não há um grupo étnico cuja cultura seja essencialista, isto é, “pura”, e que assim se mantenha por meio de uma indiferença hostil às demais culturas de outros grupos. Em sua perspectiva, os grupos étnicos possuem fronteiras étnicas que, a despeito dos indivíduos que as atravessam, por ser algo dinâmico e não estático, permanece ali um processo de incorporação e exclusão dos novos elementos culturais e novas noções para o seu interior. De modo que, uma determinada cultura e com sua identidade só são plenamente evidenciadas mediante o contato com demais grupos, pois é na diferença onde está a fronteira pela qual o grupo organiza a sua

4.1 Articulações indígenas: reorientando os Serventuários no PI São João

A partir do PI São João, os Kinikinau faziam uso das noções de tutela, por meio do SPI, para cumprir seus acordos com os Kadiwéu de vigiarem aquela região. Dessa maneira, o Cap. de Ald. Pedro Marques, em 23/03 de 1957, escreveu uma carta à mão para questionar a IR5,

Ilmo. Snr. Chefe da 5ª Inspetoria Regional a fim desta venho formalmente comunicando da minha vez sobre as criadas que já esta avançando na reserva Assim que peço Enformação deste criador si tem premiação de por criação na area do posto que desdes Niotaca ate no posto ja esta lotado de gado so na envernada um dois mil cabeça Fazendo minha obrigação aviso esta chefia com urgencia.
Assim termino enviando minha carta
Saudação fraternidade.⁷⁹¹

Ao invés de consultar o Encarregado do PI, o Cap. de Ald. Pedro Marques comunicou diretamente à IR5. Isso ocorreu porque estava prestando um serviço ao Cap. Cardoso Abicho, da aldeia da Tomázia, que ficava sob a área do mesmo PI⁷⁹² e quem já havia interceptado oito dias antes, os capatazes do Vicente Jacques, mas informou ao Encarregado do PI Nalique⁷⁹³, que no entretanto, o Encarregado do PI São João deu autorização ao fazendeiro Homero Antunes para depositar 1.372 bovinos na invernada do PI, em 14/03/1957⁷⁹⁴. Dessa maneira, apesar do domínio da língua e da escrita, o Cap. de Ald. Pedro Marques operou inteiramente dentro da lógica indígena tributária entre Capitães Kadiwéu com os Kinikinau. E nessa lógica

interação entre os seus membros (sociedade), a sua identidade e sua atribuição. A atribuição funciona tanto pelos demais grupos que reconhecem noutro grupo a diferença, como os membros entre si que auto atribuem. Portanto, a fronteira passa por um processo de manutenção mediante o contato, mas que mantém sua forma de organização social. BARTH, Fredrik. O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p. 25-59.

⁷⁹⁰ Desde o período colonial, padres jesuítas empregaram o uso do poder simbólico em sociedades indígenas para expandir a sua influência sobre tais populações. No entanto, de forma semelhante, segundo Cristina Pompa, os indígenas também faziam uso do mesmo recurso, já que esta era uma via de mão dupla. De tal sorte que, os indígenas reinterpretavam simbolismos do poder apresentados pelos padres jesuítas, que ao buscarem-no, performavam o papel social do xamã, implicando com isso que no ato de conversão, os indígenas continuavam com sua visão de mundo religiosa. POMPA, Cristina. Conversões Indígenas: poder simbólico e razão prática no sertão colonial. In AGNOLIN, Adone et al. (orgs.). Contextos Missionários: religião e poder no Império português. São Paulo: Hucitec, 2011, p. 86- 109.

⁷⁹¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 201, p. 94.

⁷⁹² PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar: mito rito e história Kadiwéu. 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 1994, p. 62.

⁷⁹³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 164, p. 24.

⁷⁹⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 143.

indígena, é possível notar que o SPI aparece como alvo de desconfianças. Pois, ao que tudo indica, o Encarregado do PI Nalique não confirmou ao Capitão sobre os fazendeiros terem a autorização da IR5, enquanto o homólogo no PI São João foi visto com suspeição, julgando que agiu sem autorização. Com isso, havia uma *fronteira étnica* mantida pelos indígenas, que com destreza dissimulavam suas desconfianças, tal qual o Cap. de Ald. Pedro Marques, que alegou cumprir com obrigações de maneira formal e apresentando-se como colaborador do órgão, quando, de fato, todos os indígenas observavam de perto a situação em que fazendeiros ingressaram no território. Monitoravam os seus movimentos ali, as suas relações com o SPI, a quantidade de gado que trouxeram e onde foram alocados. E tal relação entre o Cap. Kadiwéu com o Cap. de Ald. Pedro Marques leva-nos a assumir que havia uma rede em que circulavam informações, não apenas independente do órgão, mas também com suspeitas a respeito dele, e que estava imediatamente voltada contra os Encarregados⁷⁹⁵. Afinal, estes materializavam a tutela do SPI no território. E ainda haveria um fator que intensificava a tensão no PI São João: os Terena e Kinikinau lidaram contra o Sr. Vicente Jacques naquela região.

Assim, no PI São João, os indígenas descontentes demonstraram dominar habilmente os mecanismos que permitiam ao SPI operar ou emperrar, pois isto obedecia ao seu interesse de disporem na condição de tutelado, isto é, dependia da sua colaboração. Em 24/04 de 1958, foi feito um boicote contra a administração do Encarregado de tal PI, deixando-o sem auxílio nem apoio⁷⁹⁶, incapaz de mover-se. Em comunicação à IR5, o Encarregado reportou que o Kinikinau Fidelis Anastácio e o indígena Egídio Pereira abandonaram o serviço assalariado do PI no dia 10 daquele mês, seguido 5 dias depois pelo Kinikinau Ângelo Marques, enquanto o Cap. Ismael Bento Medina⁷⁹⁷ sequer estava no território para iniciar os trabalhos no PI, já

⁷⁹⁵ A desconfiança contra não-indígenas também foram experimentadas por antropólogos, como Mônica Pechincha nos anos 1990, quem os Kadiwéu pensaram ser uma espiã dos fazendeiros. O Cap. Daniel Matchúa determinou que ela encerrasse os seus trabalhos, concluindo que tinha por único objetivo coletar o acervo mítico Kadiwéu para enriquecer às custas de seu povo. Por extensão, a partir daquele momento, o Capitão orientou seus cativos para que não contassem mais nada para a antropóloga. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 9, 73-74. O mesmo passou com a antropóloga Lecznieski em companhia de seu marido, entre 2000-2005. A autora classificou os Kadiwéu como muito desconfiados, que dissimulavam bem. Sobre o seu marido recaiu a suspeita de ser o Bin Laden que buscava esconderijo no território. Além disso, desconfiavam de sua profissão como astrônomo. A teia de informações foi estendida até um ancião que vivia no interior do território, que com reprovação questionou se o astrônomo pensava que era Deus. LECZNIESKI, Lisiane K. Estranhos laços: predação e cuidado entre os Kadiwéu. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2005, p. 9, 56-57.

⁷⁹⁶ De acordo com Clastres, para os indígenas, o poder de uma liderança depende da boa vontade do grupo, caso contrário, o Chefe será abandonado. Assim, é notável que os indígenas também abandonaram o Encarregado do PI São João mediante insatisfações. Para Clastres, ver CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política; tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro, F. Alves, 1978, p. 28.

⁷⁹⁷ Ao fim de 1980 e início de 1990, Jaime Garcia apontou um membro da família “nobre” dos Bento Medina ocupando um cargo de liderança na aldeia de Pé-de-Serra. Sempre escolhido por toda a comunidade para ler os

combinados, em vista de trabalhar por conta própria fora do território⁷⁹⁸. Deixado sozinho, com o tempo, a corrosão interna da autoridade do Encarregado esboroou, até que dois meses depois, em 21/06 de 1958, solicitou a IR5 atitudes drásticas para recuperar o poder de sua administração: pediu a transferência do Kinikinau Floriano Anastácio, por “*sempre prejudicar os serviços do Posto dando maus conselhos aos outros seus companheiros, o que venho tolerando a muito tempo, o qual cada vez mais se tornando importuno*”⁷⁹⁹. Tanto indígenas assalariados como os que não eram, demonstravam concordar contra a sua administração, que de fato esteve com a má sorte de administrar aquele PI, com maior afluxo de solicitações de fazendeiros, cuja autorização vinha da IR5. Portanto, havia colaboração no PI São João, mas apenas entre os indígenas, com o Encarregado alocado ao lado de fora.

Um costume, parte das *fronteiras étnicas*, que mantinham não apenas Serventuários, mas também fazendeiros para fora, era o consumo de chimarrão. Quando os Tereno Severiano Silva e Libano Gois estavam consumindo, recusaram qualquer interação com os fazendeiros Aldo Mancoelho e Brasileiro de Aquino⁸⁰⁰. O costume era igualmente exercido por Kadiwéu, fortalecendo os laços étnicos⁸⁰¹. Também havia o costume, no caso dos últimos, de sentarem-se ao entorno da fogueira, em frente às casas, durante a noite, para contar histórias sobre os antepassados⁸⁰² e suas festas⁸⁰³.

documentos nas reuniões, por ser aquele quem melhor dominava o português. Os seus discursos, conforme a análise do antropólogo, eram carregados de formalidades. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou o sangue de nossos avós”: construção do tempo e espaço Kadiwéu. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1993, p. 28. Pechincha encontrou o mesmo cenário no território, pouco depois. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 5.

⁷⁹⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 200, p. 38.

⁷⁹⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 200, p. 16.

⁸⁰⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 3.

⁸⁰¹ De acordo com Pechincha, bancos de madeira estavam sempre à porta para os Kadiwéu acomodarem e receberem parentes ou amigos para conversar e compartilhar o consumo do chimarrão ou tererê à tardinha ou ao amanhecer. Estes bancos sempre eram deixados vagos quando um visitante aproximava da habitação para o oferecer. E a depender da cerimônia devida ao visitante, procuravam agradá-lo forrando um pelego para torná-lo mais confortável. Usualmente, estes encontros ocorriam no pátio das casas sob a sombra de alguma árvore. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 65-66, 91. (Imagem melhorada digitalmente pelo autor).

⁸⁰² RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 24

⁸⁰³ O Antropólogo Jaime Garcia acompanhou durante quatro anos as festas e comemorações Kadiwéu ao fim de 1980 e início de 1990, concluindo que tais celebrações funcionavam como elo de fortalecimento dos laços étnicos do grupo, procurando manter e reforçar a harmonia em oposição aos “brancos”. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 84-86.

Figura 51: Kadiwéu Luiz Preto consumindo mate em frente a uma casa⁸⁰⁴



Fonte: Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 123 . DR foto 638 123.

Figura 52: “Servindo chimarrão”⁸⁰⁵



Fonte: Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 118 . DR foto 638 118.

⁸⁰⁴ Luiz Preto já vivia há mais de 20 anos entre os Kadiwéu, na aldeia da Tomázia, e ajudou Ribeiro na pesquisa. Casado com uma Kadiwéu, seus filhos e netos falavam somente o idioma Kadiwéu. RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 36. (Imagem melhorada digitalmente pelo autor)

⁸⁰⁵ Ibidem, p. 101.(imagem melhorada digitalmente pelo autor)

Assim, desde o primeiro movimento fazendeiro que inaugurou o avanço das cercas no território, nominalmente o Ossian Monteiro, em 15/07/1958, os indígenas logo mobilizaram e forçaram para que o Encarregado do PI São João requeresse explicações do que era aquilo que construía e com ordem de quem⁸⁰⁶. Mas os resultados não foram satisfatórios na visão dos indígenas. Assim, o lento e agonizante esmorecimento de sua autoridade, ao julgarem-no suficientemente frágil, sofreu um golpe articulado para removê-lo do cargo, que, não por acaso foi levado à frente por um Capitão Kadiwéu. Dessa maneira, em 24/12 de 1958, o Cap. Ismael Bento Medina, quem estava fora do território e tomou aparentemente a posição de trabalhador remunerado no PI⁸⁰⁷, escreveu uma carta⁸⁰⁸ para o Inspetor Erico Sampaio:

Saudação

Ilmo. Snr. chefe da Inspetoria de Serviço de Proteção os Indios em Campo Grande Mato. Afins desta venho fazer, o Sr. chefe, ciente do negocio que eu me acertei com o João Batista. Conforme Sr. me explicou como eu podia fazer então eu fiz conforme Sr. me dice como de fator ele esteve aqui afrente posto veio fazer cobrança Então nois falamos para ele que foce se entender com o chefe da Inspetoria conforme o Sr. me dice Então ele dice que vai procura o Dinheiro com Sr. Ele chegou aqui ficou quatro dia na casa do Indio Pedro Marques Então po Pedro intimava os Empregado para o João Batista Cobra assim fazia com todos.

Vou terminar enviado lembranças

Fico grato desde já.⁸⁰⁹

Conforme a carta, o Cap. Ismael Bento Medina⁸¹⁰, cumprindo com os seus deveres de liderança e em busca de corresponder ao seu prestígio, assumiu em nome da coletividade do

⁸⁰⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 200, p. 19

⁸⁰⁷ Em sua tese de doutorado, defendida em 2004, Marina Vinha colheu e analisou o depoimento do Cap. Boaventura Bento Medina, que, curiosamente como o seu antepassado “nobre” de quatro décadas atrás, vivia transitando. No caso do Capitão Boaventura Bento Medina, este transitava entre a Cidade da Bodoquena e o seu território, aprendendo o “sistema do branco”, a fim de acompanhar as novidades para trazê-las ao seu povo, buscando com isso manter as condições de igualdade frente aos “brasileiros”. Ver VINHA, Marina. Corpo-Sujeito Kadiwéu: jogo e esporte. 2004. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2004, p. 176-177.

⁸⁰⁸ Para a relação entre comunidade indígena, liderança e representação da comunidade frente ao Outro, ver CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência: Ensaios de Antropologia Política; tradução de Carlos Eugenio Marcondes de Moura. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 107-108.

⁸⁰⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 200, p. 37.

⁸¹⁰ A atuação do Cap. Bento Medina nos parece significativa neste contexto. Em 1990, Pechincha relatou que apenas pôde obter a sua primeira “oficial” entrevista porque isto foi pedido por um jovem Capitão da família “nobre” dos Matchúa. A anciã lhe disse que cantaria apenas para fazer a alegria de seu Capitão, deixando claro para a antropóloga que a sábia anciã não tinha qualquer tipo de interesse naquilo. A autora também registrou em seu encontro com a D. Aracy Matchúa que nenhum cativo havia compartilhado qualquer informação de suas tradições até então, mas isto não foi surpresa para a Dona, já que a antropóloga era uma “branca”. Dessa maneira, nos parece que não era possível ao movimento contra o Encarregado do PI São João realizado pelos Terena e Kinikinau agir sem passar pelo crivo de uma liderança Kadiwéu, que intermediava uma relação entre indígenas contra um “branco”. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 70-71.

PI (Terena, Kinikinau e alguns Kadiwéu) um empréstimo com o Encarregado do PI São João, previamente acordado direta e particularmente entre o Capitão com a IR5. O Encarregado, no entanto, não estava ciente do acordo, conforme o próprio relatou ao Inspetor Erico Sampaio, posteriormente afirmando que a pessoa do Cap. Ismael Bento Medina tinha um débito com ele⁸¹¹. Esta omissão teve efeito central para instigá-lo a ficar na casa do Cap. de Ald. Pedro Marques durante quatro dias e, a partir disso, a indagar a todos os indígenas a fim de obter o seu dinheiro. Ao que tudo indica, os indígenas permitiram a convocação e então, a partir de algum momento não esclarecido, mas que estava de acordo com seus planos, fizeram o Encarregado ciente, mas só após entregarem toda a corda necessária para o enforcement⁸¹². Com isso, quando o Capitão, representando os indígenas do PI São João, reportou para a IR5 que um Serventuário ficou na casa de indígenas para cobrá-los em busca de dinheiro, de forma coercitiva e mediante a posição de seu cargo, isto teve um efeito devastador para a IR5, que precisava lidar com tais indígenas. E para assegurar sua efetividade e isentá-los, o Capitão fez a insistente e intencional repetição de que agiu conforme instruído e autorizado pelo

⁸¹¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 200, p. 36.

⁸¹² A experiência da antropóloga Mônica Pechincha nos anos 1990 parece-nos significativa. A autora, ao chegar no território Kadiwéu e ficar no PI P. Alves de Barros, deparou-se com um tratamento distante, ou lacônico, como classificou. Ela sentiu com toda a intensidade a fronteira que a separava dos Kadiwéu, cujas conversas eram quase impossíveis e desesperançosas. Em grande parte isto ocorreu porque a autora não aguardou a apresentação pelas lideranças à comunidade que ausentaram para irem até o RJ, agindo então por conta própria. Ao ter isto em consideração, nos parece que o Encarregado do PI São João, ao ser abandonado pelos trabalhadores indígenas, sofreu uma espécie de exclusão, não no sentido simplista, mas com implicações profundas de caráter social. Pois, tal qual Mônica Pechincha, o Encarregado continuou no território, mas completamente isolado de contato com os indígenas, apesar de estar cercado por eles. Para o trabalho da autora, ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. *Histórias de admirar...* op. cit., p. 3-7. Já a Maria da Cruz Duran, quem esteve no território e defendeu a sua pesquisa em 2017, trouxe uma nova conclusão para as análises sobre os Kadiwéu que retroagem até o registro de Darcy Ribeiro em 1940, pois a autora ressaltou que o silêncio faz parte da “boa-educação” Kadiwéu, pelo qual eles escolhem o que devem comunicar aos não-indígenas e o que não deve. Em inúmeras vezes a autora tentou iniciar suas conversas com cumprimentos do tipo “está um dia bonito” e recebia como resposta exatamente a mesma frase repetida e sem maiores interações. E quando tentou perguntar algo, ouvia dos Kadiwéu que não lembravam ou não haviam aprendido com os antepassados determinados significados. A autora só obteve um acesso e com reticências após meses de convívio. A autora assinalou como a sociedade Kadiwéu é o inverso de uma sociedade “espalhafatosa”, dando a falsa impressão de serem tímidos. DURAN, Maria Raquel da Cruz. *Padrões que conectam: o Godidigo e as redes de socialidade Kadiwéu*. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 22-23, 81-82, 84, 98-100. Além disso, Lecznieski, em sua experiência de campo entre 2000-2005 acrescenta que os Kadiwéu, conforme lhe disseram propositadamente, falavam em seu idioma na sua frente, porque poderiam falar mal dela sem que ela soubesse e, por conseguinte, conforme a autora concluiu, privando-a das informações que poderia obter. E quando a autora tentou conversar, os Kadiwéu respondiam laconicamente: sim, não ou não sei. E, o que era mais comum, simplesmente ignoravam suas perguntas e, tomando as rédeas da conversa, falavam sobre outra coisa, ou então prosseguiram em monólogos em que as intervenções não eram bem-vindas. LEZNIENSKI, Lisiane K. *Estranhos laços...* op. cit., p. 27-29. Já a Berta G. Ribeiro, segundo Darcy Ribeiro, em entrevista em 1990 sobre a sua pesquisa de campo entre 1947-1948 relatou que a sua companheira enfrentou dificuldades, já que das poucas mulheres que falavam português com ele, para a antropóloga, não falavam nenhuma palavra e entre si comunicavam em seu idioma dando risadas da antropóloga. GRUPIONI, LUÍS DONISETE BENZI e FARJADO GRUPIONI, MARIA DENISE. Entrevista com Darcy Ribeiro. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n. 7, nov. 1997, p. 170.

próprio Inspetor, procurando estabelecer com isso, que os resultados daí advindos não foram culpa dos indígenas, mas do Encarregado ou até da IR5, que lhes teria instruído de forma incorreta. As manobras indígenas no PI São João levaram à substituição do Encarregado João Batista em algum momento após esse acontecimento.

No entretempo resultante de uma lacuna na documentação que não permite precisão no término da administração do Encarregado João Batista, os Kinikinau e Terena mostraram que a morosidade da IR5 contra os fazendeiros não era aceitável. Partindo de sua condição de tutelado, combinavam-na com sua autonomia, impulsionando o órgão para agilizar em prol de suas demandas. O Tereno Cap. de Ald. João Antônio, quem liderava a aldeia das Oito Barras, às margens do Rio Aquidabã, e tinha a incumbência delegada pelos Kadiwéu e pelo SPI, de fiscalizar a região “*contra a invasão*” e “*impedindo que seja feito levantamentos e construções de aramados, dando conhecimento*” sobre “*ocorrências verificadas*”⁸¹³, escreveu para IR5 em 15/01/1959:

Ilmo. Snr. Erico Sampaio
 Chefe da 5ª Inspetoria Regional C. Grande.
 Comonico Vosz S. sobre a minha diligência, que eu fiz no dia 12 do corrente mês eu falei com Hilton Leite e Leopoldo Trelha sobre o serviço que estão construindo Então dicirão que não obedecia da ordens que veio so obedecia as ordens do Enoque e que deu licença para ele que ele não tem nada com chefe assim que ele dicerãos Então o Hilton Leite dice que ce ele perde ele vai retira todas a cerca que estive feito então o Leopoldo Trelha ista falando de tocar todos os indios que estão neste lugar [...]⁸¹⁴

Os indígenas estavam plenamente cientes de sua posição frente ao órgão e os recursos disponíveis a partir disso. Abordavam os não-indígenas a partir de seus interesses, mas em nome de uma representação emitida pela IR5, o que intensificava duplamente o poder de suas demandas e abria um campo de possibilidades. Os fazendeiros que foram abordados ficaram desconcertados, pois procuravam uma explicação convincente para dar aos Terena do porquê construíam as cercas, enquanto os indígenas apresentavam as ordens da IR5 que a embargava, ou então assumiam que não obedeciam ao SPI para assumirem uma aventura de grileiros em pleno território Kadiwéu: notório e retumbante suicídio. Apesar da esquiva, ficou claro que o fazendeiro Hilton Monteiro Leite cedeu, pois afirmou que retiraria sua cerca caso “perdesse”, dando a entender que sua alegação era de improviso e que não convenceu aos indígenas, enquanto o Leopoldo Trelha foi contrariado à tal ponto que declarou o seu desejo de expulsar

⁸¹³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 28 - Planilha 265, p. 57.

⁸¹⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 200, p. 33.

os indígenas da região (o que não passava de patacoada já que no mesmo documento, o Cap. de Ald. João Antônio informou a IR5 que ambos estavam com pinga em abundância⁸¹⁵). Apesar das alegações não terem convencido, os indígenas aproveitaram isto para demonstrar a IR5 como sua autoridade era minada e que deveria fazer algo a respeito. O Kinikinau Floriano Anastácio, investido pelo SPI na patente de “*tenente*”, “*auxiliar*” e “*substituto imediato*” do Kinikinau Cap. de Ald. Pedro Marques⁸¹⁶, também escreveu uma carta para o Inspetor Erico Sampaio em 31/03/1959, recuperando os mesmos elementos que o Tereno Cap. de Ald. João Antônio, na carta anterior, revelando o amplo eixo de alianças formado entre os Terena e Kinikinau que mantinham o SPI e fazendeiros para fora,

Ilmo. Snr. Erico Sampaio chefe da I.R.5 em Campo Grande Mato Grosso,,
Comunico Snr. Que o nosso lugar cada vez mais apertado o povos não querem obedecer a ordem que nois mostramos que os aramado estão ceguindo sempre na mesma continuação que Eles dicenrãm que não conhece o chefe que eles não tem nada com chefe [...] ⁸¹⁷

E após isso, o Kinikinau Floriano Anastácio intensificou as demandas anteriores por meio de uma investida decisiva,

[...] Foi que distante do Posto dois quelometro já esta levantada cerca de 3 Fio mais porque o responçalver do Posto não agem nada que aqui no posto completamente paralisado e não tem adiministração por farta de uma peçua que [faça] determina o que esta no espidiente não serve porque não tem espidiente para nada assim que mais com o Cap. João Antonio tem pleitiado com o povo fazendeiro assim que eu e Ele já fizemos muito esforço vou termina enviando muito [...] Sem mais saúde fraternidade⁸¹⁸

Na contramão do estereótipo de indígenas alienados, espoliados e explorados pelo SPI, para aqueles indígenas do PI São João, a função do órgão era clara: exclusivamente garantir seus interesses. O órgão existia para prestar serviços, era parte de seu nome. Para isso, por mais de 2 meses, os Terena e Kinikinau confrontaram aqueles fazendeiros, acompanhando e calculando a distância das cercas. Com uma associação clara, racionalizavam o avanço como resultado da suposta inoperância e incompetência do Encarregado, de quem esperavam ações enérgicas, concluindo que os serviços do SPI eram insatisfatórios. Porém, a incompetência atribuída ao Encarregado não era pessoal, mas uma forma bem articulada para criticar a IR5,

⁸¹⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 200, p. 33.

⁸¹⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 29 - Planilha 283, p. 74

⁸¹⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 102.

⁸¹⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 102.

sem que com isso fechassem vias de comunicação. Colocando de outro modo, ao criticarem o Encarregado, criticam ao SPI, mas não ao Inspetor, de quem o Encarregado somente seguia as determinações. Sabendo que a sede da IR5 ficava em Campo Grande, o acesso estava sempre disponível⁸¹⁹, ao passo em que o Diretor do SPI era figura quase que inacessível. Portanto era possível e mais adequado imputar ao SPI incompetência e não cumprimento de deveres por meio de críticas ao Encarregado, mas tendo por alvo real a própria IR5. Assim, os Terena e Kinikinau declararam que fizeram aquilo que seria a função do SPI e não a sua⁸²⁰. De fato, o Inspetor permaneceu dias no território Kadiwéu em 1957⁸²¹, e em 1958⁸²², demonstrando que transitava por ali.

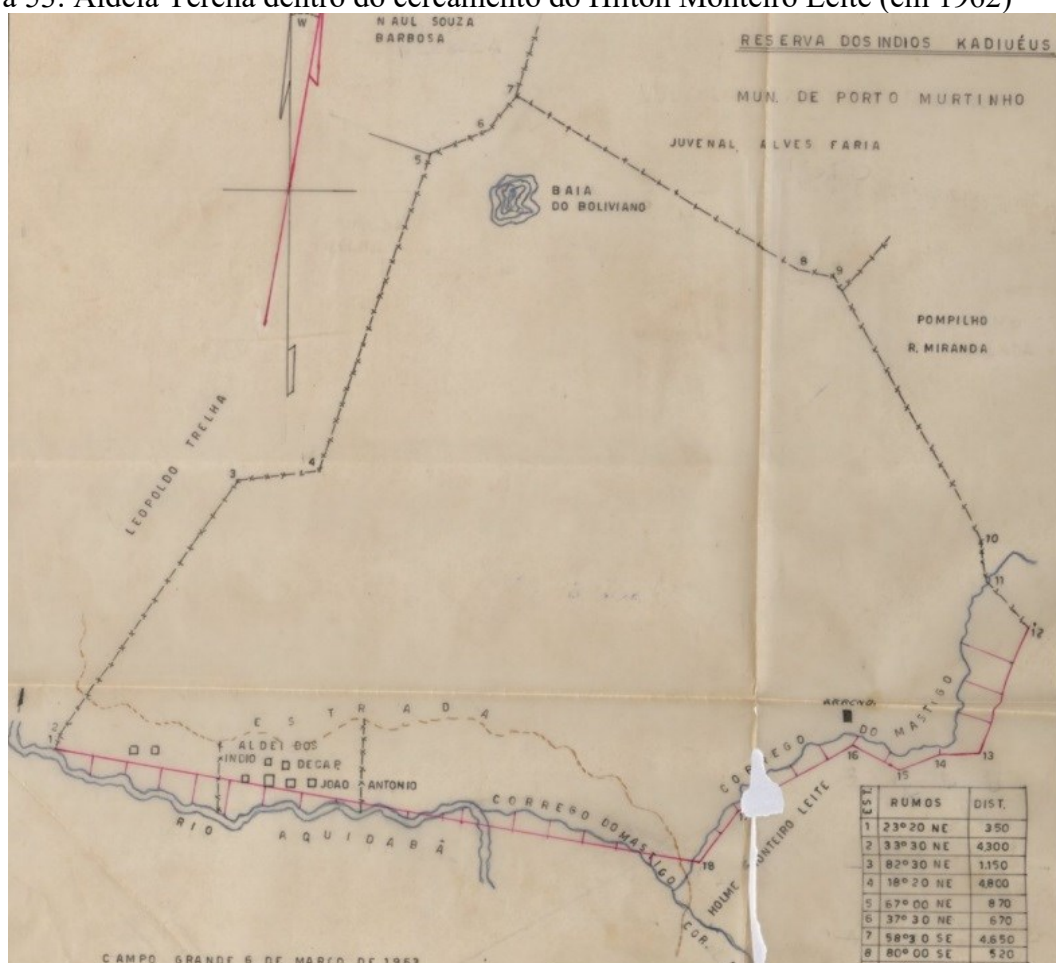
⁸¹⁹ Próximo aos anos 1990, Jaime Garcia apontou que as lideranças Kadiwéu estavam frequentemente indo até a sede da FUNAI em Campo Grande, para encaminhar reclamações e demandas. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 13. E segundo Mônica Pechincha, os Kadiwéu tinham orgulho de procurarem a FUNAI apenas quando eram questões fundiárias. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 66-67.

⁸²⁰ Segundo Pierre Clastres, o Chefe indígena é entendido como estando a serviço da comunidade, e não ao contrário, reforçando que os indígenas relacionavam com o órgão a partir de suas próprias noções de política indígena. Para Clastres, ver CLASTRES, Pierre. A sociedade... op. cit., p. 144.

⁸²¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 49 - Planilha 331 - Item 01, p. 238-239.

⁸²² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 49 - Planilha 331 - Item 01, p. 248.

Figura 53: Aldeia Terena dentro do cercamento do Hilton Monteiro Leite (em 1962)⁸²³



Fonte: M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 176.

A utilização das noções de tutela contra os Serventuários era renovada em elementos e estratégias à cada vez, agregando diversos agentes indígenas que estavam cientes da conduta esperada pelo SPI. O novo Encarregado do PI São João, já desde algum momento anterior à 11/10/1959, era alvo de articulações indígenas. O Encarregado do PI Nalique comunicou para a IR5 que o Kinikinau Ângelo Marques, que voltou a ocupar cargo remunerado, era mais um dentre outros indígenas assalariados do PI São João que foram até o seu PI para queixarem-se do Encarregado. Em Nalique, o Ângelo Marques apresentou um leve ferimento por disparo de revólver na região da cintura, alegando que o seu Encarregado era o autor e que vinha praticando semelhantes atos contra os indígenas daquele PI. O Encarregado do PI Nalique comunicou à IR5: “*Determinei então que este trabalhador ficasse prestando os seus serviços neste Posto, até ulterior deliberação dessa chefia*”⁸²⁴. Os trabalhadores Terena e Kinikinau

⁸²³ Tamanho de 8.400 hectares, 5.400 além do permitido.

⁸²⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 164, p. 29.

não seriam integrados ao PI Nalique sem a anuência dos Kadiwéu. Na verdade, a partir disso, ambos os PI manteriam uma imbricada rede de informações, justificando assim como foi possível o abandono de um PI para ser acolhido prontamente como trabalhador no outro. Não parece verídico que um Encarregado atire nos indígenas e siga em segurança em pleno território Kadiwéu. Sob ordens da IR5, o Encarregado do PI Nalique recolheu o depoimento do Ângelo Marques, em 15/11/1959, que alegou sofrer o disparo quando em companhia de outros dois Kinikinau, cuja família atuava intensamente no PI São João: Guilhermano Anastácio e Fidélis Anastácio. Assim, o Ângelo Marques, bem sabendo das políticas tutelares do SPI, alegou que teve a aba de seu chapéu atingida por um disparo enquanto trabalhava numa cerca do SPI pelo Encarregado e após terminar o serviço, foi ferido com outro disparo na região da lombar, ouvindo do Encarregado que *“indio com êle era na bala”*. Apenas nesse trecho do depoimento estão reunidos dois pontos capitais que nenhum Serventuário poderia infringir: agir com violência contra indígenas (contrariando ideais rondonianos) e impedir que os indígenas trabalhassem (já que isto era parte da atribuição do SPI). O Kinikinau Ângelo Marques ainda acusou o Encarregado de embriaguez, uma falta grave, e que ao procurar atendimento médico no PI, o Encarregado não lhe deu assistência, o que era a função basilar do órgão. Assim, o Kinikinau Ângelo Marques, ferido levemente por arma de fogo e com um chapéu furado na aba, mas suportado por dois outros Kinikinau, parentes entre si, foi até o PI Nalique *“a fim de fazer queixas e procurar os seus direitos.”*⁸²⁵. Com isso, os indígenas forçaram a IR5 a tomar atitudes, abrindo um termo de declaração em 18/11 de 1959. Em sua defesa, o Encarregado declarou: *“[...] que, nada sabe do ocorrido; que não atirou em ninguém; que acredita ter-se ferido, motivado pelo seu estado de embriaguês, de tanto tombo que levou; que desconhece o motivo da sua saída do Posto, para o de Nalique.”*⁸²⁶. A despeito da veracidade da versão indígena, do qual a IR5 não ficou convencida inclusive, a pressão exercida pelos Terena e Kinikinau forçou uma ordem de substituição do Encarregado em 28/12/1959, em favor do Kinikinau Guilhermano Anastácio e, caso estivesse no local, ao Tereno Emílio Gois, até posterior avaliação, realocando o antigo Encarregado na sede da IR5⁸²⁷. Entretanto, a pressão também era exercida fortemente pelos Kadiwéu, não mais apenas do PI Nalique, mas também do PI P. Alves de Barros, provavelmente por conta das insatisfações dos tributários, levando a IR5 determinar ambos os Encarregados a irem até o PI

⁸²⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 164, p. 27-28.

⁸²⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 166, p. 100.

⁸²⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 111.

São João e “*apurar a responsabilidade do seu Encarregado [...] acusado por vários índios em diversas veses, de desmandos, venda de semoventes e outras faltas graves, que tudo deverão apresentar em relatório, em duas vias a esta Inspetoria*”⁸²⁸. Estas articulações entre indígenas eram fluídas, adquirindo coesão ao enfrentar um alvo comum e depois dissipando em intrigas, ao menos entre os Terena e Kinikinau. No PI São João, após assumir como Encarregado o Kinikinau Guilhermano Anastácio queixou-se para a IR5 em 01/02/1960, contra o Kinikinau Ângelo Marques, que apesar da etnia, pertenciam a clãs diferentes. Já o Tereno Emílio Gois também foi alvo de reclamações, já que por ordem emitida pela IR5, este tinha a autorização para receber o cargo das mãos do Guilhermano Anastácio⁸²⁹. É notável a abstenção Kadiwéu para assumir o PI São João ao longo de toda a pesquisa⁸³⁰.

Ao mesmo tempo em que faziam destro uso das noções de tutela de forma tão próxima aos Serventuários, no caso dos Kadiwéu, estes os observavam atentamente no território, não permitindo escapar informações internas e com mecanismos efetivos, garantiam a manutenção da *fronteira étnica* que diferenciava entre o “nos” indígenas e “eles” não-indígenas de forma acentuada. Foi emblemático o caso de um Enfermeiro obscuro à serviço do SPI, que a partir do PI P. Alves de Barros, escreveu uma carta para a IR5 informando que um indígena lhe soprou que o Capataz do PI Nalique pagou um número exorbitante de 50 reses como suborno pelo “mau” que fez a uma irmã do Cap. Severiano Matchúa, que teve supostamente um filho

⁸²⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 40.

⁸²⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 112.

⁸³⁰ Para os Kadiwéu, a inserção dos Terena, e Kinikinau certamente, nos assuntos administrativos do SPI no território não parecia incomodá-los. Conforme o que a antropóloga Mônica Pechincha ouviu nos anos 1990 dos Kadiwéu, com sua tradicional postura altiva, orgulhosa e desdenhosa, os Terena tiveram que ir à cidade trabalhar e estudar porque não tinham território ou porque a sua extensão era muito pouca. Já os Kadiwéu, por sua vez, por terem muita terra não precisavam estudar e melhor seria se dedicar à criação de gado ou viver por meio da cobrança de tributos dos fazendeiros em seu território. Ao realizar uma análise crítica, é possível concluir que, ao mesmo tempo em que mantém os Terena em posições de “serviço”, também lhes permitem notável protagonismo e atuação em setores importantes, bem como lhes permitem trabalhar para sobreviver, já que estão sem terra. De fato, é uma interação altamente complexa a dos Kadiwéu com os seus tributários. Em 1990, todos os funcionários da FUNAI na aldeia Pé-de-Serra eram Terena. Para Pechincha, ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. *Histórias de admirar...* op. cit., p. 76-77. Cabe destacar, com relação à posição Terena e Kadiwéu, que alguns não-indígenas interpelados pela antropóloga Lecznieski, disseram-na que os Kadiwéu não ensinam suas crianças a trabalharem, deixando-as brincar o dia inteiro sem serem contrariadas e fazendo todas as vontades, enquanto os Terena levam suas crianças para ajudar lavar roupa no córrego. LECZNIESKI, Lisiane K. *Estranhos laços...* op. cit., p. 74-77. Jaime García, por sua vez, acrescenta que ao fim de 1980 e início de 1990, os professores das escolas no PI São João e da aldeia da Pé-de-Serra eram Terena, remunerados pelo estado. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou...” op. cit., p. 13. Já Basques Junior, em pesquisa de campo entre os anos 2016-2020, ouviu de um Kadiwéu que nenhum deles votavam nas eleições dos Terena, e por extensão dos Kinikinau. O que já não ocorria do outro lado, pois os Terena votavam nas eleições dos Kadiwéu e certamente os Kinikinau também. Para Basques, ver BASQUES JUNIOR, Messias M. *QUASE IRMÃOS: Maestria e território entre os Ejiwajegi do Pantanal*. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020, p. 167.

com ele. O rumor era questionável⁸³¹, mas isto não foi capaz de parar o enfermeiro: “*não sei se tem alguma coisa de real, mas peço permissão ao Sr. para poder averiguar se existe alguma coisa de real*”. Os Kadiwéu notaram que o enfermeiro era um tagarela intrometido, mas para ter certeza sopravam-lhe mil e uma coisas: “*também tenho tido outras informações, o índio daqui não gostam de falar parece até que tem medo de alguma coisa.*”. O próprio Enfermeiro buscava o papel de potencial informante inconveniente: “*Esperando uma resposta positiva, pois sei que sr. gosta de ver punido os culpados*”⁸³². Ora, não seria surpresa que no próximo mês esse obscuro Enfermeiro escreveu apavorado para a IR5 porque “*Existe aqui na aldeia um grupo de índios kadiueus chefiado pelo índio Antônio Mendes que quer bater-se ou matar-me ainda não estou bem informado, espero que sua compreensão mande alguém que faça esclarecer este fato*”. De algum jeito⁸³³ os Kadiwéu confirmaram suas suspeitas e o guerreiro Antônio Mendes, cativo da família “nobre” dos Matchúa⁸³⁴, fez chegar os rumores ao Enfermeiro de que estava correndo risco de vida⁸³⁵, mas não esquecendo de esperar pelo

⁸³¹ Caso fosse uma Dona Kadiwéu, então parece-nos algo pouco provável. Já que as Donas não se casariam com pessoas julgadas inferiores, bem como o número de reses seria identificado pelo Encarregado. E as mulheres Kadiwéu praticavam o controle da natalidade, do qual o antropólogo Jaime Garcia apontou como vigente ao fim de 1980 e início de 1990. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 10. Por outro lado, também poderia ser uma cativa da família “nobre” dos Matchúa, criada como irmã do mesmo. Neste caso, os senhores, segundo a cultura Kadiwéu, tinham todas as prerrogativas para exigir tributos e indenizações pelos malfeitos praticados contra a cativa. Sobre isso, Basques Junior colheu o depoimento do Cap. Valciso Medina, em 2016, narrando uma história nestes mesmos moldes, em que um Kadiwéu se casou com uma cativa de uma família e após agredi-la os senhores exigiram uma quantia enorme de gado para que uma vez comprada, então o marido pudesse agir como quisesse. Mas ao que tudo indica, o preço alto foi intencional, já que não era possível pagar e o casal logo separou. BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS... op. cit., p. 60.

⁸³² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 183, p. 13.

⁸³³ Em sua experiência de campo, Mônica Pechincha, após ouvir de um indígena que outro determinado Kadiwéu era um xamã, foi até ele. Após indagá-lo sobre seus conhecimentos, foi respondida rispidamente e de maneira nervosa pelo xamã, indagando-a imediatamente sobre quem é que teria dito aquilo para ela, bloqueando qualquer tentativa de diálogo subsequente. A antropóloga foi jogada para uma armadilha, foi induzida ao erro. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 6.

⁸³⁴ Ibidem, p. 52, 74.

⁸³⁵ O fato de o guerreiro Antônio Mendes assumir a autoria da ameaça de morte em nome de seu senhor Capitão Matchúa, sugere-nos que este tipo de conduta, ou seja, agir com hostilidade, não é algo adequado a um nobre. Ao que tudo indica, a sociedade Kadiwéu espera desses uma atitude sublime. É significativo que, em sua obra, Darcy Ribeiro tenha destacado que um ancião “nobre” da família Matchúa, do qual conheceu, era calmo e incapaz de levantar a sua voz em rompantes. Além disso, também destacou, com relação ao Cap. João Príncipe, que este consolidava o seu prestígio mediante as relações políticas que mantinha entre “brancos” e indígenas, respeitado sobretudo por sua sabedoria e por ser reputado como um “homem sério”. Tais características contrastam de forma significativa com a ferocidade de um povo indiscutivelmente guerreiro. Já a antropóloga Mônica Pechincha recolheu o depoimento da Dona Aracy Matchúa, que lhe disse sobre os cativos (a “xamacocada”) serem muito “brabos”, que não tinham “educação”, isto é, “classe”/“etiqueta”, como os Kadiwéu, que xingavam “na cara mesmo” e que não gostam de falar com os “brancos”. A Dona ficou surpresa porque os cativos permitiram a antropóloga permanecer no território. Sobre isso, a antropóloga também colheu um depoimento proveniente da rede política ligada aos Matchúa, sobre os Capitães possuírem “capangas”. Estes

tempo oportuno para que o aviso tivesse potencialidade máxima, pois segundo o Enfermeiro: *“Espero que tome providências urgente, pois estou sozinho no posto”*. A ameaça foi o suficiente para causar pavor no Serventuário intrometido, a ponto de que este viu a vida passar diante dos olhos, conforme finalizou: *“Como é do seu conhecimento tenho família e pretendo conhecer meu filho que nasceu em Brasília.”*⁸³⁶. A presente pesquisa não encontrou outros documentos relacionados sobre o sujeito, o que nos leva a conclusão que abandonou o território, virando mais um dos *“corridos”*, um tipo de evento transformado em conto que diverte muitíssimo aos guerreiros Kadiwéu.⁸³⁷

“capangas” seriam, em realidade, um grupo seletivo de guerreiros que assumiam a incumbência de levar a guerra, do qual, muito ao contrário de um papel subserviente, em realidade a sociedade Kadiwéu parece honrar os “nobres” para que estes deem lugar aos cativos para irem à guerra tomar butins e cativos para si próprios. O cativo do cativo era enredado na mesma rede política do “nobre”? Seja como for, dentro da perspectiva xamânica Kadiwéu, os animais também possuíam seus capangas. Para Pechincha, ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. *Histórias de admirar...* op. cit., p. 71, 111, 149-150. Para Ribeiro, ver RIBEIRO, Darcy. *Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre...* op. cit., p. 36, 144-145, 196, 307.

⁸³⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 183, p. 14.

⁸³⁷ A antropóloga Lecznieski, em pesquisa de campo entre 2000-2005 foi a primeira a desenvolver as reflexões sobre os “corridos”, porque foi mais um deles. Os Kadiwéu reuniam e contavam entre si, com gargalhadas e divertimentos, os casos em que não-indígenas tiveram que sair corridos de seu território, imitando as suas reações e comportamentos naquele momento dramático. Segundo a autora, quase todos os linguistas, psicólogos, antropólogos, biólogos, historiadores e inclusive um advogado que os assessorava àquela altura, passaram por tal situação. A autora identificou estes corridos com os contos sobre Gu-ê-Krig que Darcy Ribeiro colheu em seu magnífico trabalho e observou que era o tipo de história que mais divertia aos Kadiwéu. O Gu-ê-Krig conforme a autora descobriu, é um estrangeiro que tenta roubar coisas dos Kadiwéu e pregar-lhes peças, principalmente nas moças, rapazes e crianças por serem vulneráveis, o que traça paralelo direto com os mitos Kadiwéu sobre o rapto das crianças e incorporação de elementos de outras culturas à sua. Estes contos sempre terminam com a expulsão do personagem das formas mais engraçadas. Enquanto vítima, a autora registrou que era insuportável equilibrar entre o acolhimento e as ameaças de morte, as vezes jogadas como “ainda está viva?”, que sofria de guerreiros que transitavam armados, algo quase esquizofrênico, como apontou, que a levou a abandonar o território em diferentes ocasiões ao longo de sua pesquisa. A autora relata casos quando teve, por exemplo, que se defender das patas de um cavalo guiado pelo montador, deliberadamente contra a sua pessoa. Certa feita, o tal advogado fugiu apavorado da aldeia quando, ameaçado de morte, se safou porque as mulheres Kadiwéu tomaram a frente, obrigando o Kadiwéu a recuar. Há também o caso de um... bem... certo professor... identificado pela autora como mais um daqueles quem tinham divertimentos em contar sobre os corridos, dando a entender que este certo professor estava inserido naquela sociedade como um legítimo Kadiwéu, pois de fato foi tornado cativo por uma certa anciã muito respeitada. Ele contou para a antropóloga que ouvia incrédula, em choque, na companhia de seu filho, durante a noite, que um Kadiwéu gentil com a sua família, possivelmente ligado à família “nobre” dos Matchúa, colocou-lhe um revólver na cabeça para ameaçá-lo de morte na frente de todo o mundo. Este mesmo professor chegou a relatar que quando assistia TV em sua casa na aldeia, à noite e sozinho, ouviu conversas, tiros, batidas na porta e ameaças para que saísse da casa porque iriam pegá-lo. Quando o professor viu que a porta era arrombada, pulou pela janela e saiu correndo sem rumo à procura de socorro, seguido pelos perseguidores. A autora, quem ouvia aquela história teria que retornar para casa em meio à escuridão. Em suma, o terror é o sentimento que atravessa a experiência de todos os corridos, entendidos como aqueles que tentam roubar os saberes Kadiwéu. O antropólogo Kalervo Oberg também registrou, entre 1946-1947 que os Encarregados permaneciam por poucos meses no território e que tiveram que abandonar a região em temor à suas vidas. LECZNIESKI, Lisiane K. *Estranhos laços...* op. cit., p. 33, 39, 48-67. Para os mitos sobre Gu-ê-Krig, ver RIBEIRO, Darcy. *Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre...* op. cit., p. 132-143. Para Oberg, ver OBERG, Kalervo. *The Terena and the Caduveo of Southern Mato Grosso, Brazil*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution, Institute of Social Anthropology, Publication No. 9, 1949, p. 59.

4.2 Uma proximidade manipulada com fazendeiros

Neste subcapítulo, o nosso foco é analisar os casos de vendas de posses no território e a ampliação das cercas, demarcando as suas consequências frente as ações em represálias do SPI e qual seria a participação indígena nestes casos. Por esse caminho, nos interessa entender propriamente de que maneira os indígenas estavam relacionados com esses fazendeiros e de que forma a noção de política tutelar era apropriada aos seus interesses.

As consequências

Os Capitães Kadiwéu mantiveram contato direto com o Inspetor Erico Sampaio na sede da IR5, para onde levavam e expunham as suas demandas que queriam ver cumpridas contra os fazendeiros em seu território⁸³⁸. Em 17/10 de 1961, os Kadiwéu informaram que um fazendeiro do qual aguardava a sua oficialização de contrato de arrendamento, estava construindo um retiro dentro da “invernada velha”, o que foi determinado prontamente pelo Inspetor para que o Encarregado impedisse, pois ninguém tinha a sua autorização para fixar perto dos PI. As lideranças também falaram sobre o grileiro⁸³⁹ Alcides Vieira Branco, quem estava fazendo uma posse na invernada do SPI e que já havia vendido mais outras 3, “*como se isso aí fosse terra de ninguém*”. A informação Kadiwéu levou ao Inspetor determinar para o Encarregado que: “*Avise a esse cidadão que se retire da Reserva antes que sejamos obrigados a tomar uma providência enérgica contra ele e os que assim procederem.*”⁸⁴⁰. Este mesmo grileiro havia solicitado arrendar parte do território Kadiwéu ainda em 1956, para a Diretoria do SPI, mas era pessoa inteiramente desconhecida da IR5⁸⁴¹. Em 12/03 de 1962, o Inspetor Subst. José Mongenot esteve no território Kadiwéu, onde também foi informado detalhadamente pelos indígenas que os fazendeiros cercaram áreas maiores do que aquelas

⁸³⁸ Para o dever da palavra pelas lideranças indígenas, ver CLASTRES, Pierre. A sociedade... op. cit., p. 30-31, 24, 107-109.

⁸³⁹ Conforme explicitado por Alcir Gurden de Miranda, invasores são aqueles que apossam de terras já trabalhadas/exploradas. E o grileiro de posse é aquele quem empreende o ato da posse para tornar a terra em um bem comercializável, sem qualquer intenção de cultivá-la ou torná-la produtiva, ver DE MIRANDA, ALCIR GURSEN. Direito agrário e o posseiro. Revista da Faculdade de Direito da UFG, v. 12, n. 1-2, 1988, p. 118, 120-121.

⁸⁴⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 191, p. 107-108.

⁸⁴¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 297, p. 57.

permitidas por contrato. Além disso, informaram que um mercado clandestino fundiário foi formado, contando nominalmente com diversos fazendeiros e inclusive com ilustres entusiastas de famílias notáveis de MT, como o Sr. Sebastião de Arruda e os velhos inimigos da Família Jacques, que até então movimentou a venda de 9 posses⁸⁴² por valores exorbitantes. Ao saber disso, o Inspetor Subst., atendendo as informações indígenas, baixou uma determinação geral para todos os Encarregados em 14/03/1962: *“Tendo em vista as irregularidades existentes [...] com referência a varias vendas de posse por valôr astronômico, fica expressamente proibidas tais irregularidades, tendo para isso os Encarregados autoridade para anular qualquer ato de venda.”*⁸⁴³. Com aquela medida, os Encarregados interceptariam qualquer venda de posse in loco, sem necessitar requisitar autorização superior, pois sabendo que os indígenas monitoravam tudo, a IR5 fez com que embargassem sob seus olhos vistos. É notável as observações Kadiwéu que identificavam com precisão quem eram os fazendeiros em seu território e o que faziam e quantas vezes o fizeram. Mas os indígenas optavam por fazer com que a IR5 encarregasse da repreensão, repassando apenas os detalhes. Como isto era possível?

O envolvimento com a compra e venda de posses tinha consequências graves para os fazendeiros, o que seria, por conseguinte, de forte interesse indígena. Exemplo prático do cumprimento das informações Kadiwéu pela IR5 foram as ações do Inspetor Fernando da Cruz, que em 01/09/1962 já havia determinado a prisão de dois “invasores” ao Encarregado do PI P. Alves de Barros⁸⁴⁴ e em 06/12/1962 intimou o fazendeiro Evaristo Ferreira dos Santos para prestar depoimento na sede da IR5 acerca de sua conduta no território. O fazendeiro declarou mil e uma coisas, mas admitiu a compra de uma posse vendida pelo grileiro Alcides Vieira Branco, na região da “Água Fria”, por 1 milhão e 800 mil cruzeiros. Mas com receio de expulsões pelo Inspetor Fernando da Cruz, quem certamente não escondia a sua vontade em fazê-lo, declarou que era vítima de um engodo porque a posse foi vendida sob alegação de que não fazia parte do território⁸⁴⁵. Na verdade, o Sr. Evaristo já possuía contrato com o SPI e faria parte dos tais fazendeiros do Nabileque que tiveram prejuízos com as enchentes. Mas fora isso, é notável a conformação de um efeito em cadeia, pois o grileiro

⁸⁴² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 10.

⁸⁴³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 196, p. 82.

⁸⁴⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 35.

⁸⁴⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 39.

arrastava consigo mais fazendeiros para a expulsão. Assim, não seria interessante para os indígenas que o quanto mais os grileiros operassem as vendas de posses em seu território, mais fazendeiros fossem expulsos?

Havia uma relação entre a comercialização de posses com a ampliação das cercas. Em 12/03 de 1963, o Inspetor Alísio de Carvalho comunicou para o Encarregado do PI Nalique, que: *“O portador da presente Snr. Honorivaldo Alves de Albres está autorizado por esta Chefia a fazer cerca divisória com o/ Snr. Ramon Nunes, de acôrdo com o combinado entre êles.”*⁸⁴⁶. Mas, após uma semana, dirigia-se o Inspetor para o Encarregado do PI P. Alves de Barros, anulando a medida anterior e determinando comunicar ao fazendeiro: *“que qualquer entendimento referente a construção de cercas, deverá ser tratado no escritório desta Inspetoria, juntamente com as partes interessadas, que no caso será o Sr. Ramão Nunes.”*⁸⁴⁷. A IR5 havia notado que o fazendeiro tentou incorporar a área arrendada do outro fazendeiro e dias depois, em 21/03/1963, fez saber ao Encarregado do PI P. Alves de Barros, que: *“deveis cientificar aos arrendatários que, ficam expressamente proibidas aquisições de terras nas Reservas dos Kadiuéos”*. A notificação é originada de outro caso de venda acusado pelos indígenas entre o Honorivaldo Alves de Albres com o Rosalino Ajala, levando o Inspetor a determinar para o Encarregado: *“solicito-vos comunicar [...] que a transação feita pelo mesmo [...] Dependerá de homologação desta Chefia, devendo as partes interessadas comparecerem a esta Repartição para o devido entendimento.”*⁸⁴⁸. Após a intimação de ambos, o esquema ficou despercebido por pouco tempo, já que em 03/05/1963, os indígenas informaram ao Inspetor que determinou para o Encarregado: *“Deveis procurar informações seguras quanto á noticia aqui chegada de que o Sr. Honorivaldo Alves de Albres, teria comprado a “posse” do sr. Rosalino de tal”, pois, em caso afirmativo, teria ordens para “embargar qualquer efetivação, pois que não devem ser permitidas, em hipotese alguma”, e aproveitando o episódio, com urgência recomendou “expedir ordem e instruções [...] a fim de que todos fiquem informados e esclarecidos, que não serão aprovadas tais transgressões”*⁸⁴⁹. Portanto, como na venda de posses, também na ampliação das cercas havia consequências que eram interessantes aos indígenas.

⁸⁴⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 162, p. 81.

⁸⁴⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 7.

⁸⁴⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 6.

⁸⁴⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 160.

Nesse sentido, há um caso sugestivo em que os Kadiwéu da aldeia de Tarumã informaram a IR5 que o Sr. Lino Miranda ampliou a sua cerca, encampando uma área denominada “Jaguatirica”, que era vizinha a aldeia e utilizada pelos indígenas. Mas, seria mesmo razoável que o fazendeiro lançasse aquela empreitada sem algum acordo prévio com os indígenas e sem calcular retaliações do SPI, nem qualquer preocupação com sua situação nem segurança ali? A resposta do SPI contra o Sr. Lino Miranda foi exemplar, quando em 08/05/1963, a IR5 determinou para o Encarregado do PI P. Alves de Barros: *“Deveis com urgência examinar a veracidade de informação nesta data chegada ao meu conhecimento”* e em *“Caso positivo, estais com ordem desta Chefia de embargar imediatamente tais trabalhos, testemunhar a invasão e comunicar, para posteriores providencias”*⁸⁵⁰. E no mesmo dia, voltou a determinar para o Encarregado que *“ninguém pode ou deve modificar cercas, fazer novas em areas não alugadas, anteriormente, nem operar vendas de chamadas “Posses” que não serão homologadas ou reconhecidas por esta Chefia, além de ficarem sujeitos às consequências legais”*⁸⁵¹. Nesse processo, a IR5 determinou que o Agente Alvarenga Soares fosse ao território em 21/08 de 1963, para anular todas as transações de posses e retroceder as cercas do Sebastião de Arruda⁸⁵².

Este não foi o único caso sugestivo, já que quando o fazendeiro Jaime Teixeira ampliou suas cercas partindo do “Morro do Padre”⁸⁵³ até o vizinho da Família Jacques, a IR5 em 21/11/1963, deu ordens para que o Encarregado do PI P. Alves de Barros, checasse no exato ponto ampliado de cerca e caso confirmado, tinha suas ordens para retrocedê-las. A ocasião foi pretexto para que o Inspetor esclarecesse que a IR5 *“não tolerará a partir desta data abusos e falta de cumprimento de determinações”* e *“que está disposta a promover o embargo geral de todo e qualquer trabalho de benfeitorias”*, inclusive *“de entregar todo o problema diretamente a jurisdição da Diretoria geral do SPI para que determine a retirada dos que não se conformem ou não acatem as deliberações desta Chefia”*⁸⁵⁴. Por que fazendeiros

⁸⁵⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 159.

⁸⁵¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 159.

⁸⁵² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 27.

⁸⁵³ No Morro do Padre havia um antigo cemitério Kadiwéu, utilizado por seus antepassados, do qual o antropólogo Jaime Garcia ouviu falar por uma anciã já ao fim de 1980 e início de 1990, sugerindo que ainda era utilizado. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 102-103.

⁸⁵⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 149-150.

arriscavam assim? E como os indígenas conheciam detalhadamente as ampliações das cercas e as vendas de posses?

Descortinando a localização indígena

Na agenda, com poucas páginas preenchidas, o Inspetor Martins Pedrosa fez um registro sem data, de um evento que chegou ao seu conhecimento: “*Solucionar o problema de um indio que está fechando uma parte da invernada do Leoncio [de Souza Brito] – Volta Grande – cujo contrato está em nome do Sr. Valdomiro Flores Nogueira*”⁸⁵⁵. Isto era um subarrendamento, algo proibido pelo contrato de arrendamento de 1961, concentrando no mesmo espaço o Valdomiro Flores Nogueira, o Leônicio de Souza Brito e o indígena que ergueu suas cercas sem consulta ao SPI nem aos fazendeiros disputando por seu espaço. Diante desse contexto, em 17/11 de 1964, o Inspetor determinou para o Encarregado do PI São João para ir à casa do indígena e impedir que continuasse a construir sua cerca “*em areas já compromissadas com arrendatarios. Isso porque os referido senhores tem Contrato firmado e area demarcada com este Serviço*”⁸⁵⁶. Ao concluir a determinação, o Encarregado comunicou que no mesmo dia 17 esteve na casa do indígena e que já havia finalizado a cerca e “*que o Indio Nicolão [Nicolau?] Nunes acha-se prejudicado com as criações do arrendatario que ele tem a suas criações vacuum e cavalaes rebanho de cabrito calculado cento e cincuenta e um rebanho cento e poucas ovelhas*”⁸⁵⁷. Além disso, foi no mesmo dia 21/11/1964 e na mesma região que o Encarregado do PI São João relatou ter encontrado uma posse com 300 elarias vendida para um paraguaio talabarteiro de nome Adolfo Cristaldo, que ao ser interrogado disse ter comprado aquela posse do Jorge Papadopoulos, que por sua vez teria comprado de um indígena⁸⁵⁸. Esse caso ganha mais contornos a partir dos registros do Inspetor em sua agenda. Segundo as informações que lhe chegaram, foi o Tereno João Pio⁸⁵⁹

⁸⁵⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 49 - Planilha 331 - Item 05, p. 2.

⁸⁵⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 94.

⁸⁵⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 198, p. 140.

⁸⁵⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 198, p. 139.

⁸⁵⁹ Em entrevista, o ator indígena “Macura Kadiwéu” declarou que a sua família, cujo sobrenome é Pio, é formada por indígenas Terenas. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=HKIiwczDtyU> > Última visualização: 10/03/2024. Costumeiramente os Terena apresentaram-se para os “brancos” como Kadiwéu, o que provocou reclamações nos últimos. Irônico pensar que os Kadiwéu, ao longo de sua história, constituíram-se

quem vendeu uma posse para o Jorge Papadopoulos, que a revendeu para o Adolfo Cristaldo por 500 mil cruzeiros, mas sem dinheiro para pagar, entregou 18 vacas, “*na presença do índio Jolião [Silva] e outros mais*”⁸⁶⁰.

Figura 54: Família Kadiwéu socializando (anos 1940)⁸⁶¹



Fonte: Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 126 . DR foto 638 126.

Portanto, os indígenas ficavam próximo aos fazendeiros e simulavam atos de venda do qual recebiam dinheiro e outros bens por isso. E simulavam porque bem sabiam que, dado o fato de serem tutelados pelo Estado, qualquer transação era nula caso não ocorresse sob a mediação do SPI⁸⁶². Dessa maneira, os indígenas apropriavam sua condição de tutelado que, mesmo tão próximos aos fazendeiros, mantinham a “*fronteira étnica*”. Sobre isso, em 27/11/1964, a IR5 logo questionou a Associação dos Arrendatários das Terras do Serviço de Proteção aos Índios (AATSPI), confrontando-a por meio das ações do Jorge Papadopoulos e seu suposto parente, tal de Nicolau Iguas, que realizaram transações “*com o objetivo de ludibriar indefesos índios, levando a I.R.5 a tornar sem efeito todo e qualquer compromisso*

como um povo que apropria elementos culturais alheios Mas ficam contrariados quando vítimas do mesmo processo. Na perspectiva Kadiwéu, os Terena que querem ser como eles são tidos como “metidos”. Ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 76.

⁸⁶⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 49 - Planilha 331 - Item 05, p. 3. Ao analisar a documentação e considerando os registros da antropóloga Mônica Pechincha sobre os Capitães serem assessorados por um Conselho formado por homens “nobres” ou cativos e geralmente anciãos que acompanhavam as deliberações referentes ao grupo, nos parece que o Julião Silva era possivelmente um conselheiro do Cap. João Príncipe ou figura proeminente. Para a pesquisa da antropóloga, ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., 69.

⁸⁶¹ Imagem melhorada digitalmente pelo autor.

⁸⁶² Para a relação entre tutela, Estado e direitos indígenas do ponto de vista jurídico, ver SILVA, Julianne Holder da C. A capacidade civil indígena. DIREITOS FUNDAMENTAIS & JUSTIÇA, v. 8, 2014.

cujos entendimentos estavam em andamento”⁸⁶³. O Inspetor, querendo remover o indígena, agora era forçado a lidar com o obstáculo criado não apenas por ele próprio, mas pela coletividade indígena: o posseiro era uma espécie de barreira humana. Ora, a IR5, em 03/12/1964, estipulou que o Encarregado do PI São João fosse até a região para “*determinar a retirada dos senhores: - Nicolau [indígena] e Adolfo Cristaldo, informando aos mesmo que a area que ocupam pertence ao Sr. Valdomiro Flores Nogueira, conforme Contrato firmado com esta inspetoria e mapa que comprova a veracidade dos fatos*”⁸⁶⁴. O Encarregado foi até lá em 15/12/1964: “*Comunico vos que foi atendido sua horde fui ate a Volta Grande e fis ssiente porem o Indio recuzou a saida disse que so sairia dali morto e sua mulher disse o mesmo. Remeto o mapa.*”⁸⁶⁵. De fato, o posseiro foi removido, mas o indígena com sua família permaneceram ali de forma absoluta, levando o órgão a desistir, já que um ano depois a IR5 solicitou ao Chefe do Setor Jurídico do SPI para, na região de “*Volta Grande – Restringir de 1.000 (hum mil) hectares a área para o Sr. Leoncio de Sousa Brito Filho, em beneficio do índio Nicolau Sousa que ocupa área com 200 animais*”⁸⁶⁶.

O episódio em questão, ocorrido no PI São João, esclarece muito satisfatoriamente as afirmações feitas pelo arrendatário Janes Monteiro Leite, também localizado no PI São João, que em 1963 declarou que conversou e conversava com os indígenas porque “*êles são tratáveis, chamam a gente de patrãozinho, essas coisas*”⁸⁶⁷. Ora, a dissimulação de tais

⁸⁶³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 288-289.

⁸⁶⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 198, p. 137.

⁸⁶⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 198, p. 136.

⁸⁶⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 324, p. 162-163. Segundo Jaime Garcia, ao fim de 1980 e início de 1990, havia uma série de núcleos familiares Kadiwéu espalhados no território, inclusive um que era liderado pelo Sr. Saturnino Kadiwéu, chamado de Oito Baía. O antropólogo ouviu da liderança em questão que os seus ancestrais sempre moraram ali e que, naquele contexto, o núcleo estava dentro de uma fazenda arrendada. A informação do antropólogo é importante, pois sugere que a atuação do indígena Nicolau no PI São João, em 1964, evoca os mesmos princípios. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 6.

⁸⁶⁷ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 271. A antropóloga Mônica Pechincha, em 1990, notou que os Kadiwéu tinham um gosto sofisticado pela ironia do qual, por inúmeras vezes a autora admitiu que não teve a rapidez para captá-la. Entre estes casos, a autora relatou sobre quando jantava em um dos melhores restaurantes e os Kadiwéu pediram um cacho de bananas ao garçom, explicando-a seriamente que seus ancestrais costumavam comer isto todas as segundas-feiras. Ora, ao que nos parece, chamar os fazendeiros de “patrãozinho” está fincado na mesma lógica. Ou seja, é ironia que praticada contra aqueles sujeitos que estão para fora de uma determinada sociedade, de uma determinada cultura e de relações políticas pré-existentes constituídas pelos Kadiwéu e seus tributários Terena e Kinikinau. Ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 3. Sobre isso, Rivesseau registrou, no início de Séc. XX, que o Cap. Joãozinho lhe chamou de “patrão”. E de patrão para patrãozinho há uma diferença notável, sobretudo porque, segundo Lecznieski, os Kadiwéu são um povo estritamente formal. Para Rivesseau, ver RIVASSEAU, Emilio. A vida dos índios Guaycurús: quinze dias nas suas aldeias. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p. 57. Para Lecznieski ver LECZNIESKI, Lisiane K. Estranhos laços... op. cit., p. 186-187.

relações permitiam aos indígenas ficarem bem próximo aos fazendeiros, quando ocorriam as ampliações das cercas, lhes habilitando vender posses e acompanhar o trajeto subsequente pelos novos compradores, urdindo uma teia que levava de roldão os não-indígenas de seu território, quando confrontados pelo SPI, a quem os indígenas logo faziam ciente. Assim, em maio de 1965, a IR5 deu um ultimato para que o Jorge Papadopoulos não ampliasse seu arrendamento⁸⁶⁸. Mas já em julho de 1965, o Advogado do SPI, Sr. Maciel Buckner, ao elaborar seu relatório de atividades para a Diretoria do SPI, registrou que requereu do representante do Departamento Federal de Segurança Pública a abertura de inquérito para apurar a conduta do fazendeiro que vendeu o seu contrato de arrendamento por exorbitantes 26 milhões, comprado pelo Edmundo Barbosa⁸⁶⁹. O depoimento do Encarregado do PI Nalique denunciou que na negociata os indígenas receberam uma certa quantia a fim de facilitarem a venda da posse. O Serventuário José Mongenot Filho, sem ordens da IR5, seguia para o PI Nalique visando contactar os indígenas para obter autorizações para negociatas⁸⁷⁰.

Ao analisar um pouco mais detidamente a questão, é possível afirmar que se os não-indígenas procuram os indígenas para comprarem posses, então isto não seria reconhecimento de que os senhores do território eram os Kadiwéu e que não atreviam a fixarem ali sem um claro entendimento com este povo guerreiro temível? Pois, nesse sentido, fica mais claro inclusive o porquê de um posseiro, ao comprar a posse de outro, dispor da informação de que a posse, em princípio, foi comercializada por um indígena, pois era isto o que atribuiria legitimidade. Ainda no mesmo mês, em 30/07/1965, o Inspetor Samari Prado foi informado que o mesmo Nicolau Iguras, quem teria comprado uma posse dos indígenas, vendeu-a para o Aladin Nunes por 16 milhões, levando o Inspetor a notificar ao Advogado do órgão⁸⁷¹ que levou o caso para o Departamento Federal de Segurança Pública⁸⁷². A estratégia era tão efetiva que, ao ir ao território Kadiwéu para realizar a apuração das informações relatadas à IR5, em 18/08/1965, o Veterinário do SPI confirmou como verdadeira a negociata entre um

⁸⁶⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 143.

⁸⁶⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 324, p. 249. Para José de Souza Martins, grileiros são aqueles que adentram numa propriedade de outrem e ali adquirem, por meios fraudulentos, papéis que lhe habilitam a vendê-la como um traficante de terras. Dado as limitações impostas por conta da documentação, não está ao alcance confirmar se o Jorge Papadopoulos vendeu o seu contrato ou a área que arrendou como posse. Ver Martins, J. de S. (2019). Lutando pela terra. Revista De Ciências Sociais, 11(1 e 2), p. 7.

⁸⁷⁰ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 16, p. 117.

⁸⁷¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 261, p. 21.

⁸⁷² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 10.

Deputado eleito, o Sr. Carlos Medeiros, com o fazendeiro Dinarte Ximenes, do qual o primeiro comprou ilegalmente o contrato de arrendamento do segundo na região “Boi Morto”, sob a mesma área do PI São João⁸⁷³. As vendas de posses ainda foram registradas em 1966, quando um tal de Ampliado Góis vendeu ou passou sua posse para outro tal de Roberto⁸⁷⁴.

Quando denunciar ?

Bem, se os indígenas monitoravam cercas e vendas de posses e, por conseguinte, os que ali fixaram, então está implícito que havia um intervalo de tempo em que fazendeiros poderiam se instalar, e, portanto, quando seria interessante denunciá-los. Dessa forma, em que medida as denúncias não estariam atreladas ao fato de que estes deixaram de ser interessantes para continuar mantidos no território? Em 28/05/1965, o Inspetor Samari Prado determinou para o fazendeiro Ivan Miranda Pleutin, “*em virtude a vossa ocupação irregular*”, a sua “*retirada imediata*”, comprometendo a reembolsar as benfeitorias construídas de acordo com a avaliação do engenheiro do SPI e dispensando a necessidade do sujeito ir à IR5 para reclamar, concluindo advertidamente: “*Aguardando cumprimento des[t]e aviso, amigavelmente, para evitarmos aborrecimentos, agradecemos*”⁸⁷⁵. O caso em questão deixa claro que houve um período entre o ingresso, a construção de benfeitorias e a expulsão, cuja presença seria denunciada pelos indígenas.

Nem sempre as articulações indígenas contra os fazendeiros, utilizando a noção da política tutelar, eram eficazes, exigindo incrementos. Durante anos, os indígenas mantiveram o anonimato ao denunciar fazendeiros, como em 07/05/1962, quando levaram a IR5 a comunicar ao Encarregado do PI Nalique: “*Solicito urgencias providencias sentido comunicar esta inspetoria desmando por parte arrendatario Ananias Pedro Valente*”⁸⁷⁶. No entanto, isto foi alterado em 28/03/1967, quando a IR5 intimou o fazendeiro Lino Miranda: “*tendo em vista denuncias apresentadas a esta Chefia, de que o indio [Cap.] João de Barros e outros, vêm sendo maltratados e ameaçados de morte por parte de V.S [...], solicito o vosso*

⁸⁷³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 34 - Planilha 326, p. 139-140.

⁸⁷⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 160, p. 4

⁸⁷⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 142.

⁸⁷⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 28 - Planilha 271, p. 28.

*comparecimento [...], a fim de prestar esclarecimentos a respeito.”*⁸⁷⁷. É interessante notar que antes de acreditar em tal versão, o Kadiwéu Julião Soares do PI P. Alves de Barros, já em 1966, alegava que este mesmo fazendeiro dizia aos Kadiwéu que não tinham mais direito as áreas próximas aos PI e que deveriam vender suas posses a ele, que aumentando-a, subarrendou para um tal de João dos Santos⁸⁷⁸. Ora, todas as alegações seriam suficientes para que o SPI o expulsasse, mas chama a atenção na alegação do indígena, que coloca a venda de posses como o resultado de uma pressão dos fazendeiros que teriam a vontade de tomarem o território, isentando os indígenas de terem segundas intenções, quando em realidade, as vendas de posses ocorreram com afínco no PI São João e não no PI Alves de Barros.

* * *

Os indígenas, cientes dos deveres que competiam ao SPI, instrumentalizaram as suas noções do que significava ser um indígena tutelado, a fim de, ao mesmo tempo, reorientarem as ações de Serventuários no PI São João, julgadas insatisfatórias, e combater a presença de não-indígenas em seu território. Assim, a mesma teia de informações operada por indígenas, que reinseria os Encarregados em determinada direção, também ficava próxima, tanto de grileiros como fazendeiros, a fim de “venderem posses” com o intuito de levar de roldão toda a cadeia de revendedores, compradores e ampliadores de cercas. Então, os indígenas faziam com que o SPI desgastasse sua imagem contra os não-indígenas em seu lugar, o que por anos ocorreu de forma anônima. A partir disso, é razoável afirmar que a eficiência da política tutelar do SPI contra fazendeiros e grileiros no território era resultado direto das articulações indígenas que entranhavam nos objetivos do SPI e de sua retórica.

⁸⁷⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 103.

⁸⁷⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 193, p. 38.

5 ADESAO SITUACIONAL: CARCOMENDO A “FAZENDA KADIWÉU”

A partir de 1957, os Kadiwéu ativaram simultaneamente: as imposições tributárias, as capturas da política tutelar no território e a instrumentalização de suas noções de tutelado. Isto ocorreu inserido nas ações e políticas do SPI. Tal constatação instiga a reflexionar se o órgão exercia um poder efetivo de dominação sobre os Kadiwéu, ou se este poder era relativo, ou se até mesmo era ilusório.

Os Kadiwéu viveram durante décadas sob a política tutelar do SPI. Portanto sabiam das propostas e intenções do órgão para os transformar em “civilizados”, isto é, trabalhadores que cultivassem a terra, integrados à “sociedade nacional”. Mas isto não foi alcançado num período de 1920-1967. Em 1961, os esforços do SPI ganharam contornos mais pronunciados com a intenção de os transformar em capatazes. Mas isto também fracassou. Conhecer o que queria o SPI significava munir-se com informações para contra-argumentar o órgão em sua própria lógica de política tutelar voltada para o trabalho e praticar atos complementares de sabotagem com eficiência. Foi a proximidade com o SPI que forneceu aos Kadiwéu o estofamento necessário para obstaculizá-lo com precisão, sem perder as vantagens de ter um órgão do Estado que atue para a defesa de seu território.

Nesse capítulo⁸⁷⁹, analisamos aquela atuação Kadiwéu frente ao SPI cujo propósito foi o de garantirem a sua autonomia e modo de vida tradicional sobre o território sem lançarem mão de recursos bélicos, dando acentuado relevo ao contexto constituído pela interação com o SPI e fazendeiros⁸⁸⁰. O nosso foco é analisar como ocorreu a utilização da condição de tutelado⁸⁸¹ pelos Kadiwéu⁸⁸² em meio ao poder exercido institucionalmente pelo SPI sobre suas vidas e território⁸⁸³. Quais respostas foram dadas aos tutores?⁸⁸⁴

⁸⁷⁹ Agradeço aos prof. Marina Machado e Éder Novak pelas sugestões teóricas na construção deste capítulo.

⁸⁸⁰ Neste aspecto, lançamos mão do conceito de “Situação histórica” desenvolvido por João Pacheco de Oliveira, a fim de entender a relação e distribuição de poder entre os agentes políticos em questão: os Kadiwéu, o SPI e os fazendeiros. E dessa maneira, aqui consideramos que estes elementos em questão estão operando numa situação de interdependência conflituosa, do qual as adesões e fidelidades entre grupos étnicos indígenas não são automáticos, mas perpassam por constatações práticas culturais da diferença, que levam à certas adoções de valores externos seletos à sua sociedade, com o intuito de obterem vantagens setoriais. OLIVEIRA FILHO, J. P. “O nosso governo”: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: MARCO ZERO; [Brasília, DF]: MCI/ CNPq, 1988, p. 57-61.

⁸⁸¹ Conforme apontado por diferentes historiadores, desde o início do processo de conquista, as coroas ibéricas criaram identidades postíças para categorizar populações indígenas conforme o posicionamento político frente ao projeto colonial, distinguindo entre a “amizade”, a “neutralidade” e a “inimizade”. À cada uma das identidades postíças e suas categorias corresponderam ações apropriadas entre a busca por alianças, as alianças propriamente ditas e a guerra. Ver GIUDICELLI, Christophe. ‘Identidades’ rebeldes. Soberanía colonial y poder de clasificación: sobre la categoría calchaquí (Tucumán, Santa Fe, siglos XVI–XVII). In: ARAYA, Alejandra; VALENZUELA, Jaime (Org.). América colonial: Denominaciones, clasificaciones e identidades. Santiago de

Chile: RIL editores, 2010, p. 137-172. Ver também, OBREGÓN ITURRA, Jimena. Para acabar con los indios enemigos y también con los amigos. Conceptualizaciones hispanas de alianzas y antagonismos: los araucano-mapuches a principios del gobierno de Juan Henríquez, 1670-1673. In: ARAYA, Alejandra; VALENZUELA, Jaime (Org.). América colonial: Denominaciones, clasificaciones e identidades. Santiago de Chile: RIL editores, 2010, p. 173-199. Por fim, ver MONTEIRO, John M. Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese de Livre-docência, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

⁸⁸² Ao focalizarmos no aspecto da apropriação da condição de tutelado, consideramos a constatação de Ribeiro quem afirmou que, mesmo após anos de tutela, os grupos indígenas submetidos a ela, ao invés de abandonarem sua cultura, muito pelo contrário, compatibilizavam-na com novos elementos introduzidos pelo SPI. RIBEIRO, Darcy. A política indigenista brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1962, p. 134-135. Esta capacidade de permanecerem o mesmo ao entrar em contato com noções europeias e de até mesmo incorporarem-nas também foram analisadas por Raminelli, quem tratou sobre a atuação Potiguara no nordeste. Estes, aliados a flamencos ou lusitanos, incorporaram as noções de cristão e de súdito para mobilizarem alianças militares favoráveis aos seus interesses na manutenção do controle sobre o seu grupo ou de outros e para ampliar suas primazias. Os indígenas foram eficazes a ponto de penetrarem nos estratos sociais nobiliárquicos coloniais, bem como garantirem a primazia de seu grupo em relação aos demais indígenas e, no caso de Filipe Camarão, obter o título de Capitão-Mor dos índios. Ver RAMINELLI, R. Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. A historiadora Fernanda Sposito, ao analisar o período colonial, apontou que os indígenas mobilizavam interessadas alianças com autoridades europeias, pedindo por missões religiosas em seus territórios. Esta iniciativa lhes possibilitavam dirigir demandas aos monarcas na condição legítima de cristãos e súditos (submetidos) com o propósito de garantirem privilégios e mercês para o seu grupo (convencimento e apropriação). SPOSITO, Fernanda. Políticas ameríndias, políticas indigenistas (Américas portuguesa e espanholas, séculos XVI a XVIII). In: SOUZA, Fábio Feltrin de. WITTMANN, Luisa Tombini (Orgs.). Protagonismo indígena na História. Tubarão, SC: Copiart; Erechim, RS: UFFS, 2016.

⁸⁸³ Aqui nos dispusemos a articular dois conceitos que nos parecem harmônicos. O primeiro, desenvolvido por Souza Lima, é a Guerra de conquista. Conforme as formulações do autor, o SPI faz parte do processo de conquista iniciado pela Coroa Lusitana, separado por meio de uma alteridade radical entre o “eu” e o “outro”, que é portador de uma cultura, economia e sociedade diferente. Desse modo, a “pacificação” realizada pelo SPI é propriamente a conquista desses grupos por meio da expansão de uma noção de gestão geográfica-administrativa do qual os povos a ela enredados tem suas vidas e terras apropriadas como forma de butim. A conquista, segundo o autor, sempre implica na fixação da potência estrangeira no território dos vencidos, que de forma acertada, conforme o autor, analisa na figura dos PI instalados no território, submetidos às Inspetorias que respondem à Diretoria na Capital. Ver SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 43, 45, 48-54, 56, 60-63. Essa faceta de administração e alienação fundiária é a fim ao conceito de five property holders (5 tipos de acesso/direito à propriedade), desenvolvido por Ostrom e Schlager. Segundo as autoras, há 5 maneiras de acesso a uma propriedade que, indo da menor para a maior intensidade, inicia com o direito de acesso a uma propriedade para gozar de bens não subtrativos, tal qual num parque ou na praia. Nestas áreas é possível ingressar livremente, banhar ou surfar, correr ou caminhar, bem como desfrutar da sombra das árvores, etc. O segundo direito de acesso diz respeito ao poder de subtrair bens de determinada propriedade, como pescar num rio, fazer colheita, caçar animais, etc. O Terceiro direito de acesso trata sobre o poder de regular e manipular recursos ali existentes, como construir uma barragem, arar a terra, derrubar tudo existente para transformar em campo de pasto, etc. O quarto direito (do qual se encaixa o SPI) diz respeito ao poder de exclusão, nesse caso, o poder de decidir quem terá o direito de acesso àquela propriedade, o direito de subtrair naquela propriedade, isto é, como tal direito será delegado e para quem não será. Por último, o poder de alienação, nesse caso, o poder de vender a terra, de administrar a sua locação e de exclusão de direitos dos demais. Ver OSTROM, Elinor and HESS, Charlotte. Private and Common Property Rights (2007), p. 59. Desse modo, é na interface entre estes conceitos que prosseguimos a fim de entender o SPI neste capítulo.

⁸⁸⁴ Na construção deste capítulo, também lançamos mão do conceito “Paradoxo ideológico da tutela” para entendermos as ações de Serventuários. De acordo com João Pacheco de Oliveira, a tutela é um mecanismo de dominação. Todavia, recai sobre os ombros do “tutor” a responsabilidade de impedir que os indígenas, uma vez oriundos de um conjunto de normas diferentes daquela pela qual foram encampados no seio da sociedade maior integradora, sejam punidos por portarem condutas “perigosas”. Assim, a tutela, por um lado, age para proteger a sociedade maior integradora, mas, por outro, obriga que o tutor proteja os indígenas. Essa proteção perpassa pela perspectiva de que os indígenas são legalmente julgados incapazes de compreenderem os padrões sociais

5.1 O contexto anterior aos arrendamentos: esbulho-possessório eminente

As discussões para oficializar arrendamentos em território Kadiwéu por parte do SPI, em posse do poder de *exclusão*, iniciaram com o Inspetor Erico Sampaio e o Diretor do órgão em 02/12/1959, desencadeadas em resposta ao ataque do Deputado Federal Ítório Corrêa da Costa, acusando irrealisticamente o “*inaproveitamento econômico do território Kadiwéu*” como fator responsável pela falta de carne bovina para o consumo interno do país, apesar de que só no Pantanal Mato-grossense à época, o Inspetor estimou haver uma dezena de milhões de cabeças em produção. A posição do Deputado foi em defesa ao “apelo” apresentado pelos agropecuaristas do Nabileque na Câmara Federal, que, segundo o Inspetor, deveriam reivindicar a posição piscicultores, já que adquiriram terras alagadiças ao ano inteiro e justamente por isso, não podiam mais retornar às suas propriedades. A informação do Inspetor explica satisfatoriamente o porquê de os fazendeiros, poucos anos depois, terem construído obras vultuosas de milhares⁸⁸⁵ e milhões de cruzeiros, confirmado também no pronunciamento da AATSPI, tempos depois: “*os criadores se desiludiram de trabalhar nas terras do Nabileque, que fazem parte do antigo Fomento Argentino*”⁸⁸⁶. Em 1959, os fazendeiros publicamente apresentaram o apelo como ocupantes temporários do território Kadiwéu. Todavia, o Inspetor concluiu que, em realidade, estavam interessados no apossamento do território e que as suas 30 mil cabeças de gado não tinham impacto significativo na economia regional. Mas, em busca de encontrar uma solução a partir do *Paradoxo ideológico da tutela*, sugeriu que o SPI deveria elaborar arrendamentos de um ano e renovável a critério do órgão, desde que aqueles sujeitos que assinaram o manifesto atendessem a alguns requisitos: propriedade lindeira, registro de criador, vistoria na área interessada e na propriedade do fazendeiro, bem como a contagem geral do gado. Isto era uma forma encontrada pelo Inspetor para prevenir contra aqueles sujeitos que compraram títulos do estado baseados na lei da ALMT de 1958, que reduziu o território Kadiwéu⁸⁸⁷. O caso dos fazendeiros no território ganhou a mídia em 18/02/1960, quando dois jornalistas do RJ foram

“civilizados”, estando assim, passíveis de enganos e prejuízos pelos “civilizados”. O tutelado é tido como alguém que desconhece os meios adequados para expressar por si próprio, conforme as normas sociais vigentes, requisitando do tutor cumprir tal tarefa. OLIVEIRA FILHO, J. P. “O nosso...op. cit., p. 222-225.

⁸⁸⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 04, p. 26-28.

⁸⁸⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 149-150.

⁸⁸⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção- Caixa 28 - Planilha 267, p. 205-208.

até a IR5 para fazerem reportagens cuja situação foi logo proibida pelo Inspetor Subst. e reportado de forma urgente e confidencial ao Diretor, solicitando orientações⁸⁸⁸.

Em 04/03/1960, o Inspetor voltou a discutir com o Diretor. O centro da discussão foi o fato de que o SPI, por meio do Mandado de Segurança apresentado no TJMT contra a lei da ALMT, obteve êxito, deixando aos interessados uma alternativa final: apresentar benfeitorias como prova de posse⁸⁸⁹. Em tom de urgência, o Inspetor demandou agir rápido e com a presença em pessoa do Diretor, enquanto o órgão ainda encontrava apoio em suas ações. Fazendo referência ao fato de que o STF julgou favorável a ação cível da União contra o estado de MT em 22/05/1959, anulando todas as vendas de terras na faixa de 66 km na fronteira e que deveria respeitar a integridade do território Kadiwéu⁸⁹⁰, cadastrado pela IR5 em 11/03/1959 como faixa de terra de fronteira⁸⁹¹. Em resposta, o Diretor quem não queria ter participação no imbróglio⁸⁹², alegou ter retornado há pouco de uma viagem, mas autorizava-o a entrar em entendimento com o Governador João Ponce de Arruda em seu nome⁸⁹³ (dando chances ao Relator Jader Figueiredo para condenar o Inspetor por agir como “Procurador”, em mais uma sentença “curiosa”⁸⁹⁴), o mesmo Governador que em 1957, publicamente em seu veto afirmou que a exploração e redução do território Kadiwéu só seria possível mediante entendimento direto com o SPI: “*Mas si o caso é de redução de área desnecessária, parece-nos que o caminho legal seria o de desapropriação, desde que motivada, ou o entendimento com os representantes legais dos indios Cadiués*”⁸⁹⁵, segundo o Governador.

Assim, quatro meses depois, em 25/09 de 1960, um contingente de 21 fazendeiros do Nabileque, por meio do advogado contratado, Sr. Salvador Roncisvalle Filho, amigo do

⁸⁸⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 257, p. 37.

⁸⁸⁹ Cada uma das “posses” teriam estruturas já prontas que transformavam a terra em propriedades produtivas. E isto reforçaria a justificativa do porquê o estado de MT deveria concedê-las. Para posse e posseiro, ver DE MIRANDA, ALCIR GURSEN. Direito agrário e o posseiro. Revista da Faculdade de Direito da UFG, v. 12, n. 1-2, 1988, p. 118-119.

⁸⁹⁰ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 25, p. 83-85.

⁸⁹¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 114.

⁸⁹² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 152.

⁸⁹³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 7-9.

⁸⁹⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 20, p. 420.

⁸⁹⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 28 - Planilha 263, p. 258.

Deputado Edison Brito Garcia⁸⁹⁶, fizeram contato com a IR5 como “*pecuaristas que se habilitam junto ao Banco do Brasil S/A [...]*”. Ou seja, receberam empréstimos do Banco, mas condicionados a encontrarem uma região para fora das enchentes, do qual Corumbá, MT e a União reconheceram como de calamidade pública, levando-os supostamente a prejuízos “quase incalculáveis” que impactaram toda a economia regional. A partir desses termos, afeitos à chantagem, mas negando intenções de invasão nem apropriação do território, “pediram” para firmarem arrendamentos por 6 anos, até a recuperação das perdas⁸⁹⁷.

A ideia de que o SPI foi chantageado pelos fazendeiros e políticos de MT para aceitar arrendamentos foi compartilhada pelo Sertanista Cildo Meirelles⁸⁹⁸, convidado posteriormente para analisar o caso em 1962, afirmando que até então o órgão recusara a todos os pedidos⁸⁹⁹. De fato, pelo menos desde 23/09/1941, há pedidos por fazendeiros para arrendar terras para criação bovina⁹⁰⁰, repetindo em 30/06/1942⁹⁰¹. Entre 1947-1949 oficialmente foi acordado um arrendamento, mas estava voltado para a lavoura, ocupando um espaço de 400 hectares na Serra da Bodoquena, relacionado com tensões e disputas contra os proprietários de Xatelodo, pois dois dos arrendatários foram expulsos pela IR5 da área arrendada irregularmente, mas mantidos depois⁹⁰² com a condição de trabalhadores indígenas⁹⁰³. Fora isso, em 1953, o Inspetor à época encaminhou a Diretoria, com parecer favorável, arrendamentos na área do Nabileque, a fim de barrar invasões, porque os Kadiwéu não permitiriam instalar outros povos

⁸⁹⁶ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 120.

⁸⁹⁷ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 25, p. 96-97.

⁸⁹⁸ O Sertanista Cildo Meirelles foi irmão do Sertanista Francisco Meirelles. Cildo ingressou no SPI em 1920, tendo trabalhado em diversos PI no Nordeste, além de ter chefiado a IR8 em Goiás. Foi Cildo Meirelles quem iniciou seu irmão Francisco Meirelles na atividade de Sertanista nos anos 1920, enquanto atuava na “pacificação” dos Pataxó na Bahia. Cildo era considerado o “intelectual” da família, apesar de nunca ter se formado em antropologia. Na década de 1970, a FUNAI comprou sua biblioteca com 800 exemplares sobre indígenas, incluindo obras raras. Seu filho afirmou que o pai chegou a montar três bibliotecas pessoais ao longo da vida. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *Sagas Sertanistas: práticas e representações do campo indigenista no século XX*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

⁸⁹⁹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 35.

⁹⁰⁰ SILVA, Giovani. *A reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória, identidade e história*. Dourados, MS: UFGD, 2014, p. 145-146.

⁹⁰¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 31 - Planilha 310, p. 91-92.

⁹⁰² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 323, p. 160-162.

⁹⁰³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 323, p. 154-159.

indígenas para ocupar ali⁹⁰⁴. E no mesmo ano, solicitou cooperação do Serviço de Economia Rural para desenvolver a agropecuária na “*Canaan*”, que poderia suportar 60 mil bovinos⁹⁰⁵. Na Diretoria, o parecer era contrário, conforme na declaração emblemática do Antropólogo Eduardo Galvão, em 1953⁹⁰⁶. Mas o parecer favorável continuou pelo mesmo Inspetor em 1954 para a Diretoria: “*É de nosso conhecimento a grande cobiça dos invejosos sobre as terras dos índios Kadiuwéus, cujas terras a maior parte é campo, serrados, mais próprios para a pecuária, e está, de fato, desocupada, motivo e razão da cobiça, é a alegação de todos*”⁹⁰⁷. Apesar das circunstâncias, até 1956 os pedidos⁹⁰⁸ eram todos recusados, ainda que julgando que a integridade do território estivesse sob eminente ameaça por fazendeiros e políticos de MT⁹⁰⁹.

O pedido dos 21 fazendeiros foi debatido internamente nas seções do SPI a partir de 15/10/1960, destacando: 1) situação conformada pelas enchentes, sem que o SPI pudesse negar ajuda e sem retornos aos Kadiuwéu por ter o território explorado; 2) as terras requisitadas eram ou não ocupadas pelos Kadiuwéu; 3) o estado teria ou não terras não-alagáveis; 4) a base de arrendamentos na região. O Inspetor Erico Sampaio, operando na lógica do *Paradoxo ideológico da tutela*, elaborou um balanço afirmando que por até 15 anos o SPI poderia operar com 155 mil hectares, propondo arrendamentos familiares de 3 mil ha (tamanho mínimo para gerar crescimento econômico⁹¹⁰) para 50 locatários, cujo pagamento em reses proveria minimamente ao SPI 45 mil cabeças de gado. Ao fim, ocupando o propagado “espaço improdutivo” do território, invalidando assim o discurso corrente na região desde 1928⁹¹¹, evitando tentativas futuras de redução em benefício de pecuaristas com gado, mas sem terras

⁹⁰⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiuwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 53-55.

⁹⁰⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 29 - Planilha 273, p. 50-51.

⁹⁰⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiuwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 47. O autor Giovani J. da Silva reproduziu na íntegra o parecer do antropólogo, ver SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiuwéu... op. cit., p. 84-85.

⁹⁰⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiuwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 20-21. Em sua obra, Giovani J. da Silva inferiu que a preocupação do Inspetor era com a obtenção de rendas, mas o contexto histórico não parece ter sido este. Para o autor, ver SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiuwéu... op. cit., p. 84.

⁹⁰⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 29 - Planilha 282, p. 23. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiuwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 17.

⁹⁰⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiuwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 88-89.

⁹¹⁰ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 25, p. 103.

⁹¹¹ SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiuwéu... op. cit., p. 77.

apropriadas (por estes vista como latifúndio de “espaço improdutivo”⁹¹²), de invasões futuras, novos acolhimentos ou apresentarem suas benfeitorias como evidência de posse. Em outros termos, pondo fim às perturbações desde 1957⁹¹³.

A difícil posição Kadiwéu

Os Kadiwéu não foram passados por cima nessas discussões, nem estavam apáticos. A sua presença era algo incontornável, mesmo que a documentação encontrada não permita o desdobrar para uma análise da situação com maior clareza nem amplitude. Em seu balanço para a discussão interna do SPI, em 05/12 de 1960, o Inspetor Erico Sampaio não esqueceu de registrar nas conclusões: “*Os índios aceitarão a nova situação com alegria porque sentirão de imediato os benefícios que resultarão dessa medida.*”⁹¹⁴. Desse modo, há dois pontos centrais para analisar: 1) a aceitação Kadiwéu estava atrelada ao recebimento imediato de benefícios advindos da instauração de arrendamentos em seu território como compensação; 2) era preciso que os Kadiwéu aceitassem a medida de arrendamentos com alegria. Assim, o primeiro ponto não era algo estranho para os Kadiwéu, pois enquanto um povo senhorial, a aquisição de tributos é algo intrínseco à sua perspectiva sociocultural-política que, dado o contexto histórico, operavam condicionantes importantes: 1) previsão clara para término dos arrendamentos; 2) a ameaça palpável contra o território por meio dos fazendeiros, com benfeitorias que poderiam reivindicar posse; 3) os requerimentos de terras expedidos pelo

⁹¹² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 150.

⁹¹³ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 25, p. 98-101. Para João Flores, a maioria dos Serventuários eram favoráveis ao arrendamento por concluírem que seria a melhor maneira para aproveitar as porções “vazias” e de obter lucros. O autor Giovani Silva, também apontou por esse caminho. Contudo, em 1960, o que estava em pauta era uma situação real de ataque institucional e ampla ocupação de fazendeiros com gado e benfeitorias, todos contra as zonas “vazias”. O quadro é complexo porque não é possível agir com liberdade, mas a partir do que foi impulsionado e limitado a fazer. Para o trabalho de João Flores, ver FLORES, João. Muita terra para pouco índio? A formação de fazendas em território Kadiwéu (1950-1984). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados-MS, 2009, p. 80-81. E para o trabalho de Giovani Silva, ver SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiwéu... op. cit., p. 85. Já para José Flores, os arrendamentos eram uma solução para uma situação de desespero e que, no melhor dos casos, era um plano ingênuo. O plano era dotado de coerência e articulação. Se não funcionou, foi em função do conjunto de forças contrárias à sua realização. Além disso, o autor também ressaltou o aspecto econômico como fator principal nesse plano, do qual não considerava o que era um território indígena de fato. Mas, ao que parece, a preocupação era muito mais com a ocupação dos espaços “vazios” do que com o enriquecimento do SPI, que seria uma consequência, certamente. Para o autor, ver FLORES, José Manuel. Transformação agrária e desapropriação de terras indígenas em Mato Grosso (1940-1960): O caso da reserva Kadiwéu. Anuário Antropológico, v.43 n.1, 2018, p. 302-303.

⁹¹⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 25, p. 101.

estado de MT; 4) a lei redutora que estava aprovada pela ALMT. Já com relação ao segundo ponto, bem, caso os Kadiwéu não aceitassem a medida com “alegria”, ensejaria o uso da força, certamente. Mas parece-nos imperativo ir além disso e recuperar registros de séculos passados sobre as toldeiras por militares lusitanos que entenderam claramente que os Eyiguayeguis não faziam nada que fosse contrário à sua vontade⁹¹⁵. Assim, aceitar com “alegria”, literalmente significaria que o Inspetor Erico Sampaio teria que convencê-los por meio do discurso. Para os Inspetores, a necessidade de entendimentos com os Kadiwéu era um imperativo do qual era possível extrair resultados satisfatórios, a exemplo de 1956, quando o SPI convenceu os indígenas de que era preciso reconstruir um trecho de estrada de 4 km em benefício deles próprios, o que foi recebido com “*bôa-vontade*” apesar de demandarem o oferecimento de churrasco e a distribuição de chimarrão⁹¹⁶. Do ponto de vista Kadiwéu, ambos os pontos não escapavam à sua lógica de mundo e mesmo que isto pudesse hipoteticamente ocorrer, esses indígenas travavam contatos com não-indígenas por séculos, sabendo muito habilmente sobre quais os limites de suas próprias ações e como encontrar as formas mais eficientes para resolver conflitos com relação ao “mundo dos brancos”. De fato, e após a exposição desses dois pontos, o fragmento do Inspetor Erico Sampaio, quando infere: “*aceitarão a nova situação com alegria*”, leva-nos a concluir que o Inspetor sabia muito bem que os Kadiwéu estavam desgostosos com a presença dos não-indígenas em seu território, certamente por travar discussões e argumentações com os Capitães há tempos.

Sobre isso, no dia posterior, em 06/12 de 1960, o Inspetor apresentou o seu memorial em que está melhor sistematizado a proposta de arrendamentos. Na seção das conclusões, e de forma semelhante ao documento anterior, registrou quase a mesma frase, entretanto com uma modificação: “*Os indios aceitarão a nova situação por que serão beneficiados*

⁹¹⁵ Ver SERRA, Ricardo Franco de Almeida. “Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurús e Guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes”, 2 fev. 1803. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 7, 1845, p. 204. Ver também LOZANO, Pedro. Descripción corográfica del Gran Chaco Gualamba [1733]. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 1941, p. 63. Não apenas nos registros coloniais, mas em 1990, a antropóloga Mônica Pechincha recolheu um fragmento da oralidade Kadiwéu. Os indígenas entraram em conflito com soldados porque pediram para não serem tão “ruins” e parassem de matar as pessoas que ingressassem em seu território. Aquele pedido foi tomado pelos Kadiwéu como algo inaceitável, pois ninguém poderia mandar nos Kadiwéu nem dizer o que deveriam fazer ou não com seu território. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 117. Além disso, a antropóloga Lecznieski, em sua pesquisa de campo entre 2000-2005 ouviu de um professor não-indígena que trabalhava no território, que este, após receber e estar arrumando os móveis novos da escola, pediu para um jovem Kadiwéu lhe ajudar (e não é sabido em que termos este pedido foi feito). O jovem Kadiwéu sacou o seu revólver e o colocou diretamente em sua cabeça, na frente de todos e lhe avisou que caso pronunciasse mais alguma palavra, morreria ali mesmo, acusando-o de pensar que poderia dar ordens aos Kadiwéu. LEZNIESKI, Lisiane K. Estranhos laços... op. cit., p. 52-53.

⁹¹⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 288, p. 33.

economicamente e viverão em paz.”⁹¹⁷. Nesse registro, está apontado um contexto em que os Kadiwéu soam como receosos acerca do destino de seu território e, por conseguinte, de sua sociedade, de sua autonomia e de seu modo de vida. Assim, uma solução para a situação seria naturalmente bem-vinda. No entanto, estas condições seriam as mesmas que levariam a qualquer sociedade indígena às últimas consequências, a fim de garantir a sua própria existência, sua sobrevivência, tudo aquilo que é crucial. Por esse caminho, a forma para alcançar a “paz” buscada pelo Inspetor não era a mesma pelos Kadiwéu, que, por serem um povo guerreiro, não temeriam ir à guerra para garantir sua existência e os recursos necessários para a manutenção do grupo: a guerra poderia trazer a paz pela vitória contra os inimigos, fosse a aniquilação ou impulso para abandonarem o território. Posto isso, aqui questionamos: em que medida a atuação do Inspetor não esteve pautada apenas em seu prestígio por cooperar com os Kadiwéu, mas também por atuar sob aviso Kadiwéu de que estavam dispostos a irem para a guerra? (o que no fim também evidenciaria seu prestígio). No memorial, o Inspetor retoma esse aspecto nas considerações finais, ao afirmar que os arrendamentos “*Pacifica a região*”⁹¹⁸. Se a política do Inspetor Erico Sampaio era a de remoção dos fazendeiros a longo prazo e sem derramamento de sangue, isto poderia perfeitamente interessar aos Kadiwéu, que mesmo sustentando a posição de “tutelado”, cooperavam com SPI, demarcando com clareza o seu posicionamento autônomo e de busca de igualdade na relação, interessados em garantias contra os desdobramentos institucionais e jurídicos que mantinham a ação guerreira em suspenso.

A “Fazenda Kadiwéu” e articulações indígenas com políticos locais

Por outro lado, a estratégia desenvolvida pelo SPI, órgão desdobrado a partir da lógica da *Guerra de conquista*, evidenciou que o seu objetivo era ocupar o território com milhares de cabeças de gado, reservando aos Kadiwéu um novo espaço, não apenas geográfico, mas profissional. O novo Diretor, Ten. Cel. Tasso Villar de Aquino, com o poder de *exclusão*, enviou um modelo de contrato para assinatura entre a IR5 com os fazendeiros, em

⁹¹⁷ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 25, p. 107-108.

⁹¹⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 25, p. 107-108. Segundo José Flores, o Inspetor Erico Sampaio estaria reproduzindo os valores de modernização e desenvolvimentismo adotados por governos federais naquele período. Todavia, é importante apontar que o autor não considerou o poder Kadiwéu, do qual o Inspetor Erico Sampaio lidava por anos. Para o autor, ver FLORES, José Manuel. Transformação agrária... op. cit., p. 303.

17/04/1961⁹¹⁹, cujos termos atrelavam o arrendamento às enchentes e por tempo suficiente para recuperarem a estabilidade. Esse contrato vigoraria por 6 anos, de caráter improrrogável, proibidos de levarem qualquer benfeitoria, introjetando ali relações capitalistas⁹²⁰. Deveriam utilizar a área apenas para agropecuária. Expressamente proibidos ceder ou transferir o contrato, nem sublocar, enquanto o SPI teria o direito, em qualquer época, adentrar na área arrendada para fiscalização⁹²¹. Esse modelo foi uma recusa do SPI à minuta de anteprojeto dos fazendeiros⁹²². Tempo depois, em 11/08/1961, o Inspetor enviou o seu planejamento para desenvolver uma Fazenda em território Kadiwéu, que abrigaria os indígenas como funcionários⁹²³.

Se os Kadiwéu a princípio, teriam concordado com os arrendamentos por conta das ameaças ao território, há sinais de rusgas em 17/10/1961. Os Kadiwéu estiveram em reunião com o Inspetor Erico Sampaio, na sede da IR5, conforme consta em resposta ao Encarregado do PI P. Alves de Barros: *“Com o presente informo que entrei em contato com os índios que aqui vieram ao meu chamado. Estou certo que eles nos irão ajudar depois da exposição que fiz aos mesmos”*⁹²⁴. O Inspetor Erico Sampaio, em comunicação privada com o Encarregado,

⁹¹⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 257, p. 31. João Flores tem como fato que o SPI com facilidade cedeu o território Kadiwéu para arrendamentos. Todavia, a documentação aponta para uma prolongada discussão que tramitou por quase 5 meses até a decisão por arrendar. Para o trabalho do autor, ver FLORES, João. Muita terra para... op. cit., p. 87.

⁹²⁰ O firmar dos arrendamentos no território Kadiwéu inseriu naquele espaço a lógica de ocupação e de produção capitalista. Numa definição clássica, o Arrendamento consiste em um contrato de exploração com duração inferior a dez anos, no qual o senhorio cede o usufruto do imóvel ao arrendatário, recebendo uma renda previamente acordada entre as partes. Este tipo de relação surge no contexto das transformações capitalistas sobre a terra, suplantando os Aforamentos (ou Enfiteuse), que eram comuns no período histórico do “Antigo Regime”. O Aforamento se caracteriza pela separação entre o chamado “domínio direto” (pertencente ao senhorio) e o “domínio útil/pleno” (transferido ao enfiteuta após o contrato). Os contratos de aforamento são caracterizados por períodos mais longos, frequentemente perpétuos ou baseados em vidas (três gerações). Assim, o Arrendamento dinamiza e adequa a terra à lógica do lucro. Para uma análise detalhada e histórica dessa transformação na propriedade, ver MOTTA, Márcia; MACHADO, Marina. “Sobre enfiteuses e outros termos: uma análise sobre os conceitos do universo rural”. Revista História: Debates e Tendências, v. 17, p. 261-274, 2017. (agradeço à prof.^a Marina Machado pelo apontamento e esclarecimento)

⁹²¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 28 - Planilha 264, p. 49.

⁹²² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 7. A partir do contrato de 1961, o SPI cedeu direitos de acesso para os fazendeiros dentro do território Kadiwéu. A partir do status de “Authorized User/Usuário Autorizado” livre para acessar a área e explorar as pastagens. Para direitos de acesso, ver OSTROM, Elinor and HESS, Charlotte. Private and...op. cit., p. 60. Parece-nos importante apontar, contudo, que os arrendamentos não eram voluntariosos. Foi imposto um prazo claro para os fazendeiros abandonarem o território de vez, ao mesmo tempo em que suas benfeitorias foram incorporadas como parte de estruturas arrendadas, procurando os meios para que estes não mais retornassem.

⁹²³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria- Caixa 28 - Planilha 267, p. 110-111.

⁹²⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 191, p. 107-108.

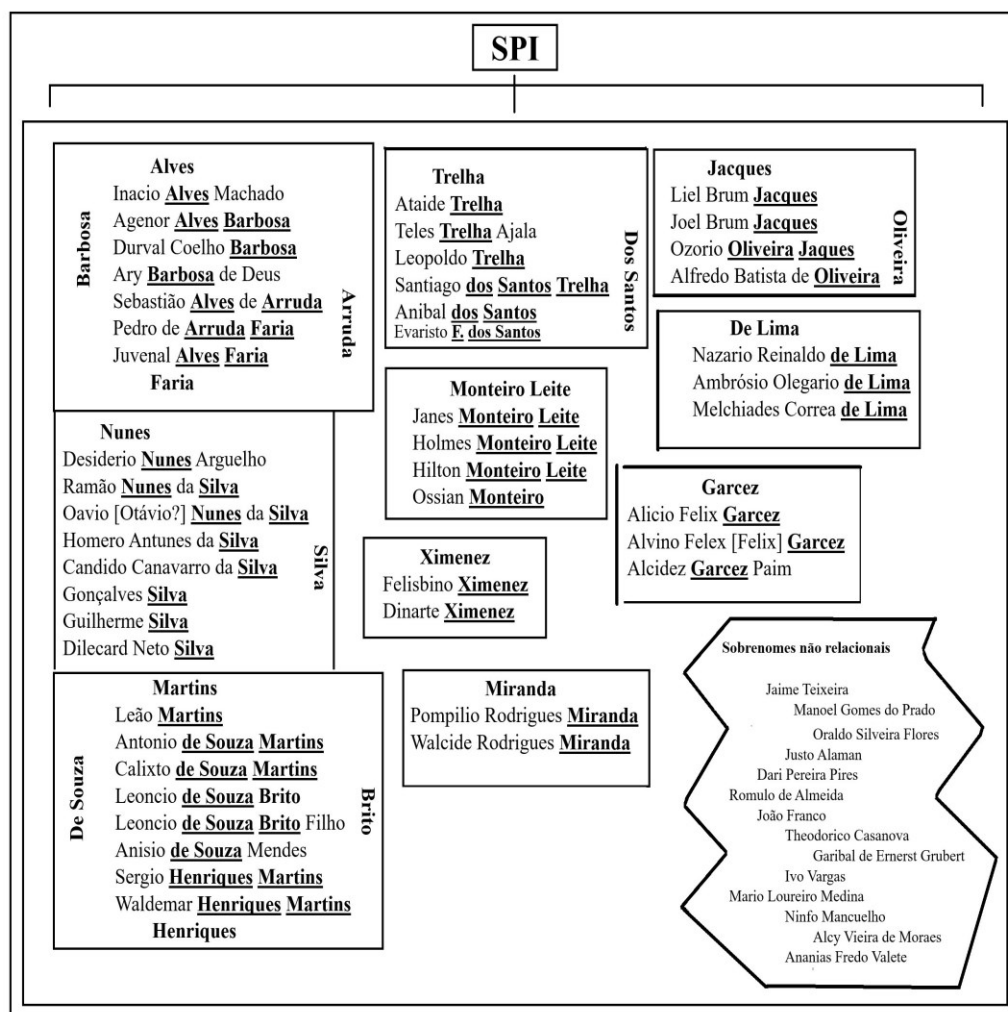
relatou um chamado para os Kadiwéu ao invés de qualquer coisa parecida com ordens e que lá expôs os planos do SPI para convencê-los a fim de obter sua ajuda, isto é, a sua cooperação. A reunião foi o resultado de alguma insatisfação Kadiwéu com o SPI experienciada em primeira mão pelo Encarregado, mas que teve por alvo o órgão. Poucos dias antes, em 06/10/1961, a Câmara Municipal de Mato Grosso, por meio do Vereador Antônio Roberto de Vasconcellos, exigiu explicações da IR5 acerca do “*que vem ocorrendo com as terras pertencentes aos indios Cadiuéos*”, o que foi rispidamente recusado pelo Inspetor a fornecer qualquer informação⁹²⁵. O caso em questão poderia revelar, por um lado, a polêmica no estado, mas, por outro, o reflexo de articulações indígenas com políticos locais⁹²⁶ contra os arrendamentos, contra os fazendeiros e contra a “Fazenda Kadiwéu”⁹²⁷.

⁹²⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu- Caixa 27 - Planilha 254, p. 9.

⁹²⁶ Em pesquisa de campo, entre os anos 2000-2005 Lecznieski registrou a intensa participação dos Kadiwéu em seu território para com as votações presidenciais. A autora viu bandeiras, bonés, panfletos e reuniões todas as manhãs, quando grupos Kadiwéu reuniam na casa de um membro “nobre”, atuando como cabo eleitoral. De um lado, os Silva apoiavam o P.T, com um Vereador Terena ligado àquela família eleito, e de outro, os Matchúa apoiavam o PSDB. Os Kadiwéu saíam pelo território em passeata, vestindo camisetas de candidatos, erguendo bandeiras, distribuindo bonés, santinhos, etc. Tanto homens quanto mulheres. LECZNIESKI, Lisiane K. Estranhos laços... op. cit., p. 17-18, 40, 114-116.

⁹²⁷ Dentre o rico acervo da tradição oral colhida por Darcy Ribeiro sobre os Kadiwéu, há um conto que nos parece significativo. Um bichinho, do qual o Kadiwéu não conhecia a tradução para o português, foi pedido pela onça para trazer água. E este bicho, que não queria trabalhar para a onça, disse que havia outro bicho no rio. Ambos foram até lá e viram uma anta. Cada um pegou sua flecha e atirou, mas como a onça era mais veloz, foi na frente, a trocou, alegando ter sido ela quem abateu a caça. O bichinho permaneceu em silêncio vendo a onça comer, mesmo sabendo que foi ele quem abateu a caça. E então a onça ficou com sede outra vez e pediu para trazer-lhe água, mas o bichinho que não queria trabalhar para a onça, quebrou o pote e disse que o jeito seria beber água no rio. Na ausência da onça, o bichinho levou a carne para cima do carandá e quando a onça retornou, pediu para que jogasse a carne. O bichinho, chamando a onça de “amigo”, pediu para que abrisse a sua boca pois jogaria do alto. E quando a onça abriu, a junta inteira da anta quebrou os dentes da frente de sua boca. RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 148.

Figura 55: Esquema que apresenta a relação dos primeiros 61 arrendatários por sobrenome familiar.



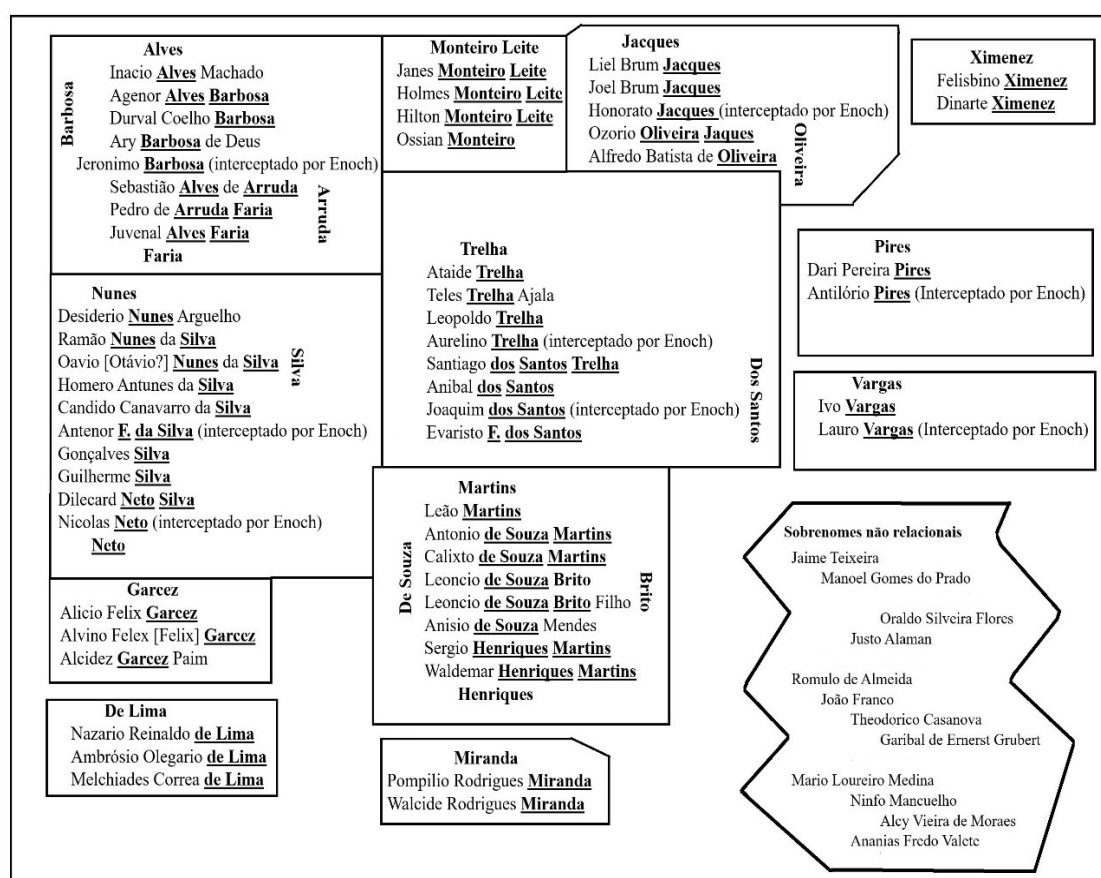
Fonte: elaborado pelo autor a partir do seguinte documento: M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 31-36

A “Fazenda Kadiwéu”, como uma árvore, absorveria seus nutrientes dos fazendeiros. Com base numa relação confeccionada pelo SPI em 16/02 de 1962, a presente pesquisa elaborou um organograma (vide figura 55). Relacionando os sobrenomes dos fazendeiros convertidos em arrendatários oficiais, surge uma imbricada rede familiar formada por 10 blocos claros e um punhado desconexo. Isto demonstra que os sujeitos do Nabileque tinham uma notável coesão em suas ações para atuar no território. De todos os 61 fazendeiros que pagaram 31 mil cruzeiros cada por contrato⁹²⁸, apenas 14 não possuem sobrenomes correlacionais. Isto não quer dizer, todavia, que também não tenham tido familiares que já houvessem solicitado ingresso para dentro do território. É notável no esquema a presença da Família Arruda, ativos políticos e agentes influentes regionais em MT, cujos membros à

⁹²⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 149.

época eram o Governador do estado e o Desembargador do TJMT. Também está presente o Sr. Homero Antunes, nada menos do que o Prefeito da Cidade de Bonito, em pessoa⁹²⁹, com quem os Kadiwéu negociaram por conta própria para a obtenção do reconhecimento da condição de povo com ocupação permanente sob o território na Delegacia de Terras de MT, em 1958⁹³⁰. Com base no esquema, a presente pesquisa o cruzou com o extenso relatório feito pelo Agente Enoch Alvarenga Soares, em 1957, surgindo outros ramos familiares, como visto no organograma da figura 56.

Figura 56: Esquema que relaciona os primeiros 61 arrendatários com o relatório do Agente Alvarenga Soares



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos seguintes documentos: M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 108. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 31-36.

⁹²⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 200, p. 38.

⁹³⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 107. Dado o formato da presente pesquisa, bem como o tempo disponível para concluí-la não foi possível aprofundar nem explorar estas relações. Contudo, ao menos apontamos aqui que a presença de certos políticos locais como tributários em território Kadiwéu era algo interessante para os indígenas, facilitando certos objetivos ou ganhos e ocupando um papel intermediário entre Estado e Kadiwéu, fornecendo aos indígenas uma via alternativa quando preciso em relação ao SPI. Na verdade, a historiadora Roller apontou isto em sua pesquisa, ver ROLLER, Heather F. Contact Strategies: Histories of Native Autonomy in Brazil. Stanford: Stanford University Press, 2021, p. 172.

A categoria de sobrenomes não relacionais ficam menores ao tempo em que aumenta a coesão familiar. Agora é possível distinguir 12 blocos familiares com precisão. Cabe ainda destacar, com relação ao relatório do Agente Alvarenga Soares, que esteve conduzido por lideranças indígenas⁹³¹, a interceptação de dois sujeitos com sobrenomes significativos. O primeiro, o Sr. Arthur Ponce, da Família dos Ponce, parente do Governador J. Ponce de Arruda, bem como o Sr. Pedro Garcia, da Família Garcia⁹³², a mesma do Sr. Deputado Edison Brito Garcia, cujos membros ocuparam cargos na instituição do estado nos anos posteriores⁹³³. Portanto, os arrendatários possuíam: organização, influência política e poder econômico. Eram um problema de primeira ordem: advogado contratado para os representar, após obterem empréstimos do Banco do Brasil e apoiados no reconhecimento calamidade pública pela União. Indicadores evidentes do nível de organização.

⁹³¹ Em seu artigo, José Flores afirmou que os fazendeiros, independente de terem ingressado por invasões ou solicitações, viraram arrendatários oficiais, algo que o esquema montado não confirma. Para o trabalho do autor, ver, FLORES, José Manuel. Transformação agrária... op. cit., p. 297.

⁹³² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 131, 33.

⁹³³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 165, p. 10.

Figura 57: Anciã e mulheres Kadiwéu analisando o livro de Boggiani (anos 1940)⁹³⁴



Fonte: Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 136 . DR foto 638 136.

Estes são fatores que certamente não escapariam à atenção dos Kadiwéu, sobretudo quando frequentavam a sede da Inspetoria, com sua tradicional postura ativa⁹³⁵, onde tais documentos e informações sobre arrendatários e fazendeiros estavam armazenadas, e isto era igualmente verdadeiro para as instalações dos PI no território, que frequentavam sem cerimônias à casa dos Encarregados e até tomavam das mãos dos Serventuários, caso interessados, as informações que mais lhes chamassem a atenção (vide figura 57), sem esquecer ainda, que travavam contatos com tais fazendeiros diariamente, sabendo muito bem quem são. Ora, se a organização social Kadiwéu funcionava por meio de clãs nobres, do qual observavam por séculos a fio como famílias não-indígenas se organizam, então seria

⁹³⁴ Em entrevista na década de 1990, o antropólogo Darcy Ribeiro declarou sobre o seu trabalho de campo entre 1947-1948 que a atitude dos Kadiwéu para consigo era a de orgulho de um povo senhorial que considerava a si próprios como superiores aos demais, destacando-se dos outros indígenas que conhecera em MT pela independência “mental” e autonomia, inclusive levando-o a “cometer o erro” de fazer amizade com os Terena, por serem mais falantes e humildes. Nesse sentido, o antropólogo relatou que estava deitado na varanda da casa de um Encarregado, provavelmente do PI Nalique, folheando o livro de Boggiani deitado na rede. Os Kadiwéu foram lá olhar o livro e imediatamente o indagaram acerca do porquê o seu acervo cultural imagético estava em suas mãos, quem teria dado aquilo para ele. O antropólogo disse que foi “enrolando”, até que quando chegou na página em que havia o retrato da Dona Ligui, a sua visão causou comoção na anciã Anõa que a reconheceu. Ver GRUPIONI, LUÍS DONISETE BENZI e FARJADO GRUPIONI, MARIA DENISE. Entrevista com Darcy Ribeiro. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 3, n. 7, nov. 1997, p. 168. Mas em sua obra acrescenta que já rodeado pelos Kadiwéu, como sempre, as anciãs abriram caminho no meio de todos e começaram a comentar sobre o livro. E então, ao verem a imagem da D. Luigui, a anciã Anõa tomou-lhe o livro das mãos, demonstrando sua altivez frente aos “brancos” e mais significativamente a posição das mulheres na sociedade. RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 10-11. (imagem melhorada digitalmente pelo autor)

⁹³⁵ A ativa postura Kadiwéu foi destacada pelos europeus desde o período colonial. E em 1990, Mônica Pechincha ressaltou tal característica quando hospedada num Hotel em Campo Grande, junto aos indígenas. Segundo a autora, chamavam a atenção dos “brancos” por sua postura, por seus trajes de bons fazendeiros e que os “brancos” aproximavam como conhecidos para cumprimentá-los. Ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., 3.

imperativo ter em consideração que tais correlações familiares entre arrendatários com políticos do estado não escapariam à sua perspicaz atenção. Por esse caminho, a apuração do Sertanista Cildo Meireles ganha grande sentido quando concluiu que os Kadiwéu foram oprimidos e obrigados a aceitar os arrendamentos pelos fazendeiros da região⁹³⁶, que forçaram ao cabo o SPI.

5.2 Obstaculizar e contra-argumentar

Neste subcapítulo analisamos as ações Kadiwéu mobilizadas para combater o projeto do SPI em transformar o território numa opulenta fazenda sob seu controle. Assim, primeiro tratamos da atuação indígena operada em meio as novas circunstâncias formadas. Após isso, abordamos a apropriação pelos Kadiwéu da condição de tutelado. Em que ponto a dominação da tutela adentra na zona de convergência com a cultura indígena?⁹³⁷

⁹³⁶ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 03, p. 35. Na análise do Sertanista, tanto o SPI quanto os Kadiwéu não queriam um sistema de arrendamentos no território. A sua implementação não foi voluntariosa, mas premiada pelas circunstâncias que forçaram uma solução: arrendamentos. É nesse sentido que o Sertanista argumentou que os Kadiwéu foram oprimidos e forçados a aceitar, pois não havia outro jeito frente a ameaça legislativa, judicial e de esbulho-possessório. (Agradeço ao Prof. Éder Novak pelo apontamento da ambiguidade no texto)

⁹³⁷ Um assunto discutido por historiadores sobre os povos indígenas diz respeito aos casos em que estes, ao entrarem em contato com noções europeias voltadas a dominação, fizeram a subversão de seus moldes originais, reorientando-as aos seus próprios interesses e visões de mundo. Conforme analisado por Estenssoro ao tratar sobre a catequização no Peru, os indígenas, ao entrarem em contato com ensinamentos e ritos católicos ofertados e ministrados pelos padres, alteraram as suas narrativas, liturgias e rituais originais, pondo em seu lugar referências e elementos indígenas, submetendo-a portanto, as suas tradições originárias que, ao cabo disso, ameaçavam a unidade do catolicismo. Tal processo tornava o seu combate pelos padres em algo complexo, pois, segundo o autor, os indígenas sim eram convertidos, mas ao seu próprio modo e, portanto, eram complexamente cristãos. Ver ESTENSSORO, José Carlos. O símio de Deus. In: NOVAES, A. (ed.) A outra margem do ocidente. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 181-200. Este parece-nos o caso do guerreiro Antônio Mendes, que para a antropóloga Mônica Pechincha, em 1990, lhe disse que havia mitos Kadiwéu do qual não contava para os missionários, escolhendo ocultá-los, apesar de a sua família ser considerada uma das que mais aderiram à catequese de missionários alemães e até encarregados de zelar pela igreja. Já à sua esposa na época, ao pedir para Mônica Pechincha ler um trecho da bíblia qualquer, após ouvi-lo proferiu que “História de Kadiwéu é igualzinho”, denotando de que forma as convicções indígenas penetram e permeiam estas relações. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 90. Jaime Garcia, que esteve antes do que a antropóloga no território, confirma os seus dizeres, afirmando que o guerreiro era um dos adeptos mais “regulares” dos missionários evangélicos e profundo conhecedor do repertório mítico de seu povo, ao passo em que a sua esposa, do qual se considerava “crente”, possuía grande conhecimento do repertório mítico também. Significativamente, o antropólogo ouviu de uma Dona da família “nobre” dos Silva que após a morte, os “crentes” é que vão para o céu. Já os Kadiwéu “ficam por aqui mesmo”, vivendo da caça e morando em suas aldeias com os seus antepassados. Ou seja, há uma compatibilização de noções indígenas com não-indígenas. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 23-24, 101-102. Já Maria Vinha ouviu de um Kadiwéu em 1999, que Gô-Noêno-Hôdi disse para o Caracará que o corpo de Adão, Eva e Jesus eram de barro, mas o corpo dos Kadiwéu não era de barro e sim de gente, de carne. Assim, comportando ambos os mitos, mas mantendo as especificidades da essência Kadiwéu. VINHA, Marina. Corpo-Sujeito Kadiwéu: jogo e esporte. 2004. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2004, p. 42.

Manobrando relações entre SPI e fazendeiros

Se os Kadiwéu concordaram a contragosto com os arrendamentos de 1961, no final do mesmo ano não aceitavam mais tal situação, que no início de 1962 foi alterada drasticamente. O novo cenário era conformado pelos seguintes fatores: 1) fazendeiros cercaram áreas minimamente superiores ao dobro do estipulado⁹³⁸ e em alguns casos, superiores ao triplo⁹³⁹; 2) quase 60 mil cabeças de gado eram clandestinas⁹⁴⁰; 3) uma massa de novos fazendeiros, sem solicitação nem autorização⁹⁴¹, invadiu o território por conta de sua fertilidade⁹⁴². Com relação aos últimos, segundo o que foi apurado pelo Sertanista Cildo Meirelles: “*vergonhoso é os fazendeiros de Mato Grosso [...], homens de dinheiro, de recursos, de capacidade*” que arrendavam terras para os criadores regionais por preços vultuosos, que quando comparados com os estabelecidos pelo SPI no ano anterior, atraiu novos invasores⁹⁴³.

Do ponto de vista Kadiwéu, a situação era dúbia. Se por um lado o território estava abarrotado por mais invasores, a violação dos termos de contrato pelos fazendeiros retardou drasticamente os planos do SPI para torná-los capatazes que cuidariam de milhares de bovinos esperados. A oportunidade daquela *Situação histórica* foi aproveitada pelos Kadiwéu para manipular relações com os novos invasores a partir de sua condição de “tutelado”. Em 16/05/1962, o invasor A. Dias Silva, que fazia parte da nova onda, redigiu uma carta endereçada ao Diretor, que apesar dele próprio não ter qualquer contrato, acusava Serventuários no território de desonestidade. A carta inicia da seguinte forma: “*S.R. Diretor/ dos Índios – Peço ao senhor mandar fazer uma verificação aqui nas terras dos índios arrendadas*”; e, mais à frente: “*Não sei se o senhor sabe que os encarregados das aldeias*

⁹³⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 55.

⁹³⁹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 164-165.

⁹⁴⁰ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 58.

⁹⁴¹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 230-231. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 10.

⁹⁴² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 120-121.

⁹⁴³ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 35. Em seu trabalho, José Flores argumentou que os problemas manifestados nesse contexto de 1960, pós-arrendamentos, são efeitos da presença dos fazendeiros, do excesso de trabalho sobre os serventuários e o que mais importa aqui, pela desordem, confusão e incapacidade da IR5 em administrar o território Kadiwéu. Ora, não é razoável culpabilizar a IR5 pelo fato de uma massa sem qualquer autorização, invadir a área e fixar por lá. Se o historiador tivesse prerrogativas para atribuir culpabilidades, apontaria para os invadidos ao invés dos invasores? FLORES, José Manuel. Transformação agrária... op. cit., p. 303.

daqui dos indios recêbem gado por conta dos arrendamentos e eles vendem esse gado, e não dão nada para os indios"; e, finalizando: *"O senhor me desculpa de assim dizer, mas é preciso acabar com isso, para ser mais sério os indios não ve nada so eles estão lucrando"*⁹⁴⁴. A situação relatada não era real, mas uma versão dada pelos Kadiwéu aos novos fazendeiros⁹⁴⁵ para entrarem em contato direto com o Diretor para que em pessoa, comparecesse ao território, sobretudo quando os primeiros Diretores escolheram não tomar participação nas discussões sobre arrendar o território. Essa estratégia foi empregada com o Manoel Aureliano da Costa Filho, anos antes, que após distribuir uma série de presentes e tributos, os Kadiwéu lhe pediram por mais e ao questionar se o SPI não dava assistência, os Kadiwéu responderam que o SPI não lhes dava nada⁹⁴⁶. Portanto, esta era uma postura comum pelos indígenas, que tornava a imagem do órgão comprometida frente aos não-indígenas e maximizava os seus ganhos. No caso de 1962, os próprios fazendeiros apresentaram para o Diretor o fracasso do sistema de arrendamento já degenerado que queriam integrar.

No mês seguinte, os Kadiwéu manipularam relações com outro invasor. Em 25/06/1962, o Desembargador do TJMT, Sr. Antônio S. Arruda, escreveu ao Diretor, Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, a partir da condição de *"fazendeiro, pecuarista e arrendatario das terras dos indios"*. Como na carta anterior, o Desembargador recuperou os mesmos elementos: *"Eles recebem dinheiro e os indios continuam pedindo esmola e tuberculoso, enquanto eles estão enriquecendo"*; e, mais à frente *"É preciso o senhor vir aqui para ver isso so vendo para ver como tem irregularidades"*. Mas a sua carta, contudo, finalizou com uma ameaça ao Diretor: *"Eu sei que o senhor tomará uma providencia, nisso não precisando nós levarmos isto ao conhecimento do ministério da agricultura. Esperamos sua resposta."*⁹⁴⁷. Bem, numa análise mais complexa, os Kadiwéu procuraram trazer o Diretor ao território para que tomasse conhecimento das irregularidades provocadas pelos fazendeiros, fazendo com que o SPI colidisse contra estes, enquanto os próprios indígenas sobressaíam como vítimas aos olhos de ambos. O fato dos novos invasores escreverem as cartas é explicável porque acreditaram e concluíram que os Kadiwéu não protestavam contra mais arrendamentos e que

⁹⁴⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 16.

⁹⁴⁵ É possível que a versão dada aos novos fazendeiros invasores também tivesse o interesse de convencê-los a entregarem tributos diretamente aos Kadiwéu, ao invés de pagarem ao SPI.

⁹⁴⁶ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 243.

⁹⁴⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 18.

veriam até com bons olhos, mas que recusavam apenas os supostos Serventuários desonestos. Para a nova massa invasora, as vantagens da suposta concordância Kadiwéu era providencial, com outros benefícios mais, tal qual alegarem colaboração com a melhora da situação de vida dos indígenas e que, de quebra, estariam certificando que o SPI cumprisse com seus deveres. É interessante notar que o contrato de arrendamento de 1961 estipulava de forma bem clara que o pagamento seria sempre anual⁹⁴⁸, mas em ambas as cartas os sujeitos alegaram que conjuntamente com outros fazendeiros mais não iriam pagar para o SPI em 1962.

Os resultados da estratégia Kadiwéu naquela *Situação histórica* tiveram êxito. Em resposta as cartas, o Diretor determinou uma equipe de Serventuários para averiguar a situação no mês seguinte⁹⁴⁹. E em 23/08/1962, o Diretor em pessoa visitou o território, reportando para o Ministro da Agricultura sobre Encarregados afastados in loco por suposto conluio com fazendeiros para dilapidar recursos do território e coagindo indígenas à submissão, solicitando uma Comissão de Inquérito para investigar a legitimidade e legalidade dos arrendamentos firmados em 1961, enquanto os registros sobre a captação dos arrendamentos, segundo sua avaliação, não seriam confiáveis⁹⁵⁰. Os registros entre 1959-1962 eram confeccionados à mão, com pagamentos tanto em reses como em dinheiro⁹⁵¹, revelando que o sistema de arrendamentos oficializado em 1961 não teve força nem tempo para maturação ou burocratização em 1962⁹⁵² (levando o Relator Jader Figueiredo a condenar o Inspetor Erico Sampaio por “*falta de controle*”⁹⁵³), o que foi iniciado pelo Inspetor Fernando da Cruz neste último ano⁹⁵⁴.

A manipulação indígena que jogou o SPI contra fazendeiros teve por efeito a formação de um núcleo duro formado pelo Diretor Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho e o Inspetor Fernando da Cruz, que colidiu contra os Serventuários que estavam no território ou na IR5. O Serventuário Leonardo Corrêa Rocha escreveu uma carta aberta publicada no jornal “O

⁹⁴⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 28 - Planilha 264, p. 49.

⁹⁴⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 196, p. 103.

⁹⁵⁰ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 164-165.

⁹⁵¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 163, p. 33, 39. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 197, p. 157-165.

⁹⁵² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 42.

⁹⁵³ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 20, p. 420.

⁹⁵⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 03, p. 44-45, 54. M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 231.

Estado de São Paulo” em 25/11/1962, direcionada para o Presidente da República, acusando o Inspetor e o Diretor de perseguição e afastamento de funcionários sem justificativa, de dilapidar o patrimônio indígena para aumentar suas próprias receitas e de vender o gado sem concorrência pública para comprar um automóvel e uma carpideira mecânica que seriam empregadas na Fazenda Kadiwéu, certamente. Ponto interessante é que a carta recupera os mesmos elementos que as anteriores escritas pelos fazendeiros invasores: *“É lamentável que os selvícolas, mormente os Kadiuéos, vivem famintos e miseráveis, á despeito das suas riquezas patrimoniais; e de grandes somas em dinheiro arrecadadas, nestes ultimos 4 meses, dos arrendatarios dos seus campos de criação”*⁹⁵⁵. O que fica mais patente é que foi instalada uma desinteligência dentro da IR5, que não por acaso obstaculizava os progressos da “Fazenda Kadiwéu”. O mesmo equivale para o gado vendido. Assim, no dia posterior, o Inspetor solicitou ao Diretor a abertura de Inquérito Administrativo contra o Serventuário⁹⁵⁶ e no mês seguinte estendeu-o ao Serventuário José Mongenot Filho, que segundo o Inspetor, ambos estavam *“causando assim sérias dificuldades para esta administração”* e *“procurando deste modo cria clima de insitamento, á desobediência”*⁹⁵⁷. A carta aberta foi respondida com o pedido de publicação de outra pelo Diretor, Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, ao redator do mesmo jornal e fazendo uso da lei para isso, em 10/11/1962, criticando severamente as intensões do jornal em sua postura de polemizar para adquirir relevância⁹⁵⁸.

Durante a gestão do Inspetor Fernando da Cruz, o gado foi vendido sem concorrência pública⁹⁵⁹. Mas há aí um detalhe. Quando o Inspetor Alísio de Carvalho o sucedeu no cargo, informou ao novo Diretor que durante a administração do Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho a

⁹⁵⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 29 - Planilha 273, p. 133. Darcy Ribeiro declarou em entrevista na década de 1990 sobre sua pesquisa de campo entre 1947-1948 que havia fome entre os Kadiwéu porque a comida era pouca. Mas ao mesmo tempo, apontou uma constatação paradoxal, destacando que os Kadiwéu eram maiores e mais fortes do que os indígenas que conheceu na região. Certamente eram fortes e maiores porque viviam caçando em pleno pantanal, enquanto os mais velhos eram aqueles quem cuidavam das roças, conforme apontou. Se as roças eram poucas nas aldeias que visitou, isto seria o pleno reflexo de um estilo de vida caçador. Ver GRUPIONI, LUÍS DONISETE BENZI e FARJADO GRUPIONI, MARIA DENISE. Entrevista... op. cit., p. 168. De fato, Rivesseau, ao início dos anos 1900's afirmou categoricamente que seria difícil, senão impossível, que os Kadiwéu passassem fome em seu território, dado a quantidade de caça das mais variadas espécies, fora as frutas e pescados. Além disso, Rivesseau também destacou com clareza o vigor físico e a saúde dos Kadiwéu que conheceu, ver RIVASSEAU, Emilio. A vida dos índios Guaycurús: quinze dias nas suas aldeias. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p. 135-137, 49-51.

⁹⁵⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 3.

⁹⁵⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 4.

⁹⁵⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 6, p. 81.

⁹⁵⁹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 247.

renda institucional do SPI era escassa (e segundo o Inspetor Fernando da Cruz, sequer havia renda para dar uma enxada a cada indígena desde 1961⁹⁶⁰), recorrendo à renda indígena⁹⁶¹ para pagar os trabalhadores que mantinham a Inspetoria operacional, que eram eles próprios indígenas. Isto impedia, segundo o Inspetor Alísio de Carvalho, desenvolver a criação de gado por conta do desvio e que mesmo assim, a IR5 estava à beira do colapso já em 23/12/1963⁹⁶². Isto era intensificado pela baixa captação de recursos, por conta das irregularidades praticadas pelos fazendeiros e pelas necessidades urgentes da IR5, que requisitava dispor prontamente de dinheiro e não reses para arcar com compromissos que eram sempre imediatos, repercutindo drasticamente sobre a “Fazenda Kadiwéu”⁹⁶³, situação que perdurou por anos a fio⁹⁶⁴, ainda que projetados planos para a construção de casas, escolas e poços⁹⁶⁵ com a renda indígena. De fato, havia recursos para pagar remédios distribuídos aos indígenas⁹⁶⁶ para as internações⁹⁶⁷, para as passagens⁹⁶⁸, para a doação de tecidos⁹⁶⁹, de erva-mate⁹⁷⁰, de ferramentas e de gêneros agrícolas⁹⁷¹, que, ao que tudo indica, eram todos oriundos da Renda Indígena, fortemente sobrecarregada, portanto.

⁹⁶⁰ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 51.

⁹⁶¹ A Renda Indígena, instituída por Decreto em 1942, era movimentada por conta corrente especial. Diz respeito às atividades comerciais desenvolvidas pelos indígenas ou fazendo uso de seus recursos. Ver SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiwéu... op. cit., p. 84.

⁹⁶² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 186-187.

⁹⁶³ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 231.

⁹⁶⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 194, p. 104.

⁹⁶⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 324, p. 183-188.

⁹⁶⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 183, p. 94-95. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 190, p. 54. Darcy Ribeiro, em sua obra registrou um conflito e disputas entre as práticas xamânicas com os remédios dos “brancos”, ver RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 226.

⁹⁶⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 284, p. 152. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 76.

⁹⁶⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 194, p. 134-135.

⁹⁶⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 183, p. 100.

⁹⁷⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 161, p. 5.

⁹⁷¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 167. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 111.

Contra a absorção

Após uma longa e bem-sucedida sabotagem Kadiwéu, em 21/11/1963, o novo Diretor, utilizando o poder de *exclusão*, anunciou que celebraria novos contratos com todos os fazendeiros, medindo as áreas cercadas reais⁹⁷². Isto era a imposição e recusa do SPI contra a oferta dos fazendeiros que prontificaram a resolver o problema criado por eles próprios. Os fazendeiros visavam criar uma sociedade com o órgão no território e construir, a partir disso, a imagem de cooperativos, cuja tentativa contava com público apoio de Deputados⁹⁷³. Em resposta ao novo Diretor, os fazendeiros anunciaram a fundação da AATSPI em 20/12/1963⁹⁷⁴, atendendo reuniões na sede da IR5 no ano seguinte⁹⁷⁵.

No entretanto, o SPI, na lógica da *Guerra de conquista*, endossou a política tutelar de transformação dos Kadiwéu em trabalhadores, chocando-se contra as “nobres” famílias Kadiwéu que viviam autônomas⁹⁷⁶. Os Encarregados do PI São João e PI Nalique reportaram à IR5 seus desfalques administrativos, levando-a a informar para o Diretor em 07/02/1964, sobre indígenas contratados nos dois PI: o Cap. Ismael Bento Medina, que estava no PI São João e o Cap. Severiano Matchúa, no PI Nalique. Segundo o Inspetor, “*apesar de varias vezes terem sido aconselhados e advertidos, verbalmente, continuam sem assiduidade e pontualidade ao serviço*”. E no caso do Cap. Ismael Bento Medina, “*se ausentado sem a menor atenção, indo trabalhar por sua determinação em locais fora do Posto*”. Em vista disso, a IR5 sugeriu a aplicação de uma “*penalidade de repreensão, inicialmente, como medida de carater estritamente moral*”⁹⁷⁷. Dado o prestígio dos Capitães, o SPI foi cuidadoso em aplicar punições que não provocasse sobressalto. Assim, em 21/02 de 1964, a IR5 determinou a transferência do Cap. Severiano Matchúa e de sua família para o PI Capitão

⁹⁷² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 150.

⁹⁷³ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 4, p. 27.

⁹⁷⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Diretoria - Caixa 32 - Planilha 315, p. 71.

⁹⁷⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu- Caixa 27 - Planilha 254, p. 124.

⁹⁷⁶ Conforme o antropólogo canadense Oberg, em pesquisa de campo, ao fim de 1946 e início de 1947, os Kadiwéu, ao invés de performarem as atividades laborativas queridas pelo SPI, orgulhosamente e com distinta independência, segundo o antropólogo, viviam com as provisões de caça que obtinham no território. OBERG, Kalervo. The Terena and the Caduveo of Southern Mato Grosso, Brazil. Washington, D.C.: Smithsonian Institution, Institute of Social Anthropology, Publication No. 9, 1949, p. 59. Interessante notar que a mesma constatação foi feita por Rivesseau no início dos anos 1900's destacando ainda que os Kadiwéu estavam bem e viviam sem invejar aos não-indígenas, RIVASSEAU, Emilio. A vida dos índios... op. cit., p. 204.

⁹⁷⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 322, p. 25.

Vitorino (onde havia Terena e que tinham famílias tributárias vivendo no território Kadiwéu), explicando que era mera medida conveniente aos serviços do SPI⁹⁷⁸. E com relação ao Cap. Ismael Bento Medina, somente em 22/10 de 1964, ou seja, após 8 meses, o Diretor lhe aplicou a “*pena de repreensão*”⁹⁷⁹.

Figura 58: PI Nalique (possivelmente⁹⁸⁰, na década de 1960)



Fonte: M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 7, p. 33

⁹⁷⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 183, p. 05.

⁹⁷⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 322, p. 26.

⁹⁸⁰ Segundo Oberg, havia um lago no PI Nalique, ver OBERG, Kalervo. The Terena and the Caduveo... op. cit., p. 49-50.

Figura 59: Visão panorâmica do lago frente ao PI Nalique (possivelmente, anos 1960)



Fonte: M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 7, p. 250

Mas a recusa não era exclusividade de Capitães. Quando o SPI arrecadou pagamentos de arrendamentos em reses, recolocando o dilema da “Fazenda Kadiwéu”, o Encarregado do PI Nalique, em caráter de urgência, reportou a IR5 que “*existem alguns indios inclusive trabalhadores deste P.I revoltados contra este Posto*” em 01/07/1962, pedindo a ida de um funcionário da IR5 até lá⁹⁸¹. A revolta ocorreu porque os Kadiwéu não submeteriam sua “nobreza” e/ou seu orgulho para recolher o gado dos arrendatários e, por extensão, que não aceitavam ver o território transformado numa enorme fazenda sob poder do SPI. Afinal, os interesses estavam estritamente relacionados com a defesa das ameaças no âmbito jurídico. Nesse caso, teve corpo uma direta e objetiva recusa a cumprirem com os planos acertados em 1961. A postura resoluta foi tal que o Inspetor Fernando da Cruz, em 09/07/1962, determinou para o Encarregado do PI São João, onde estavam os Terena e Kinikinau, “*alguns indios necessários para os trabalhos de transporte de gado recebido dos arrendatários [...] para o Posto Indígena Nalique*” com “*pagamento durante os dias de trabalho*”⁹⁸². A recusa Kadiwéu em operar o gado está diretamente relacionada com modificações contratuais que substituíram o pagamento em reses nos anos posteriores⁹⁸³.

⁹⁸¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 161, p. 31.

⁹⁸² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 32.

⁹⁸³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 9.

Figura 60: Bovinos no PI Nalique (possivelmente, década de 1960)



Fonte: M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 7, p. 42.

Figura 61: Gado do SPI no PI Nalique tocado por vaqueiros (possivelmente, anos 1960)



Fonte: M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 7, p. 94

Caminhavam pari-passu os novos contratos, a “Fazenda Kadiwéu” e a tentativa de torná-los trabalhadores. Em outubro de 1964, o Veterinário do SPI elaborou um plano de grande envergadura para a criação de um Posto Veterinário na região da Tomázia⁹⁸⁴. Os

⁹⁸⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 163-165.

contratos com o SPI avançaram com 10 novos modelos enviados em 23/06/1964⁹⁸⁵. Nesse processo, a “Fazenda Kadiwéu” foi subordinada diretamente ao Diretor dois meses depois⁹⁸⁶, e após mais dois meses, a AATSPI arrolou 86 filiados⁹⁸⁷, de modo que em 01/12/1964 há novos contratos de arrendamentos atualizados, já assinados⁹⁸⁸.

Em resposta às movimentações do SPI, foi formada uma coalizão Kadiwéu-Terena que manifestou contrária aos novos arrendamentos, utilizando a condição de tutelados para contra-argumentar. O manifesto foi redigido pelo Tereno Ranulfo Cândido em 20/12/1964,

Em primeiro lugar desejo sua boa saude, igualmente aos Funcionarios dessa repartição.

Atraves do esclarecimento do Sr. João Principe, referente arrendamento de campos da reserva entre os Indios Cadueus, minuciosamente disse estarem eprimidos pelos arrendatarios, principalmente pelo Fazendeiro resentemente está fechando a aréa pertencente ao Aldeiamento TARUMAN e LAMBARÍ, ainda esclareceu que a aréa apontado, é ocupado peças criações dos Indios, diante do esclarecimento o Sr. Principe poderá melhor esclarecer, espero de sua Excia. um apoio massiço, para que o assunto seja sanado, para melhor amparar os Indios.

Mais à frente, o Tereno infere incisivamente,

Adianto que no meu ver tais arrendamento já é bastante, mesmo aqui tenho ouvido assunto rediculo levantado pelos Fazendeiros que os meus Patricios dizem que são ladrões, que costuma matar gado dos Fazendeiros; pergunto a S. Excia. como será o procedimento dos meus Patricios de mais próximo aos Fazendeiro?

Espero do seu atendimento ao pedido do Sr. Principe em nome dos Indios Aldeiados.

E concluindo o manifesto,

Adianto ainda que Terreno poderemos obter para o futuro no que diz para Administração dessa Inspetoria, uma vez que esteja idealizando melhor atender os Indios.

Transmito minhas felicitações para o bom Natal e prosperidade ao ano novo.

Abraços

Ranulfo Cândido

Indio Tereno⁹⁸⁹

⁹⁸⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Diretoria - Caixa 32 - Planilha 317, p. 4.

⁹⁸⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 257, p. 89.

⁹⁸⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 29 - Planilha 276, p. 187-188.

⁹⁸⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 284, p. 94-96.

⁹⁸⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 59. O prof. Éder Novak apontou que o terreno dito pelo Tereno Ranulfo Cândido provavelmente se referiria a instalação de um novo PI. (agradeço ao professor pelo esclarecimento)

As relações Kadiwéu-Terena transcendiam não só os limites territoriais indígenas, mas também as repartições administrativas tutelares, conformando uma grande frente em MT para opor-se ao SPI dentro da perspectiva tutelar em que demarcam a identidade indígena. Assim, invocando as antigas relações de “interação simbiótica” entre tolderias-Chaná⁹⁹⁰ o Tereno Ranulfo Cândido, que habitava noutro território, chamou os Kadiwéu por “Patrícios”⁹⁹¹, denotando efetivamente o prestígio detido pelo Cap. João Príncipe, quem ao mesmo tempo estava empurrado para agir em defesa dos Terena no território, conjuntamente com o Cap. Severiano Matchúa e outros, já que era parte do acordo e da obrigação prometida pelos Kadiwéu. A partir disso, compreende-se o porquê de o Tereno expressar desaprovação ao ouvir sobre os “ridículos” rumores que corriam por toda a região sul de MT, sugerindo que os Kadiwéu eram ladrões que saqueavam o gado e os atacavam, sem qualquer contexto complementar. Quando os demais Terena de MT sabiam bem por quais razões isso ocorria, gerando indignação. Se o ataque freava o avanço dos arrendamentos sobre o território, pelas mãos do Tereno Ranulfo Cândido, isto foi transformado numa coerente justificativa e contra-argumento contundente: *“como será o procedimento dos meus Patrícios de mais próximo aos Fazendeiro?”* O que na prática significa: os Kadiwéu poderiam agir diferente quando o SPI não atende aos pedidos dos tutelados, ao passo em que avançam os arrendamentos até não deixarem outra saída? No fim de tal sofisticado argumento Terena-Kadiwéu fica patente que os fazendeiros não tinham qualquer direito de denegrir a luta e nem o SPI de puni-los. O questionamento não apenas colocou a IR5 contra a parede, mas a intimava a resolver tudo em entendimentos com o Cap. João Príncipe, para quem a carta funcionou como apresentação. Se havia ataques, isto era consequência da falta de diálogos com os “tutelados”, e não porque os Kadiwéu eram “ladrões”, mas ficavam sem espaço para criarem os seus animais, o que também afetava aos Terena e Kinikinau⁹⁹². Com efeito, os Kadiwéu também sabiam que a expansão almejava destruir sua igual condição de criadores para torná-los capatazes. Logo, comunicaram estar decididos a trabalharem para si próprios em seu território, conforme o seu orgulho étnico.

⁹⁹⁰ Ver SCHADEN, Egon. Relações intertribais e estratificação social entre índios sulamericanos. São Paulo: Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Sociologia: Revista Didática e Científica vol. X, n. 2-3, 1948.

⁹⁹¹ Segundo Duran, os Kadiwéu denominam como Patrícios aos seus Capitães de família “nobre”, ver DURAN. Maria Raquel da Cruz. *Padrões que conectam: o Godidigo e as redes de socialidade Kadiwéu*. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 226.

⁹⁹² Ver Capítulo 6.

O papel do Tereno Ranulfo Cândido é significativo por contradizer de forma visceral o depoimento do Sr. Deputado Edison Brito Garcia, que para a CPI de 1963, exclamou sobre o Tereno ser exemplo do que não mais poderia considerar indígena, já que trabalhava em serviço de “civilizado”, sabia ler e escrever, assim como outros Terena em MT, que, segundo o referido Sr. Deputado, deveriam emancipá-los da tutela do SPI, possibilitando que sua mão de obra e territórios fossem melhor “aproveitados” em “parcerias” com fazendeiros locais⁹⁹³ (o que na verdade é apenas outro meio para explicitar a vontade de apropriação de territórios indígenas por agropecuaristas e amigos políticos de MT⁹⁹⁴).

Figura 62: Kadiwéu pastoreando seus bovinos⁹⁹⁵ (possivelmente entre os anos 1940-1990)



Fonte: Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 004 . DR foto 638 004.

Combatendo as tentativas do SPI que procurava absorvê-los como capatazes na “Fazenda Kadiwéu”, as lideranças indígenas pressionaram diretamente o Inspetor na sede da IR5. No entanto, ao invés do Cap. João Príncipe, anunciado dia antes, foi o Cap. José Marcelino da “*aldeia Velha (Tarumã)*”⁹⁹⁶ filho do Cap. João de Barros⁹⁹⁷ e da Naci de Barros,

⁹⁹³ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 123.

⁹⁹⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 117.

⁹⁹⁵ Segundo Pechincha, o cuidado com bovinos e cavaleiros eram atividades masculinas. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 68. (Imagem melhorada digitalmente pelo autor).

⁹⁹⁶ O Inspetor chamou a aldeia de Tarumã de aldeia “velha”, sugerindo que havia uma nova aldeia, ou talvez mais um nome pelo qual a aldeia era conhecida e que a documentação não permite identificar. Todavia, cabe aqui mencionar o fragmento de tradição oral colhido por Jaime Garcia, em 1990, de um membro da família “nobre” dos Silva. Foi-lhe dito que a aldeia de Tarumã foi deixando de existir, conforme os apelos do SPI ou de uma liderança indígena, para que mudassem para o PI P. Alves de Barros para receberem a assistência do órgão. A relação entre o relato e a documentação é temerária, já que a aldeia de Tarumã foi deixando de existir. Portanto, um processo gradual e a tradição oral mantém certa dúvida, já que poderia ser uma medida do SPI ou

quem em 05/01/1965 foi até à sede da Inspetoria para questionar acerca de uma área do qual não queriam ver o avanço das cercas, permanecendo lá por volta de 4 dias e arrancando do Inspetor o esclarecimento de que na área não ocorreria a ocupação por fazendeiros⁹⁹⁸. Esta seria uma das áreas da qual o Manifesto Terena-Kadiwéu protestou. Todavia, os preparativos para celebrar uma nova leva de contratos prosseguiram pela IR5, que em 21/01/1965 pediu a anulação dos primeiros 61 ao Oficial do Registro de Imóveis em Porto Murtinho⁹⁹⁹.

Após um hiato de meses, as lideranças urdiram uma estratégia complexa em que o Cap. João Príncipe ressurgiu na trama daquela *Situação histórica*. Os Encarregados eram os olhos do SPI no território. Sabendo disso, o Cap. João Príncipe e o Cap. Pedro Rufino¹⁰⁰⁰, que moravam em aldeias na área do PI P. Alves de Barros, informaram com curiosa riqueza de detalhes ao Veterinário do SPI, em 03/03/1965, que pernitoiu no PI no mês anterior, 11 rezes oriundas do PI Nalique, conduzidas pelo comprador de bois do João Vilella (parente de um inimigo em Xatelodo), que os comprou, evitando aqueles cujas marcas do SPI estavam mais evidentes. A maioria fora vendida pelo próprio Cap. Severiano Matchúa, com a Terena Ramona Evangelista¹⁰⁰¹ e o indígena Lúcio Batista, que ao terem ludibriado o sujeito, este foi

de um Capitão da aldeia Pé-de-Serra ou a escolha dos próprios Kadiwéu de Tarumã em mudarem de aldeia (o que seria uma característica de sua cultura e sociedade). Poderia ser até mesmo a combinação de todos os fatores elencados. Sem esquecer ainda a possibilidade de ser um discurso político de uma liderança para criticar ao Estado Brasileiro. Jaime Garcia infere que inúmeros aldeamentos entre os 1950-1960 foram desarticulados e forçados a aglomerarem próximo aos PI. Mas, à exceção de Tarumã, do qual aqui já destacamos a imprecisão de seu caso, o autor não citou os nomes dessas aldeias e nem a sua localização. Ao mesmo tempo, o autor diz que os pequenos grupos familiares organizados ao longo do território permaneceram, do qual ele testemunhou a existência ainda naqueles anos. As aldeias que mais foram afetadas, segundo o autor, foram as maiores. Ora, não deveria ser o contrário? Já que as aldeias maiores que já estão próximas dos PI (Nalique, Pé-de-Serra e São João) seriam reforçadas por ações do SPI de assistência, procurando absorver os núcleos menores? É claro que, neste sentido, seria ainda preciso considerar a possibilidade de que núcleos pudessem aglomerar ou a aldeias menores, motivadas por casamentos em que o homem segue à casa da esposa, ou o falecimento de membros de núcleos menores que, conforme a cultura Kadiwéu, deveriam abandonar a casa. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 232, 236-238.

⁹⁹⁷ Jaime Garcia entrevistou o Cap. João de Barros, tido como Kadiwéu “legítimo”, isto é, sem “mistura”. Ibidem, p. 22-23. Maria Duran confirma a “nobreza” do Capitão, ver DURAN. Maria Raquel da Cruz. *Padrões que...* op. cit., p. 38.

⁹⁹⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 49 - Planilha 331 - Item 05, p. 4.

⁹⁹⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 6-7. Em seu trabalho, João Flores afirmou que os primeiros 61 contratos de arrendamentos foram cancelados em 1963 pelo Inspetor Alísio de Carvalho, mas, como é possível notar, continuavam valendo. Ver FLORES, João. Muita terra para... op. cit., p. 82-83.

¹⁰⁰⁰ A Dona Aracy Matchúa afirmou para Mônica Pechincha que o Cap. Nestor Ruffino era Kadiwéu puro, daqueles que sequer tinham sobranceiras. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 71.

¹⁰⁰¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 31 - Planilha 303, p. 75. A antropóloga Mônica Pechincha, nos anos 1990, teve a oportunidade de conversar com uma anciã Terena chamada Ramona. Era viúva do filho do

acolhido por alguém no PI P. Alves de Barros. O caso foi levado para a IR5¹⁰⁰². O resultado não tardou, pois já no próximo mês, em 01/04 de 1965, o Inspetor Samari Prado “*RESOLVE – transferir o Sr. Abilio Coelho Aristimunho, Encarregado do Posto Indígena São João, para igual função no Posto Indígena Nalique, até ulterior deliberação [...]*”¹⁰⁰³. Numa única manobra, derrubaram um Encarregado e transferiram outro (a estratégia já era conhecida, pois foi utilizada em 1953 contra dois Serventuários do PI São João¹⁰⁰⁴). O desfalque no PI São João requisitou solução e, no próximo mês, em 05/04 de 1965, o Inspetor Samari Prado “*RESOLVE – admitir, por absoluta necessidade de serviço, o Sr. Ari Coelho Aristimunho, na função de Encarregado do Posto Indígena São João, a partir desta data, até ulterior deliberação desta Chefia*”¹⁰⁰⁵. Portanto, foram alocados dois irmãos nos PI. Em meio à “dança das cadeiras”, os Kadiwéu reinseriram seus interesses, de modo que a IR5 não pudesse tergiversar frente ao “pedido” dos tutelados. Assim, em 05/04/1965, o Cap. João Príncipe, sob pressão de seus liderados¹⁰⁰⁶, escreveu uma carta para o Inspetor:

memorável Capitãozinho da família “nobre” dos Matchúa. Possivelmente era mesma pessoa, que há época (nos anos 1990) foi forçada a viver longe da aldeia, em Campo Grande, por conta dos tratamentos médicos, lamentando por ser obrigada a estar longe do território. Ver, PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 1.

¹⁰⁰² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 190, p. 41.

¹⁰⁰³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 30 - Planilha 284, p. 39.

¹⁰⁰⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 21 - Planilha 194, p. 118-119.

¹⁰⁰⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 30 - Planilha 284, p. 50.

¹⁰⁰⁶ Para o dever da palavra dentro da organização política indígena e delegação da coletividade para a chefia de representá-los perante o Outro, ver CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política; tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro, F. Alves, 1978, p. 30-31, 24, 107-109. Ver também CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência: Ensaio de Antropologia Política; tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 107-108. Maria Duran traz um dado significativo acerca das celebrações organizadas pelo “vice-cacique” Ciriaco Ferraz entre 2014-2018 cujo prestígio era capaz de mobilizar muitos Kadiwéu, considerado por todos como um bom líder. Esta liderança, nos dias em que decorriam a festa, sempre era visto pela autora já bem cedo, varrendo o pátio central da aldeia, limpando-o da sujeira do dia anterior. E assim seguia até o fim das atividades daquele dia. DURAN, Maria Raquel da Cruz. Padrões que... op. cit., p. 197. A antropóloga Lecznieski, em pesquisa de campo entre 2000-2005 ouviu das lideranças, principalmente dos Conselheiros, que ser um Capitão era algo indesejável, complicado, difícil e fonte de dores de cabeça. LECZNIESKI, Lisiane K. Estranhos laços... op. cit., p. 199. No filme “A nação que não esperou por Deus” de 2015, por Murat e Hinrichsen, foi registrada uma assembleia do qual o “cacique” expôs a aldeia, as necessidades de melhoria e tomou o cuidado de deixar claro que não era uma imposição sua, já que, conforme inferido por Clastres, os Chefes indígenas não tinham poder de mando. Era quase um conselho que requisitava o parecer dos liderados. A assembleia foi registrada no tempo do filme: 30:22, disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=GaymMcHmTU&t=217s> > Última visualização: 30/03/2024. Sobre isso, Basques Junior trouxe em pesquisa de campo, realizada entre 2016-2020 uma informação significativa. Os “nobres” que não compartilhavam os bens eram retaliados pelos cativos. Um “nobre” teve quase todos os bens “furtados” quando foi à Campo Grande visitar uma de suas filhas que estudava em uma faculdade. Segundo o que disseram ao antropólogo, todos tinham certeza de que aquilo ocorreu porque o “nobre” recusou emprestar a sua nova motocicleta com a qual desfilava pela aldeia. E por mais que todos soubessem quem foi o responsável, a culpa era atribuída ao “nobre” por ser avaro. De tal modo que pelo dia seguinte nenhuma ação foi tomada.

5ª Inspetoria Regional Campo Grande

O senhor chefe estimo de conhecer ao senhor.

Como chefe dos índio o senhor vai me descolpar e qui eu não vou fala o nome do senhor porque não Conheço ainda mais muita prazer de ir conhecer ao senhor.

Asim e que eu vou mandar diretamente ao senhor dessas pequena pedido do nosso índio e que eles achão que essas gleba que sobrou nos acha que não podemos mas entregar para Rendatário nenho.

Porque nos sedemos esses ficamos sem campo de tudo de uma vez não é por nada meu chefe mais porcousa do nossos grição-zinho porque estava um senhor com a ordem dele ficar com com esse campo do Baia do Pinto entre o morro Sabinha ente ao murro da pédeserra entre a linha do senhor Lino Mirando Rudrigues meu chefe descolpa aminha calegrafia algum lugar que não seja bem declado o senhor

maes nada

Saudações

O índio João Príncipe da Silva¹⁰⁰⁷

Há uma sublime sofisticação por detrás dessas manipulações da condição de tutelado, pois a criação de bovinos e equinos não era qualquer imposição exterior sobre o seu modo de vida, mas, ao contrário, fazer isto é, exercer o seu modo de vida cultural e social com todo o vigor. Na prática, o SPI confrontava-se com sua própria contradição: o “pedido” não era para combater, nem derrotar ou tão pouco rebelar contra o órgão, mas sim porque o SPI destruía um modo de trabalho já existente no território em prol de fazendeiros que avançavam como o novo “modelo” do que já era conhecido e ali praticado. Os Kadiwéu recusavam a posição de capatazes do SPI porque eram criadores de bovinos e equinos. Suas criações lhes atribuíam margem para comercialização. O guerreiro Antônio Mendes vendeu alguns de seus animais por 22 mil cruzeiros, enquanto o guerreiro Dico Rafael vendeu alguns por 11 mil cruzeiros¹⁰⁰⁸, ambos para um tal de Mario de Oliveira, em 1963, sem qualquer intermediação

BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS: Maestria e território entre os Ejiwajegi do Pantanal. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020, p. 56. Para a liberalidade dos bens entre as toldeiras, ver CARVALHO, Francismar. Formal and informal alliances between Iberians and Native authorities in the heartlands of late-eighteenth-century South America. *Ethnohistory*, v. 70, p. 65-94, 2023, p. 77-78.

¹⁰⁰⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 190, p. 58-59. O antropólogo Basques Junior conversou com o Cap. Ambrósio da Silva entre 2016-2020 filho do Cap. João Príncipe. Segundo o antropólogo, o “nobre” Kadiwéu já havia cursado Direito e Letras, além de ter viajado para outros países. A sua maneira de falar o idioma Kadiwéu era diferente da dos demais. Conforme lhe foi explicado pelo próprio Capitão, os Kadiwéu possuem 3 tipos de fala: a dos homens nobres, a das mulheres nobres e o restante dos homens e mulheres que não eram nobres. O Capitão, com distinção, explicou-lhe que esta diferença era como a de um sotaque entre ingleses e estadunidenses. Para o autor, BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS... op. cit., p. 11.

¹⁰⁰⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 105. Nos anos 1990, o guerreiro Antônio Mendes, quem ocupava o posto de Conselheiro, era considerado um Kadiwéu rico em sua aldeia, por conta do número de cabeças de gado que possuía. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 91. Os dizeres da autora confirmam as afirmações de Jaime Garcia sobre o guerreiro ser “um dos maiores possuidores de gado próprio”. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 23.

do SPI¹⁰⁰⁹. Desse modo, os tutelados “*índios mais difíceis de tratar, os mais ativos e independentes*”¹⁰¹⁰, avisavam não ceder o território onde criavam seus animais de maneira enfática, confirmando que lograram garantir a área próxima à aldeia de Tarumã. No entanto, sempre com trato diplomático, o Cap. João Príncipe apresentou e prontificou para conhecer o novo Inspetor na sede da IR5, pessoalmente¹⁰¹¹. O Capitão ocupava a posição de intermediador das demandas entre seu povo com o órgão¹⁰¹², a exemplo de quando redigiu uma carta de apresentação para o Cap. Pedro Rufino à IR5, para que trocasse o seu cavalo por uma égua, em 18/10/1963, já que esta dava crias e o macho não¹⁰¹³.

¹⁰⁰⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 28 - Planilha 271, p. 92.

¹⁰¹⁰ RIBEIRO, DARCY. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 65.

¹⁰¹¹ A estratégia não era nova. Conforme analisado por Roller, os Capitães das *tolderías* procuraram desenvolver relações mais próximas com Comandante do Forte Coimbra, Almeida Serra, exigindo que não apenas doasse os bens enviados pela Coroa, mas que doasse os seus próprios itens pessoais. Além disso, também exigiram tratar pessoalmente com o Governador da Província para inseri-lo em sua rede política. ROLLER, Heather F. *Contact Strategies...* op. cit., p. 114.

¹⁰¹² A posição continuou ocupada por seus descendentes ao tempo de Jaime Garcia, em 1990. O antropólogo ouviu do Cap. Martinho da Silva um discurso complexo, do qual o Capitão alegava concordar que os indígenas não tinham que perder as suas tradições e costumes, mas que não deveriam ficar aprendendo apenas as suas próprias tradições, do qual já nasceram e cresceram inseridos. Para o Capitão, o Brasil ficava moderno e os indígenas não deveriam deixar de acompanhar isto, sendo fundamental aprender o português. E de forma significativa, apontou que tanto o Capitão como o antropólogo eram iguais, mas o que gerava a diferença era o preparo, isto é, a formação educacional do “civilizado” que o deixava em desvantagem e que isto precisava de correção. Desse modo, muitos mudavam para Campo Grande, mas a expectativa era a de que retornassem para lidar com as questões do território frente aos “brancos” com maior preparo. Ver SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou...” op. cit., p. 248-249, 251.

¹⁰¹³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 29 - Planilha 279, p. 80.

Figura 63: Cap. João Príncipe estripando um jacaré¹⁰¹⁴



Fonte: RIBEIRO, Darcy. *Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 48

Havia certa urgência nessas operações, certamente. E isso porque os Kadiwéu viram rapidamente o avanço dos arrendamentos, já que a AATSPI engajou nos contratos, assinando 93, com apenas 8 pendentes, cujos bovinos somados eram superiores à 100-120 mil cabeças em 07/04/1965¹⁰¹⁵. Nesses contratos estavam ausentes a cláusula de n.12, ocultada por razões intencionais ou não, pelo Inspetor anterior, Martins Pedrosa, cujos “*prejuízos atingem vultuosa soma*”, segundo o Diretor¹⁰¹⁶.

Entre embates a identificação do ponto de estabilidade da “Fazenda Kadiwéu”

Apesar da articulação indígena ter tido sucesso em remover o Encarregado anterior do PI Nalique, os Capitães Kadiwéu entravam em choque outra vez contra o programa do SPI, a

¹⁰¹⁴ Imagem melhorada digitalmente pelo autor.

¹⁰¹⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 149-150.

¹⁰¹⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 30 - Planilha 298, p. 100.

instância de poder no território cuja matriz é a de *Guerra de conquista*. O novo Encarregado PI Nalique, em 15/05 de 1965, escreveu para a IR5:

Comunico-vos que fui dizacatado pelo fonsionario Severiano Matechua. Dizendo que ele não trabalha que não me obedece as minhas horde que não reconhece como emcarregado assim que perante o meu capatas são siente de que ele me disse portanto que eu espero a vossa providencia¹⁰¹⁷.

Um Kadiwéu de família “nobre” como o Cap. Severiano Matchúa, não subordinaria a sua pessoa ao Encarregado, que estava preocupado em corrigir o desfalque por conta de um funcionário desobediente que poderia influenciar os demais e que não furtava em demonstrar altivez a ponto de declarar que não o reconhecia como Encarregado e como seu superior na frente de todos que ali estivessem. Aparentemente, as lideranças eram contratadas como assalariadas devido a sua influência, permitindo com que o SPI tivesse algum tipo de penetração entre os Kadiwéu de forma mediada e negociada, cujo objetivo àquele tempo era torná-los capatazes¹⁰¹⁸. Entretanto, ficou claro que os Encarregados tinha muito cuidado, pois temendo agir por conta própria, procuravam um respaldo na IR5, bem como de testemunhas, a fim de obter garantias em suas posições. Isto explicita que ser um Encarregado em território Kadiwéu era algo melindroso, quando não perigoso.

Para contrapor esta situação, a IR5 planejou atirar as lideranças uma contra as outras, quando em 28/05/1965, “*RESOLVE – organizar a Policia Indigena no Posto Indigena Nalique*”, adotando as “*seguintes graduacões: - Para Capitão: - João Principe Para Tenente : - Antonio Mendes*”, e “*Para Sargentos: - Á critério do Capitão*”, e mais outros “*3 Cabos: - Á criterio do Capitão.*”, bem como mais outros “*3 Soldados – á Criterio do Capitão*” (como Sargento, foi escolhido o Cap. Pedro Rufino, já o Cabo foi o Gico Pedroso¹⁰¹⁹). Naquele mesmo dia, o Inspetor solicitou ao Diretor para “*conseguir vg se possivel uniformes usados areonautica fim organização policia indigena posto indigena nalique*”¹⁰²⁰. A IR5 montou um grupo de funcionários indígenas imbuídos com autoridade para atuar exatamente no PI Nalique, onde estava, não por acaso, o Cap. Severiano Matchúa, mas sem integrá-lo nem

¹⁰¹⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 161, p. 40.

¹⁰¹⁸ De acordo com Oberg, que esteve no território ao fim de 1946 e início de 1947, os Encarregados precisavam obter auxílio e intermediação dos Capitães Kadiwéu para operarem no território. No PI P. Alves de Barros, onde o antropólogo esteve, relatou que havia um Capitão, provavelmente o João Príncipe e outras lideranças, mas que o Capitão não trabalhava. Estes desfrutavam de suas benesses tradicionais, e o Capitão ainda era pago pelo SPI. OBERG, Kalervo. *The Terena and the Caduveo...* op. cit., p. 58.

¹⁰¹⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 30 - Planilha 284, p. 49.

¹⁰²⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 165, p. 64.

reconhecer sua autoridade, mas obrigando-o a submeter nos postos menores. A tal “polícia indígena” operaria com o Cap. João Príncipe no posto maior, enquanto o guerreiro Antônio Mendes seria o seu imediato em posição abaixo, mas o segundo competia contra o primeiro¹⁰²¹ e era cativo da família “nobre” dos Matchúa¹⁰²². Com a recusa do Cap. Severiano Matchúa, a IR5 determinou a sua transferência novamente, mas dessa vez para o PI Francisco Horta, em MT (onde havia Terena) em 21/06/1965, mas sempre com a velha cautela de “*absoluta necessidade de serviço*”¹⁰²³. Mais do que isso, no mesmo dia, o Inspetor determinou ao Encarregado para verificar os cavaleiros que havia combinado de comprar do Capitão, procurando manter o trato diplomático¹⁰²⁴. O comércio mantido com Capitães foi algo comum, já que o SPI fez a compra de uma série de animais diferentes do Cap. Liberdito Rocha, anos depois¹⁰²⁵, e trocou com o Cap. João Príncipe 3 novilhas por 2 cavaleiros¹⁰²⁶.

A resposta indígena contra a política do SPI naquela *Situação histórica* ganhou corpo já 9 dias depois, quando em 30/06 de 1965, um movimento organizado no PI Nalique levado a cabo pelo indígena Gregório Evangelista¹⁰²⁷, obteve a assinatura do capataz do PI e a apresentou como “prova” de que o Encarregado vendia e comia gado do SPI para as lideranças do PI São João, onde esperava angariar apoio para fazer oposição ao Serventário. Em direção ao mesmo PI, seguiu o Encarregado para tomar conhecimento do que ocorria e ali buscou o seu próprio apoio entre os indígenas, alegando à IR5 que teria conseguido um abaixo assinado ao seu favor¹⁰²⁸, então mantido no cargo. Não foi explicado como o Encarregado do PI Nalique obteve assinaturas no PI administrado pelo seu irmão. Na verdade, poucos dias depois, em algum momento anterior a 09/07/1965, os indígenas em retaliação, sopraram à AATSPI que o Encarregado do PI São João roubava supostamente o gado do SPI, o que foi denunciado à IR5. Em resposta, o Inspetor alegou que a acusação era falsa e que

¹⁰²¹ SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 181.

¹⁰²² PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 52, 74, 90-91.

¹⁰²³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 30 - Planilha 284, p. 51.

¹⁰²⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 161, p. 52-53.

¹⁰²⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 182, p. 116. Os animais foram: 1) galo, 7 frangos, 4 galinhas, 4 pintos, 4 perus e uma leitoa grande. Jaime Garcia em sua pesquisa aponta o indígena como Capitão, ver SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 136-137.

¹⁰²⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 161, p. 41.

¹⁰²⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 31 - Planilha 303, p. 75.

¹⁰²⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 161, p. 51.

aquele informante anônimo tinha o objetivo de causar intrigas. Por sua vez, o Inspetor rebateu sarcasticamente com as irregularidades do Jorge Papadopoulos (membro da associação) realizadas com a anuência do Serventuário José Mongenot Filho (denunciado em caráter reservado pelo Diretor Maj. Av. Vinhas Neves para o Gal. da 9ª Região Militar (R.M), solicitando um I.P.M.¹⁰²⁹, após ter determinado providências da IR5 para procurar as autoridades policiais a fim de tomar ações enérgicas¹⁰³⁰), mas que certamente também foi informado pelos indígenas¹⁰³¹.

Na verdade, e por certo os indígenas bem sabiam, a IR5 tinha interesse crucial em manter a estabilidade do PI São João e do PI Nalique, pois estavam diretamente relacionados com a “Fazenda Kadiwéu”, de onde o Veterinário do SPI, em 18/08/1965, retirou 22 bovinos do PI São João para distribuir a outros PI da IR5, ao passo em que do PI Nalique separou de 140 a 170 bovinos para a venda. Mas as cercas não eram inteiramente fechadas, e isto desde 1962, em que havia apenas um único aramado que dividia o campo ao meio¹⁰³², o que dificultava os serviços veterinários e a contagem dos bovinos¹⁰³³, circunstâncias interessantes para quem estaria combatendo tal programa (e coerente com o progressivo desaparecimento do gado desde 1962¹⁰³⁴). Não por acaso, já em 1965 não havia mais o gado Nelore “puro-sangue” do SPI no território Kadiwéu¹⁰³⁵. Os 1.300 bovinos eram inteiramente mestiços¹⁰³⁶, o que denota o seu estado bagual e o seu baixo nível reprodutivo. O Inspetor Fernando da Cruz encontrou 2025 bovinos no PI Nalique e PI São João, sem qualquer marcação¹⁰³⁷ e em setembro de 1962 havia 1.973 bovinos no território, com idades já superiores a 12 anos sem qualquer marcação, eram 90% totalmente virgens, isto é, gado selvagem¹⁰³⁸. Os touros eram “*bravios que descaminhavam o rebanho para fora das pastagens*”, e “*tresmalhavam o gado*

¹⁰²⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 298, p. 99-100.

¹⁰³⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu- Caixa 27 - Planilha 259, p. 84.

¹⁰³¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 28 - Planilha 266, p. 97-98.

¹⁰³² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 56.

¹⁰³³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 34 - Planilha 326, p. 138-139.

¹⁰³⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 58-59.

¹⁰³⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 164, p. 176.

¹⁰³⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 34 - Planilha 328, p. 36.

¹⁰³⁷ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 56.

¹⁰³⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 162, p. 75-77.

domesticado retirando-o do âmbito da sede do Posto e levando para os grotões”¹⁰³⁹. Nessas condições, pelo ano seguinte, em 14/05/1963, o número decresceu para 1.295 bovinos¹⁰⁴⁰.

5.3 Da garantia dos interesses ao controle dos pontos de exercício da tutela no território

Neste subcapítulo analisamos o processo que inicia com as garantias por parte do SPI das reivindicações indígenas, bem como as estratégias empregadas pelos últimos a fim de ocuparem pontos estratégicos na relação SPI-Território e, por fim, a situação da “Fazenda Kadiwéu”.

A oficialização das demandas Kadiwéu em meio aos novos contratos

Os Kadiwéu garantiram ganhos. O Inspetor Samari Prado, em 07/11/1965, solicitou para o Chefe do Setor Jurídico do SPI, que à época se preparava para elaborar a terceira e última geração de contratos de arrendamentos do SPI, para que: *“restringa ou cancele totalmente as áreas arrendadas nas proximidades de Postos e Aldeias Indígenas, às pessoas que enumeramos a seguir, a fim de salvaguardar os interesses de muitas famílias indígenas em carência de área suficiente para suas atividades*”¹⁰⁴¹. Uma vez que os indígenas garantiram seus interesses, o Diretor Maj. Av. Luís Vinhas Neves, no uso do poder de *exclusão*, deu ordens para que o Chefe do Setor Jurídico do SPI formulasse novos contratos de arrendamentos¹⁰⁴², que em 23/11/1965 já estava em Campo Grande atuando com a IR5¹⁰⁴³ e no dia posterior informou sobre a possibilidade de ir até o PI Nalique¹⁰⁴⁴. Por seu turno, a AATSPI foi resistente aos novos contratos, com reuniões ocorrendo em 07/12/1965¹⁰⁴⁵ e em

¹⁰³⁹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 21.

¹⁰⁴⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 324, p. 192.

¹⁰⁴¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 324, p. 162-163.

¹⁰⁴² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 17, p. 43.

¹⁰⁴³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Diretoria - Caixa 32 - Planilha 315, p. 171-172.

¹⁰⁴⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu- Caixa 27 - Planilha 254, p. 46.

¹⁰⁴⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 30 - Planilha 294, p. 123.

16/12/1965, tendo por mediador o Gal. da 9ª R.M.¹⁰⁴⁶. Em 18/01/1966, o Diretor concedeu autorização para que o Inspetor assinasse os novos contratos confeccionados pelo Chefe do Setor Jurídico do SPI, com o Advogado do órgão, Maciel Bucker¹⁰⁴⁷, quem afirmou que: *“após 22 dias de perigosos estafantes serviços, conseguimos anular os contratos de arrendamentos [...] e elaborar outro com tôdas as garantias possíveis, para o S.P.I”*, o que lhe rendeu a antipatia da maioria daquelas famílias arrendatárias¹⁰⁴⁸. Entre as cláusulas do contrato de 1966, os arrendatários estavam obrigados à não lotarem os arrendamentos, a fim de preservar as pastagens, bem como cercá-las inteiramente, mas sem direito à restituição, sujeitos a um aumento fixo anual de 15% por 8 anos no pagamento, suportado por uma série de pesadas multas cumulativas¹⁰⁴⁹, de tal modo que o Advogado do SPI afirmou ter aumentado a arrecadação em *“um bilhão setecentos e setenta e três milhões, seiscentos e setenta e dois mil novecentos e sete cruzeiros velhos”*, mas neste *“cálculo não está incluída a arrecadação correspondente à diferença das áreas arrendadas com as realmente existentes”*¹⁰⁵⁰, que eram medidas por engenheiros contratados, acompanhadas por Serventuários e indígenas, obrigatoriamente¹⁰⁵¹. Boa parte dos fazendeiros solicitou transferência de contratos para a IR5 dias antes da vigência do acréscimo fixo anual de 15%¹⁰⁵², enquanto outros simplesmente abandonaram no exato mês¹⁰⁵³.

Derrubando os Encarregados do PI Nalique e PI São João

As insatisfações dos indígenas, que estavam relacionados com a família “nobre” dos Matchúa, afetaram o Cap. João Príncipe, que ocupava o cargo de Cap. de Ald. A partir do PI Nalique, ainda em 15/10/1965, sob pressão, escreveu à IR5:

¹⁰⁴⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Diretoria - Caixa 32 - Planilha 315, p. 3.

¹⁰⁴⁷ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 17, p. 44.

¹⁰⁴⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 18, p. 134.

¹⁰⁴⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 484 - Planilha 998, p. 78-80.

¹⁰⁵⁰ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 18, p. 134.

¹⁰⁵¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 79.

¹⁰⁵² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 259, p. 74.

¹⁰⁵³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 51.

Indio João Príncipe tendo o cargo de Capitão o encarregado Oscar Prado o capitão eu certos compromissos sobre umas quechas de administração de outros Postos assim que eu chegando de Campo Grande o Abilio foi saber comigo uma queicha que avia surgido pelo encarregado do Alves de Barros.
 Ctão João Príncipe da Silva.¹⁰⁵⁴

A responsabilidade do Cap. João Príncipe era a de corresponder com as queixas dos indígenas de todos os três PI, o que fazia, levando-as à sede da IR5 para transmiti-las face-a-face ao Inspetor, cuja queixa sobre o Encarregado do PI Nalique foi “vazada” pelo Encarregado do PI P. Alves de Barros, não por deslize, mas porque o Encarregado do PI Nalique estava atento às articulações indígenas, podendo assim mapear quem era a figura de proa e o que fazia contra o seu nome. Em vista disso, o Cap. João Príncipe, que era obrigado a prestar ganhos aos seus liderados e corresponder ao seu cargo¹⁰⁵⁵, analisando a situação e constatando a limitada margem de manobra, três dias depois pediu demissão do cargo de Cap. de Ald. no PI P. Alves de Barros¹⁰⁵⁶, garantindo a sua imagem do desgaste político¹⁰⁵⁷.

O cargo de Cap. de Ald. do Cap. João Príncipe foi transferido para o guerreiro Antônio Mendes, que sobre o peso das mesmas queixas indígenas, logo no mês seguinte à assinatura dos novos contratos, foi até ao Encarregado do PI P. Alves de Barros, em 18/02/1966, para solicitar a presença do Inspetor Samari Prado no território, porque os indígenas: “*acusam que Sr. Abilio esta querendo arrendar uma parte de terra que e prejudicial aos mesmos*”¹⁰⁵⁸. A veracidade da alegação é questionável, já que o próprio Inspetor e com o auxílio do Setor Jurídico do SPI, estabeleceu zonas intransponíveis para arrendamentos, levando-nos a cogitar se não seria uma tentativa para desarticular a posição do SPI que com os novos contratos de 1966, disporia de recursos para tocar a “Fazenda Kadiwéu”. Seja como for, o fato é que estas articulações tiveram efeito, ainda que temporário, já que no mês seguinte, em 25/03/1966, o Cap. Ismael Bento Medina estivera empossado no cargo de Encarregado do PI Nalique,

¹⁰⁵⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 190, p. 42.

¹⁰⁵⁵ Para a delegação de representatividade por coletividades indígenas às lideranças, ver CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência...* op. cit., p. 107-108.

¹⁰⁵⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 190, p. 55.

¹⁰⁵⁷ Segundo a análise de Jaime Garcia, possivelmente embasada nos relatos colhidos dos próprios Kadiwéu, ao fim de 1980 e início de 1990, o Cap. João Príncipe deixou o cargo em algumas ocasiões, a fim de preservar seu prestígio, já que o posto de Capitão era altamente desgastante. Mas continuou a exercer influência nas decisões do grupo. Ambos os aspectos, por Jaime Garcia, coincidem com o tempo histórico aqui analisado. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou...” op. cit., p. 134.

¹⁰⁵⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 190, p. 71-72.

movimentando pagamentos por serviços prestados pelo Cap. Davi Matchúa¹⁰⁵⁹, cobrindo, possivelmente, a ausência do Encarregado, que, talvez intimado, foi até a sede da IR5 para prestar esclarecimentos. Nesse sentido, o trabalho prestado por serviços durante a ausência do Encarregado seria uma estratégia para demonstrar que o PI era operacional sem aquele Encarregado. Entretanto, semanas depois, a IR5 restituiu o Encarregado, que logo exerceu as políticas tutelares contra os indígenas trabalhadores Aroldo, Alfredo Moraes e Lúcio Batista, por consumirem bebida alcoólica e “*desobedecendo as minhas ordens*”¹⁰⁶⁰.

O Cap. João Príncipe, que havia renunciado ao cargo, em 16/04 de 1966, escreveu uma carta para a IR5, demonstrando que o seu prestígio continuava intacto.

O senhor chefe
 Eu me apresento ao senhor Ao índio João Príncipe da Silva.
 Eu sai do meu cargo. Mas não é por isso que eu não vou ester direito eu ser índio.
 No día 15 de abril nos índios.
 Estivemos arreclamando fim de nosso assonto com ao senhor encarregado Oscar de Oliveira.
 Ele achou que não ia ser arresovildo com ele podia ser arresolvido com ao senhor e por tamto que nos víemos ao senhor.
 Pedímos ao senhor que o senhor podia vim olhar a nossa sitoação por aqui. O senhor não podendo vim então o senhor manda. funcionário velho Enoche Alvarenga Suares o então o senhor José Monteiro este dois homens nos achamos suficiente
 Mais nada saudação
 Índio João Príncipe
 Silva¹⁰⁶¹

O Cap. João Príncipe, fazendo uso consciente da condição de tutelado e dos favorecimentos institucionais, demandou a presença em pessoa do Inspetor no território, assim como o guerreiro Antônio Mendes. Mas com hábil e não menos notável inteligência, permitiu canais de escape para a IR5, que favoreciam aos interesses indígenas. Caso não fosse possível ao Inspetor ir até lá, do qual já julgavam o mais provável e aproveitaram para comunicar-lhe a seriedade da situação, então que fosse o Agente Alvarenga Soares, funcionário antigo na IR5, do qual os Kadiwéu conheciam bem, ou então o Veterinário do SPI, que antes foi capturado na articulação envolvendo o Cap. João Príncipe com o Cap. Severiano Matchúa e o Cap. Pedro Rufino. Assim, se o Inspetor de fato convocou o Encarregado do PI Nalique, para tratar particularmente com ele na sede da IR5, dessa vez os Kadiwéu queriam que eles próprios tratassem com os Serventuários, sem intermediações.

¹⁰⁵⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 162, p. 13.

¹⁰⁶⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 161, p. 62.

¹⁰⁶¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 29 - Planilha 276, p. 58-59.

Sobre isso, convém ao caso notar que quem cumpria essa função era o Cap. João Príncipe, mas que havia deixado o cargo no SPI. Dominando com maestria e demonstrando conhecer apuradamente os mecanismos hierárquicos do SPI, a carta do Cap. João Príncipe seguiu um padrão. Em primeiro lugar, o guerreiro Antônio Mendes, representando a coletividade, tratou com o Encarregado de seu PI e após isso o Cap. João Príncipe escreveu ao Inspetor.

Se era verdadeiro que o guerreiro Antônio Mendes procurava competir contra o Cap. João Príncipe¹⁰⁶², a análise da documentação aponta que diferentes lideranças e famílias “nobres” estavam articuladas contra os Encarregados e, por conseguinte, contra a matriz de *Guerra de conquista* materializada pela “Fazenda Kadiwéu”, sob o peso da pressão dos liderados. Sobre isso, no mesmo contexto de produção da carta do Cap. João Príncipe, o Encarregado do PI Nalique fez revelações que apontam para tal direção, já que em 17/04/1966 afirmou para a IR5:

Comunico-vos que dia 16 em Alves de Barros havia uma reunião entre os índios vg aonde esta o ex capitão e o capitão atual e um amigo meu vg o encarregado Oscar pregando uma política de trabalhos de matar e não trabalhos para desenvolver os índios vg dizendo bips abraspas se o abilio entrar aqui em meu posto eu o matarei fechaspas vg criando assim nova política com o João Principe pt espero providencias sds¹⁰⁶³

Conforme o comunicado, houve uma assembleia Kadiwéu no PI P. Alves de Barros contra a política tutelar do SPI, que tentava sufocar a autonomia indígena para torná-los capatazes da “Fazenda Kadiwéu”, do qual participou tanto o guerreiro Antônio Mendes como o Cap. João Príncipe. E essa assembleia, portanto, coagiu ao Encarregado do PI P. Alves de Barros, ao ponto deste declarar que somente a IR5 poderia resolver as demandas indígenas. Na assembleia, o Encarregado do PI Nalique esteve como pauta da discussão e foi advertido de que não poderia pisar no PI P. Alves de Barros sob ameaça de morte. Bem, tais ameaças à Serventuários não eram novidade, muito pelo contrário, era a normalidade. Em 1951, também no PI Nalique, o Cap.¹⁰⁶⁴ Ramão Vergílio, armado com seu fuzil e acompanhando por um número indeterminado de guerreiros, entrou sozinho na invernoada do PI e recolheu um potrilho que reclamava de sua “*propriedade*”. E quando o Encarregado chamou ao Capitão

¹⁰⁶² SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 181.

¹⁰⁶³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 161, p. 61.

¹⁰⁶⁴ O antropólogo Basques, em pesquisa de campo entre 2016-2020 tratou diretamente com o Capitão Joel Vergílio quem liderava a aldeia de Pé-de-Serra. O Capitão seria parente da Dona Benilda Vergílio, com quem o presente autor, em comunicação pessoal, teve a oportunidade de confirmar que era uma “nobre” ligada diretamente ao ramo dos Silva. Para Basques, ver BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS... op. cit., p. 7.

para entrar em entendimentos na casa do PI, os demais guerreiros aproximaram-se dela, tendo o Cap. Americo Pinto¹⁰⁶⁵ “*embalado o seu fuzil em atitude contra a minha pessoa*”, levando o Encarregado a abandonar o PI, ameaçado de morte e impossibilitado de retornar¹⁰⁶⁶. Mas no caso da reunião tida no PI P. Alves de Barros em 1966, é preciso considerar um elemento que não fosse de simples ameaça, mas sim que o Encarregado foi estrategicamente informado por um indígena a fim de levá-lo a abandonar o PI¹⁰⁶⁷. Seria oportuno apontar que para a IR5, ter que transferir o Cap. João Príncipe, após ter transferido o Cap. Severiano Matchúa por duas vezes, seria algo que desgastaria suas relações com os Kadiwéu de forma catastrófica.

A proibição imposta ao Encarregado também possuía um efeito estratégico. No PI São João, as políticas tutelares do SPI continuavam com mãos de ferro, tendo o Encarregado prendido o Tereno Ambrósio Gois, no PI Nalique, em 17/05/1966, em virtude da oposição que já sofria em seu PI. Mas para transferi-lo à outra região, teve que ir até a sede da IR5 para solicitar, pois o seu irmão Encarregado no PI Nalique não dispunha dos meios para enviá-lo até a IR5, já que não poderia pisar no PI P. Alves de Barros para alcançar a Estação Guaicurús junto ao Tereno¹⁰⁶⁸ e nem o próprio Encarregado do PI São João, ao que tudo indica. Logo, a partir do PI P. Alves de Barros, os Kadiwéu com suas ameaças de morte controlaram o ponto em que brecavam a repressão contra os Terena e Kinikinau, impedindo sua transferência pelos dois Encarregados irmãos.

Um pouco antes, em 02/05/1966, o Veterinário do SPI, José Monteiro, convocado pela carta do Cap. João Príncipe, havia iniciado, com ordens da IR5, uma sindicância no PI Nalique e no PI P. Alves de Barros¹⁰⁶⁹. Nessa *Situação histórica*, o Tereno Ambrósio Góis foi

¹⁰⁶⁵ O antropólogo Jaime Garcia, ao fim dos anos 1980 e início dos 1990, teve a oportunidade de entrevistá-lo, falecendo pouco depois. Era reputado por tocador de flauta oficial das festas Kadiwéu na aldeia de Pé-de-Serra e por participar de batalhas importantes. Não entendia o português. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 23, 127.

¹⁰⁶⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 163, p. 57. A antropóloga Maria Duran registrou que durante o trabalho de campo, defendido em 2017, era vítima de “brincadeiras” e de ameaças. Recebeu abrigo de uma anciã Kadiwéu, respeitada por sua sabedoria, o que lhe rendeu segura proteção. DURAN. Maria Raquel da Cruz. Padrões que... op. cit., p. 34-35.

¹⁰⁶⁷ Para os “Corridos”, ver LECZNIESKI, Lisiane K. Estranhos laços... op. cit., p. 33, 39, 48-67.

¹⁰⁶⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 198, p. 55. Em pesquisa de campo, Basques Junior afirmou que o SPI prendeu e transferiu lideranças indígenas no território Kadiwéu para o Reformatório Krenak, em Minas Gerais. A presente pesquisa não teve sucesso em encontrar documentos que o confirmem. Para a obra do autor, ver BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS... op. cit., p. 3.

¹⁰⁶⁹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 29, p. 223.

acudido¹⁰⁷⁰ por uma articulação costurada pelo Cap. Ismael Bento Medina com um certo fazendeiro que assinou um termo de declaração alegando ter comprado do Encarregado do PI São João uma rés com as iniciais (I.B), que pertenceriam ao Capitão¹⁰⁷¹. No mês seguinte, o Agente Alvarenga Soares, solicitado pelas lideranças Kadiwéu ao longo dos meses anteriores, primeiro destituiu o Encarregado do PI Nalique¹⁰⁷² e semanas depois (22/07/1966), após surgir outra declaração de outro fazendeiro que alegou ter comprado uma rés vendida pelo Encarregado do PI São João, sob a alegação de que o animal seria seu¹⁰⁷³, mas seria do SPI, o Agente removeu o Encarregado de seu posto em 25/07/1966, in loco, entregando a direção para o Tereno Emilio Góis¹⁰⁷⁴.

A movimentação indígena transcorreu no mesmo momento em que o Inspetor esteve no território com o Veterinário José Monteiro e com o Agente Alvarenga Soares, todos acompanhando os trabalhos da Polícia Federal¹⁰⁷⁵ solicitada pela IR5¹⁰⁷⁶. É interessante notar que, a despeito da oposição aos Encarregados, os indígenas continuavam a prestar trabalho assalariado no PI Nalique. Assim, não causavam desconfiças e fortaleciam suas petições de tutelados¹⁰⁷⁷, escapando da ordem de 02/05/1966, em que a IR5 determinou apurar tanto o “*comportamento dos Encarregados e indios*”¹⁰⁷⁸. A ordem da IR5 demonstra a incerteza sobre o que ocorria no PI Nalique e PI São João.

¹⁰⁷⁰ O Ambrósio Gois era um dos poucos não-Kadiwéu que fizeram parte de uma associação formada quase que exclusivamente por “nobres”. BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS... op. cit., p. 146.

¹⁰⁷¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 119. O antropólogo Darcy Ribeiro observou que entre 1947-1948 os Kadiwéu marcavam o seu gado com letras, ver RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 266. Já Maria Duran, em pesquisa de campo, defendida em 2017, constatou que o Cap. Ademir Matchúa marcava o gado com as iniciais AM. Ver DURAN, Maria Raquel da Cruz. Padrões que... op. cit., p. 130.

¹⁰⁷² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 160, p. 3.

¹⁰⁷³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 115.

¹⁰⁷⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 83.

¹⁰⁷⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 257, p. 62. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu- Caixa 27 - Planilha 254, p. 87. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu- Caixa 27 - Planilha 254, p. 58. M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 29, p. 225.

¹⁰⁷⁶ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 29, p. 203.

¹⁰⁷⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 162, p. 8.

¹⁰⁷⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 29, p. 223.

Controlando o ponto de exercício da política tutelar e a falência da “Fazenda Kadiwéu”

Em algum momento antes de 23/09 de 1966, o PI Nalique firmou sob poder Kadiwéu, em que o Encarregado era o Cap. Ismael Bento Medina e acompanhado do Cap. Severiano Matchúa como assalariado¹⁰⁷⁹. E já pelo lado do PI P. Alves de Barros, quem ocupava como Encarregado em 25/09/1966, era o Kinikinau Guilhermano Anastácio¹⁰⁸⁰. Desse modo, ao mesmo tempo, todos os PI em território Kadiwéu sob obrigação de dar prosseguimento à “Fazenda Kadiwéu”, eram subordinados aos próprios Kadiwéu, diretamente ou via seus tributários. Mas, ao mesmo tempo, o SPI procurou contrabalancear isto, já que em 16/06/1966, o Veterinário do SPI, Sr. José Monteiro da Silva, foi posto como o Supervisor de toda a área do território e responsável pela “*administração geral*”, o que denota a insistência do órgão na lógica de *Guerra de conquista* em fazer triunfar a “Fazenda Kadiwéu”¹⁰⁸¹. O Encarregado do PI Nalique, Cap. Ismael Bento Medina, em 09/08/1966, escreveu uma carta para a IR5:

Mesmo tambem o gado esta em mau condições porque estão lotado só numa
invernada os que foi comtado por não ter limpado duas invernada fartando em cada
oito ou dez reses que falta pegar por farta de tropa mesmo assim vou ajudando com
a minhas tropa particular.
Ismael Bento Medina¹⁰⁸²

O aviso do Cap. Ismael Bento Medina sobre o gado ainda estar espalhado pelos campos do PI Nalique é significativo, já que no mês anterior os indígenas foram pagos pelo SPI para, junto do Agente Alvarenga Soares, o recolherem, no que dedicaram quase um mês inteiro¹⁰⁸³. E ainda assim não foi o suficiente, denotando que era efetivamente gado bagual e que a “Fazenda Kadiwéu” estava, por definição, condenada. Ora, dois meses antes, em 14/06/1966, o Diretor determinou a transferência do PI Nalique para o PI P. Alves de Barros,

¹⁰⁷⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 164, p. 35.

¹⁰⁸⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 193, p. 36.

¹⁰⁸¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 30 - Planilha 284, p. 57. De acordo com Mônica Pechincha, nos anos 1990, um Terena que atuou como Encarregado do PI P. Alves de Barros (e aí não está claro se realmente era Terena ou Kinikinau) ocupava o cargo na FUNAI de administrador regional de todos os PI no território Kadiwéu. O que denota que a escalada pelos indígenas seguiu nos anos posteriores, ocupando os postos-chave da estrutura do órgão. Ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 76.

¹⁰⁸² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 161, p. 22.

¹⁰⁸³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 161, p. 19. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 164, p. 88.

de 10 vacas, a “*fim [de] ser amañadas e fornecer leite*”¹⁰⁸⁴. Em outras palavras, eram efetivamente bovinos selvagens que estavam presos na invernada do PI Nalique.

Ainda na carta do Cap. Ismael Bento Medina, este possuiria tropa particular, que agia sob o seu comando à parte da do SPI, ainda que estivesse empossado como o Encarregado do PI Nalique. Portanto, apesar de indígena tutelado que estaria subordinado institucionalmente ao órgão, na verdade agia como agente autônomo que estaria ajudando ao SPI naquilo que seriam as obrigações do órgão. Com isso, é possível que os Kadiwéu externassem que não admitiam ser comandados, mas aceitavam a cooperação para manter uma relação entre iguais, que, por meio de uma apropriação dos PI no território, controlassem exatamente o canal entre IR e os PI. Esse controle pelos indígenas foi profundo. A linguagem utilizada pelo Tereno Emilio Góis, Encarregado do PI São João, permite entrever de que maneira os afazeres burocráticos do SPI foram permeados e apropriados. Em 26/09/1966, o Tereno iniciou o seu comunicado para reportar as necessidades do PI: “*Afim de bem cumprir minha função*”; mas ao finalizá-la: “*Acredito que com este atendimento, eu e o meu povo poderemos enfrentar mais uma vez, as necessidades. Cordialmente, Emilio Gois.*”¹⁰⁸⁵. Ora, a função do Tereno Emílio Gois em seu cargo operava nos mesmos moldes da lógica de política indígena frente aos seus liderados, isto é, prover ganhos, presentes e fazer circular os bens¹⁰⁸⁶.

Havia outro ponto que demarcava a falência da “Fazenda Kadiwéu”: o fator econômico. O SPI solicitou em 14/03/1966 ao Chefe do Serviço Federal de Promoção Agropecuária em MT, ocupado por um membro da Família Arruda, 7 reprodutores de raça Tabapuã, pois a IR5 não possuía renda e nem a renda indígena era suficiente¹⁰⁸⁷. Tamanha a míngua de recursos, que no mesmo dia solicitou ao Chefe da Estação Experimental de Campo Grande, ocupado por membro da Família Garcia, 6 asininos¹⁰⁸⁸. O SPI não possuía recursos institucionais, de modo que já no fim do SPI, o Diretor determinou a demissão dos funcionários pagos pela renda indígena na IR5, que estava inteiramente pautada nos arrendamentos do território Kadiwéu. O Inspetor Hélio Bucker, ao assumir a Inspetoria, declarou que os funcionários já tinham salários atrasados por até 9 meses e mesmo após

¹⁰⁸⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Diretoria - Caixa 32 - Planilha 316, p. 101.

¹⁰⁸⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 197, p. 155.

¹⁰⁸⁶ CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência... op. cit., p. 136-137, 140.

¹⁰⁸⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 165, p. 60-61.

¹⁰⁸⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 165, p. 10.

demitir 2/3 do pessoal e mantendo os essenciais, declarou que a administração estava “*completamente falida nesse setor*” de assistência aos indígenas, o que seria definitivamente selado quando vinha ordens da Diretoria para demitir os últimos 9 funcionários. O Serventuário Hélio Bucker foi preso durante a caça às bruxas que foi a CPI dirigida pelo Jader Figueiredo, ainda que trabalhassem mais de 13 horas por dia durante todos os dias da semana, sem feriados nem hora extra¹⁰⁸⁹. Segundo o entendimento do Sertanista Cildo Meirelles, a renda indígena era separada da renda institucional porque caso o SPI fosse dissolvido, os indígenas não seriam espoliados¹⁰⁹⁰. A IR5 tinha que assistir aproximadamente mais de 10 mil indígenas¹⁰⁹¹ que, sem a renda institucional, tudo era tocado com a renda indígena. Contudo, mais de 60% da renda obrigatoriamente era recolhida ao Fundo Agrário do Ministério da Agricultura, à Diretoria do SPI e outras unidades administrativas, ainda que o Inspetor Hélio Bucker fosse contrário¹⁰⁹². Ao que parece, isto seria já uma alteração no quadro anterior, em que as Inspetorias “ricas” só podiam aplicar 2/3 de renda em suas estruturas, devendo o 1/3 restante ir para a redistribuição das IR mais “pobres”¹⁰⁹³. O relator Jader Figueiredo, em seu relatório, constatou o descontrole da renda e a venda de patrimônio indígena (força de trabalho e recursos naturais no território), apesar de “*jamais contest[ar] o fato de que o dinheiro dos índios era revertido para um fundo sob o controle da União e não direto para as comunidades indígenas*”¹⁰⁹⁴.

As zonas liberadas, ocupadas e controladas

Mantendo o controle sobre os pontos de execução da política tutelar no território, as negociações anteriores com a IR5, de fato, fizeram as zonas liberadas para as suas criações ficarem como espaços intocáveis. Este foi o caso do Sr. Geraldo Jardim Fernandes, quem “*fez insistentes pedidos verbal*” à IR5, segundo o Inspetor Hélio Bucker, em 29/03/1967, a fim de

¹⁰⁸⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 73-77.

¹⁰⁹⁰ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 37.

¹⁰⁹¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 44 - Planilha 330 - Item 66, p. 1.

¹⁰⁹² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 16, p. 204.

¹⁰⁹³ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 148.

¹⁰⁹⁴ VALENTE, Rubens. Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura. Companhia das Letras. 1ª ed. São Paulo, 2017, p. 42.

arrendar uma área que era “*reservada ao Posto Indígena Alves de Barros, e considerada indispensável à coletividade indígena do referido posto*”. As zonas liberadas mediante a atuação dos Kadiwéu viraram uma questão pessoalmente defendida pela “*atual Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios*” que “*não tem interesse em arrendar nenhuma área ocupada pelos indígenas*”. Diante da impossibilidade, o tal Geraldo Jardim Fernandes “*se enfureceu, desacatando esta Chefia e pedindo de volta o seu requerimento*”¹⁰⁹⁵, conforme informado pelo Inspetor ao Diretor.

Porém, parte considerável do território já estava arrendado. Em 09/11/1967, o Inspetor comunicou ao Diretor que enviava 85 contratos para assinatura, havendo mais duas relações aguardando regularização, e que havia mais algum outro número de clandestinos à espera da medição dos cercamentos¹⁰⁹⁶. A presente pesquisa pôde encontrar uma lista para o segundo semestre de 1967, contendo 102 nomes de fazendeiros, todos com áreas já medidas pagando para o SPI, muitos deles ocupando áreas bem menores. Mas, ao somá-las o total beira ao 338 mil hectares¹⁰⁹⁷. Assim, os Kadiwéu e suas criações conviveram com os não-indígenas e suas criações também.

Durante este período em que os PI foram controlados por indígenas, surgem casos curiosos, como o do Cap. João Príncipe, “*o mais puro Kadiwéu*”¹⁰⁹⁸, que em 23/08/1967 foi contratado pelo SPI para capinar e plantar em um alqueire de terra. Tendo em vista que era destinada à construção de uma enfermaria para o PI P. Alves de Barros¹⁰⁹⁹, a obra seria de interesse coletivo. Mas justamente por isso nos parece que o Cap. João Príncipe seria aquele quem dirigiria os trabalhos e não que ele próprio plantaria qualquer coisa. Ainda em 10/10/1967, no PI São João, o Encarregado era indígena¹¹⁰⁰ e em 17/10/1967, o Cap. Ismael Bento Medina permanecia no PI Nalique¹¹⁰¹. A documentação não permitiu confirmar quem ocupava o cargo no PI P. Alves de Barros.

¹⁰⁹⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 49-50.

¹⁰⁹⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 261, p. 94.

¹⁰⁹⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 31-34.

¹⁰⁹⁸ RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 36.

¹⁰⁹⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 181, p. 193.

¹¹⁰⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 197, p. 102.

¹¹⁰¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 164, p. 17.

* * *

A apropriação da condição de tutelado pelos Kadiwéu ocorreu em situações específicas que demarcaram a sua utilização intencional e calculada. Ao aderirem ao planejamento do SPI para implementarem os arrendamentos como forma de anular a possibilidade de esbulho-possessório por fazendeiros, ambos obtiveram o sucesso desejado. Todavia, na contraparte do plano do SPI, que almejava transformar o território numa enorme fazenda onde trabalhariam para o órgão, os indígenas recusaram e lançaram mão de políticos locais e de novos invasores para obstaculizar o SPI, que ao fim, injetou na IR5 uma desinteligência entre Serventuários. Quando o SPI reorganizou e anunciou novos contratos, foi formada a coalizão Kadiwéu-Terena para contra-argumentar a partir da apropriação da condição de tutelado, estabelecendo que se os Kadiwéu atacavam o gado dos fazendeiros, era porque o SPI não os atendia, o que revela a intenção dos indígenas para redirecionar o órgão em uma direção específica e da busca por consenso. Assim, ao tempo em que desenrolavam a apropriação e utilização da condição de tutelado, operavam outras táticas auxiliares que igualmente moldavam e direcionavam o SPI, tal qual derrubarem os Encarregados do PI Nalique e do PI São João, que pressionavam para torná-los capatazes do SPI, mas que no fim, foram os próprios indígenas quem assumiram todos os PI no território. Apesar do clima de tensão contra os Encarregados, a constatação da degeneração do gado do SPI, aliado com a falta de verbas para tocar o projeto, parecem ter funcionado como forma para dar grande vazão as insatisfações indígenas contra o SPI e contra os fazendeiros. Sem esquecer ainda da venda de gado realizada pela IR5, a fim de manter-se operacional durante a administração dos Inspetores Fernando da Cruz e Alísio de Carvalho, que aos olhos indígenas, surgiria como uma espécie de autossabotagem. A “Fazenda Kadiwéu”, com bovinos mestiços selvagens de baixa taxa reprodutiva, ainda era gerida pelo SPI em 1967, num território onde fazendeiros continuavam atuando como arrendatários.

6 AS CAMPANHAS DE SUBTRAÇÃO DE GADO

A partir de 1961, os Kadiwéu lidaram com dois problemas no território. O primeiro foi o sistema de arrendamentos implementados pelo SPI em 1961, que anulou de fato a tentativa de esbulho-possessório por fazendeiros. O segundo foi a nova onda de invasores que seguiram até o território e por lá ficaram, trazendo caos ao sistema instalado pouco antes.

As relações mantidas entre os Kadiwéu com os Terena e Kinikinau em seu território era algo de suma importância. O militar e intelectual espanhol Félix de Azara, no Séc. XVIII, registrou que os indígenas das *tolderías*: “*se creen la nación más noble del mundo, la más generosa, la más formal en el cumplimiento de su palabra con toda lealtad y la más valiente*”¹¹⁰². Assim, qualquer situação desfavorável experimentada pelos Tributários Terena e Kinikinau no território, apresentadas aos “nobres” Kadiwéu em forma de reclamações, seria convertida numa questão de “honra”. Este é o nosso enfoque aqui. Tanto os arrendamentos de 1961 como a nova onda invasora provocou um tensionamento nos Terena e Kinikinau por conta de seu modo de vida agricultor, forçando respostas dos “nobres” Capitães. As respostas foram as campanhas de subtração de gado, que forçaram o SPI a chegar à consensos com os indígenas.

Neste capítulo¹¹⁰³ analisamos as campanhas Kadiwéu, procurando entendê-las a partir de um quadro de *escalas de propriedade*¹¹⁰⁴. Ao privilegiar o protagonismo Kadiwéu nesse

¹¹⁰² AZARA, Félix de. *Viajes por la América Meridional* [1781-1801]. v. 2. Madrid: Espasa-Calpe, 1969, p. 62.

¹¹⁰³ Agradeço a Prof.^a Marina M. Machado pelas sugestões teóricas na construção deste capítulo.

¹¹⁰⁴ O conceito de escalas de propriedade aqui é entendido a partir das formulações da historiadora Rosa Congost e de Paolo Grossi. Para ambos, a partir do Código Civil Napoleônico e dos cercamentos dos campos na Inglaterra, foi introjetado nos países “ocidentais” a perspectiva de que uma propriedade perfeita consistiria no Modelo Privado Potestativo, em que residiria a chave para o desenvolvimento e prosperidade dos países. Desse modo, seria preciso “corrigir”, isto é, eliminar todos os outros modelos e suas relações de propriedade que não fossem o Modelo Privado por meio de ações governamentais. Com o tempo, este paradigma foi naturalizado até a consagração em sinônimo de propriedade. De acordo com Congost, não são as formulações legislativas de gabinetes que configuram ou dão forma a um modelo de propriedade e suas relações, do qual, inclusive, varia em todos os aspectos, já que, segundo a autora, este modelo é definido mediante as relações reais e práticas entabuladas por aqueles que utilizam e acessam a terra efetivamente em relações diárias organizadas a fim de usufruir de certa propriedade. Logo, a autora contrasta a artificialidade com a realidade. Já Paolo Grossi, por sua vez, afirmou que áreas como a etnologia permitiram aos intelectuais ocidentais vislumbrarem modelos de propriedade em que a apropriação privada é, por regra, algo marginal e, em muitos casos, sequer existente. O autor chegou a denominá-la de “propriedade coletiva”, cuja característica fundamental que a define é a de uma plataforma para a fonte de sustento de diversas famílias, do qual o gozo do indivíduo está atrelado ao usufruto de toda a comunidade como valor supremo. Para Congost, ver CONGOST, Rosa. *Tierras, leyes, historia: estudios sobre ‘la gran obra de la propiedad’*. Barcelona: Crítica. 2007, p. 4, 6, 14-15. Para Grossi, ver GROSSI, Paolo. “A propriedade e as propriedades na oficina do historiador”. In: *A História da Propriedade e Outros Ensaio*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 6-8, 11-13. As proposições de ambos são aproximáveis com as reflexões da antropóloga Joana Fernandes Silva, para quem a propriedade privada inexistente em sociedades indígenas, pois todos têm acesso imediato e direto a todos os recursos do território efetivados pelo trabalho e pela imediata

contexto, nos dispusemos a articular sua atuação com os tributários Terena e Kinikinau, seguindo uma linha analítica em que as campanhas de subtração de gado estão vinculadas a um certo ordenamento político sobre aquele território que, por alguma razão, esteve ameaçado na intenção de gozar daqueles recursos¹¹⁰⁵, tensionando a *identidade*¹¹⁰⁶ indígena.

6.1 Por que agir? Os tributários terena e Kinikinau

A partir da documentação disponível, os primeiros conflitos a eclodirem durante o período (1957-1967) foram protagonizados contra os indígenas do PI São João. Em 23/09 de 1959¹¹⁰⁷, os fazendeiros Aldo Mancoelho e Brasiliano de Aquino foram à casa do Tereno Libano Gois, onde na ocasião pousava o Tereno Severiano Silva, para oferecer-lhes bebidas.

ocupação de um espaço nele, bastando apenas que o indivíduo faça parte daquela sociedade, ver FERNANDES, J. O índio: esse nosso desconhecido. Cuiabá: UFMT, 1993, p. 80-81. Dessa forma, ao recuperar relatos históricos sobre os Kadiwéu e sua organização naquele espaço, isto é, as suas relações com a propriedade, que imprimem e definem o modelo de propriedade em si, notamos que as famílias escolhiam livremente os espaços para praticarem a agricultura do qual conviviam com as criações bovinas e cavalares no território, enquanto os trabalhos para modificarem os recursos hídricos seguiam o mesmo princípio coletivo para atender à toda a aldeia, o que, por consequência, identifica a organização construída pelos Kadiwéu no território como de cunho familiar e coletivo, ver BOGGIANI, Guido. Os Caduveo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 113. Já no que diz respeito ao entendimento de um povo cujos membros tem direito ao território, o agrimensor Emílio Rivesseau ouviu dos Kadiwéu que a sua “nação”, (ou seja, todos) foi a primeira a ocupar aqueles campos e, portanto, tinham o direito sobre aquele território, o que nos esclarece acerca de como os próprios Kadiwéu viam a si e a sua relação com os recursos do território, mantido por relações de usufruto da propriedade em caráter étnico, ver RIVASSEAU, Emílio. A vida dos índios Guaycurús: quinze dias nas suas aldeias. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936, p. 64-65. E ao fim de 1980 e início de 1990, o antropólogo Jaime Garcia ouviu de uma anciã Kadiwéu que o território pertence a todos, não há um dono individual, ver SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou o sangue de nossos avós”: construção do tempo e espaço Kadiwéu. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1993, p. 188.

¹¹⁰⁵ Aqui tomamos inspiração nos escritos de Thompson, que, ao analisar o campesinato inglês, evidenciou de que forma o avanço do cercamento dos campos ingleses com seu conjunto jurídico, criavam uma forma de poder de propriedade erigida a partir da supressão dos direitos comuns medievais de acesso à terra já existentes. O apagamento destas relações de propriedade, cujo caráter era coletivo, que precede aos códigos jurídicos, foi respondido com inúmeros levantes camponeses contra os Lordes, apelando para referências baseadas no costume, com o intuito de impedir que o novo modelo de propriedade, com relações de cunho privado, extinguissem as experiências anteriores sobre a terra. Para Thompson, ver THOMPSON, Eduard. “Costume, lei e direito comum” in: Costumes em Comum. São Paulo, Companhia da Letras, 1998.

¹¹⁰⁶ De acordo com Brandão, as identidades são representações inevitavelmente marcadas pelo confronto com o outro. Tanto por estar em contato com este, por estar obrigado a opor, a dominar ou ser dominado, bem como ser mais ou menos livre para poder construir com autonomia o seu mundo de símbolos que, a partir dele, permite qualificar e identificar pessoas, grupos, povos etc. As identidades são, segundo o autor, o próprio reconhecimento social da diferença. Para Brandão, ver BRANDÃO, C. R. Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 42.

¹¹⁰⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 196, p. 104.

Os indígenas recusaram e então o Aldo Mancoelho cravou uma faca no flanco do Severiano Silva, que quedou num banco já desfalecido e o Libano Gois, ao levantar-se da rede para acudir o companheiro, foi rasgado pelo abdômen, caindo suas vísceras¹¹⁰⁸. Ambos foram socorridos pelo Sr. Noel Jacques (que pagava tributo¹¹⁰⁹) em seu jipe, que no trajeto o Libano Gois faleceu diante do parente Emilio Gois, que estava no veículo, sepultado na Cidade de Jardim. O caso foi relatado pelo Tereno Severiano Silva, internado¹¹¹⁰. O crime chocou ao Inspetor Erico Sampaio, que para o delegado solicitou: “*Diante do exposto, rogo de V.S. todas as providências que o caso requer para que não fiquem impunes esses indivíduos tão perversos e [nocivos] á sociedade*”¹¹¹¹. Os sujeitos fugiram do território ilesos, apontando com isso o planejamento da ação e um elemento surpresa no ataque, confirmado pela versão do Encarregado, que indicou que o Severiano Silva foi golpeado pelas costas após recusar cumprimentar a mão estendida do Aldo Mancoelho para alcançar um relho na parede¹¹¹². Certamente, a bebida tinha por objetivo alcançar os favores dos Terena da Família Gois, que mantinham relações próximas com os Capitães Kadiwéu¹¹¹³, para que assim pudessem permanecer na área quando os Terena e Kinikinau estavam desgostosos com sua presença. A evasão do território aponta para o receio de represálias, do qual certamente julgavam eminentes¹¹¹⁴. O caso foi tomado com notável preocupação pelo SPI, já que a IR5 deu ordens para o Encarregado do PI Capitão Vitorino acompanhar a apuração do caso e ir aonde estava

¹¹⁰⁸ O caso em questão parece-nos exemplar. De acordo com Darcy Ribeiro, no interior do país era corrente a discriminação contra os indígenas por não-indígenas. Quando agiam a fim de defenderem o território, logo sofriam retaliações por aqueles que os consideravam sub-humanos desprezíveis, a quem poderia tirotear como animais. RIBEIRO, Darcy. A política indigenista brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1962, p. 139.

¹¹⁰⁹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 4, p. 28. Cabe aqui inferir que a ação de fazendeiros socorrendo indígenas em seus automóveis era mais uma forma de pagarem tributos. A antropóloga Mônica Pechincha registrou que presenciou um arrendatário Kadiwéu em 1990, trazendo os Kadiwéu junto de si em seu avião particular. Ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar: mito rito e história Kadiwéu. 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 1994, p. 174.

¹¹¹⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 3.

¹¹¹¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 196, p. 47.

¹¹¹² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 166, p. 99.

¹¹¹³ BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS: Maestria e território entre os Ejiwajegi do Pantanal. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020, p. 146.

¹¹¹⁴ O antropólogo Basques Junior, em pesquisa de campo, registrou uma comunicação pessoal que teve com um “nobre” em 2015, do qual lhe declarou que os fazendeiros conservavam certa distância e respeito de seus antepassados Kadiwéu, por conta da fama de bons vaqueiros e “bravos”. Ibidem, p. 111.

internado o Severiano Silva¹¹¹⁵, denotando a ampla rede de solidariedade entre os Terena que habitavam em territórios para fora do território Kadiwéu, dentro do estado de MT, pressão considerável exercida não apenas contra o SPI, mas também contra os Kadiwéu¹¹¹⁶.

Ainda no PI São João, durante algum momento no mês de outubro de 1959, o Kinikinau Fidelis Anastácio foi alvejado por arma de fogo e hospitalizado em Jardim. O autor dos disparos foi o fazendeiro Homero Dias do Nascimento, detido na Delegacia da Cidade de Bonito. Segundo o Encarregado, que afirmou estar em Bonito enquanto tudo ocorreu, declarou ter provas de que o disparo foi por razões acidentais, algo que está em contradição com a detenção do sujeito na Delegacia, deixando em aberto, portanto, como este foi parar lá¹¹¹⁷. A resposta mais evidente é que os próprios indígenas do PI São João efetuaram a detenção e o entregaram na delegacia, enquanto o Encarregado nada fez além de providenciar cuidados médicos necessários ao Kinikinau Fidelis Anastácio e desmentir para a IR5 sobre as razões que embasaram os indígenas na detenção do sujeito. Ao ser convocado para depor na IR5, em 18/11/1959, o Encarregado declarou que ao retornar, encontrou a comitiva indígena conduzindo o Kinikinau Fidelis Anastácio, e sem a possibilidade de se furtar, *“Incontinenti voltou e o acompanhou até Jardim, primeiro posto médico na região”*. De fato, o depoimento do Encarregado é obscuro, sobretudo quando declarou na ocasião que o caso *“foi motivado por acidente, tendo a arma em poder de outro índio e disparou, indo atingir Fidelis, depois de ricochetear num bando”*¹¹¹⁸. Bem, esse tal bando seria um bando de fazendeiros do qual estava o tal do Homero Dias do Nascimento? Qual seria o nome do outro indígena que efetuou o disparo? A declaração do Encarregado na sede da IR5 não explica nem menciona a prisão do fazendeiro. Se os indígenas, tal qual aqui foi assumido, prenderam o fazendeiro, então este conflito teve um caráter limitado, em tese. Todavia, em realidade, isto recolocava

¹¹¹⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 196, p. 46.

¹¹¹⁶ Jaime Garcia, ao fim de 1980 e início de 1990, colheu o depoimento do Cap. Martinho Silva, descendente do Cap. João Príncipe, do qual lhe declarou que os Terena e Kinikinau eram seus aliados desde que foram assentados no território no PI São João. Nas tratativas entre Capitães com tributários, se por um lado, os últimos teriam a obrigação de plantar para pagar tributos e de vigiar aquela região, por outro os Kadiwéu teriam que os proteger, bastando os avisar acerca de qualquer irregularidade. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 130-131, 231-232.

¹¹¹⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 103-104.

¹¹¹⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 166, p. 100.

em questão a proteção prometida pelos Kadiwéu, que deveriam garantir a estadia dos tributários ali¹¹¹⁹.

A tomada de posição

Após a assinatura de contratos de arrendamento em 1961, no findar daquele ano e pelo início do seguinte, uma massa de novos fazendeiros rumou para o território e por lá ficou, sem solicitações nem permissões¹¹²⁰. Em resposta, três aldeias Kadiwéu manifestaram terminante recusa frente a possibilidade de que estes invasores virassem arrendatários junto aos demais, retirando os espaços de seus tributários Terena e Kinikinau. A mobilização iniciou próximo ao fim de 1961, quando em algum dia do mês de outubro, os Kadiwéu da aldeia de Tarumã e da Tomázia (esta última ficava sob a área do PI São João¹¹²¹), atacaram duas reses de um tal de José, carneando uma delas na última aldeia. Isto ocorreu durante o período em que 15 guerreiros, liderados pelo Cap. João Príncipe da aldeia Pé-de-Serra tomaram 3 sacos de pinga de um bolicheiro, levando-os também para a aldeia da Tomázia, onde já soltavam fogos, organizando ali uma grande festa com a participação de Tarumã, ocasião aproveitada pelos indígenas para deliberar sobre atacarem o PI P. Alves de Barros¹¹²². Havia, portanto, uma conexão entre as famílias “nobres” da aldeia Pé-de-Serra com as famílias “nobres” da Tomázia¹¹²³ e que também envolveria as lideranças de Tarumã, conformando assim um eixo.

¹¹¹⁹ O antropólogo Darcy Ribeiro ouviu do Cap. Laureano Aristides que o corte de cabelo das crianças Kadiwéu observavam duas características esperadas: 1) ser guerreiro audaz, cuja única preocupação na vida era fazer a guerra ; 2) ser operoso, dedicado ao trabalho. Os primeiros eram o tipo majoritário que o antropólogo encontrou, descrito como “avalentados viris rebeldes que vivia perambulando pelas aldeias”. O antropólogo concluiu que tudo na aldeia funcionava de modo que aqueles jovens estivessem reservando forças e recebendo estímulos para ações guerreiras já planejadas. RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 12-14, 64.

¹¹²⁰ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 230-231. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 10.

¹¹²¹ M.I - A.S.P.I. - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 21 - Planilha 289, p. 123.

¹¹²² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 181, p. 196-198. De acordo com Mônica Pechincha, os fogos, que às vezes eram substituídos por saraivadas, tinham a função, na sociedade Kadiwéu, de convocar reuniões ou eventos importantes. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 170.

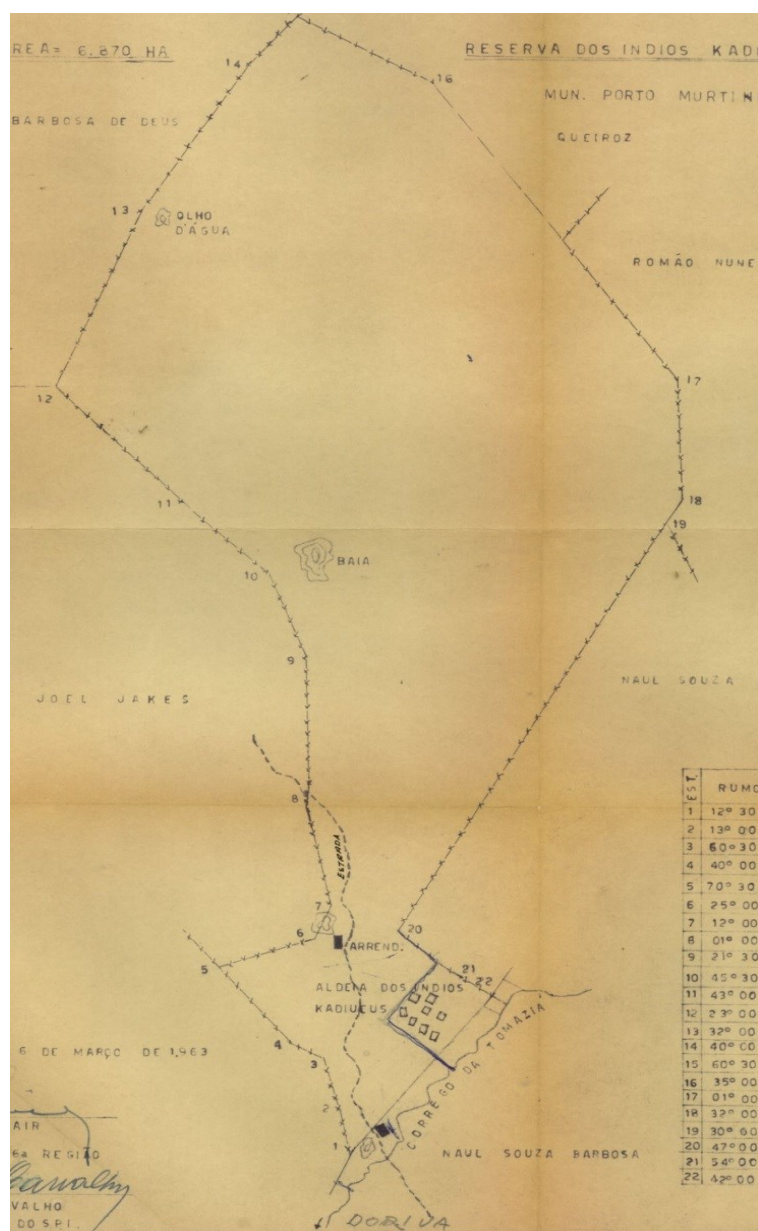
¹¹²³ Quando Darcy Ribeiro realizou suas pesquisas (1947-1948) destacou que esteve em temporada de caça com famílias Kadiwéu de várias aldeias, incluindo o Cap. João Príncipe e o Cap. Cardoso Abicho, respectivamente da aldeia Pé-de-Serra e da aldeia da Tomázia. RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 35-39, 48. O Antropólogo Jaime Garcia apontou que ao fim de 1980 e início de 1990, a FUNAI havia

No caso particular da aldeia da Tomázia (vide figura 65), por estar no PI São João, a aldeia foi cercada pelos arrendamentos feitos pelo SPI em 1961 (vide figura 64), o que atribuiria forte sentido ao seu engajamento, apesar de que a proximidade facilitaria a cobrança de tributos e monitoramento. De fato, é um tanto o quanto sugestivo que certas obras erguidas pelos fazendeiros pudessem interessar os indígenas, como a ponte construída na Tomázia tempo depois.¹¹²⁴

encaminhado a instalação de um PI na aldeia da Tomázia, em que tomaria posse o Cap. Martinho Silva, membro da família “nobre” do Cap. João Príncipe, confirmando que havia conexão entre ambas. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 73. Já Basques Junior, em sua pesquisa de campo (2016-2020), relatou assembleias ocorridas na aldeia da Tomázia, com a ativa participação do Cap. Ambrósio da Silva. E que o Cap. Adailton da Silva se casou com a mulher Kadiwéu de família “nobre” que liderava aquela aldeia. BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS... op. cit., p. 15. De acordo com Susnik, quando toldeiras julgavam haver a necessidade de alianças ofensivas ou defensivas, tais relações eram ativadas por conta de alianças matrimoniais entre os membros das famílias principais (“nobres”). SUSNIK, Branislava. El indio colonial del Paraguay: t. 3-1: el chaqueño: Guaycurúes y Chanes-Arawak. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1971. p. 18.

¹¹²⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 29 - Planilha 276, p. 189.

Figura 64: Aldeia da Tomázia cercada pelo Durval Coelho Barbosa¹¹²⁵



Fonte: M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 112

¹¹²⁵ Tamanho de 6.870 hectares, 3.870 além do permitido pelo contrato de arrendamento de 1961. Segundo o antropólogo Jaime Garcia, ao fim da década de 1980 e início da década de 1990, nas fazendas arrendadas, os Kadiwéu moravam com suas famílias ou às vezes apenas os guerreiros, a fim de controlarem o número de gado dos tributários, de cuidar de seu próprio e evitar invasões no território em pontos distantes. A observação do antropólogo leva-nos a questionar o quão subjugados foram os Kadiwéu pelos fazendeiros que, ao contrário, eram observados. No caso da aldeia da Tomázia, estes eram os Kadiwéu do qual mais o antropólogo pôde recolher informações práticas sobre o seu modo de vida caçador e pescador, quase 30 anos depois, acrescentando ainda que na aldeia semelhante ao que ocorria na Pé-de-Serra os principais abatiam e distribuíam churrascos, certamente fornecido por seu tributário. SIQUEIRA JR. Jaime G. "Esse campo custou..." op. cit., p. 6-7, 30-31, 93-94. De fato, Mônica Pechincha registrou, em nota de rodapé, um caso significativo. Os Kadiwéu riam e comentavam com deboche acerca de um fazendeiro arrendatário que no passado fora cercado e surrado por um grupo de guerreiros na fazenda em que era arrendatário no território, mas que na ocasião mantinha "boas relações". Este fazendeiro, ao chegar no território, acompanhado pelos Kadiwéu, mas sem ser avisado de que ocorria uma celebração naquele momento, foi convidado e ficando com medo, temendo por sua segurança, recusou, o que foi motivo de risada por todos, porque sabiam muito bem o porquê de sua atitude. Ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 174.

Figura 65: Aldeia da Tomázia (década de 1940)¹¹²⁶



Fonte: Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 230 . DR foto 638 230.

As campanhas de subtração de gado Kadiwéu possuíam um cunho político demarcado, mobilizadas mediante a necessidade de proteger o seu território e fazer valer suas tratativas com seus tributários, já perturbadas pelos conflitos anteriores. Dessa maneira, a deliberação das 3 aldeias para guerrearem contra o PI P. Alves de Barros foi abandonada, decidindo por outro recurso estratégico, facilmente confundível com a guerra¹¹²⁷, talvez mais efetivo. A esse respeito, em 11/12/1961, o Encarregado do PI Nalique, comunicou ao Inspetor Erico Sampaio “*que grupos de indios*” já vinham desde algum tempo, ainda desconhecido, arrombando as invernadas daquele PI e retirando verdadeiros “*lotes de gado*” para levá-los à aldeia de Tarumã, a fim de carnearem para comer. E isto estava causando “*sérios prejuízos*”, pois ao arrombarem as invernadas demandavam que tais estruturas fossem consertadas. Já os lotes de bovinos consumidos não permitiam ao SPI recuperá-los com vida, enquanto o buraco na invernada obrigava o SPI a “*reunir os gados que ficaram extraviados*”¹¹²⁸, sob risco de ataque por onças¹¹²⁹. Portanto, visando barrar a nova onda de fazendeiros, a mobilização indígena foi

¹¹²⁶ Imagem melhorada digitalmente pelo autor.

¹¹²⁷ De acordo com Clastres, as comunidades indígenas não encetam ações guerreiras sem antes procurarem proteger a retaguarda, lançando mão de convites para celebrar festas em que entabulam alianças políticas. Desse modo, de fato, houve uma articulação inicial que procurou levar um ataque ao SPI as vias de fato naquele momento final de 1961. Ver CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência: Ensaio de Antropologia Política*; tradução de Carlos Eugenio Marcondes de Moura. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 194.

¹¹²⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 162, p. 119.

¹¹²⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 30 - Planilha 288, p. 95.

praticada com uma série de efeitos estratégicos devastadores contra o SPI, levando-o a uma desorganização sistêmica, revelando o quão frágil era a sua posição, dependente de consenso e cooperação. Isto afetou drasticamente o sistema de arrendamentos do SPI para acumular riquezas, permitindo entrever que uma escala mais intensiva tornaria os planos impraticáveis, com o agravante de que o gado do SPI eram de valiosos Nelores “puro-sangue”¹¹³⁰.

Figura 66: Grupo Kadiwéu observando o curral no PI Nalique (anos 1960)



Fonte: M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 7, p. 94

A complexidade indígena por trás da subtração de gado

O tratamento dispensado ao gado do SPI pelos Kadiwéu seguia uma clara lógica sociocultural-política indígena que a separava radicalmente de uma campanha guerreira. Em primeiro lugar, não é possível descartar a possibilidade de que, ao levarem o gado para a aldeia, estivessem interessados na extração do couro que, para além do crucial uso cultural (vide figura 67) também era tradicionalmente comercializado a fim de obterem armamentos e munições¹¹³¹, apetrechos incorporados à sua cultura¹¹³², de modo que as campanhas poderiam

¹¹³⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 21 - Planilha 194, p. 118-119.

¹¹³¹ O agrimensor Rivesseau ouviu do Cap. Joãozinho que as munições eram obtidas dessa maneira, a partir do comércio do couro, mas, ao nosso entender, também contemplaria a aquisição de armamentos. Para Rivesseau, ver RIVASSEAU, Emilio. A vida dos índios... op. cit., p. 152.

¹¹³² De acordo com Mônica Pechincha, nos anos 1990, era parte da indumentária dos homens Kadiwéu portarem um ou dois revólveres na cintura, além de facas. Ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 66, 178. A antropóloga Lecznieski confirmou que era costume Kadiwéu nos anos 2000 o

funcionar como meio de renovarem o arsenal. Em segundo lugar, as carneadas nas aldeias são costumes Kadiwéu de grande importância, presentes em celebrações e rituais de passagem¹¹³³. Ao levarem para as aldeias, poderia atuar como fortalecimento da comunhão entre membros e entre aldeias aliadas¹¹³⁴. E isto leva ao terceiro ponto: considerando que a política indígena das lideranças era prover ganhos aos liderados, então quando estas assumiam a frente e levavam o gado a fim de distribuir, estão na verdade, consolidando o prestígio em sua própria sociedade, contra o SPI e fazendeiros¹¹³⁵. Por fim, em quarto lugar, a recusa dos indígenas a lançarem um abate sumário contra o gado do SPI sugere que os Kadiwéu possuíam um forte receio de executar estes animais¹¹³⁶ de forma banal¹¹³⁷. Sobre isso, na obra mais importante

uso de armas de fogo. A autora viu espingardas, revólveres e cintos com “balas”, ver LECZNIESKI, Lisiane K. *Estranhos laços: predação e cuidado entre os Kadiwéu*. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2005, p. 16, 63. Também Vinha, em 2004, reforça tais colocações, ver VINHA, Marina. *Corpo-Sujeito Kadiwéu: jogo e esporte*. 2004. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2004, p. 225. (Imagem melhorada digitalmente pelo autor)

¹¹³³ Jaime Garcia apontou a Festa da Moça, do qual ocorria na aldeia da Tomázia e Pé-de-Serra, como momentos em que carneadas eram distribuídas aos convidados. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 97.

¹¹³⁴ O agrimensor Rivisseau ouviu do Cap. Joãozinho que a carne do bovino abatido era levada para aldeia, que serviria de alimento a todos durante dias, ver RIVASSEAU, Emilio. *A vida dos índios...* op. cit., p. 152. O antropólogo Jaime Garcia apontou que no dia de São Sebastião, as famílias nobres da aldeia da Tomázia e da aldeia de Pé-de-Serra carneavam gado e distribuíam em banquetes. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 93-94. Em alguns casos, segundo Pechincha, quando abatido o gado, a carneada era distribuída para um grupo familiar mais extenso. Em outros casos, os animais eram abatidos durante celebrações importantes que agregavam muitos participantes. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. *Histórias de admirar...* op. cit., p. 67, 183. Já Maria Duran ouviu de uma anciã Kadiwéu em 2015 que os Kadiwéu só ofereciam comida para quem consideravam amigos. DURAN, Maria Raquel da Cruz. *Padrões que conectam: o Godidigo e as redes de socialidade Kadiwéu*. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 39. Por fim, Lecznieski observou o ambiente de confraternização, alegria e união nestas ocasiões. LECZNIESKI, Lisiane K. *Estranhos laços...* op. cit., p. 196-197.

¹¹³⁵ Conforme as formulações e análises de Clastres, o Chefe indígena é obrigado a distribuir seus bens a comunidade, fazendo-o circular. Além disso, uma das exigências para ser Chefe é deter uma boa competência técnica para caçar. Ambos os pontos foram observados por Rivisseau quando caçou junto ao Cap. Joãozinho no início do Séc. XX, pois ouviu do Capitão seus planos de abater a caça para distribuir na aldeia. Além disso, Clastres também ressaltou a necessidade da Chefia em ter competência para coordenar as atividades guerreiras. Para Clastres, ver CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*; tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro, F. Alves, 1978, p. 23-24, 144. Ver também CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência...* op. cit., p. 136, 140. Para Rivisseau, ver RIVASSEAU, Emilio. *A vida dos índios...* op. cit., p. 151-152. Para a distribuição dos bens nas tolderías, ver CARVALHO, Francismar. *Formal and informal alliances between Iberians and Native authorities in the heartlands of late-eighteenth-century South America*. *Ethnohistory*, v. 70, p. 65-94, 2023, p. 77-78.

¹¹³⁶ A antropóloga Lecznieski classificou como curioso o comportamento dos Kadiwéu nas carneadas do qual acompanhou no trabalho de campo entre 2000-2005. A autora afirmou que atribuíam um caráter não-intencional a esses atos, sempre comentando sobre como o bovino morreu, destacando que ora morreu enforcado em seu próprio laço, ora que já estava velho demais ou, na maioria das vezes, declaravam que foram obrigados a sacrificar o animal porque havia brigado com outro e estava machucado. A autora destacou que muitas vezes era reconhecível que o abate era intencional, realizado por alguém que queria comer, mas isto era disfarçado. Para a autora, ver LECZNIESKI, Lisiane K. *Estranhos laços...* op. cit., p. 196. Esta conduta é radicalmente diferente

sobre os Kadiwéu, cuja autoria é de Darcy Ribeiro, este teve a oportunidade de registrar um mito Kadiwéu narrado pelo Capitão e hesitante Xamã João Apolinário, do qual lhe asseverou que todas as coisas, árvores e animais possuem um “dono” que os protege, sendo inteiramente reprovável que os Kadiwéu os caçassem por esporte e nem por lucro, pois teriam a morte como castigo¹¹³⁸. Nesse sentido, é significativo notar que, em 1956, entre 10 e 15 cabeças de gado eram mortas ao mês, mas aos olhos do SPI, não era possível certificar em que medida eram mortas por onças ou por caçadores Kadiwéu¹¹³⁹, cujos ataques simulavam animais predadores. Sabendo disso, é interessante notar que todo o gado do qual não era possível levar às aldeias era deliberadamente deixado na invernada arrombada para extraviar pelas matas do território. O gado bagual ali era abundante desde a época de Malheiros, ao fim da década de 1890¹¹⁴⁰, e com a ocupação circundante por fazendeiros em 1950, seus bovinos também

daquela que Ribeiro presenciou em sua pesquisa de campo. Ao que nos parece, os ditos “bobos” (mascarados Kadiwéu que perambulam pelas aldeias em datas específicas para certas celebrações) tinham a prerrogativa, com facas e facões, de cortarem os tendões dos bovinos vivos e os abaterem em grande sanguinolência, exatamente por estarem mascarados, irreconhecíveis por espíritos. Também é possível que ao vestirem-se de “bobos” atravessassem a linha do humano para o “animal”. Pois nesse sentido, foi logo após a morte do animal, que Ribeiro relatou ter chegado um Kadiwéu para carnear o bovino. E descrevendo o que viu, Ribeiro disse que depois foi solta outra rés no mesmo local, e que, laçada pelo pescoço, os membros do grupo atacaram com facões e machados numa “algazarra indescritível”, denotando que neste ponto também atravessaram juntos esta fronteira entre o humano e o “animal”. Ribeiro ainda destaca que o xamã lambuzou sua pessoa com o sangue, ver RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 177. Para a fronteira entre o humano e o “animal”, ver o Capítulos 7 de CASTRO, E. B. V. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

¹¹³⁷ Segundo os registros de Rivesseau, quando os Kadiwéu abateram um bovino para consumo, dois voltaram naquele mesmo ponto para recolher o restante do animal. A carne, o couro e até a cabeça foi para a aldeia, evitando desperdiçar ao máximo. O agrimensor afirmou que as guapas para tomar mate dos Kadiwéu era feita com o chifre dos bois abatidos, ver RIVASSEAU, Emilio. A vida dos índios... op. cit., p. 62-63, 158, 161. A antropóloga Lecznieski, em trabalho de campo (2000-2005) também destacou que os bovinos eram inteiramente aproveitados, incluindo os órgãos, cabeça e suas patas, utilizados para “remédios”. A carne do animal abatida era conservada e consumida nos dias seguintes até terminar, sem desperdício. LECZNIESKI, Lisiane K. Estranhos laços... op. cit., p. 195-196.

¹¹³⁸ O Capitão Xamã contou ainda a Ribeiro que enquanto trabalhava numa firma que explorava carandazal (e sendo isto significativo, já que os carandazais são um elemento cultural crucial para os Kadiwéu), o xamã viu um velho e foi até lá oferecer-lhe dinheiro. Mas o velho recusou e disse-o para abandonar aquele trabalho, pois as árvores eram a morada dos pássaros e quando voltavam para casa à noite para descansarem, não tinham mais onde repousar. Segundo o Xamã, aquele velho era o próprio Gô-noêno-Hôdi. Na mesma hora, o Xamã contou que largou o serviço e nunca mais caçou animais. RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 75, 130-131.

¹¹³⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 30 - Planilha 288, p. 95.

¹¹⁴⁰ Rivesseau observou que havia numerosas cabeças de gado no território e regiões próximas que povoavam os campos. Bovinos verdadeiramente ariscos e selvagens que reproduziam consideravelmente. Segundo o agrimensor, os “especialistas” diziam que seriam mais de 200 mil cabeças de gado, ver RIVASSEAU, Emilio. A vida dos índios... op. cit., p. 135, 58. Jaime Garcia também ressaltou este ponto, certamente a partir da tradição oral Kadiwéu, ver SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 224, 226, 66-67.

extraviavam, mais frequente na área do PI São João¹¹⁴¹. Logo, quando os indígenas deixavam as invernadas arrombadas, tinham a intenção de transformar o gado “puro-sangue” do SPI em bovinos mestiços selvagens, que vivessem nas matas junto aos demais, sob cuidados de seres afins à sua percepção xamânica da realidade¹¹⁴², o que fortalece a hipótese de que naquele período houvesse cavalares igualmente bravios no território¹¹⁴³. Os fazendeiros que estavam em contato com os Kadiwéu durante o período atestam que “*êles não ligam muito para cêrcas*”¹¹⁴⁴, o que é coerente com o fato de serem indígenas caçadores e não é possível caçar animais domesticados em invernadas¹¹⁴⁵.

¹¹⁴¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu- Caixa 28 - Planilha 263, p. 252. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 33.

¹¹⁴² Maria Duran, em pesquisa de campo (2015), colheu fragmentos de tradição oral Kadiwéu significativos. Tanto os animais como as plantas e os morros são portadores de mensagens para os Kadiwéu, lhes trazendo avisos sobre acontecimentos futuros, existindo inclusive um morro denominado Morro do Aviso. Portanto, a natureza para os Kadiwéu é algo vivo, consciente e poderoso, capaz de ajudá-los a prepararem-se frente ao porvir que pode ser benéfico ou maléfico, tal qual Durán coloca com relação à figura ambígua do Caracará, que lembrou da criação dos Kadiwéu, mas também fez com que morressem, tivessem que trabalhar, etc. Para a autora, ver DURAN, Maria Raquel da Cruz. Padrões que... op. cit., p. 110. Além disso, cabe aqui destacar o fragmento oral colhido por Darcy Ribeiro, de um xamã Kadiwéu que podia conversar com as árvores e compadeceu de uma que lhe disse que em breve morreria pela queimada que viria no tempo seco, levando o xamã a buscar recursos mágicos para salvá-la, o que foi classificando por Darcy Ribeiro como algo belíssimo, algo poético. RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 80, 119-123.

¹¹⁴³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 161, p. 52-53.

¹¹⁴⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 243.

¹¹⁴⁵ A antropóloga Lecznieski, em pesquisa de campo (2000-2005), notou que as famílias Kadiwéu possuíam uma quantidade razoavelmente grande de animais domésticos, como galos e galinhas, mas não os comiam apenas os ovos. A única vez que a autora comeu frango foi quando comprado da cidade, congelado, em vista que o estoque de carneada estava prestes a esgotar. Ao perguntar o porquê de não os comerem, os Kadiwéu disseram coisas desencontradas, como por serem poucos animais, ou porque eram novos demais, ou porque estavam velhos demais, ou para que não provocasse briga entre os galos ao matarem as galinhas. A autora observou que criavam vários galos juntos e os donos, no meio da noite, iam até o galinheiro para apartar suas brigas. LECZNIESKI, Lisiane K. Estranhos laços... op. cit., p. 41-42. Além disso, Rivesseau, em companhia dos Kadiwéu pelo pantanal, ouviu do Cap. Joãozinho que os bovinos bravios à sua frente não tinham marcações, eram como “bichos”, isto é, animais não domesticados, e que assim não teria problema em abatê-los. Desse modo, ao que parece, Rivesseau pensava numa perspectiva de propriedade privada, enquanto o Kadiwéu tinha olhos para a condição de que o animal vivia de forma selvagem. Para Rivesseau, ver RIVASSEAU, Emilio. A vida dos índios... op. cit., p. 56-57.

Figura 67: Ana (Liguí) pintando um couro¹¹⁴⁶



Fonte: Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 002 . DR foto 638 002.

Cabe aqui ainda ressaltar que manter o gado espalhado pelos campos também criava um equilíbrio perfeito entre os bovinos com as pastagens. O Veterinário do SPI, anos depois, constatou que pelo fato de os fazendeiros superlotarem as pastagens, estavam levando à destruição das mesmas e num futuro breve não haveria mais pasto no território¹¹⁴⁷, mas que na visão do fazendeiro Leôncio de Souza Brito, o importante era que “*Estamos lá ganhando dinheiro, ninguém deixou de ganhar, temos todos bom proveito*”¹¹⁴⁸.

¹¹⁴⁶ Darcy Ribeiro observou que os couros pintados e decorados eram aqueles utilizados para forrarem o interior das habitações e arrearem os cavalos e bois. Estas técnicas artísticas são de competência das mulheres. A Ana (Liguí em Kadiwéu), era da aldeia da Tomázia e foi registrada pintando o couro de cervo com tinta de jenipapo misturada com carvão. Ver RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 37, 269. Já o registro sobre a utilização de couro bovino para forrar as casas foi registrado por Rivesseau, no início do Séc. XX, ver RIVASSEAU, Emilio. A vida dos índios... op. cit., p. 180. (Imagem melhorada digitalmente pelo autor)

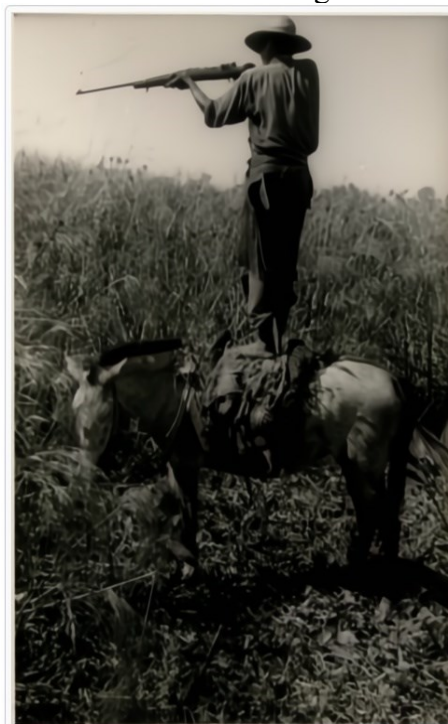
¹¹⁴⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 34 - Planilha 326, p. 138-139. A destruição do pasto por fazendeiros também foi apontado por João Flores em seu trabalho. Ver FLORES, João. Muita terra para pouco índio? A formação de fazendas em território Kadiwéu (1950-1984). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados-MS, 2009, p. 79.

¹¹⁴⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 4, p. 28-29.

Do embuçar para o afrontar

A documentação disponível nos permite concluir que os Kadiwéu mantinham uma clara política central entre aldeias para a desarticulação do controle do SPI sobre o gado em seu território, ao menos desde 1954. Os Kadiwéu paulatinamente vinham “*desimando o gado dos*” três PI¹¹⁴⁹, combatendo a transformação do território em uma grande fazenda, de modo que, em 1955, tal política estava apoiada na: 1) falta de recursos do órgão para reuni-los e cercar; 2) na condição natural das cheias que dificultava tais trabalhos; 3) na miscigenação do gado “puro-sangue” com os bovinos baguais. Com base nesses pilares, as lideranças indígenas caçavam o gado e ameaçavam de morte aos Serventuários que tentassem reuni-los, tal qual relatado pelo Inspetor anterior sobre o Cap. Rafael Soares, Julião Soares e Cap. João de Barros¹¹⁵⁰.

Figura 68: Estilo de disparo Kadiwéu com arma de fogo sob montaria (anos 1940)¹¹⁵¹



Fonte: Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 220 . DR foto 638 220.

¹¹⁴⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 166, p. 52.

¹¹⁵⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários - Postos - Caixa 34 - Planilha 328, p. 85.

¹¹⁵¹ Considerando que majoritariamente o território Kadiwéu é composto por campo, o desenvolvimento deste tipo de disparo adquire pleno sentido. Quando elevados acima da paisagem, teriam uma visão panorâmica. Além disso, o registro imagético constata o destruíssimo uso de armas de fogo, resultado de séculos de manuseio. Também é notável com que tranquilidade a montaria permanece sob o som dos disparos, indicando a habituação do animal e os séculos de domínio Kadiwéu sobre os cavalos. (A imagem foi melhorada digitalmente pelo autor)

Mas o cenário de 1962 catapultou os indígenas, do âmbito sutil para o visceral. Com o avançar das seguidas campanhas puxadas pelas três aldeias (Pé-de-Serra, Tarumã e Tomázia), mais e mais outras aglutinaram em prol de um objetivo comum, praticando tais ações a olhos vistos, desafiando o SPI e encurralando o Inspetor Erico Sampaio contra a parede. Em busca de impor a autoridade do SPI, em 08/01/1962, após terminada a sindicância nos 3 PI pelos Encarregados, solicitou a SOA a transferência dos Capitães e guerreiros: João Príncipe, Antônio Mendes, Manoel Marcelino (chamado de Capatazinho), Antônio Vitor e João Silva para diferentes PI localizados em outras Inspetorias Regionais, porque: “*desde ha muito perturbam não só o sossêgo dos arrendatários, como também, dos seus proprios irmãos indigenas*”¹¹⁵². A medida, acima de tudo, era um ato de desespero, já que o Inspetor esteve no território¹¹⁵³. Mas havia um bloqueio de tratativas e negociações entre ambos, sobretudo porque a opressão vigente, provocada pela nova onda de ocupação do território, intensificou a *identidade*¹¹⁵⁴ guerreira Kadiwéu, também mobilizada mediante as tratativas com seus tributários. Desse modo, havia um preço a pagar pela insurreição: a transferência para outras IR, como ocorreu com lideranças Kadiwéu em 1956¹¹⁵⁵. Porém, a situação do Inspetor Erico Sampaio naquele contexto era insustentável, já que os contratos de 1961 estavam assinados enquanto a subtração Kadiwéu, que tinha apoio dos “*irmãos indigenas*”, atingia o gado dos fazendeiros e SPI, que no fim das contas precisava arcar com ambos. Durante aquele período, o recém-empossado Diretor Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, que estava em visita de inspeção na IR5, no início de janeiro de 1962, destituiu o Inspetor Erico Sampaio¹¹⁵⁶, no mesmo dia em que aquele pediu a transferência dos Kadiwéu, colocando o Inspetor Fernando da Cruz no cargo.

A paisagem geral formada pelos arrendamentos

Quando o Inspetor Fernando da Cruz assumiu a IR5, encarou um quadro dramático por conta dos arrendamentos, afirmando que “*se rebelou contra a maneira vergonhosa [...] os*

¹¹⁵² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 201.

¹¹⁵³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 21 - Planilha 196, p. 80.

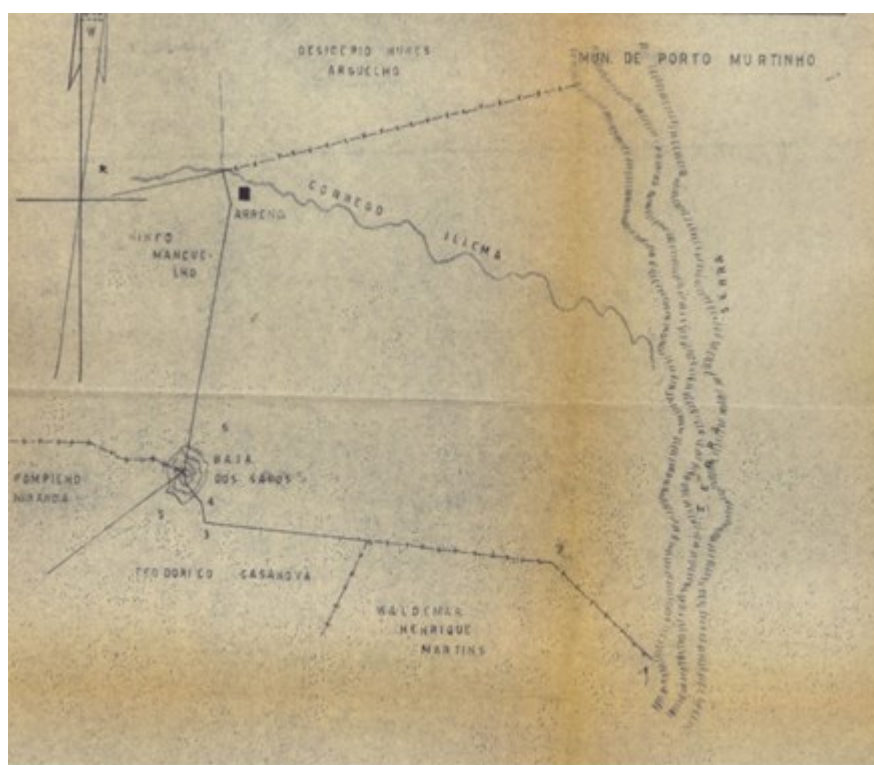
¹¹⁵⁴ BRANDÃO, C. R. Identidade e etnia..., op. cit., p. 42.

¹¹⁵⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 29 - Planilha 283, p. 79.

¹¹⁵⁶ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 6, p. 82.

*arrendamentos com terras pertencentes aos índios que teve até suas aguadas fechadas, a fim de forçá-los a uma retirada*¹¹⁵⁷. E ainda na mesma ocasião declarou: “*O que não se pode aceitar é o fazendeiro, por ser um homem poderoso, um homem rico, tratar o índio num regime escravagista, num regime em que não tem direito sequer às aguadas [...] Tôdas as aguadas, inclusive as nossas, estão fechadas*”¹¹⁵⁸. O quadro relatado é emblemático, pois evidencia a tentativa de expansão de uma certa noção de “*progresso econômico*” no Território Kadiwéu por fazendeiros, que transformam áreas do território em espaços de produção agrária capitalista, tensionando a relação prévia estabelecida e mantida pelos Kadiwéu com os Terena e Kinikinau.¹¹⁵⁹

Figura 69: Cercamento de Anibal dos Santos¹¹⁶⁰



Fonte: M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 68

¹¹⁵⁷ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 154.

¹¹⁵⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 76.

¹¹⁵⁹ Polanyi analisou o processo de cercamento dos campos ingleses, destacando que foi o chamado “progresso econômico” que levou a destruição do tecido social. POLANYI, Karl. A Grande Transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Editora Campus, p. 51-61.

¹¹⁶⁰ Tamanho de 4450 hectares, 1.450 além do autorizado.

Figura 70: Cercamento de Sérgio Henrique Martins



Fonte: M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwêu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 39

Todos os trabalhos de medição de áreas dos fazendeiros que existiram durante os primeiros anos foram determinados pelo Inspetor Fernando da Cruz¹¹⁶¹, investindo milhões obtidos com os arrendamentos¹¹⁶² mediante a venda de gado com a “carta-branca” dada pelo Diretor (que posteriormente entraria em desentendimentos¹¹⁶³), provocando reações nos fazendeiros que protestaram por medir as áreas sem lhes avisar¹¹⁶⁴ e até recorreram ao oferecimento de propina para que desistisse¹¹⁶⁵. Nos trabalhos abundam o quadro de aguadas cercadas (vide figura 69) bem como os córregos e grotas (vide figura 70).

¹¹⁶¹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 55.

¹¹⁶² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 236.

¹¹⁶³ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 31.

¹¹⁶⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 268.

¹¹⁶⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 77.

A trégua em Nalique

O Inspetor assumiu a administração do território Kadiwéu quando em pleno fulgor das campanhas de subtração de gado. Mediante a isso, em 08/01/1962, o Inspetor fez um convite urgente ao amigo do Diretor, o Cel. Abelardo Alvarenga Mafra, do Comando de Artilharia Paraquedista do Rio de Janeiro (Guanabara) para trazer soldados paraquedistas para treinarem saltos no território, assumindo o compromisso de prestar alimentação e hospedagem¹¹⁶⁶, a fim de controlar a situação de invasão e das campanhas de saque. Ao que tudo indica, o Diretor tomou ciência do quadro no território Kadiwéu ao início de janeiro de 1962, mas ao contrário do que afirmou posteriormente, não há indicativos de que o tenha visitado na ocasião¹¹⁶⁷. Ainda em 11/01/1962, a SOA não realizou a transferência das lideranças Kadiwéu solicitadas por Erico Sampaio¹¹⁶⁸, certamente por conta da oposição do Diretor que assumiu em 11/12/1961¹¹⁶⁹. Apesar disso, também houve casos em que os Capitães buscaram refúgio na mata, tornando impossível ao SPI transferi-los¹¹⁷⁰.

Figura 71: Gado magro do SPI no PI Nalique (possivelmente, década de 1960)



Fonte: M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 7, p. 157

¹¹⁶⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 261, p. 12.

¹¹⁶⁷ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 6, p. 83.

¹¹⁶⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 124.

¹¹⁶⁹ FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org). *Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, 2011, p. 139.

¹¹⁷⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 166, p. 51.

Figura 72: Gado magro no PI Nalique em outro ângulo (possivelmente, década de 1960)



Fonte: M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 7, p. 108

Figura 73: Bovinos no PI Nalique (possivelmente, década de 1960)



Fonte: M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 7, p. 108

Seja como for, a realidade é que a desestabilização da IR5 e dos PI em território Kadiwéu reduziu o SPI aos frangalhos, pois sem transferir os Capitães nem impedir as campanhas de subtração de gado, foi arrastando. Ainda em fevereiro de 1962, o Encarregado do PI Nalique registrou haver “*Consertos em partes dos aramados das invernadas que vem sendo arrombadas pelos indios a fim de furtar o gado deste P.I para comerem.*”¹¹⁷¹. E após 5 meses de efervescente campanha Kadiwéu, o SPI foi forçado a ceder e negociar. No mesmo mês, o Encarregado do PI Nalique registrou que “*Estiveram vários dias nêste posto a serviço os senhores Agente José Mongenot, chefe Substituto da I.R.5 – e o motorista Djalma*

¹¹⁷¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 162, p. 84.

Mongenot”¹¹⁷². O resultado da sindicância, determinada pelo Diretor ao Inspetor Subst., foi anunciada em 12/03/1962, relatando ter tido conhecimento “*da revolta dos índios Kadiuwés motivada pelos arrendatários de suas terras*”, resolvendo “*convocar os mesmos para esclarecer esse assunto*” e conseguindo, por meio de concessões ainda não esclarecidas, “*acalmar seus ânimos*”. Aparentemente, uma das concessões foi a anistia, já que as lideranças das campanhas apontadas (Rafael Soares, Antônio Vito, João Silva, Antônio Mendes, João Barbosa e Antônio Pereira) foram industriadas por um “*falso índio*”, tal de Ubiratan, que a presente pesquisa não encontrou qualquer documento nem bibliografia capaz de confirmar a sua existência, para quem justamente recaiu toda a motivação e coordenação dos saques. Àquela altura, o gado do SPI parecia esgotado, pois a sindicância registrou que os Kadiwéu “*tem depredado o rebanho bovino e cavalar da Reserva Indígena e, principalmente, dos locatários*”¹¹⁷³, ou seja, já investiam contra os cavalos, além dos bovinos e ainda mais os dos arrendatários do que os do SPI. Com isso, apesar de não estar ao alcance precisar em quais termos o SPI cedeu, fica claro que os Kadiwéu “sentaram na mesa de negociação” munidos de certas vantagens por conta dos danos infligidos.

Os resultados da audiência entre o SPI e os Kadiwéu em Nalique, trouxeram uma trégua às campanhas, com os Kadiwéu garantindo a sua posição frente ao órgão e provocando reações internas ao seu favor. Ao interromperem o saque ao gado, o SPI voltou a abater e distribuir reses, conforme no aviso mensal de Abril de 1962 do Encarregado em Nalique, que sob ordens do Diretor, Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, retirou de seu PI para enviar ao PI P. Alves de Barros um boi para a comemoração do “dia do índio”¹¹⁷⁴, enquanto no mês seguinte abateram duas vacas para os indígenas que trabalhavam em um campo de aviação do SPI¹¹⁷⁵. Nesse ínterim, há posicionamentos obstinados dentro do SPI para anular todos os 61 contratos por parte do Serventuário Hélio Bucker¹¹⁷⁶ (que assumiria a IR5 anos depois). Com a trégua, no mês de maio, o órgão, após captar certa quantidade de bovinos, vendeu 250 cabeças para o arrendatário Leôncio de Souza Brito¹¹⁷⁷, de modo que em junho, o

¹¹⁷² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 162, p. 85.

¹¹⁷³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 11.

¹¹⁷⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 162, p. 89.

¹¹⁷⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 162, p. 91.

¹¹⁷⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 12-13.

¹¹⁷⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 166, p. 156.

Encarregado do PI Nalique, registrou com urgência que as invernadas do PI estavam devastadas em virtude da superlotação do gado e que não poderia receber a nova leva de pagamento dos arrendatários¹¹⁷⁸. Em realidade, apesar da trégua, as estruturas do SPI para conter o gado no PI Nalique estavam seriamente danificadas por conta das ações indígenas pelos meses anteriores, o que põe em relevo mais um fator de vantagem em seus cálculos quando costuraram a trégua em Nalique. A gravidade era tamanha que, mesmo já em 12/09/1962, o SPI ainda empreendia concertos nos aramados, cujo gado, por consequência, extraviava pelos campos ao longo de todo o período¹¹⁷⁹ e que assim permaneceu ao longo de toda a administração do Inspetor Fernando da Cruz, no início de 1963.¹¹⁸⁰

6.2 Tributários, coalizões e autonomia

Neste subcapítulo analisamos o espraçamento dos conflitos entre fazendeiros com os tributários indígenas e a retomada das campanhas de subtração de gado. Seguimos até o concatenamento de alianças entre os Kadiwéu com Serventuários adeptos à sua causa, assinalando qual era o posicionamento dos Kadiwéu em meio a esta configuração.

A luta dos tributários no PI São João e o espraçamento do conflito

A despeito da trégua selada em Nalique pelos Capitães Kadiwéu com a IR5, a proximidade dos Terena e Kinikinau no PI São João com os fazendeiros foi fator crucial para o perdurar dos conflitos, pois, ainda que tributários num território do qual não lhes pertenciam, resistiram e lutaram contra os fazendeiros de forma incisiva, já que suas casas e aldeias, diferentemente do caso da aldeia da Tomázia, foram encampadas para dentro dos arrendamentos. Em 13/04/1962, naquele PI, o Tereno¹¹⁸¹ Donato Silva (parente do Severiano Silva), nascido no PI São João¹¹⁸², em autodefesa, durante uma briga, disparou dois tiros de

¹¹⁷⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 164, p. 43.

¹¹⁷⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 162, p. 75.

¹¹⁸⁰ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 56.

¹¹⁸¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22- Planilha 198, p. 68.

¹¹⁸² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 197, p. 154.

revólver calibre 38 contra a cabeça do arrendatário Guilherme da Silva, de refilão, que estava dentro da casa do indígena Florindo Neris¹¹⁸³ (vide figura 74), levando o Inspetor Subst. a solicitar com urgência, “*comunicando pormenores*”, o nome do arrendatário que o agrediu¹¹⁸⁴. O disparo intencionado para uma região do corpo específica não deixa dúvidas acerca das intenções, demonstrando que as relações entre tributários Kadiwéu com fazendeiros naquele PI estavam no ápice da violência que, com isso, demarcava a *identidade* indígena contrastiva aos invasores de forma acentuada. Isto era motivado, sobretudo, porque os Terena e os Kinikinau, enquanto exímios agricultores, viram suas plantações cercadas para dentro dos arrendamentos onde o gado era criado, do qual, em busca das pastagens, lhes arruinariam as colheitas, impedindo a reprodução de um modo de vida cultural e de honrar os compromissos em tributos às famílias “nobres” Kadiwéu¹¹⁸⁵.

Figura 74: Cercamento do João Franco¹¹⁸⁶



Fonte: M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 32

¹¹⁸³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 88.

¹¹⁸⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 91.

¹¹⁸⁵ Nos mitos Kadiwéu colhidos por Ribeiro em 1940 e Pechincha em 1990, os Terena estão incorporados, recebendo presentes para serem exímios agricultores por Gô-Noenô-Hôdi. Do ponto de vista Kadiwéu, o fato de os Terena ficarem sem terra no território não seria contradizer aos desígnios xamânicos? Se os Kadiwéu foram designados ao domínio senhorial tributário de outros povos, não permitir que os Terena cultivassem para prestar tributos não seria impedir desígnios xamânicos outra vez? Ver RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 66. Ver também PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 111-112.

¹¹⁸⁶ Tamanho de 1.300 hectares, 2.600 abaixo do mínimo. A casa do indígena Florindo Neris foi encampada dentro do cercamento do João Franco e pelo lado esquerdo do cercamento está o tal do Guilherme Silva. Também está dentro do cercamento um invasor chamado Antônio Andrade, talvez parente do pecuarista e político Dolor Ferreira de Andrade? Este último é abordado no Capítulo 7.

Figura 75: Jovem Kadiwéu reparando revólver durante o consumo de mate (anos 1940)¹¹⁸⁷



Fonte: Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 132 . DR foto 638 132.

As circunstâncias conflituosas encapsuladas no PI São João foram espreiadas graças à nova onda invasora ao final de 1961 e início de 1962¹¹⁸⁸, atingindo os tributários que estavam no PI P. Alves de Barros, marcando definitivamente um ponto de inflexão. Em 11/05/1962, o Tereno Faustino de Souza foi assassinado dentro de sua casa, covardemente, após expulsar o fazendeiro Carmosino Vieira do recinto, que havia desentendido com o seu parente Aroldo de Souza. O sujeito, após a expulsão, retornou armado e sem qualquer aviso, efetuou disparos enquanto o indígena estava sentado com o capataz do arrendatário Durval Coelho Barbosa e com o fazendeiro Diógenes Ajala. O assassino, temendo as represálias Kadiwéu, fugiu em pelo sob o cavalo, abandonando todos os bens no território que posteriormente, o Inspetor Fernando da Cruz, ao interrogar um fazendeiro na sede da IR5, lhe confessou que o tio do assassino (talvez o grileiro Alcides Vieira Branco ou o fazendeiro Alcy Vieira de Moraes) foi “*responsavel pela fuga de seu sobrinho assassino*”¹¹⁸⁹. Ainda no mesmo mês de maio, o caso foi levado para a polícia¹¹⁹⁰ e em 15/05/1962, o covarde assassino estava preso em Corumbá¹¹⁹¹, mas não sem a pronta espera do advogado procurando obter habeas-corpus¹¹⁹².

¹¹⁸⁷ Imagem melhorada digitalmente pelo autor.

¹¹⁸⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 230-231. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 10.

¹¹⁸⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 39.

¹¹⁹⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 193, p. 200.

¹¹⁹¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 193, p. 214.

Porém, os Terena em MT atingiram um ponto de insatisfação que não mais toleraria a morte de parentes em território Kadiwéu. Em 24/05, os Terena do PI Cachoeirinha levantaram-se no PI, revoltados contra o assassinato do Tereno Faustino de Souza, acreditando que o Encarregado não teria tomado providências¹¹⁹³, causando temor na SOA, que seis dias depois determinou a IR5 para que enviasse um funcionário àquele PI a fim de verificar a “*situação reinante*”. Porque os fatos relatados vêm “*provocando tensa preocupação*”¹¹⁹⁴. O Sertanista Cildo Meirelles calculou haver algo por volta de 5 mil Terenas em MT e com relação aos Kadiwéu, 400 indivíduos¹¹⁹⁵ naquele período (1962-1963).

Da subtração de gado à coalizão

Desde algum momento anterior à 17/07/1962, os Kadiwéu já haviam retomado as campanhas de subtração contra o gado de fazendeiros, certamente sob a forte pressão política dos tributários Terena e Kinikinau. Os fazendeiros denunciaram isto diretamente a SOA, forçando ao Inspetor Fernando da Cruz a declarar à tal seção que faria uma sindicância a “*fim verificar veracidade denuncia feita fazendeiros contra indios citados*”¹¹⁹⁶. Também naquele mesmo período concorria outro fator que pesava sobre uma decisão política dos Kadiwéu: estes tiveram conhecimento de novas tratativas do SPI para decidir a respeito da situação conformada por fazendeiros no território.

Ora, já no dia seguinte, em 18/07, o Inspetor repassou as ordens do Diretor para o Encarregado do PI P. Alves de Barros, para que comunicasse a todos os fazendeiros que tinham contrato com o SPI para ir até o dia 20 de agosto à sede da IR5, a fim de o regularizar, enquanto a massa pós-1961 deveria fazer o mesmo, para que deliberasse acerca do que fazer¹¹⁹⁷. A IR5 difundiu a data da reunião pela “Rádio Educação Rural Ltda”¹¹⁹⁸, “Rádio

¹¹⁹² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 284, p. 107.

¹¹⁹³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 193, p. 207.

¹¹⁹⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 193, p. 205.

¹¹⁹⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 34.

¹¹⁹⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 261, p. 18.

¹¹⁹⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 26.

¹¹⁹⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 3-4.

Cultura de Campo Grande”¹¹⁹⁹, “Jornal do Comércio”¹²⁰⁰ e pelo jornal “O Democrata”¹²⁰¹, além de memorandos e avisos¹²⁰². Mas dias depois, em 23/07, o Inspetor tornou a convidar o amigo do Diretor do Comando de Artilharia Paraquedista para praticar saltos militares no território Kadiwéu¹²⁰³, procurando trazer segurança e controlar a situação.

Por seu turno, as campanhas tiveram um efeito estrondoso, pois em 05/08/1962, não apenas o Inspetor esteve no território, mas com o próprio Diretor, que transitou em companhia do Médico Maj. Vasco José Vieira dos Reis, vacinando e distribuindo presentes (adornos) bem como entregando em pessoa o posto de Encarregado do PI P. Alves de Barros ao Sr. Ducastel Gutterres¹²⁰⁴. Na ocasião, o Diretor permaneceu 3 dias no PI P. Alves de Barros, “*atendeu um grande número de indio, resolvendo os problemas de cada um*”¹²⁰⁵ e registrou que esteve nas casas dos indígenas ouvindo suas “*decepções e as amarguras*”, destacando que estavam ali “*submetidos a um lento e constante processo de espoliação*”. As manifestações Terena e Kinikinau eram uma pressão considerável contra os Capitães Kadiwéu, de modo que o Diretor Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho notou que as famílias “nobres” do PI P. Alves de Barros e do P.I Nalique estavam insatisfeitas, notando com clareza que pairava sobre eles um sentimento de revolta¹²⁰⁶. E foi no mesmo mês que escreveu, em caráter reservado ao Ministro da Agricultura, sobre “*violências contra índios*” e “*dilapidação das reservas florestais*” e pedindo por uma comissão que investigasse os Inspetores anteriores que instauraram aqueles arrendamentos e a “*passagem à disposição do S.P.I dos 200 militares ali solicitados*”. O Diretor encontrou “*um quadro pungente e desolador: aos 61 arrendatários somam-se hoje, pelo menos, mais uns 60 intrusos,*”¹²⁰⁷.

¹¹⁹⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 58-59.

¹²⁰⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 1-2.

¹²⁰¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 5-6.

¹²⁰² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 45.

¹²⁰³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 116.

¹²⁰⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 185, p. 14-15. M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 184, p. 15-16.

¹²⁰⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 162, p. 75-77.

¹²⁰⁶ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 177.

¹²⁰⁷ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 164-165. Os militares jamais foram cedidos, talvez porque o digníssimo Sr. Ministro da Agricultura julgasse adequado o território Kadiwéu “produtivo”.

Desse modo, foi concatenado um arranjo contra os arrendamentos entre o Diretor, Inspetor e os Kadiwéu. O Inspetor, em caráter de urgência, pediu no mesmo mês a cópia do Acórdão do STF que garantiu a integridade o território Kadiwéu¹²⁰⁸, que esteve esquecido e foi redescoberto pelo Sertanista Cildo Meirelles, que no mesmo mês esteve na região por 15 dias¹²⁰⁹.

Figura 76: Diretor Moacyr Ribeiro Coelho (à direita) e Orlando Villas-Bôas (anos 1960)



Fonte: M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 7, p. 88

Mas a oposição latifundiária ao arranjo conformado não era desprezível. Ao contrário, era forte por ter amplo apoio e capilaridade nas instituições regionais de MT. Para o exato dia anunciado da reunião na sede da IR5, em 20/08/1962, o presidente da Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso (ACSMT) Sr. Dolor Ferreira de Andrade, enviou para a IR5 uma cópia da ata da reunião daquela diretoria, tratando com os “*pecuaristas que ocupam as terras pertencentes ao Serviço de Proteção aos Índios*” e desejando “*tomar parte na reunião marcada para o dia de hoje*”¹²¹⁰. A IR5 foi surpreendida, pois almejando a majoração dos

¹²⁰⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 90.

¹²⁰⁹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 36. Além do caso Kadiwéu, o Sertanista Cildo Meirelles também esteve envolvido em disputas políticas e institucionais pela garantia da Craolândia, o território demarcado dos indígenas Krahô, na década de 1940. Segundo familiares, o Sertanista elaborou diversas petições para demarcação de territórios indígenas no país. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *Sagas Sertanistas: práticas e representações do campo indigenista no século XX*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005, p. 54-55.

¹²¹⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Diretoria - Caixa 32 - Planilha 315, p. 18-19.

arrendamentos para 6%, em virtude da ampliação das áreas sem autorização¹²¹¹, que estavam minimamente maiores do que o dobro permitido¹²¹² e, em certos casos, ao triplo¹²¹³ e fora milhares de cabeça de gado clandestinas¹²¹⁴, quando o Inspetor compareceu à reunião, estavam lá o Presidente da Associação Rural e o Presidente da Associação dos Criadores e por esse meio, segundo o rico fazendeiro Leôncio de Souza Brito, a IR5 só poderia majorar os contratos caducos, “*com acôrdo que fizesse conosco ou respeitando as áreas que estivéssemos ocupando*”¹²¹⁵. Sobre o caso, o Inspetor, tempos depois, inferiu que a situação era muito difícil, pois tinha de um lado o interesse do SPI e de outro os interesses pecuaristas de MT, impossibilitando operar as mudanças contratuais que almejava¹²¹⁶. Já os fazendeiros estavam confiantes, ao ponto de o “*requerimento do Sr. Anizio de Souza Mendes, ex-pracinha*” solicitar “*isenção de pagamento de arrendamento das pastagens nas terras dos Kadiuéos*”¹²¹⁷. Na reunião em questão, o Inspetor Fernando da Cruz fez uso da renda indígena para pagar a passagem aérea do Sertanista Cildo Meirelles, para que este aconselhasse-o com relação aos fazendeiros em território Kadiwéu, sendo ambos amigos de longa data segundo o Sertanista¹²¹⁸.

A política de cadastramento e a atuação indígena

Neste tensionamento entre SPI e fazendeiros, os Kadiwéu não renunciaram aos saques, fazendo oposição aos fazendeiros e as tentativas de novos contratos, mantendo uma pressão

¹²¹¹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 236.

¹²¹² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 55.

¹²¹³ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 164-165.

¹²¹⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 58.

¹²¹⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 4, p. 26-27.

¹²¹⁶ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 46.

¹²¹⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 2.

¹²¹⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 31-32, 35. Aparentemente, a família “da Cruz” também foi uma família de Sertanistas, assim como a família Meirelles, e mantinham relações muito próximas, atuando em frentes de “pacificação”. Em sua monumental pesquisa, o antropólogo Rocha Freire apontou essas relações. Ele registrou a existência de um Afonso da Cruz, identificado como Sertanista. O autor também mencionou um presidente do SPI chamado Modesto Donatini Dias da Cruz. Além disso, assinalou um funcionário da FUNAI chamado Rubens Auto da Cruz Oliveira. Ver FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. Sagas Sertanistas... op. cit., p. 9, 15, 59, 62, 71-73, 75, 89, 101, passim.

estratégica. Quando “*um grupo de índios*” atacou o gado do fazendeiro Manoel Gomes do Prado, que na ocasião pagava arrendamento em 20/11/1962, o Inspetor não esboçou reações e restituiu o bovino por meio de abate no preço¹²¹⁹. Na verdade, quando na “*quarta reunião plenária de chefes de inspetorias*” e “*secções especializadas*”, em Novembro de 1962, na Diretoria do SPI em Brasília, do qual contou com a presença do Sertanista Cildo Meireles¹²²⁰, o Diretor estabeleceu que era preciso realizar um sistema cadastral para saber quem pagavam ao SPI ou não, pois no primeiro caso eram arrendatários e no segundo eram intrusos. Mas, seja como fosse, a partir daquela data estava proibido o ingresso de qualquer não-índigena no território Kadiwéu sem a sua expressa autorização. O Inspetor Fernando da Cruz, por sua vez, insistiu na proposta de redução do tempo de contrato dos 61 arrendatários e dos 76 invasores de 5 anos para 2 anos, devendo após isso abandonarem o território, pois todos pagavam ao SPI e os contratos eram “*danosos para o Serviço*”¹²²¹ (o que era inverídico e denotando que o Inspetor desejava a expulsão mais breve possível).

O sistema cadastral do Diretor Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho foi uma saída e tentativa de equilibrar as três forças em choque: Kadiwéu, SPI e agropecuaristas de MT. O objetivo era reajustar e reformular os contratos existentes, mas sem celebrar novos por conta da oposição Kadiwéu. O cadastro deveria discernir entre duas categorias: “*pequenos*” e “*grandes intrusos*”. Com relação à primeira, estes teriam as condições econômicas estudadas para virarem arrendatários, mas caso inaptos, abandonariam o território. Já os segundos, estes seriam removidos pela força da Justiça, já que por conta do poder econômico e político em MT, ameaçavam grilar as terras. Apesar da política parecer simpática aos “*pequenos intrusos*”, o Diretor foi enfático ao estabelecer que sua administração não mantinha intrusos nem arrendatários, mas que tolerava a presença de “*estranhos*” porque era uma situação legada por Diretores anteriores e não sua vontade. E, à exceção dos Serventuários, todos ali eram “*invasores*”¹²²². E nesse sentido, em 21/11/1962, a IR5 convocou todos os fazendeiros

¹²¹⁹ M.I - A.S.P.I - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 261, p. 96.

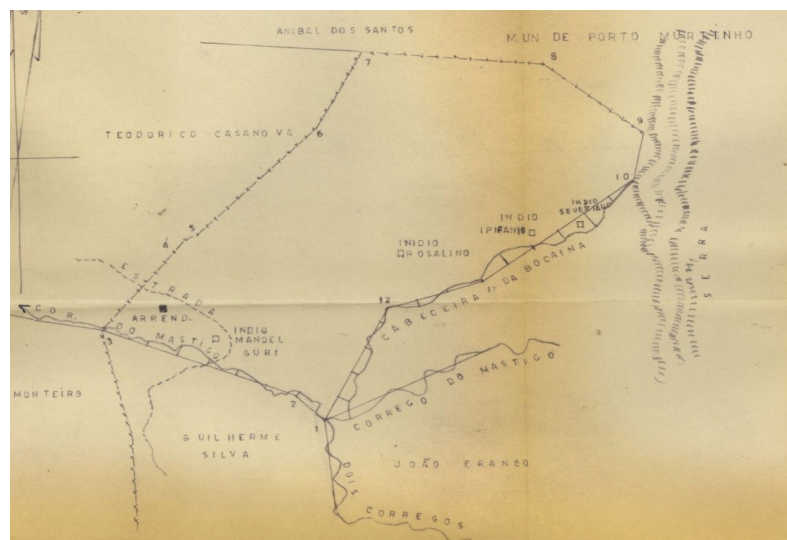
¹²²⁰ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 32.

¹²²¹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 6, p. 52. João Flores afirmou que os fazendeiros eram protegidos por funcionários do SPI para permanecerem na área sem perturbações. Esse ponto é algo que requer um cuidado mais apurado. Para o trabalho do autor, ver FLORES, João. Muita terra para... op. cit., p. 102.

¹²²² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 169-171.

para uma nova reunião na sede, a fim de regularizar em definitivo os contratos entre os dias 01/12 e 15/12¹²²³.

Figura 77: Cercamento do Sr. Waldemar Henriques Martins¹²²⁴



Fonte: M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 52

Nesse contexto de coalizão, em 30/11/1962, os Terena¹²²⁵ da família Fernandes do PI São João¹²²⁶: Manoel Fernandes, Pedro Fernandes, Valério Fernandes e Rosalino Fernandes foram até o PI para relatar ao Encarregado que ao vir do PI Nalique em direção à sua casa, o Rosalino Fernandes atravessou o arrendamento do Waldemar Henriques Martins que cercava a aldeia (vide figura 77). Segundo o indígena, o fazendeiro lhe questionou, perguntando por ordem de quem passava por ali e lhe assegurou que caso passasse outra vez, iria matá-lo¹²²⁷. No mês seguinte, o Inspetor Fernando da Cruz, seguindo as determinações do Diretor, entrou em entendimentos com os fazendeiros, comunicando para o Encarregado do PI São João, em 12/12/1962, que o fazendeiro Felisbino Ximenez seria um porta-voz dos demais fazendeiros e que “o interesse desta Chefia é que reine a paz e tranquilidade entre índios e arrendatários

¹²²³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 41. M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 74.

¹²²⁴ Tamanho de 2.650 hectares, 400 abaixo do mínimo. É possível ver no cercamento a casa do Severiano Silva, hospitalizado ao ser covardemente atacado com arma branca em 1959.

¹²²⁵ Basques Junior traz em seu trabalho a informação de que o Rosalino Fernandes seria Tereno. BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS... op. cit., p. 141.

¹²²⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 29 - Planilha 275, p. 70.

¹²²⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 197, p. 18.

dessa Reserva”¹²²⁸. Todavia, no PI São João, durante aquele mesmo período, eram os fazendeiros quem alegaram receber ameaças dos indígenas para abandonarem o território¹²²⁹, colocando em questão a possível orquestração de indígenas no PI São João para pressionar o órgão ou pressionar os Kadiwéu no contexto de trégua.¹²³⁰

O bloqueio dos novos arrendamentos

Com a saída forçada do Inspetor Fernando da Cruz do cargo¹²³¹, o Inspetor Alísio de Carvalho, em 08/04/1963, após reunir por conta própria com fazendeiros e negociar uma majoração dos preços de 6% para 4,5%, enviou ao Diretor uma nova norma de contrato¹²³², talvez pela insegurança dos fazendeiros, mas que não foi aceita¹²³³. A tentativa pessoal para firmar novos contratos por parte do Inspetor Alísio de Carvalho, com mais de uma centena de fazendeiros, contrariava os Kadiwéu, que tiveram uma boa razão para retomar as campanhas, quando o fazendeiro Lino Miranda tentou cercar a área próxima à aldeia de Tarumã, visando tanto o cadastro do SPI como o controle da região de “Jaguaririca”¹²³⁴, um espaço onde os Kadiwéu criavam seus animais.¹²³⁵

O Inspetor Alísio de Carvalho, em 02/05/1963, foi avisado pelo guerreiro Antônio Mendes que “*alguns indios*” teriam abatido uma rés do PI P. Alves de Barros. A ação era um ato que demonstrava força, bem como desafiava e sinalizava para aquilo que a IR5 deveria esperar caso validasse a expansão da cerca. É importante notar que não foram revelados nomes envolvidos no abate, apesar de estar claro que o guerreiro tentava competir contra uma

¹²²⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 196, p. 75.

¹²²⁹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 268.

¹²³⁰ Ainda não está muito claro como estavam relacionados os Terena Fernandes que viviam no PI São João com os Kadiwéu da aldeia da Campina. Um dos líderes da aldeia ao fim de 1980 e início de 1990, que o antropólogo Jaime Garcia conheceu, chamava-se Marciano Fernandes, que seria, segundo o antropólogo, o Capitão da aldeia à época. É possível que fosse um braço direito ou conselheiro do Capitão na aldeia. Talvez filho de uma Terena com um Kadiwéu. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 32.

¹²³¹ Ver Capítulo 7.

¹²³² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 6-8.

¹²³³ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 233.

¹²³⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 159.

¹²³⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 59.

aldeia aliada do Cap. João Príncipe¹²³⁶. A despeito disso, o caso seria facilmente notado, já que restavam somente 6 bovinos no PI P. Alves de Barros¹²³⁷. De toda forma, a comunicação foi em tom grave, já que o Inspetor tomou a situação com cuidado, pedindo primeiro ao Encarregado para verificar a veracidade e, caso positiva, deveria primeiro reuni-los. Então aconselhá-los e após isso, colocá-los para trabalhar por três dias ou ao seu critério, mas que fosse em benefício dos trabalhos coletivos do PI¹²³⁸, punição do qual, ao cabo, seria mais combustível à subtração de gado¹²³⁹.

Por outro lado, a ação Kadiwéu não interrompeu o cadastramento, que continuava operante em 19/06/1963¹²⁴⁰, denotando que a política do Diretor Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho estava impassível. De fato, todas as vias possíveis para os fazendeiros conseguirem o posto de arrendatários oficiais estava bloqueada pelo Diretor, impulsionado pela força indígena. O Inspetor Alísio de Carvalho respondeu ao Manoel Aureliano da Costa Filho, em 21/08/1963, que não apenas o seu requerimento, como também o de um tal de Dimas Almeida e uma série de outros mais, estavam na dependência da aprovação do Diretor, lhe adiantando que: *“a faculdade de requerer eh assegurada a qualquer cidadão em gozo de seus direitos-constitucionais vg não implicando isto no acabamento favorável da pretensão”*¹²⁴¹. O Inspetor declarou, em outra ocasião, que guardava requerimentos empilhados dos fazendeiros que pediam arrendamentos¹²⁴². Para estes, era preocupante que o Diretor não quisesse validar a sua presença ali, tratando-os efetivamente como intrusos. Assim, a declaração do fazendeiro Felisbino Ximenez ganha grande sentido, pois afirmou que o Diretor nunca procurou entrar em entendimentos, sempre os hostilizando¹²⁴³.

¹²³⁶ De acordo com Clastres, as alianças entre comunidades indígenas não eram perpétuas. Para os indígenas não existem contratos. Quando tais alianças são rompidas, não produzem qualquer escândalo. Faz parte de uma cultura não-ocidental com lógica própria de guerra e relações políticas. Para Clastres, ver CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência... op. cit., p. 194.

¹²³⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 324, p. 192.

¹²³⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 17.

¹²³⁹ Ver SERRA, Ricardo Franco de Almeida. “Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurús e Guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes”, 2 fev. 1803. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 7, 1845, p. 204. Ver também PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 117. Por fim, ver LECZNIESKI, Lisiane K. Estranhos laços... op. cit., p. 52-53.

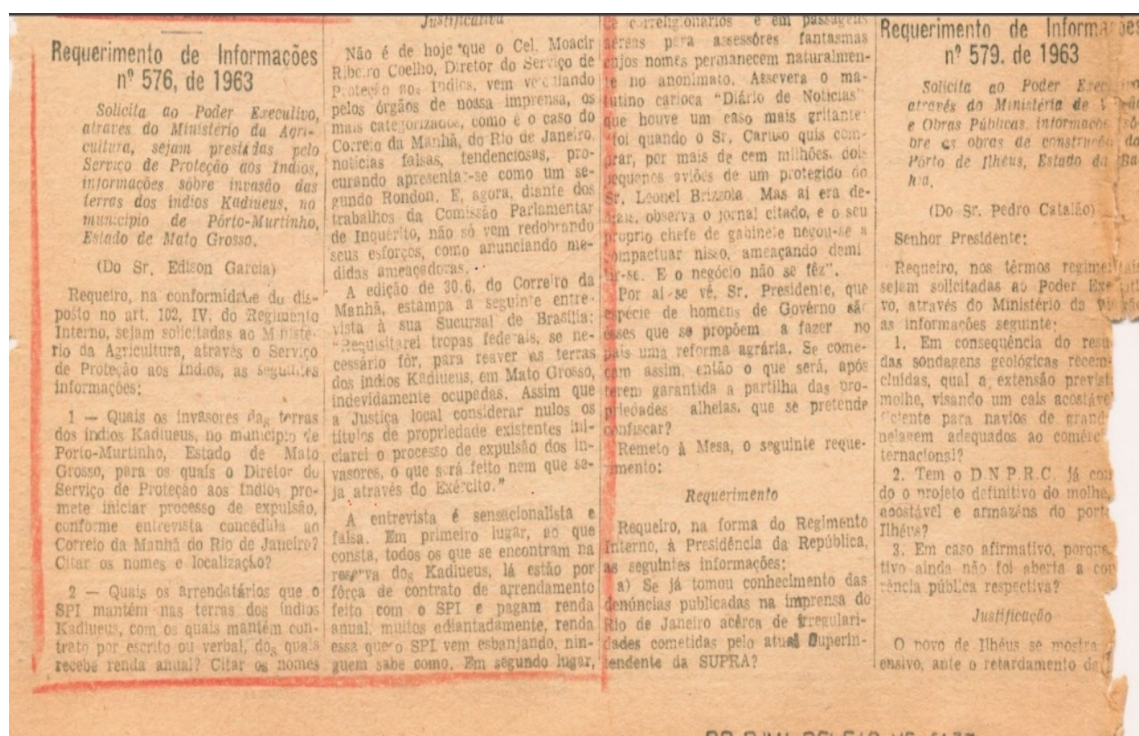
¹²⁴⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu- Caixa 27 - Planilha 254, p. 63.

¹²⁴¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 31 - Planilha 309, p. 101.

¹²⁴² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 236-237.

¹²⁴³ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 268.

Figura 78: Requerimento de informações nº 576 de 1963, pelo Deputado Edison Brito Garcia



Fonte: M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 166.

De fato, o Diretor declarou, em entrevista ao Correio do Amanhã, em 30/06/1963, que utilizaria, caso necessário, as forças armadas para intervir e abrir espaços para que os indígenas pudessem transitar com liberdade pelo território e que aguardava apenas a anulação dos títulos expedidos por MT sobre o território solicitado em janeiro de 1963¹²⁴⁴ para dar cabo. Isto ocasionou a resposta do Deputado Edison Brito Garcia, em 05/07, que fez uso das prerrogativas políticas do cargo para socorrer sua bancada eleitoral, inclusive utilizando-se do Diário do Congresso Nacional. Dessa forma, o Deputado requereu explicações do Ministro da Agricultura e que respondesse suas falsas acusações¹²⁴⁵ (vide figura 78) contra Serventuários, desmentidas pelo Inspetor¹²⁴⁶, mas que, à despeito disso, de pronto foram vinculadas pelo Jornal o Globo no estado da Guanabara¹²⁴⁷. E o Deputado ainda mandou veiculá-las nos jornais de Campo Grande¹²⁴⁸. Quando pressionado pelo Ministro, o Diretor respondeu que era dramática e odiosa as injustiças que vitimavam os Kadiwéu e retoricamente indagou se era

¹²⁴⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 106-107.

¹²⁴⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 19.

¹²⁴⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 41-43.

¹²⁴⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 1.

¹²⁴⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 4, p. 31.

um crime apelar para a Justiça e para o Exército, a fim de reempossar o território a “*esse eterno esbulhado*”¹²⁴⁹.

O reposicionamento indígena

As campanhas de subtração atendiam a múltiplos propósitos. Para os Kadiwéu havia um notável descompasso entre a postura do Diretor com a do Inspetor. E isto seria uma forte justificativa para que continuassem com as campanhas, não contra o Diretor, mas sim contra a administração do Inspetor Alísio de Carvalho, do qual teriam interesse em removê-lo do cargo pelo risco que trazia aos Kadiwéu, Terena e Kinikinau. Além disso, as campanhas também teriam o efeito (e talvez fosse uma de suas intenções) de forçar a presença do Diretor outra vez no território. E, por fim, havia ainda um fator de caráter complexo: ao tempo em que o Diretor era contrário aos fazendeiros, agia para reinvestir os recursos dos arrendamentos numa “*Fazenda Modelo*” para “*abrigar e dar trabalho aos Kadiwéu*”¹²⁵⁰. Esse todo complexo conseguia fornecer para diferentes aldeias Kadiwéu, com posicionamentos políticos próprios, razões para engajarem nas campanhas.

Desse modo, novamente as aldeias foram aderindo, atribuindo-lhe uma vibrante vitalidade e recolocando por inteiro a fragilidade do SPI no território. O Encarregado do PI P. Alves de Barros, na figura de quem representava a autoridade do órgão, comunicou para a IR5, em 06/10 de 1963, que os “*indios, continuação nas suas carneadas, não podendo eu, conter pelo modo deles, agirem, // muito bem armados, Eu fico preocupado com esses malfeitos, o gado esta sobre a minha guarda mas o que eu vou fazer, sou só, e eles superior a mim 100 vezes mais*”. O Encarregado, quem assistia obrigatoriamente perplexo e impotente, enquanto o gado era abatido¹²⁵¹, rogou: “*Espero a vossa determinação nesse sentido.*”¹²⁵². Na mesma ocasião, o Encarregado redigiu a mão o nome de alguns indígenas e quais armamentos

¹²⁴⁹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 176.

¹²⁴⁹ Isto contradiz a perspectiva de João Flores, para quem os serventuários do SPI eram favoráveis aos arrendamentos para obterem lucros e aproveitar as terras. Para o trabalho do autor, ver FLORES, João. Muita terra para... op. cit., p. 81.

¹²⁵⁰ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 171.

¹²⁵¹ É possível que no entretempo de 5 meses o PI P. Alves de Barros tenha adquirido mais reses. O que por sua vez foi aproveitado pelos Kadiwéu para tornar a reduzir o volume drasticamente do PI.

¹²⁵² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 183, p. 9.

portavam naquele PI (vide figura 79). E com a queda forçada do Diretor, Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho do cargo, em 17/10/1963¹²⁵³, os Kadiwéu redobram a intensidade de suas campanhas, à ponto de provocar questionamentos no Encarregado. Em 23/10/1963, ao retornar ao território, após permanecer na sede da IR5, informou que: *“índios, roubaram diversas rezes, do SPI e continuam nas suas carneadas, agora já não só uma, mas duas de cada vez”*. Ao refletir sobre, concluiu que era: *“somente por absoluta malvades, eu não acredito que seja por necessidade ou fome, porque eles, em toda carneada deixam um pouco de carne a perder, e independente disso ah, nesta região muita caça”*¹²⁵⁴. O consumo de carne necessário era tamanho que os Kadiwéu não conseguiam devorar completamente.

O relato do Encarregado põe em relevo dois pontos importantes: o saque gradativo e o saque impetuoso. O saque gradativo prolongava uma “sangria” estratégica do SPI, servindo ao propósito de criar períodos mais longos para negociações com o órgão por meio de ações paulatinas com intensidade para exercer pressão. Mas o reporte do Encarregado foi claro ao assinalar que naquele momento tomou espaço o saque impetuoso. Tanto um quanto o outro eliminava e desarticulava os planos de uma “Fazenda Kadiwéu”. Mas o saque impetuoso era premido por circunstâncias. Ou seja, houve a necessidade de reposicionamento pelos Kadiwéu, porque dois Serventuários adeptos foram apeados do cargo. Assim, o saque impetuoso tinha por principal função reduzir completamente o poder do Encarregado à mera ficção. E ao fazer isso, expuseram aos fazendeiros em seu território que os Kadiwéu eram indígenas armados, do qual agiam à revelia daquela figura que representasse o poder do SPI (Estado Brasileiro) ali, o que, ao cabo, deveria inspirar terror e insegurança generalizados. Dessa maneira, o saque impetuoso também deslocava o eixo de poder no território, de forma temporária ou não.

¹²⁵³ Ver Capítulo 7.

¹²⁵⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 183, p. 8.

Figura 79: “Índios e suas armas”

Índios e suas armas		
1) João Barbosa	—	Carabina d. 44
2) João Matheus	—	Fuzil
3) Severiano Matheus	—	Fuzil - vol-cl. 32
4) Antônio Farias	—	Fuzil - vol-cl. 32
5) Antônio Pereira	—	Fuzil (32)
6) Onorato Guimarães	—	vol-cl. 44
7) Antônio Monck	—	vol-cl. 38 - Carabina e Fuzil
8) Carmelito dos Santos	—	Fuzil
9) Ilacio Paustino	—	Mosquetão
10) Valentin Marcelino (carneiro)	—	Mosquetão
11) Seu filho	—	vol-cl. 38
12) Capatazinho	—	Carabina
13) Thomas Soares	—	(2) Mosquetão
14) Emanuel Duro	—	Mosquetão
15) Pedro Rufino	—	vol-cl. 38
16) Davi Matheus	—	" - 32
17) João de Barros	—	Mosquetão de Pisto
18) Emilio Caranova	—	vol-cl. 38
19) Angelo Caranova	—	Garrafa 22
20) Joaquim Mariano	—	" 22
21) Edelberto Rocha	—	vol-cl. 22
22) Rafael Pedroso	—	Carabina 44
23) Diogo Rafael	—	vol-cl. 32
24) Estanislau Destolins	—	Mosquetão
25) Removaldo Farias (negundo)	—	vol-cl. 32
26) João Golimbo	—	vol-cl. 32
27) Antônio Libório	—	arma 44
28) Antônio Neto	—	vol-cl. 22
29) Eliseu Gertegor (barana)	—	Carabina d. 44
30) Filho do Barana (4)	—	Fuzil
31) Américo	—	Fuzil
32) Alípio Cardoso	—	Mosquetão
33) Alfredo (civilizado)	—	Garrafa cl. 22
34) João Frazão	—	vol-cl. 38
35) Renato Silva	—	" " 38
36) Esmail Bento Medeira	—	" " 38
37) Angelo Marques	—	Garrafa cl. 22
38) Jansen Moreira	—	vol-cl. 38
39) Alfredo Torres (Mosquetão sem saber o tipo)	—	
40) João Afajã (chuveiro) de arma	—	Carabina
41) Orlando de Tal	—	"

Fonte: M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 183, p. 10-11.

O aspecto do embate foi retomado no parecer do Encarregado, que assim concluiu no reporte à IR5: “Só ah, um meio para evitar-se tudo isso, é com o desarmamento// geral e completo, de todos os índios”¹²⁵⁵. Ora, desnecessário dizer que isto jamais foi alcançado pelo SPI ao longo de toda a história, apesar das diversas tentativas. Na verdade, ao menos desde 1940, os Kadiwéu entregavam armas para o SPI, mas o arsenal nunca esgotou, a ponto de já em 07/07/1967, o Inspetor entrar em contato com a Delegacia Regional (do qual estava inteiramente ciente sobre os Kadiwéu utilizarem armas de cano longo) para explicitar a

¹²⁵⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 183, p. 8.

ameaça trazida com as armas modernas que estavam circulando entre eles¹²⁵⁶, solicitando dois policiais para recolherem por trazer grande risco¹²⁵⁷. E dois meses depois, em 14/08/1967, o Inspetor constatou, embasbacado, que adquiriam muito facilmente as munições e armas de comerciantes legalmente licenciados em Aquidauana, Miranda, Taunay e Duque Estrada¹²⁵⁸.

Com o poder incontestado empregado nas campanhas de subtração de gado, os Kadiwéu obtiveram resultados nem sempre satisfatórios. O primeiro era que o novo Diretor¹²⁵⁹ fez saber pelo Inspetor Alísio de Carvalho, em 21/11/1963, que celebraria novos contratos¹²⁶⁰ identificando 37 fazendeiros¹²⁶¹. Mas isto era impulsionado pelo fato de que fazendeiros que assinaram em 1961 não pagavam nada ao SPI, a exemplo dos fazendeiros Antônio Martins¹²⁶² e Evaristo Ferreira dos Santos¹²⁶³. Por outro lado, o Inspetor Alísio de Carvalho retrocedeu na autorização para que um fazendeiro erguesse cercas próximas ao PI São João, em 28/11/1963¹²⁶⁴.

6.3 Permanente mobilização

Neste subcapítulo analisamos o contexto dos novos arrendamentos celebrados pelo SPI com os fazendeiros e as respostas Kadiwéu, Terena e Kinikinau, dando relevo a situação conflituosa no território e fora dele, bem como os ganhos indígenas.

¹²⁵⁶ Interessante notar a semelhança entre o Inspetor nos anos 1960, com o relato do militar lusitano Candido Xavier de Almeida e Souza, em 1800, quem temia as toldeiras porque com sua “altiveza indomável”, acampavam nas proximidades dos estabelecimentos militares portugueses, assim como nos fortes espanhóis, em total independência e com destro uso no manuseio de armas de fogo. ALMEIDA E SOUZA, Candido Xavier de. “Descrição diária dos progressos da expedição destinada à capitania de São Paulo para fronteiras do Paraguai, em 9 de outubro de 1800”. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 202, 1949, p. 76.

¹²⁵⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 31 - Planilha 300, p. 1.

¹²⁵⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 299, p. 111.

¹²⁵⁹ Da administração do Diretor Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho para a do Diretor Sr. Noel Nutels, passou somente um mês. Ver FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org). Memória do SPI... op. cit., p. 139.

¹²⁶⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 150.

¹²⁶¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 31 - Planilha 303, p. 3.

¹²⁶² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 9.

¹²⁶³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 31.

¹²⁶⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 197, p. 98.

Do embate interno ao conflito externo

Os conflitos no PI São João prosseguiram, sem arrefecimento. Em algum momento antes de 07/12/1963, o Kinikinau Fidélis Anastácio, cuja atuação era intensa no PI São João, foi transferido pela IR5 para o PI Vanuire, em S.P.¹²⁶⁵, em cumprimento de “*pena disciplinar*”¹²⁶⁶. E em 27/01/1964, o Inspetor Alísio de Carvalho comunicou ao Diretor que o “*índio Valeri[o] Fernand[es] vg Posto São João*” foi “*atingido por bala vitima civilizado*” e que seguiria “*dia 28 região fim averiguar detalhes et tomar providências pt solicito homologação vg ordem serviço justificar viagem [...]*”¹²⁶⁷. Se o cenário permanecia conflituoso e violento, as ações da IR5 in loco, poderiam desestimular a repetição de tais acontecimentos. A IR5 tratou o caso como “*atentado sofrido pelo índio Valeri[o] Fernand[es]*”¹²⁶⁸. Ou seja, uma tentativa deliberada de assassinato, que foi malograda, pois em 08/02/1964, o Agente Alvarenga Soares reportou a apreensão do Revólver Smith 38 e uma faca pertencente ao sujeito de nome Cirilo da Cruz, que atingiu o indígena na perna esquerda¹²⁶⁹, acompanhado na ocasião por dois policiais¹²⁷⁰ Majores¹²⁷¹. A presença das autoridades reforçava as intensões do SPI em celebrar novos contratos de arrendamentos a partir da IR5, recebendo novos modelos em 23/06 de 1964¹²⁷².

Mas em realidade, a região ao entorno do território Kadiwéu foi mergulhada num ambiente de guerra. Em 10/10/1964 o Kadiwéu Antônio Costa, conhecido entre os seus como o “*Caçador*”¹²⁷³, foi assassinado no Retiro do Largão, localizado na Fazenda da Bodoquena, pelo capataz da mesma, de nome Baldomero de tal, possivelmente o mesmo que foi preso e impedido de fazer posse na “Terra Fofa” pelos Kadiwéu no mês de novembro de 1962¹²⁷⁴. O

¹²⁶⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 197, p. 44-45.

¹²⁶⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 194, p. 111.

¹²⁶⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 196, p. 99.

¹²⁶⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 196, p. 102.

¹²⁶⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 194, p. 126.

¹²⁷⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 186, p. 95.

¹²⁷¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 261, p. 40.

¹²⁷² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Diretoria - Caixa 32 - Planilha 317, p. 4.

¹²⁷³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 28 - Planilha 266, p. 168.

¹²⁷⁴ Ver Capítulo 7.

Kadiwéu foi assassinado em companhia do parente Adriano Costa e dos Capitães Severiano Matchúa e Otávio Matchúa¹²⁷⁵. O caso ainda é obscuro. Em 1954, a Fazenda da Bodoquena S/A firmou tratativas verbais com o SPI para a passagem dos Kadiwéu por suas terras. Mas, terminantemente, a fazenda ressaltou que deveriam ater somente aos caminhos abertos para tal, que não seria tolerável a sua permanência na sede da fazenda e nem em qualquer outro retiro. Tal situação, apontava para o contexto de desconfianças e temor que os Kadiwéu inspiravam¹²⁷⁶. O Retiro do Largão era passagem obrigatória que ligava o PI P. Alves de Barros por uma estrada até a malha ferroviária que passava primeiramente por Xatelodo e após isso pela Fazenda da Bodoquena e então pela Fazenda Francesa¹²⁷⁷. Esta última em 16/03/1960, havia imposto proibições aos Kadiwéu para que não transitassem na estrada para alcançar Guaicurús, por razões não esclarecidas¹²⁷⁸. Já os inimigos de Xatelodo disputavam contra os Kadiwéu¹²⁷⁹. Além disso, funcionários da Fazenda da Bodoquena foram desarmados por forças policiais solicitadas pelo Inspetor Fernando da Cruz, no início de 1963, o que resultou em queixas e insatisfações contra à IR5¹²⁸⁰. O caso é notável porque este foi o único Kadiwéu assassinado por não-indígenas, conforme a documentação, e que teria ocorrido exatamente fora do território. Aparentemente, os Kadiwéu foram emboscados na Fazenda da Bodoquena S/A.

Novos contratos de arrendamentos: reajustando a precisão do alvo

Enquanto a política do novo Diretor ganhava forma, os Kadiwéu sustentaram as campanhas de subtração de gado em oposição aos novos arrendamentos e aos avanços sobre as aldeias, mas readaptando-as e incorporando alvos particulares estratégicos. Na agenda do Inspetor Martins Pedrosa em 20/11/1964, consta que o “*Sr. Ambrosio Oligario de [Lima]*”:

¹²⁷⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 288, p. 70.

¹²⁷⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 31 - Planilha 310, p. 62.

¹²⁷⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 180, p. 188-191.

¹²⁷⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 31 - Planilha 308, p. 208-209.

¹²⁷⁹ Ver Capítulo 3.

¹²⁸⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 28 - Planilha 271, p. 83.

pede preferencia de uma vaga – para o sr. Carlos Ney Garcez de Lima [?]”¹²⁸¹. O primeiro nome citado faz referência a um fazendeiro que arrendava uma área de 10.377 hectares¹²⁸² e atuava como intermediador, arrumando vagas para outros fazendeiros. Em 01/12/1964 há novos contratos assinados¹²⁸³, enquanto continuavam a avançar por meio das determinações do Inspetor, quem deu autorização ao fazendeiro Eloy Gomes Chaves, em 11/12/1964, “*para fazer cêrca em 800 hectares de terras, dentro dos limites estabelecidos pelo Encarregado do Posto Indígena “Nalique”*”¹²⁸⁴. As proporções do arrendamento sugerem que o Inspetor balançava entre o “aproveitamento econômico do território”, por um lado, e, por outro, a oposição indígena crescente. Estes últimos, em 20/12/1964, por meio de uma coalizão Kadiwéu-Terena manifestaram formalmente, por carta à IR5, a sua contrariedade, afirmando que já havia arrendamentos demais e que os Kadiwéu tinham razões inteiramente justificáveis para impedir o avanço por meio do abate ao gado¹²⁸⁵. Após a advertência, em janeiro de 1965, os Kadiwéu já estavam desde algum momento lançando saques no PI Nalique que, reagindo com mãos de ferro, o Encarregado reportou: “*encluzive estou com um índio por nome Raul*”, que era possivelmente Tereno¹²⁸⁶, “*Prezo neste posto Para trabalhar dois meses para pagar uma vaca que comeu no campo.*”¹²⁸⁷. À prisão do Tereno Raul em Nalique, seguiu um ataque ao fazendeiro que intermediava novas vagas junto ao SPI. Em 15/02/1965, os guerreiros João Barbosa, Lorêncio, Carcidio Marcolino, Antônio Guasca, Crespim Pereira, Olario Fostino, Candido Timório, Francisco Fernandes, Vicente Dionizio, Alfredo Chuvarada e Duardo Dino, quase todos da aldeia da Campina (Kadiwéu reputados entre as demais aldeias como exímios cultivadores de roças¹²⁸⁸ e que até tinham moenda de engenho em 1953¹²⁸⁹) e da aldeia Pé-de-

¹²⁸¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 49 - Planilha 331 - Item 05, p. 2.

¹²⁸² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 258, p. 447.

¹²⁸³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 30 - Planilha 284, p. 94-96.

¹²⁸⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 165, p. 70.

¹²⁸⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 59.

¹²⁸⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 185, p. 20.

¹²⁸⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 162, p. 8.

¹²⁸⁸ De acordo com Pechincha, o cultivo das roças era um trabalho masculino. Contudo, eram poucos que possuíam, mais notadamente os Terena. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 68. A antropóloga permaneceu na aldeia Pé-de-serra, e por conta disso, não esteve na aldeia da Campina. Todavia, Jaime Garcia lá esteve e conheceu uma liderança chamada Marciano Fernandes, cuja fama reputada pelos Kadiwéu eram duas: 1) ser aquele quem realizava as plantações mais extensivas (assim como toda a aldeia de modo geral); 2) ter matado inúmeros invasores não-indígenas do território. A aldeia da Campina, ao que tudo indica, permaneceu relativamente isolada e ainda continuava ao tempo do antropólogo, do qual afirmou que até

Serra (que era liderada pelo Cap. João Príncipe), ambas no PI P. Alves de Barros e distando 6 km uma da outra¹²⁹⁰, com guerreiros da aldeia da Tomázia¹²⁹¹ e da aldeia de Nalique¹²⁹², abateram 8 vacas do fazendeiro Ambrósio Olegário de Lima¹²⁹³. O ataque, como previsto pelos Kadiwéu, teve repercussão imediata e requereu soluções no mesmo dia. De tamanha gravidade, a IR5, em caráter de urgência, reportou diretamente para o Diretor: “*Comunico-vos arrendatarios reserva Kadiuéos apresentaram queixa esta inspetoria contra roubo gado et carneadas feito pelos indios do P.I Alves Barros pt solicito autorização agente Alaor Floravanti Duarte viajar referida reserva fim verificar ocorrido [...]*”¹²⁹⁴.

O saque ao gado do fazendeiro intermediador foi cuidadosamente articulado por parte dos Kadiwéu e Terena¹²⁹⁵. O Agente Alaor F. Duarte, em 03/03/1965, colheu o depoimento do Tereno Donato Silva. Na ocasião o Encarregado do PI P. Alves de Barros não estava no PI e como o Tereno estava ali empregado desde 1963¹²⁹⁶, foi confiado a tomar conta da casa. Nessas condições, o capataz do Ambrósio Olegário de Lima pediu permissão para pernoitar com a boiada no curral do PI. No dia seguinte o capataz rumou sentido a Estação Guaicurus, com o guerreiro João Barbosa¹²⁹⁷ acompanhando a boiada, até que ao chegarem próximo à

então não havia assistência da FUNAI. A reputação pela morte de vários invasores sugere que era um cativo que ascendeu ao posto por méritos guerreiros. Sobre isso, o antropólogo ouviu dos demais Kadiwéu que a maioria dos membros da aldeia da Campina eram descendentes de cativos. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 32, 128.

¹²⁸⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 180, p. 5-6.

¹²⁹⁰ SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 6.

¹²⁹¹ De acordo com Maria Duran em pesquisa de campo defendida em 2017, o Alfredo Xuvarada seria da aldeia da Tomázia, ver DURAN. Maria Raquel da Cruz. Padrões que... op. cit., p. 38. O guerreiro foi entrevistado por Jaime Garcia ao fim de 1980 e início de 1990, já habitando a aldeia de Pé-de-Serra, tido entre seu povo como habilidoso nos trabalhos com metais, mas que precisou abandonar pela perda da visão. Na época, era um dos mais idosos da aldeia. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 27.

¹²⁹² Os guerreiros João Barbosa e Antônio Guasca eram parentes e da aldeia de Nalique, ver RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 202.

¹²⁹³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 161, p. 42.

¹²⁹⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 261, p. 22.

¹²⁹⁵ Maria Duran ouviu dos Kadiwéu em 2015 que antes de atacarem, estudavam o inimigo, acompanhando a sua rotina, fraquezas e posição, ver DURAN. Maria Raquel da Cruz. Padrões que... op. cit., p. 196.

¹²⁹⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 181, p. 64. Pago pela renda indígena com um salário de Cr\$: 10.000,00 mensais.

¹²⁹⁷ De acordo com Basques Junior, o João Barbosa seria de origem Terena, mas não está claro se era Tereno ou sua mãe era Terena. O que levaria a cogitar que seu pai seria um Kadiwéu. BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS... op. cit., p. 59.

aldeia da Campina, “*não se sabe porque o gado estourou*” e o “*João Barbosa sumiu*”, denotando o ato de sabotagem. De fato, só após chegar ao destino que o capataz deu falta de 8 vacas e com isso retornou ao PI P. Alves de Barros, que ao procurar por horas sem êxito, pediu ajuda aos indígenas Donato Silva, Maurilio e ao Capitão Liberdito Rocha¹²⁹⁸, que supostamente trabalhavam na roça do PI, à beira da estrada por onde correriam os animais e por onde viram duas vacas retornarem sem que ninguém as estivesse tocando. Ao chegarem ao curral, o Tereno Donato Silva identificou rastros de cavaleiros e de pronto aconselhou ao capataz procurar ao Cap. João Príncipe, que estaria “*no serviço do Sr. Lino Miranda*”, ninguém menos do que o fazendeiro que em 1963 tentou incorporar uma área próxima à aldeia de Tarumã. Foram ambos para lá, mas à certa altura, por razões desconhecidas, o Tereno Donato Silva seguiu sozinho, enquanto o capataz ficou aguardando em algum ponto do caminho, sendo impossível confirmar a veracidade da localidade em que estava o Cap. João Príncipe. Na verdade, o Capitão que estaria ocupado no serviço do fazendeiro, deixou facilmente os afazeres e seguiu junto ao Donato Silva para onde estava o capataz. Então, exatamente quando reuniram os três, todos ouviram “*latidos de cães e gritos de pessoas que iscavam os cachorros e tiros em uma capoeira visinha*”. Assim, o Cap. João Príncipe determinou que o capataz voltasse com o Tereno Donato Silva para o PI, enquanto ele seguiria para verificar o que era aquele barulho. Quando o Cap. João Príncipe retornou ao PI, segundo o depoimento do Donato Silva, comunicou que foi ameaçado e por isso não teve chances de verificar quem eram as pessoas que estavam no local, nem animais mortos, mas reconheceu a voz do Antônio Guasca e do João Barbosa. Já no depoimento do próprio Capitão para o Agente do SPI, quando aproximou do local em que os cães latiam, teria dito para que “*não atirassem mais e que o dono das rezes estava ali*”, o que em resposta “*lhe disseram para não encostar, porque podia ser baleado e que já tinham matado as rezes e matavam também o dono das mesmas*”. Ora, isto foi uma clara ameaça de morte, não ao Cap. João Príncipe, nem ao capataz, mas ao fazendeiro Ambrósio Olegário de Lima, sofisticadamente sublimada na forma como os Terena e Kadiwéu construíram o enredo para apresentar ao SPI. Vejam que o Cap. João Príncipe exclamou dando a entender que ele era o dono das reses abatidas e falando em português, ao invés de apresentar sua pessoa como um Capitão e gritado no idioma Kadiwéu. E por meio de tal artifício, alegou a ameaça à distância, de modo que não pôde ver quem eram os indígenas e nem gado abatido, já que a mata o

¹²⁹⁸ Ibidem, p. 134.

separava da situação. O fato de ter alegado reconhecer a voz de dois Kadiwéu não seria indício suficiente para que o SPI pudesse culpar os suspeitos pelo ataque¹²⁹⁹.

Nos depoimentos, os Kadiwéu e Terena confundiram efetivamente as apurações do SPI, e continuaram a acompanhar o capataz quando retornaram para o PI P. Alves de Barros, cuidando para não permitir que os autores do ataque fossem vistos, nem que o SPI suspeitasse de que estivessem desinteressados em colaborar. Quando subiam a serra, o Cap. João Príncipe, o Tereno Donato Silva e o capataz, sem maiores detalhes nem explicações, encontraram uma vaca já ferida com quatro tiros em diferentes partes, que tempo depois foi levada para o PI Nalique, mas suspenderam as buscas devido ao horário supostamente. No dia seguinte, foram apenas os indígenas Donato, Maurilio e o Capitão Liberdito Rocha em busca das vacas, até que numa capoeira próxima à aldeia da Campina, encontram duas vacas carneadas e mais rastros, mas que devido às chuvas, supostamente impediram a localização, com o suposto agravo de que a hora também estava avançada. De tal modo que o resultado eram 5 vacas mortas e uma ferida, mas nenhum indígena visto atirando no gado e nem o comendo em banquete. O Cap. João Príncipe, em seu depoimento afirmou que a sua esposa teria visto o guerreiro João Barbosa e o Cacildo Marcolino passarem pelo PI tocando duas vacas, mas os Kadiwéu também tinham e criavam gado. O Agente chegou a interrogar o guerreiro Antônio Guasca, que de forma sintética: *“disse que só dirigira para a região após ouvir tiros e que quem dera os tiros nas vacas mortas abaixo do posto Alves de Barros, foi o índio [Cap.] Pedro Rufino”*¹³⁰⁰. Se o guerreiro chegou à região apenas quando os tiros já foram disparados, então como foram dados pelo Cap. Pedro Rufino¹³⁰¹ quando ele não estava lá? Na prática, o resultado apresentado pelo agente foi: *“Apurei que foram desviadas oito rézes do Sr. Ambrozio Olegario de Lima [...] Sugiro pois que o Serviço de Proteção aos Índios indenize essas rézes [...]”*¹³⁰². Não há sentenças nem pedido de punição para os Kadiwéu, mas prejuízo a arcar pelo órgão e ameaça de morte ao fazendeiro intermediador que

¹²⁹⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 190, p. 60-63.

¹³⁰⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 190, p. 63.

¹³⁰¹ No depoimento colhido por Ribeiro de um “nobre” da família Matchúa da aldeia de Nalique, o Antônio Guasca aparenta ser um cativo do Cap. Pedro Rufino. E ambos mataram um xamã naquela aldeia juntos. O xamã procurava conflito, afirmando que lançou feitiços para matar a muitos, inclusive crianças, desafiando o Antônio Guasca. O Cap. Pedro Rufino tomou seu cativo pelo braço e o levantou para partirem. Então o xamã disparou com revólver atingindo o pé do Capitão. Após isso, o guerreiro Antônio Guasca disparou com sua arma, talvez uma Winchester, quebrando a bacia do xamã ao meio com o tiro que a transpassou, enquanto o Capitão encostou o seu fuzil na testa do xamã e lhe disse para abrir os olhos. RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 202.

¹³⁰² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 190, p. 61-63.

o SPI tomou conhecimento. Os Kadiwéu demonstraram para o SPI e para o fazendeiro que tinham informações sobre quem eram e o que estavam fazendo, tanto os Inspetores como fazendeiros. Dispondo da perícia necessária para ações cirúrgicas que deixavam jurados de morte por meio de ações convincentes. O prejuízo dos bovinos aparentemente foi alto, já que ainda em 03/09/1965 o SPI não havia arcado com os bovinos do fazendeiro, que esteve na sede da IR5 para requerer solução, sendo o assunto remetido ao Diretor¹³⁰³.

Ganhos no PI São João

Os Kadiwéu tiveram sucesso em impedir o avanço dos arrendamentos sobre as aldeias, ainda que os novos arrendamentos fossem celebrados e obtiveram do SPI que os cercamentos no PI São João contra os Terena e Kinikinau também retrocedessem. Em 07/11/1965, o Inspetor solicitou ao Setor Jurídico do SPI a restrição ou cancelamento dos arrendamentos que estivessem próximos das aldeias e dos PI¹³⁰⁴. Todavia, é possível que os fazendeiros tenham retaliado. Em 23/07/1966, no mesmo trajeto entre o PI P. Alves de Barros até a Estação Guaicurús, em que foi assassinado o Kadiwéu Antônio Costa (o Caçador), também foi esfaqueado o Tereno Donato Silva, que permaneceu hospitalizado. O caso foi levado ao Delegado Gal. João Pedro Gay. Porém, o que há de mais perturbador é que o crime foi testemunhado pelo fazendeiro Diógenes Ajala¹³⁰⁵, o mesmo sujeito que esteve como testemunha ocular quando o Tereno Faustino de Souza foi covardemente assassinado em 1962. Além disso, o Encarregado do PI P. Alves de Barros Oscar F. de Oliveira, abandonou o seu PI em algum momento por volta de 08/07/1966, sob alegação de que estava ameaçado de morte pelo mesmo Sr. Diógenes Ajala¹³⁰⁶. E ainda que os Encarregados trabalhassem armados¹³⁰⁷ e o SPI lhe desse garantias de vida, o Encarregado declarou: “*não confiar proteção dada por funcionários spi e que ninguém livraria seu corpo ser furado por balas*”¹³⁰⁸. A apuração do SPI concluiu que a alegação seria improcedente, mas isto pouco

¹³⁰³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 257, p. 86.

¹³⁰⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 324, p. 162-163.

¹³⁰⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 191, p. 8.

¹³⁰⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 160, p. 2.

¹³⁰⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 160, p. 3.

importava, já que Serventuário foi exonerado pelo General que ocupava a cadeira da Presidência da República naqueles anos¹³⁰⁹.

Apesar disso, a luta no PI São João prosseguia determinada e sem embaraços. Aproveitando-se da nova conjuntura, uma liderança no PI São João reuniu alguns indígenas e, durante a celebração de um almoço, aproveitou a ocasião para confrontar os fazendeiros. Assim, o Tereno Emilio Gois, que à época ocupava o cargo de Encarregado daquele PI, em 07/08/1966, reportou para a IR5:

Venho lhe comunicando sobre o nosso movimento deste Posto que no dia 6 do 8 eu arrecebir uma queicha do dito amtoninho Pires Conforme o Capitão Pedro Fernande veio queichando um almosso que ele feis no dia 5 do corrente meis emtão ele avançando no acampamento do índio emtão paçou a queimar o rancho do índio que estava trabalhador Assim que peço tomar providemcia sobre este causo que eu nada poço aresorver Assim que eu espero p tomar providencia enquanto ontem Sem mais asunto¹³¹⁰

O tal do “Antoninho” Pires, quem estava instalado clandestinamente desde 1962, no cercamento do fazendeiro João Franco¹³¹¹, ateou fogo na plantação do Cap. de Ald. Pedro Fernandes, que liderava a aldeia Dois Córregos, no PI São João¹³¹², e que estava trabalhando durante o ocorrido, mas foi certamente informado ou deduziu que foi o fazendeiro. Seja como for, estava instalada a disputa por espaços do qual a plantação foi erguida intencionalmente pelos indígenas para demarcarem a ocupação contra o sujeito, num ato impositivo. O Agente Alvarenga Soares, quando esteve entre os indígenas para ouvir-lhes as reclamações sobre esse caso, reportou para a IR5 que o tal “Antoninho” Pires queimou as plantações e fazia ameaças, sendo indivíduo perigoso. Assim, o Agente rogou à IR5 para que: *“tome as providencias a fim de evitar futuros aborrecimentos e salvarguardar os nossos indios dos malvados gananciosos civilizados, que só procuram hostiliza-los com o proposito de expulsa-los de suas terras”*¹³¹³. Com isso, em algum momento entre 08/09 e 28/09 de 1966, o SPI solicitou ao Delegado da Sub-regional de MT, o Sr. General João Pedro Guey, para que, com força de polícia, expulsasse o Antônio Pires de Lima do território Kadiwéu. O pedido foi recusado, ainda que

¹³⁰⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 160, p. 7.

¹³⁰⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 29 - Planilha 273, p. 98-99.

¹³¹⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 197, p. 156.

¹³¹¹ Vide figura 74.

¹³¹² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 197, p. 11.

¹³¹³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 259, p. 17.

os indígenas estivessem sob ameaça de morte e que fosse um pedido direto do órgão de Estado. A alegação do Delegado era a de que o SPI teria que recorrer judicialmente porque o João Franco o colocou ali¹³¹⁴. Ora, esse não foi o único caso em que o referido Delegado em questão procedeu com tal postura. No mês anterior e no PI São João, em 31/08/1966, um fazendeiro de nome Noel de Souza disparou com o revólver que comercializou ou permutou com o indígena Irineu Moreira, atingindo o fazendeiro Gildo Machado na perna, matando a mula em que ia montado, mas o objetivo era alvejar ao Kinikinau Ângelo Marques, que atuava naquele PI. Ao fugir para a Cidade de Jardim, revelando com isso o medo de represálias, por lá foi preso¹³¹⁵, mas logo solto pelo mesmo Delegado, já em 01/09/1966, retendo o revólver que pertenceu ao indígena Irineu Moreira, do qual o Agente tentou reaver¹³¹⁶. Mediante o descaso da Polícia ao sul de MT, em 04/11/1966, a IR5 enviou um comunicado para o João Franco: “*Comunico-vos, que deveis providenciar urgente a retirada do Sr. Antoninho Pires de Lima da vossa area arrendada na Reserva dos Kadiuwéos, uma vês que vem o mesmo vem prejudicando os indios na referida Reserva.*”¹³¹⁷. O João Franco assinou o referido documento como estando ciente da ordem¹³¹⁸.

Apesar de os indígenas da aldeia Dois Córregos terem arrancado do SPI toda a área de 2.650 hectares antes arrendada ao Waldemar Henrique Martins¹³¹⁹, houve, por alguma razão, um conflito entre eles, em que foram mortos o Epifânio Silva e o Pedro Fernandes, enquanto o ancião Manoel Fernandes sobreviveu com ferimentos¹³²⁰. A despeito disso, os ganhos indígenas estavam consolidados, já que em 29/03/1967, a IR5 e o Diretor recusavam arrendar

¹³¹⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 82.

¹³¹⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 254, p. 56.

¹³¹⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 254, p. 80.

¹³¹⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 258, p. 450. Segundo Ribeiro, o SPI lutava para obter o apoio do Governo Federal para se impor contra os potentados locais do interior, sendo comum que delegados se recusassem a prender assassinos de indígenas. RIBEIRO, Darcy. *A política...* op. cit., p. 33-34.

¹³¹⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 259, p. 21. Em pesquisa de campo (2016-2020) o antropólogo Basques Junior encontrou um fazendeiro tributário que lhe ofereceu a oportunidade para conhecer o “Antoninho”, que teria àquela altura mais 50 anos (segundo o fazendeiro) de acordo e parceria com os Kadiwéu. O “Antoninho”, segundo a descrição, foi incorporado como tributário, comparecendo as festas Kadiwéu, doando reses para abates e até ganhou um nome indígena. Mas curiosamente, o tal fazendeiro que faria a conexão não retornou o contato. BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS... op. cit., p. 162-163.

¹³¹⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 324, p. 162-163.

¹³²⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 14.

áreas próximas às aldeias e PI¹³²¹. Na verdade, continuou a aumentar para os indígenas, quando em 10/06/1967, o SPI incorporou por inteiro à área do PI Nalique um local chamado de “Morro do Joelho”¹³²².

O estado de permanente mobilização

A presente pesquisa não encontrou registros sobre novas campanhas de saque ao gado. Talvez porque os Kadiwéu deixaram claro para o SPI os riscos, repousando como uma forma de sombra preocupante. O antropólogo Ney Land, ao visitar o PI P. Alves de Barros, sob trabalhos do CNPI, em 25/09/1966, colheu informações sobre “*O gado dos arrendatários invade e devora as roças dos índios que se vêm obrigados a matar o gado, criando aí, as desavenças existentes*”. E mais a diante, um Kadiwéu da aldeia da Campina lhe declarou que: “*Não queremos trabaia pra engordá gado du civilizado. Farta arami pra separá*”, o que seria a razão do porquê “*Os índios plantam muito pouco*”¹³²³. Os Kadiwéu da aldeia da Campina adquiriam renda própria com suas colheitas¹³²⁴, tendo em 1962 plantado 20 hectares em terra de capoeira e mais 10 hectares em roças de mata alta com milho, mandioca, cana e batata¹³²⁵. Portanto, para o antropólogo, os Kadiwéu da aldeia da Campina lhe manifestaram a advertência de que atacavam e atacariam caso o gado ocupasse as zonas próximas às aldeias e com isso, mantinham as campanhas em um estado de permanente mobilização¹³²⁶. Mais do que isso, é notável que os Kadiwéu da aldeia da Campina, que apesar de afeitos à agricultura, como queria o SPI, paradoxalmente eram na verdade aqueles quem estavam mais apostos e

¹³²¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 49-50.

¹³²² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 167, p. 88.

¹³²³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 193, p. 39.

¹³²⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 105.

¹³²⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 111.

¹³²⁶ A historiadora Renata Sampaio afirmou em sua pesquisa, finalizada em 2016, que ao subir a partir da aldeia Pé-de-Serra até a aldeia da Campina, quando lá chegou viu as mais variadas espécies de palmeiras. Porém, não é possível precisar a existência dessas palmeiras, do qual incluiria o Carandá, na aldeia ao tempo da presente pesquisa, nem se os fazendeiros estavam ameaçando este nicho ecológico tradicional Kadiwéu. Sobre tudo porque quando Jaime Garcia lá esteve ao fim de 1980 e início de 1990, não fez menção em sua pesquisa. Para Renata Sampaio, ver DOMINGUES SAMPAIO, Renata. Para além da excepcionalidade: a patrimonialização do monumento indígena marco zero Kadiwéu. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro, 2018, p. 135.

dispostos a novos saques que ameaçavam de morte os fazendeiros. Na ocasião, o Cap. Izidoro Ferraz declarou ao antropólogo que “*Os fazendeiros Francisco Villela e Joaquim Villela querem tomar as terras do P.I localizadas na região chamada Aldeia Campina e proíbe os índios de fazer roça lá, alegando que suas terras vão abranger as terras da Aldeia Campina*”¹³²⁷. Portanto, já lhe comunicavam suas justificativas para campanhas de subtração de gado, não apenas futuras, mas eminentes¹³²⁸.

* * *

As campanhas de subtração de gado pelos Kadiwéu foi uma tomada de posição política ativa e direta contra o SPI e fazendeiros, que ocorreu em função dos compromissos firmados com seus tributários Terena e Kinikinau, bem como em função de sua condição de atingidos. Mas foram mobilizadas quando não parecia haver outra saída diplomática frente ao fato de que uma nova leva de invasores pressionou para virarem arrendatários, o que forçou aos Kadiwéu a confrontar e concatená-la com seus tabus xamânicos, impulsionados cada vez mais pela aguerrida luta dos Terena e Kinikinau. A força Kadiwéu, que permaneceu de todo incontestado e em estado de permanente mobilização, inicialmente serviria como meio para atacar o SPI em si, isto é, os PI. Todavia, após uma deliberação entre as aldeias Pé-de-Serra, Tarumã e Tomázia, o alvo foi redefinido, mas ainda estava em pauta atingir o SPI. Portanto, o

¹³²⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 193, p. 38.

¹³²⁸ De acordo com Mônica Pechincha nos anos 1990, os Kadiwéu da aldeia da Campina eram vistos com muita diferença pelos da Pé-de-Serra, pelo seu modo de vida, em que sobressaia a prática da agricultura. De acordo com a autora, além das casas, que pareciam encravadas no alto da serra, havia muitas roças, pois grande parte da aldeia seria descendente de Terena. Em 28 famílias nucleares, pelo menos um dos cônjuges era Terena. Isto era motivado porque os homens Kadiwéu procuravam mulheres Terena para casar-se, cujos filhos herdavam o grupo étnico do pai. Sobre isso, conforme Jaime Garcia constatou em seu estudo genealógico na aldeia da Campina, as mulheres na aldeia privilegiavam a linha paterna para classificar o pertencimento étnico da família, cuja condição “nobre” seguia, nesses casos, a linha paterna. O antropólogo também afirmou que a grande maioria dos membros da aldeia eram cativos, de modo que, se os cativos cultivavam roças e os Terena também, então o modo de vida agricultor dominante na aldeia tiraria daí o seu motivo de ser. E por esse caminho, o ímpeto guerreiro destacado da aldeia também encontraria a sua razão, exemplificado numa liderança do qual o antropólogo Jaime Garcia conheceu à época, reputado por ter matado inúmeros invasores ao passo que era o mais habilidoso na arte da agricultura. O antropólogo, que esteve na aldeia, afirmou que cada membro poderia ter até 4 alqueire de roça plantada, cujos principais produtos eram: arroz, feijão, milho, batata-doce, mandioca, abóbora e melancia, divididos em 5 grupos familiares. O clima local de serra foi apontado como ideal para a atividade da agricultura. Para Jaime Garcia, ver SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 11, 32, 127-128, 155-157. Para Pechincha, ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 63, 76. Todavia, ao contrário do que afirmou Jaime Garcia, Basques Junior traz em sua pesquisa de campo realizada entre 2016-2020, a informação de que os Kadiwéu “nobres” da família Ferraz habitavam a aldeia da Campina, levando-nos a questionar se a liderança que Jaime Garcia conheceu à época não seria um conselheiro ou braço direito de um nobre que liderava a aldeia. Certamente, também é possível que o Conselho tenha determinado que seria assim, isto é, que aquele guerreiro experiente fosse o Capitão. Para Basques Junior, ver BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS... op. cit., p. 135.

novo alvo, de caráter estratégico, foram as cabeças de gado, de fazendeiros e do SPI, que representavam recursos financeiros, poder, status e repercutiam diretamente na “Fazenda Kadiwéu”. Ao mudar o alvo imediato da ação, os Kadiwéu literalmente forçaram o SPI, ao longo de meses e de anos, a sentarem-se à “mesa de negociação”, o que não seria possível caso tivessem aniquilado os PI e Encarregados. Por esse caminho, a busca por entendimentos traz à tona o esforço Kadiwéu por um consenso junto ao SPI, mas sem que isso significasse a sua submissão. Pelo contrário, não só o SPI não dispunha dos meios para desarmar nem impedir as campanhas Kadiwéu, como as campanhas em si não tinham o interesse de destruir o SPI, mas estabelecer a diplomacia para rumos favoráveis.

7 A RETOMADA DO NAITACA

A partir de algum momento na década de 1950, um movimento posseiro ganhou certa materialidade gradual dentro do território Kadiwéu. Mas estes posseiros eram bem diferentes dos “refugiados” que chegaram entre 1957-1959 e daqueles que invadiram ao fim de 1961. Em 1962, a presença particular desses sujeitos estava bem evidenciada. O poder com que ameaçavam o território era pungente e convincente, ao ponto em que um Serventuário fez uma escolha ainda nebulosa visando unir forças contra o movimento posseiro.

Em 1962, os Kadiwéu exibiram o seu poder guerreiro que virou de ponta-cabeça toda a região sul do antigo estado de MT. Porém não de forma gratuita. A Retomada do Naitaca demarcou com nitidez a atividade guerreira imbricada com discussões políticas internas do grupo e como a ela foram integradas a situação dos Tributários e as alianças com o Inspetor Fernando da Cruz. O evento também expôs com que pungência o movimento posseiro abatia o território formado por poderosos fazendeiros com grande influência política. Estes sujeitos não atuavam apenas na região sul de MT e deixaram consequências no território. Retaliaram indígenas e Serventuários que estavam em seu caminho.

Neste capítulo analisamos aquela que foi a grande incursão guerreira movida pelos Kadiwéu em direção ao extremo norte do território, do qual mobilizou uma série de fatores e discussões políticas internas. Nosso intuito é atribuir relevo as forças em choque, contudo, partindo do protagonismo indígena e como estiveram integrados demais agentes. Os indígenas possuíam motivos próprios para devotarem uma ação guerreira em seu *território indígena*¹³²⁹ e é em função disso que nós nos lançamos em busca de desenvolver uma análise que situe devidamente na complexidade cultural, social e política a atividade guerreira Kadiwéu.

¹³²⁹ De acordo com Berta G. Ribeiro, o território indígena não consiste apenas numa área necessária para atividades agrícolas, de caça, de pesca e de coleta (normalmente designada como área de perambulação do grupo). O território indígena sustenta os componentes simbólicos da identidade de um grupo étnico indígena. Portanto, no território estão demarcados os locais em que no passado existiram aldeias, bem como os cemitérios ali mantidos. Também os lugares sagrados ou míticos assinalados vezes com inscrições, bem como os acidentes geográficos reverenciados como o local de origem dos ancestrais. Dessa maneira, coexistem e estão integrados no território indígena a subsistência ecológica com a dimensão sociocultural-política-xamânica. RIBEIRO, Berta Gleizer. O índio na cultura brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013, p. 175. O antropólogo Jaime Garcia, em trabalho de campo ao fim de 1980 e início de 1990, concluiu que a memória oral Kadiwéu estrutura-se a partir de um conjunto de referências às aldeias e trechos do território por onde os antepassados habitaram. Nesse sentido, Jaime Garcia observou que, caso houvesse alguém que falecesse fora, os parentes faziam questão de o sepultar no território, no mesmo local em que estão os antepassados. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou o sangue de nossos avós”: construção do tempo e espaço Kadiwéu. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1993, p. 205-206.

7.1 As razões indígenas para a incursão guerreira

A ofensiva Kadiwéu em direção ao extremo norte até a zona limítrofe demarcada pelo Rio Naitaca, foi uma iniciativa exclusivamente indígena, relacionada estritamente com suas noções socioculturais-políticas. Do ponto de vista Kadiwéu, a exemplo do ocorrido com o latifundiário José Joaquim Malheiros, os indígenas haviam tolerado a presença¹³³⁰ do Manoel Aureliano da Costa Filho, vulgo “Manequinho”, até que este violou os acordos e colocou em risco a integridade do território. O fazendeiro, instalado na região do Nabileque, na margem esquerda do Rio Naitaca, foi submetido às condições de tributário pelo guerreiro João Barbosa, representando possivelmente a família “nobre” dos Matchúa¹³³¹, e com isso alocou naquela região dois capatazes: Primitivo Couto e Walter dos Santos, que tempo depois passou a arrendar-lhes o território Kadiwéu¹³³², mas sem pagar nada ao SPI ou muito menos reconhecer a autoridade do órgão ali¹³³³: *“Eu dei essas terras para eles, para cultivarem no prazo de cinco anos – fazer invernadas, criar o número de gados que tinham. Depois de cinco anos deviam me entregar, com as benfeitorias, como dizia o contrato”*¹³³⁴, conforme dito pelo fazendeiro. Posteriormente, os Kadiwéu tomaram conhecimento de que o sujeito tentava grilar mais de 80 mil hectares de terras ali¹³³⁵ em fundo de campo, sem ter divisas com ninguém¹³³⁶, pois encabeçava todo o movimento de posseiros do Nabileque¹³³⁷ (atualmente corresponde ao Condomínio do Nabileque), o que ocorreu, muito provavelmente, por meio do Inspetor Fernando da Cruz, já que o genro do rico fazendeiro (e posteriormente Deputado eleito), Sr. Edison Brito Garcia, esteve na sede da IR5 com um mapa em suas mãos, em que alegava que toda aquela zona pertencia ao Condomínio do Nabileque, para quem à época prestava serviços

¹³³⁰ Ibidem, p. 228.

¹³³¹ Darcy Ribeiro ouviu de um “nobre” da família dos Matchúa que certa feita, todos os membros da aldeia de Nalique estavam reunidos, incluindo o guerreiro João Barbosa. RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 202.

¹³³² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 243.

¹³³³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 10.

¹³³⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 243.

¹³³⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 74.

¹³³⁶ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 259.

¹³³⁷ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 85.

particulares advocatícios¹³³⁸. O fazendeiro até mesmo moveu marcos do território Kadiwéu ao norte.¹³³⁹

O fazendeiro em questão foi o primeiro que se aventurou na tentativa de reivindicar posse dentro do território Kadiwéu, no período compreendido entre 1957-1967, como baluarte e testa de ferro. Buscou garantias nos títulos expedidos pelos Governos sucedâneos, Corrêa e Arruda, que, respectivamente, expediram títulos provisórios e definitivos sobre o antigo latifúndio do Fomento Argentino, cuja medição foi em caráter ideal (sem medições em terreno com marcos)¹³⁴⁰, o que levou a legalização de “*mil e tantos*” posseiros só nesse processo¹³⁴¹. Tendo em vista o caráter ideal, vários fazendeiros aproveitaram para alegar que a cabeceira do Rio Naitaca estaria mais para baixo e que nesta zona (do qual ainda permanecia em litígio em 2018, com 150 mil hectares), faria parte do Fomento Argentino, chamada pelos sujeitos de “Condomínio do Nabileque”¹³⁴². E isto ocorreu em total indiferença ao fato de que o território Kadiwéu foi demarcado em 1903, ao passo em que o Fomento Argentino só o foi em 1914, portanto posterior¹³⁴³. Em resposta, em 10/09/1962, o Diretor Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho determinou que o Inspetor Fernando da Cruz publicasse um edital (vide figura 80), convocando a todos os vizinhos lindeiros e demais interessados para que comparecessem ao processo de revisão do território, que naquela época, tanto o Inspetor quanto o Diretor desconfiavam que tivesse dimensões maiores do que aquelas imaginadas em 1903¹³⁴⁴,

¹³³⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 62, 74-75, 264.

¹³³⁹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 177.

¹³⁴⁰ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 121. M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 16, p. 250.

¹³⁴¹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 85.

¹³⁴² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 121-122. M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 62. A historiadora Renata Sampaio esteve no Marco Zero do território Kadiwéu em 2017. Tirou diversas fotos do monumento centenário posto em 1899 na cabeceira do Rio Naitaca, exatamente na Serra da Bodoquena, onde sempre esteve (já que rios não costumam perambular por aí), pelo agrimensor José de Barros Maciel, à serviço do então Presidente de MT Coronel Alves de Barros. O ponto que a autora traz em seu trabalho é que na língua Kadiwéu, Naitaca é pronunciado Niwitake, que significa traiçoeiro, já que em determinada época do ano o curso do rio desaparecesse. Mas permanece inteiramente visível o percurso por séculos feitos nas pedras próximas, do qual a autora também fotografou. DOMINGUES SAMPAIO, Renata. Para além da excepcionalidade: a patrimonialização do monumento indígena marco zero Kadiwéu. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro, 2018, p. 136-143.

¹³⁴³ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 61.

¹³⁴⁴ José Flores afirmou que quase metade do território Kadiwéu foi incorporado à economia regional por conta dos arrendamentos em 1961. No entanto, os limites reais eram bem maiores do que os contemporâneos imaginavam, de 360-370 mil hectares. O Diretor Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho e o Inspetor Fernando da Cruz foram os primeiros a desconfiar destes limites, chegando até mesmo a desconfiar que houvesse ali mais de 800 mil hectares. Para José Flores, ver FLORES, José Manuel. Transformação agrária e desapropriação de terras

colocando-os em rota de colisão direta contra os fazendeiros. Por esse caminho, há evidências apontando para a plena consciência dos “condôminos do Nabileque”, sustentados na égide do Manoel Aureliano da Costa Filho, que estavam invadindo os limites do território Kadiwéu intencionalmente para grilá-lo. O capataz Walter dos Santos declarou que os fazendeiros vizinhos da região, muito possivelmente do outro lado do Rio Naitaca e, portanto, para fora do território Kadiwéu, já naqueles anos “*Diziam que [as terras] não eram do Manequinho, / que nós devíamos ir ao Pôsto pagar arrendamento*”¹³⁴⁵. Além disso, foi emblemático quando o Sr. Deputado Edison Brito Garcia, confrontado pelo Inspetor Fernando da Cruz, não lhe precisou sobre qual margem do Rio Niataca situava-se o seu sogro, chegando até mesmo a alegar que estava nas duas ao mesmo tempo, causando perplexidade: “*Não é possível*”¹³⁴⁶. Já com relação ao Sr. Deputado Rachid J. Mamed, o Inspetor arrancou do sujeito a embaraçada confissão de que as terras do tal Fomento Argentino e posteriormente “Condômino do Nabileque”, situavam à margem direita do Rio Naitaca, conforme consta na lei promulgada pelo próprio Deputado, que reduziu o território em 1958¹³⁴⁷. Por fim, até mesmo o Manoel Aureliano da Costa Filho alegou: “*Me convidaram para fazer posse*”¹³⁴⁸, indicando com isso que este tipo de atividade não era em nada algo distante de seu círculo social e, por conseguinte, dele próprio. Mais ainda que estava ocorrendo um movimento posseiro ao norte do território Kadiwéu durante aquele período, do qual ele próprio conhecia, que nada tinha a ver com a margem esquerda do Rio Naitaca, nem com os títulos expedidos sob o antigo Fomento Argentino.

indígenas em Mato Grosso (1940-1960): O caso da reserva Kadiwéu. *Anuário Antropológico*, v.43 n.1, 2018, p. 286. Para o parecer do Diretor, ver M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 170. Para o parecer do Inspetor Fernando da Cruz, ver M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 118.

¹³⁴⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 259.

¹³⁴⁶ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 85.

¹³⁴⁷ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 75.

¹³⁴⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 242.

Figura 80: Edital de Revisão em 1962

MINISTERIO DA AGRICULTURA
SERVICO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

I. R. 5
.....

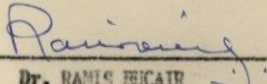
EDITAL DE REVISÃO

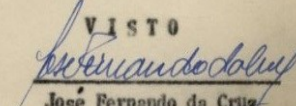
Devidamente designado pelo Sr.Cel. Moacir Ribeiro Coelho, DIRETOR DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS, para proceder a revisão da Reserva dos Indios Kadiucós, área reservada pelo decreto de 7 de Agosto de 1903, situada no Município de Porto Murtinho, de 373.000 hectares (TREZENTOS E SETENTA E TRES MIL HECTARES), mais ou menos, bem como áreas de seus arrendamentos internos. Marco às 8 horas da manhã, do dia 8 de Outubro do corrente ano, para / dar inicio aos trabalhos de campo da referida revisão, e convido a todos os interessados e confinantes a estarem no local, na hora e dia acima afixados a fim de alegarem o que fôr de direito.

A referida reserva tem os seguintes limites: partindo da cabeceira do córrego Nlutaca na serra da Bodoquena, por esse abaixo pela sua margem esquerda até confluência com o rio Nabileque, por este abaixo pela sua margem esquerda até a confluência com o rio Paraguai, por esse abaixo pela sua margem esquerda até a confluência do rio Aquidavan, e, por este acima pela sua margem direita até a sua mais alta cabeceira, na serra da Bodoquena e por esta serra até o ponto de partida.

E para que ninguém possa alegar ignorância, torno publico o presente Edital por duas vezes no Diario Oficial do Estado, no jornal do Comercio de Campo Grande, e afixa-lo á porta da Coletoria Estadual de Porto Murtinho.

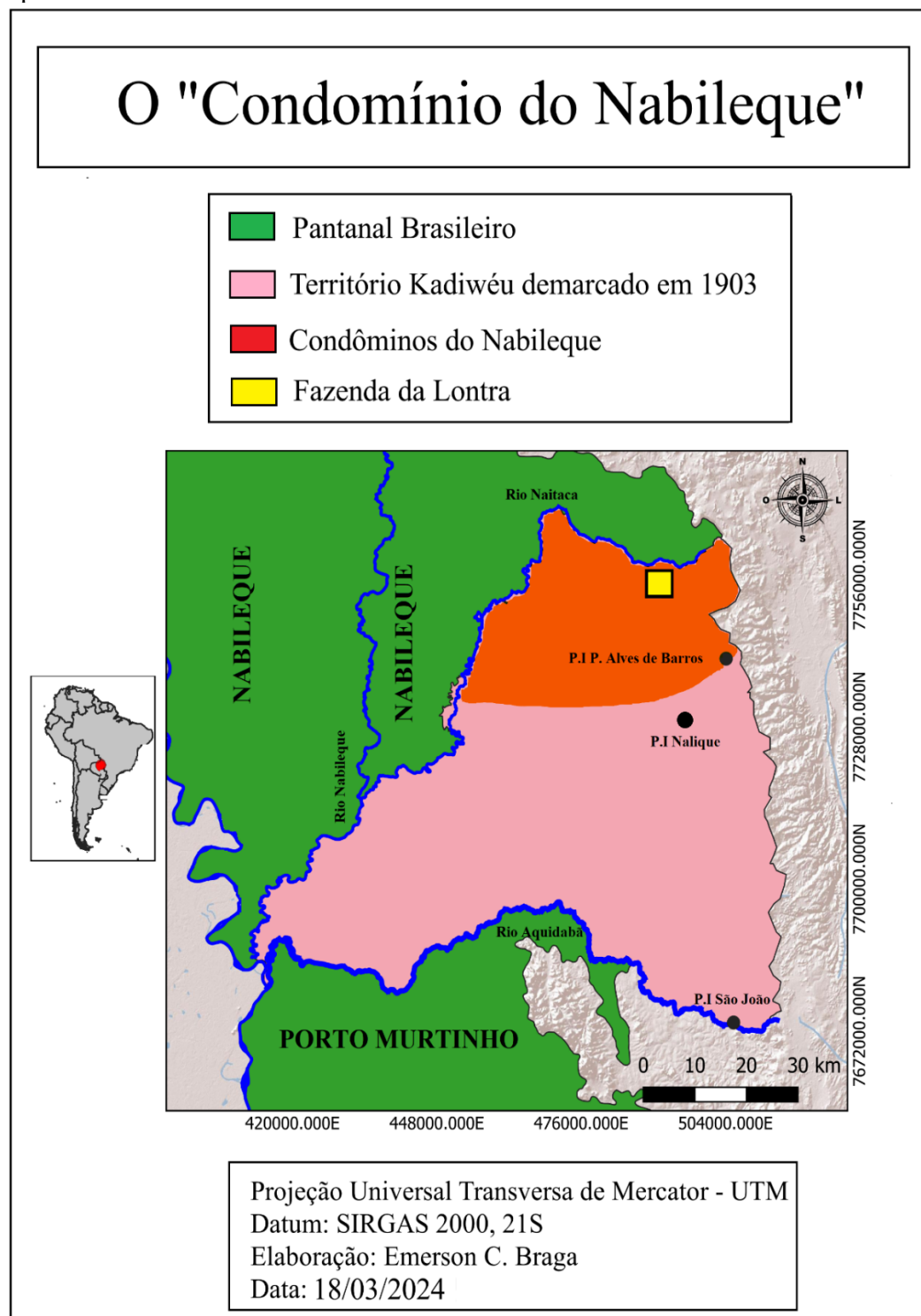
Campo Grande, 10 de setembro de 1962


Dr. RAMIS BICAIRE
 Cart. Prof. 6262-CREA-6ª Região

VISTO

José Fernando da Cruz
 Chefe da I.R.5

Fonte: M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 36

Figura 81: Território Kadiwéu e a zona (aproximada) reivindicada pelos “condôminos do Nabileque”



Fonte: elaborado pelo autor

Além de parte do território ancestral, a área objetivada era a “*mais rica da reserva, onde se localizam as matas e a área própria para caça*”¹³⁴⁹, que durante certo período, os

¹³⁴⁹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 45, 257.

Kadiwéu tiravam parte importante da subsistência e praticavam um aspecto crucial de sua cultura¹³⁵⁰ enquanto mantinham o tributário¹³⁵¹, até que o fazendeiro em questão acabou “*privando-lhes o direito da caça, a que são acostumados*”¹³⁵², colocando em risco a existência da coletividade. Dentre as árvores destas matas estava um elemento cultural identitário fundamental, razão pela qual os Kadiwéu também foram punidos a defenderem-no da ameaça. Sobre isso, em 17/09/1962, o Encarregado do PI P. Alves de Barros, escolheu 10 indígenas para acompanhá-lo até a região do Nabileque, para investigar a presença de invasores ali e os trabalhos clandestinos de extração de carandá, sendo surpreendido quando voluntariamente viu a apresentação de 37 guerreiros montados e com armas de fogo, prontos para prenderem os invasores. Desesperado, o Encarregado, em seu Jeep e em companhia de 4 pessoas não identificadas, tratou de chegar 15 horas antes do que a comitiva indígena ao local, que por lá e em total independência ao Encarregado, permaneceu por dois dias¹³⁵³. O carandá é um elemento cultural identitário fundamental Kadiwéu¹³⁵⁴ e que durante o período, segundo o Sertanista Cildo Meirelles: “*Na região dos [Kadiwéu] há uma reserva riquíssima de Carandá. Trata-se de uma palmeira muito preciosa*”; à época já cobiçada por muitos: “*O SPI está guardando isso, até o dia em que vier o amigo de um Ministro, que consiga mandar*

¹³⁵⁰ O modo de vida caçador, conforme o repertório mítico, é parte da essência Kadiwéu. Elemento crucial de sua cultura. Uma determinação de Gô-noêno-Hôdi em certos mitos e em outros, uma consequência por não esperar as bençãos. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar: mito rito e história Kadiwéu. 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 1994, p. 113-114, 118. Jaime Garcia também registrou estes mitos e, sobretudo, o autor constatou que todas as aldeias caçavam ainda em 1990, exatamente nas regiões do Rio Nabileque e do Rio Naitaca, organizando expedições de caça coletiva. Esta zona ao norte era alagadiça do pantanal. Ver SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 123, 183-184, 206-207.

¹³⁵¹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 257.

¹³⁵² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu- Caixa 27 - Planilha 259, p. 4. Jaime Garcia colheu um fragmento de tradição oral Kadiwéu em 1989, de uma anciã que lhe disse sobre fazendeiros proibirem os Kadiwéu de caçarem em certa região. É possível que fosse a mesma ao norte. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 235-236.

¹³⁵³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 185, p. 12-13. Em um dos mitos Kadiwéu sobre a Guerra contra o Paraguai, colhido por Pechincha em 1990, um Capitão falou para os guerreiros que deveriam ficar por ali por alguns dias, pois após matarem muitos paraguaios, seria uma vergonha retornar à aldeia como fugidos. Dessa forma, o fato de os Kadiwéu irem até a região norte do território, nos anos 1960, e por lá permanecerem por dias, parece muito sugestivo. Ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 147.

¹³⁵⁴ Mônica Pechincha, em 1990, colheu um mito Kadiwéu sobre a distribuição dos dons para diferentes povos por Gô-noêno-Hôdi que, após uma semana, retornou e encontrou os Kadiwéu coletando bocaiuvas, determinando que, a partir de então, viveram daquela maneira, locomovendo de um lugar a outro quando madurassem. Ibidem, p. 113. A antropóloga Lecznieski, em sua pesquisa de campo entre 2000-2005 destacou que entre a dieta do grupo estavam os palmitos e frutos de palmeiras. A autora conviveu com uma família Kadiwéu. Ver LECZNIESKI, Lisiane K. Estranhos laços: predação e cuidado entre os Kadiwéu. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2005, p. 40.

cortar êsses carandás e vender para qualquer firma”¹³⁵⁵. Portanto, os Kadiwéu, naquele período, também enfrentavam a cobiça e o avanço de madeireiros sobre um elemento cultural de máxima importância. Mas a conduta adotada pelo Encarregado, na ocasião do qual foi vítima de um teste Kadiwéu¹³⁵⁶, deu mostras de que qualquer ação indígena direta seria respondida com retaliações pelo SPI, a fim de puni-los trazendo maiores inconveniências num momento extremamente delicado.

Figura 82: Dois cavaleiros Kadiwéu em frente a um carandazal (anos 1940)¹³⁵⁷



Fonte: Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 206 . DR foto 638 206

¹³⁵⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 42.

¹³⁵⁶ A historiadora Renata Sampaio relatou um teste que passou pelos Kadiwéu em 2016 para verificar a sua persistência e confiabilidade. Em companhia de diversos “nobres” e outros Kadiwéu, a autora percorreu por mais de 40 km em direção ao Monumento Indígena Marco Zero até “descobrirem” que caminhavam na direção errada. Na segunda viagem, ocorrida quase um ano depois, a autora notou que os Kadiwéu estavam implicitamente interessados em guiá-la ao local. DOMINGUES SAMPAIO, Renata. Para além... op. cit., p. 136.

¹³⁵⁷ Imagem melhorada digitalmente pelo autor.

Figura 83: Xamã Cap. João Apolinário prestes a se alimentar de bocaiuva (década de 1940)



Fonte: SCHULTZ, 1942 apud Série Documentos audiovisuais e iconográficos do Museu do Índio do Rio de Janeiro

Figura 84: Mulher Kadiwéu transportando palha de carandá (década de 1940)¹³⁵⁸



Fonte: Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 205 . DR foto 638 205

¹³⁵⁸ O antropólogo Jaime Garcia, na década de 1990, ouviu de uma anciã sobre a sua infância, transitando pelo território e transportando palha de carandá sob montaria. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 199-200. (imagem melhorada digitalmente pelo autor)

Figura 85: Mulher Kadiwéu trabalhando com palha de carandá (década de 1940)¹³⁵⁹



Fonte: Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 178 . DR foto 638 178

Figura 86: Homem Kadiwéu trabalhando com palha de carandá¹³⁶⁰



Fonte: Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 179 . DR foto 638 179

Por fim, a situação com os tributários rebeldes teria degradingolado definitivamente quando “*um índio que foi lá tratar dêsse assunto e que na minha gestão [Fernando da Cruz] foi até espancado e tem um defeito na mão, proveniente de uma surra...*” realizada pelo Primitivo Couto¹³⁶¹, que era homicida, foragido da justiça¹³⁶², mas que ali vivia como capataz,

¹³⁵⁹ Imagem melhorada digitalmente pelo autor.

¹³⁶⁰ Entre os trabalhos dos homens Kadiwéu com o carandá estão os chapéus, utilizados por todos do sexo masculino. Ibidem, p. 200. (imagem melhorada digitalmente pelo autor)

¹³⁶¹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 63, 237-238. M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 178.

¹³⁶² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 59, 264.

sob proteção do rico fazendeiro. O espancamento que aleijou o indígena foi certamente o estopim, pois desde 1959 os tributários Terena e Kinikinau foram atacados ou mortos por fazendeiros que logo depois fugiram do território para evitarem as represálias ou foram contidos pelos indígenas. Mas, ao contrário, o Primitivo Couto não abandonou a área em clara postura desafiadora. A tradição oral Kadiwéu afirmou que o Primitivo Couto recebeu avisos para abandonar o território, mas recusou-se¹³⁶³. Da mesma forma, o capataz Walter dos Santos declarou que “*vinte dias, mais ou menos*” antes de ocorrer a ofensiva, o guerreiro Antônio Mendes lhe advertiu: “*Me falaram, antes de acontecer aquilo, que devíamos mudar, que as terras eram deles, que o Manequinho era sujo na Inspetoria*”¹³⁶⁴, demonstrando toda a agência Kadiwéu no processo. Não está claro se os avisos, contudo, foram ao mesmo tempo ou se os Kadiwéu deram oportunidade para que este último fugisse, justamente por não agredir ninguém. Seja como for, antes de chegar a este ponto, os Kadiwéu tentaram atuar conjuntamente com o Inspetor Fernando da Cruz, que havia estado por outras vezes na casa do Manoel Aureliano da Costa Filho, em Aquidauana, para convencê-lo a pagar arrendamento ao SPI¹³⁶⁵. E nesse processo, os Kadiwéu foram “*receber por duas ou três vezes e o rapaz [Primitivo Couto] não concordou, por que tinha acerto com o Manequinho*”, ocorrendo possivelmente o aleijamento do indígena nesse entretempo. Portanto, quando “*Uma ou duas vezes não conseguiram. Na terceira fizeram isso*”¹³⁶⁶.

A assembleia Kadiwéu que precedeu a incursão guerreira

A ofensiva teve amplo apoio do Inspetor Fernando da Cruz. No mês de Novembro de 1962, o Encarregado do PI P. Alves de Barros, registrou que esteve no PI Nalique e em seu PI o Inspetor com o médico Maj. Vasco José Vieira dos Reis, atendendo aos indígenas vitimados

¹³⁶³ SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 181.

¹³⁶⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 257.

¹³⁶⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 45, 63, 75. Basques Junior afirmou que as fazendas formadas na região norte, no chamado “Condomínio do Nabileque”, foram violações dos direitos dos Kadiwéu pelo SPI. Porém, o fato não é este. Os sujeitos não queriam pagar ao SPI advogando que eram donos. Assim, não eram arrendamentos, era grilagem. BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS: Maestria e território entre os Ejiwajegi do Pantanal. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020, p. 2-3.

¹³⁶⁶ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 262, 274.

por uma epidemia¹³⁶⁷, provavelmente a mesma epidemia de malária e gripe que já arrastava ao menos desde maio de 1957 no PI São João, acometendo indígenas com até 42 graus de febre¹³⁶⁸ e que teria levado à óbito o Cap. Cardoso Abicho, da aldeia da Tomázia, em agosto de 1960¹³⁶⁹. É temerário concluir que a epidemia fosse uma consequência direta da presença dos fazendeiros em contato com os indígenas, apesar de que o ano de 1957 é em demasiado sugestivo¹³⁷⁰. Considerando a perspectiva xamânica Kadiwéu, as doenças não eram atribuídas ao contato, mas a sortilégios de xamãs¹³⁷¹. Entretanto, do ponto de vista de um Serventuário compromissado com direitos indígenas, a correlação entre fazendeiros invasores indesejados com doenças era imediata. E, indo um pouco além, a depender do comprometimento do Serventuário, o sentimento de revolta não estaria distante de si ao contemplar aquela situação com a possibilidade de arrebatarem-lhe os nervos. Esse poderia ser o caso do Inspetor Fernando da Cruz, que, entre 1957-1958 manteve-se ao lado dos Kayapó, em meio a um conflito armado contra invasores do território no Pará¹³⁷².

¹³⁶⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 97.

¹³⁶⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 194, p. 71-72.

¹³⁶⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 162, p. 145-146.

¹³⁷⁰ Jaime Garcia esteve na aldeia em pesquisa de campo ao fim de 1980 e início de 1990. Afirmou que a maioria da aldeia estava acometida por forte surto de gripe, acompanhada por febres altas. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 31. E anos antes, em 1947, Darcy Ribeiro afirmou que quase todos os indígenas estavam acometidos por terçol, principalmente as crianças. RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 217.

¹³⁷¹ Ibidem, p. 186-187, 197-198, 200-201, 217. Jaime Garcia confirmou este aspecto ao fim de 1980 e início de 1990. Parte considerável dos Kadiwéu atribuíam os falecimentos aos feitiços lançados por terceiros, não necessariamente pelo xamã, mas às pessoas com as quais os parentes do morto possuíam alguma divergência. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 100.

¹³⁷² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 126. O Sertanista Francisco Meirelles assumiu a Inspetoria do Pará em 1957, com o objetivo de intervir para “pacificar” os guerreiros Kayapó, que estavam intensamente em conflito com seringueiros e castanheiros na região, resultando em frequentes mortes. Segundo Rocha Freire, essa intervenção foi solicitada pelos próprios seringalistas que patrocinaram a missão de atração. Para atuar, Meirelles convocou um membro da família “da Cruz”: o Sertanista Afonso Alves da Cruz, intérprete que dominava a língua Jê, ferido por flechas dos indígenas Arara em outra missão de “pacificação”, também no Pará. A missão liderada por Francisco Meirelles junto aos Kayapó resultou em contatos amistosos e na formação de amizades entre grupos que eram rivais. No entanto, houve alta mortalidade devido à gripe e ao deslocamento de grupos para áreas fora de seus territórios tradicionais. Meirelles foi obrigado a aceitar o apoio dos patrões seringalistas, pois o SPI não possuía recursos para financiar as missões e presentear os indígenas. O Sertanista tentou reservar terras devolutas para os indígenas com base na legislação de terras do Pará. No entanto, até 1961, havia 16 processos de pedidos no estado sem resposta. Assim, os diversos grupos Kayapó continuaram a defender seu território contra invasores por meio de guerra, enquanto o estado do Pará não reconheceu oficialmente territórios indígenas durante toda a década, apesar de todas as solicitações legais. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *Sagas Sertanistas: práticas e representações do campo indigenista no século XX*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005, p. 73-78.

O Inspetor Fernando da Cruz participou ativamente da assembleia Kadiwéu¹³⁷³ que precedeu a incursão guerreira na Retomada do Naitaca. Porém, havia aí um elo fraco entre o Inspetor e os Kadiwéu: o Encarregado do PI P. Alves de Barros. Para resolver isto, foi formulado mais um teste pelos indígenas. Assim, entre 21/11 e 22/11, o Cap. Ismael Bento Medina saiu do PI Nalique em direção ao PI P. Alves de Barros para comunicar àquele Encarregado que o Inspetor lhe esperava no PI. Nalique. Ao lá chegar, o Encarregado ouviu do Inspetor que ele em realidade desejava ir até o PI P. Alves de Barros, onde o Cap. Ismael Bento Medina permaneceu. Ora, se o Inspetor almejava chegar até o PI P. Alves de Barros, bastava ter seguido o Cap. Ismael Bento Medina. Retornaram a cavalo do PI Nalique ao PI P. Alves de Barros, numa distância estimada em 18 km, o Inspetor, o Encarregado, o Médico e o Cap. Severiano Matchúa, que pelo caminho o Inspetor efetuava disparos a esmo com arma de fogo, assustando os cavalos em que iam montados, demonstrando o seu comprometimento a uma família “nobre”, bem como dando a oportunidade para que todos checassem a reação do Encarregado, provocando neste último intimidação que gerou resultados, pois pensou que o Inspetor tivesse enlouquecido. E foi nestes termos que todos chegaram ao PI P. Alves de Barros, já ao amanhecer. O Médico seguiu até uma árvore afastada, onde ficou, enquanto o Inspetor logo aboletou numa rede, ao passo em que os indígenas vieram ao encontro deste último, denotando que o Cap. Ismael Bento Medina havia comunicado a todos ali, durante a ausência do Encarregado, que haveria uma Assembleia. Isto deixa claro, de ponta a ponta, que as relações foram pelos indígenas minuciosamente pensadas e controladas. No entanto, a documentação é melindrosa acerca dos discursos proferidos e por quais sujeitos na assembleia Kadiwéu. Ao Inspetor Fernando da Cruz foi atribuída pelo Encarregado do PI a declaração de que teria ofendido os Kadiwéu por não serem mais tão valentes guerreiros como os seus antepassados dos livros de História, porque permitiram que o território fosse invadido pelo Manoel Aureliano da Costa Filho, enfurecendo-os imediatamente. Após isso, o Inspetor teria dito que, como o Chefe dos indígenas, mudaria o nome do guerreiro Antônio Mendes para Antônia Mendes e do Cap. João Príncipe para Joana Príncipe e que ambos passariam a vestir saias a partir de então¹³⁷⁴.

¹³⁷³ O antropólogo Rocha Freire traz em sua pesquisa que o Sertanista Francisco Meirelles teria participado de um “conselho de guerra” Xavante em 1954, procurando convencê-los à não atacarem os “brancos”. Ibidem, p. 66.

¹³⁷⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 30, p. 5-6.

Ora, considerando ao que o Encarregado foi sujeito ao longo do caminho até ali, e que de repente estava em meio a uma assembleia de bravas mulheres¹³⁷⁵ e guerreiros armados “até os dentes”, assistindo a tudo perplexo, não nos parece que o depoimento fosse mera calúnia. Além disso, não parece fortuito que o Inspetor tenha ofendido os Kadiwéu ao compará-los com seus antepassados, visto que a perspectiva temporal Kadiwéu para pensar o tempo presente toma-os como ponto de referência¹³⁷⁶. Logo, será que isto não foi combinado ainda antes no PI Nalique, com os Capitães Matchúa e Bento Medina, do qual sabiam muito bem como tocar no cerne sociocultural e político de sua sociedade?¹³⁷⁷ Este aspecto também foi notado por parte do Encarregado do PI P. Alves de Barros, ao relatar o caso do qual notou que o Inspetor sabia exatamente como provocá-los¹³⁷⁸. Ao considerar tal hipótese, fica claro que o Inspetor era aquele quem ficava indisposto com outra liderança indígena e com outro

¹³⁷⁵ A participação feminina nas assembleias são de grande relevância. Jaime Garcia, ao fim de 1980 e início de 1990, comentou que a sábia anciã Albertina Soares, uma cativa, sempre interrompia o marido guerreiro Antônio Mendes e começava a recontar toda a história desde o início, inclusive declarando, sem qualquer cerimônia, que o marido contava incorretamente. É sintomático que o marido aquiescesse. Já o ancião Alfredo Xuvarada, também cativo e dito por Jaime Garcia como detalhista, desentendeu com sua esposa, que declarou ao marido que contava a história incorretamente. Dessa forma, o antropólogo concluiu que as mulheres ocupavam a posição na sociedade de alertar sobre os limites de incorporação das mudanças, guardando as práticas rituais e cerimoniais do grupo. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 24, 28, 59. Já Mônica Pechincha estabelece que eram as mulheres anciãs as guardiãs e donas dos cânticos, o que reposiciona as mulheres, outra vez, num grau de importância elevadíssimo para a sociedade Kadiwéu. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 176. Estas constatações fortalecem as observações de cronistas coloniais sobre as mulheres nas assembleias. Se os anciãos, guerreiros e capitães tinham grande influência no momento dos votos, as mulheres tinham uma ativa e intensa participação, falando muito mais do que os homens inclusive. Para a influência dos homens, ver AZARA, Félix de. “Viajes por la América Meridional” [1781-1801]. v. 2. Madrid: Espasa-Calpe, 1969, p. 65. Para a participação feminina, ver SÁNCHEZ LABRADOR, José. El Paraguay Católico [1780]. v. 1. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 1910. p. 249. Em certas *tolderias*, as mulheres desempenhavam atuações diplomáticas fundamentais. Em 1791, a delegação que visitou o Forte Coimbra contava com 6 homens e cinco mulheres. Usualmente, as mulheres dos Capitães estavam presentes nas reuniões com os Governadores das Províncias e eram conhecidas pelos oficiais militares como influentes e habilidosas mediadoras. CARVALHO, Francismar. Formal and informal alliances between Iberians and Native authorities in the heartlands of late-eighteenth-century South America. *Ethnohistory*, v. 70, p. 65-94, 2023, p. 78 A antropóloga Lecznieski, em pesquisa entre 2000-2005 também trouxe informações importantes. Quando foi abordada por duas vezes numa festa por guerreiros inebriados que faziam ameaças, em ambos os casos, foi protegida por mulheres Kadiwéu que com apenas uma única frase, fizeram os homens deixarem-na em paz nas duas ocasiões, sem retrucas. LEZCNIESKI, Lisiane K. Estranhos laços... op. cit., p. 218.

¹³⁷⁶ Esta é a hipótese proposta por Mônica Pechincha nos anos 1990, e que também adotamos. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 78, 83-84.

¹³⁷⁷ Nos mitos colhidos por Pechincha em 1990, ela ouviu o questionamento de uma anciã cativa dos Matchúa sobre a utilização dos nomes em português, censurando-os ou advertindo-os de que não deveriam esquecer os nomes legados pelos ancestrais. Esse tipo de conduta põe em relevo o papel dos anciãos em corrigir e reorientar os presentes que tem a obrigação de manter as tradições. *Ibidem*, p. 92. Sobre isso, Darcy Ribeiro ouviu dos Kadiwéu que os antepassados distinguiam melhor as constelações. Certamente é um parâmetro para membros do grupo no tempo presente pensarem e esforçarem-se para não perder as tradições. RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 48.

¹³⁷⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 30, p. 6.

guerreiro no lugar de ambos os Capitães. Nesse sentido, isto fortalece o argumento de que o SPI era a instância de poder neutra dentro do território entre aldeias e que tinha a função de absorver os impactos dos embates políticos. A ofensa para usar saia¹³⁷⁹ foi confirmada pelo Cap. João Príncipe¹³⁸⁰ e igualmente por uma oralidade Kadiwéu que era partidária ou a própria versão do guerreiro Antônio Mendes. Mas, significativamente, esta última versão fez a alegação de que foi o guerreiro quem ofendeu ao Cap. João Príncipe¹³⁸¹, fortalecendo a hipótese de que o Inspetor era instância neutra em meio aquela organização política cujo discurso estava passível de apropriação. Em tal grau que o Kadiwéu Antônio Mendes reafirmou com ele o seu lugar de prestígio: guerreiro cuja função é defender o seu povo¹³⁸².

Assumindo que o Inspetor era instância neutra, resta-nos concluir que os Kadiwéu estavam dirigindo aquelas relações, ocorrendo, portanto, um embate político entre os seus Capitães¹³⁸³, procurando angariar apoios entre os demais membros¹³⁸⁴. Logo, o esforço do

¹³⁷⁹ A antropóloga Lecznieski contribuiu significativamente na análise deste aspecto colhido por Garcia.

Segundo a autora, o pedido para usar saia não era uma ofensa ao sexo feminino, pois o assunto é vestimentas e não mulheres. Aqueles que utilizam saias (e acredito que o melhor termo seria vestido) não possuem o dever de investir pela guerra contra inimigos. Desse modo, como o Cap. João Príncipe era do sexo masculino, esperavam que aderisse à guerra conforme queriam os Matchúa e Bento Medina. LECZNIESKI, Lisiane K. Estranhos laços... op. cit., p. 219-220. Segundo Clastres, todos os homens de uma sociedade indígena em seu ser são guerreiros devido à divisão sexual das tarefas, ver CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência: Ensaio de Antropologia Política; tradução de Carlos Eugenio Marcondes de Moura. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 263.

¹³⁸⁰ A.M - C.F.V - C.P.I - C.D - 1963 resolução nº 001 - Caixa 001 - Vol. 4, p. 52.

¹³⁸¹ Na versão colhida por Jaime Garcia, ao fim de 1980 e início de 1990, o guerreiro Antônio Mendes propôs com Gico Pedrosa e outras lideranças, resolver a questão de um invasor tal de “Primitivo”, que continuava invadindo o território por meio de seu assassinato. Mediante a recusa do Cap. João Príncipe, o guerreiro Antônio Mendes teria dito para o Capitão usar saias e seguiu para fazer o trabalho. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 181.

¹³⁸² A Mônica Pechincha, em 1990, ouviu de um ancião Kadiwéu, acerca do modelo ideal de conduta guerreira que caracteriza a moralidade e a ética. No mito do guerreiro Exabigo, o pai foi em busca do corpo do filho, que saiu para guerrear com os Enimagá, declarando que caso o encontrasse com uma flecha fincada nas costas, isto seria uma grande vergonha, porque teria corrido da batalha. O pai até mesmo cometeria suicídio. Conforme seus ensinamentos, o guerreiro deve sempre enfrentar o inimigo. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 123. De acordo com Clastres, a morte pelos inimigos já está prescrito na própria ética do guerreiro, de modo que, mesmo quando capturado, tal qual a norma dos grupos Tupi, não possui a mais remota intenção em fugir, honrando com código de conduta. Já no caso dos povos do Chaco, o inimigo, tornado cativo, é transformado em “nômade ambíguo”, que perambula entre a vida e a morte com relação ao grupo do qual um dia pertenceu. CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência... op. cit., p. 230-232.

¹³⁸³ O embate entre famílias “nobres” em que não-indígenas foram enredados é uma constante em pesquisas antropológicas do final dos anos 1980 para cá. Jaime Garcia teve o cuidado para fugir da incorporação ou associação a qualquer facção política, conseguindo transitar com liberdade, apesar de sempre tentado pelo guerreiro Antônio Mendes contra os Silva, ver SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 19, 24. Nessa linha, Pechincha, não apresentada pelas lideranças a comunidade, iniciou sua pesquisa sem autorização, e foi jogada ao ostracismo, que após sacrifícios, foi aparentemente acolhida pelos Matchúa, levando os Silva à não compartilharem com ela os repertórios míticos, indicando a associação na disputa política. Ao mesmo tempo, os Bento Medina intermediavam a situação sem comprometimentos verdadeiros. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 2-5, 88. Já Maria Duran selou uma amizade com os Matchúa e após o

Cap. Ismael Bento Medina e do Cap. Severiano Matchúa para levar a assembleia ao PI P. Alves de Barros e sustentarem através do Inspetor, não era por acaso, já que ali estava a figura que, ao que tudo indica, era aquela quem gozava de maior prestígio até então: “*o mais puro Kadiwéu, o que trata como meu cativo a maior número de pessoas*”¹³⁸⁵ Cap. João Príncipe¹³⁸⁶. Por esse caminho, o Cap. João Príncipe alegou que foi o primeiro procurado pelo Inspetor Fernando da Cruz e, ao que tudo indica, ainda antes de haver a assembleia para expulsar o Manoel Aureliano da Costa Filho, mas recusou caso não houvesse em suas mãos uma ordem documental oficial por escrito, validando tal ordem, recusando a autorização verbal do Inspetor e sendo este o motivo para as ofensas¹³⁸⁷ que nesse caso, partiram de dois Capitães e que, atravessando por uma “placa de vidro”, chegaram ao outro Capitão. A tradição oral Kadiwéu confirmou que o Cap. João Príncipe permaneceu na perspectiva de que todos deveriam esperar o SPI agir, já que era a função do órgão, sobretudo¹³⁸⁸. O Capitão sustentou sua posição política na análise de que uma ação guerreira traria consequências e retaliações “*perigosas*” ao seu povo e daí porque uma ordem validada documentalmente a fim de isentar os Kadiwéu¹³⁸⁹. A validação era esperada por demais membros, conforme teria

embate entre os Silva e os Matchúa, que levaram a mortos de ambos os lados, inclusive do Capitão Matchúa que liderava a aldeia de Pé-de-Serra a autora foi forçada a adiar-se. DURAN, Maria Raquel da Cruz. Padrões que conectam: o Godidigo e as redes de socialidade Kadiwéu. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 27-29, 157-158, 213-214. Já Basques Junior, convidado por um Kadiwéu aliado aos Silva, optou por morar numa casa em separado para ficar desalinhado a qualquer facção. Mas não lhe adiantou de nada, já que ouviu de um “nobre” da família dos Silva que o antropólogo era como que fosse seu cativo, já que dependia dos Kadiwéu para realizar sua pesquisa. BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS... op. cit., p. 8, 139. E ainda Lecznieski foi utilizada pelos Silva e pelos Matchúa como cabo de guerra, numa situação ameaçadora para contradizer a posição de um terceiro Capitão que liderava a aldeia Pé-de-Serra que a havia expulsado. Foi acolhida na casa dos Silva e portanto incorporada àquela facção, mas tentada pelos Matchúa para construir uma casa (do qual construiu) próxima a um membro dos Matchúa. LECZNIESKI, Lisiane K. Estranhos laços... op. cit., p. 10-16.

¹³⁸⁴ A pesquisadora Maria Vinha colheu o depoimento do Cap. Boaventura Bento Medina, nos anos 2000, descendente do Cap. Ismael Bento Medina, bem significativo. O Capitão lhe disse que antes dos contatos com a FUNAI e, por extensão, do SPI, os Kadiwéu organizavam assembleias e decidiam o que iriam fazer, partindo para a guerra, a fim de lutarem e matarem, sem embarços. VINHA, Marina. Corpo-Sujeito Kadiwéu...op. cit., p. 230.

¹³⁸⁵ RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 36.

¹³⁸⁶ Segundo Jaime Garcia, o Cap. João Príncipe era uma importante e carismática liderança que permaneceu no posto de Cap. de Ald. por muitos anos, reconhecido inclusive por um “nobre” descendente da família Bento Medina, como alguém muito competente e inteligente por dominar a cultura Kadiwéu e conhecer a cultura do “branco”, tirando proveito das relações que teve com os “brancos” para aprender e se “auto educar”. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 134.

¹³⁸⁷ A.M - C.F.V - C.P.I - C.D - 1963 resolução nº 001 - Caixa 001 - Vol. 4, p. 52.

¹³⁸⁸ SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 181.

¹³⁸⁹ A.M - C.F.V - C.P.I - C.D - 1963 resolução nº 001 - Caixa 001 - Vol. 4, p. 52.

respondido o guerreiro Antônio Mendes ao Inspetor: “*é porque não temos ordens para expulsar os intrusos, dê-nos ordens que vamos mostrar*”¹³⁹⁰.

Dessa maneira, em vista da recusa do Cap. João Príncipe, o assunto foi posto em pauta na Assembleia, do qual decidiu pela ação guerreira contra o Manoel Aureliano da Costa Filho¹³⁹¹. Como resultado, o Capitão foi substituído do cargo de Cap. de Ald.¹³⁹² pelo Inspetor, atendendo a vontade política vencedora e substituindo pelo guerreiro Antônio Mendes, cativo da família “nobre” dos Matchúa¹³⁹³, que possivelmente era aquela família responsável pelo tributário rebelde e cujo indígena aleijado estaria nela incorporado. O guerreiro assumiu a responsabilidade de comandar a ação, cujo prestígio era conhecido até pelos Serventuários: “*o índio de nome Antônio Mendes [é] considerado o mais valente da tribu e por isso mesmo respeitado pelos demais*”¹³⁹⁴. O Encarregado, que até então estava perplexo ao ver a Assembleia dissipar-se após a resolução, determinou que o Cap. João

¹³⁹⁰ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 30, p. 6.

¹³⁹¹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 30, p. 6-7. Segundo Clastres, a comunidade indígena é a “senhora”. Em outras palavras, os guerreiros lançam incursões guerreiras apenas mediante a vontade da coletividade, já que a comunidade atribui ao guerreiro o reconhecimento do prestígio alcançado. Mas a comunidade também pode negar quando a ação guerreira for tomada sem a sua anuência, quando julgada provocadora, inoportuna ou prematura. Ver CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência...* op. cit., p. 216, 224-225.

¹³⁹² Para Jaime Garcia, um dos fatores que definem a estabilidade do Capitão no cargo é a quantidade de cativos. Para o antropólogo, isto explicaria a estabilidade do Cap. João Príncipe por tantos anos. De fato, ao adotar este paradigma, percebemos que em 1962 foi preciso dois Capitães numa assembleia em que estava presente o Inspetor do SPI para depor o Capitão João Príncipe. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou...” op. cit., p. 139.

¹³⁹³ É interessante notar a relação entre as famílias “nobres” Matchúa e Silva com as formulações de Clastres. Segundo o autor, existem duas esferas dentro do campo político das sociedades indígenas, separadas em “poder civil” e “poder militar”. A sobreposição da última sobre a primeira ocorre quando o grupo julga estar diante de ameaças externas. Mas, uma vez debelada, tende a retornar para a primeira esfera. Para Clastres ver CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*; tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro, F. Alves, 1978, p. 23. Assim, Basques Junior ouviu dos indígenas que tradicionalmente os Matchúa ostentam uma postura francamente guerreira e “violenta”, o que explicaria o perfil do guerreiro Antônio Mendes. BASQUES JUNIOR, Messias M. *QUASE IRMÃOS...* op. cit., p. 51. Na mesma direção, a antropóloga Lecznieski distinguiu com clareza que os Silva eram mais diplomáticos, enquanto os Matchúa eram eminentemente guerreiros e ameaçadores. LECZNIESKI, Lisiane K. *Estranhos laços...* op. cit., p. 205.

¹³⁹⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 30, p. 6. Segundo Clastres, no tempo de guerra, a coletividade indígena entrega a direção da incursão a uma liderança com perícia na arte da guerra. E enquanto perdurasse o interesse da coletividade, a liderança concentraria algum poder, mas tendendo a esvair logo que terminada sua necessidade. A liderança não tem o poder para comandar como um general, pois todos os homens são iguais na guerra, salvo as diferenças que competem a talentos individuais, à bravura e habilidades que conferem prestígio. No entanto, caso o chefe tente impor, não será ouvido. É comumente abandonado e, caso insista, fica passível de assassinato, conforme a lógica da política indígena. CLASTRES, Pierre. *A sociedade...* op. cit., p. 145, 206. Ao fim dos anos 1980 e início dos 1990, Jaime Garcia apontou que o guerreiro Antônio Mendes era uma das lideranças mais respeitadas. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou...” op. cit., p. 23. E Mônica Pechincha confirmou, afirmando que o guerreiro, nos anos 1990, ocupava papel de destaque, assumindo o posto de Conselheiro na aldeia. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. *Histórias de admirar...* op. cit., p. 91.

Príncipe fosse até o guerreiro para o dissuadir¹³⁹⁵, confirmado no depoimento do Capitão, alegando sobre as consequências que traria. Isto poderia estar relacionado com a transferência do Capitão logo em seguida, para o PI Taunay¹³⁹⁶, talvez em busca de impedir com que o seu prestígio mobilizasse a oposição. É interessante que logo após a incursão guerreira, quando procurado pelo delegado, o Inspetor estivesse no PI Taunay¹³⁹⁷.

E quais foram as garantias para os Kadiwéu na assembleia que os fizeram depor o Cap. João Príncipe? Ao nosso entender, mas sem desconsiderar a crucial atuação dos xamãs¹³⁹⁸, foram 3 as principais. A primeira diz respeito à notificação dada pelo Inspetor lhes explicando que o STF havia garantido o território Kadiwéu em toda a integridade em 1961¹³⁹⁹, do qual, inclusive, havia pedido cópia daquele Acórdão em agosto de 1962¹⁴⁰⁰, possivelmente apresentando-o na Assembleia. Com relação à segunda, o Inspetor Fernando da Cruz era filiado ao PSD, partido de oposição à UDN em MT, do qual era filiado a este último o Deputado Edison Brito Garcia¹⁴⁰¹ sogro do Sr. Manoel Aureliano da Costa Filho. Com isso, é possível que o Inspetor tivesse posto em apreço mais recursos para garantir o território por meio de contatos políticos pessoais. Por fim, a terceira garantia seria que o Inspetor teria o compromisso de assumir toda a culpa como tutor, a fim de impedir punição contra os Kadiwéu e que não os condenaria, o que fica implícito ao analisar a documentação disponível em questão¹⁴⁰² e mesmo a de anos depois¹⁴⁰³. No entanto, para não apenas fiarem na promessa, os Kadiwéu durante a incursão guerreira falavam em português ao invés do idioma nativo e bem claro para todos ouvirem que estavam agindo conforme as instruções dadas por seu Chefe, que os estava esperando para retornarem ao PI¹⁴⁰⁴, dando a entender que agiam sob

¹³⁹⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 30, p. 6-7.

¹³⁹⁶ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 267.

¹³⁹⁷ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 261.

¹³⁹⁸ Conforme Ribeiro, o xamanismo é um dos interesses básicos Kadiwéu, permeando sua cultura e sociedade. Com diferentes atuações. Uma delas é a de oráculo. Ou seja, prever o destino de uma caçada ou ação guerreira. RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 76.

¹³⁹⁹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 63.

¹⁴⁰⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 90.

¹⁴⁰¹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 87-88.

¹⁴⁰² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 44-87.

¹⁴⁰³ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 31-32.

¹⁴⁰⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 244, 246, 259, 262, 266, 271, 273.

comando do SPI. Ao entender isso, também fica mais claro o porquê de os atingidos pela ação guerreira não fazerem qualquer menção a pinturas guerreiras sobre os corpos e rostos dos Kadiwéu¹⁴⁰⁵, já que com isso escondiam a agência e fortaleciam a estratégia anterior¹⁴⁰⁶.

7.2 A guerra mobilizada

Neste subcapítulo analisamos a atividade guerreira propriamente dita. Portanto, as ações, estratégias, táticas, etc. Atrelando-as sempre que possível, ao conjunto de noções e referenciais socioculturais-políticos-xamânicos particulares Kadiwéu ou de povos do Chaco. Sem deixar de assinalar, contudo, o quão pungente foi o poder guerreiro, mobilizado com o intuito de apontar em que dimensão os Kadiwéu eram ameaçadores para todos, incluindo o próprio SPI.

Primeira fase: decapitando os condôminos do Nabileque

A grande ofensiva que varreu toda a região norte teve emblematicamente por ponto de partida as insatisfações Kadiwéu contra os trabalhos de medição por fazendeiros dentro do território, porém peculiarmente disfarçada. Inicialmente, os indígenas, em 28/11/1962¹⁴⁰⁷, passaram no PI Nalique, demandando que o Encarregado ali abatesse uma vaca para oferecer

¹⁴⁰⁵ Maria Duran, em pesquisa de campo, colheu um fragmento de tradição oral Kadiwéu de uma anciã, em 2014, sobre a pintura corporal guerreira em formato espiral chamada legeeladi-inionigi que os Kadiwéu traduzem para o português como “casa do rei”. O rei seria o Capitão que fica ao centro, enquanto os parentes (sobretudo os cativos), o protegem, ao tempo em que o Capitão também os protege. A pintura é utilizada para “assustar o branco” que entende está em perigo, rodeado pelo povo Kadiwéu. Era pintada na região dos braços e peito dos guerreiros. Para Duran, esta pintura também transforma o corpo, tornando-o mais robusto, como instrumento de guerra e barreira contra possessão por espíritos malfazejos. Ver DURAN. Maria Raquel da Cruz. Padrões que... op. cit., p. 131-133. Além disso, os guerreiros também pintam o corpo de preto, incluindo o rosto, conforme no depoimento de dois Kadiwéu que narraram uma de suas incursões contra invasores no território para o filme “A nação que não esperou por Deus” de 2015, dirigido por Lúcia Murat e Rodrigo Hinrichsen. Após pintar o rosto, não pode sentir dó de ninguém, pois a “brabeza” toma conta como uma espécie de espírito que entra no corpo do guerreiro. O momento exato em que estão os depoimentos é no tempo 21:55 do filme, disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=_GaymMcHmTU&t=217s > Última visualização: 29/03/2024.

¹⁴⁰⁶ O antropólogo Basques Junior registrou sobre uma assembleia Kadiwéu ocorrida na aldeia da Tomázia, do qual ouviu de um indígena. Antes da “reocupação” de uma fazenda no território (a Baía da Bugra), o Cap. Ambrósio da Silva disse que todos deveriam atuar na ação sem pinturas de guerra, apenas com chapéu, calça, bota e caneta na mão, para que todos vissem que os Kadiwéu também eram fazendeiros. Para a obra do autor, ver BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS... op. cit., p. 15.

¹⁴⁰⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 98.

em banquete, lhe comunicando que já estavam de saída em direção a “Baía do Nogueira”¹⁴⁰⁸, em busca de apreender os equipamentos e impedir os trabalhos de medição do Agrimensor Serônio/Sorrente, feitos para um fazendeiro que sobrevoava constantemente a área de avião¹⁴⁰⁹, mantendo-se seguro, mas que no dia “*passou baixinho, baixinho*”¹⁴¹⁰. Sua fazenda estava ligada, isto é, “colada” com a do Manoel Aureliano da Costa Filho, conhecido como Dr. Lívio Costa¹⁴¹¹, possivelmente parentes. É imperativo considerar que os Kadiwéu já vinham de longa data observando estes sujeitos, sabendo em quais pontos costumavam estar ou transitar no território e em qual período do dia¹⁴¹². Considerando isto, ao subirem pelo norte, situado há duas léguas das fazendas do Manoel Aureliano da Costa Filho, os Kadiwéu não encontraram Agrimensor nenhum, mas “depararam” com o Alceu José de Queiroz, cujos cavalos¹⁴¹³, armas¹⁴¹⁴ e carreta com todas as ferramentas foram apreendidas e teve ainda os mantimentos devorados por um grupo de 15¹⁴¹⁵ ou 10 guerreiros armados com fuzis novos. Por fim, o sujeito foi preso pelos Kadiwéu¹⁴¹⁶, não tendo tempo para instalar na área¹⁴¹⁷. Os depoimentos sobre o caso parecem sugerir que os Kadiwéu teriam supostamente o confundido com um agrimensor, pois “*encostaram-lhe os fuzis no pescoço*”¹⁴¹⁸, ou então “*um índio meteu um revólver no ouvido dêle*”, e após o fazendeiro explicar que estava ali por ordem do Inspetor, teria ouvido em resposta: “*Não. Vocês são invasores de terra*”, mantendo-o preso¹⁴¹⁹.

¹⁴⁰⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 97.

¹⁴⁰⁹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 261, 265.

¹⁴¹⁰ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 273.

¹⁴¹¹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 246.

¹⁴¹² Maria Duran apontou este fator numa incursão lançada pelos Kadiwéu em 2015. Os indígenas disseram-na que nunca atacam inimigos mais poderosos sem estudá-lo antes. Ou seja, sua posição, sua rotina, suas fraquezas, etc., Ver DURAN. Maria Raquel da Cruz. Padrões que... op. cit., p. 196.

¹⁴¹³ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 80.

¹⁴¹⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 124.

¹⁴¹⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 244.

¹⁴¹⁶ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 124.

¹⁴¹⁷ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 46.

¹⁴¹⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 124.

¹⁴¹⁹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 244.

O encontro dos Kadiwéu com o sujeito ali já estava prescrito, numa articulação com o Inspetor Fernando da Cruz. Pouco antes de ocorrer a Assembleia Kadiwéu, o Inspetor acolheu 3 fazendeiros: Baldomero Penágio Flores, Ivo Mota e Alceu José de Queiroz, arrecadando um milhão, quatrocentos e noventa e quatro mil cruzeiros, enviando todos para a região da “Terra Fofa”, ao norte do território¹⁴²⁰, empregando a renda em prol dos indígenas da IR5¹⁴²¹. O Inspetor era pessoalmente contrário aos arrendamentos e declarou que estivera sob pressão e tentativa de suborno pelos 3 fazendeiros¹⁴²², sob a articulação pessoal do Leôncio de Souza Brito¹⁴²³ (quem aliás, tinha arrendamento feito com o SPI, até em nome de um dos seus filhos, menor de idade, descoberto pelo Fernando da Cruz¹⁴²⁴, e que já tinha sólidos planos e grande interesse em adentrar naquela região, levando-nos a questionar se os três fazendeiros não seriam seus “laranjas”¹⁴²⁵, o que fica ainda mais sugerido por conta de um ato falho cometido pelo Sr. Deputado Edison Brito Garcia, que foi prontamente apontado pelo Inspetor ao admitir que os sujeitos não tinham sequer gado para colocar na área¹⁴²⁶) para aceitá-los. A região da “Terra Fofa” era um dos pontos de caça Kadiwéu¹⁴²⁷, que era reivindicada pelo fazendeiro Manoel Aureliano da Costa Filho, como sua propriedade particular, conforme declarado pelo próprio: “*A posse que ele [Fernando da Cruz] queria dar era a minha terra*”. Com isso, ao chegarem à zona reivindicada e “depararem” com o fazendeiro erguendo posse, os Kadiwéu teriam supostamente o confundido com o próprio Manoel Aureliano da Costa Filho: “*Você não é o [Manequinho]? Temos ordem do Chefe para matar o [Manequinho], o Primitivo e o Walter*”¹⁴²⁸. Está claro que a ação indígena procurava entabular uma justificativa inicial a partir do trabalho de cercas por fazendeiros dentro do território, que foram levados à cabo pelo sujeito que fiou nas garantias de vida dadas pelo Inspetor. Dentre todas as zonas em

¹⁴²⁰ Para o Sr. Baldomero, ver M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 29 - Planilha 279, p. 179-180. Para o Sr. Ivo Mota, ver M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 42-47. E para o Sr. Alceu José de Queiroz, ver M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 28 - Planilha 272, p. 52.

¹⁴²¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 42.

¹⁴²² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 154-155.

¹⁴²³ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 4, p. 29-31.

¹⁴²⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 14. M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 04, p. 28-29.

¹⁴²⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 4, p. 30.

¹⁴²⁶ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 86.

¹⁴²⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 72.

¹⁴²⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 244.

território Kadiwéu, os 3 fazendeiros foram enviados exatamente para o epicentro da ação guerreira.

De fato, os detalhes envolvendo o desdobramento da Retomada do Naitaca trazem à tona a existência de uma meticulosidade na ação, ao passo em que afloram os elementos guerreiros culturais Kadiwéu, fortalecendo a argumentação que a iniciativa foi indígena. Logo após prenderem o fazendeiro, os Kadiwéu prosseguiram ao norte e foram até a Fazenda da Lontra, onde estava o Primitivo Couto, e formaram-se dois grupos: o primeiro, montado, posicionou de frente à casa, enquanto o segundo, a pé, cercara por trás. E quando os residentes deram conta, “*a casa estava rodeada de índios. Não deu tempo para nada*”¹⁴²⁹, tal qual a antiga tradição guerreira de emboscadas. No entanto, segundo os Kadiwéu, ao aproximarem da habitação, entre 8 e 10 homens tomaram refúgio no interior, e colocaram o cano de suas armas em orifícios apropriados na parede¹⁴³⁰, corroborando com a espera de retaliações. A coalizão indígena nesse ponto, já reunia algo próximo de 50 guerreiros¹⁴³¹, portando em sua maioria armas de cano longo e quase todos com duas armas de fogo¹⁴³², entre revólveres, fuzis novos¹⁴³³ Mauser com carregadores (pentes) e fuzis não novos¹⁴³⁴, mosquetões¹⁴³⁵, e carabinas¹⁴³⁶. A esposa do Primitivo Couto esteve à porta e implorou, provocando escárnio nos guerreiros¹⁴³⁷, que lhe explicaram que o objetivo ali era matar o seu

¹⁴²⁹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 254.

¹⁴³⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 97-98.

¹⁴³¹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 245. O número de guerreiros não parece desrazoável. Segundo a tradição oral Kadiwéu colhida por Pechincha em 1990, quando iam para a guerra, o Capitão (no caso o Capitãozinho) reunia muitos guerreiros em um lugar específico. Então subdividiam em 4 grupos, com cada um comandado por 4 Yodapoaynigi, que eram guerreiros especiais, cativos do Capitão. Um dos 4 era o imediato do Capitãozinho, avô do guerreiro Antônio Mendes (Cap. Nauwilo). PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 125, 149-150. Já o antropólogo Jaime Garcia ouviu de um “nobre” da família dos Matchúa ao fim de 1980 e início de 1990 que, caso vigorasse as mesmas disposições políticas dos antepassados, ele seria, naquele momento, quase como um rei, denotando com isso a quantidade de cativos, e por conseguinte, a capacidade de mobilização daquela família. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 128.

¹⁴³² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 254-255.

¹⁴³³ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 244.

¹⁴³⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 274.

¹⁴³⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 259.

¹⁴³⁶ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 261.

¹⁴³⁷ Segundo Ribeiro, o caráter mais particular da filosofia Kadiwéu é a pouca ênfase dada à exaltação dos humildes. RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 42.

marido, denotando com isso a necessidade de vingarem o companheiro. Mas deram permissão e garantia para que a senhora deixasse a casa em segurança, o que estaria de pleno acordo com a tradição guerreira de poupar as mulheres, enquanto exultavam em gritos de excitação guerreira¹⁴³⁸. Em algum momento esteve à porta o Primitivo Couto, de arma em punho, quando em sua frente, sozinho e a cavalo, esteve o guerreiro Dico Rafael¹⁴³⁹ (Kadiwéu de traços africanos, filho do “*correntino*” argentino¹⁴⁴⁰ guerreiro Rafael Soares¹⁴⁴¹), que lhe disse para entregarem a casa¹⁴⁴² e avisando que iria matá-lo¹⁴⁴³ (sugerindo que o guerreiro e o pai estavam diretamente relacionados com o indígena aleijado e, por conseguinte, com a Família

¹⁴³⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 254-255. Segundo Clastres, antes de tudo, o guerreiro é a sua paixão ou amor pela guerra. E tal característica é intrinsecamente preponderante nos povos indígenas do Chaco, que não por acaso, é de onde os Kadiwéu são oriundos. CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência... op. cit., p. 214, 217. Nesse sentido, Maria Vinha, em 1998, colheu o depoimento de um Kadiwéu, possivelmente jovem, que lhe declarou sobre ouvir a história contada pelos anciãos dos antepassados guerreiros: imediatamente sentia-se um, despertando-lhe o desejo de aprender, incentivando-o a treinar sua resistência física. VINHA, Marina. Corpo-Sujeito Kadiwéu: jogo e esporte. 2004. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2004, p. 142. Por fim, um jovem Kadiwéu narrou a incursão guerreira que lançaram contra invasores no território para o filme “A nação que não esperou por Deus”, de 2015. Contou a ação com o tradicional e visível orgulho Kadiwéu debochando da reação dos sujeitos apavorados. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=_GaymMcHmTU&t=217s > Última visualização: 29/03/2024. O tempo exato no vídeo é: 20:17.

¹⁴³⁹ A atuação do guerreiro Dico Rafael e alguns outros mantém plena afinidade com as reflexões de Clastres sobre a busca dos guerreiros indígenas por prestígio, que cada vez mais arriscam a vida em ações difíceis para obter a glória, a fim de distinguirem-se dos companheiros de armas. Renunciando à segurança pessoal, avançam em território inimigo para obter espólios de guerra dos adversários reputados como os mais valentes. Quando as expedições guerreiras são organizadas, um punhado de guerreiros desligam-se dos companheiros e vão muito à frente da linha, intencionando realizar o primeiro ataque contra inimigos sempre mais numerosos. A glória que advém desse ato de bravura é elevadíssima, sobretudo ao abater os inimigos em seu próprio acampamento, no meio de flechas que atentam contra a sua vida. Como exemplo de tais condutas guerreiras, Clastres citou o Apache Jerônimo, que não hesitou em atacar aldeias mexicanas acompanhado apenas de mais 2 ou 3 guerreiros, enquanto um guerreiro Crow sozinho atacou os Sioux. Um Cheyenne seguiu sozinho em meio a um tiroteio, além de casos assim envolvendo os Yanomami, os Chulupi com os Toba, etc. Todos estes casos põe em relevo o desprezo pelo perigo por um punhado específico de guerreiros que buscam prestígio e glória dentro de sua sociedade. Para Clastres, ver CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência... op. cit., p. 228, 230, 216.

¹⁴⁴⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 11.

¹⁴⁴¹ A alcunha “argentino” certamente teve a intenção de ressaltar que o guerreiro era cativo, capturado naquele país, ou talvez seus antepassados, mas que ascendeu a um certo posto de liderança devido aos méritos guerreiros. Exemplos de tal ascensão são o Cap. Nauwilo, o Cap. Joãozinho, o Cap. Laureano, etc. E Capitães mitológicos como o Kaiowá Balayadiyoxia, quem ensinou os Kadiwéu a fazerem cocares. Mônica Pechincha ouviu de um Kadiwéu acerca dos cativos que eram chamados de bolivianos, xamacocos, animayas, paraguaios, “civilizados”, etc., apesar de viverem há gerações com os Kadiwéu. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., 72-73, 159-160. Ver também, LECZNIESKI, Lisiane K. Estranhos laços... op. cit., p. 114-116. O fato de os cativos ascenderem ao posto de liderança por meio do prestígio guerreiro está consoante as formulações de Clastres, quem afirmou que para os povos do Chaco, a carreira de armas estava aberta a todos os jovens sem distinção, e que o ingresso aos círculos “nobres” dependia exclusivamente de façanhas na guerra. Ver CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência... op. cit., p. 214.

¹⁴⁴² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 245.

¹⁴⁴³ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 255.

“nobre” dos Matchúa¹⁴⁴⁴). O guerreiro Dico Rafael fez o disparo que levou o inimigo a desmaiar dentro da casa e socorrido por um dos homens que lá estavam e recobrando a consciência, atirou noutro Kadiwéu que já vinha pela porta, quebrando-lhe a pena¹⁴⁴⁵. A partir daí houve um intenso tiroteio em que dois Kadiwéu foram feridos de raspão, caindo um inconsciente do cavalo¹⁴⁴⁶, levando-os a executar uma manobra de recuo, apeando dos cavalos

¹⁴⁴⁴ A antropóloga Mônica Pechincha ouviu nos anos 1990 do Kadiwéu Domingos, um guardião do repertório mítico do povo Kadiwéu e cativo da família “nobre” dos Matchúa, que a relação entre os senhores e cativos era a mesma de que a de mãe e pai para com um filho. Mas também eram como gado passível de venda. Assim, o ancião afirmou que a sua senhora, Dona Aracy Matchúa possuía muitas “criações”. Os cativos eram adotados e criados como filhos. É significativo que os nobres Kadiwéu chamem os cativos por “meu criado” e que dividam a casa com ele, conforme Lecznieski testemunhou em pesquisa de campo, pois habitou na casa de um membro da família “nobre” dos Silva, que morava com o irmão, quem na verdade era cativo de seu pai. Portanto, é sugestivo que os Matchúa tenham liderado a incursão com seu cativo guerreiro Antônio Mendes. Mônica Pechincha ouviu que os ancestrais míticos dos Capitães estão conectados com os Capitães e com os seus cativos também, todos por meio de laços familiares profundos, cujas “histórias de fazer nome” (mitos de onde cativos e senhores de uma família específica recebem nomes por anciãos especializados) são compartilhados. E assim, quando da necessidade de irem para a guerra, os Capitães e cativos faziam uma reunião, conformando um grupo familiar cuja atuação também era política. E devido a esses laços que os “nobres” não podem casar com os seus cativos, já que nesta lógica, são parte da mesma família, conforme constatado por Jaime Garcia ao fim de 1980 e início de 1990 e observado por Rivesseau ao início dos anos 1900’s. Cabe estabelecer, porém, de acordo com Basques Junior, que eram relações entre senhores e cativos e que apesar de os cativos aparecerem nos mitos como capturados para serem criados pelos Kadiwéu como irmãos e companheiros junto aos seus filhos, cabiam aos cativos uma série de deveres a cumprir. Por outro lado, também exigem dos senhores obrigações a cumprir. Dessa maneira, de acordo com Basques, os “nobres” que agissem sem prover ganhos aos seus cativos não eram apenas criticados, mas retaliados. Para Pechincha, ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 51, 72-73, 79, 86-88, 91-92, 126-129. Para Garcia, ver SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou...” op. cit., p. 126. Para Basques Junior, ver BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS... op. cit., p. 50, 55-57, 59-60. Para Lecznieski, ver LECZNIESKI, Lisiane K. Estranhos laços... op. cit., p. 33, 39, 120, 130, 134-135, 162. Para Rivesseau, ver RIVASSEAU, Emilio. A vida dos índios... op. cit., p. 87.

¹⁴⁴⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 245. Na cultura Kadiwéu, conforme registrado por Mônica Pechincha em 1990, o Yodapoynigi era um modelo de guerreiro ideal, submetido desde criança à testes físicos para que não mais sentisse dor nem medo e que assim desenvolvesse rigidez em seu caráter. Esta casta de guerreiros era muito seleta. Não eram todas as crianças que passavam por este treinamento. A antropóloga registrou um dos mitos em que um guerreiro com a bacia quebrada e perna baleada, voltou cavalcando por quatro horas, sem contar nada a ninguém, desceu sozinho do cavalo e arrastou até o fogo, recusando a ajuda que lhe fora oferecida para descer e para assar o churrasco. Aquele guerreiro dormiu a noite inteira sem gemer e no outro dia pediu para trazerem seu cavalo que arrastando até alcançar o arreou e só quando chegou na aldeia é que procurou tratamento. Uma vez recuperado, o guerreiro ficou “ruim mesmo”, pois matava qualquer um sem sentir dó. Dessa forma, ao que nos parece, esses guerreiros que avançaram na frente para atacar a casa sem temerem por sua segurança na linha de frente da batalha, integravam esta casta seleta. Mais do que isso, os cativos de maior destaque, como Antônio Mendes, Dico Rafael e Rafael Soares eram possivelmente parte desta casta. Pechincha colheu o depoimento de um ancião Kadiwéu sobre um cativo que era um Yodapoyanigi e que teria aprendido cânticos, um tipo de saber mítico de primeira importância. Na verdade, é possível que apenas cativos pudessem ocupar esta casta, sendo significativa a ausência do nome dos Matchúa na Retomada do Naitaca. Sobre isso, Pechincha registrou um mito dos Matchúa na Guerra contra o Paraguai em que cativos Yodapoynigi “aconselharam” o Capitão a não lutar no conflito, deixando em suas mãos fazer guerra. Nesse caso, interessante notar que são os próprios cativos quem retiram do Capitão a chance de tomar butim ou novos cativos, ficando tudo para os guerreiros. PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 119-120, 126, 149-150. Por outro lado, há rituais reservados apenas aos nobres, como a pesquisadora Maria Vinha colheu nos anos 2000, dos Matchúa, que para terem “força”, praticavam desde criança o ritual de “cura” da fraqueza com o veneno de uma serpente. VINHA, Marina. Corpo-Sujeito Kadiwéu...op. cit., p. 156.

¹⁴⁴⁶ O registro estabelece que sofreram ferimentos aparentemente superficiais. Todavia, é possível que oculte feridas mortais. De acordo com Clastres, a tacha elevada de guerreiros indígenas mortos em batalha não deve

e evitando desperdiçar munições ou baixas e provocando dubiedade nos sitiados. Ao mesmo tempo, um guerreiro veloz, com um facho de capim incendiado, atirou-o na varanda feita de palha ligada à casa de madeira, incendiando-a em grande fogaréu¹⁴⁴⁷ pela parte de trás, onde estava o segundo grupo de indígenas. Para a mulher, os Kadiwéu disseram-na que saísse primeiro, o que fez correndo¹⁴⁴⁸. E em seguida saiu o restante desesperadamente e sem rumo em direção à mata, um por um¹⁴⁴⁹, até alcançar o córrego, mas sem que os Kadiwéu fizessem nada. Por último saiu o Primitivo Couto, morto por arma branca pelo guerreiro Dico Rafael, que o degolou e teve outras partes mais do corpo mutiladas como espólio de guerra¹⁴⁵⁰, quando tentou passar por uma cerca como os demais, onde os Kadiwéu já lhe aguardavam¹⁴⁵¹ para efetuar a consumação da vingança pelo companheiro aleijado e agora pelos três feridos

surpreender aos analistas. O destino do guerreiro é a morte nas mãos dos inimigos. Os mais proeminentes guerreiros rememorados são mortos desta maneira. CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência...* op. cit., p. 232.

¹⁴⁴⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 98.

¹⁴⁴⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 245.

¹⁴⁴⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 98.

¹⁴⁵⁰ Segundo Clastres, a maioria dos homens indígenas oriundos do Chaco não almejavam o título de guerreiro, renunciando deliberadamente tal glória. Mesmo após matar inimigos na guerra, não faziam escalpo como espólio. Já a casta seleta de guerreiros, por sua vez, ao retornarem de uma incursão, traziam os escalpos para a aldeia onde eram celebrados. Para Clastres, o guerreiro estava inevitavelmente lidando com a morte que lhe era vizinha e questão de tempo até que morresse, já que o guerreiro precisa fazer sempre mais guerras para provar seu valor. Ver CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência...* op. cit., p. 232-234, 217, 224-225.

¹⁴⁵¹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 245, 25. O capataz teve a orelha, o dedo que tinha a aliança e outro dedo que tinha um anel de pedra (preciosa provavelmente) cortados. Arrancaram os olhos e levaram para a aldeia. O gesto encontra explicações na cultura Kadiwéu. Jaime Garcia verificou e intitulou como “curioso” que os animais domésticos Kadiwéu recebessem nomes, de acordo com eventos ligados às ações guerreiras, por donos, parentes ou antepassados destes que atuaram na defesa do território. Assim, havia um cachorro cujo nome era “Dedo” em 1990, porque um guerreiro no passado matou um invasor e trouxe o dedo com anel para entregar a dona do cão, pedindo-a para pôr este nome no animal. Tal aspecto cultural está entrelaçado com outro fator importante notado por Jaime Garcia. Os Kadiwéu, especificamente as anciãs responsáveis por guardar os nomes, batizam ou renomeiam um membro do grupo a partir de histórias dos antepassados que empreenderam batalhas contra invasores. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou...” op. cit., p. 176, 85. A informação foi posta em relevo também por Maria Duran, afirmando que os nomes Kadiwéu estão relacionados com as ações de pessoas. Ver DURAN. Maria Raquel da Cruz. *Padrões que...* op. cit., p. 105. No mesmo período dos anos 1990, a antropóloga Mônica Pechincha colheu um fragmento de tradição oral guerreira Kadiwéu sobre um certo “branco” que quis “morar” no território, levando os Kadiwéu a perguntarem entre si porque queria morar ali, já que não era Kadiwéu. E então o decidiram matar, levando-o para uma região distante e o degolaram. Além disso, também há fragmentos que versam, após matarem invasores, jogarem corpos no córrego. Ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. *Histórias de admirar...* op. cit., 6-8.

na batalha¹⁴⁵². Nessa Fazenda da Lontra moraria ainda um parente seu, tal de Olívio Couto¹⁴⁵³. Após a ação, os Kadiwéu tomaram o tradicional butim guerreiro¹⁴⁵⁴.

Figura 87: Kadiwéu armado posando para foto com o couro de onça abatida (anos 1940)¹⁴⁵⁵



Fonte: Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 194 . DR foto 638 194.

Todavia, após rumarem no mesmo dia para o Retiro Santa Marta, onde estaria o capataz Walter dos Santos, os desdobramentos aqui sugerem que entre os Kadiwéu com este último havia certos entendimentos. Quando os Kadiwéu chegaram no Retiro Santa Marta, estranhamente o capataz Walter não estava lá, sendo que este foi avisado poucos dias antes para sair da área pelo guerreiro Antônio Mendes. Na fazenda estava o primo do capataz e duas pessoas idosas, poupados sem maiores sobressaltos. Na verdade, o idoso Isidoro Paim, quem era um capataz ou arrendatário do Vicente Jacques¹⁴⁵⁶, ao ter o cano de uma arma posta no pescoço, foi reconhecido por outro Kadiwéu como o tendo tratado bem e até salvado sua vida

¹⁴⁵² A antropóloga Lecznieski em pesquisa de campo entre 2000-2005, destacou que a instituição da “vendeta” era algo vigente entre as famílias Kadiwéu. LECZNIESKI, Lisiane K. Estranhos laços... op. cit., p. 143-144.

¹⁴⁵³ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 60, 237.

¹⁴⁵⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 245-246, 250, 257. Segundo os relatos colhidos, os Kadiwéu subtraíram quantidades astronômicas de gado e móveis. Porém, isto parece mais uma estratégia por fazendeiros para adquirirem reembolsos pela União tutora dos Kadiwéu. Além disso, o valor material do butim guerreiro, conforme exposto por Clastres, não possui caráter econômico para os guerreiros do Chaco. O butim é de valor simbólico, representa a coragem do guerreiro que enfrentou os inimigos do grupo e os trouxe para adquirir o reconhecimento de seu prestígio guerreiro. Para Clastres, ver CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência... op. cit., p. 217, 219.

¹⁴⁵⁵ Imagem melhorada digitalmente pelo autor.

¹⁴⁵⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 163, p. 112.

em outra ocasião, denotando que parte dos indígenas conheciam aqueles fazendeiros e tinham certo respeito. O Isidoro Paim pediu um prazo para sair da área até o dia seguinte, a fim de salvar o gado, e ouvindo por resposta dos Kadiwéu que deveria sair até às 6 horas, já que após isso viriam as forças armadas e com isso não poderiam garantir. Na verdade, o sujeito teve até uma “prosa” e ouviu dos Kadiwéu que a maioria do seu arsenal renovado era composto por fuzis Mauser com carregadores, tipo de armamento moderno do qual o capataz sequer sabia que existia¹⁴⁵⁷. Desse modo, em que medida a postura Kadiwéu aqui não está relacionada com a continuidade do capataz Walter dos Santos em pagar tributos? Seja como for, os guerreiros foram decididos a expulsão, já que ao redor da casa também haviam formado dois grupos¹⁴⁵⁸. Ordenaram que retirassem tudo de dentro porque queimariam, tomando novo butim¹⁴⁵⁹. Tal qual na Fazenda da Lontra, também no Retiro Santa Marta, havia mais homens por ali, inclusive membros da Família Jacques¹⁴⁶⁰, que foram poupados e prontamente desarmados, bem como advertidos de que poderiam ter o mesmo destino do que o Primitivo Couto, caso tentassem alguma coisa¹⁴⁶¹. E assim, conforme um invasor: “*Na nossa frente*”, puseram fogo e “*nos deixaram na rua, sim senhor*”¹⁴⁶², limpando ambas as fazendas sem deixar vestígios¹⁴⁶³. Enquanto a casa ardia, um indígena vestindo botas amarelas e chapéu panamá, ao subir sob um cupinzeiro, tirou foto da casa em chamas¹⁴⁶⁴: mais um espólio de guerra¹⁴⁶⁵.

¹⁴⁵⁷ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 273-274.

¹⁴⁵⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 4, p. 33.

¹⁴⁵⁹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 245-246.

¹⁴⁶⁰ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 257-258, 274.

¹⁴⁶¹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 4, p. 33.

¹⁴⁶² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 4, p. 34.

¹⁴⁶³ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 262.

¹⁴⁶⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 245-246.

¹⁴⁶⁵ A antropóloga Mônica Pechincha foi apresentada a uma fotografia por uma liderança Kadiwéu em 1990, que registrou o momento em que incendiaram uma fazenda. Mas esta seria outra, pois os Kadiwéu estavam descamisados com pinturas de guerra e alguns com adereços de penas. A antropóloga frisou que a liderança ostentava um semblante grave e altivo ao mostrá-la. A autora assinalou que com o tempo, os Kadiwéu passaram a encenar o que chamou de “versão moderna do rito de guerra”, que seria a “limpeza”, ou seja, erradicação de fazendas arrendadas. Aparentemente, a gênese disto está na Retomada do Naitaca, com modificações. Nos anos 90, bastava que um Capitão reunisse seus auxiliares às vezes chamados de capangas pelos Kadiwéu, e demais guerreiros, decidindo o dia para a manobra. Nesses dias buscam mais munições para as armas, enquanto as mulheres trazem a matula. Após isso, os guerreiros seguem a cavalo para o pantanal. Ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., 118-119.

Figura 88: Kadiwéu armados e Serventuário Dilermano Silva com onça abatida¹⁴⁶⁶ (1940)



Fonte: Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 192 . DR foto 638 192.

Ao queimarem ambas as fazendas, os Kadiwéu combateram contra a possibilidade de esbulho-possessório pela raiz, erradicando as estruturas do Manoel Aureliano da Costa Filho, defendendo o território. A partir das declarações dos fazendeiros, este aspecto fica evidente, pois fora relatado por estes que os guerreiros teriam dito: “*Se os índios não defendem o que é seu, como irão fazê-lo em seu nome?*”. Ou seja, já era tempo de os guerreiros agirem ao invés de esperarem pelo SPI, conforme decidido contra o voto apostado do Cap. João Príncipe na Assembleia. Por esse caminho, o etos guerreiro Kadiwéu estava no ápice, pois os sujeitos expulsos ouviram claramente: “*Ou vocês abandonam estas terras, ou vão morrer todos, porque os índios estão dispostos a botar para fora os portugueses que se apoderam de suas terras*”¹⁴⁶⁷. A advertência Kadiwéu é um aspecto constante e marcante de sua cultura nesse contexto. Afinal, engajar na guerra não é algo trivial, mesmo para um povo guerreiro, pois tal atividade está cercada por concepções xamânicas temíveis¹⁴⁶⁸. Apesar disso, os Kadiwéu

¹⁴⁶⁶ Darcy Ribeiro, em entrevista na década de 1990, lembrou quando saiu com os Kadiwéu e uma onça os atacou, arrebatando os arreios do cavalo à frente, levando um indígena a cair. O antropólogo contou que saiu atrás da onça e os Kadiwéu atrás dele, preocupados com a possibilidade de que fosse devorado pelo felino, já que os ataques das onças era algo comum para os Kadiwéu. GRUPIONI, LUÍS DONISETTE BENZI e FARJADO GRUPIONI, MARIA DENISE. Entrevista com Darcy Ribeiro. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 3, n. 7, nov. 1997, p. 170. (Imagem melhorada digitalmente pelo autor)

¹⁴⁶⁷ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 124.

¹⁴⁶⁸ Mônica Pechincha recolheu e analisou uma série de fragmentos da oralidade Kadiwéu que dão conta de apontar a linha tênue entre o humano (cultura) e o animal (natureza ou bicho, como os Kadiwéu traduzem para o português). Esta separação, caso não tomada uma série de cuidados necessários e certas observações e restrições, o humano corre risco de transformar em animal (bicho) alterando a perspectiva da realidade e levando-o a ver o mundo como uma fera, ignorando tabus. A guerra que leva ao apresamento de cativos, ao derramamento de sangue e a morte de inimigos trazem estes riscos de forma acentuada, exemplificado num mito Kadiwéu que após matarem e fazerem verter o sangue de tantos paraguaios, acabaram matando, estripando e devorando um

pareciam dispostos e preparados para assumir as consequências¹⁴⁶⁹, incorporando a Retomada do Naitaca como um evento tão importante o quanto a memorável batalha travada por seus antepassados contra o latifundiário português Joaquim Malheiros, no início do século XX¹⁴⁷⁰.

A tentativa de encapsulação pelo Inspetor

Após a erradicação da fazenda vizinha, o capataz do Dr. Lívio Costa passou um rádio para comunicar o evento. No dia seguinte¹⁴⁷¹ foi o Inspetor Fernando da Cruz, em companhia do Major Couto (informado por políticos locais que tinham grande interesse no território Kadiwéu¹⁴⁷²), até o PI P. Alves de Barros. O Inspetor não permitiu o trânsito de soldados armados da força pública dentro do território, dando, entretanto, garantias de segurança ao

padre porque naquele ponto, haviam atravessado a barreira do humano para o animal, levando-os a cometerem o ato tido como imprudente e altamente reprovável, porque o padre tinha poderes divinos e apenas um animal com poderes sobrenaturais tem força para derrotá-lo. O risco de virar fera era mais urgente para os xamãs, conforme Ribeiro registrou em sua obra sobre um ritual de cura realizado pelo xamã João Gordo, que ao narrar sua viagem xamânica pelo pantanal, declarou que a onça lhe cumprimentou pelo nome e o convidou para comer uma bonita carne de anta. Mas o xamã recusou porque a carne estava crua e assim não poderia comer, já que a separação entre o cru e o assado também demarca a linha entre humano e o animal. Sobre isso, conforme inferido por Pechincha, os animais são admirados e temidos por sua força ou inteligência, mas virar um deles é uma condição totalmente indesejável para os Kadiwéu. Significativamente, a guerra é chamada pelos guerreiros como “trabalho de onça”. Conforme no mito da Nikikana (Capitã mítica ancestral da Família “nobre” dos Matchúa), colhido por Pechincha, uma onça vestida como humano a engravidou e após o nascimento do filho, a onça apareceu em sua forma animal, denotando a faceta cambiável da perspectiva xamânica. A criança foi concebida e cresceu na mata, nascendo em forma animal e que precisou da intervenção de uma pomba, com quem conversou para que a reintroduzisse no que seria o mais próximo da fronteira do humano, pois como animal não conseguia ver quem eram os seus avós (antepassados) nem os seus parentes, tão pouco ouvi-los nem os entender. Para Ribeiro, ver RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 212-215. Para Pechincha, ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 94-95, 98-101, 103-108, 124, 156-158. Para a análise aqui exposta do fragmento oral colhido por Pechincha, ver LECZNIESKI, Lisiane K. Estranhos laços... op. cit., p. 94-95, 144-146.

¹⁴⁶⁹ Ribeiro ouviu dos Kadiwéu que após um membro do grupo matar, qualquer pessoa, inimigo ou membro do grupo, deveria passar por uma cerimônia que era tocar um tambor e cantar durante uma noite inteira, contando como matou, em que lugar, qual armas utilizou e o quanto teve que lutar. Isto era para purificar o guerreiro com a intenção de livrá-lo de alguma influência maléfica e talvez toda a aldeia. RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 193. Isto põe em evidência, novamente, que matar alguém é algo perigoso na visão dos Kadiwéu.

¹⁴⁷⁰ O antropólogo Jaime Garcia colheu um fragmento de tradição oral Kadiwéu em 1989, que parece traduzir muito bem esta conexão entre a guerra com os antepassados e o território, inclusive levando ao antropólogo a intitular a sua tese com uma frase marcante neste relato. O Kadiwéu André Soares lhe disse que aquele “campo custou o sangue de nossos avós” e que ninguém iria tomar, pois os Kadiwéu não podiam permitir isto por conta da luta de seus antepassados. SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou... op. cit., p. 218.

¹⁴⁷¹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 246.

¹⁴⁷² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 260-261.

Delegado Maj. Orivaldo Cardoso¹⁴⁷³ (quem foi assassinado pouco tempo depois e fora do território Kadiwéu, por circunstâncias não especificadas¹⁴⁷⁴), para atuar no território em 30/12/1962¹⁴⁷⁵, proibindo o trânsito dos indígenas na região do conflito e cuidando para que um familiar do Primitivo Couto tivesse meios de ir à região reunir o gado¹⁴⁷⁶, certamente tudo estando acordado com os indígenas. De fato, o Inspetor não permitiu contato direto dos Kadiwéu com o Major Couto. Primeiramente, falou sozinho com eles, intermediando a situação, até que parte do grupo falou com o Major¹⁴⁷⁷. Além disso, 12 dias depois, em 12/12/1962, o Inspetor solicitou um contingente da polícia militar para ficar no PI P. Alves de Barros, por tempo indeterminado, até que fosse arrebanhado o gado dos invasores, mas o contingente seria acompanhado e guiado pelo Cap. João Príncipe¹⁴⁷⁸. Interessante notar que o Capitão ficou conhecido entre os fazendeiros como a liderança que recusou a participar do ataque¹⁴⁷⁹, lhe permitindo trânsito fácil entre os fazendeiros. Todavia, não é possível desconsiderar a possibilidade de que isto fosse uma tentativa pelo Inspetor para reposicionar no cargo de Cap. de Ald. a liderança que poderia apaziguar o ímpeto guerreiro Kadiwéu já posto em movimento.

Segunda fase: a erradicação dos periféricos condôminos do Nabileque

Na ocasião em que os Kadiwéu trataram com o Major Couto, já estavam embrenhados na mata da Serra da Bodoquena¹⁴⁸⁰. Um tipo de tática cultural que ao mesmo tempo serve de proteção e cria as melhores condições para emboscadas com maximização dos ganhos¹⁴⁸¹.

¹⁴⁷³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 181, p. 66.

¹⁴⁷⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 48. M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 38.

¹⁴⁷⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 259, p. 90-91.

¹⁴⁷⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 181, p. 66.

¹⁴⁷⁷ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 246.

¹⁴⁷⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 16.

¹⁴⁷⁹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 267.

¹⁴⁸⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 259, p. 90-91.

¹⁴⁸¹ Conforme analisado por Roller, desde o período colonial, era quase impossível distinguir quando as toldeiras aproximavam com o intuito de firmarem boas relações, ou se era espionagem para planejar emboscadas contra portugueses ou espanhóis. Conforme dito algures e recuperado na análise da autora, as toldeiras consideravam as

Portanto, em pleno ritmo guerreiro, os Kadiwéu prosseguiram até onde estava o invasor Aires Leiria Pereira¹⁴⁸², quem estava povoando a zona que pertenceria supostamente a um Capitão do Exército não identificado segundo os títulos do Nabileque, e ali lotou de aramados para o gado. Os Kadiwéu chegaram, de repente, determinando que os serviços fossem suspensos¹⁴⁸³, lhe dando um prazo para a retirada e fazendo o ultimato de que atacariam em um determinado dia. O invasor, em desespero e apavorado, retirou prontamente o gado, a fazenda e foi até a Polícia pedir por garantias¹⁴⁸⁴.

Ao analisar a documentação, está bem claro que a movimentação Kadiwéu estava inteiramente desprovida de qualquer intensão expansionista. Quando o fazendeiro Aires Leiria Pereira “*Desgostou-se*” com as autoridades, procurou o Sr. Vicente Jacques, que também morava na região e vendeu a gleba para este último. Com isso, o Sr. Vicente Jacques, que já tinha atritos de longa data com os Kadiwéu por disputas limítrofes na região sul e justamente por isso, bem-sabendo como proceder, foi até a IR5 para solicitar que um Kadiwéu lhe mostrasse quais eram os limites impostos pelos indígenas com relação ao território ao norte. Dessa forma, o fazendeiro consentiu de bom grado a perda de parte da área “*para evitar a encrenca com os índios*”¹⁴⁸⁵, certamente por acumular glebas com uma delas por preço reduzido. Assim, o fazendeiro foi alocado na posição de cordão sanitário em alguma parte da outra margem do rio, o que não foi de modo accidental. Afinal, a postura do Vicente Jacques possivelmente era uma cortesia frente ao fato de pouparem membros de sua família e o seu capataz ou arrendatário quando incursionaram no Retiro da Santa Marta e até mesmo deram um prazo, ainda que apertado, para retirarem o gado dali. Por outro lado, também é sugestivo que o Vicente Jacques estivesse ciente de que a área por ele adquirida estava de fato ingressando para o outro lado do Rio Naitaca.

Àquela altura, os Kadiwéu haviam extrapolado os acordos e entendimentos anteriores firmados com o Inspetor Fernando da Cruz¹⁴⁸⁶, pressionando-o para firmar novos acordos em

táticas ibéricas de guerra como algo tolo, pois enfrentavam inimigos de frente para obter pequenos resultados quando consideradas as baixas. A emboscada é uma especialidade Kadiwéu. ROLLER, Heather F. *Contact Strategies: Histories of Native Autonomy in Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 2021, p. 46-47.

¹⁴⁸² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 271.

¹⁴⁸³ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 4, p. 36.

¹⁴⁸⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 60-61.

¹⁴⁸⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 4, p. 36-37.

¹⁴⁸⁶ Para alianças políticas indígenas guerreiras e rompimentos, ver CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência...* op. cit., p. 194.

seus próprios termos indígenas. Por esse caminho, os Kadiwéu declararam para o Inspetor que o SPI não estava agindo para resolver a situação no território, tendo grande relevância o assassinato do Tereno Faustino de Souza naquele ano e dentro de sua própria casa¹⁴⁸⁷. Em meio ao completo fulgor das campanhas guerreiras ao norte, as demais famílias instaladas na zona protegida pela égide do Manoel Aureliano da Costa Filho, do qual a documentação não permite a identificação, já alarmadas, abandonaram¹⁴⁸⁸. Segundo o fazendeiro Janes Monteiro Leite, posseiro do Nabileque e detentor de contrato com o SPI, os vizinhos lhe disseram receberem ameaças dos Kadiwéu para abandonarem o território¹⁴⁸⁹. Os outros dois dos três “fazendeiros” que pagaram à IR5 para situarem na “Terra Fofa” no mês de outubro, “*quando iam para se localizar, houve essa morte e essas ameaças que fizeram a eles no caminho. Então, eles abandonaram*”¹⁴⁹⁰. Todos os não-indígenas “*ficaram em pânico*”¹⁴⁹¹. Em meio à crise, o Inspetor Fernando da Cruz instalou uma estação de rádio no território para comunicar diretamente com os Kadiwéu, a fim de “*ter um domínio sobre eles*”. O dispositivo era altamente interessante, por possibilitar aos Kadiwéu apresentar demandas diretamente à IR5, sem precisar sair do território. Todavia, alegando descrerem que a IR5 estivesse realmente atuando para protegê-los, dando a entender que continuariam a avançar ao norte, o Inspetor, por sua própria conta, fez uso da Renda indígena para comprar e distribuir 11 revólveres: “*Para provar que estou ao lado de vocês e que devem me ouvir e não praticarem violências, está aqui*”, o que foi aceito pelos Kadiwéu¹⁴⁹².

A relação entre a Retomada do Naitaca com os tributários Terena e Kinikinau

Conforme argumentado até aqui, havia um planejamento na Retomada do Naitaca de forma ordenada, mas com os indígenas atuando de acordo com sua própria lógica e o Inspetor com outra. Poucos dias após erradicarem as estruturas do Manoel Aureliano da Costa Filho, o

¹⁴⁸⁷ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 49.

¹⁴⁸⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 35, 37, 115.

¹⁴⁸⁹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 271.

¹⁴⁹⁰ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 271.

¹⁴⁹¹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 67.

¹⁴⁹² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 49-50.

Serventuário do SPI Loide Andrade, em 03/12/1962, comunicou, ao que tudo indica, a pedido dos Kadiwéu, com um velho amigo, o Darcy Ribeiro. À época, o antropólogo era Ministro da Educação e lhe foi solicitado para atuar conjuntamente ao Presidente da República e com o Ministro da Agricultura, para que, dessa forma, dessem suporte ao ato em Juízo por parte do Inspetor Fernando da Cruz, que propôs a anulação completa de todos os contratos de “*arrendamentos vergonhosos*”¹⁴⁹³ (o Inspetor, meses depois, tentou envolver o Darcy Ribeiro para defender os interesses dos Kadiwéu na CPI de 1963¹⁴⁹⁴). Portanto, o quanto maior fosse o impacto gerado na ação guerreira, maiores eram as chances de os Kadiwéu chamarem a atenção para a presença dos fazendeiros no território, apresentados como responsáveis pelos efeitos deletérios. Isto atribui grande sentido do porquê extrapolar as tratativas firmadas com o Inspetor, quem, dando apoio à queimação de duas fazendas, testemunhava escapar-lhe o controle com mortos e feridos, do qual sempre foi ilusório. A Retomada do Naitaca não estava alienada da situação dos Terena e Kinikinau no território. Além disso, a intensidade da ação na retomada geraria pavor sobre os fazendeiros, instalados em qualquer parte dele.

7.3 Do afervar ao arrefecer: à beira da conflagração geral

Neste subcapítulo analisamos as circunstâncias que operavam enquanto pano de fundo em MT, como consequência e, sobretudo, reação à Retomada do Naitaca pelos Kadiwéu. Procuramos dimensionar as forças que estiveram prestes a colidir e as estratégias e alianças mobilizadas a fim de combatê-las.

À beira da conflagração

A passos largos, tudo caminhou para uma grande guerra entre os Kadiwéu contra os fazendeiros e políticos ao sul de MT. O Maj. Couto foi procurado pelo Sr. Deputado Edison Brito Garcia, que lhe solicitou tropas de Aquidauana para ingressarem no território, por

¹⁴⁹³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu- Caixa 27 - Planilha 259, p. 100. M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 45.

¹⁴⁹⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 64.

estar¹⁴⁹⁵ “*interessado em que essa gente mantivesse a posse do Manequinho lá*” e “*fazer com que o fazendeiro voltasse com o gado*”. Mas o Maj. já advertido pelos Kadiwéu sobre as consequências, respondeu: “*Não faço isso porque vai dar confusão. Os índios disseram que não ficava mais lá, porque eles tiravam. Acho melhor reclamar judicialmente*”¹⁴⁹⁶. No desenrolar da trama, os fazendeiros se armaram para invadir o território em represália¹⁴⁹⁷. Por seu turno, o Inspetor distribuiu armas modernas para os Kadiwéu resistirem. O Inspetor Fernando da Cruz, antes de assumir o cargo, era um mero auxiliar de ensino no SPI e visto com inferioridade por outros Serventuários, tido como incapaz¹⁴⁹⁸. Apesar disso, o Diretor anterior notou que era um “*rapaz insinuante*”. Ou seja, fervoroso Serventuário que não media esforços para defender os indígenas, o que, por outro lado, causou receio no Diretor que escolheu não o alocar num cargo de destaque¹⁴⁹⁹, o que foi feito pelo Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, ao lhe apresentarem o Inspetor como alguém de coragem e idealista¹⁵⁰⁰. Em face ao Sr. Deputado Edison Brito Garcia na CPI de 1963, o Inspetor, em ato de bravura e resoluto em seus ideais, proferiu:

V. Ex^a teve a oportunidade de dizer na Inspetoria que eu era responsável por ter armado os índios, e eu disse a V.Ex^a que, embora me custasse perder o emprêgo, eu cumpria a obrigação de defender a integridade do índio e que iria mesmo para ser massacrado junto com ele. Disse a V. Ex^a e repito: o que me atingir me atingirá consciente, porque sou obrigado a defendê-los. O SR. DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO – Eu lhe disse isso? Quanto tempo depois do assalto? O SR JOSÉ FERNANDO DA CRUZ – Não houve assalto. O SR DEPUTADO EDSON GARCIA BRITO – Mas as casas queimadas? O SR JOSÉ FERNANDO DA CRUZ – Sinto-me constrangido, porque V. Ex^a tem ilustração bastante, tem cultura bastante para me interrogar e eu não estou à altura de travar com V. Ex^a um diálogo dessa natureza. Tudo o que faço, como funcionário do Serviço, é apenas na defesa do índio. Não posso discutir problemas de Justiça com relação a terras. Não posso discutir problemas dessa natureza. Apenas digo que as pessoas que se localizaram naquela área são invasores. Êste é o meu ponto de vista.¹⁵⁰¹

¹⁴⁹⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 65.

¹⁴⁹⁶ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 263.

¹⁴⁹⁷ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 65.

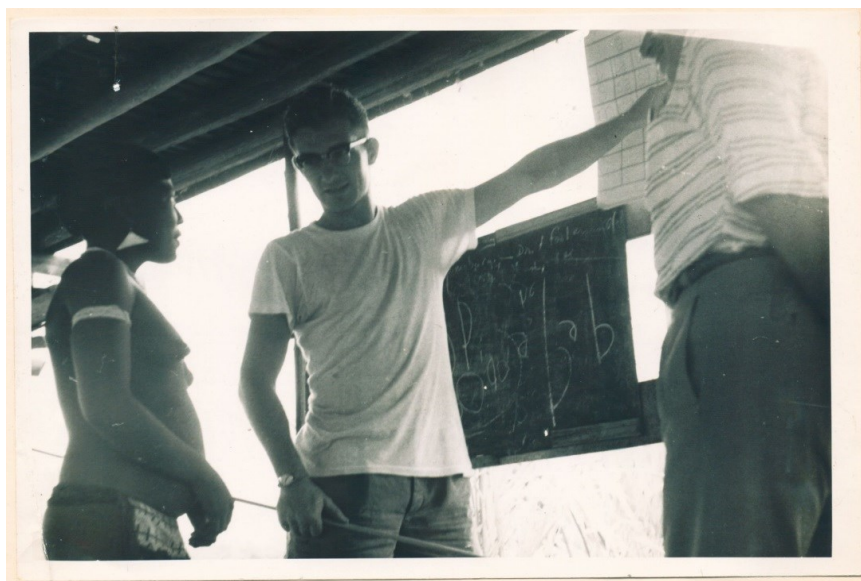
¹⁴⁹⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 255.

¹⁴⁹⁹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 152.

¹⁵⁰⁰ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 215-216.

¹⁵⁰¹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 65-66. Havia duas alas ideológicas dentro do SPI que se batiam seriamente, constituídas em algum momento ao longo da História do órgão. Uma delas era identificada pelo Diretor Malcher e o Diretor Nutels (quem logo no mês seguinte assinou novos contratos de arrendamentos assim que o Diretor Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho foi forçado a deixar o cargo). A outra era identificada com o Sertanista Cildo Meirelles. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *Sagas Sertanistas...* op. cit., p. 54-55. Em sua obra, Ribeiro trouxe esse ponto de maneira objetiva. Destacou que a fundação do SPI pelos positivistas foi uma resposta prática e real por uma série de Serventuários devotados a servirem (Serviço, como diz no nome do SPI)

Figura 89: Inspetor José Fernando da Cruz (possivelmente, na década de 1960)



Fonte: M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 7, p. 25

Ao tempo em que os Kadiwéu receberam armamentos e franco apoio do Inspetor, este último tratou de solicitar por diversas e dramáticas vezes para que a polícia de MT intervisse, a fim de evitar o derramamento de sangue¹⁵⁰². O Inspetor ainda solicitou um observador à 9ª R.M para que verificasse in loco os riscos de invasão do território por fazendeiros armados¹⁵⁰³. Mas, em realidade, a Família Couto de Aquidauana ameaçou de morte tanto ao Encarregado do PI P. Alves de Barros¹⁵⁰⁴, como ao Inspetor Fernando da Cruz, mesmo dentro

com suas próprias vidas a fim de defenderem os indígenas. Essa linha foi construída de forma não apenas independente mas em contraposição à perspectiva científica etnológica presa nos museus que estava alienada e desinteressada dos problemas reais vividos pelos indígenas que eram esbulhados ou assassinados no interior. Por esse caminho, a linha positivista de Serventuários viu a linha de etnólogos e antropólogos chegarem no órgão depois, quando o SPI já estava construído pela morte de vários Serventuários. Ribeiro em sua obra identificou o Diretor Malcher com a linha cientificista moderna que queria renovar o SPI para superar a ideologia positivista. O próprio Ribeiro seria parte dessa renovação, mas deixou bem claro o seu reconhecimento da atuação dos Serventuários positivistas e o porquê de persistir uma resistência aos quadros cientificistas. RIBEIRO, Darcy. A política indigenista brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1962, p. 27-30, 38. Desse modo, quando o Inspetor Fernando da Cruz em 1961 declarou que o seu dever como funcionário do “Serviço” é fazer tudo o que puder para defender os indígenas, inclusive ser massacrado junto com eles e assumir toda a responsabilidade para proteger os indígenas, está evidenciando seu posicionamento numa das alas por meio de ações práticas. Isso é confirmado na pesquisa do antropólogo Rocha Freire, que cita uma entrevista dada pelo Diretor Malcher. Este último declarou que o Inspetor Fernando da Cruz era um protegido e discípulo do Sertanista Francisco Meirelles, o seu rival no SPI e alvo de suas inúmeras acusações. Já o Sertanista Francisco Meirelles, por sua vez, declarou em 1968 que o Diretor Malcher “nunca fez nada de útil ao índio”. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. Sagas Sertanistas... op. cit., p. 72, 82.

¹⁵⁰² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 65.

¹⁵⁰³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu- Caixa 27 - Planilha 259, p. 5.

¹⁵⁰⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 30, p. 07.

da Inspetoria, que por segurança enviou os arquivos da IR5 para a 9ª R.M a fim de salvá-los de uma ameaça de incêndio, enquanto um Serventuário da IR5 foi assassinado por razões ainda não esclarecidas¹⁵⁰⁵. Após o Inspetor explicar o caso ao Secretário do Interior e da Justiça, este confiou ao Maj. Couto a vida do Inspetor. O Maj. Couto era primo do Primitivo Couto e, por razões previsíveis, não atendeu aos pedidos anteriores do Inspetor Fernando da Cruz para fazer uma batida na região do território, a fim de expulsar os invasores¹⁵⁰⁶. Mas foi com clareza que admitiu saber da existência de criminosos naquela região¹⁵⁰⁷. E na Delegacia foi questionado pelo Demóstenes Martins sobre rumores em Campo Grande de que estaria recebendo dinheiro para assassinar o Inspetor¹⁵⁰⁸.

A cooperação Kadiwéu-Terena-Inspetor Fernando da Cruz e o acalmar dos ânimos

A solicitação para que o Exército interviesse estava combinada com os Kadiwéu, ainda antes, instituição do qual o Inspetor e os guerreiros dispensavam um papel importante em seus planos. Quando os Kadiwéu foram onde estava o capataz Walter dos Santos, declararam que o Exército viria após algumas horas¹⁵⁰⁹. A convocação formal foi feita em 07/01/1963, com o Inspetor fazendo uso dos dispositivos legais do SPI para solicitar à 9ª R.M um contingente do Exército para garantir a posse dos Kadiwéu da faixa ao norte onde haviam incursionado (condomínio do Nabileque), baseando-se no fato de que o STF, em 1961, a garantiu por Acórdão. Além disso, o Inspetor declarou que a IR5 recebia denúncias sobre criminosos brasileiros e paraguaios escondidos ali que movimentavam na região de fronteira o contrabando de armas, munições, madeiras e de gado com decolagem de aviões “misteriosos” e que a polícia local, apesar de solicitada, não agia por estar sob influência de políticos que unidos coagiam os indígenas¹⁵¹⁰. Para intensificar a demanda, no mesmo dia (07/01/1963) os

¹⁵⁰⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 38. M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 47-48.

¹⁵⁰⁶ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 59, 92-93.

¹⁵⁰⁷ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 264.

¹⁵⁰⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 263.

¹⁵⁰⁹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 273. A antropóloga Lecznieski colheu um depoimento sugestivo em sua pesquisa de campo entre 2000-2005. Os Kadiwéu disseram-na que apenas o Exército era digno de negociar com eles. LECZNIESKI, Lisiane K. Estranhos laços... op. cit., p. 49.

¹⁵¹⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 86-87. M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 264.

Kadiwéu entregaram dois de seus mosquetões¹⁵¹¹ ao Inspetor, que foram apresentados pelo mesmo à 9ª R.M como apreendidos por indígenas dos invasores¹⁵¹², procurando denotar a urgência e a gravidade da situação. Mas, naturalmente, o Exército negou a solicitação de um órgão do Estado em 09/01/1963, alegando desde interferência nos poderes civis até falta de verbas para manter o contingente das forças armadas na faixa norte do território Kadiwéu¹⁵¹³. É interessante notar que o Inspetor declarou, alguns meses depois, que sequer o General da 9ª R.M era capaz de garantir a sua segurança em MT¹⁵¹⁴, sugerindo com isso o posicionamento político das forças armadas naquela questão, apesar de que o Diretor, por volta daquele mesmo período, tentava trazer o Exército para intervir no território por acreditar que estavam para fora do controle político de pecuaristas do estado¹⁵¹⁵.

A mobilização Kadiwéu em articulação com o Inspetor Fernando da Cruz era de grande relevância, por conseguirem capitanear mais apoios à luta contra aqueles sujeitos do Condomínio do Nabileque. Assim, no mesmo dia em que formalmente fizeram a solicitação do Exército (07/01/1963) o Inspetor agradeceu a solidariedade prestada por trabalhadores militantes do Jornal O Democrata para com a luta dos Kadiwéu¹⁵¹⁶. Ao mesmo tempo, os Kadiwéu e o Inspetor Fernando da Cruz estavam em contato com o Governo de MT por meio do Sr. Demostenes Martins, expondo a situação e angariando compromissos para solucionar a questão, comprometendo a recolher as “*armas de defeza pessoal em poder indios*”¹⁵¹⁷, uma manobra antiga dos Kadiwéu. Já os Terena, em aprovação à conduta do Inspetor Fernando da

¹⁵¹¹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 259, 264. Segundo Roller, os antigos armamentos Kadiwéu são lembranças da luta dos antepassados na Guerra contra o Paraguai. Portanto, os indígenas mantinham as armas antigas e modernas. ROLLER, Heather F. Contact Strategies... op. cit., p. 169.

¹⁵¹² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 14.

¹⁵¹³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 28 - Planilha 271, p. 67.

¹⁵¹⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 47.

¹⁵¹⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 177.

¹⁵¹⁶ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 259, p. 96. O antropólogo Rocha Freire afirmou que eventualmente os militantes do PCB citavam os indígenas em seus manifestos na década de 1930. O trabalho do autor, contudo, acaba indicando que tais menções eram bem mais significativas do que aparentam. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. Sagas Sertanistas... op. cit., p. 55. O jornal “O Democrata” era tocado pelo PCB no Ceará, posto na ilegalidade após 1947. Ver LEITE, Ana C. M. O Democrata – o jornal do PCB no Ceará – da abertura política (1945) à volta à ilegalidade (1947). Monografia (Comunicação Social) – Departamento de Comunicação Social e Biblioteconomia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1990. Ver também LIMA NETO, Ildefonso R. Escrita subversiva O Democrata, 1946-1947. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

¹⁵¹⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 117-118.

Cruz, ao dar suporte aos Kadiwéu e aos próprios Terena no estado de MT, manifestaram seu apoio em 17/01/1963, por meio do Serventuário Americo Antunes Siqueira¹⁵¹⁸ (que em 22/08/1953 foi acusado por um gerente de usina açucareira por carta, por instigar os Terena à não trabalharem para a sua firma, professando a “*ideologia comunista*”¹⁵¹⁹), motivados pelas estruturas erguidas pelo Inspetor nos PI sob administração da IR5¹⁵²⁰. Tempo depois, estes apoios conformaram uma frente integrada por 10 lideranças indígenas que foram até Brasília a fim de tratarem com as autoridades governamentais e manifestar apoio ao Inspetor Fernando da Cruz e ao Diretor Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho para continuarem nos cargos¹⁵²¹.

Mediante ao fato de a articulação Kadiwéu-Inspetor conquistar apoios locais, bem como o fato de os Kadiwéu disporem de armamentos ainda mais modernos, que os tornava ainda mais mortais do que nunca para guerrear pela defesa do território, a polícia foi, por fim, forçada a intervir. Desse modo, em 26/01/1963, forças policiais já desarmavam uma série de transeuntes naquela região norte¹⁵²². Entre estes estavam os homens armados enviados pelo Manoel Aureliano da Costa Filho a fim de arrebanhar o gado. O fazendeiro ficou revoltado com o ocorrido, principalmente porque as forças policiais deram garantias de segurança aos indígenas¹⁵²³, frustrando-o completamente. A despeito da presença da polícia, os Kadiwéu

¹⁵¹⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 259, p. 56. A presença de Serventuários que eram militantes comunistas no SPI é conhecida. O antropólogo Rocha Freire ouviu de um membro da família Meirelles em 2002 que, com exceção do Sertanista Cildo Meirelles, que era católico fervoroso, todos os 10 irmãos de Cildo eram comunistas. O mais famoso foi Silo Meirelles, um Coronel do Exército que comandou o levante no Recife em 1935, trocando correspondências com Prestes antes da chamada “Intentona”, e que foi para a Rússia junto com o último. As informações são confirmadas por Freire. Além disso, o antropólogo ouviu do filho do Sertanista Francisco Meirelles que o pai levou diversos colegas comunistas para o SPI. Um deles até se tornou Diretor: o Lourival da Mota Cabral. Em 1968, o filho do Sertanista Francisco Meirelles, chamado Apoena Meirelles, se dizia socialista e foi preso após a “Passeata dos 100 mil”. O pai impediu que o filho se exilasse no Chile, levando-o para as missões Sertanistas. Há relatos de que Francisco Meirelles gastava o próprio salário para atender aos indígenas, sendo chamado de “um homem profundamente socialista”. Ver FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *Sagas Sertanistas...* op. cit., p. 53-56, 83.

¹⁵¹⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Cachoeirinha - Caixa 50 - Planilha 44, p. 468.

¹⁵²⁰ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 36, 233-234, 240. M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 116-117.

¹⁵²¹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 20, 38, 118, 123. Em 1954, após participar do “conselho de guerra” Xavante, o Sertanista Francisco Meirelles propôs que, ao invés de atacarem os invasores de seu território, os indígenas fossem até a Capital (RJ) para tratar com as autoridades. Uma vez lá, participaram de intensa programação social, visitando lugares e autoridades, recebendo presentes, entre outras atividades. Segundo Silo Meirelles, o Ministro João Alberto Lins de Barros estimulou a visita dos Xavantes numa tentativa de conseguir respostas do Governo às reivindicações indígenas. A visita não foi bem-vista pelo CNPI nem pelo Diretor Malcher. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *Sagas Sertanistas...* op. cit., p. 65-67.

¹⁵²² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 28 - Planilha 271, p. 83.

¹⁵²³ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 246.

ficavam perto das forças policiais, com isso dando monstras de que eram eles próprios aqueles quem controlavam a região e fiscalizavam as ações. Para que isto fosse possível, entregaram parte de suas armas, provavelmente as mais antigas que possuíam. E a partir dessa manobra, que almeja demonstrar boas intenções, os Kadiwéu tiveram a chance de apropriar duas armas apreendidas do invasor grileiro Manoel Aureliano da Costa Filho¹⁵²⁴: outro espólio de guerra, denotando a importância do aspecto cultural guerreiro mobilizado. A presença da polícia encerrou definitivamente as tentativas de represálias por fazendeiros armados.

7.4 O contra-ataque

Neste subcapítulo tratamos acerca do reposicionamento de fazendeiros, grileiros e de políticos contra a conformação encetada pelos Kadiwéu com o Inspetor Fernando da Cruz e com o Diretor Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho. Entendemos que esta formação foi o ápice em que os Kadiwéu estiveram próximos de efetivamente expulsarem a todos ou a menos uma parte verdadeiramente substancial dos não-indígenas do território, tendo em vista a simpatia e engajamento de ambos os Serventuários.

A resposta dos fazendeiros e políticos à Retomada do Naitaca

A posição sustentada pelos Kadiwéu, combinada com a disposição da IR5 e do Diretor¹⁵²⁵ para a expulsão de todos os não-indígenas do território, obrigaram fazendeiros e políticos a reorganização para não perder vultuosos lucros e investimentos milionários¹⁵²⁶. Nas palavras do fazendeiro Leôncio de Souza Brito: “*nos sentimos com insegurança*”¹⁵²⁷. Isto deu origem a CPI de 1963 (e as subsequentes até o famigerado Relatório Figueiredo) para investigar o SPI. A formação embrionária da CPI de 1963 está num evento ocorrido em 05/01/1963, quando reunidos na Associação dos Criadores do Sul do Estado de MT os

¹⁵²⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 189, p. 103-112.

¹⁵²⁵ Para a posição do Diretor, ver Capítulo 6.

¹⁵²⁶ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 4, p. 26-29

¹⁵²⁷ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 4, p. 29.

senhores: Dolor Ferreira de Andrade, Danilo Pereira Corrêa, Senador Fillinto Muller, Deputado Edison Brito Garcia, Deputado Pedro Luiz de Souza, Presidente da Associação Rural de Aquidauana Arthur d'Avila Filho, Presidente da Associação Rural de Aquidauana Eustógio de Andrade Brito, Tesoureiro da Associação dos Criadores do Sul de MT Assis Brasil Corrêa, Major Couto e os representantes da imprensa local. O assunto da reunião é resumível em 5 tópicos: 1) suposto litígio do Nabileque; 2) contratos assinados de arrendamento em 1961 com o SPI, que daria direito aos fazendeiros para ficarem na área; 3) a deturpação da ação Kadiwéu que expulsou os fazendeiros, agora transformada à imprensa no aliciamento dos Kadiwéu por parte do SPI, que os tornou a sua milícia particular, a fim de expulsar produtores rurais e com isso realocar fazendeiros que pagassem arrendamentos e por preços mais elevados; 4) necessidade de desarmamento geral dos Kadiwéu¹⁵²⁸ pelo Maj. Couto¹⁵²⁹; 5) o afastamento, quanto antes, do Inspetor Fernando da Cruz¹⁵³⁰. Desse modo, em 20/03/1963, a abertura da CPI foi solicitada pelo Sr. Deputado Edison Brito Garcia¹⁵³¹, em cujo texto de justificava¹⁵³² está exatamente as conversas travadas na Associação dos Criadores do Sul de MT, entre os reclamantes arrendatários Janes Monteiro Leite e Leôncio de Souza Brito, para o Senador Fillinto Muller¹⁵³³. Não por acaso, a CPI pedida para investigar o SPI em esfera nacional, dentre as centenas de etnias, a única citada no texto de justificava foram os Kadiwéu e os “problemas” naquele território (que “honra” para os Kadiwéu e que “preocupação” dos poderes públicos pelos indígenas de todo o Brasil, não?). Talvez mais significativo do que isso sejam os membros escolhidos para integrar a CPI de 1963. Ora, o Suplente não era ninguém menos do que o Sr. Deputado Rachid J. Mamed, antigo presidente da ALMT, que em 1957 apresentou o projeto de lei reduzindo o território Kadiwéu e que o aprovou em 1958¹⁵³⁴. Já o Presidente da CPI, o Sr. Deputado Valério Magalhães, era parente de um ex-funcionário do SPI condenado e demitido pelo Diretor Ten.

¹⁵²⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 35-38.

¹⁵²⁹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 265.

¹⁵³⁰ A.M - C.F.V - C.P.I - C.D - 1963 resolução nº 001 - Caixa 001 - Vol. 01, p. 202.

¹⁵³¹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 113-114. M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 52-53.

¹⁵³² Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/1960-1969/resolucaodacamaradosdeputados-1-20-marco-1963-319946-publicacaooriginal-1-pl.html> > Última visualização: 30/03/2024.

¹⁵³³ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 36-38.

¹⁵³⁴ Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/1960-1969/resolucaodacamaradosdeputados-1-20-marco-1963-319946-publicacaooriginal-1-pl.html> > Última visualização: 30/03/2024.

Cel. Moacyr Ribeiro Coelho por crime contra a administração pública¹⁵³⁵, por fazer uso da estação de rádio do SPI para beneficiar os seus aliados políticos. Já o Relator foi o Sr. Deputado Celso Amaral, aliado da senhora Tereza Delta, ex-Deputada de São Paulo e inimiga pessoal do Diretor¹⁵³⁶, quem foi diretamente convidada pelo Deputado, sem citações anteriores, para depor na CPI¹⁵³⁷ e que de pronto fez inúmeras acusações ao Inspetor Fernando da Cruz¹⁵³⁸, ao Diretor¹⁵³⁹, ao Inspetor Alísio de Carvalho¹⁵⁴⁰ e ao Sertanista Cildo Meirelles¹⁵⁴¹, todos curiosamente incumbidos de lidarem com os fazendeiros no território Kadiwéu. Por fim, o Sr. Deputado Antônio Bresolin tinha interesses em terras indígenas no Rio Grande de Sul, seu local de origem e onde esperava entregar para colonos locais¹⁵⁴², sendo o debate sobre liberar terras indígenas para exploração travadas por este com o Deputado Edison Brito Garcia, que trouxe o assunto para os territórios indígenas em MT¹⁵⁴³.

Significativamente, o primeiro ouvido pela CPI foi o Sr. Deputado Edison Brito Garcia, em cuja inquirição procuravam publicamente pelos meios de afastar do Diretor do cargo¹⁵⁴⁴, apesar do Deputado alegar que a sua postura ali seria apenas a de contribuir com o Diretor que lutava para “moralizar o SPI”¹⁵⁴⁵. Mas as contradições eram evidentes. Segundo o Deputado: *“O SPI procurava lançar os índios contra seus vizinhos, para que êstes, se retirando da área, proporcionassem ao SPI mais área, para novos arrendamentos. Para êste pormenor é que chamo a atenção da Comissão”* que segundo ele: *“porque isso explica todos os assaltos a propriedades”*¹⁵⁴⁶. Na verdade, a atuação do Deputado, que sequer era membro

¹⁵³⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 31.

¹⁵³⁶ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 23. M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 143-144.

¹⁵³⁷ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 155. M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 90-91.

¹⁵³⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 18, 20, 23-24.

¹⁵³⁹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 22-24, 28.

¹⁵⁴⁰ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 22-23, 29-30, 41.

¹⁵⁴¹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 20, 23, 26.

¹⁵⁴² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 26, p. 9.

¹⁵⁴³ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 123.

¹⁵⁴⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 125-126.

¹⁵⁴⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 118-119.

¹⁵⁴⁶ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 86.

da CPI, foi tão intensa que escapa ao escopo de nossa pesquisa, mas é pungente citar ao menos certas argumentações trabalhadas por ele: 1) há muita terra para 200/300 indígenas, não sendo preciso que o SPI instigue os Kadiwéu, mas sim que crie um *modus vivendi* com seus invasores; 2) o SPI almejou majorar os preços dos arrendamentos, mas com a recusa pecuarista, armou os indígenas para atacá-los¹⁵⁴⁷; 3) os arrendatários tem razões justificáveis para sonegarem 2/3 do gado ao SPI¹⁵⁴⁸; 4) os contratos de arrendamentos são vantajosos para o SPI, já que as benfeitorias são incorporadas, logo, é descabida a oposição a fazendeiros¹⁵⁴⁹; 5) o SPI arrendou todo o território como prova de que os Kadiwéu não precisam para viver livremente¹⁵⁵⁰; 6) uma busca pelo reconhecimento do SPI de que há um litígio no Naitaca¹⁵⁵¹; 7) o SPI mantinha os indígenas caçando e pescando “*como na época do descobrimento*”, impedindo o “*aproveitamento*” do território¹⁵⁵²; 8) o Inspetor Fernando da Cruz agiu incorretamente quando informou aos Kadiwéu que o STF havia garantido seus direitos sobre o território invadido pelo Condomínio do Nabilec, ao invés de deixar para a via judicial¹⁵⁵³; 9) a proximidade com a civilização era por si só capaz de tornar os indígenas “civilizados” e emancipá-los da tutela¹⁵⁵⁴, sendo este, e não por acaso, o caso dos Kadiwéu naquele momento: “*Já fiz referência aqui à reserva dos calduéus [...] está quase toda ela arrendada. Dentro da reserva há cerca de 60 ou 70 fazendeiros que criam 70 a 80 mil cabeças*”¹⁵⁵⁵, segundo o Deputado.

Já o sogro do ilustre Sr. Deputado, o Sr. Manoel Aureliano da Costa Filho, também obteve um tratamento de honra na CPI para investigar o SPI: “*Sr. Manoel da Costa Filho, o senhor sabe que esta Comissão foi formada para averiguar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, em especial, aqui em Mato grosso, a questão de um atrito havido na reserva de Nabileque, em que o seu nome foi envolvido*”. O fazendeiro, inclusive, apresentou

¹⁵⁴⁷ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 115.

¹⁵⁴⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 58.

¹⁵⁴⁹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 81.

¹⁵⁵⁰ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 63-64.

¹⁵⁵¹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 61-62.

¹⁵⁵² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 123.

¹⁵⁵³ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 64.

¹⁵⁵⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 117.

¹⁵⁵⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 118.

o mapa para a CPI¹⁵⁵⁶ que o genro, ainda advogado não-eleito utilizou para protestar contra o Inspetor Fernando da Cruz, na sede da IR5.

O apeamento do Inspetor Fernando da Cruz e do Diretor Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho

O ex-Inspetor Fernando da Cruz, quem saiu da Inspetoria sob pressão do Deputado Edison Brito Garcia (que para tentar abafar o escândalo lhe enviou um bilhete secreto dando garantias de vida para retornar ao cargo, desde que deixasse a Justiça cuidar da invasão¹⁵⁵⁷, já que o Major Couto, quem deveria protegê-lo alegou não poder o fazê-lo das ameaças de morte¹⁵⁵⁸), declarou na CPI: “*Com relação a essa movimentada assembléia da Associação dos Pecuaristas, nada mais é do que o desejo ardente de que se processe, dentro da Reserva dos índios cadiuêus, uma reforma agrará, digo, reforma agrária. Êste é o desejo*”¹⁵⁵⁹. E após pedir garantias de vida, declarou: “*Não reconheço, sob hipótese nenhuma, o Condomínio NABILEC dentro da área pertencente ao Serviço de Proteção aos Índios*”¹⁵⁶⁰, sendo condenado pelos trabalhos da CPI de 1963 e as subsequentes, até ocorrer a sua cassação pelo Ato Institucional n.º2, de 1965. E foi processado pela Polícia Federal¹⁵⁶¹ de forma indiferente ao seu apontamento de que o Deputado Edison Brito Garcia dispôs do monopólio de seu tempo de inquirição sem sequer ser membro da CPI¹⁵⁶².

Já o Diretor Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, em 25/03/1963, denunciou no Jornal Diário do Brasil (vide figura 90), que o Sr. Deputado Edison Brito Garcia defendia com a CPI os interesses de grileiros (mais notadamente o sogro) e que a sua família (Garcia) eram umas das¹⁵⁶³ que compraram títulos do estado de MT, expedidos com a Lei de 1958 (vide figura 91

¹⁵⁵⁶ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 242-243.

¹⁵⁵⁷ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 76-77.

¹⁵⁵⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 167-168.

¹⁵⁵⁹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 67.

¹⁵⁶⁰ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 74-75.

¹⁵⁶¹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 20, p. 462.

¹⁵⁶² M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 31.

¹⁵⁶³ Além da Família Garcia, as demais que tiveram contato direto com o território foram: Silva, Alves, Oliveira, Campos (família do Primitivo Couto e Major Benedito Campos Couto), Leite, Costa, Nunes, Martins, Jacques, Rodrigues, Pereira, Ferreira, Farias, Corrêa, Fernandes, dos Santos, Lima, Arruda, Barbosa, Neto, Franco,

e 92) e contestados em janeiro de 1963¹⁵⁶⁴, (datilografados pelo Juiz de Direito da Comarca de Porto Murtinho, Sr. Hilton Coelho de Brito¹⁵⁶⁵, sobrenomes já vistos aqui. Só foi possível anular ao fim do SPI e na ocasião, o Advogado do órgão, Sr. Maciel Buckner, declarou: *“Em um Estado de pequeno índice populacional, consegui angariar antipatias gratuitas e até certo ponto justificáveis, de quase todas as famílias possuidoras dos títulos definitivos de propriedade que anulei [...]”*¹⁵⁶⁶). As denúncias do Diretor repercutiram em São Paulo, onde o discurso proferido pelo Sr. Deputado Carlos René Egg, em 20/04/1963, um dia após o “dia do índio”, foi registrado no Diário do Estado de São Paulo, fazendo saber a todos que era *“um exemplo vivo, recente, atual, bem dos nossos dias, a tentativa de esbulho das terras dos índios Kadiwéu, empreendida por um grupo de deputados da Assembléia Legislativa de Mato Grosso”*, que era *“triste, bem triste [...] quando homens guindados a posições de legisladores, representantes do povo, descem a um tão baixo nível”*, ao ponto de *“atirar lama sobre homens chamados a defender”* os indígenas, e que o Diretor seria trineto de Kaingang. Com tom contundente, o Deputado insistiu para que a data não fosse mera ocasião para a exposição de artefatos em museus. Argumento este que faz referência aos escritos de Darcy Ribeiro, publicados ano anterior¹⁵⁶⁷, e do qual foi citado memorável e nominalmente no discurso que foi encerrado de forma significativa: *“Do Norte pelo sertão, desce uma compressora chamada civilização, [rasgando] estradas plantando cidades, loteando terras; do sul, sob a mesma grandiosa máquina sem coração, esmagando tudo em nome do progresso”* e *“deixando aos pobres índios confinados em nasgas de terra, somente o azul do céu, única riqueza que não*

Vieira, Almeida, Dias, Souza, Mamed (presidente da assembleia em 1957) e Andrade (a mesma do Sr. Dolor Ferreira de Andrade). Importante ressaltar que tais famílias não existiram em separado, mas com membros descendentes entre si. Além disso, dentre os Deputados e representantes institucionais que formaram a reunião na Associação dos Criadores do Sul do estado de MT que deu origem à CPI de 1963, com exceção de dois, os demais eram parentes dos que obtiveram títulos definitivos dentro do território Kadiwéu. Dito isso, em seu trabalho, José Flores levantou a hipótese de que os fazendeiros aproveitaram as enchentes (evento climático já conhecido e esperado) para pressionarem o governo de MT a fim de adquirirem parte do território Kadiwéu por meio da lei de 1958. Mas, ao analisar os nomes dos que adquiriram títulos definitivos e de fazendeiros que ingressaram no território entre 1957-1959 é notável que, apesar da mesma família, quase que praticamente nenhum dos que conseguiram títulos estavam no território. Desse modo, nos parece que houve em MT tanto um movimento para adquirir terra por meio da posse, outro por meio da Lei que reduziu o território e outro que aproveitou das medidas ideais do Fomento Argentino para grilar as terras. Para a hipótese de José Flores, ver FLORES, José Manuel. Transformação agrária... op. cit., p. 297.

¹⁵⁶⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 106-107.

¹⁵⁶⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 257, p. 20. Grifos no original.

¹⁵⁶⁶ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 18, p. 134.

¹⁵⁶⁷ RIBEIRO, Darcy. A política... op. cit., p. 169-170, 137.

lhes podem roubar”¹⁵⁶⁸. Sem surpresas, o Diretor também foi condenado pela CPI de 1963 e subsequentes¹⁵⁶⁹, ainda que alegando a todo o tempo motivada por vingança pessoal pelo Sr. Deputado Edison Brito Garcia¹⁵⁷⁰. O Relator Jader Figueiredo, de maneira “curiosa”, condenou o Diretor por arrendamento irregular, aumento de seus valores mediante coação, apropriação indébita de tais rendas e omissão culposa nos tratos de arrendamentos¹⁵⁷¹. O aspecto curioso adquire feições trágicas quando considerada uma declaração do Relator Jader Figueiredo para o presidente da CPI de 1968, que, se referindo ao Território Kadiwéu como uma fazenda, inferiu: “*Devo dizer a V. Exa. que a fazenda é enorme. Foi calculado que ela tem de 700 [mil] a 800 mil hectares de terra. Não há necessidade de ser toda ela reservada para o índio trabalhar. Boa parte dela podia realmente ser arrendada. A outra parte ficaria com os índios.*”¹⁵⁷². Uma posição tendenciosa para quem investigou e sentenciou o Inspetor Fernando da Cruz e o Diretor Tenente-Coronel Moacyr Ribeiro Coelho. O ilustre Relator não se declarou apenas como favorável, mas como um verdadeiro entusiasta da expansão da agropecuária sobre o *território indígena* em apoio aos fazendeiros que lá estavam, endossando assim a permanência e continuidade dos arrendamentos nos anos subsequentes (1968 em diante). Portanto, não apenas ignorou deliberadamente quais seriam as vontades dos indígenas sobre seu território, mas também confrontou diretamente a postura de Serventuários que se opuseram aos fazendeiros nos anos anteriores no Território Kadiwéu, e que não por acaso foram sentenciados pelo mesmo ao assumir o cargo anos depois, dando continuidade ao que

¹⁵⁶⁸ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 228.

¹⁵⁶⁹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 20. M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 20, p. 445-448.

¹⁵⁷⁰ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 141-142.

¹⁵⁷¹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 20, p. 446-447. Nos anos 1980, Gagliardi realizou um movimento contrário ao de sua época, chamando a atenção para a generalização que imperava nas análises do SPI pela antropologia. Influenciados por casos de decadência nos anos finais do órgão, os antropólogos impunham-na também para os períodos anteriores do SPI, alimentando uma narrativa de fatos degradantes que distorciam a realidade e conduziam a uma falsa visão. Desse modo, será que não é hora de rever a CPI de 1963 e as sentenças do Relator Jader Figueiredo de outro modo? Isto é, as entender não a partir de uma lista sumária de condenações realizadas num período ditatorial civil-militar em que não havia transparência, mas buscando as relacionar com as conjunturas particulares de cada um dos territórios indígenas e suas respectivas pressões externas por políticos e fazendeiros que ambicionavam recursos naturais? Para Gagliardi, ver GAGLIARDI, José Mauro. O indígena e a República. São Paulo: HUCITEC – Editora da Universidade de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Estudos Brasileiros, v. 25. 1989, p. 22-23.

¹⁵⁷² VALENTE, Rubens. Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura. Companhia das Letras. 1ª ed. São Paulo, 2017, p. 42.

foi iniciado na CPI de 1963. O Relator também contou com o apoio da ala no SPI que fazia tenaz oposição à ala dos Sertanistas desde há muito tempo.¹⁵⁷³

¹⁵⁷³ O Diretor Malcher colaborou ativamente com a CPI presidida pelo Relator Jader Figueiredo, que suspendeu o Sertanista Francisco Meirelles por 20 dias em 1968. Francisco Meirelles já estivera preso por 30 dias no ano anterior sob as mesmas acusações de Malcher. Durante as inquirições do Relator Jader Figueiredo, Francisco Meirelles procurou rebater as 19 denúncias contra sua pessoa. O sobrinho do Sertanista Cildo Meirelles atribuiu a Malcher a demissão de seu tio do SPI nos anos 1940. Malcher já vinha se debatendo há mais de 20 anos contra o Sertanista Cildo Meirelles, tendo o afastado nos anos 1950 do SPI, abrindo inquéritos administrativos. O filho de Francisco Meirelles acusou o Diretor Malcher de perseguir os Serventuários de esquerda dentro do SPI, punindo seu pai por quatro vezes com advertências e suspensões. Para o antropólogo Rocha Freire nos anos 1980, o Diretor Malcher afirmou que jamais se envolveu com a posição política dos Serventuários. Todavia, Rocha Freire ao pesquisar nos arquivos do DOPS, no Arquivo Público do Rio de Janeiro, encontrou documentos que confirmam que Malcher era um militante Integralista em 1938, num grupo de propaganda vinculado à Plínio Salgado, sendo o mesmo detido por duas semanas após o fracassado golpe Integralista. Outro Sertanista no Pará também confirmou à Rocha Freire que Malcher era um militante Integralista. Apesar disso, Rocha Freire relembra que para o Integralismo, os indígenas eram o símbolo da brasilidade, não causando espanto que Malcher se correspondesse com frequência à Rondon sobre as questões indígenas. Porém, o antropólogo também assinala que era uma ideologia xenófoba. Portanto, entraria em choque com a ideologia internacionalista. FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *Sagas Sertanistas...* op. cit., p. 54, 67-68, 71-72, 79, 82.

Figura 90: Denúncia em jornal pelo Diretor Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho

Guerra Surda Contra o SPI Para Usurpação das Terras dos Índios

Declarações do Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. Coronel Moacyr Ribeiro Coelho, concedeu, ontem à tarde, entrevista à imprensa, a respeito de ataques feitos à sua administração a frente daquele órgão.

— "Vinha a direção deste Serviço suportando uma guerra surda, movida por funcionários afastados de postos de chefia, por motivos administrativos" — declarou, inicialmente, o Coronel Ribeiro Coelho.

Continuando suas declarações, o Diretor do Serviço de Proteção aos Índios disse: "Agora, da tribuna da Câmara e através de denúncias a um jornalista desta Capital, surge o Deputado Edson Garcia e abre-nos para frente de luta, pedindo uma Comissão Parlamentar de Inquérito para a SPI, e abastecendo a imprensa."

quinto no SPI, a que se viria a coadunar com o Serviço e fazer justiça que trabalhasse. Não posso, porém, delatar quem sou, porque, das acusações que me faz o referido deputado, incluído no "paralelo" que apresentei à Câmara para o seu pedido.

DEPUTADO QUEM? — PARECE-LHE

Aos Índios — Deputado Tem Interesse em Usurpadores

argumentos, o Deputado Edson Garcia o acusa de, somente após 13 meses de gestão, vir a público dizer que a miséria do índio precisa ter um fim. Tal afirmativa não corresponde à verdade, pois declarações que precedem a imprensa, em março de 1962, são suficientes para demonstrar a realidade.

— Acrescentou o Deputado Edson Garcia, o acusa de, somente após 13 meses de gestão, vir a público dizer que a miséria do índio precisa ter um fim. Tal afirmativa não corresponde à verdade, pois declarações que precedem a imprensa, em março de 1962, são suficientes para demonstrar a realidade.

Armas Atômicas só Para os Grandes

WASHINGTON, 28 de fevereiro. — O Estado Unidos não quer a proibição de armas atômicas e a fabricação, aquisição pelas Estados Unidos, Oriente Médio de tais armas ou quaisquer outras de caráter nuclear.

WILSON DA SILVA NUNES

WILSON DA SILVA NUNES

GUERRA SURDA CONTRA...

(Conclusão da 1ª Página)

so e lamento que ele não tivesse denunciado antes tais fatos, porque os mesmos já estariam esclarecidos. De qualquer forma, há uma comissão de inquérito funcionando na 5.ª Inspeção. Mas, como toda a guerra tem o seu objetivo — que é quase sempre econômico — a guerra que me move o deputado Edson Garcia, igualmente, tem o seu objetivo, e este é, também, de natureza econômica. Assim, denuncio formalmente o Deputado Edson Garcia de estar tentando obter o meu afastamento da direção do SPI, em virtude da oposição que venho fazendo aos usurpadores e aproveitadores das terras dos índios.

AS RAZÕES OCULTAS

Prosseguindo, disse, com veemência, o Coronel Moacyr Ribeiro Coelho:

— "Convém que saibam — Governo, imprensa e Câmara Federal que as razões ocultas que movem o Deputado Edson Garcia estão no Pantanal de Nabileque, no município de Aquidauana, Estado de Mato Grosso, onde há anos se vem tentando, sob as mais variadas formas, usurpar as terras dos índios Kadiwéus. Instalados naquela área encontrei, e lá permanecem ainda, 61 arrendatários munidos de contratos ilegais aos índios e nulos de pleno direito, além de outros tantos intrusos. Entre estes, cito nominalmente o fazendeiro — Manoel Aureliano da Costa, sogro do Deputado Edson Garcia, que há anos vinha tentando "grilar" cerca de 80.000 hectares dessas terras, e que delas foi há alguns meses desalojado pelos próprios índios, que, para isso, tiveram de matar o capataz do referido Aureliano, um tal de Primitivo, ao que me consta um bandoleiro foragido da Justiça.

ERGUENDO O VEU

Continuando suas declarações à reportagem, o Coronel Moacyr Ribeiro Coelho afirmou:

— "O Diário da Justiça" de 30 de janeiro deste ano, do Estado de Mato Grosso, publica edital que cita nominalmente quase uma centena de possuidores de títulos, expedidos pelo Estado, sobre a área dos índios Kadiwéus, títulos esses fornecidos através de lei estadual, que o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional. Pois bem, deste edital, iniciativa jurídica da atual administração, constam as seguintes pessoas, possuidoras de títulos gratuitos: Paulo Garcia de Andrade, Dalva Garcia de Almeida, Elizeth Garcia de Almeida, Wilfredo Garcia de Almeida, Izeltia Garcia Leal, Oswaldo Garcia de Almeida, etc."

RECEBE COM PRAZER A CPI

"Quero que fique bem claro: recebo com o maior agrado a iniciativa de uma Comissão Parlamentar de Inquérito no SPI, cujos serviços só teriam a lucrar com isso" — acrescentou o Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. Finalizando sua entrevista, disse o Coronel Ribeiro Coelho:

— "Não há brasileiro que não anseie por ver tratado com justiça o seu irmão aborígene e nenhum órgão haverá mais autêntico de que a Egrégia Câmara Federal para pesquisar o assunto, averiguar as causas que debilitam a ação do SPI, a fim de restituir-lhe as indispensáveis condições de eficiência e independência para que, de novo, se alce até o nível de suas elevadas atribuições.

Uma iniciativa como esta, dada a relevância e significação do que se reveste, deverá, para resguardo do Direito e da Justiça, ser integrada por homens de cultura, alheios a mesquinhas querelas de terras e, por isso mesmo, capazes de conduzir as investigações como Magistrados, com serenidade, visando, não interesses argentários ou promoção de publicidade, mas sim, a redenção do índio — vítima secular da ambição e da ganância!

Arvorando-se em detrator do SPI — que incrimina como sendo de Perseguição ao índio — fica o diligente Deputado Edson Garcia na obrigação moral de provar que a verdadeira nota de sua campanha é, de fato, a miséria do índio — que não vota, e não a terra do índio ou os votos dos fazendeiros que, por vários pretextos, vêm tentando usurpar a rica gleba dos Kadiwéus".

Restaurante

o acima. Aceita-se carros por negócio.

10 HORAS EM DIANTE

— TAGUATINGA

veis

BRASILIA

O NEGOCIO PARA O CIMENTO

BRASILIA

2 — FONE: 2-4867

Fonte: M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 355, 361.

Figura 91: Detentores de títulos definitivos no território Kadiwéu parte 1

17

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

LISTA NOMINAL DOS QUE POSSUEM TÍTULO DEFINITIVO NOS CAMPOS ÍNDIOS

01 - Guilherme Rocha Soares	42 - Antonio Ferreira Dolores
02 - Carlos Scardini	43 - Maria Ruth Schid
03 - Lício Nazareno da Silva	44 - Clovis Huguez
04 - Lino Rodrigues Alves	45 - Clovis Huguez
05 - Ipolito Martins de Oliveira	46 - João Fernandes Soares
06 - Manoel Germen de Campos	47 - Ocirio Tiago de Oliveira
07 - Margarida L. Pedrosa	48 - Delfina Maria dos Santos
08 - Alvaro Maurício da Cunha	49 - Maria Angelica de Souza
09 - Argemiro A. de Oliveira	50 - Ireni Saboia Ribeiro
10 - Cassiano Leite Pereira	51 - José Vicente Lima
11 - Djamir da Costa Bessa	52 - Manoel Martins da Silva
12 - Lurdes Brandão	53 - Felipe Cantalice Balbuena
13 - Salvador M. Brandão	54 - Delcleciano Dias Moreira
14 - Walmor Rocha Soares	55 - Teodorico da Costa
15 - Joaquim Freire da Costa	56 - Arminda de Moraes Moto
16 - Alaide Nunes Martins	57 - Elessbô F. de Arruda
17 - Mari Serapio Leite	58 - <u>Zaque Manede</u>
18 - Denetria Yule	59 - Vicente Carlos da Costa
19 - Maria de Lourdes	60 - Benedito Saturnino Fonseca
20 - Lucídio H. Walls	61 - João Caetano Murari
21 - Ary Flemingo	62 - Carlos Valangeri Loski
22 - José Luiz Antelo	63 - Levi Guanabara Lima
23 - Benedito de Oliveira	64 - Celina Fernandes Carvalho
24 - Venancio Pascoal Araujo	65 - Arthur E. Bratenhod
25 - Antonio Jacques Guimarães	66 - Claudio Ricardo H.
26 - Leonardo A. Martins	67 - Ana Hughes
27 - Mameles Diniz Carvalho	68 - Eduardo Jorge
28 - Luiz Ferreira Lima	69 - Henrique Loplan
29 - Amancio de Jesus Medeiros	70 - Nila Barbosa
30 - Antonio Rafael de Assis	71 - José Cortês
31 - Adalberto Sampaio de Farias	72 - Jara da Costa Lima
32 - Brasil Rocha Souza	73 - Cecilia Lima Cortês
33 - Camilo Emelindo da Silva	74 - Walter Viegas
34 - Otavio Sampaio	75 - <u>Nazira Manede</u>
35 - Oswaldo Cruz	76 - Milton Reis da Silva
36 - Edú Cruz	77 - Francisco Souza
37 - Henriqueta Corrêia	78 - Roberto Pires
38 - João Ferreira de Souza	79 - Matias Zedo
39 - Belmiro Ferraz	80 - Alvaro de Oliveira
40 - Helena Cruz	81 - Gualberto Ferreira da Silva
41 - Antonio Pedro F. Junior	82 - Mirtila da Silva Ferráz

continúa.

Fonte: M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 26, p. 143.

Figura 92: Detentores de títulos definitivos no território Kadiwéu parte 2

629
391

FL.2

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

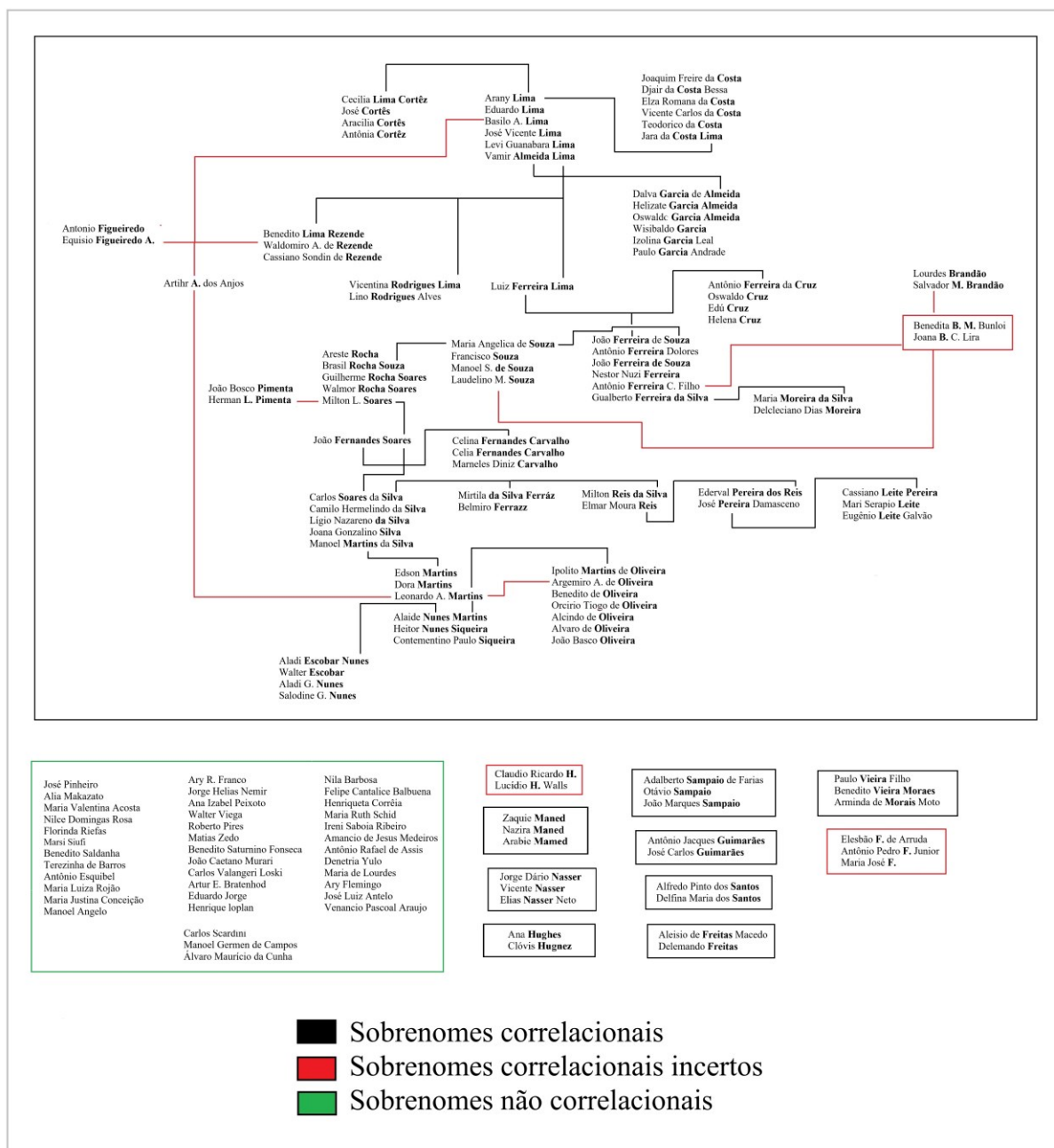
POSSUEM TÍTULO DEFINITIVO NOS CAMPOS DOS INDIOS

83 - Maria Moreira da Silva	125 - Arany Lima
84 - Aracília Cortéz	126 - Benedita B.M. Bunloi
85 - José Finheiro	127 - <u>Paulo Garcia Andrade</u>
86 - João Basco Oliveira	128 - <u>João Marques Sampaio</u>
87 - Alia Makazato	129 - Celia Fernandes Carvalho
88 - Jorge Dário Nasser	130 - Ederval Pereira dos Reis
89 - Antonia Cortéz	131 - Elmar Moura Reis
90 - José Pereira Damasceno	132 - Dora Martins
91 - Vicente Nasser	133 - Eugênio Leite Galvão
92 - Elias Nasser Neto	134 - Alfredo Pinto dos Santos
93 - Manoel Angelo	135 - Waldemiro A. de Rezende
94 - Ary R. Franco	136 - Florinda Rieffes
95 - Heitor Nunes Siqueira	137 - Manoel S. de Souza
96 - Jorge Helias Nemir	138 - Walter Escobar
97 - Milton L. Soares	139 - Aladi Escobar Nunes
98 - Alcindo de Oliveira	140 - Aladi G. Nunes
99 - Edson Martins	141 - Salodine G. Nunes
100 - Artihir A. dos Anjos	142 - Basílio A. Lima
101 - Maria José F.	143 - Vemir Almeida Lima
102 - Ana Izabel Peixoto	144 - Cassiano Sordin de Rezende
103 - Joana Gonzalino Silva	145 - <u>Dalva Garcia de Almeida</u>
104 - Benedito Vieras Moraes	146 - Benedito Lima Rezende
105 - Elza Romana da Costa	147 - <u>Helizate Garcia Almeida</u>
106 - Nestor Nuzi Ferreira	148 - <u>Wisibaldo Garcia</u>
107 - <u>Arabie Mamede</u>	149 - <u>Isolina Garcia Leal</u>
108 - Antonio Figueiredo	150 - <u>Alcísio de Freitas Macedo</u>
109 - Vicentina Rodrigues Lima	151 - <u>Oswaldo Garcia Almeida</u>
110 - Maria Justina Conceição	152 - <u>Antonio Ferreira C. Filho</u>
111 - João Bosco Pimenta	153 - Anita S. Higa
112 - Herman L. Pimenta	154 - Joana B. C. Lira
113 - Contementino Paulo Siqueira	155 - João Ferreira de Souza
114 - Terezinha de Berros	156 - Marsi Siufi
115 - Antônio Ferreira da Cruz	157 - Carlos Soares da Silva
116 - Eduardo Lima	158 - José Carlos Guimarães
117 - Antonio Esquibel	159 - Benedito Saldanha
118 - Laudelino M. Souza	160 - Equisio Figueiredo A. - <u>17 lotes</u>
119 - Areste Rocha	*****
120 - Maria Luiza Rojão	PORTO MURTINHO, 17 de junho de 1963
121 - Paulo Vieira Filho	
122 - Maria Valentina Acosta	
123 - Nilce Domingas Rosa	
124 - Delemardo Freitas	

BR RJMI RELFIG-V26-f143

Fonte: M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 26, p. 144.

Figura 93: Esquema que relaciona detentores de títulos por sobrenome familiar



Fonte: elaborado pelo autor

7.5 As consequências da cpi e a resposta Kadiwéu

Neste subcapítulo analisamos o desfecho da disputa entre os Kadiwéu com o Sr. Deputado Edison Brito Garcia e seu sogro Manoel Aureliano da Costa Filho. Nesse ponto, procuramos delinear o contexto imposto pela CPI de 1963, as represálias e as estratégias mobilizadas a fim de garantirem o território.

Consequências da CPI

A retomada do Naitaca pelos Kadiwéu obteve êxito em decapitar definitivamente aquela cabeça que possuía a testa de ferro do Condomínio do Nabileque: Manoel Aureliano da Costa Filho. Este, quando esteve por duas vezes na C.P.I de 1963, foi até lá para tentar “retornar naquelas terras de que ele se diz senhor”¹⁵⁷⁴ e que da primeira vez “Êle queria policiais com metralhadoras para ir para lá tomar posse”¹⁵⁷⁵, denotando que somente por suas próprias forças não poderia retornar, concebendo a resistência guerreira Kadiwéu como dado efetivo da realidade. De fato, os Kadiwéu impuseram uma proibição na região, pois quando o Inspetor Alísio de Carvalho foi procurado pelos sujeitos que de lá foram expulsos para reaver o gado ainda tresmalhado, este prontamente ponderou como algo desaconselhável, já que poderia provocar atritos com os Kadiwéu, optando por designar um funcionário para o trabalho¹⁵⁷⁶. E como emblema de retumbante derrota, o Manoel Aureliano da Costa Filho solicitou tornar-se arrendatário, em 21/08 de 1963¹⁵⁷⁷, ao Diretor Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, o que não foi aceito por ele e certamente, muito menos pelos Kadiwéu. Já o seu parente Lívio Costa, em 03/01 de 1963¹⁵⁷⁸ e em 26/06/1963¹⁵⁷⁹ teve os seus trabalhos de medição lindeiros fiscalizados pelos Kadiwéu.

Apesar de expulso do território pelos Kadiwéu, isto não significou de maneira alguma que os fazendeiros em MT tivessem perdido a capacidade de mobilização política frente as autoridades institucionais regionais. Em 02/01/1964, o Encarregado do PI P. Alves de Barros, comunicou à IR5 que os guerreiros Antônio Mendes e Dico Rafael estavam a caminho da sede para vender couros de caça, desembolsando o preço de locomoção por conta própria¹⁵⁸⁰. Os couros dos animais, desde longa data, eram utilizados para fazer comércio a fim de obter

¹⁵⁷⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 229-230.

¹⁵⁷⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 230.

¹⁵⁷⁶ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 237.

¹⁵⁷⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 31 - Planilha 309, p. 101.

¹⁵⁷⁸ M.I - A.S.P.I - I.P.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 8.

¹⁵⁷⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 28.

¹⁵⁸⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 32.

bens de interesse cultural¹⁵⁸¹, o que incluiria aguardente. Ora, antes de 13/01/1964, a polícia do Sul de MT, sob controle do Maj. Couto, retaliou. Primeiro prendendo o guerreiro Antônio Mendes em Amambai, sob acusação arbitrária de “*embriaguês e desordem*”. Após isso, enviou-o para Corumbá, onde seria julgado pelo homicídio contra o Primitivo Couto, já aberto naquela comarca e já com prisão preventiva decretada ali¹⁵⁸². Na verdade, o Juiz Leonino Teixeira também havia decretado a prisão dos indígenas Antônio Libertino, Adriano Costa e Dico Rafael, que ainda em 1966, continuava a correr na justiça¹⁵⁸³, aparentemente envolvidos na Retomada do Naitaca. O indígena Adriano Costa estava junto de seu parente Antônio Costa (também conhecido pela alcunha de “*Caçador*”¹⁵⁸⁴) e dos Capitães Severiano Matchúa e Otávio Matchúa, quando seu parente foi assassinado em 10/10/1964, fora do território¹⁵⁸⁵, fortalecendo a hipótese de que houve ativa atuação dos Matchúa com aliados e cativos contra o Manoel Aureliano da Costa Filho e demais sob sua égide. Conveniente ressaltar que o Relator Jader Figueiredo, com suas “curiosas” sentenças, condenou o guerreiro Antônio Mendes pelo assassinato do Primitivo Couto¹⁵⁸⁶, com base exclusivamente no depoimento do Cap. João Príncipe, em 1963¹⁵⁸⁷. Não deixa de chamar a atenção que o Relatório, incumbido de apurar supostamente a conduta de Serventuários desvirtuados, tenha encontrado tempo para convenientemente condenar o guerreiro indígena que lutou contra a invasão de seu território por ricos fazendeiros e influentes políticos de MT. E isso porque a sua sentença realimentou e manteve inteiramente viva a justificativa de o levar à prisão¹⁵⁸⁸ em 1967-1968. Mas para os fazendeiros e políticos, o ilustre Relator Jader Figueiredo dedicou 7

¹⁵⁸¹ PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 10. Darcy Ribeiro observou que os comerciantes em Miranda reputavam as mulheres Kadiwéu a fama de clientes exigentes, RIBEIRO, Darcy. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre... op. cit., p. 276.

¹⁵⁸² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 30 - Planilha 288, p. 63-65.

¹⁵⁸³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu- Caixa 27 - Planilha 254, p. 75.

¹⁵⁸⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 28 - Planilha 266, p. 168.

¹⁵⁸⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 30 - Planilha 288, p. 70.

¹⁵⁸⁶ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 20, p. 413.

¹⁵⁸⁷ A.M - C.F.V - C.P.I - C.D - 1963 resolução nº 001 - Caixa 001 - Vol. 4, p. 52.

¹⁵⁸⁸ A antropóloga Mônica Pechincha, em 1990, tentou abordar o assunto com a esposa do guerreiro Antônio Mendes, que, ao ouvir um cântico narrando a acusação de que foi vítima o seu marido, ficou extremamente preocupada e profundamente aflita com a possibilidade de que aquilo “vazasse” para fora do território, já que poderia dar ensejo para o assunto retornar à tona e o seu marido fosse prezo outra vez. Portanto, os traumas de 1960 estavam bem vivos para os Kadiwéu ainda em 1990, causando evidente sofrimento, ver PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar... op. cit., p. 9.

linhas de caráter genérico, sem condenação ou muito menos a identificação efetiva dos sujeitos em suas sentenças do que deveria ser um trabalho “investigativo”¹⁵⁸⁹. Dois pesos e duas medidas. A propósito, o ilustre relator era apadrinhado político do Sr. Deputado Ceará Virgílio Távora, eleito pelo partido ARENA, apoiador da Ditadura Civil-Militar de 1964. E na confecção do relatório foi “auxiliado”, desde o início, pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). O relator estava longe de ser um opositor da Ditadura e o seu relatório não insistiu em investigar diversos casos envolvendo mortandades indígenas.¹⁵⁹⁰

Novas estratégias e antigo terror

A CPI de 1963 recolocou sob a mesa novos fatores para a consideração Kadiwéu. Eram precisos novos rumos e novas estratégias. Sobre isso, enquanto o Diretor Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho esteve no cargo, os Kadiwéu desfrutaram de favorável apoio para reclamarem o território por inteiro, mas após a CPI difamá-lo publicamente, foi forçado a deixar o cargo. Inclusive isto lhe foi explicitamente “sugerido” pelos inquiridores da CPI de 1963¹⁵⁹¹. Então, a CPI garantiu a permanência dos arrendamentos¹⁵⁹² e ainda determinou que a área ao norte, tida agora em litígio, estaria obrigatoriamente desocupada de indígenas (apesar de ali ser o seu campo natural de caça de caráter ancestral, onde estavam os carandazais) e de fazendeiros, até que houvesse a medição da área para atestar se a zona estava ao lado esquerdo ou direito do Rio Naitaca. No interregno, foi em meio a nova leva de contratos de arrendamentos que os Kadiwéu formularam estratégias para garantir aquela zona. O Inspetor Martins Pedrosa, ao fim de 1964, celebrou contratos suspeitos de corrupção¹⁵⁹³, com alguns deles na área em litígio. Em 26/03/1965, o fazendeiro Manoel Aureliano da Costa, com curiosa riqueza de detalhes, protestou ao Advogado do SPI porque foram alocados na “*Fazenda Lontra*” os irmãos arrendatários Wilson Pereira Alves e Helio Pereira Alves, com a

¹⁵⁸⁹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 20, p. 402.

¹⁵⁹⁰ VALENTE, Rubens. Os fuzis... op. cit., p. 41-42.

¹⁵⁹¹ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 4, p. 132-134.

¹⁵⁹² Em sua pesquisa, João Flores apontou que os contratos de arrendamentos foram celebrados pelo SPI sob a justificativa das enchentes, mas que o órgão continuou a elaborar outros a despeito disso. Nesse caso, as ações dos políticos locais foi fundamental para sufocar o SPI. Para o autor, ver FLORES, João. Muita terra para... op. cit., p. 85.

¹⁵⁹³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 30 - Planilha 298, p. 100.

participação do Serventuário José Mongenot Filho, quem teria recebido propina. Tal assentamento ocorreu sob total acompanhamento Kadiwéu. Segundo o fazendeiro, 11 guerreiros armados atuaram como escolta para garantirem a ocupação¹⁵⁹⁴, prontos para a luta.

Ao que tudo indica, a ocupação era de interesse indígena, já que, oficialmente proibidos de transitarem pela área disputada, alocaram ali fazendeiros que estariam, em tese, autorizados pelo SPI, garantindo com isso o vínculo entre a zona com o território. Portanto, os Kadiwéu aproveitavam Serventuários corruptos para garantirem interesses, resignando-se a “perderem” uma de suas zonas tradicionais de caça, mas certificando que novos arrendatários ali estavam sob o fogo cruzado da CPI, do SPI e do Manoel Aureliano da Costa. Todavia, havia regular trajeto autorizado pelo SPI dos Kadiwéu nas zonas limítrofes do território ao norte, pois em 17/05/1965 guiaram o Sr. Osmar de Carvalho Cunha, quem solicitou uma verificação nos limites de sua propriedade lindeira para o SPI e recebendo autorização do Encarregado do PI P. Alves de Barros, para que o “*referido Senhor seja acompanhado por alguns indios desse Posto, conhecedores dessa zona*”¹⁵⁹⁵, que certamente transitavam armados.

¹⁵⁹⁴ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 16, p. 116.

¹⁵⁹⁵ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 20.

Figura 94: Kadiwéu armados e criança posam para fotografia (anos 1940)¹⁵⁹⁶



Fonte: Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 193 . DR foto 638 193.

Naquele ano de 1965, é notável certos comportamentos de fazendeiros sugerindo que os Kadiwéu jamais deixaram de inspirar terror. Tanto o Julião Vilhalba, no mês de abril, como o Dinarte Mancuelho, no mês de outubro, receberam licenças (vide figura 95) para depositar 200 rezes no território Kadiwéu, sob pagamento e comprometendo deixar a região em um mês após determinado pelo SPI¹⁵⁹⁷. Ora, se pediram para alocarem o gado, então era necessidade. Contudo, esses fazendeiros demonstravam não ter interesse em ficarem no território cujo prazo era incerto e sob controle do SPI. Mais do que isso, o baixo número de bovinos é um fator que chama a atenção. Sobretudo, a licença portada por fazendeiros seria apresentada para quem? Talvez...para os Kadiwéu? E com que objetivo? Salvar-lhes a vida? Pois, se tal for o caso, então todos estavam apavorados. Não apenas estes fazendeiros, mas até mesmo a própria AATSPI fazia questão de desvencilhar sua imagem naquele mesmo ano, perante as autoridades, de qualquer questão relativa ao suposto litígio do Nabileque,

¹⁵⁹⁶ Imagem melhorada digitalmente pelo autor.

¹⁵⁹⁷ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu- Caixa 27 - Planilha 259, p. 105-106.

estabelecendo incisivamente que a sua associação não era invasora e nem tinha o interesse de apoderar do território¹⁵⁹⁸. Já o Antônio Rosa de Mendonça, também naquele ano, antes de atrever a ingressar no território, solicitou informações a IR5 sobre um fazendeiro para saber a sua condição contratual, e em caso negativo, propunha para cultivar a área, mas sob expressa licença (proteção) do SPI¹⁵⁹⁹.

Por esse caminho, em 28/05/1965, a IR5 determinou que o fazendeiro Wilson Pereira Alves saísse da área em “litígio” e que o SPI restituiria o preço pago nos contratos e lhe determinaria para outra zona¹⁶⁰⁰. O fazendeiro, em 03/06/1965, recusou, baseando-se nos direitos do contrato, cuja duração eram de 7 anos, mas ao mesmo tempo ameaçou previamente o SPI em autodefesa, temendo por sua segurança, já que o SPI seria a única garantia para salvar-lhe a vida no território: “*sou obrigado a responsabilizar a V.S., civil e criminalmente, por quaisquer violências que possam vir a ser praticadas, na área arrendada, a pessoas e coisas, por indígenas ou terceiros*”¹⁶⁰¹. E a fim de garantir-se ainda mais, fez contato com o Deputado Itrio Corrêa Costa, do qual esteve na Diretoria do SPI para apresentar dois contratos assinados (do fazendeiro e seu irmão), embaraçando o órgão¹⁶⁰² e consolidando sua segurança.

O Inspetor notou em 17/11/1965, que a recusa dos fazendeiros na zona em litígio a colaborarem tornava o SPI automaticamente em descumpridor das decisões da CPI¹⁶⁰³ e que ainda arrastava ao início de 1966¹⁶⁰⁴, funcionando como maneira de enfraquecer o órgão (que ao cabo, levou ao Relator Jader Figueiredo, em mais uma de suas decisões intrigantes, a condenar o Inspetor Samari Prado, quem participou na missão de atração de indígenas no Xingu com o Sertanista Meireles¹⁶⁰⁵, por utilizar o nome do “Congresso Nacional” com a intenção de expulsar os fazendeiros com contratos irregulares¹⁶⁰⁶, quando o Inspetor queria

¹⁵⁹⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 150.

¹⁵⁹⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 34 - Planilha 328, p. 225.

¹⁶⁰⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 98.

¹⁶⁰¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 100-101.

¹⁶⁰² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 94.

¹⁶⁰³ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 96-97.

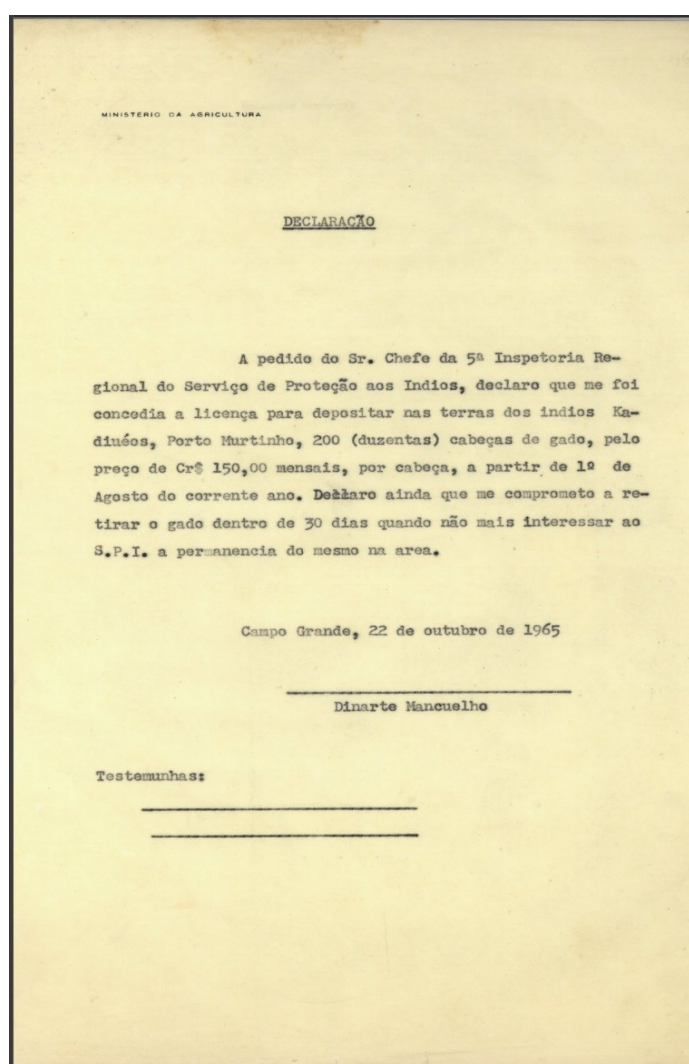
¹⁶⁰⁴ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 104-105.

¹⁶⁰⁵ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 122.

¹⁶⁰⁶ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 20, p. 460. M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 29, p. 110-111.

apenas movê-los de lugar a outro). Apesar disso, em vista dos guerreiros armados que transitavam pela área do qual agora lá estava dois fazendeiros que assinaram contratos com o SPI e que por conta da CPI, não poderia mais retornar, o Manoel Aureliano da Costa Filho, cujas fazendas com estruturas de madeira foram erradicadas há anos sem vestígios, capitulou. Este, em algum momento antes de 1967, redigiu de próprio punho uma carta em que reconhecia a zona por ele almejada como pertencente ao território Kadiwéu, possibilitando ao SPI normalizar a situação dos dois fazendeiros¹⁶⁰⁷.

Figura 95: Licença do SPI ao Dinarte Mancuelho



Fonte: M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu- Caixa 27 - Planilha 259, p. 105

Este episódio é um marco, já que outro fazendeiro do qual teria uma trajetória análoga pelas décadas seguintes, o Sr. Onofre Costa Leite (sobrenomes aqui já vistos), apresentou sua

¹⁶⁰⁷ M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 29, p. 110-111.

pessoa, em 04/07/1966, como um arrendatário do qual possuía certos problemas para o SPI solucionar¹⁶⁰⁸. E dias depois, em 26/07/1966, a IR5 solicitou ao Subdelegado Regional de MT para expulsá-lo, pois estava na área arrendada ao Honorivaldo Alves de Albres¹⁶⁰⁹. Conforme o já conhecido posicionamento do Delegado Gal. João Pedro Guey, a IR5 emitiu uma declaração para reafirmar, em 10/09/1966, que o sujeito tinha o “*Seu nome e bem assim a sua pessoa [...] totalmente desconhecida no SPP*”¹⁶¹⁰. Após o Onofre Costa Leite solicitar e obter interdito proibitório contra a IR5, o litisconsorte Honorivaldo Alves de Albres contestou a ação, levando ao Juiz a invalidar a ordem anterior em 16/10/1966¹⁶¹¹. O caso ainda persistiu em 08/05/1967, com o fazendeiro insistindo tenazmente que era um arrendatário legítimo e legalizado em território Kadiwéu, apesar de o Inspetor Hélio Bucker chamá-lo de “*contumaz invasor de areas indigenas*” ao Procurador Geral da República.¹⁶¹²

* * *

Os Kadiwéu foram catapultados para a ação guerreira contra os fazendeiros que aventuraram na tentativa de grilarem o território, mas nesse caso tiveram apoio direto do Inspetor Fernando da Cruz, quem os informou sobre a seriedade da situação e com quem os Kadiwéu tentaram atuar institucionalmente para que o Manoel Aureliano da Costa Filho pagasse arrendamentos. A Retomada do Naitaca foi um entrelaçamento claro e consensual, no primeiro momento, entre o Inspetor com os Kadiwéu. Mas com os últimos operando numa lógica diferente, fator responsável por extrapolar os entendimentos anteriores e pararem quando obtiveram do Inspetor novos sinais de comprometimento. Tais entendimentos iniciais deram margem suficiente para que os Kadiwéu decapitassem com precisão a liderança dos “Condôminos do Nabileque”. E, num segundo momento, os Kadiwéu redobram a aposta e

¹⁶⁰⁸ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 299, p. 64.

¹⁶⁰⁹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 258, p. 473.

¹⁶¹⁰ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 284, p. 58.

¹⁶¹¹ M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 29 - Planilha 273, p. 84-85.

¹⁶¹² M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 19. Em 1985, os Kadiwéu reocuparam a fazenda “Santo Onofre”, fazendo de reféns os peões, três funcionários da FUNAI e um dos pecuaristas mais ricos do estado. Os guerreiros com os rostos pintados de preto, repercutiram em todo o país mediante a ameaça de explodirem o avião do pecuarista, sendo notícia no programa Fantástico da Rede Globo de televisão. Desse modo, forçaram o presidente da FUNAI e o Deputado indígena Mario Juruna a irem até o local, recebidos por uma centena de guerreiros, munido com paus e facas, muitos sob montaria. BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS... op. cit., p. 129.

impuseram o terror periférico capaz de levar demais famílias a abandonarem a área e manteve de sobressalto outros fazendeiros no território. A derrocada do Inspetor e do Diretor pela coalizão formada entre fazendeiros, políticos, instituições locais, autoridades policiais e militares em M.T foi compensada pelos Kadiwéu com a mobilização junto a Serventuários corruptos, a fim de garantirem um vínculo entre o território com a zona do qual foi erradicado o Manoel Aureliano da Costa Filho. Sem dispor de evidência de posse e sem poder retornar, o fazendeiro renunciou, mas os germes cultivados pela CPI de 1963, inoculados sob cuidado do fazendeiro, enraizaram na região sob cuidado do Deputado Edison Brito Garcia, impondo por força legislativa o reconhecimento de um litígio no território cujos limites demarcados eram claros desde 1903, demarcado pelo Rio Naitaca e Nabileque, que eram bem anteriores ao Fomento Argentino de 1914.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, buscou-se analisar as ações e estratégias utilizadas pelos Kadiwéu a fim de responderem ao estabelecimento de não-indígenas em seu território quando estavam já em interação permanente com o SPI. Até aqui e após os elementos apresentados, é possível afirmar que os Kadiwéu responderam ao estabelecimento de não-indígenas no território por meio de ações estratégicas que buscaram tanto contornar como formar consenso junto ao SPI, para então contrapor aos não-indígenas. Mas quando isto não foi de fato possível, chocaram-se contra o órgão a fim de corrigir sua rota para que conviesse aos interesses indígenas. Dessa forma, utilizaram os recursos disponíveis, procurando máxima eficiência possível e, sempre que houve espaços para melhores oportunidades, elevaram a “aposta” para forçar novos consensos com o SPI em condições mais vantajosas. Portanto, as ações de natureza estratégica foram a tônica ao longo de todo o período analisado, em tal grau que o recurso à violência não foi apenas ínfimo, mas mínimo quando alocado em conjunto às demais ações. Em suma, as ações indígenas não toldavam sobre si mesmas, mas buscavam provocar efeitos secundários no âmbito institucional para ampliar a efetividade.

Em 1957, quando o SPI sob pressão socorreu as reses de fazendeiros no território por conta das enchentes, os Kadiwéu logo manifestaram a sua contrariedade, levando ao próprio SPI a ter que recorrer ao sistema de tributos cultural Kadiwéu para orientar os fazendeiros. E com isso, ao esgarçar este recurso, os Kadiwéu impuseram suas condições, fosse junto ao SPI, sem ele ou em sua oposição, diversificando os tipos de produtos adquiridos. Tal configuração combinava duas instâncias de poder contra os fazendeiros. Certamente isto era francamente facilitado por conta da fama que os Kadiwéu construíram por séculos ao sul de M.T, causando pavor nos vizinhos e nos políticos locais que atentaram contra o território, mas que apesar de disporem de títulos expedidos, não reivindicaram, sendo o mesmo igualmente válido para os fazendeiros que ergueram benfeitorias e quando abordados, alegaram para os indígenas que possuíam licença do órgão, ao invés de assumirem como donos de qualquer coisa. Em sua lógica sociocultural-política Kadiwéu, os fazendeiros eram uma figura híbrida e até de difícil definição, já que às vezes tinham o comportamento de tributários e outras como cativos. Mas seja como for, estavam submetidos num ordenamento aos senhores Kadiwéu.

Ainda em 1957, os Kadiwéu capturaram o exercício da política tutelar no território para guiar o SPI nos locais em que julgavam apropriado, cultivando consenso junto ao órgão contra alvos comuns. Ao longo do período analisado, os Kadiwéu eram os imediatamente responsáveis pela eficácia da ação protetiva tutelar, que defendia o território, criando oposição

tanto junto ao SPI como por meio de “equipes indígenas” contra os fazendeiros e barrando invasões, mais notadamente a tentada pelos vizinhos de Xatelodo, que foram repelidos até 1967 como evidência. Em meio à tais articulações com a IR5, que por sua vez estava interligada com o CNPI, onde trabalhava o velho e importante amigo Darcy Ribeiro, as narrativas culturais e o modo de vida caçador migratório sobre o território foram transmitidos para as instâncias jurídicas como argumentos legais de defesa. A lei da ALMT de 1958 foi julgada pelo STF como inconstitucional, entendendo que o território Kadiwéu não é apenas as aldeias, mas todos os campos e locais para caça.

Outra ação estratégica, lançado ainda em 1957, foi a manutenção de uma rede de informações indígenas que agia não apenas a despeito do SPI, mas em suspeita, que fazia uso instrumental da noção de indígena tutelado e os recursos desdobráveis a partir disso. Na rede tomavam parte os Kadiwéu, Terena e Kinikinau, que operavam e urdiam estratégias a fim de removerem aqueles Serventuários do SPI, cujo resultado estivesse abaixo do satisfatório na administração do território. Assim, reorientaram a conduta do órgão na área do PI São João para caminhos de interesse. A rede também aproximava e orquestrava situações de compra e venda de posses com fazendeiros, para logo depois notificarem ao SPI que advertia, intimava, expulsava e levava os casos ao Governo Federal, o que revela novamente a faceta de consenso junto ao SPI e sua importância. Mas, mesmo tão próximos, tanto os Kadiwéu como os Terena e os Kinikinau manipulavam suas relações com fazendeiros e com o SPI, mantendo uma linha que dividia o lado das lealdades indígenas.

Quando o território esteve na eminência de esbulho-possessório os Kadiwéu aderiram ao plano do SPI para sistematizar arrendamentos que incorporaram as estruturas erguidas em 1960 dos fazendeiros e anulando assim aquela tentativa. Mas, ainda que tivessem concordado, rejeitaram o programa do SPI para transformar o território numa imponente fazenda. Assim, travaram contatos com políticos locais e com novos fazendeiros invasores, ocasionando uma desinteligência dentro da IR5. Isto denota a faceta cambiável e seletiva dos indígenas. Bem, quando o órgão reorganizou para ampliar arrendamentos, a coalizão Terena-Kadiwéu contra-argumentou o SPI nos exatos termos de instrução ao trabalho objetivado pelo SPI, por meio da incorporação das noções de tutelado e que, em busca de formar consenso junto ao SPI, expuseram que o ataque ao gado era a única resposta possível. Isso porque a IR5 expandia os arrendamentos, procurando incorporar os Kadiwéu, que eram criadores. E em suporte a essa estratégia, os indígenas estavam organizados para desarticular os PI Nalique e São João, não só pilares da “Fazenda Kadiwéu”, mas também destacados para os tornar trabalhadores. Ao fim, os indígenas garantiram os espaços para cuidar de seus animais e assumiram todos os 3

PI no território. Além disso, a falta de verba exclusiva pela IR5 para tocar o projeto também demarcou decisivamente o destino do projeto, do qual os indígenas viam que tanto o Inspetor Fernando da Cruz como o Alísio de Carvalho precisavam vender o gado para sustentar toda a estrutura da IR5. Por fim, a constatação indígena da progressiva degeneração bovina também contava nos cálculos.

A campanha de subtração de gado, que iniciou ao fim de 1961 e início de 1962, foi outra ação com impacto estratégico. Mas, ao contrário das demais, era abertamente voltada para atingir e afrontar o SPI e no ponto mais sensível, já que o gado era um pilar econômico. Nesse caso, os Kadiwéu foram de fato forçados a isto para honrarem os seus compromissos com os tributários Terena e Kinikinau, que, enfrentando os fazendeiros no PI São João e depois no PI P. Alves de Barros, por ficarem sem espaços para agricultura, não deixaram aos Kadiwéu outra escolha. Não despropositadamente, as aldeias de Pé-de-Serra, Tarumã e Tomázia aventaram até mesmo a possibilidade de atacarem o PI P. Alves de Barros, por conta da nova onda invasora ao fim de 1961, que ameaçava virar arrendatária. O saque ao gado foi a falência completa da “Fazenda Kadiwéu”, principalmente pelo fato de que os cavaleiros, muito bem armados, intimidavam os Encarregados, que assistiam perplexos ao seu consumo e o simultâneo tresmalhar pelos campos. O mesmo efeito seria gerado com relação aos fazendeiros que ali estavam, cujo gado também foi subtraído. O saque aos bovinos, para além da ação desafiadora, demarcava a constante manobra indígena para forçar consenso junto ao SPI frente aos fazendeiros. E como resultado, levaram a queda do Inspetor Erico Sampaio e costuraram importantes alianças com o novo Inspetor Fernando da Cruz e, sobretudo, com o novo Diretor, Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, quem impediu, por posição pessoal, qualquer possibilidade de fazendeiros virarem arrendatários e que até mesmo tinha planos para utilizar o Exército a fim de abrir caminhos dentro do território, mas foi forçado a deixar o cargo. E foi após a derrocada que os Kadiwéu intensificaram a subtração de gado e demonstraram ainda ao fazendeiro Ambrósio Olegário de Lima que a sua atuação como o intermediador de novos arrendamentos era sabida e que estava ameaçado de morte. Com isso, os indígenas garantiram espaços próximos às aldeias e aos PI, mas com os Kadiwéu e mais notadamente os da aldeia da Campina em estado de pronta mobilização, principalmente porque os Terena e Kinikinau jamais renunciaram a confrontação com os fazendeiros no PI São João ao longo do período analisado.

Por fim, enquanto exemplo mais acabado de consenso junto ao SPI, os Kadiwéu, em 1962, conformaram uma frente junto ao Inspetor Fernando da Cruz, a fim de impedir com que o fazendeiro Manoel Aureliano da Costa Filho grilasse o território. Ambos procuraram meios

para fazer com que o sujeito pagasse arrendamentos ao SPI, com os indígenas contactando o Primitivo Couto, capataz do fazendeiro, por três vezes para recolherem os pagamentos. Mas mediante a recusa que inclusive levou o capataz a aleijar um indígena, os Kadiwéu ainda advertiram para que os dois capatazes saíssem do território, como última forma de evitar o conflito. Após os sinais em contrário, ao formarem a assembleia em que tomou parte o Inspetor, foi construído outro consenso pelos Kadiwéu junto ao SPI. Aproveitando-se desta oportunidade, os Kadiwéu lançaram o ataque precisamente contra a liderança do “Condôminos do Nabileque”, tal qual acordado. Todavia, os guerreiros elevaram a aposta, pois continuaram ao norte, advertindo as demais famílias posseiras na região para abandonarem a área, o que foi feito e obrigando o Inspetor Fernando da Cruz a firmar novos entendimentos. A ação guerreira levou a morte de um único sujeito não-indígena o que põe em relevo a economia de uma ação planejada que balançou a região sul do estado. O apoio recebido pelos Kadiwéu do Inspetor foi fundamental. Mas com a sua derrocada junto a do Diretor Ten. Cel. Moacyr Ribeiro Coelho, pela CPI de 1963, os Kadiwéu juntaram com certos Serventuários corruptos para garantirem um vínculo entre a zona reivindicada pelo Sr. Manoel Aureliano da Costa Filho (expulso) com o território que, ao cabo, levou a capitulação do sujeito. Mas os germes cultivados pela CPI de 1963, inoculados sob o cuidado do Manoel Aureliano da Costa Filho, cresceram na região sob as graças do sogro, Sr. Deputado Edison Brito Garcia, que impôs, por força legislativa, o reconhecimento de um litígio num território indígena, cujos limites demarcados eram claros, já em 1903, pelos Rios Naitaca e Nabileque, bem anterior ao Fomento Argentino de 1914.

Entre 1957-1967, os Kadiwéu junto ao SPI e com o apoio dos Terena e Kinikinau enfrentaram um conjunto de forças ao sul de M.T: 1) ocupação do território por refugiados das enchentes a partir de 1957; 2) a Lei da ALMT de 1957 que reduziu o território a 1/5 sob a presidência do Sr. Deputado Rachid J. Mamed em 1958; 3) os títulos provisórios e definitivos de propriedade expedidos pelo Governo João Ponce de Arruda; 4) A invasão por parte da Fazenda Xatelodo a partir de 1959; 5) A nova onda de fazendeiros invasores ao fim de 1961; 6) A grilagem por parte do “Condomínio do Nabileque” bem pronunciada em 1962.

Com o término deste trabalho, acredita-se que foram abertas novas possibilidades de pesquisa sobre os Kadiwéu. Trabalhos futuros poderão e deverão considerar a fama construída por este povo naquela região, o seu poder de fogo, o seu conhecimento do funcionamento do SPI em seu território, que levou a ilusão em outros trabalhos, que o SPI governava a torto e a direito, mas que na verdade, conforme aqui descortinado, o órgão era transpassado largamente por manipulações indígenas e quando estes resolveram levantar-se em armas, não havia nada

a ser feito pelo órgão, para além de observar com perplexidade. Além disso, deve considerar a perspectiva sociocultural-política que impõe tributos a todos que estejam em seu território, e que isto demarca uma relação entre dominador e subjugado. Mas, é visto nas pesquisas sobre este povo apenas o olhar colonizador, que oculta uma dimensão de análise fundamental e nos relega ao etnocentrismo de uma realidade distorcida.

Um ponto que não foi possível explorar por conta do curto período que têm os programas de mestrado no país, foram as relações mantidas pelos Kadiwéu com as famílias de agropecuaristas que atuavam na política regional e que ingressaram e fixaram no território. A relação dos Kadiwéu com instâncias de poder locais não é nenhuma novidade quando considerado que a História de séculos das toldeiras é a história de alianças e manipulações políticas com coroas ibéricas em busca de angariar as melhores vantagens. Isto também foi verificado com autoridades imperiais e com coronéis. Também não houve tempo hábil para dominar a técnica de georreferenciamento, conforme sugerido pelo Prof. Éder da S. Novak.

Por fim, na documentação, por inúmeras vezes há menções sobre certos paraguaios no território em abundância, mas não foi possível explorar este assunto. Isto revela que as relações dos Kadiwéu com os paraguaios não terminou ao fim de Século XIX. Havia muitos no território, alguns cultivam a terra, outros criam gado, outros trabalham com talabartaria, outros são ditos até mesmo vivendo junto as aldeias dos indígenas e em outros casos, comercializando bebidas alcoólicas, etc. Quem são? Novas pesquisas poderão responder.

REFERÊNCIAS

AZARA, FÉLIX DE. Viajes por la América Meridional [1781-1801]. v. 2. Madrid: Espasa-Calpe, 1969.

BALDUS, Herbert. Introdução. In: BOGGIANI, Guido. Os Caduveos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

BARTH, Fredrik. O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BASQUES JUNIOR, Messias M. QUASE IRMÃOS: Maestria e território entre os Ejiwajegi do Pantanal. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

BOGGIANI, Guido. Cartografía lingüística del Chaco por el Dr. Daniel G. Brinton. Revista del Instituto Paraguayo, Asunción, año II, n. 16, p. 106-137, 1899.

_____. Os Caduveo. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

BOSSI, Bartolomé. Viagem pitoresca pelos rios Paraná, Paraguai, São Lourenço, Cuiabá e o Arinos, tributário do grande Amazonas: com a descrição da província de Mato Grosso em seu aspecto físico, geográfico, mineralógico e seus produtos naturais. tradução de Maria do Rosário de Fátima Gomes Godinho. - Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

BRAGA, M. A. Identidade Étnica e os Índios no Brasil. Métis (UCS), Caxias do Sul, v. 4, 2005.

BRANDÃO, C. R. Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRITO, Carolina Arouca Gomes de. Antropologia de um jovem disciplinado: a trajetória de Darcy Ribeiro no Serviço de Proteção aos Índios (1947-1956). 2017. Tese (Doutorado em História) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

CABEZA DE VACA, ÁLVAR NÚÑEZ. Naufragios y comentarios, con dos cartas. 2. ed. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1946.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terêna. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

_____. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, jun. 1996.

CARVALHO, Francismar. Formal and informal alliances between Iberians and Native authorities in the heartlands of late-eighteenth-century South America. Ethnohistory, v. 70, p. 65-94, 2023.

_____. Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos Impérios Ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII). v. 1. 2012.

Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos Impérios Ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII). v. 2. 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. Viajantes, mareantes e fronteiriços: relações interculturais no movimento das monções – Século XVIII. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2006.

CASTELNAU, Francis de. Expedição às regiões centrais da América do Sul. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. v. 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

_____. Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro a Lima, et de Lima au Para. Paris: Chez P. Bertrand, 1852, t. 2.

CASTRO, E. B. V. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. História (São Paulo), São paulo, v. 30, n. 1, p. 349-371, jan./jun., 2011.

CERTEAU, Michel. “A operação histórica”. In: A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992.

CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência: Ensaios de Antropologia Política; tradução de Carlos Eugenio Marcondes de Moura. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política; tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro, F. Alves, 1978.

COMTE, Augusto. Curso de filosofia positiva. .1. ed. Buenos Aires: Need, 2004.

CONGOST, Rosa. Tierras, leyes, historia: estudios sobre ‘la gran obra de la propiedad’. Barcelona: Critica. 2007.

CORRADINI, Cirlene. Os Guaikuru-Kadiwéu no contexto da Guerra do Paraguai: fronteiras, relações interétnicas e territorialidade. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Maringá, 2007.

CUNHA, M. C. (Org). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

D’ARAÚJO, Maria Celina. O Estado Novo. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

DE MIRANDA, ALCIR GURSEN. Direito agrário e o posseiro. Revista da Faculdade de Direito da UFG, v. 12, n. 1-2, 1988.

DOMINGUES SAMPAIO, Renata. Para além da excepcionalidade: a patrimonialização do monumento indígena marco zero Kadiwéu. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro, 2018.

DURAN, Maria Raquel da Cruz. Padrões que conectam: o Godidigo e as redes de socialidade Kadiwéu. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ERBIG, Jeffrey A. Borderline Offerings: Tolderías and Mapmakers in the Eighteenth Century Río de La Plata. *The Hispanic American Historical Review*, vol. 96, no. 3, p. 445–480, 2016.

ESTENSSORO, José Carlos. O símio de Deus. In: NOVAES, A. (ed.) *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 181-200.

FERNANDES, J. O índio: esse nosso desconhecido. Cuiabá: UFMT, 1993.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1792): Memórias: antropologia v. 2. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.

FERREIRA, Andrey. Conquista colonial, resistência indígena e formação do Estado-Nacional: os índios Guaicuru e Guana no Mato Grosso dos séculos XVIII-XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 97-136, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FLORES, João. Muita terra para pouco índio? A formação de fazendas em território Kadiwéu (1950-1984). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados-MS, 2009.

FLORES, José Manuel. Transformação agrária e desapropriação de terras indígenas em Mato Grosso (1940-1960): O caso da reserva Kadiwéu. *Anuário Antropológico*, v.43 n.1, 2018.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org). *Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, 2011.

_____. Sagas Sertanistas: práticas e representações do campo indigenista no século XX. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

GAGLIARDI, José Mauro. O indígena e a República. São Paulo: HUCITEC – Editora da Universidade de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Estudos Brasileiros, v. 25. 1989.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 15-42. 2000.

GALVÃO, Eduardo. Encontro de Sociedades: Índios e brancos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. O Cavalo na América Indígena; nota prévia a um estudo de mudança cultural. Revista do Museu Paulista, Nova Série, São Paulo, v. XIV, p. 221-232, 1963.

GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações. In: ____ et alii. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

_____. As vozes do outro: uma revolta indígena nas ilhas Marianas. In: _____. Relações de força: história, retórica e prova. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GIUDICELLI, Christophe. 'Identities' rebeldes. Soberanía colonial y poder de clasificación: sobre la categoría calchaquí (Tucumán, Santa Fe, siglos XVI–XVII). In: ARAYA, Alejandra; VALENZUELA, Jaime (Org.). América colonial: Denominaciones, clasificaciones e identidades. Santiago de Chile: RIL editores, 2010, p. 137-172.

GROSSI, Paolo. "A propriedade e as propriedades na oficina do historiador". In: A História da Propriedade e Outros Ensaios. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GRUPIONI, LUÍS DONISETE BENZI e FARJADO GRUPIONI, MARIA DENISE. Entrevista com Darcy Ribeiro. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 158-200, nov. 1997.

HANKE, W. Cadivéns y Terenos. Arquivos do Museu Paranaense. Curitiba, v. 2, jul. 1942.

HEMMING, John. Die If You Must : Brazilian Indians in the Twentieth Century. London: Macmillan, 2003.

HERBERTS, Ana Lúcia. Os Mbayá-Guaicurú: área, assentamento, subsistência e cultura material. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e fronteiras. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

SÁNCHEZ LABRADOR, José. El Paraguay Católico [1780]. v. 1. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 1910.

_____. El Paraguay Católico [1780]. v. 2. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 1910.

LECZNIESKI, Lisiane K. Estranhos laços: predação e cuidado entre os Kadiwéu. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2005.

LEITE, Ana C. M. O Democrata – o jornal do PCB no Ceará – da abertura política (1945) à volta à ilegalidade (1947). Monografia (Comunicação Social) – Departamento de Comunicação Social e Biblioteconomia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1990.

LÉVI-STRAUSS, C. Tristes trópicos. São Paulo: Anhembi, 1957.

LIMA NETO, Ildefonso R. Escrita subversiva O Democrata, 1946 -1947. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

LOZANO, PEDRO. Descripción corográfica del Gran Chaco Gualamba [1733]. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 1941.

MANGOLIM, Olívio. Povos indígenas no Mato Grosso do Sul: viveremos por mais 500 anos. Campo Grande: Conselho Indigenista Missionário Regional de Mato Grosso do Sul, 1993.

MARTINS, J. de S. (2019). Lutando pela terra. Revista De Ciências Sociais, 11(1 e 2), 7-27.

MELIÁ, Bartolomeu. La Lengua Guaraní del Paraguay. Madrid: MAPFRE, 1992.

MÉTRAUX, Alfred. Ethnography of the Chaco. In: STEWARD, Julian (Ed.). Handbook of South America Indians. v. 1. Washington: Cooper Square Publishers, 1963.

MONTEIRO, John M. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John M. Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese de Livre-docência, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

MOTA, Lucio Tadeu. Etno-história: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas. Patrimônio e Memória, v. 10, n. 2, p. 5-16, 2014.

MOTTA, Márcia; MACHADO, Marina. “Sobre enfiteuses e outros termos: uma análise dos conceitos do universo rural”. Revista História: Debates e Tendências, v. 17, p. 261-274, 2017.

MOUTINHO, Joaquim. Notícias sobre a Província de Mato Grosso seguida de um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo. São Paulo: Typographia Schroeder, 1869.

MÜLLER, Aline Maria. Índios Kadiwéu e posseiros na Serra do Bodoquena: representações na mídia impressa acerca de um conflito. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Mato Grosso do Sul, 2011.

NOVAK, Éder da Silva. Tekohá e Emã: a luta das populações indígenas por seus territórios e a política indigenista no Paraná da Primeira República – 1889 a 1930. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2006.

BERG, Kalervo. The Terena and the Caduveo of Southern Mato Grosso, Brazil. Washington, D.C.: Smithsonian Institution, Institute of Social Anthropology, Publication No. 9, 1949.

OBREGÓN ITURRA, Jimena. Para acabar con los indios enemigos y también con los amigos. Conceptualizaciones hispanas de alianzas y antagonismos: los araucano-mapuches a principios del gobierno de Juan Henríquez, 1670-1673. In: ARAYA, Alejandra; VALENZUELA, Jaime (Org.). América colonial: Denominaciones, clasificaciones e identidades. Santiago de Chile: RIL editores, 2010, p. 173-199.

OLIVEIRA FILHO, J. P.; FREIRE. Carlos Augusto da Rocha. A presença indígena na formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

_____. O nascimento do Brasil: Revisão de um paradigma historiográfico. In: OLIVEIRA FILHO, J.P. O Nascimento do Brasil e outros ensaios: “Pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro, Contracapa, 2016.

_____. “O nosso governo”: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: MARCO ZERO; [Brasília, DF]: MCI/ CNPq, 1988.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. Espaço Ameríndio, v. 6, p. 178-218, 2012.

_____. Sobre os conceitos de etnohistória e história indígena: uma discussão ainda necessária. ANPUH. Anais XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003.

OSTROM, Elinor and HESS, Charlotte. Private and Common Property Rights (2007).

PECHINCHA, Mônica Thereza Soares. Histórias de admirar: mito rito e história Kadiwéu. 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 1994.

PETSCHLIES, Erik. O Carcará e Cristo: Transformação Kadiwéu. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2013.

PIRES, Gilberto. Sou professor Ejiwajegi/Kadiwéu. Tellus, ano 19, n. 39, maio/ago, p. 309–313, 2019.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Editora Campus.

POMPA, Cristina. Conversões Indígenas: poder simbólico e razão prática no sertão colonial. In AGNOLIN, Adone et al. (orgs.). Contextos Missionários: religião e poder no Império português. São Paulo: Hucitec, 2011, p. 86- 109.

PUENTE LUNA, J. C. de la. Incas pecheros y caballeros hidalgos: la desintegración del orden incaico y la génesis de la nobleza incaica colonial en el Cuzco del siglo XVI. Revista Andina, n. 54, p. 9-95, 2016.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. A grande empresa conhecida como Mate Laranjeira e a economia ervateira na bacia platina (1882-1949): notas preliminares. In: Anais do 1º e 2º Encontros de Pós-Doutores do PPGH/UFF, 2009.

RAMINELLI, R. Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

RIBEIRO, Berta Gleizer. O índio na cultura brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

RIBEIRO, Darcy. A política indigenista brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1962.

_____. Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. Os índios e a civilização: a integração das populações no Brasil moderno. 2.ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

RIVASSEAU, Emilio. A vida dos índios Guaycurús: quinze dias nas suas aldeias. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

ROCHA, Leandro Mendes. Uma retrospectiva da legislação indigenista brasileira entre 1930 e 1967. Ciências humanas em revista, 5(2):55-67, jul./dez.1994.

RODRIGUES, C. R. A construção da política indigenista na República Brasileira a partir das ideias de modernidade. Tellus, v.21, p. 203, 2012.

ROLLER, Heather F. Contact Strategies: Histories of Native Autonomy in Brazil. Stanford: Stanford University Press, 2021.

ROMIZI, Francesco. O canto do crepúsculo: reflexões ornito-antropológicas sobre um mito de origem kadiwéu. Mana, Rio de Janeiro, 24(1):231-260, 2018.

SARAIVA, Márcia Pires. Uma pedagogia para os índios: A Política Indigenista de Getúlio no Contexto do Estado Novo (1937-1945). Rev. Margens Interdisciplinar, v. 7, n. 9, 2013.

SCHADEN, Egon. A mitologia heróica de tribos indígenas do Brasil: ensaio etnossociológico. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

_____. Relações intertribais e estratificação social entre índios sulamericanos. São Paulo: Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Sociologia: Revista Didática e Científica vol. X, n. 2-3, 1948.

SAEGER, James Schofield. The Chaco mission frontier: the Guaycuruan experience. Tucson: University of Arizona Press, 2000.

SEEGER, A; CASTRO, E. B. V. de. Terras e territórios indígenas no Brasil. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1979.

SILVA, Giovani. A reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória, identidade e história. Dourados, MS: UFGD, 2014.

_____. A reserva indígena Kadiwéu e o Serviço de Proteção aos Índios: notas de uma pesquisa sobre o indigenismo brasileiro. In: FREIRE, Carlos. A. da Rocha. (Org.). Memórias do SPI: Textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio-Funai, 2011.

_____. A reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória, identidade e história. Dourados, MS: UFGD, 2014.

_____. De Mbayá-Guaikurú a Kadiwéu: uma sociedade de artistas e guerreiros. In: CHAMORRO, Graciela. COMBÈS, Isabelle (Orgs). Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais. Dourados, MS: UFGD, 2015.

_____; SOUZA, José Luis. O despertar da Fênix: a educação escolar como espaço de afirmação da identidade kinikinau em Mato Grosso do Sul. Sociedade e Cultura, Goiás, 2003, v. 6, n. 2.

SILVA, J.; ABDON, M. M.; MENGATTO JÚNIOR, E. A. Características biofísicas do Chaco brasileiro. In: Sartori, A.L.B.; Souza, P.R. & Arruda, R.C.O. (Eds.). Chaco: caracterização, riqueza, diversidade, recursos e interações. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2021, p. 40.

SILVA, Julianne Holder da C. A capacidade civil indígena. DIREITOS FUNDAMENTAIS & JUSTIÇA, v. 8, 2014.

SPOSITO, Fernanda. Políticas ameríndias, políticas indigenistas (Américas portuguesa e espanholas, séculos XVI a XVIII). In: SOUZA, Fábio Feltrin de. WITTMANN, Luisa Tombini (Orgs.). Protagonismo indígena na História. Tubarão, SC: Copiart; Erechim, RS: UFFS, 2016.

SIQUEIRA JR. Jaime G. “Esse campo custou o sangue de nossos avós”: construção do tempo e espaço Kadiwéu. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1993.

SMITH, Herbert H. Do Rio de Janeiro a Cuyabá: notas de um naturalista. Cayeiras/São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Melhoramento S. Paulo, 1922.

SOMMER, Barbara. The Amazonian Native Nobility in Late-Colonial Para. In: Native Brazil: Beyond the Convert and the Cannibal, 1500-1900, edited by Hal Langfur, 108-131. Albuquerque, NM: University of New Mexico, 2014.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, M. C. (Org). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

SUSNIK, Branislava. El indio colonial del Paraguay: t. 3-1: el chaqueño: Guaycurúes y Chanes-Arawak. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1971.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle, visconde de. A retirada da Laguna. traduzida da 3. ed. francesa pelo prof. B. T. Ramiz Galvão. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

_____. Scenas de viagem: exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no districto de Miranda. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1868.

THOMPSON, Eduard. “Costume, lei e direito comum” in: Costumes em Comum. São Paulo, Companhia da Letras, 1998.

VALENTE, Rubens. Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura. Companhia das Letras. 1ª ed. São Paulo, 2017.

VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro Flamarion. “História e análise de textos”. In: _____(Org). Domínios da História. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

VINHA, Marina. Corpo-Sujeito Kadiwéu: jogo e esporte. 2004. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2004.

FONTES

1.1 Fontes impressas

ALMEIDA E SOUZA, Candido Xavier de. “*Descrição diária dos progressos da expedição destinada à capitania de São Paulo para fronteiras do Paraguai, em 9 de outubro de 1800*”. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 202, 1949.

ALINCOURT, Luiz D’. “*Resumo das explorações feitas pelo engenheiro Luiz D’Alincourt, desde o registro de Camapuã até a cidade do Cuyaba*” [1825]. RIHGB, Rio de Janeiro, t. 20, 1857.

ALINCOURT, Luiz D’. “*Sobre o systema de defesa que se deve adoptar na fronteira do Paraguay, em consequencia da revolta e dos insultos praticados ultimamente pela nação dos indios guaicurús ou cavalleiros*” [1826]. RIHGB, Rio de Janeiro, t. 20, 1857.

CAMPONÊS, Rodrigues Marcelino. “*Exploração do Rio Paraguay e primeiras práticas com os índios Guaycurús*” [1777]. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 28, 1865.

ELLIOT, João Henrique. *Itinerario das viagens exploradoreanas empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da villa de antonina e o Baixo-Paraguay na provincia de Mato-Grosso: feitas nos annos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaqnim Francisco Lopes, e descriptas pelo Sr. João Henrique Elliot*. RIHGB, v. 10, 1848.

LEVERGER, Augusto. “*Roteiro da navegação do Rio Paraguay desde a foz do S. Lourenço até o Parana*” [1847] RIHGB, v. 25, 1862, p.

Marcelino Rodrigues Camponez a Luiz de Albuquerque, Presidio de Coimbra a nova, 17 out. 1776. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 28, 1865.

MENDES, Raimundo Teixeira. *Ainda os Indígenas do Brasil e a Política moderna: A propóximo dos recentes telegramas dos engenheiros Gastão Sangés e Major Candido Rondon*. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 1907.

MENDES, Teixeira; LEMOS, Miguel. *Bases de uma constituição política ditatorial federativa para a República brasileira*. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, 1890.

PRADO, Francisco Rodrigues do. *História dos índios cavalleiros ou da nação guaycuru* [1795]. RIHGB, v. 1.

RODRIGUES, Miguel José. “*Diário da expedição que ultimamente se fez desde o presidio de Nova Coimbra pelo rio Paraguay abaixo, por ordem do governador e capitão general das capitanias do Mato Grosso e Cuyabá, Luiz d’ Albuquerque de Mello Pereira e Caceres, aonde principalmente se relatam algumas conferencias que se tiveram pela gente da mesma expedição com os índios guaycurús ou cavalleiros.*” [1776]. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 28, 1865.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. “*Continuação do parecer sobre os índios Uaicuru’s, Guana’s, etc.*”, Coimbra, 2 fev. 1803. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 13, 1850.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. “*Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurús e Guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes*”, 2 fev. 1803. RIHGB, Rio de Janeiro, v. 7, 1845.

1.2 Arquivos do Museu do Índio

- Documentos do SPI

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Cachoeirinha - Caixa 50 - Planilha 44, p. 468.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Diretoria - Caixa 32 - Planilha 315, p. 3.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Diretoria - Caixa 32 - Planilha 315, p. 18-19.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Diretoria - Caixa 32 - Planilha 315, p. 71.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Diretoria - Caixa 32 - Planilha 315, p. 171-172.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Diretoria - Caixa 32 - Planilha 316, p. 101.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Diretoria - Caixa 32 - Planilha 317, p. 4.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Diretoria - Caixa 32 - Planilha 317, p. 27-28.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 159, p. 102-107.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 160, p. 2-4.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 160, p. 7.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 160, p. 65-66.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 161, p. 5.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 161, p. 19.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 161, p. 22.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 161, p. 31.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 161, p. 40-42.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 161, p. 51-53.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 161, p. 61-62.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 162, p. 8.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 162, p. 13.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 162, p. 75-77.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 162, p. 81.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 162, p. 84-85.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 162, p. 89.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 162, p. 91.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 162, p. 119.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 162, p. 145-146.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 163, p. 33.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 163, p. 39.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 163, p. 57.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 163, p. 112.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 163, p. 121-122.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 164, p. 17.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 164, p. 23-29.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 164, p. 35.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 164, p. 43.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 164, p. 88

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 164, p. 176.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 164, p. 172-173.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 165, p. 10.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 165, p. 60-61.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 165, p. 64.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 165, p. 70.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 166, p. 51-52.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 166, p. 54-55.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 166, p. 57-58.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 166, p. 81-82.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 166, p. 95-97.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 166, p. 99-100.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 166, p. 156.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Nalique - Caixa 18 - Planilha 167, p. 88.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 6-9.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 17.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 20.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 26

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 28

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 32.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 76.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 97-98.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 111.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 179, p. 167.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 180, p. 5-6.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 180, p. 139.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 180, p. 142.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 180, p. 145-146.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 180, p. 148-150.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 180, p. 184-185.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 180, p. 188-191.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 181, p. 64.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 181, p. 66.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 181, p. 193.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 181, p. 196-198.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 182, p. 116.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 182, p. 120.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 182, p. 123.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 183, p. 5.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 183, p. 8-11.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 183, p. 13-15.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 183, p. 94-95.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 183, p. 100.

M.I - A.S.P.I - I.P.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 184, p. 15-16.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 185, p. 12-15.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 185, p. 19-23.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 185, p. 119.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 20 - Planilha 186, p. 95.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 188, p. 23.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 189, p. 103-112.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 190, p. 41-42.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 190, p. 54-55.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 190, p. 58-63.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 190, p. 71-72.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 191, p. 8.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 191, p. 67-68.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 191, p. 94-96.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 191, p. 99-100.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 191, p. 107-108.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 192, p. 12-13.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 192, p. 37-38.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 193, p. 36.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 193, p. 38-39.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 193, p. 200.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 193, p. 205.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 193, p. 207.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 193, p. 214.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 194, p. 71-72.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 194, p. 104.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 194, p. 111.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 194, p. 126.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 194, p. 134-135.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 196, p. 46-49.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 196, p. 51-52.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 196, p. 55.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 196, p. 59.

- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 196, p. 75.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 196, p. 82.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 196, p. 99.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 196, p. 102-104.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I Presidente Alves de Barros - Caixa 21 - Planilha 191, p. 106.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 31-34.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 40.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 52.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 53-55.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 58-59.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 65-66.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 94-98.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 106-107.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 125.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 133-137.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 155.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 163-165.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 26 - Planilha 249, p. 180.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 254, p. 9.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 254, p. 46.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 254, p. 51.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 254, p. 56.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 254, p. 58.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 254, p. 63.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 254, p. 75.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 254, p. 80.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 254, p. 87.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 254, p. 124.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 1-4.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 6-10.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 14.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 16.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 19-22.
- M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 25.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 27.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 30.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 32.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 35-36.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 39

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 41-42.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 47.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 52.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 59.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 63-67.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 79-82.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 86-89.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 255, p. 112-114.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 1-14.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 16.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 18-19.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 26.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 31-36.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 42-47.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 49-51.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 54.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 56-61.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 72-77.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 86-87.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 94.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 96-98.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 100-101.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 104-105.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 149-150.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 157-161.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 176.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 215.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 261.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 256, p. 288-289.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 257, p. 5-6.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 257, p. 20.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 257, p. 31.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 257, p. 37.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 257, p. 62.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 257, p. 69.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 257, p. 86.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 257, p. 89

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 257, p. 91-92.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 257, p. 115.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 257, p. 118.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 258, p. 447.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 258, p. 450.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 258, p. 473.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 259, p. 3-5.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 259, p. 17.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 259, p. 21.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 259, p. 56.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 259, p. 62.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 259, p. 74.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 259, p. 83-84.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 259, p. 90-91.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 259, p. 95-96.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 259, p. 100.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 259, p. 105-106

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 6-7.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 12-14.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 31.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 33.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 41-43.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 66-67.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 58-65.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 73-74.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 83-84.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 85-86.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 89-90.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 94-98.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 103.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 260, p. 105.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 261, p. 12.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 261, p. 18.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 261, p. 21-22.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 261, p. 40

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 261, p. 94.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 261, p. 96.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 9.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 16.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 17.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 32

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 39.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 52

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 68.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 112.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 114-118.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 124.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 126.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 132.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 142-143.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 149-150.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 159-160.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 186-187.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 191.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 27 - Planilha 262, p. 201.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 28 - Planilha 263, p. 250-252.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 28 - Planilha 263, p. 254.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 28 - Planilha 263, p. 257-259.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Reserva Indígena Kadiwéu - Caixa 28 - Planilha 263, p. 261.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 21 - Planilha 194, p. 77-78.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 21 - Planilha 194, p. 118-119.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 21 - Planilha 195, p. 57-58.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 21 - Planilha 196, p. 80.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 197, p. 11.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 197, p. 18.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 197, p. 44-45.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 197, p. 98.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 197, p. 102.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 197, p. 154-155.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 197, p. 156-165.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 198, p. 55.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 198, p. 68.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 198, p. 136-137.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 198, p. 139-140.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 3.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 83.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 88.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 91.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 94-95.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 102-104.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 106.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 111-112.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 115.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 119.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 199, p. 121.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 200, p. 16.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 200, p. 19.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 200, p. 20-23.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 200, p. 33.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 200, p. 36-38.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 201, p. 9.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 201, p. 73.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - P.I São João do Aquidavão - Caixa 22 - Planilha 201, p. 94.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 21 - Planilha 289, p. 123.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 28 - Planilha 264, p. 49.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 28 - Planilha 265, p. 57.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 28 - Planilha 266, p. 97-98.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 28 - Planilha 266, p. 168.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 28 - Planilha 267, p. 110-111.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 28 - Planilha 267, p. 205-208.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 28 - Planilha 271, p. 28.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 28 - Planilha 271, p. 67.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 28 - Planilha 271, p. 83.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 28 - Planilha 271, p. 92.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 28 - Planilha 272, p. 52.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 29 - Planilha 273, p. 50-51.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 29 - Planilha 273, p. 84-85.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 29 - Planilha 273, p. 98-99.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 29 - Planilha 273, p. 133.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 29 - Planilha 274, p. 103-104.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 29 - Planilha 275, p. 70.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 29 - Planilha 276, p. 58-59.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 29 - Planilha 276, p. 187-189.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 29 - Planilha 279, p. 80.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 29 - Planilha 279, p. 179-180.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 29 - Planilha 281, p. 65.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 29 - Planilha 282, p. 23.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 29 - Planilha 283, p. 53.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 29 - Planilha 283, p. 74.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 29 - Planilha 283, p. 79.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 30 - Planilha 284, p. 39.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 30 - Planilha 284, p. 43.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 30 - Planilha 284, p. 49-51.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 30 - Planilha 284, p. 57-58.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 30 - Planilha 284, p. 94-96.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 30 - Planilha 284, p. 107.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 30 - Planilha 284, p. 111-112.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspeção - Caixa 30 - Planilha 284, p. 152.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 288, p. 33.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 288, p. 63-65.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 288, p. 70.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 288, p. 94.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 288, p. 95.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 288, p. 111-113.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 288, p. 146-147.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 294, p. 123.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 296, p. 104-106.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 296, p. 116-117.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 297, p. 57.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 298, p. 99-100.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 299, p. 1.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 299, p. 64.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 30 - Planilha 299, p. 111.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 31 - Planilha 300, p. 1.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 31 - Planilha 303, p. 3.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 31 - Planilha 303, p. 35

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 31 - Planilha 303, p. 38.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 31 - Planilha 303, p. 43-44.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 31 - Planilha 303, p. 75.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 31 - Planilha 308, p. 208-209.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 31 - Planilha 308, p. 305-306.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 31 - Planilha 309, p. 101.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 31 - Planilha 310, p. 62.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 31 - Planilha 310, p. 91-92.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 51 - Planilha 339, p. 85.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 51 - Planilha 339, p. 98.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Sede da Inspetoria - Caixa 484 - Planilha 998, p. 78-80.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 322, p. 25-26.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 322, p. 88-93.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 323, p. 61.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 323, p. 145.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 323, p. 154-162.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 323, p. 219.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 323, p. 227-229.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 323, p. 262.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 324, p. 119.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 324, p. 162-163.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 324, p. 183-188.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 324, p. 192.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 33 - Planilha 324, p. 249.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 34 - Planilha 325, p. 154.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 34 - Planilha 326, p. 138-140.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 34 - Planilha 328, p. 36-37.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 34 - Planilha 328, p. 85.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 34 - Planilha 328, p. 225.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 34 - Planilha 329, p. 175.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 44 - Planilha 330 - Item 66, p. 1.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 49 - Planilha 331 - Item 01, p. 234.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 49 - Planilha 331 - Item 01, p. 238-239

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 49 - Planilha 331 - Item 01, p. 248.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 49 - Planilha 331 - Item 05, p. 2-4.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 33.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 80-91.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 106.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 108.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 110-145.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 149.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 337, p. 152-153.

M.I - A.S.P.I - I.R.5 - Vários Postos - Caixa 50 - Planilha 377, p. 107.

- Relatório Figueiredo

M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 20.

M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 35-38.

M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 113-119.

M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 120-126.

M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 139-140.

M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 1, p. 154-155.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 18.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 20.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 23-25.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 28-32.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 34-38.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 41-42.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 44-95.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 61-67.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 74-77.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 80-81.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 85-86.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 90-93.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 118.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 122-123.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 126.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 148.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 152.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 167-168.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 229-231.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 233-234.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 236-238.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 240.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 242-247.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 250.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 254-255.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 257-268.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 270-271.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 3, p. 273-274.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 4, p. 26-31.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 4, p. 33-37.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 4, p. 132-134.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 14.
M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 21.

M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 31-32.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 141-144.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 164-166.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 169-171.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 176-178.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 215-216.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 228.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 355,
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 5, p. 361.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 6, p. 52.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 6, p. 81-83.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 7, p. 25.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 7, p. 33.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 7, p. 42.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 7, p. 88.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 7, p. 94.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 7, p. 108.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 7, p. 157.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 7, p. 250.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 16, p. 17.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 16, p. 103.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 16, p. 204.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 16, p. 116.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 16, p. 244-250.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 17, p. 43-44.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 18, p. 134.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 20, p. 23.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 20, p. 26.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 20, p. 402.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 20, p. 413.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 20, p. 420.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 20, p. 445-448.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 20, p. 460.
 M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 25, p. 83-85.

M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 25, p. 95-101.

M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 25, p. 103.

M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 25, p. 107-108.

M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 26, p. 9.

M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 26, p. 143-144.

M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 29, p. 110-111.

M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 29, p. 203.

M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 29, p. 223.

M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 29, p. 225.

M.I - A.S.P.I - Rel. Fig. - Rel. Fig. Vol. 30, p. 5-7.

1.3 Armazém Memória

A.M - C.F.V - C.P.I - C.D - 1963 resolução nº 001 - Caixa 001 - Vol. 1, p. 202.

A.M - C.F.V - C.P.I - C.D - 1963 resolução nº 001 - Caixa 001 - Vol. 4, p. 52.

1.4 Acervo UNB

Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 002 . DR foto 638 002.

Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 004 . DR foto 638 004.

Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 035 . DR foto 638 035.

Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 118 . DR foto 638 118.

Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 122 . DR foto 638 122.

Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 123 . DR foto 638 123.

Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 126 . DR foto 638 126.

Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 132 . DR foto 638 132.

Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 135 . DR foto 638 135.

Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 136 . DR foto 638 136.

Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 178 . DR foto 638 178.

Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 179 . DR foto 638 179.

Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 188 . DR foto 638 188.

Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 190 . DR foto 638 190.

Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 192 . DR foto 638 192.

Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 193 . DR foto 638 193.

Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 194 . DR foto 638 194.

Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 202 . DR foto 638 202.

Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 205 . DR foto 638 205.

Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 206 . DR foto 638 206.

Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 208 . DR foto 638 208.

Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 214 . DR foto 638 214.

Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 220 . DR foto 638 220.

Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 222 . DR foto 638 222.

Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 638. DR foto 638 – Item 230 . DR foto 638 230.

Atom. U.N.B – Fundo Dr. D.R – Série foto. Fotografias – 684. DR foto 684 – Item 004 . DR foto 684 004.

Atom. U.N.B – Fundo BGR. BGR – Série foto. Fotografias – Subsérie exposições e publicações – 00.1984. BGR foto 00.1984 638.

1.5 Portal da Câmara dos Deputados

Resolução das Câmara dos Deputados nº 1, de 1963. Institui a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios e dá outras providências.